

Cs

**Janaína Valéria Pinto Camilo**

**A Medida da Floresta: as viagens de exploração e  
demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos  
XVII e XVIII)**

**(Volume 1)**

Tese orientada pelo Prf. Dr. Paulo Miceli, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, para obtenção do título de Doutor em História.

Este exemplar corresponde à redação  
Final da Tese, defendida e aprovada pela  
Comissão julgadora, em 6 de agosto de 2008

**Banca:**

**Titulares:**

Prof. Dr. Paulo Miceli (orientador)

Profa. Dra. Janice Theodoro da Silva – Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Leila Mezan Algranti – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. Oswaldo Machado Filho – Universidade Federal do Mato Grosso

**Suplentes:**

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Glaydson José da Silva – Universidade Federal de São Paulo

Agosto de 2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP

**C146m** Camilo, Janaína  
A medida da floresta: as viagens de exploração e demarcação  
pelo “País das Amazonas” (Séculos XVII e XVIII) / Janaína  
Camilo - - Campinas, SP : [s. n.], 2008.  
2 v.

**Orientador: Paulo Miceli.**  
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Amazônia – História – Séc. XVII-XVIII. 2. Fronteiras –  
Amazônia – Estudo de caso. 3. Brasil – Colônia - História. I.  
Miceli, Paulo. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto  
de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

mh/ifch

**Título em inglês: The extent of the Forest: the voyages of  
exploration and demarcation through the “Country of the  
Amazons” – 17<sup>th</sup> -18<sup>th</sup> centuries.**

**Palavras chaves em inglês (keywords) :**

Amazon – History – 17<sup>th</sup> -18<sup>th</sup>  
centuries.  
Frontiers –Amazon – Case study  
Brazil – History - Colonial period

**Área de Concentração: História cultural**

**Titulação: Doutor em História**

**Banca examinadora: Paulo Miceli, Janice Theodoro da Silva, Leila Mezan  
Algranti, Guilherme Amaral Luz. Oswaldo Machado  
Filho.**

**Data da defesa: 06-08-2008**

**Programa de Pós-Graduação: História**



HONDIUS, Jodocus. *Nieuwe caerte van het Wonderbaer ende Gondrjcke Landt Guiana* [1598] (Mapa gravado a cores, ornamentado, tamanho original 36,5 x 52cm. Localização: Biblioteca Nacional (Brasil) - Cartografia ARC.030,02,032.

*« Ils se perdent tous le temps. Ils sont costauds et courageux. Il y en a comme des anges et d'autres sont des fous, des inspirés et des amoureux. Ils me font peur, ils me font rire et, d'autres fois, ils m'enchantent »*

(Gilles Lapouge, *La mission des frontières*)

*“Deságua no oceano o maior pélogo de água doce que já se descobriu, o mais caudaloso rio de todo o orbe, a ‘Fênix dos rios’, o verdadeiro Marañon, tão almejado e nunca acertado pelos do Peru, o antigo Orellana e, para dizê-lo de uma vez, o grande rio das Amazonas. (..) E como este é em suma, o novo descobrimento deste grande rio que, encerrando em si grandes tesouros, a ninguém exclui; pelo contrário, a todos liberalmente convida a que deles se aproveitem. Ao pobre dá sustento, ao trabalhador, satisfação por seu trabalho; ao valor; ao rico, maiores riquezas; ao nobre, honrarias; ao poderoso, estados; e ao próprio Rei, um novo império. Entretanto, quem mais interessado se há de mostrar nesta conquista são os zelosos da honra de Deus e do bem das almas, pois uma multidão delas está clamando por fiéis ministros do Santo Evangelho, para que, com a claridade deste, sejam afugentadas as sombras da morte, em que há muito tempo jaz esta pobre gente. E que ninguém se escuse desta empresa, pois para todos há campo descoberto e, quanto mais trabalhadores se tragam, maior será a colheita; e sempre necessitará esta vinha de novos e fervorosos obreiros que a cultivem até sujeita-la sob as chaves da Igreja Romana”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> ACUÑA. Cristobál de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994, pp. 168 e 169

## ÍNDICE

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>6</b>
<b>Resumo/Abstract</b> .....	<b>8</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>Capítulo 1: mito, ciência e religião na construção da fronteira</b> .....	<b>42</b>
1.1. Do <i>ager publicus</i> ao <i>uti possidetis</i> .....	42
1.2. A institucionalização da ciência em Portugal e no Brasil.....	45
1.3. Os homens da Ciência .....	49
1.4. A missão dos padres matemáticos .....	62
1.5. Em busca do País das Amazonas .....	68
1.6. A <i>Nueva Andaluza</i> na Amazônia .....	77
<b>Capítulo 2: A floresta como cenário</b> .....	<b>87</b>
2.1. “A jornada milagrosa” .....	87
2.2. Uma “Feliz Lusitânia” na Amazônia .....	92
2.3. Amazônia: uma fronteira portuguesa? .....	95
2.4. A Amazônia que Fritz e La Condamine revelaram .....	109
2.5. A navegação pelos rios da Amazônia: encontros e desencontros.....	124
<b>Capítulo 3: As fronteiras de papel</b> .....	<b>130</b>
3.1. Gusmão e Carvajal: obreiros do Tratado de Madri .....	130
3.2. Pelas “rayas” das demarcações .....	139
3.3. Dos <i>confins</i> ao <i>sertão</i> do Brasil .....	152
3.4. A demarcação do “sertão” .....	168
<b>Capítulo 4: Para medir a floresta.....</b>	<b>179</b>
4.1. A ação colonialista de Mendonça Furtado.....	179
4.2. A companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão e os recursos para a fronteira.....	183
4.3. “Saber de experiências feito”: o trabalho indígena e africano na medição da floresta.....	190
4.4. A comissão demarcadora de limites da parte norte.....	205
<b>Capítulo 5: As imagens de fronteira.....</b>	<b>223</b>
5.1. A <i>urbes</i> como fronteira.....	223
5.2. As cidades fortificadas .....	227
5.3. São Luís, Belém, Macapá e Mazagão: exemplos de abstração na Amazônia.....	234
5.4. Para além do sertão.....	250
5.5. As <i>gentes</i> da fronteira .....	253
<b>Considerações finais.....</b>	<b>264</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>269</b>

## AGRADECIMENTOS

Esta tese não recebeu financiamento de nenhuma agência de fomento à pesquisa, mas contou com a colaboração e *patrocínio* de pessoas de grande valor. A primeira e mais importante, sem dúvida, foi o Paulo, que muito mais do que meu orientador, foi meu *patrocinador*, meu incentivador e meu companheiro. Devo a ele todos os créditos deste trabalho.

Ao meu pai, à minha mãe e aos meus irmãos, agradeço pela torcida. Ao meu filho, além de agradecer pela compreensão quero, também, pedir desculpas pelos dias em que não fomos ao cinema.

Aos professores Leila Mezan Algranti e Glaydson José da Silva, pela atenciosa leitura e pelas sugestões feitas no exame de qualificação.

A outras pessoas também quero agradecer nominalmente por terem contribuído com minha pesquisa, especialmente, a Sra. Maria do Brasil, Altair Lapa e Waldir Azevedo, da Biblioteca da Marinha, que me socorreram na identificação de livros e mapas guardados naquela Instituição. A Sra. Maria Dulce de Faria, responsável pela Cartografia da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que além dos seus préstimos como funcionária, também me cedeu, gentilmente, as imagens do Arquivo Histórico Ultramarino, que tornou a minha pesquisa menos onerosa, estendo este agradecimento aos seus colegas de trabalho: Jorge Monteiro, Marina e Albert Catharino.

Aos funcionários do Arquivo Público do Pará, que são meus parceiros de pesquisa há mais de 10 anos, e à Sr. Ivete Castro Botelho, bibliotecária da 1ª Comissão Demarcadora de Limites do Ministério das Relações Exteriores, com sede em Belém, que copiou e me cedeu os volumes relativos à obra de Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, que gravaram e me cederam os documentos do Projeto Resgate, relativos à Capitania do Grão-Pará.

Aos meus estagiários do Laboratório de História da FAMA, Thiago Nobre e Marília Pantoja, que me ajudaram a transcrever os documentos do *Projeto Resgate*.

Aos meus amigos Simone Rola, Alexandre Amaral, Maura Leal, Claudia Raquel, Giselda Cabral e Zuila Flexa, que me motivaram a ir em frente. Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta tese e até a Deus, a quem sempre recorria nos momentos de angústia...

Obrigada a todos!

## Resumo/Abstract

A Amazônia foi revelada para o mundo pelas primeiras informações dos participantes das viagens de Colombo, o italiano Américo Vesúcio e o espanhol Alonso de Ojeda, os quais, segundo a versão *espanhola* foram os primeiros a chegar, no século XV, às duas saídas do rio Amazonas. Em toda a sua extensão, entretanto, o rio se tornou conhecido dos portugueses apenas a partir da viagem de Pedro Teixeira, que navegou do Pará até Quito, em 1639, contrariando, de modo efetivo, o Tratado de Tordesilhas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, outros viajantes europeus adentraram pelas terras da Floresta densa e pelas águas de seu Grande Rio, compondo com seus relatos valiosas representações dos homens, dos rios e da floresta amazônicos, na maior parte das vezes, fundamentadas em explicações míticas e fantasiosas sobre o *El Dorado* e as terras dominadas pelas Amazonas ameaçadoras.

Este trabalho tenta explicar como os discursos mítico e científico, alimentados pela imaginação e pelas ações de diversas personagens, ajudaram a conformar as dilatadas fronteiras da Amazônia que se tornou brasileira.

The Amazon Region was revealed to the world by the first information from the participants of Colombo's journey, the Italian Amerigo Vesputio and the Spanish Alonso de Ojeda, who, according to the Spanish versions, were the first to arrive, in the XV century, at the two exits of the Amazon river. In all of its extension, however, the river had only become well-known of the Portuguese since Pedro Texeira's travel, who sailed from Pará to Quito, in 1639, disobeying, effectively, the Tordesilha's treat. During the XVII and XVIII centuries, other European travelers went through the Forest lands and its Big River's water, composing with their accounts valuable representation of men, rivers and the Amazon Forest, most of the times, based in mystic explanations about the *El Dourado and* the conquered lands by the dangerous *Amazonas*.

This work tries to explain how the mythical and scientific discourses, supplied by the imagination and actions of diverse characters, have helped to form the dilated frontier of the Amazon Forest, which was made Brazilian.

## INTRODUÇÃO

As idéias básicas para a formulação desta tese surgiram durante as investigações levadas a efeito para desenvolver, junto ao Programa de Pós-Graduação em História do IFCH-UNICAMP, pesquisa em nível de Mestrado, intitulada “Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)”. As pesquisas com fontes primárias e secundárias revelaram, em vários momentos, documentação referente aos tratados de Utrecht e, principalmente, de Madri, haja vista que as fortificações amazônicas do século XVIII tiveram como causa principal de construção resguardar a região, a partir do litoral, das investidas dos países que não reconheciam a soberania espanhola e portuguesa sobre o território.

Durante as pesquisas sobre a engenharia militar no século XVIII, realizadas para o estudo das técnicas aplicadas na construção da Fortaleza de São José de Macapá, foram encontrados vários documentos, especialmente no Arquivo Público do Pará e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, informando que os engenheiros Henrique Gallucio, João Gronfeld e Domingos Sambucetti – principais responsáveis pela condução dos trabalhos de construção do forte – também foram contratados por Portugal para integrarem as viagens de demarcação das fronteiras Amazônicas.

A leitura da correspondência entre os governadores e militares a serviço de Portugal na Capitania do Grão-Pará, no século XVIII, também revelou detalhes da vida dos operários no canteiro da obra. Referimo-nos aos índios, negros e engenheiros militares europeus, que enfrentaram diferentes desafios para erguer a imensa construção de pedra localizada à margem esquerda do rio Amazonas, no atual estado do Amapá. Vale ressaltar que esta situação não foi exclusiva da Fortaleza de São José de Macapá, já que outras foram erguidas pelo litoral amazônico, desde antes do século XVII.

O trabalho de engenheiros militares, dos índios e negros no canteiro de obras fortificadas despertou a curiosidade de saber sobre as outras atividades

desempenhadas por esses operários, surgindo, portanto, a proposta de pesquisar sobre as viagens exploratórias e demarcatórias da Amazônia, entre os séculos XVII e XVIII, já que os mesmos também foram responsáveis pela demarcação do território amazônico.

Do ponto de vista teórico, esta tese alinha-se aos parâmetros conceituais propostos, principalmente, pela historiografia francesa contemporânea, notadamente pelos historiadores ligados à História Cultural, como Roger Chartier, além daqueles que, na França e em outros países, trabalham em campos teóricos próximos e afins, como Peter Burke e Lynn Hunt.

Segundo Peter Burke, trabalhar com a História Cultural não é uma tarefa fácil, porque ela não está estabelecida de maneira sólida, pelo menos institucionalmente. Prova disto está nas muitas variedades de História Cultural praticadas em diferentes partes do mundo, desde fins do século XVIII e que, nos últimos anos, se fragmentou ainda mais em subdisciplinas, em setores, como a ciência, a arte, a literatura, a educação ou a própria historiografia.<sup>2</sup> Estas múltiplas situações animam debates acerca sobre o que seria, realmente, a História Cultural, e esta tese – modestamente – pretende contribuir para aumentar os problemas que já existem e não são pequenos.

Começemos por Jacques Le Goff, para quem a História da *longa duração* é como uma proposta que promove a cisão da periodização linear que caracteriza a factualidade, pois percebe e admite a historiografia no ritmo lento, mas de profundas transformações, que insere suas marcas nas manifestações representativas de qualquer formação social<sup>3</sup>. Para ele, a *História nova* é definida e medida de outras maneiras, diferentemente das apresentadas pela historiografia marxista, como a *história das mentalidades*, movida pela ação dos homens que, diante da história de curtos prazos, passariam despercebidas, porque ela “é incapaz de apreender e explicar as

---

<sup>2</sup> BURKE, Peter. *Variedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp 26 e 27.

<sup>3</sup> LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre História*. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1982, pp 234 e 235.

permanências e as mudanças”<sup>4</sup>. Para Chartier, não se trataria de uma história das mentalidades, mas de representações coletivas que comandam atos do mundo social<sup>5</sup>.

Essa questão nos remete à identidade do historiador com o objeto pesquisado, sobretudo a partir da premissa e da advertência aconselhadora de Jacques Le Goff, para quem não se deve esquecer que nossa prática começa pelo questionamento das fontes documentais, pois as respostas não aparecem nas primeiras ou superficiais evidências, as quais nem sempre expressam o contexto em que foram produzidas: “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”<sup>6</sup>.

A afirmação acima pode ser complementada e desenvolvida a partir das considerações de Hayden White, que define um bom profissional da História pela “firmeza com que ele lembra a seus leitores a natureza provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontradas no registro histórico”<sup>7</sup>. Acrescente-se que, para White, as narrativas históricas são “ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e [suas] formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências, [o que quer dizer que o historiador] deve ser julgado pela verdade do que diz, ou pela adequação da sua reprodução verbal de seu modelo exterior, [que está intrínseco] no próprio pensamento do historiador acerca de suas convicções”<sup>8</sup>.

Sobre a questão da História como narrativa, lembremos a orientação de Paulo Miceli, que nos instrui a observá-la como constituída a partir de um aparato simbólico, composto por palavras que querem demonstrar circunstâncias, causas e coisas, datações e adjetivações: a História “é sempre construção a partir de fragmentos, e não há como sustentar uma discussão

---

<sup>4</sup> LE GOFF, Jacques. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998, pp 44 e 45.

<sup>5</sup> CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Estudos Avançados*, 11, nº 5, 1991.

<sup>6</sup> LE GOFF, Jacques. *Documento-Monumento*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1, p. 102.

<sup>7</sup> WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto, São Paulo: Edusp, 1994, p. 98.

<sup>8</sup> *Ibidem*, pp 98 e 99.

sobre a capacidade que tem (ou não) o historiador de apropriar-se da realidade em sua imaginária totalidade, o que é um avanço em relação a décadas de árido proselitismo”<sup>9</sup>.

Então, diante da leitura dos documentos históricos, foi constante o questionamento: para que servem as fronteiras? Esta questão não admite respostas a-históricas, pois as fronteiras e seus conceitos definidores dependem das construções produzidas em diferentes épocas, por personagens igualmente diversos, em função de interesses múltiplos e graus variados de envolvimento. Além disso, por agregar valores historicamente estabelecidos, melhor seria tentar entender como, ao longo do tempo, as fronteiras são construídas e entendidas.

Neste trabalho, dedicado essencialmente ao estudo sobre as formas e condições, a partir das quais foi delimitado o espaço amazônico, o conceito de fronteira é central, e será desenvolvido segundo as proposições da História Cultural e observando como as fontes podem revelar detalhes sobre as condições a que foram expostos os homens que navegaram pelo Rio Amazonas e seus afluentes, fundando aldeamentos e vilas, construindo fortificações, povoando e catequizando as populações nativas, tudo integrado ao desenho das fronteiras amazônicas.

Portanto, não pretendemos pensar a fronteira a partir das discussões teóricas do século XIX, quando este conceito era prioridade da Geografia e da Geopolítica, sendo definido, basicamente, pela concepção derivada da *mobilidade*, já que a fronteira aparecia como “constituída pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar”.<sup>10</sup> Esta definição partia do pressuposto de que a fronteira era uma linha que, por si, poderia separar duas regiões diferentes e surgiu em um período no qual se tentava estabelecer, quase nunca por vias pacíficas, o direito de propriedade em territórios que, por motivos diversos, eram palco de disputas. Além disso, à época, tratava-se da fronteira que poderia, por razões geopolíticas, dividir

---

<sup>9</sup> MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos – viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 3ª edição, p. 30.

<sup>10</sup> ZIENTARA, Benedikt. “Fronteira”. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 14, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 306 e 307

grupos que, embora separados por marcos fronteiriços, consideravam-se elementos de um todo maior.<sup>11</sup>

Exemplo disso foi o que aconteceu no Brasil, no começo do século XX, quando as teorias deterministas do XIX foram oficialmente utilizadas, sendo os acidentes geográficos os marcos limítrofes de fronteiras, como ocorreu na região Sul, onde o rio Paraguai passou a ser “uma das artérias estratégicas da Bacia do Prata, em situação na qual a via fluvial mais integrou do que separou, possibilitando a configuração de um Brasil platino”<sup>12</sup>. Do mesmo modo, a questão do Contestado, na Amazônia, resolvida com o Laudo de Berna, assinado, em 1900, na Suíça, que pôs fim às disputas entre a França e Portugal pela posse territorial do Cabo Norte, que persistia desde o século XVII. A partir deste documento, a fronteira do Brasil com a Guiana Francesa ficou assim estabelecida:

“1.º Conforme o sentido preciso do artigo 8.º do tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do Cabo de Orange e que por seu *Thalweg* forma a linha fronteira.

2.º A partir da nascente principal deste rio Oiapoque até a fronteira holandesa, a linha da divisão das águas da bacia do Amazonas que, nessa região, é constituída na sua quase totalidade, pela linha da cumiada da serra Tumucumaque, forma o limite interior”.<sup>13</sup>

As influências dessas ações estavam assentadas, sobretudo, nas idéias de Friedrich Ratzel, considerado o fundador da moderna Geografia Humana, o

---

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> XAVIER, Lídia de Oliveira. “*Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia*”. In: *Em tempo de História*, revista de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, ano 5, nº 5, 2001, p. 109. No que se relaciona, diretamente, com este trabalho, importa considerar que, no século XIX, o discurso do Estado ia ao encontro da negociação da diversidade, para criar uma unidade jurídica no interior da fronteira, diferentemente do que ocorria no século XVIII, quando a questão da diversidade foi uma arma do projeto colonizador, em virtude da necessidade do povoamento.

<sup>13</sup> Sentença expedida pelo Conselho Federal Suíço, “na qualidade de Árbitro chamado pelo Governo da República Francesa e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil”, decidido em Berna, “na sessão de 1.º de dezembro de 1900. In: MEIRA, Sílvio. *Fronteiras Sangrentas – heróis do Amapá*, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975, p. 112.

qual, sob influência da Geografia Política, criou, em 1897, a expressão “organismo vivo”, para designar a ação do Estado sobre um espaço vital, buscando conferir uma identidade comum à nação, neste caso, especificamente, preocupado com a unificação alemã. Entretanto, para o que nos interessa mais diretamente, as idéias de Ratzel propõem que se estude as relações entre o homem e a natureza, não apenas sob a óptica da mediação técnica ou econômica (trabalho, progresso), mas também, e sobretudo, levando-se em consideração a mediação política <sup>14</sup>.

Na verdade, a noção de fronteiras políticas, entendida como a divisão espacial entre diferentes nações, acompanhou a formação dos Estados contemporâneos e, portanto, sua compreensão pode ser relacionada ao binômio fronteira/país, fazendo surgir a concepção de linearização das fronteiras materializadas nas representações cartográficas, que foram, e ainda são, os instrumentos ideais para definir, delimitar e demarcar as fronteiras, pois, para além dos traçados lineares, o mapa é também o resultado de práticas humanas e, por isso, está repleto de significados culturais e políticos<sup>15</sup>.

No entanto, mesmo sob influência das teorias de Charles Darwin, ao propor que se lesse o espaço como um “organismo”, Ratzel não se referiu à estrutura rudimentar do organismo biológico, preferindo a leitura de uma unidade orgânica composta pelo homem e pela Terra, incluindo todos os objetos perceptíveis, materiais e imateriais, vinculando-se ao conceito da unidade (Ganzheit), de matriz romântica. Com isso, ampliou sua maneira de ver a Geografia, vindo, inclusive, a oferecer a possibilidade da descrição artística da natureza e da paisagem como forma de preencher tanto as necessidades científicas como as estéticas (*Über Naturschilderung*, 1904) <sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> ZIENTARA, Benedikt. *Op. Cit.*, pp 306 e 307.

<sup>15</sup> XAVIER, Lídia de Oliveira. *Op. Cit.*, p.111.

<sup>16</sup> Sobre a obra de Ratzel, ver também o artigo “Friedrich Ratzel”, de Luciana de Lima Martins, que escreveu sobre a influência da obra do geógrafo alemão, sobretudo “*Freunde, im Raum wohnt das erhabene nicht!*” (“Amigos, o sublime não mora no espaço!”), publicada em 1903 no periódico *Glauben und Wissen (Fé e Saber)* e insere-se no primeiro volume da obra póstuma *Kleine Schriften von Friedrich Ratzel (Pequenos escritos de Friedrich Ratzel)*, organizada por Hans Helmolt, em 1906. (Trata-se de uma coletânea com 86 artigos, publicados em diversos periódicos, entre 1867 e 1904, e que conta ainda com uma biografia escrita pelo organizador e uma bibliografia levantada por Viktor Hantzsch). Disponível em [www.uff/geographia/rev-5/friedrich5](http://www.uff/geographia/rev-5/friedrich5).

As teorias de Ratzel sempre foram alvo de muitas críticas. Sob influência de Lucien Febvre, por exemplo, a teoria da Geografia Política de Ratzel foi combatida na França, por ser considerada *determinista*<sup>17</sup>, preferindo o historiador dos *Annales* a teoria *possibilista*<sup>18</sup> de Vidal de La Blache, reconhecido por ter inaugurado uma longa tradição geográfica, fundamentada na relação homem-natureza, que muito influenciou os discípulos de Bloch e Febvre, sobretudo Fernand Braudel. O possibilismo vidaliano distinguiu-se do pretendido determinismo ratzeliano, porque este último limitou as relações Homem-Natureza a uma ação mecânica de fatores naturais sobre uma humanidade puramente receptiva<sup>19</sup>.

Entretanto, vale ressaltar que, mesmo reduzindo o pensamento ratzeliano à idéia do "determinismo", Lucien Febvre não deixou de reconhecer a importância do papel de Ratzel na fundação da Geografia Humana, que se constituiu lentamente numa Geografia nova, que se convencionou chamar de *Antropogeografia*<sup>20</sup>.

As divergências entre La Blache e Ratzel, considerados expoentes da Geografia Humana, eram muitas e irreconciliáveis. Sobre essas diferenças, Guy Mercier escreveu que há nelas muito mais mito do que verdade, pois ambos aderiram à concepção geral, pela qual as condições ambientais sobre o estabelecimento humano são mediadas pela própria ação humana. A partir desse viés, os dois autores elaboraram planos teóricos de uma Geografia regional e política, baseada, essencialmente, na relação homem-natureza<sup>21</sup>.

Assim, conforme as afirmações de Guy Mercier, é necessário ter muita atenção para considerar as contraposições estabelecidas pela Geografia

---

<sup>17</sup> FEBVRE, L. *La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia*. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925, p. 25

<sup>18</sup> MORAES, A. C. R. (org.). 1990. *Ratzel*. São Paulo, Atica, 13

<sup>19</sup> FEBVRE, Lucien. *Apud*: MERCIER, Guy. « La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache ». *Annales de Geographie*, 1995, nº 583, p. 215.

<sup>20</sup> FEBVRE, L. *La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia*. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925, p. 26

<sup>21</sup> MERCIER, Guy. « La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache ». *Annales de Geographie*, 1995, nº 583, p. 220.

Francesa em relação a La Blache e Ratzel, pois, por exemplo, a leitura da expressão *Lebensraum* (espaço de vida) pressupõe diversas interpretações.

No entanto, em linhas gerais, segundo Marcos B. de Carvalho, são comuns os reducionismos e simplificações do pensamento ratzeliano, sobretudo quando geógrafos e antropólogos propõem uma leitura sobre as teorias das relações homem-natureza, ou sobre a evolução dos processos civilizadores. No primeiro caso, segundo os críticos, Ratzel teria sido um determinista ambiental incorrigível e, no segundo, um anti-evolucionista, adepto de teses combatidas e desgastadas, como as do difusionismo, ou acertadamente condenadas, como as da superioridade civilizadora dos brancos caucasianos.<sup>22</sup>

Luciana de Lima Martins, por sua vez, alerta para o fato de que a obra de Ratzel é uma tentativa de superar uma geografia puramente descritiva e de avançar na formulação de grandes construções explicativas, onde o “sentido de espaço” (“Raumsinn”) ocupa lugar primordial. Esta afirmação da autora surgiu da leitura dos livros *Anthropogeographie* e *Völkerkunde*, publicados, respectivamente, em 1882 e 1885. Neles, o geógrafo sugeriu um estudo dos acontecimentos recíprocos entre o homem e seu ambiente, sendo que o primeiro teria duplo posicionamento: um ativo, na medida em que transforma, através de seu trabalho, a superfície terrestre; e outro passivo, devido a sua dependência às condições naturais que seu espaço vital (“Lebensraum”) lhe impõe. Além disso, Ratzel incluiu em seus estudos o papel preponderante desempenhado pela cultura e pela difusão cultural no desenho das paisagens.<sup>23</sup>

Como se pode ver, a obra de Friedrich Ratzel deve ser lida com atenção redobrada, pois, mesmo tendo ele sido um nacionalista radical e convicto defensor do império alemão; mesmo tendo buscado fórmulas difíceis de sustentar ou, ainda, ter feito uso de conceitos deterministas pouco fundamentados, ele conseguiu “captar na noção de ‘espaço vital’, e na

---

<sup>22</sup> CARVALHO, Marcos B. *Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação?.* In: *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, nº 25, 23 de abril de 1997, p. 1.

<sup>23</sup> MARTINS, Luciana. *Friedrich Ratzel*. In: pp. 7 e 8. [www.uff/geographia/rev-5/friedrich5](http://www.uff/geographia/rev-5/friedrich5)

metáfora do Estado como 'organismo vivo', os movimentos de expansão territorial do sistema capitalista no século XIX".<sup>24</sup>

Em resumo, levando-se em consideração a complexidade do pensamento de Ratzel, Horacio Capel escreveu que numa primeira leitura pode parecer que suas teses são deterministas "como numerosas vezes se tem, dito".<sup>25</sup> Entretanto, o autor adverte que seu ponto vista era muito mais complexo e longe de ser determinista, pois para ele o homem, num certo nível organizacional, sempre pode modificar os elementos do meio natural.<sup>26</sup>

Ora, para entender melhor esta teoria, é importante começar pela diferenciação entre *espaço* e *território*, pois o primeiro conceito não é algo apenas *preenchido* pelo segundo. *Espaço* tem sentido amplo e diz respeito ao poder dos Estados, onde corporações ou organizações supõem um processo de integração de espaços econômicos, políticos e simbólicos, o que contraria a noção de "espaço geográfico no sentido de anexação de territórios pertencentes a outros Estados".<sup>27</sup> Em síntese, o primeiro provê o fundamento básico da própria sociedade e o segundo consiste na ordenação da materialidade da categoria anterior. Entretanto, a discussão não se encerra nesta concepção, já que as demais representações sobre o território são abstratas.

Por esse viés, ainda, Lídia Xavier escreveu que, atualmente, a Geografia e a Geopolítica também fazem uma nova leitura sobre o tema de fronteira. A Geografia, por exemplo, estabeleceu uma relação entre fronteira e espaço, que discute a concepção de espaço/receptáculo/continente dentro da instância do social, levando-se em consideração, portanto, as determinações temporais e históricas.<sup>28</sup>

---

<sup>24</sup> MACHADO, Lia Osório. "Sistemas, fronteiras e território". In: *Revista do Departamento de Geografia/UFRJ*, p. 9. Disponível em [www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos.pdf](http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos.pdf)

<sup>25</sup> CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea. Una introducción a la geografía*. Barcelona: Barcanova, 1981, pp. 284 e 285

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> MACHADO, Lia Osório. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>28</sup> XAVIER, Lídia de Oliveira. "Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia". In: *Em tempo de História*, revista de pós-graduação em História da Universidade de Brasília, ano 5, nº 5, 2001, p. 108.

Assim, a partir da formulação ratzeliana da representação do espaço – e não esquecendo, por paradoxal que pareça, as primeiras formulações teóricas dos historiadores dos *Annales* –, no que diz respeito diretamente a esta tese, é motivador pensar na associação interdisciplinar da História com a Geografia, com a Antropologia e a Sociologia, principalmente, através da premissa de que o espaço sofre e atua conforme a interferência humana, o que nos sugere pensar nas fronteiras da Amazônia Colonial como uma construção moderna.

A conjunção com a Antropologia pode ser percebida quando buscamos nos estudos de cultura-personalidade, que significaram muito menos a descrição minuciosa de características específicas e muito mais a explicação dada pelo observador, segundo os seus parâmetros sociais e culturais, a explicação para os traços físicos e culturais das pessoas que habitavam o vale amazônico, entre os séculos XVII e XVIII.<sup>29</sup> Sem incorrer em anacronismo, pois sabemos que os conceitos de caráter nacional ou de cultura-personalidade começaram a ser refutados pelas Ciências Sociais a partir do século XX, o que objetivamos é lançar mão desses pressupostos para tentar viabilizar uma discussão teórica. Contudo, isso não implica uma visão unilateral dos acontecimentos, pois não podemos desconsiderar as manifestações preconceituosas dos europeus em relação aos índios e, depois, aos negros que contribuíram para a formação do Brasil, especificamente considerando, aqui, a região Norte.

Para tanto, além da proposta de Ratzel, é importante observar as teorias de Frederick Jackson Turner, para quem não era o Estado e sim o povo o “organismo vivo” que dava mobilidade à fronteira (“frontier spirit”). Essa afirmação foi baseada na compreensão do *lugar* como o espaço de interação, de comunicação, de encontros e desencontros e, também, na percepção de sistemas territoriais diferentes e de nacionalidades distintas, permitindo ainda a tradução para a expressão de Isaiah Bowman, “vida de fronteira” (“pioneer fringe”) ou – por que não dizer? –, mais recentemente, “identidade de fronteira”.<sup>30</sup>

---

<sup>29</sup> XAVIER, Lídia de Oliveira. *Op. cit.*, p. 112.

<sup>30</sup> MACHADO, Lia Osório. *Op. cit.*, p. 8.

Para Jackson Turner, o estudo da colonização da América do Norte não pode prescindir da observação de como a vida européia *entrou* no continente e como a América modificou e desenvolveu aquela vida, reagindo à Europa. Segundo ele, o começo dessa história é o estudo de germes europeus se desenvolvendo num ambiente americano. A fronteira era a linha mais rápida e efetiva de americanização. A selva dominava o colonizador, e o homem era tirado de seu vagão ferroviário para ser colocado numa canoa de madeira; era tirado de seus trajes de homem civilizado, para ser vestido de caçador com mocassim. Colocado numa cabana de madeira dos Cherokee e Iroquis, cercou-se de uma paliçada e logo começou a plantar milho e arar com uma vara, bradando o grito de guerra e tirando o escalpo, tudo no modo indígena mais ortodoxo.<sup>31</sup>

Dito de outro modo, na fronteira, o ambiente é, em primeiro lugar, extremamente forte e determinante para o homem. Ele deve aceitar as condições que lhe são apresentadas ou perecerá. Por isso, deve se ajustar ao ambiente indígena e seguir sua trilha. Pouco a pouco, ele transformou a selva; porém, o resultado não era a velha Europa. Agora, trata-se de um novo produto, o americano. Primeiro, a fronteira era a costa Atlântica. Era a fronteira da Europa num sentido muito verdadeiro. Na direção do Oeste, a fronteira foi se tornando cada vez mais americana...

Mesmo Turner tendo direcionado sua teoria sobre a mobilidade da fronteira para analisar o processo de colonização da América do Norte, podemos utilizá-la para entender o processo de construção das fronteiras amazônicas, visto que este trabalho procura sustentar-se, tematicamente, pelo fascinante *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, notadamente, no que diz respeito ao alargamento das fronteiras para o interior do Brasil. Nos sertões bravios, inclusive a Amazônia, os colonos e seus descendentes diretos foram mais abertos às influências da vida cultural dos naturais da terra; porém, sobre os aspectos da vida familiar e social, os princípios ainda permaneceram assentados nas tradições européias: em suma, um movimento que, ao mesmo tempo, significou a aceitação e a negação dos

---

<sup>31</sup> TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American history*. New York: Robert e Krieger Publishing, 1976, pp. 3 e 4.

costumes “dos negros da terra”, o que o autor chamou de “diluição e recuperação”.<sup>32</sup>

Assim, compartilhamos com Turner a idéia de que cada fronteira deixa seus traços atrás de si, e mesmo quando ela se torna uma área colonizada, a região ainda compartilha das características da fronteira. O avanço da fronteira significa um movimento constante para longe da influência da Europa, um desenvolvimento ininterrupto de independência característico da ocupação americana. Assim, estudar esse avanço do homem que cresceu sob essas condições e os resultados políticos, econômicos e sociais daí decorrentes é estudar a porção mais *americana* de nossa história.<sup>33</sup>

Na primeira metade do século XX, um grupo de seguidores de Turner, com destaque para Ray A. Billington e Walter P. Webb<sup>34</sup>, desenvolveu um estudo comparativo, transferindo as análises do caso norte-americano para a América Latina, concluindo que, neste último caso, “os agentes de expansão não foram pioneiros em busca de novas oportunidades, mas conquistadores e bandeirantes, amparados pelo governo”, estando ausentes, segundo as teorias turnerianas, dois elementos fundamentais para a consolidação da fronteira: o individualismo e a busca contínua pelo *self-betterment*, considerados pelo teórico norte-americano como os pontos nevrálgicos para a conquista do Oeste, o que, neste caso, deve ser entendido como a superação das adversidades geográficas, cujo resultado foi o desenvolvimento dos Estados Unidos<sup>35</sup>.

Por este motivo, Sérgio Buarque de Holanda alertou para os cuidados que devemos tomar ao aplicar os esquemas de Turner às condições criadas

---

<sup>32</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1975, 2ª edição, p. 7.

<sup>33</sup> TURNER, Frederick Jackson. *Op. cit.*, p. 4.

<sup>34</sup> WEBB, Walter Prescott. *The Great Plains*. New York: Grosset & Duniap, 1931, pp 87-108. *Apud*: LOPES, Maria Aparecida de S. “Frederick Jackson turner e o lugar da fronteira na América”. In: GUTIÉRREZ, Horacio *et all*. *Fronteira: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: UNESP/Olho d’água, 2003, p. 17.

<sup>35</sup> Muito se escreveu sobre a fronteira, do ponto de vista dos limites do conflito armado e da perseguição; porém, alguns economistas e historiadores têm negligenciado alguns pontos, pois a fronteira americana é nitidamente distinta da fronteira européia – uma linha fronteiriça fortificada passando através de populações densas -, pois a primeira situava-se junto à extremidade da terra livre. (TURNER, Frederick Jackson. *Op cit.*, p. 3)

no Brasil para sua expansão geográfica. Para ele, “o contraste entre as ações e reações dos herdeiros de um João Ramalho, por exemplo (que a si próprio se chamou, certa vez, ‘fronteiro do Paraíba’), e as dos “pioneers” da América anglo-saxônica é, com efeito, tão obviamente radical quanto será, sem dúvida, o que subsiste entre as conseqüências próximas ou remotas que delas podem decorrer”.<sup>36</sup>

Para tentar escapar desta armadilha, é bom deixar claro que nossa leitura de Turner visa, apenas, aproveitar suas idéias relativas à *fronteira móvel*, pois elas nos fazem pensar nas paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas e até mesmos na língua que, aqui no Brasil, confluíram, “ora para a formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados”.<sup>37</sup>

Patrícia N. Limerick, Brian W. Dippie e Richard White<sup>38</sup>, críticos da teoria turneriana, na década de 1980, apresentaram uma análise mais complexa e menos linear sobre a formação histórica da fronteira, segundo a qual os episódios do ontem, muitas vezes escolhidos ao acaso, não podem ser considerados como a estrutura medular para se entender o desenvolvimento de uma nação. Para eles, as explicações geográficas não podem ser suficientes para se definir a ocupação do Oeste dos Estados Unidos, sendo determinantes para o estabelecimento das fronteiras as questões de ordem social, econômica e cultural, que estão na base das relações entre grupos humanos. Mesmo considerando que Turner entendia os colonos como “modeladores” de fronteiras, as críticas recaíram sobre o seu foco exclusivamente anglo-americano, o que resultou numa versão quase idílica da conquista do Oeste, apenas acrescentada das guerras travadas com os antigos habitantes do território.

Owen Lattimore, por sua vez, concluiu que, ao contrário do que teria escrito Turner, a fronteira é criada quando uma comunidade ocupa um território

---

<sup>36</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. Cit.*, p. 13

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>38</sup> LOPES, Maria Aparecida de S. *Op. cit.*, pp 20-21.

e a sua existência é dinâmica, transformando os hábitos e a paisagem anteriores à imigração.<sup>39</sup>

As críticas dirigidas a Frederick Turner referem-se, enfaticamente, ao viés nacionalista de seu discurso, segundo o qual o desenvolvimento dos Estados Unidos deveu-se à eficácia da formação de suas fronteiras, diferenciando-se, portanto, das demais situações do restante do continente e afirmando-se como resultado de uma espécie de poder expansivo inerente aos norte-americanos.<sup>40</sup>

Mesmo assim, não podemos deixar de considerar que os estudiosos dessa teoria, mesmo os críticos, mostram a importância das idéias turnerianas, por terem produzido explicações sobre o conceito de fronteira, observando, para além da Geografia determinista, as ações individuais de cada personagem atuante no processo formador dos limites fronteiriços.<sup>41</sup>

Herbert Eugene Bolton, historiador norte-americano, sugeriu, em 1917, que as teorias de Turner também eram referências para se pensar as fronteiras hispano-americanas e as experiências colonizadoras de portugueses e ingleses na América, sobretudo quando o ponto a ser observado é a ação missionária dos Dominicanos, Franciscanos e Jesuítas, que muito mais do que

---

<sup>39</sup> LATTIMORE, Owen D. *The frontier in History*. In: MANNERS, Robert A. & Kaplan, David. *Theory in Anthropology. A sourcebook*. Chicago: Aldine Publishing Co., pp 374-386. *Apud*: LOPES, Maria Aparecida de S. *Op. cit.*, pp 17-18.

<sup>40</sup> Frederick Turner chegou a escrever que “a selva tem sido interpenetrada por linhas de civilização crescente e cada vez mais numerosa (...). Se alguém quisesse entender o porquê de nós sermos hoje uma nação, em vez de uma coleção de estados isolados, ele deveria estudar essa consolidação econômica e social do país. Nesse progresso das condições selvagens encontram-se tópicos para o evolucionismo”. Esse desenvolvimento americano, para ele, exibiu não um mero avanço ao longo de uma linha singular, mas um retorno às condições primitivas num avanço contínuo da linha fronteira e um novo desenvolvimento para aquela área. O desenvolvimento social americano tem continuamente começado de novo na fronteira. Esse perene renascer, essa fluidez da vida americana, essa expansão ocidental com suas novas oportunidades, seu toque contínuo com a simplicidade da sociedade primitiva, preenche as forças do caráter dominante norte-americano. Assim, a gênese, por assim dizer, da história dessa nação não tem suas raízes na costa atlântica, mas no grande Oeste. (TURNER, Frederick Jackson. *Op. cit.*, pp 2, 3, 6, 7 e 15).

<sup>41</sup> Sobre as teorias de Frederick Turner, ver também TURNER, Frederick Jackson. *Rereading Frederick Jackson Turner. “The significance of the frontier in American History” and other essays*. New York: H. Holt and Co., 1994.

converter os nativos, fundaram “agências de fronteiras”<sup>42</sup>, materializadas nos aldeamentos indígenas.

Assim, buscando ainda os pressupostos teóricos que possam relacionar o conceito de fronteira com as bases que sustentam esta tese, recorreremos, também, a Malcolm Anderson<sup>43</sup>, para quem, o termo ‘fronteira’ é bastante amplo, comportando sentidos como: limite, divisão e marca; e apesar de sua origem militar – a zona na qual se enfrentava o inimigo -, no uso contemporâneo, fronteira significa a linha demarcatória, na qual jurisdições se encontram, sendo, geralmente, demarcada e controlada por costumes, pela polícia e por guarnições militares. De modo mais generalizado, o termo foi usado em casos específicos para se referir à zona de movimentação de povoados no interior do continente, como no livro no livro clássico de Turner, *A Fronteira na história americana*.

Assim, é possível identificar três palavras que se equivalem para designar o que aqui se entende por *fronteira*: além da própria, é possível usar *limite* e *divisão*, incluindo uma quarta, agora arcaica: *marca*. Sobre os termos *limite*, assim como *região* ou *marca de delimitação*, os mesmos podem ser aplicados a uma zona geralmente de pequena extensão, mas é a palavra *divisão* a mais usada para se referir à linha de delimitação ou demarcação, sendo, por isso, o termo mais específico dos três.<sup>44</sup>

Ainda segundo Malcolm Anderson<sup>45</sup>, numa visão geral, as fronteiras entre Estados são *instituições* e *processos*. Como *instituições*, elas são

---

<sup>42</sup> BOLTON. Herbert Eugene. *Apud* OSÓRIO, Lígia. *A fronteira e outros mitos*. Campinas/SP: Tese apresentada ao concurso para a carreira docente, nível Ms-4, Departamento de Política e História Econômica, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001, p. 158.

<sup>43</sup> ANDERSON, Malcolm. *Frontiers: Territory and State Formation in the Modern World*. Cambridge: Polity Press, 1996, p. 9.

<sup>44</sup> ANDERSON, Malcolm. *Op. cit*, p. 9

<sup>45</sup> Malcolm Anderson, no livro *Frontiers: Territory and State Formation in the Modern World*, trata de vários tópicos unidos por um tema comum: “as fronteiras são inseparáveis das entidades com as quais fazem limites”. Por este viés, o autor busca analisar a origem das fronteiras européias com uma concepção específica de fronteira originada no processo violento da formação de um Estado no oeste da Europa tempos atrás. Com isso, conclui que as fronteiras vêm diferenciando o limite onde determinadas leis começam a ser obedecidas. Guerras eram constantemente feitas com o intuito de remarcar fronteiras, tendo os teóricos do século XIX tentado explicar esta competição. Uma maior estabilidade, depois de 1950, estimulou novo conjunto de teorias. (ANDERSON, Malcolm. *Op cit*, p. 10)

estabelecidas por decisões políticas e reguladas por textos legais, que organizam, inclusive, as relações sociais das personagens que integram um espaço fronteiro. Como *processo*, as fronteiras têm quatro dimensões: a primeira, diz respeito à sua utilização como instrumento de uma política de Estado, pela qual o governo tenta mudar o local e as funções das fronteiras em seu próprio benefício. Apesar de não haver relações simples entre fronteiras, riqueza e poder inadequados, a política dos governos nas fronteiras tende, sempre, a proteger e promover interesses específicos, em função do jogo de forças políticas em confronto. A segunda dimensão esclarece sobre as políticas e práticas restritas ao grau de controle *de facto* que o governo exerce sobre a fronteira, podendo ser as reivindicações do Estado moderno para tornar-se “a única” e exclusiva fonte de todo o poder. Contudo, a incapacidade dos governos no mundo contemporâneo de controlar o tráfego de pessoas, mercadorias e informações por entre suas fronteiras está mudando a própria natureza dos Estados.<sup>46</sup>

O terceiro processo apresenta as fronteiras como *espaço de identidade*. Neste sentido, são parte de crenças políticas, mitos unificadores das pessoas, e, algumas vezes, da unidade “natural” de um território, que passa a ser o espaço de “comunidades imaginárias” – para usar a expressão de Benedict Anderson<sup>47</sup> –, sendo estudadas como um fenômeno universal e, geralmente, com profundas raízes históricas. Por isso, estão ligadas à forma mais poderosa de acordo ideológico do mundo moderno: o nacionalismo. É importante salientar que mitos sobre unidades também podem ser criados ou transformados durante guerras, revoluções e agitações políticas.

No quarto processo, a fronteira, como objeto de estudo das Ciências Humanas, Jurídicas e Políticas, apresenta uma variação temporal de significados. Para as pessoas que vivem em regiões fronteiriças, ela é associada às leis que lhes são peculiares, configurando imagens populares de “barreiras” ou “junções”.<sup>48</sup> É importante considerar, ainda, que aquilo que as fronteiras representam é constantemente reconstituído por aqueles que são

---

<sup>46</sup> ANDERSON, Malcolm. *Op cit.*, p. 2

<sup>47</sup> ANDERSON, Benedict. *Apud*: ANDERSON, Malcolm. *Op. Cit*, p. 2

<sup>48</sup> ANDERSON, Malcolm. *Op cit*, pp .2 e 3

regulados, influenciados e limitados por elas. Referimo-nos, aqui, às camadas de discursos – político, acadêmico, popular – que nem sempre coincidem, pois imagens mentais divergentes de fronteiras são partes integrantes do processo.

Em sentido geral, não são poucos os trabalhos dedicados ao estudo da construção de fronteiras, mas sua melhor compreensão exige que se amplie o foco de observação, incorporando conceitos relativos a *território* e *região*. Por isso, para melhor entendermos as múltiplas interpretações sobre os limites fronteiriços, à luz das Ciências Humanas, e de acordo com os pressupostos da História Cultural, tomamos como base, ainda, as idéias de Lucien Febvre. Para ele, é arriscado entender o *território* apenas como suporte de medida de uma fronteira, sendo melhor defini-la em termos de *construção territorial*, a partir das relações entre os homens, o que faz dela objeto de estudo das Ciências Sociais.<sup>49</sup>

A proposição de Febvre sobre os conceitos de *território* e *região* é, assim como o de fronteira, definida pela compreensão do espaço vivido diante das experiências individuais e múltiplas; portanto, o conceito de *território* é substituído, em certa medida, pelo de *percepção de espaço*. Assim, a territorialidade “deriva fundamentalmente da difusão de imagens mentais, de informações orais, de representações mais ou menos abstratas, de desenhos ou mapas e de representações simbólicas”; daí o valor dos limites físicos de um território ser, fundamentalmente, definido a partir de relações entre os homens, exprimindo, também, o poder de Estado, explicitado sobre as ações destinadas a controlar as fronteiras.<sup>50</sup>

Exemplo dessa conceituação foi o caso da Espanha que, durante as negociações do Tratado de Madri, justificou a medição do seu território americano pelo alcance do tiro de canhão, mas, como não se determinava de onde partiria o disparo, o território seria, então, “o espaço de terras que se estendia desde a capitania de São Vicente até o Rio da Prata [sendo, portanto]

---

<sup>49</sup> RONCAYOLO, Marcel. *Território*. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 8, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986, p. 281.

<sup>50</sup> Segundo o *Dictionnaire de la langue française*, de Littré (1863-72), o território é “a extensão de terra que depende de um império, de uma província, de uma cidade, de uma jurisdição”, e territorialidade compreende “tudo o que pertence de facto a um território considerado o ponto de vista político”. (RONCAYOLO, Marcel. *Op. cit.*, págs. 161, 262 e 281).

a extensão que a Espanha entendia que podia ceder ou restituir”. Obviamente, Alexandre de Gusmão, representante português nas negociações do tratado, rebateu esta explicação, afirmando que ela era equivocada, pois a palavra território significava, segundo ele, “uma extensão de terras e de campos onde se exerce uma jurisdição”.<sup>51</sup>

No que diz respeito às considerações sobre o conceito de *região*, segundo Edmundo Heredia, é conveniente analisá-lo sob a ótica de sua relação com o de *nação*. O primeiro “é uma tentativa de explicar o país para dentro e, por sua vez, como parte identificada de uma unidade maior”. Desta forma, o conceito de *nação* apresenta caracteres diferenciadores, acentuando o nacionalismo e, por contraste, os de fora serão os estrangeiros, que na compreensão de *região* não ganham conotação de “estranho, alheio ou distinto”. Enquanto o conceito de *nação* transmite a idéia de separação entre unidades diferentes, o de *região* implica a “existência de unidades complementares e aparentadas entre si”, o que não exclui as rivalidades inter-regionais. Já o segundo conceito vislumbra as simbologias criadas para que um determinado país apresente-se no exterior, firmando, deste modo, a sua soberania e integridade.<sup>52</sup>

Marcel Roncayolo, porém, chama a atenção para alguns trabalhos recentes de geógrafos que concebem a *região* como um “espaço vivido”, pois esta definição requer alguns cuidados, principalmente pela relação que se estabelece entre *região* e *espaço*, porque se ambos são “simultaneamente o objeto e o efeito de representações sociais, nada mais resta do que formular o quadro dum conhecimento científico que não pode concertar-se com evidências, [já que o apelo ao] vivido não fornece uma explicação única às incertezas que a noção de *região* apresenta em primeira análise”.<sup>53</sup> É preciso

---

<sup>51</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Parte I, tomo II, pp. 109 e 110.

<sup>52</sup> HEREDIA, Edmundo A. “Uma aproximación teórica a los conceptos de ‘nación’ y de ‘espacios regionales’”. *Apud*: XAVIER, Lídia de Oliveira. *Op. cit.*, págs 124 e 125.

<sup>53</sup>, Armand Frémont, geógrafo francês que estudou os espaços, sob a ótica das relações sociais, conceituou a *região* como “um espaço médio, menos extenso que a nação ou o grande espaço de civilização, mais vasto que o espaço social dum grupo e, a *fortiori*, dum lugar”. (RONCAYOLO, Marcel, *Op. cit.*, p. 161, 163 e 262).

buscar, também, as características do *espaço* e, por conseguinte, da *região*, sem excluí-las de um contexto histórico maior.

É no interior desse debate que procuramos inserir a construção das fronteiras da região Amazônica, sobretudo no século XVIII, quando projetos tratadísticos foram concebidos, visando à divisão dessa região entre as Coroas portuguesa e espanhola. Não que isso tenha sido, conforme nossa leitura, o fundamento mais importante para a demarcação desses limites, mas foi, pelo menos em regra geral, o princípio articulador das viagens demarcatórias que configuraram a concepção do espaço amazônico. Por esse viés, conforme escreveu Friedrich Kratochwil<sup>54</sup>, o Tratado de Madri estaria incorporado ao nascimento do moderno sistema interestatal, que se sustentava a partir de uma rede tripartite de intercâmbios: o primeiro, justifica-se pelo binômio limite/ambiente, sugerindo a compreensão sistêmica do coletivo, indo ao encontro, portanto, do conceito de unidade. Já o segundo tipo revela-se, quando um elemento define o limite do todo. Por último, o terceiro intercâmbio, que se justifica entre o centro da unidade e a sua periferia, com o que o entendimento se faz pelas aspirações dos habitantes da periferia em relação ao centro e vice-versa.

A variação dessas redes de intercâmbio depende da interferência de elementos não-estatais, baseados na ilegalidade das ações, fora das determinações do elemento definidor dos limites, compreendendo indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade, redes de informação, tudo assentado nos interesses mais diversos e complexos, que vão além do sentido estritamente econômico, revelando-se também pelos elementos culturais e sociais, bem como pelos fundamentos da *iconografia* do Estado-nação,<sup>55</sup> que se tornaram mais exaltados com o nacionalismo surgido a partir da fundação – em vários países da Europa – de vilarejos permanentes no século XIX.

---

<sup>54</sup> KRATOCHWIL, F. "Of Systems, Boundaries, and Territoriality: an Inquiry into the Formation of the State System". *World Politics*, n. 34, pp. 27-52, 1986. *Apud*: MACHADO, Lia Osório. *Op. Cit.*, p. 9.

<sup>55</sup> ARRIGHI, Giovanni. *Apud*: MACHADO, Lia Osório. *Op cit*, p. 3.

As fronteiras passaram, assim, a ser associadas a imagens e símbolos de poder e tradições (algumas vezes inventadas). O sociólogo italiano Raimondo Strassoldo <sup>56</sup> revisou os significados simbólicos, psicológicos e sociológicos das fronteiras. Segundo ele, elas têm o poder de controlar a imaginação, o que responde por suas representações literárias relacionadas a *saída, perigo* e ao *desrespeito quanto às leis*, convenções e outras formas de inibições delas derivadas.

Exemplo disso, foram as representações produzidas, entre os séculos XVI e XVIII, sobre o homem, a fauna e flora Amazônicas, responsáveis pela produção de uma fronteira que oscilava entre a decrepitude e o deslumbramento. Mas, apesar de todas as comunidades humanas terem se definido, em certo grau, de acordo com suas próprias percepções de fronteiras, elas foram, algumas vezes, criadas conscientemente para promover um senso de separação e individualidade, porque difundiu-se um medo, quase que supersticioso, que caracterizou, e ainda caracteriza, as fronteiras “fechadas” <sup>57</sup> ou desconhecidas. No século XVIII, por exemplo, elas eram vistas como linhas de transição entre dois mundos – atravessá-las significava fazer uma passagem para terras selvagens.

Nesse ambiente teórico, que revela as ambigüidades do mundo civilizado europeu em suas relações com o *selvagem* americano, Antonello Gerbi <sup>58</sup> analisou, em *O novo Mundo*, as diferentes teorias que alguns filósofos e naturalistas dos séculos XVIII e XIX desenvolveram sobre o homem habitante do “Novo Mundo”. Sua valiosa análise passa pelas teses buffonianas, que, em síntese, caracterizaram os índios como “poucos e débeis”, por terem se

---

<sup>56</sup> *Apud* ANDERSON, Malcolm. *Op cit*, p. 3

<sup>57</sup> Este termo foi extraído de Malcolm Anderson, para quem, na história recente, a fronteira interna do Estado tem sido considerada como fundamentalmente diferente de outros tipos de fronteira, por causa da doutrina de soberania e princípio territorial. A exclusividade territorial da Nação implicava não admitir qualquer tipo de invasão feita por jurisdição externa. As pessoas confinadas pela fronteira deveriam partilhar um senso comum de fidelidade, valores e características. As fronteiras deveriam ser, vigorosa ou até violentamente, disputadas. Quanto mais fechada a fronteira, maior seu impacto como um limiar prático e simbólico, e mais forte as crenças de que um estrito controle da fronteira era essencial para a manutenção de seus poderes. (ANDERSON, Malcolm. *Frontiers: Territory and State Formation in the Modern World*. Cambridge: Polity Press, 1996, p. 6)

<sup>58</sup> GERBI, Antonello. *O novo mundo. História de uma polêmica: 1750 – 1900*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo, Companhia das letras, 1996, p. 21

submetido ao controle da natureza. Gerbi também analisa as teorias de De Pauw, cientista prussiano mais radical que Buffon, que descreveu os americanos como selvagens que negavam qualquer forma de civilização; eram como “animais imaturos”, não sendo, portanto, uma criação, mas sim uma “degeneração”<sup>59</sup>. Além disso, desprovidos de qualquer sentimento, força física e inteligência, “*eram como bebês raquíticos, irremediavelmente indolentes e incapazes de qualquer progresso mental*”.<sup>60</sup> Além das teses de Buffon e De Pauw, Antonello Gerbi apresenta outras variáveis em torno das descrições dos índios americanos, mas aqui importa considerar que, em síntese, todas elas acabaram contribuindo para justificar a escravização do homem americano.

Nossa leitura de Antonello Gerbi sustenta algumas bases teóricas da História Cultural, que, segundo Peter Burke, “só pode ser definida em termos de nossa própria história”, a partir da atribuição de valores e identidades, que – como assinalaram Butterfield e Foucault – são difíceis de demonstrar nos trabalhos historiográficos, porque sempre tentamos escrever *uma história do presente utilizando o passado*. Por isso, se “quisermos evitar a atribuição anacrônica de nossas intenções, interesses e valores aos mortos, não podemos escrever a história contínua de nada”<sup>61</sup>, o que não contraria a idéia de Hayden White de que o historiador contemporâneo “precisa estabelecer o valor do estudo do passado, não como um fim em si, mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo”.<sup>62</sup>

Outra dessas possibilidades contemporâneas de desenvolver estudos sobre a fronteira pode ser amparada pela retomada dos conceitos de *civilização e alteridade*, trabalhados, respectivamente, por Norbert Elias e Edward Said, os quais ampliam as possibilidades de análise, em função das dinâmicas sociais e culturais estabelecidas num determinado espaço.

---

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>61</sup> Cf. Herbert Butterfield (1931) e Michel Foucault (1996). *Apud* BURKE, Peter. *Variiedades da História Cultural*. Trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 13.

<sup>62</sup> WHITE, Hayden. *Op. Cit.*, p. 53.

Para Norbert Elias, por exemplo, o conceito de civilização envolve desde “o nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização”.<sup>63</sup>

Edward Said, que tratou, detalhadamente, da *construção* do Oriente pelos ocidentais, tem como premissa norteadora a discussão sobre *representações*, inseridas em estudos sobre a cultura Oriental, por ele denominadas de *orientalismo*, que seria a exterioridade do orientalista, do poeta ou erudito, que “faz com que o Oriente fale”.<sup>64</sup>

Desta maneira, para Said, “a exterioridade da representação é sempre governada por alguma versão do truísmo segundo o qual se o Oriente pudesse representar a si mesmo, ele o faria”. Ora, considerando que os orientais não podem fazê-lo, a tarefa de construir essa representação cumpre ao Ocidente.

---

<sup>63</sup> Em síntese, o conceito de civilização, segundo Norbert Elias, significa a visão que o Ocidente possui de si mesmo, diferenciando-se de outras sociedades de épocas diferentes ou contemporâneas vistas como “mais primitivas”. As diferenças para com as outras sociedades estariam naquilo de que o Ocidente pode se orgulhar, seja no que se refere ao seu potencial tecnológico, na natureza de suas maneiras, no desenvolvimento de sua cultura ou na visão de mundo que constrói a partir de seus preceitos e julgamentos. Entretanto, podem existir compreensões adversas entre nações ocidentais, como, por exemplo, no modelo civilizador elaborado pelos franceses e ingleses, de um lado, e alemães, de outro. Para os primeiros, a compreensão do conceito de civilização estaria em consonância com o progresso de suas ações, que vislumbram uma humanidade superior – e, aqui, a palavra humanidade estaria ligada diretamente àquilo que é civilizado e, portanto, com um sentido impregnado pela imagem que eles teriam de ocidentalização. (ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Jorge Zahar Editor, p. 23)

<sup>64</sup> “Os orientalistas descrevem o Oriente, tornando os seus mistérios simples para o Ocidente. Eles nunca se preocupam com o Oriente, a não ser como causa primeira do que ele diz. O que ele diz e escreve, devido ao fato de ser dito e escrito, quer indicar que estes estudiosos estão fora do Oriente, tanto existencial como moralmente. O principal produto dessa exterioridade é a representação. Estas representações são, na verdade, carregadas de estilos, figuras de linguagem, cenários, mecanismos narrativos, circunstâncias históricas e sociais; portanto, não são invisíveis e nem descrições fiéis, originais e ‘naturais’ do Oriente”. (SAID, Edward W. *Orientalismo – o Oriente como invenção do ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno, São Paulo, Companhia das Letras, 2001, pp. 37 e 38).

Neste sentido, como escreveu Marx em *O dezoito brumário de Luís Bonaparte*, se “não podem representar a si mesmos; devem ser representados”.<sup>65</sup>

Assim, diante dessas premissas, a representação não é a “verdade”, mas a representação daquilo que é exterior àquele que a produz; daí, a importância da linguagem que, segundo Said, “é um sistema codificado, que emprega muitos dispositivos para exprimir, indicar, intercambiar mensagens e informações, representar e assim por diante”.<sup>66</sup>

No entanto, foi em *Cultura e Imperialismo* que Said desenvolveu uma leitura mais específica sobre como os discursos coloniais produziram a imagem do “outro” e, a partir de então, segundo Graham Burnett, o mapa passou a ser interpretado como um objeto da “geografia imaginativa” e as “projeções cartográficas” de espaços alienígenas, possibilitando um estudo sobre as produções representativas relacionadas ao desconhecido<sup>67</sup>.

Diante dessas considerações, o conceito de fronteira estaria assentado na construção ideológica, cultural e política, bem como no conjunto de fenômenos concretos identificáveis no campo da representação ou na sua dimensão simbólica. Assim, enquanto a compreensão representativa do território estaria concretizada no coletivo, a fronteira, além disso, estaria também condicionada pela questão da alteridade, já que as representações são construções do *Outro*, que é diferente daquele que vê e busca, através de interpretações, explicações para representar o diferente. Portanto, é importante atentar para a não redução do que se estabelece como fronteira, haja vista que a mesma tem um sentido abstrato que antecede o concreto, que como já observou Claude Raffestin, geógrafo de regiões de fronteira, neste momento é elementar o sentido espacial, onde a informação é transformada “em um bloco de tradução *sui generis*”.<sup>68</sup>

---

<sup>65</sup> SAID, Edward W. *Op. Cit.*, p. 33.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

<sup>67</sup> SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Apud BURNETT, D. Graham. *Masters of all they surveyed: exploration, geography; and a British El Dourado*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000, p. 06

<sup>68</sup> RAFFESTIM, Claude. “Ecogénèse territoriale et territorialité”. In: AURIAC, F e BRUNET, R. *Espace, jeux et enjeux*. Paris: Fondation Diderot/Fayard.

Assim, a interface identidade/alteridade supõe a imagem que a sociedade constrói sobre si mesma e sobre o *Outro*, refletindo tanto o ponto de vista estrutural, quanto o ponto de vista fenomenológico. Seria o que Clifford Geertz chamou de *ethos* e visão de mundo; o primeiro justifica-se pelo “tom, caráter e pela qualidade de vida, seu estilo moral e estético e sua disposição; é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida reflete”, já o segundo explica-se pelo “quadro das coisas como são na realidade, o conceito que um povo tem da natureza e de si mesmo. Esse quadro contém suas idéias mais abrangentes sobre a ordem”<sup>69</sup>.

Por esse viés, historicamente, o conceito de fronteira seria um discurso do Estado baseado na expansão da sociedade nacional e na integração territorial. No entanto, esta combinação não implica o suporte coletivo do conteúdo estático de relações sociais móveis, mas sim o produto social contido no interior da percepção sociológica das relações inter-pessoais que concretizam o espaço fronteiro.

Deste modo, a preservação das fronteiras estaria muito mais ligada ao processo de povoamento do que aos marcos estabelecidos para separar possessões distintas. Essa dinâmica das relações pessoais, verdadeiras guardiãs do espaço a ser preservado, é responsável pela criação de novas identidades. Sobre isso, mais recentemente, Stuart Hall escreveu que o sujeito sociológico é formado por uma *mélange* de significados, valores e símbolos da sua essência interior com os mundos culturais externos, de onde resulta a necessidade de pertencer, “de alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural”.<sup>70</sup>

O desenvolvimento da noção do ser sociológico é a premissa da pós-modernidade, um momento em que o sujeito questiona e é questionado sobre a sua identidade. Segundo Hall, se pensarmos que a nossa identidade é unificada desde o nascimento até à morte, e se pensarmos que ela é segura,

---

<sup>69</sup> GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, pp 143 e 144. *Apud* MALDI, Denise. “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX”. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1997, v. 40, n° 2, p. 188.

<sup>70</sup> HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. 2ª edição. Trad. Andréa Borghi Moreira Jacinto e Simone Miziara Frangella, Textos didáticos, n° 18, fevereiro de 1998, p. 11.

completa e coerente, é porque construímos uma história confortante ou fantasiosa de nós mesmos.<sup>71</sup>

Essa orientação teórica é o ponto norteador deste nosso estudo, que pretende ir além das determinações políticas e econômicas dos tratados fronteiriços que, numa leitura rasa da geopolítica, tentam explicar os limites fronteiriços da Amazônia setecentista. Com efeito, fugindo aos pressupostos de uma História diplomática, pretende-se com esta pesquisa observar as diferentes relações entre as personagens que criaram e compuseram os espaços amazônicos. Foi isto que nos levou a incorporar na análise os conceitos de representação e, por conseguinte, de alteridade, imprescindíveis para se compreender as categorias culturais que refletem historicidades particulares e, ao mesmo tempo, coletivas, o que nos orientou para uma investigação associada à História Cultural, já que fronteira, enquanto representação implica a ressonância das construções que a sociedade faz de si e do *Outro*.

Por isso, embora este trabalho esteja delimitado, temporal e espacialmente, pela região amazônica dos séculos XVII e XVIII, não pretendemos repetir, aqui, as análises regionalistas típicas do século XIX, mas sim estudar os limites propostos pelas expedições exploratórias de Seiscentos e pelos Tratados estabelecidos, ao longo de Setecentos, enxergando o espaço da Amazônia Portuguesa através das práticas humanas decorrentes das transformações e da dinâmica do contexto político-econômico do mercantilismo português no período pombalino.

Do ponto de vista dos problemas que foram se apresentando ao longo do desenvolvimento da pesquisa e análise documental, algumas questões apresentaram-se com maior visibilidade: de que forma a ciência europeia auxiliou os técnicos envolvidos nas viagens exploratórias, no XVII e nas de demarcação, no XVIII, na Amazônia? Quais as relações que se estabeleceram entre esses europeus e os índios? Como o conhecimento dos nativos serviu aos propósitos desses engenheiros militares? Como a Igreja interveio no

---

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 12

processo de formação das fronteiras amazônicas? Quais foram, em síntese, os resultados dessas ações exploratórias e demarcatórias nas Terras do Cabo Norte, que envolveram, a princípio, interesses de diferentes nações européias e, posteriormente, resumiu-se entre os embates fronteiriços que opuseram Portugal e Espanha? Estudar estas questões constitui o objetivo central desta tese, pois todo esse conhecimento não apenas garantiu os direitos de Portugal sobre a região, como também resultou em valiosas descrições sobre “o paiz e os habitantes que nelle vivem, e os seus costumes; os Animaes, Aves, Plantas, Rios, Lagoas, Montes, e outras semelhantes cousas de se saberem”<sup>72</sup>.

É importante registrar, aqui, que as obras *Caminhos e Fronteiras e Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda, constituíram algumas de nossas principais influências. Nesta última, observamos mais atentamente o modo de viajar de que se valeram os sertanistas, verificando que, enquanto na capitania de Martim Afonso, os rios eram vistos como obstáculos a serem transpostos, no caso da Amazônia acabaram se constituindo nos principais caminhos que revelaram o interior da floresta. Conforme a pioneira e ainda atual análise de Alfredo Ellis Júnior, em *O Bandeirismo paulista*, diferentemente das pilhagens do Guairá, que ocorreram principalmente pela via terrestre, recorrendo-se poucas vezes à navegação pelo Paranapanema, o movimento bandeirante ocorrido na Amazônia, em meados do XVII, como a expedição conduzida por Antônio Raposo Tavares, desenrolou-se principalmente pelos rios que confluem com o Amazonas. Sérgio Buarque reforça essa imagem, afirmando estes homens “[caminharam] dias inteiros com roupa na cabeça e água pelas barbas, comendo olhos de palma”, razão pela qual – na Amazônia – o principal meio de transporte foi a jangada ou balsa, utilizada em muitas outras jornadas, inclusive na de Fernão Dias Pais, o *Caçador de esmeraldas*...<sup>73</sup>

Em *Monções*, Sérgio Buarque de Holanda considera que as minas auríferas de Cuiabá e Mato Grosso, do final do XVII até a primeira metade do XVIII, foram responsáveis pela ampliação das fronteiras do centro ao norte do

---

<sup>72</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário de Viagem*. In: *Revista do I.H.G.B.*, tomo 49, pp. 185 e 186.

<sup>73</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Edições da C. E. B., 1945, pp. 22 e 25.

Brasil, revelando o sertão. Além disso, naquelas partidas, despontaram personagens importantes no processo de alargamento das fronteiras, os sertanistas e mareantes, que em muitos lugares foram aproveitados na “formação de corpos militares destinados à fronteira, na organização de povoação novas, no desbravamento de sertões desconhecidos”.<sup>74</sup>

As longas jornadas fluviais das monções cuiabanas também foram, na leitura do grande historiador, disciplinadoras, já que o rio amortecia o “ânimo tradicionalmente aventureiro daqueles homens”. Mais ainda, o tamanho pequeno das canoas, “que media junto à proa, pouco mais ou menos de dois metros e meio”<sup>75</sup>, [exigiu a] organização de homens aglomerados à popa que abdicavam, especificamente naquelas monções, da aventura individual, pois “a vida de muitos [estava] nas mãos de poucos ou de um só”. Esta situação, aliada à “ausência de espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das densas florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte (...) [influiu] poderosamente na mentalidade dos aventureiros que [demandaram] o sertão remoto”.<sup>76</sup>

Por esse viés, Sérgio Buarque afirma que não foram somente os meios de locomoção que diferenciaram a “primitiva bandeira [da] monção de povoado”. A questão assentou-se, principalmente, na complexidade das atitudes e comportamentos determinados por cada um desses meios, fosse a pé, quando o rio era o obstáculo das primeiras, ou de barco, no caso da segunda, quando a marcha a pé ou a cavalo era uma exceção à regra.<sup>77</sup>

Em *Caminhos e fronteiras*, obra escrita em 1957, Sérgio Buarque reforça sua busca das personagens envolvidas na colonização do interior brasileiro, já que essa preocupação já há muito vinha ocupando a curiosidade do historiador, no desenvolvimento de sua análise<sup>78</sup>, ou seja, depois da pesquisa realizada e do reconhecimento das fontes, Sérgio Buarque investiu na compreensão das relações entre as personagens envolvidas no processo de

---

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 124

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 122.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 123

<sup>78</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Op. cit.*, p. 25.

colonização, identificando nas entradas para o sertão do Brasil o cenário onde os homens do Velho Mundo apossaram-se do conhecimento do índio e do “mamaluco”, para garantir a posse dos caminhos “longínquos do litoral”<sup>79</sup>, o que exigiu a adaptação de suas técnicas de sobrevivência aos elementos nativos, usando, ao invés do ferro ou do bronze, o couro; enfim, “amoldando-se a todas as asperezas do meio”.<sup>80</sup>

A leitura de Sérgio Buarque nos inspirou a investigar o imaginário europeu sobre a Amazônia, que oscilou, nos séculos XVII e XVIII, entre um lugar inóspito e idílico. Um paraíso dourado... Foi nessa busca pela riqueza que acabaram providenciados os *desenhos* das fronteiras amazônicas. Mas, além de temática, a influência do autor de *Monções* derivou para a questão teórica, principalmente, quando Sérgio Buarque propõe-se a discutir o significado de *fronteira*<sup>81</sup>, compreendida enquanto movimento dinâmico das Bandeiras que abriram os caminhos para a constituição do território nacional. Fronteira entendida “entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que se defrontavam”, cabendo, no caso específico da formação brasileira, o papel preponderante do índio revelado pelas habilidades no trato com a natureza, como as picadas deixadas na mata para que o retorno ao lugar de partida ficasse garantido e que foram vitais para a sobrevivência dos europeus no ambiente da floresta: “onde houvesse arvoredo grosso, os caminhos eram comumente assinalados a golpes de machado nos troncos mais robustos” e, em “campos mais extensos, chegavam em alguns casos a extremos de sutileza”, bastando apenas “uma vareta quebrada em partes desiguais, a maior metida na terra, e a outra, em ângulos reto com a primeira, mostrando o rio”.<sup>82</sup>

---

<sup>79</sup> Sobre as personagens envolvidas no processo de alargamento das fronteiras do Brasil, no período colonial, Sérgio Buarque já havia publicado artigos em revistas com os temas: “Expansão paulista do século XVI e princípio do XVII” e “Índios e mamelucos na expansão paulista”. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1975, 2ª edição, p. 4.)

<sup>80</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Edições da C. E. B., 1945, p. 14.

<sup>81</sup> O termo *fronteira*, tal como os substantivos correspondentes nas línguas espanhola: frontera, francesa: frontière e inglesa: frontier, derivam do antigo latim *fronteirus* ou *frontaria*, que indicava a parte do território situada *in fronte*, ou seja, nas margens. (ZIENTARA, Benedikt. “Fronteira”. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 14, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, p. 306).

<sup>82</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Op. cit.*, págs. 8 e 9.

Sérgio Buarque acrescenta, ainda, que somente os olhos treinados dos nativos poderiam perceber marcas tão discretas. Além disso, os índios também se guiavam pelos astros ou rastros, o que lhes dava a segurança nas caminhadas, tanto na ida quanto no retorno, e todas essas técnicas acabaram sendo adquiridas pelos sertanistas, que as utilizaram nas partidas sertão a dentro.<sup>83</sup>

Finalmente, registremos o curioso romance *La mission des frontières*, de Gilles Lapouge, que também influenciou, sobremaneira, os rumos deste trabalho. Mesmo sem a preocupação de apresentar uma pesquisa fundamentada em teorias da narrativa histórica, é inspirador o diálogo que o autor desenvolveu entre as personagens que caminharam pelo coração da floresta amazônica, a fim de estabelecer o marco divisor entre as terras pertencentes aos reis de Portugal e da Espanha. Esses homens corajosos, principalmente os que Gilles Lapouge denominou de “*gens du Nordeste*”, caminharam e navegaram meses a fio pela região amazônica, com a missão de estabelecer as fronteiras amazônicas. Na jornada, enfrentaram desafios impostos pela natureza, fizeram guerra e fundaram cidades, como a Vila de São Luís do Maranhão.<sup>84</sup>

Os personagens de Lapouge, assim como os de Sérgio Buarque e os desta tese, utilizaram-se dos recursos da natureza para estabelecer e, quem sabe, consolidar os limites a serem demarcados. Entretanto, convém lembrar da advertência de Karl Haushofer, para quem levar ao exagero a consideração de que os fatores naturais também interferem na história política pode transformar a “doutrina dos confins naturais em doutrina pseudocientífica ou geopolítica, [e, em conclusão, conduzir à idéia determinista de que] a própria natureza apontou aos vários povos as direções que deve tomar a sua expansão; será, portanto, a capacidade de explorar esses fatores naturais que irá decidir do sucesso ou do fracasso no empreendimento efetivo”.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 16 e 17.

<sup>84</sup> LAPOUGE, Gilles. *La mission des frontières*. Paris: Éditions Albin Michel S.A.. 2002

<sup>85</sup> Cf. Karl Haushofer. *Apud*: ZIENTARA, Benedikt. “Fronteira”. *Op. cit.*, p. 309.

Comparativamente, no caso da obra *Caminhos e fronteiras* e desta pesquisa, apesar dos acidentes naturais constituírem marcos importantes para referenciar os trabalhos de demarcação, não será a partir de posturas deterministas que eles serão considerados.<sup>86</sup> Entretanto, para a consolidação de fronteiras, não basta apenas sua localização no espaço; é preciso reforçá-la, estabelecendo nos lugares uma comunidade coesa, que garanta a defesa do território.<sup>87</sup> Daí a necessidade de colonizar e povoar os lugares nevrálgicos que pudessem assegurar para os portugueses o território brasileiro, já que muito mais do que o traçado de faixas ou linhas, a fronteira resulta de uma dinâmica histórico-social, de onde se extraem as próprias bases técnicas e culturais que servem para oficializar o domínio territorial.

É importante registrar que, nesta tese, optamos por não desenvolver um estudo sobre a cartografia amazônica dos séculos XVII e XVIII, já que, por sua relevância e peculiaridade, pareceu recomendável desenvolvê-lo posteriormente, em outro trabalho de pesquisa, talvez em projeto de Pós-Doutorado. Contudo, por reconhecer que os mapas também podem ser considerados como instrumentos que *materializam* uma fronteira – conceito central deste trabalho –, é que, ao longo de nossa escrita, inserimos alguns deles, visando, principalmente, ampliar a representação do *ambiente* sobre o qual se desenvolveram as práticas sociais relacionadas, por exemplo, às viagens dos engenheiros e dos padres matemáticos, caracterizadas, destacadamente, pela preocupação com a difícil determinação da longitude, fundamental para assinalar as fronteiras portuguesas, no sul e no norte do Brasil, o que era extremamente difícil antes da invenção do cronômetro.

Quanto ao percurso para apresentação dos resultados da pesquisa, distribuimos esta tese em cinco capítulos. O primeiro (“Mito, ciência e religião

---

<sup>86</sup> No caso desta pesquisa, refiro-me, por exemplo, às recomendações dadas por Mendonça Furtado aos técnicos responsáveis pela segunda viagem de demarcação dos limites da Amazônia Portuguesa, aos quais determinou que navegassem “entre a boca mais ocidental do Japurá até à cordilheira que mediasse entre as bacias do Amazonas e do Orenoco. No caso dessa cordilheira não existir ou variar de rumo, os comissários ficavam autorizados a agir de acordo com o que de antemão ficava previsto no artigo IX do Tratado de Madri, segurando a fronteira do estabelecimento português mais setentrional e localizando-se um padrão no monte ou sítio mais elevado, encontrado ao norte”. (REIS, Arthur C. F. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, 2º tomo, p. 68).

<sup>87</sup> ZIENTARA, Benedikt *Op. cit.*, p. 308.

na construção da fronteira”), trata de alguns debates teóricos centrais, relacionados ao Novo Mundo, visando à sua contextualização no universo cultural europeu, entre os séculos XVI e XVIII, com ênfase para a Amazônia. Mesmo considerando que nosso estudo trata, principalmente, das fronteiras da Amazônia colonial, pareceu-nos necessário fazer, neste capítulo, uma sucinta digressão histórica para verificarmos os diferentes usos do termo *fronteira* ao longo do tempo, buscando identificar quais foram suas influências sobre os idealizadores das fronteiras do Cabo Norte.

No segundo, com o título “A floresta com cenário”, além de descrever o espaço por onde caminharemos, ou navegaremos, apresentamos as produções mais representativas dos viajantes europeus sobre a Amazônia, elaboradas nos séculos XVII e XVIII, tendo no mito do País das Amazonas e do Eldorado os arquétipos que revelaram as nuances da região e acabaram sustentando muitos dos pressupostos em que foram baseados os tratados de fronteira do Setecentos. O terceiro capítulo – “As fronteiras de papel” – tem o século XVIII como ambiente temporal, especialmente no que se relaciona às negociações que compuseram tratados como o de Utrecht e o de Madri, revelando os personagens envolvidos nas tramas políticas e suas influências culturais para, em seguida, serem apresentadas as fronteiras da Amazônia, que – segundo as premissas deste trabalho – foram concebidas não pelos acordos diplomáticos, mas pela *prática da desobediência* e de *atritos*, como aquele que opôs os religiosos da Companhia de Jesus aos administradores da Capitania do Grão-Pará; e, também, pela confluência da ciência europeia com a experiência dos indígenas, de cuja síntese formou-se o desenho das fronteiras amazônicas.

O quarto capítulo, “Homens da ciência e da experiência”, está contextualizado pelas ações pombalinas na Amazônia, refletidas na administração de Mendonça Furtado na Capitania do Grão-Pará. Propomos, portanto, observar como este governo preparou, a partir de 1750, as viagens demarcatórias, diante das incertezas científicas e das necessidades básicas de abastecimento da capitania, como alimentação e mão-de-obra especializada, para consolidar a demarcação dos limites portugueses na Amazônia. Esta

questão será trabalhada com as narrativas das viagens demarcatórias para o estabelecimento das fronteiras, tendo como suporte as fontes primárias manuscritas, as cartas guardadas no Arquivo Público do Pará, todas transcritas desde a época da pesquisa do mestrado, defendido na UNICAMP, em 2003, e a documentação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Além desses, utilizaremos fontes primárias impressas, com ênfase para as obras *A Amazônia na era pombalina*, de Marcos Carneiro de Mendonça (Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, tomos 1 e 2) e *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*, do Padre João Daniel (Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, volumes 1 e 2).

Utilizamos, ainda, documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, referentes à Capitania do Grão-Pará e Maranhão, digitalizados pelo *Projeto Resgate*, sobretudo sobre os seguintes temas:

- Aldeamentos indígenas,
- Artesãos e oficiais,
- Astrônomos e matemáticos,
- Boticas e boticários,
- Cartas geográficas,
- Mão-de-obra indígena,
- Doenças e epidemias,
- Defesa do território,
- Embarcações,
- Escravização de índios,
- Geógrafos e Cartógrafos,
- Mantimentos e
- Naufrágios.

Essas temáticas constituíram os alicerces sobre os quais construímos o cenário em que os engenheiros militares e os padres matemáticos foram recrutados para a comissão demarcadora de limites da parte norte, além do valioso e indispensável conhecimento empírico dos indígenas, que ensinaram aos europeus e seus descendentes como navegar pelos afluentes caudalosos

do rio Amazonas, como caminhar pela floresta amazônica e como sobreviver às intempéries da natureza.

No quinto capítulo, “As imagens de fronteira”, analisamos como as técnicas europeias, aliadas às indígenas, produziram as imagens da fronteira amazônica portuguesa, muitas vezes desenhadas a partir do deck inclinado de um navio ou da proa de uma canoa, as quais, transferidas para o papel, revelaram as características do território que ia sendo desvendado. Quais as condições de trabalho daqueles europeus de pisadas leves, que na Amazônia expunham-se às doenças tropicais, muito provavelmente sem qualquer habilidade para a natação, mas que acabaram conseguindo, pelo menos alguns deles, cumprir sua trajetória através da floresta densa e úmida, habitada por animais e homens, que aos seus olhos pareciam sempre estranhos.

Quais foram as principais características do cotidiano dessas viagens exploratórias e demarcatórias, documentadas, também, em desenhos e plantas de vilas, cidades e fortificações? Quais suas conseqüências? É disso que vamos tratar ao longo de nosso trabalho.

## 1. MITO, CIÊNCIA E RELIGIÃO NA CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA

### 1.1. Do *Ager publicus* ao *Uti possidetis*,

Iniciamos esta tese com uma incursão ao universo das idéias e descobertas científicas e culturais européias, dos séculos XVII e XVIII, que atravessaram o Atlântico para serem experimentadas no Brasil, em conquistas, como a do Rio Amazonas, por exemplo. Interessa-nos, aqui, mais particularmente, compreender não somente os desafios e as incertezas das viagens rumo ao *País das Amazonas*, mas, também, as descobertas e invenções, que acabaram sintetizadas pelos europeus, ante a necessidade de produzirem explicações sobre o espaço natural do continente americano, visando assegurar sua soberania nos vastos territórios de além-mar. Pretendemos entender de que forma uma ciência como a Matemática – ultrapassando os limites *inofensivos* dos números, algarismos, fórmulas e diagramas – acabou ajudando a produzir profundas transformações sociais no pensamento ocidental moderno e de que forma influenciou na delimitação espacial dos territórios.

Mas, como podemos justificar as fronteiras e sua necessidade? Estas questões têm perseguido pensadores desde a Antigüidade e as respostas variam, conforme os diferentes períodos históricos, já que diversas formas de fronteiras existiram bem antes da formação do Estado moderno. Entretanto, é importante registrar que o estudo *linear* e *exclusivo* das fronteiras, como ele é entendido hoje, praticamente não existiu antes da Revolução Francesa.

Mesmo considerando que nosso estudo trata, principalmente, das fronteiras da Amazônia colonial, pareceu necessário fazer uma sucinta digressão histórica para verificarmos os diferentes usos do termo *fronteira* ao longo do tempo, buscando identificar quais foram suas influências sobre os idealizadores das fronteiras do Cabo Norte, ao menos como justificativas.

Primeiramente, observemos o Império Romano, na época dos Augustos, quando os espaços territoriais eram conhecidos como *limes*, que não eram exatamente os limites de uma fronteira, mas sim lugares de defesa das fímbrias do Império, para impedir as incursões dos chamados povos bárbaros. Esta estrutura possuía administração independente e auto-sustentável, materializada em áreas paralelas às linhas de defesa, como uma borda ou orla semelhante a uma franja, tendo como objetivo principal a manutenção da estabilidade das fronteiras, evitando maiores custos militares. Esses lugares recebiam a denominação de *limitanea* ou *agri limitanei*, e significavam basicamente caminhos de defesa. Mais tarde, evoluíram para um sentido militar, transformando-se em uma estrada fortificada em zona de fronteira.<sup>88</sup>

Algumas fronteiras romanas externas deixaram uma impressão quase indelével. Como Fernand Braudel escreveu, “a fronteira entre o Reno e o Danúbio era (...) uma fronteira cultural *par excellence*: de um lado a Europa Cristã, do outro a periferia Cristã, conquistada um pouco depois. Quando a Reforma ocorreu, foi virtualmente a mesma fronteira que dividiu o Cristianismo: Protestantes de um lado e Católicos do outro. E isso eram visivelmente os *limiaries* ou limites externos do império Romano”.<sup>89</sup>

Os romanos administravam seus domínios territoriais, governando-os por um sistema de Leis, segundo as quais um território não-controlado era uma espécie de anátema. Além disso, tentaram estabelecer hierarquias administrativas e claras, o que incluía um acordo hierárquico das unidades territoriais. A autoridade final, o *imperium*, era o ápice da hierarquia, daí derivando a noção moderna de soberania. Essa associação de autoridade final, de hierarquia e de organização territorial foi aproveitada mais tarde pela Igreja Católica, com o sistema hierárquico das arquidioceses, dioceses e paróquias, ficando, nos séculos XIV e XV, o Bispo de Roma como autoridade maior.<sup>90</sup>

Enquanto muitas culturas e civilizações antigas deixaram poucos legados em termos de organização territorial para o mundo contemporâneo –

---

<sup>88</sup> JONES, S. “Boundary concepts in the Stting of Place and Time”. *Annals, Association of American Geographers* 49(3), pp. 241-255.

<sup>89</sup> BRAUDEL, Fernand. *Apud*: MALCOLM, Anderson. *Op cit.* p. 14

<sup>90</sup> MALCOLM, Anderson. *Op cit.*, p. 14

suas cosmologias, nas quais era baseado seu senso de territórios, resultam do pensamento secular moderno –, a moderna fronteira internacional e o conceito de soberania devem muito às idéias romanas de territorialidade, de *dominium* e *imperium*. Transmitidas pela igreja Católica, redescobertas por teóricos políticos da Renascença acabaram servindo como ferramentas bastante úteis por juristas, na medida em que serviam aos interesses dos príncipes europeus, no início da época Moderna.<sup>91</sup>

O tratamento jurídico dado pelos romanos à questão das fronteiras influenciou os idealizadores do Tratado de Madri, quando *ager publicus* foi traduzido para *Uti Possidetis*, já que no Direito Romano não havia a compreensão do *fin* determinado de uma linha – *finis esse*, sendo o limite apenas uma zona fluida, que se exauria na esfera privada. Exemplar dessa influência foi Alexandre de Gusmão que, além de proponente, também se apresentou como o principal articulador das negociações do Tratado de Madri, desde quando elas foram iniciadas, efetivamente, em 1747.

No século XVIII, os debates sobre as delimitações fronteiriças orientavam-se a partir das determinações naturais; portanto, a segurança de um país estava assentada também nas “barreiras” ou “sinais” criados pela natureza, tais como rios, lagos, mares ou montanhas, nomeados - conforme ainda vemos em alguns livros didáticos - de *acidentes geográficos*. Daí o caráter defensivo deste modelo teórico que, não obstante, justificava inclusive os esforços ofensivos para se concretizar os limites de um determinado país até as suas proclamadas barreiras naturais.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> Existem muitos problemas associados à acolhida das Leis sobre propriedade privada dos romanos (*dominium*) e da noção de Lei pública de autoridade indissolúvel (*imperium*) na Europa do Renascimento, razão pela qual são aqui abordadas apenas em suas linhas mais gerais.

<sup>92</sup> Atualmente, o direito público internacional ainda faz uso da categoria de fronteira natural e, além disso, distingue-a de fronteira artificial, assentada em marcos demarcatórios estabelecidos em acordos específicos. No entanto, como afirma Lídia Xavier, a conceituação de fronteira natural por si só é arbitrária, pois todas as fronteiras são artificiais “já que entre inúmeros demarcadores, rios, montanhas, etc., um foi escolhido e, em geral, o acidente geográfico mais longínquo é tido como a melhor escolha”; porém, mesmo assim, as fronteiras naturais e as artificiais não constituem um fator de segurança absoluta. A fronteira segura depende dos critérios estabelecidos pelo Estado vizinho que assegurem a legitimidade de quem está do outro lado, mas também são “critérios que podem variar de época para época”. (XAVIER, Lídia de Oliveira. “Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia”, p. 109)

Assim, com os debates tratadísticos do século XVIII, formou-se a concepção de fronteira internacional, que ainda influencia a concepção de barreiras fronteiriças contemporâneas, desenvolvida como o resultado de um amálgama curioso de universalismo e pensamentos particulares, estando intimamente ligada à emergência do conceito de soberania na teoria e na prática das políticas européias dos séculos XV ao XVIII. A soberania não estava associada a uma forma particular de governo, pois, conforme afirmou Thomas Hobbes, ela poderia ser ‘uma ou muitas’, mas era a base de todos os Estados.<sup>93</sup>

A implicação importante dessa doutrina para as fronteiras foi que elas eram necessariamente exclusivas. A natureza absoluta da autoridade exercida pela soberania territorial e sobre os indivíduos negou, explicitamente, a possibilidade da interpenetração das jurisdições da política medieval, nas quais os reis, os burgueses e o clero tinham autoridade judicial autônoma no mesmo território. Uma soberania única, suprema e independente foi a marca característica do Estado moderno europeu, apesar das autoridades competitivas serem comuns até a Revolução Francesa.

## **1.2. A institucionalização da ciência em Portugal e no Brasil**

Paralelamente a esse universo de definições acerca das soberanias territoriais, produziu-se na Europa um conjunto de teorias científicas que buscavam materializar as fronteiras “além-mar”, já que embora presentes na Europa, desde o século XV, foi principalmente a partir do século XVI que os debates jurídicos sobre o estabelecimento dos limites das fronteiras tornaram-se mais presentes<sup>94</sup>. A partir de então, instituiu-se como principal marco natural o Oceano Atlântico, alargando as discussões, quase nunca por meios pacíficos, sobre a *possessio maris*, que passou a ser um símbolo nacionalista e, portanto, de disputas entre várias nações européias.

Esse debate foi orientado por produções científicas, sobretudo em Portugal, desde o século XVI, as quais incentivaram o desenvolvimento de

---

<sup>93</sup> *Apud* MALCOLM, Anderson. *Op cit.* p. 19.

<sup>94</sup> XAVIER, Lúcia de Oliveira. *Op cit.*, p. 108.

técnicas militares e de engenharia européia, sendo utilizadas, posteriormente, para explorar e demarcar as fronteiras do Brasil.

Referimo-nos, principalmente ao *Tratado da Esfera*, de 1542, e *De Crepusculis*, de 1537, de Pedro Nunes, e o *Livro de álgebra em aritmética e geometria*, escrito em 1535 e publicado em 1567. Pedro Nunes foi o primeiro professor da Aula do Paço (ou Escola Particular de Moços Fidalgos, ou, ainda, Lição dos Moços Fidalgos), criada em 1562, por Dona Catarina, tendo utilizado todos esses tratados e participado do processo de intensificação do estudo das ciências matemáticas (aritmética, geometria, cosmografia, astrologia e arquitetura). Foi, também, o tradutor para a versão portuguesa do tratado *De architectura*, de Vitruvius (1541), além de cosmógrafo-mor (1547), sendo, por isso, o instrutor dos mareantes acerca das noções de astronomia e cartografia, cujas aulas eram ministradas nos armazéns da Ribeira das Naus.<sup>95</sup>

Um dos exercícios práticos mais importantes aplicados por Pedro Nunes na Escola de Moços Fidalgos chamava-se *Da forma dos exércitos, da fortificação dos redutos e trincheiras, do tempo de sair delas ao inimigo, do modo de assaltá-lo e combatê-lo*. Porém, foi a Antônio Rodrigues que se atribuiu a responsabilidade pelo ensino especializado da arquitetura, uma cátedra pioneira no contexto português. Quando era professor da Aula do Paço, entre 1572 e 1577, este português formado na Itália associou a tratadística italiana à matemática portuguesa.<sup>96</sup>

Além da criação dessas escolas, organizou-se em Portugal, durante o século XVI, o estatuto sobre a função prática dos profissionais responsáveis pelas construções militares. Entretanto, sobre o posto destinado à edificação não se esclarecia se ele era de responsabilidade do mestre-de-obras, do arquiteto ou do engenheiro militar, já que este último aparece como projetista e transmissor de um saber essencialmente teórico, apesar de já estarem

---

<sup>95</sup> Até o início do século XIX, os termos “aula” e “academia” eram sinônimos e empregados indistintamente para designar instituições de ensino. Deve ser observado que, por essa época, dava-se pouca importância à denominação exata das instituições. (TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI a XIX)* Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984, 2ª edição, p. 3).

<sup>96</sup> A Aula do Paço objetivava a formação militar dos fidalgos e a divulgação da prática conceitual do desenho como formador da figura do engenheiro militar. CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *A praça da guerra – aprendizagens entre a aula do Paço e a aula de fortificação*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 29.

institucionalizadas em Portugal as funções de Provedor das Obras Reais, que coordenava e gestava o financiamento das obras, Mestre de Obras de Fortificação do Reino (1549), que era o responsável técnico/prático pelas construções.

Destaque-se, ainda, que o engenheiro militar deveria ser versado em um conjunto de saberes constituintes da Ciência Náutica, nascida da cultura humanista e com raízes nacionais mais aprofundadas, fundamentando o desenvolvimento das disciplinas bélicas (fortificação, balística, castramentação) e a direção da cultura arquitetônica portuguesa, consubstanciando o Estilo Chão, que inscreve tanto a geometrização inerente à engenharia militar, como uma reinterpretação portuguesa dos valores clássicos de base tratadística.<sup>97</sup>

É interessante registrar que a construção das fortificações no Brasil colonial, como não poderia deixar de ser, exigiu dos engenheiros o conhecimento do relevo, o que fez crescer em importância a atuação do agrimensor, também conhecido como piloto, porque, como os navegadores, ele também trabalhava com uma agulha magnética. Sua atuação era imprescindível para o levantamento geográfico e topográfico, assim como o mapeamento do vasto território do Brasil, incluindo todo o litoral e a faixa de fronteira, o que foi providenciado em grande parte pelos padres matemáticos responsáveis pelo *Novo Atlas do Brasil*, onde procuravam determinar as longitudes e o meridiano de Tordesilhas, conforme as informações dadas pelas «Comissões de Demarcação de Limites», que percorreram o Brasil de Norte a Sul para efetivar os Tratados de Madri (1750) e Santo Ildefonso (1777).

Entretanto, para efetivar os planos fronteiriços no Brasil, esses homens enfrentaram muitos desafios, sendo o mais emblemático o problema da longitude que, até o século XIX, quando, afinal, o cronômetro foi inventado por John Harrison, era calculada por estimativa e, embora os pilotos tentassem corrigir os erros de cálculo com a observação das latitudes - método conhecido pelos portugueses desde o século XV -, os desvios ainda continuavam. Por

---

<sup>97</sup> *Ibidem*. O estilo Chão foi adaptado do maneirismo para o contexto português com uma feição castrense, fruto do pragmatismo dos seus conceptores, mesmo nos tempos do Barroco e do Rococó (BUENO, Beatriz Siqueira. *Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 49).

isso, muitas vezes, as embarcações não chegavam ao ponto pretendido, porque, quando não se perdiam, ficavam à deriva ou naufragavam.

Diante desse desafio, D. João V estabeleceu uma política de incentivo à Ciência, sobretudo à Cartografia e à Engenharia militar, que colocasse Portugal à frente das partidas espanholas para demarcar o território brasileiro, especificamente, a Amazônia. Para tanto, o rei providenciou os melhores mapas produzidos ao longo do século XVII, contratando astrônomos estrangeiros, como os padres matemáticos, que vieram em missão para o Brasil e providenciaram importantes trabalhos cartográficos e arquitetônicos sobre a Amazônia. Além disso, Portugal importou da França instrumentos matemáticos, como óculos astronômicos e relógios, que compuseram o acervo do observatório fundado pelo monarca, onde ele próprio fez observações dos satélites de Júpiter. Mais ainda, essa política resultou no florescimento da edição de livros destinados à educação e no conseqüente desenvolvimento intelectual dos letrados, o que favoreceria, segundo alguns pensadores da época, a maturidade espiritual, colocada à prova pela valorização do conhecimento ideal para a política, a economia e a sociedade.<sup>98</sup>

No Brasil, a criação de instituições voltadas ao ensino da engenharia data de 1699, no Rio de Janeiro, e de 1710, em Salvador (vide anexo 1). A Aula de Fortificação do Rio de Janeiro teve sua inauguração adiada algumas vezes por falta de livros, compassos e outros instrumentos, sem contar que a escola não tinha sede própria e, por isso, muitas aulas tiveram de ser ministradas em fortificações da cidade. Somente após 1730, foi providenciada uma instalação apropriada para o ensino da arte de desenhar e erigir fortificações. É interessante notar que essas *Aulas* foram as primeiras instituições laicas de ensino que existiram no Brasil, pois, até então, todos os níveis educacionais eram ministrados pelos jesuítas. Em 1767, a *Aula do Rio de Janeiro* transformou-se em *Aula do regimento de artilharia do Rio de*

---

<sup>98</sup> Apesar de Teixeira Soares apresentar alguns problemas decorrentes desse governo, especialmente notados no apego à rotina, no descaso referente às reformas administrativas ultramarinas e no regime fazendário, propostas de Alexandre de Gusmão, como também, no desinteresse pela instrução pública, que era exclusividade da nobreza e da burguesia, prejudicando o espírito reformista de Pombal. SOARES, Álvaro Teixeira. *O marquês de Pombal*, Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, vol. 36, 1983, p. 162.

*Janeiro*, sendo ampliada, em 1774, para incluir uma cadeira específica de arquitetura militar, tendo seu nome mais uma vez mudado, então para *Aula militar do regimento de artilharia*. A partir daí, a escola recebeu mais materiais didáticos, incluindo o livro *O novo curso de Matemáticas* e um volume do *La science des ingénieurs*, ambos escritos por Belidor. Além dessas obras, havia, ainda, quadrantes, pranchetas, círculos dimensórios, bússolas, níveis de ar e madeira. A escola do Rio de Janeiro, em 1792, foi transformada em *Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho*, tornando-se um instituto de ensino superior com organização à altura das suas congêneres européias. Ela foi a antecessora da *Academia Real Militar*, fundada pelo príncipe regente D. João, tendo sido transformada, em 1810, na *Escola Politécnica*, atual *Universidade Federal do Rio de Janeiro*.<sup>99</sup>

Durante o século XVIII, outras escolas de engenharia foram fundadas no Brasil, tais como *A aula de Geometria*, em Recife, e a *Aula de Arquitetura e Desenho*, em Olinda. Até o século XIX, os oficiais formados nessas escolas foram, juntamente com aqueles que estudaram na Europa, os responsáveis pelas várias atividades de engenharia no Brasil, construindo fortificações, palácios, igrejas, conventos, aquedutos e moradias.<sup>100</sup>

Todas essas escolas formavam profissionais versados no conhecimento da engenharia e da arte militar, os quais, além de desempenhar funções de construtores e soldados, acabaram juntando-se aos estrangeiros nos esforços pela delimitação das fronteiras brasileiras.

### 1.3. Os homens da Ciência

*“Um bom engenheiro há-de ser um soldado com disposição valorosa, criado com a doutrina e exercício militar; e além disso há-de ter ciência para obrar em todas as funções da guerra, e tal que não achando meios para atacar, ou defender uma Praça, ele mesmo os invente, e saiba o tempo em que há-de começar e acabar as suas obras, e o que os inimigos poderão gastar em*

---

<sup>99</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. Cit.*, pp. 88 e 89.

<sup>100</sup> *Ibidem*.

*adiantar as suas, portando-se nos maiores perigos com entendimento, valor e desembaraço; finalmente, esta palavra Engenheiro que dizer um soldado pronto para todas as funções de guerra”.*<sup>101</sup>

A época de que aqui tratamos (séculos XVII e XVIII), importa registrar, caracteriza-se, também, como um momento de particular importância para a formulação das bases teóricas nas quais procuramos apoiar este trabalho. Como assinalou Peter Burke, este período foi decisivo para a História Cultural, já que foram aí produzidos inúmeros trabalhos sobre a história da ciência, tais como: Johan Kepler, que apresentou o desenvolvimento da astronomia; Diógenes Laércio, com sua História da matemática e dos matemáticos; Pierre Rémond de Montmort, com a História da geometria, a partir dos modelos existentes na pintura e na música, e também a *Geschichte der Chemie*, apresentada em 1797, onde se tentou fazer uma história da Química, baseada em considerável esforço para enquadrar seu desenvolvimento num contexto social, político e cultural.<sup>102</sup>

Isto também se aplica aos técnicos envolvidos nas viagens de exploração na Amazônia e nas de demarcação previstas no Tratado de Madri. Seus desenhos, plantas e descrições, coletadas desde o século XVII, bem como as descrições literárias do período, constituíram um *corpus* conceitual e informativo que representou significativa ruptura com a atmosfera exótica descrita pelos antigos viajantes da *Floresta*. Neste sentido, os mapas geográficos e astronômicos, os diários de bordo e a correspondência produzida durante a efetivação do *Uti possidetis*, que acabaram servindo para estabelecer as fronteiras da Amazônia, no século XVIII, são a materialização, enquanto representação, daquilo que – sem eles – continuaria desconhecido. Especificamente, os *disegnos* que representam os limites do território amazônico sob tutela portuguesa, construídos para o que o Rei e os mercadores pudessem conhecer, explorar e administrar suas largas

---

<sup>101</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *Representação feita a S. Majestade, sobre a forma e direcção, que devem ter os Engenheiros para melhor servirem ao dito Senhor neste Reino, e suas Conquistas*. Apud: BERNARDO, Luís Manuel A. V. *O projecto cultural de Manuel de Azevedo Fortes: um caso de recepção do cartesianismo na ilustração portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005, p. 99.

<sup>102</sup> BURKE, Peter. *Op cit.*, pp 26 e 27.

possessões, enquanto espanhóis e franceses saboreavam sua derrota perante os tratados de Setecentos.

Das mãos desses engenheiros – de cuja formação valeu-se a política expansionista portuguesa – saíram algumas obras fundamentais para a manutenção do Império português, sempre preocupado em resguardar as fronteiras do extremo norte da cobiça dos *estrangeiros*, principalmente franceses e holandeses. Os engenheiros militares, além de serem versados na arte de construir obras militares e civis, também eram os técnicos responsáveis pela construção cartográfica, ocupando, por essa razão, os altos postos militares que exigiam maiores conhecimentos de engenharia e arquitetura.<sup>103</sup> Por isso, os engenheiros militares não podem ser colocados à parte quando se estuda o processo de formação do Império português, pois foram eles que, munidos de seus aparatos de trabalho - régua, prancheta, compasso, penas e papel - chegaram a regiões que os olhos do Rei não alcançavam, concebendo projetos com o objetivo de garantir e expandir as riquezas da Coroa portuguesa.<sup>104</sup> É assim que se deve considerar o trabalho dos engenheiros que, sob influências políticas, econômicas e sociais específicas, puseram os seus riscos e traços a serviço da ciência e das ordens reais, realizando trabalhos que faziam parte dos segredos de Estado, que eram conhecidos apenas pelo Rei e seus conselheiros, o provedor das obras e o engenheiro-mor.

A denominação que se dava aos primeiros engenheiros militares era a de *oficial de engenheiros*, e não oficial-engenheiro ou engenheiro, pois se dizia, por exemplo, *capitão de engenheiros* ou *coronel de engenheiros* como se a condição de ser engenheiro acabasse por nivelar as altas e as baixas patentes, já que se dedicavam igualmente a fazer obras. Assim aconteceu, também, com as primeiras unidades de engenharia do exército, denominadas, no Brasil, até o início do século XX, *de batalhões de engenheiros*.<sup>105</sup>

---

<sup>103</sup> GARCIA, João Carlos. “As cartas geográficas da Casa da Ínsua”. In: *A mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 40.

<sup>104</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>105</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. Cit.*, p. 5.

Entretanto, os trabalhadores que, de fato, projetavam e construíam as edificações, em geral, eram os *mestres pedreiros*, ou *mestres de risco*, denominações que ainda guardavam uma lembrança das antigas corporações medievais. Confundia-se, também, a função do engenheiro com a do arquiteto e a do construtor, sendo, às vezes, difícil fazer sua distinção com a do artista projetista e do empreiteiro de obras, não havendo em geral diferenças entre o responsável pelo aspecto mecânico-estrutural da obra, que seria o engenheiro, e o responsável pela concepção artístico-arquitetônica, o arquiteto. Segundo Silva Telles, essa indefinição era sentida, principalmente, no período colonial, quando Portugal enviou ao Brasil alguns engenheiros militares, designados indistintamente, em documentos da época, como “engenheiro-mor, engenheiro arquiteto, arquiteto-mor de Sua Majestade, ou mesmo como mestre-pedreiro, sendo o arquiteto um título comum entre os mestres de ofício, que se destacavam na arte de construir”.<sup>106</sup>

Entretanto, como escreveu Serrão Pimentel, era preciso *methodo* para desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares. Desde o século XVI, Portugal já vinha desenvolvendo sua ciência da construção militar, fato explícito na Aula do Paço, criada em 1562, e que consistiu no projeto educacional que fazia circular as produções tratadísticas de outros países da Europa, principalmente entre os especialistas portugueses. Esses textos científicos eram traduzidos e estudados, havendo ao mesmo tempo um intercâmbio alimentado pela vinda de engenheiros italianos para Portugal e a ida de portugueses para estudar na Itália.<sup>107</sup>

No período da União Ibérica (1580-1640), Felipe II também incentivou a institucionalização do ensino de arquitetura, com a criação da Aula de Riscar, com sede no Paço da Ribeira, em Lisboa, contendo em sua estrutura curricular aulas de cosmografia, esfera, geografia, hidrografia, astronomia, astrologia, náutica e, mais tarde, por expressa ordem régia, arquitetura militar. Em Madri, nesse mesmo período, houve uma preocupação tal qual a de Portugal, no que

---

<sup>106</sup> *Ibidem.*

<sup>107</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. Cit.*, p. 32.

concerne à profissionalização do ensino de arquitetura, consolidado na criação, em 1582, da Academia de Matemática y Arquitectura.<sup>108</sup>

Por volta de 1641, imediatamente após à Restauração, foi fundada em Portugal a Aula de Artilharia e Esquadria, transferida, em 1647, para a Ribeira das Naus, sob a designação oficial de Aula de Fortificação e Arquitetura Militar ou Aula da Esfera, que funcionou na Escola de Santo Antão, onde se ensinava matemática aplicada às fortificações, à engenharia e à navegação. Para alguns pesquisadores, essa escola foi a precursora do ensino da engenharia em Portugal e no Brasil, com destaque, naquele período, para Luís Serrão Pimentel e Manoel de Azevedo Fortes.<sup>109</sup>

Luis Serrão Pimentel, por sua vez, organizou, em 1647, a Aula de Fortificação e Arquitetura, transformada, a partir de 1790, em Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, a qual serviu de modelo para as instituições fundadas no Brasil. Além disso, escreveu, em 1680, o *Methodo lusitânico de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes à arquitetura militar* (vide frontispício do livro no anexo 2), sendo este o primeiro tratado dessa natureza impresso e publicado em Portugal. Entretanto, não se pode negar que Serrão Pimentel foi muito influenciado pelas produções francesas e holandesas, para elaborar esse tratado da arquitetura militar portuguesa, que também carregava em seus traços as teorias cartesianas esboçadas nas definições métricas e práticas para cada elemento da praça de guerra, promovendo, assim, o afastamento da arquitetura portuguesa dos padrões manuelinos.<sup>110</sup>

Para Margarida Tavares, o *Methodo lusitânico de desenhar fortificações* não resultou na produção de um modelo de cidade militar. Seus desenhos são, especificamente, voltados para uma análise tipológica dos espaços oscilantes entre a hierarquia e dimensões e, também, da tipificação e zoneamento dos equipamentos complementares. Seu programa aproxima-se

---

<sup>108</sup> *Ibidem*, p. 30.

<sup>109</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, págs. 3 e 83.

<sup>110</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, p. 26.

de uma figura dentro de um regulamento urbanístico, fixando um conceito operativo de *praça de guerra*.<sup>111</sup>

Além do mais, essa obra fez parte do projeto de institucionalização do ensino nas *aulas* de engenharia militar, criadas em 1647. Na primeira lição, sob influência do método de Serrão Pimentel, propunha-se: “Nas cidades, villas, ou lugares antigos, que de novo se fortificam, senão podem dispor as partes interiores com a perfeição que nas que de novo se fabricam; mas convém que nós cheguemos quando puder ser a mayor regularidade”.<sup>112</sup> A prioridade era, portanto, o equilíbrio entre o ideal, o conveniente e o possível ao período, a partir da diferenciação entre o que *poderia* ser feito e o que *deveria* ser feito.

Portanto, o *Método Lusitânico* instruía que as praças de guerra deviam ser flexíveis, para serem adaptadas ao espaço geográfico, já que o Império português expandia-se em áreas naturalmente diversas. Nesse sentido, as fortificações significaram uma efetiva modernização das técnicas defensivas preparadas para o impacto da artilharia.<sup>113</sup>

Segundo Beatriz Bueno, esse tratado não significava uma mera representação gráfica, mas a instrumentação necessária para a viabilização do projeto e da obra.<sup>114</sup> Já para Margarida Conceição, o seu pragmatismo objetivava a estabilização de um método científico de fácil transmissão, capaz de preparar técnicos habilitados a atuar tanto na fundação de novas cidades, como na intervenção em tecidos consolidados. Tal método foi aplicado em situação quase informal nas cidades do Rio de Janeiro, Bahia, São Luís do Maranhão, Recife e Belém, sendo que essas praças foram, posteriormente, reformadas pela atividade de Manuel de Azevedo Fortes.<sup>115</sup>

Manoel de Azevedo Fortes, durante muito tempo, foi o engenheiro-mor da Corte portuguesa, à época de D. João V. Sua formação iluminista oscilou entre os fundamentos do catolicismo, associado aos sistemas de pensamento modernos e as idiosincrasias nacionais. Sua contribuição para a reformulação

---

<sup>111</sup> *Ibidem*

<sup>112</sup> *Ibidem*

<sup>113</sup> *Ibidem*.

<sup>114</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 50.

<sup>115</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, pp. 31 e 32.

científica em Portugal fundamentou-se, especificamente, na reestruturação das Forças Armadas, objetivando a formação de um oficial propriamente português, tendo o engenheiro o papel preponderante; na profissionalização dos engenheiros para a formação de um Batalhão de Engenharia e na inclusão de conteúdos cartesianos para a criação de um método de ensino, sem, contudo, suprimir os dogmas da fé.<sup>116</sup>

Azevedo Fortes nunca esteve no Brasil, mas sua influência como construtor foi grande, graças a seus projetos, aos alunos que formou e às obras que publicou. A primeira, *Representação feita a S. Majestade, sobre a forma e direcção, que devem ter os Engenheiros para melhor servirem ao dito Senhor neste Reino, e suas Conquistas*, publicada em 1720, tratou, especificamente, dos ensinamentos práticos de Engenharia Militar, orientando os alunos para um sistema de formação adequado para a execução das tarefas específicas, que iam desde a formação de um bom engenheiro, que devia ser, ao mesmo tempo, versado no conhecimento da cartografia, arquitetura e matemática, como também na arte da guerra.<sup>117</sup>

A segunda obra, *O tratado do Modo o mais fácil, e o mais Exacto de Fazer as cartas Geográficas, assim da Terra, como do Mar, e Tirar as Plantas das Praças, Cidades, e Edifícios com Instrumentos e sem Instrumentos, para servir de instrução à fábrica das Cartas Geográficas da História Eclesiástica e Secular de Portugal*, publicada em 1722, sofreu influência da obra francesa *Méthode de Lever Les Plans*, de autor anônimo. Nela, Azevedo Fortes orientou o engenheiro para as técnicas de medição topográfica com e sem a utilização de instrumentos; entretanto, para entender este método, o aluno deveria possuir noções básicas de Trigonometria, Aritmética e Geometria.<sup>118</sup> Assim, propôs um *petipé* uniforme e universal, como sugestão para uma nova representação numérica, com a utilização da casa decimal; a teorização do método das triangulações e a respectiva aplicação em qualquer circunstância de trabalho, dado o uso da prancheta. Além disso, também instruiu sobre uma sinalização baseada no princípio da legibilidade e da eficácia diferenciada, para

---

<sup>116</sup> BERNARDO, Luís Manuel A. V. *Op. Cit.*, pp. 15 e 16

<sup>117</sup> *Apud*: BERNARDO, Luís Manuel A. V. *Op. cit.*, p 95 e 99

<sup>118</sup> BERNARDO, Luís Manuel A. V. *Op. cit.*, pp 75 e 76

as cartas geográficas, corográficas ou marítimas e, ainda, a adaptação das técnicas pictóricas à perspectiva do desenho topográfico.<sup>119</sup>

A terceira obra, *O engenheiro português, Obra Moderna e de Grande Utilidade para os Engenheiros, e mais oficiais Militares*<sup>120</sup>, foi dividida em dois tomos, publicados em 1728 e 1729. A obra era, basicamente, uma continuação de seu segundo livro; porém, com detalhamento sobre o método das triangulações, a medição pelo nível, a utilização correta dos principais instrumentos de medição e sugestões para o traçado de fortificações. O método de ensino aí utilizado por Azevedo Fortes consistiu na explicação da geometria, da matemática e da arquitetura através de desenhos, o que explica as inúmeras estampas ilustrativas ao final de cada capítulo. Sobre estas ilustrações, o autor escreveu que “os que houverem de fazer profissão da Fortificação e da Geometria, poderão começar por copiar as Estampas, para as ter à vista estudando; e este trabalho não lhes será inútil, exercitando-se a riscar as plantas, como lhes é preciso”.<sup>121</sup>

Dentre essas obras, imbuídas de espírito iluminista, destacou-se, também, a de Martinho de Mendonça de Pina e Proença (1693-1743), o qual, influenciado pelas idéias de Locke, Fénelon e Rolin, publicou seus *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, onde recomendava aos professores o ensino não somente do Latim, mas, também, da Geografia, da História, da Matemática e do Direito. Outro desses autores foi Luís Antônio Vernei, oratoriano de grande influência nessas transformações pedagógicas e autor d'*O verdadeiro método de estudar*, “um manual eclético de lógica, gramática, ortografia, metafísica, etc”.<sup>122</sup> Esses estudos, segundo o professor Banha de Andrade, representaram sérias tentativas para se desenvolver em

---

<sup>119</sup> BERNARDO, Luís Manuel A. V. *Op. cit.*, p 77.

<sup>120</sup> O *Engenheiro Português* é considerado uma enciclopédia de todos os conhecimentos de engenharia do século XVIII. Vale ressaltar, também, que a primeira versão do projeto da Fortaleza de Macapá, estudada por nós no Mestrado, foi de autoria de Azevedo Fortes. (TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, págs. 3 e 83.. (TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 45).

<sup>121</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro português, Obra Moderna e de Grande Utilidade para os Engenheiros, e mais oficiais Militares*, p. XI. *Apud.* BERNARDO, Luís Manuel A. V. *Op. cit.*, p 102

<sup>122</sup> Os oratorianos eram religiosos opositores dos jesuítas quanto a seu modelo pedagógico. Introduziram em Portugal as idéias de Francis Bacon, Descartes, Gassendi, Locke e Antônio Genovesi. MAXWELL, Kenneth. *O paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi, Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1996, p. 14.

Portugal análises de caráter mais prático, em lugar de teorias consideradas abstratas<sup>123</sup>.

Todo esse vigor cultural de Portugal conheceu dificuldades, sentidas, principalmente, no século XVIII. Para Teixeira Soares, o Império português enfrentou tempos difíceis após o largo processo da expansão marítima, a partir dos séculos XV e XVI. Essas dificuldades podem ser atribuídas às falhas administrativas que deixaram escoar e se esvair as riquezas das colônias portuguesas, causando desprestígio político e econômico ao Império conquistado com as *grandes descobertas* e a conquista do Oriente.<sup>124</sup>

Essa decadência, segundo Teixeira Soares, também pôde ser sentida a partir de 1640, com as investidas da Espanha, que se sentia lesada com os tratados de limites, e com a avassaladora política econômica da Inglaterra, que de “aliada passara a algoz mercantil”. Além disso, o mesmo autor lembra, ainda no período da Restauração, o processo emigratório muito intenso da população portuguesa para a África, Ásia e Indonésia, à busca de enriquecimento nesses lugares longínquos<sup>125</sup>.

Mais ainda, Teixeira Soares considera o mercantilismo monopolista como responsável pela derrocada política e econômica de Portugal, que se transformara de gigante dos mares e senhor das terras de além-mar em um “reino de sombras e superstições”, como também praticante de uma política letárgica e ociosa.<sup>126</sup> Mais ainda, no final do livro, são relacionados alguns pontos divergentes entre a política econômica lusa e a desenvolvida em países como França, Inglaterra e Holanda. Essas diferenças dizem respeito, diretamente, à atuação do governante, que deveria ser um facilitador, um

---

<sup>123</sup> Banha de Andrade, Verney. *Apud.* MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, págs. 16 e 17. Beatriz Piccolotto em sua tese lista as principais obras consultadas nos colégios europeus e, depois, nos do Brasil, entre os séculos XVII e XVIII. Além disso, apresenta um estudo sobre a didática utilizada pelos *lentes* nos principais colégios e as apostilas lidas em suas aulas. (BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Op. Cit.*, pp 300 a 310).

<sup>124</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. Cit.*, pp. 13 e 14.

<sup>125</sup> Muitas vezes, na viagem para esses lugares longínquos, o sonho acabava na morte em batalha ou, ainda, por conta de alguma moléstia que assombrava as embarcações. Porém, as epidemias e a fome não eram exclusivas desse período, pois desde o início do processo de expansão marítima essas dificuldades também faziam parte tanto da vida a bordo quanto do cotidiano daqueles que ficavam em terra à espera dos que partiam. (MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*, Campinas, Ed. da UNICAMP, 1994, 3ª edição, pp. 23, 44 e 144).

<sup>126</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, pp. 8, 13, 14 e 15.

colaborador e um incentivador do progresso econômico do seu país. Entretanto, sempre segundo Soares, esta não era uma prática adotada em Portugal durante o governo de D. José I, o que levou seu ministro das relações exteriores a exorbitar em sua atuação governamental, em nada incentivando o progresso comercial do país e, ao contrário, passando a ser um limitador e manipulador absoluto de todas as ações políticas e econômicas da metrópole e de suas colônias.<sup>127</sup>

Aqui, é conveniente apontar, em síntese, as diferenças entre os governos de D. João V e D. José I, no que tange às realizações políticas e econômicas, tendo o primeiro rei a preocupação de incentivar o enriquecimento do país através da liberdade comercial, enquanto o segundo apostou no cerceamento da liberdade dos comerciantes, ficando todas as decisões econômicas a cargo do governo.

As concepções de Vilhena sobre o reformismo português estavam sob forte influência do Iluminismo e suas propostas, orientando-se “sempre no sentido de fornecer condições para a Colônia atender cada vez mais e melhor os interesses da Metrópole, [portanto] o que era bom para Portugal era bom para o Brasil”.<sup>128</sup> Para Maria Helena Carvalho dos Santos, em Portugal, diferentemente da França, o movimento Iluminista se fez em prol do poder do Rei, porque as reformas foram realizadas pelos pensadores formados, também, nas escolas criadas no ministério de Pombal. Esta situação se agravou pela dependência que esses intelectuais portugueses tinham em relação ao Estado e, por isso, “não eram homens livres em relação ao poder”.<sup>129</sup> Como consequência desse modelo educacional, a autora afirma que se estabeleceu em Portugal um atraso cultural perceptível na criação e reforma de suas escolas, que sucumbiam, basicamente, frente a dois problemas: “1º -

---

<sup>127</sup> *Ibidem*, pp. 157 a 166.

<sup>128</sup> Cf Luís dos Santos Vilhena. *Apud* JOBIM, Leopoldo Collor. “O reformismo pombalino e a continuidade mariana no Brasil: Luís dos Santos Vilhena, marco do pensamento político luso-brasileiro. In SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*. Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984, vol. I, n. 34, p. 55.

<sup>129</sup> Para esta autora, mesmo considerando-se que o termo *intelectual* tenha surgido depois do caso *Dreyfus*, não é perigoso aplicá-lo aos reformadores da época pombalina. Para justificar sua afirmação, cita os colaboradores: Tolentino, Verney e Ribeiro Sanches que recebiam pensões do Estado para executar as devidas mudanças. (SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Op. Cit.*, p. 124).

faltavam escolas que cobrissem certos setores da população e certas áreas do ensino; 2º – essas escolas deviam formar os indivíduos úteis ao governo, fomentando-se, assim, uma consciente e comprometida base social de sustentação à teoria absolutista dos príncipes esclarecidos”.<sup>130</sup>

É importante salientar, também, que as reformas educacionais pombalinas significaram mais um instrumento de poder do marquês, sobretudo, quando da criação do Colégio dos Nobres, pois, conforme afirmou em suas memórias o italiano Gorani, Pombal “desejava ter debaixo da mão os filhos da nobreza que tanto perseguira e vexara, para assim melhor segurar o país”.<sup>131</sup>

Desse modo, Portugal não pôde acompanhar o ritmo acelerado das transformações do século XVIII, não tendo sido capaz de implantar uma política de recuperação da identidade nacional, já que isso dependia também do fortalecimento do Estado, o que, segundo o conde Luís de Meneses (da família Ericeira), crítico da sociedade portuguesa da época, só seria possível através do desenvolvimento mercantilista e da adoção de uma política *colbertiana*.<sup>132</sup>

A atuação ministerial de Pombal, como se sabe, sempre foi polêmica, despertando desde comentários apologéticos até críticas exacerbadas. Sobre isso, Teixeira Soares escreveu que é muito difícil manter-se neutro quando o assunto diz respeito ao ministro de D. José I, mesmo quando seu comportamento despótico aparece justificado pelo objetivo de reerguer a economia portuguesa, que estava em franco declínio. Por isso, também aqui,

---

<sup>130</sup> SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Op. cit.*, p. 126. Cabe, aqui, lembrar as idéias de Locke, segundo as quais aquele que detém muitos poderes e legisla em causa própria torna-se um tirano e todos os demais são escravizados porque perdem a sua liberdade. O déspota se considera acima de qualquer Lei elaborada pela sociedade civil, e esta, por sua vez, não admite o absolutismo. Em consequência desse poder absoluto, o tirano põe-se em estado de guerra com aqueles lesados em sua liberdade de ação e decisão. Cabe a um juiz justo, da sociedade civil, julgar e punir aquele que é visto como transgressor. Locke refutou o absolutismo, desmistificando qualquer explicação que sustentasse o poder do déspota, como o poder divino dos reis: “Deus não deu a Adão o poder sobre todas as criaturas, ele deu o mundo aos homens em comum para que pudessem nele sobreviver, cultivando-o. Deus não deu poder a Adão sobre Eva, e Adão decide com Eva o poder sobre seus filhos. De qualquer modo, Adão teve tantos descendentes que não se pode saber a qual deles cabe o seu poder”. (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Anoar Aiex e Jacy Monteiro, São Paulo, Abril Cultural, 1978, cap. I, págs. 39 e 40 e, também, Locke. In: MICHAUD, Ives. *Locke*. Trad. Lucy Magalhães, ed. Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 1991, p. 35).

<sup>131</sup> CRUZ, Antônio. “Nota sobre os estudos menores na reforma pombalina do ensino”. In *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa, 1984 vol. I, n. 34, p. 184.

<sup>132</sup> MAXWELL, Kenneth. *Op. Cit.*, p.10.

segundo o autor, a História não deu sua sentença definitiva aos atos pombalinos, justificando-os em nome do bem público. Porém, como observou Teixeira Soares, o ministro esqueceu-se de “moralizar pelo exemplo humano e generoso”. Em nome da modernização educacional e do desenvolvimento econômico, pôs-se contra “a nobreza covarde e a burguesia timorata”. E, ainda, em nome do Estado, “repreendeu, flagelou, berrou e prepotenciou, premiou e puniu”, pois achou que criaria uma legião de seguidores, mas esqueceu-se que o seu despotismo calou, amedrontou e silenciou.<sup>133</sup>

Além de todos os problemas políticos e econômicos, Pombal, ainda teve de enfrentar as conseqüências do violento terremoto de 1755 que reforçara, a partir da atuação dos jesuítas, uma mentalidade supersticiosa em Portugal, que era, perante os outros países europeus, símbolo de atraso social, político e econômico. Segundo Kenneth Maxwell, a superação de todos esses problemas requeria um conjunto de medidas que iam desde mudanças no sistema educacional (reformulação de todo o projeto da Universidade de Coimbra), chegando à redução do poder da Inquisição, com a criação da Real Mesa Censória, e passando pela abolição da escravidão em Portugal, mas não nas colônias, pela modernização do exército e pela reconstrução urbana de Portugal, após o terremoto<sup>134</sup>.

Enquanto isso, nas colônias, em especial no Brasil, Pombal introduziu uma reforma completa na estrutura administrativa, com a criação de companhias por ações, que tinham como objetivo manter sob tutela do Estado português os produtos coloniais, além de estabelecer a criminalização da discriminação contra os ameríndios, visando, principalmente, desbancar os jesuítas que, segundo ele, dificultavam o desenvolvimento do plano de colonização português de povoar o Brasil para assegurar a exploração econômica. Pombal propugnava, também, pelo fim da distinção e perseguição entre os cristãos novos e velhos, pois, como já afirmara D. Luís da Cunha, tinham grande poder de comércio e poderiam ser utilizados pelo Estado como

---

<sup>133</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. Cit.*, pp. 157 a 166

<sup>134</sup> Assim como Teixeira Soares, Kenneth Maxwell também caracteriza as ações de Pombal como provenientes do despotismo esclarecido, que teve como ponto mais expressivo a perseguição sistemática aos jesuítas, fundamentada na propaganda de um regime absolutista lógico, transformando o autoritarismo na ferramenta essencial para a revitalização da economia do Estado português. (MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, pp. 17 a 24).

tuteladores do monopólio português, continuando o Estado a ser o financiador e patrocinador das atividades econômicas, cabendo ao primeiro-ministro do rei a administração e controle da contabilidade fiscal.<sup>135</sup>

Para o Visconde de Carnaxide, ao escolher Pombal para seu ministro, D. José I já estava imbuído do espírito transformador do período, pois acreditava que, por ter sido diplomata em Londres e Viena, Pombal conhecia profundamente o espírito liberal que se fazia sentir naqueles países, como também na França. Realmente, as experiências diplomáticas do ministro Sebastião José no exterior muito lhe instruíram sobre as mudanças políticas e econômicas em boa parte da Europa. Assim, quando retornou a Portugal, percebeu que aquele País deveria se ajustar às novas regras, não somente econômicas, mas, também, de mentalidade e de visão de mundo, para poder concorrer no mercado internacional, sob as regras da política liberal.<sup>136</sup>

Segundo Carnaxide, os conhecimentos adquiridos por Pombal nos anos em que morara em Londres e Viena foram importantes para identificar os problemas do reino luso; entretanto, o que essa vivência não lhe deu foi coração para compreender as especificidades do povo português: uma gente “humana e individualista pela experiência, e lírico por sugestão da natureza”, mas que “nunca poderá ser levada a fio de espada. A violência repugna ao estilo ‘paternal’ da tradição lusitana”.<sup>137</sup>

No que se refere ao Brasil, como não poderia deixar de ser, é fácil perceber que, mesmo estando a colônia do outro lado do Atlântico, as influências dos monopólios e das ações absolutistas e reformistas de Pombal fizeram-se sentir fortemente. Exemplo disso foi a atuação dos homens da ciência, engenheiros militares e padres matemáticos, que providenciaram,

---

<sup>135</sup> Kenneth Maxwell considera que, devido à política monopolista do Estado português, o desenvolvimento comercial ficou emperrado (MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 19).

<sup>136</sup> Cf Afrânio Peixoto. *Apud* CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 3. A esse respeito também: SOARES, Teixeira. *Op. cit.*, cap. V.

<sup>137</sup> CARNAXIDE. *Op. cit.*, p. 14. Como acentuou Maxwell, uma das ações mais contrárias à tradição lusitana talvez tenha sido o caso Malagrida, que recebeu críticas de Voltaire, para quem a ação pombalina “foi o excesso de ridículo e do absurdo unido ao excesso de horror”. Padre Gabriel Malagrida foi missionário e místico jesuíta, atribuindo as causas do terremoto em Portugal (1755) a decisões divinas pelo fato de país ter se afastado da sua verdadeira religião. Por causa disto, Malagrida foi torturado e esquartejado a mando de Pombal. (MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 96).

através dos seus desenhos, plantas e mapas, a materialização das fronteiras portuguesas no Brasil, conforme veremos no 4º capítulo deste trabalho.

#### 1.4. A missão dos padres matemáticos

Religião e Ciência, na História Ocidental sempre foram apresentadas dissociadas, sendo desafiador imaginar um padre fazendo observações astronômicas tal como fizeram os *homens de Ciência* perseguidos pela Inquisição. Mas na Europa, desde o final da Idade Média até Setecentos, foi surpreendente o que se passou. Alguns *homens da Fé*, sem descuidar da salvação das almas, dedicaram-se, também a desvendar os *mistérios* da Matemática, da Química, da Biologia e da Astronomia.

Se considerarmos, apenas, os astrônomos e os matemáticos, não será difícil constatar que boa parte deles era formada por religiosos, como Nicolau Copérnico – responsável pela principal teoria heliocêntrica do século XVI – e Cristóvão Clavius, que reformou o calendário de 1582, além de Giordano Bruno e tantos outros, notadamente dedicados à cartografia, com destaque para Samuel Fritz, Athanasius Kircher e Vincenzo Coronelli. Já no século XVII, a mais conhecida e difundida carta da Lua, com a denominação dos acidentes selenográficos (vales e montanhas do satélite) foi elaborada pelos jesuítas de Bolonha, que atribuíram nomes de matemáticos da Companhia de Jesus a diversas crateras e “mares”.<sup>138</sup>

Se, hoje, podemos sentir certo estranhamento, por conta do envolvimento de religiosos com os assuntos sempre mais laicos da ciência, os próprios representantes da Igreja, à época do Renascimento também experimentaram o sabor das incertezas provocadas pelo embate entre os dogmas da Igreja e as afirmações científicas. Exemplo disso ocorreu no reinado de D. João V, quando o padre Luís Caetano de Lima publicou, em

---

<sup>138</sup> CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Cientistas e religiosos*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/11.shtml>. Data de publicação: 10/05/2005.

1734/1736, uma obra composta de dois volumes, intitulada *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos Tratados de Utrecht... dedicada à Sacra, Real, Augusta Magestade Del Rey D. João V.* Nela, o clérigo regular fez um estudo sobre Geografia e Astronomia, para mostrar ao monarca como, até àquela época, haviam sido processados os cálculos de longitude e latitude para delimitar os reais domínios portugueses, onde “não anima pessoalmente a visita do seu Soberano”. Graças ao seu trabalho, afirmava o religioso, as possessões “[poderiam] chegar por algum modo à sua presença”.<sup>139</sup>

Na leitura dessa obra constata-se que, no que se refere aos cálculos matemáticos, as idéias do padre Caetano de Lima alinham-se, diretamente, com os realizados pelos engenheiros militares. Entretanto, no capítulo IX, *Dos systemas mais principaes em ordem à composição do Universo*, o debate entre os preceitos da Igreja, a respeito da origem do mundo, e os sistemas estudados por Ptolomeu, Copérnico e pelo astrônomo holandês Tycho Brahe ganham destaque. Em defesa de suas crenças, afirmou que a “criação do Mundo, conforme os princípios da fé, foy obra immediata da mão de Deos, que em hum instante deu ser ao nada, creando o Ceo, e a Terra; e no espaço de seis dias successivos encheo o Mundo de huma pasmosa variedade de creaturas, dando logo a cada huma dellas toda aquella perfeição, de que era capaz a sua natureza”.<sup>140</sup>

Para discutir os fundamentos da Cosmografia, D. Luís Caetano escreveu que “systemas he huma palavra tirada do Grego, que vale o mesmo, que composição. Entre os Astrônomos se toma por huma hypothesi, a

---

<sup>139</sup> LIMA, Luís Caetano de. *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos Tratados de Utrecht... dedicada à Sacra, Real, Augusta Magestade Del Rey D. João V.* Lisboa Occidental: na Off. De Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736, 2 v. Disponível em: <http://purl.pt/403>. D. Luís Caetano de Lima foi clérigo regular teatino e membro da Academia Real de História. Foi também cronista da Casa de Bragança, acadêmico da Liturgia Pontifícia em Coimbra. Ingressou no Instituto de S. Caetano, na Casa da Divina Providência, em 1687. Esteve várias vezes em comissões políticas e diplomáticas em Roma, Haia, Paris, Londres e nas negociações do Tratado de Utrecht, em 1713. Como *língua* do reino dominava os idiomas grego, latim e hebraico, além do italiano e do francês.

<sup>140</sup> LIMA, Luís Caetano de. *Op. Cit.*, p. 156

disposição das partes do Mundo, a fim de explicar todos os Phenomenos, ou apparencias, e movimentos dos Astros”.<sup>141</sup>

Caetano de Lima posicionou-se, também, em relação às proposições da teoria criacionista e da filosofia experimental de Descartes. Para o clérigo, o filósofo era exemplo de compreensão sobre a criação do mundo, porque reconhecia que o mundo tinha sido criado por Deus, “do mesmo modo, que Moyses o escreve”<sup>142</sup>; porém, essa aprovação do pensamento cartesiano era relativizada por conta do fato de que a teoria filosófica explicava mecanicamente “a formação de cada creatura em particular, como v.g.<sup>143</sup> da luz”, entretanto, replica o religioso, esqueceu-se o filósofo de que a “luz foy feita por Deos, que são os termos de que usa a Escritura”.<sup>144</sup>

Outro exemplo desse jogo de afirmações e negações entre a ciência e a religião ocorreu no Brasil, para onde vieram muitos padres matemáticos formados, principalmente, pelo Colégio de Santo Antônio, entre 1663 e 1705. Nesse período, o padre Valentin Stancel viveu na Bahia, onde presenciou a passagem de um cometa – ao que se acredita, o Halley. Diante dessa observação, o religioso formado em Ormuz e Praga, escreveu um estudo sobre os cometas baseado nas teorias Newtonianas.<sup>145</sup>

Segundo Carlos Ziller, o constante empenho dos religiosos, sobretudo dos jesuítas, para implantar uma ciência que não abrisse mão dos ensinamentos da Sagrada Escritura, fez parte dos embates contra o movimento

---

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 157

<sup>143</sup> v.g. = *verbi gratia*, isto é: por exemplo.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 157.

<sup>145</sup> D'AMBROSIO, Ubiratan. *História da matemática no Brasil: uma visão panorâmica até 1950*. Revista eletrônica *Saber y Tiempo*, vol. 2, nº 8, Julio-Diciembre 1999; pp. 7-37. Para saber mais sobre este episódio, D'Ambrosio indica o artigo de Carlos Ziller Camenietzki: “O Cometa, o Pregador e o Cientista. Antônio Vieira e Valentin Stancel observam o céu da Bahia no século XVII”, *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, nº14, 1995, p.37-52. Além dos padres matemáticos citados, merece destaque o Padre Voador, como era conhecido Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), nascido em Santos e irmão de Alexandre de Gusmão. Foi completar seus estudos em Portugal, em 1709, onde foi nomeado lente de matemática da Universidade de Coimbra. Mas, logo renunciou à sua cátedra para se entregar inteiramente ao estudo de balões. Seus resultados, representados pela “Passarola”, antecipam em quase 100 anos os estudos dos irmãos Montgolfier. (D'AMBROSIO, Ubiratan. *História da matemática no Brasil: uma visão panorâmica até 1950*. Revista eletrônica *Saber y Tiempo*, vol. 2, nº 8, Julio-Diciembre 1999; pp. 7-37)

protestante, razão pela qual aprofundavam seus estudos filosóficos, com o objetivo de consolidar seus conhecimentos a fim de estarem capacitados, o melhor possível, para o enfrentamento com os filósofos e teólogos que buscavam inovações radicais, e indesejadas, na filosofia e na teologia.<sup>146</sup>

Entretanto, essa inovação acabou introduzindo mudanças no pensamento clerical, pois sua estrutura de raciocínio baseava-se no sistema proposto por Tycho Brahe, especialmente em sua *Astronomiae Instauratae Mechanica*, editada em Nuremberg. Tratava-se de um modelo astronômico confortável para os cálculos e para as observações. Ele mantinha a Terra no centro do mundo e fazia girar ao seu redor apenas a Lua, o Sol e as estrelas fixas. Os demais planetas girariam por si mesmos ao redor do Sol, sem a necessidade de esferas cristalinas que os carregassem. Este sistema foi também adotado pela maior parte dos astrônomos do século XVII.<sup>147</sup>

Ainda naquele século, houve uma intensa contribuição dos jesuítas para o ensino científico, graças à vocação pedagógica e supranacional da Companhia de Jesus. As aulas dos jesuítas refletiam a velocidade das inovações introduzidas na arquitetura militar, as quais foram testadas nas grandes campanhas de fortificação, durante o período da Unificação Ibérica, mas que já vinham sendo aplicadas desde o período Sebástico<sup>148</sup>

Contudo, durante todo o período colonial, como Portugal não dispunha de um considerável número de engenheiros, foi necessário contratar muitos estrangeiros; porém, de acordo com a afirmação de Silva Telles, é de se presumir que alguns deles não possuíam qualquer formação técnica, razão pela qual muitas obras foram entregues a pessoas bastante distantes da área, como foi o caso da *Missão dos padres matemáticos*, que executaram, em 1730, importantes trabalhos geográficos e cartográficos ou, ainda, a construção do Forte do Presépio, em Belém, no início do século XVII.<sup>149</sup> Para Maria Fernanda Bicalho, esse incipiente número de engenheiros portugueses e, em consequência, a grande quantidade de estrangeiros que atuaram nas construções coloniais do Brasil podem ser explicados pelo tímido movimento

---

<sup>146</sup> CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Op. cit.* p. 2.

<sup>147</sup> *Ibidem*

<sup>148</sup> CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *Op. cit.*, págs. 31 e 32.

<sup>149</sup> *Ibidem*, p. 9.

ilustrado ocorrido em Portugal, pois, até o século XVIII, os intelectuais portugueses não haviam se desamarrado integralmente do pensamento escolástico. Por isso, desde o reinado de D. João V, passando por D. José I, a coroa convidou vários estrangeiros com notório saber nas áreas da Matemática, Astronomia, Física, Química e Filosofia Natural, para realizarem grandes obras civis e militares na América Portuguesa, como foi o caso dos jesuítas Diogo Soares e Domenico Carpassi, sendo este último responsável pelas observações astronômicas da região de Goiás que, como veremos adiante, foi grande produtora de ouro durante o século XVIII.<sup>150</sup>

Apesar das produções de Azevedo Fortes, Portugal ainda se ressentia de falta de aprofundamento científico sobre Cartografia e Engenharia Militar, como acontecia em escala acelerada na Itália e na Alemanha, considerados no século XVIII, os principais centros de irradiação de cientistas, fossem eles religiosos ou não, versados em Astronomia e Matemática<sup>151</sup>.

Do recrutamento desses cientistas dependia a solução dos impasses fronteiriços entre portugueses e espanhóis no Brasil, como aqueles registrados pelo ouvidor-geral da Capitania de São Paulo, Rafael Pires Pardini, que, em 1717, enviou ao Conselho Ultramarino um relato onde denunciava o avanço dos jesuítas espanhóis no povoamento dos sertões, o que, pelo usufruto das terras pelos portugueses, considerava uma invasão.<sup>152</sup>

O Conselho determinou o envio urgente para aquela região do engenheiro da capitania, acompanhado de alguns “paulistas sertanistas”, versados em uma cartografia espontânea, “que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos”.<sup>153</sup> A situação se agravou quando alguns sertanistas descobriram ouro junto aos rios Coxipó e Cuiabá, próximo do lugar onde jesuítas espanhóis tinham fundado algumas aldeias. Como nem o engenheiro convocado e nem os sertanistas tinham

---

<sup>150</sup> BICALHO, Maria Fernanda B. *As fronteiras do saber e a colonização do novo mundo*. In: *Nas terras do cabo norte*, pp. 28 e 29. Para saber mais sobre a atuação de padres jesuítas nas construções do Brasil colonial ver: CORTESÃO, Jaime. *A missão dos padres matemáticos no Brasil*, Lisboa, Studia, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, no 1, janeiro de 1958.

<sup>151</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. “Os jesuítas matemáticos e os mapas da América portuguesa (1720-1748)”. In: *Revista Oceanos/A formação territorial do Brasil*. Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, número 40 – outubro/dezembro de 1999, p. 80.

<sup>152</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. *Op. Cit.*, p. 81

<sup>153</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte I, tomo II, p. 17.

conhecimentos necessários para fazerem mapas com o rigor exigido pela Cosmografia, “para poder arrumar as terras, os rios ee montes pelos grãos” e, como no reino, também, havia carência de mão-de-obra habilitada para realizar a tarefa, D. João V recorreu ao Geral da Companhia de Jesus, pedindo-lhe que enviasse a Portugal “dous religiosos mathemáticos alemães ou italianos”, para que a mando do Rei se dirigissem “um pela banda de São Paulo, e outro pela do Maranhão”, com o objetivo de fazerem “mapas mui individuais”.<sup>154</sup>

Assim, chegavam a Portugal, em 1722, os padres italianos Giovanni Battista Carbone e Domenico Capassi, ambos professores no Colégio Máximo de Nápoles, conhecido pela excelência no ensino da Matemática. Porém para o Brasil veio apenas Capassi, acompanhado do padre português Diogo Soares, que tinha sido professor nas Universidades de Évora e Coimbra; e nos Colégios de Jesus e Santo Antão, onde ensinou Matemática. Apesar do seu reconhecimento como matemático ter sido posterior à chegada dos italianos, os trabalhos do religioso português, no Brasil, fizeram dele um dos mais importantes cartógrafos portugueses do século XVIII.<sup>155</sup> Enquanto isso, Carbone teve destino diferente, permanecendo na Corte, onde foi requisitado por D. João V para seus serviços pessoais, ocupando-se dos assuntos relacionadas a Roma. Tornou-se, ainda, professor de Latim e de Matemática do príncipe D. José e de Italiano e Geografia da Princesa das Astúrias, D. Maria Bárbara, e pelos seus conhecimentos científicos, recebeu o título de “Matemático Régio”<sup>156</sup>, vindo daí a nomeação de seus pares da Ordem, que ficaram conhecidos como padres matemáticos ou jesuítas matemáticos.

Não se trata aqui de sustentar, aqui, que aos jesuítas se devem os principais avanços da Astronomia no período, mas é necessário reconhecer seus esforços para a pesquisa e o ensino dessa ciência. Para a Companhia, tratava-se de um problema vinculado não somente ao interesse de fundo religioso – “conhecer a obra de Deus” – mas, sobretudo, de uma questão prática, ligada ao estabelecimento das fronteiras europeias no Oriente e na América.

---

<sup>154</sup> Consulta do Conselho Ultramarino, de 23 de agosto de 1720 (I.H.G.B., I-1-25, pp 278-278 v). In: ALMEIDA, André Ferrand de. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>155</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. *Op. Cit.*, p. 82

<sup>156</sup> *Ibidem.*, p. 80.

## 1.5. Em busca do País das Amazonas

*“Estas mulheres são muito alvas e altas, com o cabelo muito comprido, entrançado e enrolado na cabeça. São muito membrudas e andam nuas em pelo, tapadas as suas vergonhas, com os seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios. E em verdade houve uma destas mulheres que meteu um palmo de flecha por um dos bergantins, e as outras um pouco menos, de modo que os nossos bergantins pareciam porco espinho (...). Elas coabitam com índios de tempos em tempos, e quando lhes vem aquele desejo, juntam grande porção de gente de guerra e vão fazer guerra a um grande senhor que reside e tem a sua terra junto à destas mulheres, e à força os trazem às suas terras e os têm consigo o tempo que lhes agrada, e depois que se acham prenhas os tornam a mandar para a sua terra sem lhes fazer outro mal; e depois quando vem o tempo de parir, se têm filho o matam e o mandam ao pai; se é filha a criam com grande solenidade e a educam nas coisas de guerra (...). Entre todas as mulheres há uma senhora que domina e tem todas as demais debaixo da sua mão e jurisdição, a qual senhora se chama Conhorí”.*<sup>157</sup>

É instigante pensar que a formação da fronteira moderna não dependeu somente desse amálgama científico que frutificou na Europa, ao longo dos séculos XVI ao XVIII, entendida como algo que separava dois povos (ou duas *civilizações*) distintos. Muitas vezes, as incursões sobre o mundo dos *não civilizados* eram justificadas por questões mitológicas. O mito do *El Dorado* é exemplar neste sentido, acompanhando a caça ao índio. empreendida pelos

---

<sup>157</sup> CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. Traduzidos e anotados por C. de Melo Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941, p. 60

bandeirantes ao interior da América, com o que se alargou enormemente a incorporação das terras que conformam o Brasil atual.

Assim, durante largo período, as informações que alimentaram as representações dos homens, dos rios e da floresta amazônicas foram fundamentadas em explicações míticas e fantasiosas sobre o *El Dorado* e as terras pertencentes às amazonas. Essas narrativas levaram, em diferentes períodos da História, a uma série de questionamentos sobre como o mito pode tornar-se elemento formador de fronteiras. Sobre essa questão, Graham Burnett escreveu que o *El Dorado* transformou-se num ponto de referência para os exploradores, os quais, embalados pela ambição de enriquecimento, foram ocupando e demarcando o território amazônico.<sup>158</sup>

Não pretendemos, contudo reduzir essa explicação apenas à Amazônia, o que a desmembraria do contexto maior, pois há muitos relatos que tentaram descrever o Brasil pelo viés mitológico, sobretudo a partir dos rios Amazonas e Prata, principais referências fronteiriças do período colonial. Sobre eles, a partir do relato dos índios, o Padre Simão de Vasconcelos escreveu, em 1654, que bem no meio do sertão eram vistos “darem-se as mãos dois rios (Amazonas e Prata) em uma lagoa famosa do Chile e do Peru, e demora sobre as cabeceiras do rio que chamam São Francisco, que vem desembocar ao mar em altura de 10<sup>o</sup> e um quarto; e que desta grande lagoa se formam os braços daqueles grossos corpos: o direito ao das Amazonas, para a banda do norte, o esquerdo ao da Prata, para a banda do sul”, que contornam todo o sertão do Brasil; “e que com o mais grosso do peito, pescoço e boca presidem ao mar”.<sup>159</sup>

Os trechos da carta do Padre Simão de Vasconcelos referem-se à Cosmogonia indígena, que descreve o lugar da mitológica Ilha Brasil. Neste caso, a lenda funde-se com a realidade, já que, para o padre, o Amazonas e o Prata eram “duas chaves de prata que fecham a terra do Brasil” ou, ainda, “dois

---

<sup>158</sup> BURNETT, D. Graham. *Masters of all they surveyed: exploration, geography; and a British El Dorado*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000, p. 25

<sup>159</sup> Padre Simão de Vasconcelos, “*Livro Primeiro das Notícias Antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil*”, Introdução à “*Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*”. *Apud*: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 137.

gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela”.<sup>160</sup> Assim, a geografia do Brasil dilata-se para Oeste, quebrando o conhecimento único da insularidade.

O mito da Ilha Brasil, anterior aos acordos diplomáticos que também produziram os contornos fronteiriços do Brasil, foi uma explicação geográfica de Estado, traduzida pela luta entre a ciência empírica e a cartografia fantástica, ambas responsáveis pelos fundamentos do Tratado de Tordesilhas. Pelo seu caráter essencialmente político e geográfico, este mito foi intensamente representado na cartografia dos séculos XVI e XVII. Entre 1528 e 1543, já se encontram relatos sobre esse lugar, como foi o caso de João Afonso, piloto português a serviço da França, que informa sobre uma ilha Brasil rodeada pelos rios Amazonas e Prata, ambos ligados por um grande lago, pelo qual se navegava para a foz dos mesmos.<sup>161</sup> Além desta afirmativa, outras cartas portuguesas da mesma época informavam sobre um lugar compreendido entre o delta do Amazonas e o estuário platino, que era muito mais amplo do que o espaço delimitado pelo Tratado de Tordesilhas.

O mito da Ilha Brasil e a Cosmogonia indígena, que buscavam explicações para a existência dos rios Amazonas e Prata, tornam mais instigante esta pesquisa, já que ambos são desenhados pela visão do homem europeu sobre o desconhecido, animada pelas viagens do período colonial realizadas pelo Amazonas e seus afluentes, com o objetivo de procurar riquezas e demarcar as fronteiras ao norte da colônia, mas que, no que nos interessa mais diretamente, ampliaram o conhecimento de uma região e sua gente, ao mesmo tempo, exóticos e selvagens.

É importante ressaltar que o recurso ao maravilhoso e ao lendário, ingredientes do imaginário europeu do século XVI, com os quais os viajantes da *Hiléia* construíram suas teorias sobre a paisagem e o homem amazônicos, foram os principais elementos de que os europeus lançaram mão para definir o *diferente*. Abrir mão dessas prerrogativas era negar a própria identidade

---

<sup>160</sup> Padre Simão de Vasconcelos, “livro Primeiro das Notícias Antecedentes, curiosas e necessárias das coisas do Brasil”, Introdução à “Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil”. *Apud*: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 137.

<sup>161</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 136.

européia, já que as representações do *Outro* foram fundamentadas na “tradição européia greco-romana-ibérica-renascentista”.

As guerreiras Amazonas são exemplares da herança greco-romana, constituindo um mito “marcante no processo de definição da nova terra”, quando a presença européia “impôs uma definição (Rio de las Amazonas) e uma conceituação (espaço dotado de natureza rica e de habitante monstruoso) que, ambigualmente, negava e aceitava o diferente hiperbolicamente”.<sup>162</sup>

As representações sobre a Amazônia também foram narradas em diários de viagens e ilustradas em livros, como o de Théodore de Bry, intitulado *Grands Voyages*, publicado em 1596.<sup>163</sup> Seus desenhos são considerados célebres descrições da América, aí figurando também personagens e lugares que caracterizaram as terras do *Eldorado* e das Amazonas (vide ilustrações no anexo 3). Esta obra também denunciou, com veemência, as crueldades cometidas pelos conquistadores no trato com os índios; porém, por ter mostrado os nativos como apreciadores de carne humana, que retalhavam, assavam e degustavam “corpos humanos de acordo com os rituais de uma ‘arte macabra’”, alimentou pretextos para o extermínio implacável dos índios.<sup>164</sup>

De Bry nunca esteve no Novo Mundo e as ilustrações do livro não são todas de sua autoria, tendo algumas delas sido desenhadas a partir da viagem de Walter Raleigh, viajante inglês que navegou pela Amazônia e chegou à Guiana, em 1595.

Essas narrativas e os mapas produzidos durante a exploração e conquista do Cabo Norte revelaram o Amazonas aos europeus, o qual já teria sido apresentado pelos espanhóis, sendo importante ressaltar que os portugueses, naquela mesma época, já freqüentavam o estuário, como se pode ler na referência de Toríbio Medina a uma carta do frei Pablo Torres ao

---

<sup>162</sup> PONTE, Romero Ximenes. *Amazônia: a hipérbole e o pretexto*. Belém/Universidade Federal do Pará: dissertação de mestrado, 2000, pp. 5, 6 e 8.

<sup>163</sup> As ilustrações constam no diário de Walter Raleigh (*O caminho de Eldorado. A descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595*. Adaptação e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2002, pp. 105, 148, 171 e 172) e também na obra *Grands voyages*, de Théodor de Bry.

<sup>164</sup> DREYER-EIMBOCKE, Oswald. *O descobrimento da terra*. Tradução Alfred Josef Keller. São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1992, p. 159.

imperador Carlos V, datada de 23 de outubro de 1544, pela qual dá notícia de que “há oito dias veio um homem de Portugal que disse ter vindo fazer uma armada pelas Amazonas, e trazia uma carta para um português que está aqui, na qual lhe chamavam para ir nela”.<sup>165</sup>

No diz respeito à associação da cartografia do Novo Mundo à mitologia greco-romana, no século XVI, isto se deveu ao fato de que os desenhistas precisavam vender seus mapas e globos para sobreviverem, sendo o apelo ao fantástico um apelo irresistível à época.<sup>166</sup> Exemplo disso foi um mapa de Hondius (apresentado na abertura desta tese), no qual a região amazônica está representada pelos *Euaiponomas*, guerreiros sem cabeça que habitavam a região, e pelas *Amazonas*, mulheres que desprezavam o convívio com os homens, sendo o único contato com eles, chegados de além-mar, realizado por ocasião de um festival que acontecia anualmente, quando eram convidados com o único propósito de garantirem a reprodução, sendo, depois, transformados em eunucos e escravizados ou rapidamente liquidados. As Amazonas ficavam apenas com as meninas concebidas; os meninos eram mandados embora (vide anexo 4).<sup>167</sup>

As próprias Amazonas apareciam nos relatos como mulheres altas, fortes e de pele clara e que vivam no interior do país cobrando tributos de outras tribos. Nas narrativas do dominicano Gaspar de Carvajal, que acompanhou Orellana, no século XVI, numa viagem pelo Grande Rio, conta-se que, no caminho, tinham ouvido falar muito das Amazonas, que davam nome ao rio (para os índios, *amassona*, ou “o rio que quebra canoas”), lugar onde os espanhóis enfrentaram entre dez a doze dessas mulheres guerreiras, num combate que se estendeu por várias horas.<sup>168</sup>

Assim como Orellana, Pedro Teixeira encontrou com os Omaguas (índios que habitavam a foz do rio Negro), com os quais alguns soldados estabeleceram amizade. Ao perguntarem aos índios sobre as Amazonas,

---

<sup>165</sup> Toribio Medina. *Descubrimiento del rio de las Amazonas*. In: GARCIA, Rodolfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1917, tomo 81, p. 355.

<sup>166</sup> DREYER-EIMBOCKE, Oswald. *Op cit.*, p. 160

<sup>167</sup> MANGUEL, Alberto e GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 18.

<sup>168</sup> DREYER-EIMBOCKE, Oswald. *Op. Cit.*, p. 164

obtiveram como resposta que “nas bandas do norte, aonde iam uma vez por ano, havia umas mulheres, e ficavam com elas dois meses, e se dessa união tinham parido filhos, os traziam consigo, e as filhas ficavam com as mães. E que eram umas mulheres que não tinham mais de um seio, muito grandes de corpo”.<sup>169</sup>

Antes de Hondius, Walter Raleigh já registrara a existência dos *Euaipanomas* (ou *Ewaipanoma*), nome dado também à região de densa floresta, próxima ao rio Coara, afluente do Orinoco, onde habitavam nativos de mesmo nome. Eles eram guerreiros que detinham o controle absoluto do seu território, e os poucos forasteiros que conseguiram vê-los descreveram-nos como tendo os olhos nos ombros, bocas no meio do peito e uma trilha de longos cabelos que cresciam entre os ombros.<sup>170</sup>

As representações sobre a Amazônia revelam a curiosidade dos europeus que, embalados pelo ciclo exótico do Oriente, da África e da América (do XVI ao XVIII), produziram livros de viagem, relações de missionários e depoimentos de autoridades que, em missões oficiais ou não, através de uma literatura *impressionista*, informaram sobre a fisionomia humana e o ambiente da floresta, com suas riquezas botânicas e zoológicas, atraindo para o *El Dorado* naturalistas, homens das ciências, religiosos e aventureiros de toda a espécie, que vieram em busca não somente do conhecimento sobre o diferente, mas da riqueza prometida pelos relatos dos viajantes.

Essas representações revelam, ainda, a visão que os viajantes tiveram da *Hiléia*, que era ao mesmo tempo fascinante, pela pujança de água e, também, sombria, dada a diferente compleição da fauna e flora que encontraram. Estas questões nos levam a pensar sobre as diferentes construções representativas da Amazônia e do povo amazônida, produzidas por homens que explicavam os comportamentos básicos e unificadores dos homens e mulheres da Amazônia a partir dos seus valores e pré-julgamentos.<sup>171</sup>

---

<sup>169</sup> CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p.111.

<sup>170</sup> MANGUEL, Alberto e GUADALUPI, Gianni. *Op. Cit.*, p. 156.

<sup>171</sup> LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, São Paulo: Pioneira, 1983, pp. 97, 111,

Conforme registramos anteriormente, na maioria das vezes, recorreu-se à mitologia greco-romana para explicar o *diferente* da América, como foi o caso do mito das habitantes da Amazônia – algum lugar situado entre o mar Cáspio e o rio Thainy, fazendo fronteira com a Albânia e a Caldéia –, onde teriam fundado um império exclusivo de mulheres que não toleravam a presença de homens livres em seu território.<sup>172</sup> Já os Euaipanomas eram relacionados aos *acéphales* (ou *épiphages* ou, ainda, *sternophthalmes*), que no período de Alexandre eram considerados como originários da Ásia, sendo descritos como homens altos de seis pés, sem cabeça, com os olhos e a boca sobre os ombros. Depois, até à Idade Média, foram relacionados aos povos que viviam na Líbia, conhecidos como *Blemmyes*, contra os quais os romanos lutaram, entre os séculos III ao V. Já no século XVI, Jean Alfonse relacionou-os aos *acéphales* de Angola; porém, alguns teóricos admitem sua identificação com as tribos ameríndias do Caribe e das Guianas.<sup>173</sup>

As viagens de Walter Railegh, por sua vez, suscitaram uma nova iconografia, baseada no modelo medieval dos *acéphales*, para explicar os *euaipanomas* da Amazônia, entendidos como os filhos Topiawari e, conforme ele próprio descreveu, “era o povo mais poderoso e o mais temível de todo o país, seus arcos e suas flechas são três vezes maiores do que os dos *Oronocopis*”.<sup>174</sup>

Porém, ao longo do século XVIII, o apelo ao mítico foi aos poucos dando lugar às observações e estudos mais empíricos sobre os lugares que os navegantes viam durante as viagens pela floresta Amazônica, seguindo o curso dos rios – “planícies de baixo gradiente”.<sup>175</sup> Entretanto, não estamos afirmando que, naquele período, as explicações imagéticas tenham sido deixadas totalmente de lado, mas que houve uma relativização desses relatos, ora inferiorizando, ora enaltecendo a fauna, a flora e o homem da região. Esses

---

<sup>172</sup> MANGUEL, Alberto e GUADALUPI, Gianni. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>173</sup> STENOÛ, Katérina. *Imagens de l'autre. La différence: Du mythe au préjugé*. Seuil: Éditions Unesco, 1998, pp 20 a 22.

<sup>174</sup> *Ibidem*, pp 20 a 22.

<sup>175</sup> MARTIN, Grabiela. *O forte de Óbidos: uma visão arqueológica*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História 1996, p. 94

dois movimentos, segundo Neide Gondim, “inventaram uma Amazônia” que variava do “primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial”.<sup>176</sup>

Exemplo disso foram os escritos do padre João Daniel, que viveu na região amazônica durante os anos de 1741 a 1757 e produziu, a partir dos relatos dos viajantes do XVII, uma obra vastíssima dividida em 6 partes e com três temas centrais: a Terra, o Homem e a Cultura da Amazônia. Suas anotações, ornadas por mitos e símbolos, segundo Vicente Sales, lembram o trabalho de rapsodo adaptado “ao seu modo sem perder a autenticidade”.<sup>177</sup>

Padre João Daniel, como missionário, viajou durante seis anos pelas aldeias e fazendas do vale amazônico e viveu por dezesseis anos no Estado do Maranhão e Grão-Pará, na época de maior opulência da Companhia de Jesus. Foi nessa ocasião que, provavelmente, começou a escrever a sua obra, realizando parte de sua pesquisa na biblioteca do Colégio do Pará, em Belém, o que se deduz do fato de iniciá-la com informações da viagem de Pinzón à Amazônia, inscritas nos capítulos “Descrição geográfico-histórica do rio Amazonas” e “Descobrimto e navegação do Amazonas”, nos quais o religioso ainda procurava as mulheres guerreiras que combateram os homens de Pizarro, “com ânimo varonil”. A partir da literatura pesquisada, João Daniel concluiu que elas habitavam a região entre os rios Negro e Trombetas, ou Pauxiz; e pela semelhança com “as antigas amazonas de que fala Virgílio” receberam o nome de Amazonas, e mesmo sem a certeza da existência delas, o padre afirmou que “deixaram porém abalizado o seu nome ao rio”.<sup>178</sup>

Baseado ainda nos relatos feitos pelos índios aos espanhóis, o religioso também procurou estabelecer a localização do lago e da cidade *dourados* que, segundo ele, estariam entre os rios Negro e Trombetas, ou próximo ao rio Japurá, pois nestes lugares “se acharam alguns índios com suas lascas nas orelhas”, mas em tom de dúvida advertiu que eram tão “brutos índios e ouro,

---

<sup>176</sup> GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 77

<sup>177</sup> Quando o Padre João Daniel foi preso por dezoito anos em Lisboa, por conta da perseguição aos jesuítas, escreveu um volumoso material, intitulado *Tesouro Descoberto no máximo rio Amazonas*. Os manuscritos foram confiscados após a sua morte e preservados em códices espalhados entre a Biblioteca Real (vindo parar no Brasil na bagagem de D. João VI) e a Biblioteca do Arcebispo de Évora. DANIEL, Padre João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, vol. 1, pp. 11 e 12.

<sup>178</sup> DANIEL, Padre João. *Op cit.*, p. 49

que bem mostravam o seu pouco uso, e muito menos para fabricar paredes, tetos, casas, cidade e suas serventias, como contava a fama em Quito, e como ainda hoje a supõem os autores”.<sup>179</sup>

Mas, como eram tantas as narrativas sobre a existência do lugar *dourado*, o padre João Daniel chegou a afirmar, atordoado, que talvez “Deus não [permitiu] o descobrimento do tal lago, para evitar os inconvenientes que ordinariamente se originam das riquezas do ouro, e das minas; pois por causa das bulhas, que de algumas se tem originado, de repente tem Deus sumido o ouro”, por isso, assim como aconteceu com o paraíso terreal e a ilha Atlântica, que “Deus encobriu tantos mil anos aos homens e ao mundo (...) que muito encubra uma cidade em um lago (*dourado*)”.<sup>180</sup>

Em síntese, o padre João Daniel afirmou que esse alargamento das fronteiras deu-se pela “cobiça do ouro, e o amor às riquezas [que] foram no mundo o maior incitamento dos homens, para as maiores empresas e mais árduas navegações”.<sup>181</sup> Exemplo disso foi a *descoberta* do rio Amazonas pelos espanhóis que, mesmo sendo senhores das minas de ouro e prata de Quito, não aplacaram sua ambição, navegando por toda a extensão do Grande Rio atrás de mais tesouros.

Assim, a fama das riquezas da região amazônica fez crescer a cobiça pela cidade e o lago *dourados*. Jamais encontrados, permaneceram na imaginação dos europeus como lugares “cujo ouro era mais que as areias das suas praias, ou que as suas margens e fundo eram tudo ouro”.<sup>182</sup>

Em 1713, antes da chegada do Padre João Daniel à Amazônia, tiveram início as discussões diplomáticas sobre a fronteira da região, conforme os arranjos do Tratado de Utrecht. Porém, para entendermos o processo que, aos poucos, foi revelando os contornos do *País das Amazonas*, decidimos ampliar a delimitação temporal desta tese até o XVII, pois as empreitadas ocorridas naquele século tiveram o objetivo de conhecer e explorar as terras localizadas

---

<sup>179</sup> DANIEL, Padre João. Op cit., p. 47.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 48

<sup>181</sup> *Ibidem*, p 45.

<sup>182</sup> *Ibidem*.

no Cabo Norte do Brasil que, até àquela altura, mesmo definidas pelo Tratado de Tordesilhas como terras espanholas, com o nome de *Nueva Andaluzia*, eram consideradas pelos outros europeus como *terra de ninguém*, explicando, desse modo, as constantes investidas de ingleses, franceses, holandeses e portugueses na região.

Assim, com esse movimento constante de sertanistas e navegadores, além do alargamento das fronteiras portuguesas no Brasil, houve uma mudança na paisagem amazônica – lugar que nos interessa diretamente –, haja vista o fato de que, ali, os europeus e seus descendentes diretos construíram vilas, fortificaram o litoral e fundaram aldeamentos. Todas estas ações foram registradas em cartas e mapas que propagaram pela Europa imagens sobre o homem, a floresta e os rios da Amazônia, revelando pessoas, hábitos e lugares em tudo diferentes daquilo que os europeus estavam acostumados a enxergar.

Essas informações acabaram servindo aos propósitos tratadísticos do século XVIII, já que durante as negociações dos Tratados de Utrecht e Madri, sobretudo deste último, as informações registradas, desde a entrada de Pinzon no rio Amazonas até à exploração científica de La Condamine, pelos seus afluentes, auxiliaram nas determinações geográficas que deviam separar as terras *espanholas das portuguesas*.

### **1.6. A *Nueva Andaluzia* na Amazônia**

O rio Amazonas, em toda a sua extensão leste/oeste, tornou-se conhecido dos portugueses principalmente a partir da viagem de Pedro Teixeira, que navegou do Pará até a cidade de Quito (1639), contrariando o Tratado de Tordesilhas. Contudo, mesmo diante das pretensões das Coroas Ibéricas, em dividir entre si os territórios americanos, ingleses, holandeses e franceses – diante da negligência da Espanha e de Portugal em relação à ocupação das terras do Cabo Norte, nos primeiros anos da colonização – também navegaram

pela Amazônia, construindo fortificações e escravizando índios, até serem expulsos pelos portugueses.

Entretanto, segundo a versão espanhola, o italiano Américo Vespúcio e o espanhol Alonso de Ojeda, a mando de Castela, teriam visitado, em 1499, as duas saídas do rio Amazonas. O primeiro teria seguido para Sudeste com dois navios, navegando por uma das entradas do Amazonas e viajando cerca de dois dias, até atingir 6 graus e 30 minutos Sul. O segundo explorador, também com dois navios, quando chegou à América do Sul, rumou em direção a Oeste, e quando ambos se encontraram em Hispaniola, Ojeda teria dito a Vespúcio sobre a existência dos rios Essequibo e Orenoco, de golfos e enseadas tais como o largo Maracaibo, cujas margens eram habitadas por nativos amigáveis e hostis, respectivamente. Além disso, teve notícias gerais sobre a Venezuela, assim nomeada por Ojeda devido às habitações sobre a água assemelharem-na a uma “pequena Veneza”. Durante essas viagens, muitos índios foram escravizados e transportados para a Espanha.<sup>183</sup>

Em março do ano seguinte, Vicente Yáñez Pinzón, que tinha comandado a *Niña* na primeira viagem de Colombo, chegou à foz setentrional do rio e avançou cerca de 60 milhas, de onde se dirigiu para Noroeste, acompanhando a corrente. Pinzón ultrapassou o Amazonas e o golfo de Paria, entrou em contato com nativos e passou depois por Hispaniola, por uma rota que se tornara habitual desde Américo Vespúcio. Em dezembro de 1500, registra-se também a expedição de Diego Leppe, que também teria entrado pela foz do Amazonas, navegando mais ao sul do que Pinzón. Por aquele tempo, o Tratado de Tordesilhas tornava portuguesa a foz do rio *Dulce*, inibindo as incursões espanholas, retomadas em 1531, quando Diego Ortiz foi autorizado a explorar a margem sul, respeitando os direitos de Portugal sobre a embocadura do “rio Marañon”, nome que também era dado ao Amazonas.<sup>184</sup>

Em 1540, Gonçalo Pizarro, à época governador de Quito, com intenção de conquistar as terras do *El dourado* e da Canela, comandou uma expedição

---

<sup>183</sup> SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. Trad. Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Editora Best Seller, 1990, pp. 22 e 23.

<sup>184</sup> *Ibidem*, pp 14 a 19

com quatro mil índios e 220 espanhóis, dirigida à floresta de Cinnanon, nos Andes orientais, mas, pela falta de víveres, foi impedido de prosseguir viagem. Parte da expedição continuou navegando rio abaixo, com frota constituída por um bergantim<sup>185</sup>, algumas canoas, 50 soldados espanhóis e 2 frades, sob o comando do tenente general Francisco Orellana, que prosseguiu viagem até chegar ao mar, em 1542.<sup>186</sup>

Dessa expedição também fez parte o frade dominicano, Gaspar de Carvajal. Sua narrativa sobre a viagem de Orellana pelo rio Amazonas, por vezes, foi considerada pesada, repleta de repetições e orações, com incidentes difíceis de ler e acompanhar, sendo poucas as informações sobre a natureza e mesmo sobre as tribos indígenas, tendo apenas interesse no que se refere à existência das guerreiras Amazonas, não dando importância, inclusive à união do rio Napo com o Amazonas, no qual iriam atravessar quase toda a largura da América do Sul. No entanto, Carvajal informou, consistentemente, “que as margens do Amazonas eram povoadas por povos de constante guerra, quase todos hostis aos viajantes”.<sup>187</sup>

Entre seus escritos, teria relatado que um velho índio chamado Apária (ou Aparian, ou simplesmente Parian), teria estado nas terras das Amazonas, onde também havia muita riqueza de ouro<sup>188</sup> e, por esse acontecimento, teria batizado o grande rio de “Rio das Amazonas”, nome logo estendido a toda região.

Além dos relatos míticos, fizeram parte das informações do Pe. Carvajal as dificuldades enfrentadas pela tripulação, como a falta de mantimentos, que os levou ao extremo de comerem couros, cintas e solas de sapatos cozidos

---

<sup>185</sup> Em uma das paradas da expedição de Orellana, numa aldeia, a tripulação foi encarregada de construir outro bergantim, que segundo a descrição de Carvajal tratava-se de uma embarcação com comprimento de dezenove *joas*, “bastante grande para navegar no mar”. No entanto, na literatura náutica atual não se tem referência exata da palavra *joas*, mas supõe-se que seja referente às vigas principais das extremidades superiores, onde constituem as laterais do navio, portanto, pode ser que a *joa* não seja uma medida, mas a extensão de dezenove costelas de um navio grande. (SMITH, Anthony. *Op. Cit.*, p 84)

<sup>186</sup> CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de. *Op. Cit.*, pp. 13 e 18.

<sup>187</sup> *Ibidem*, prefácio.

<sup>188</sup> *Ibidem*, pp. 24 e 66. A existência das mulheres guerreiras avistadas por Carvajal às margens do grande rio, “contra as quais um cacique indígena o aconselhara a se acautelar” também foi relatada por La Condamine, no século XVIII (*Breve histórico do rio das Amazonas: o rio Marañón...* LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Op. cit.*, págs. 35 e 36).

com algumas ervas. Mais ainda, “era tal a nossa fraqueza, que não nos podíamos ter em pé. Uns de gatinhas, outros arrimados a bordões, meteram-se pelas montanhas em busca de raízes comestíveis, e houve alguns que comeram algumas ervas desconhecidas, ficando às portas da morte, pois estavam como loucos e não tinham miolo”.<sup>189</sup>

Orellana teve a oportunidade de navegar pelo Amazonas duas vezes, a segunda delas por autorização dos reis espanhóis, depois que o tenente narrou ao Conselho da Corte sobre os lugares e as pessoas que vira na primeira viagem. O Conselho, por sua vez, informou ao rei que “segundo a relação de Orellana e a situação em que estão este rio e as terras que diz ter descoberto, poderia ser terra rica onde V. M. fosse servida e a Coroa Real acrescentada”. Além disso, os reis de Castela foram alertados sobre uma esquadra portuguesa que, quatro anos antes da viagem de Orellana, havia navegado pelo rio Amazonas e que, por conta do sucesso da expedição espanhola, o rei da França também passara a ambicionar a região. Por isso, recomendavam ainda os conselheiros que “convinha ao governo de V. M. que as costas deste rio se descubram e povoem por V. M. o mais breve que seja possível, sendo propício ao serviço de Deus que se tragam os naturais dessa terá ao conhecimento da santa fé católica”.<sup>190</sup>

Assim, por esse parecer, foi autorizado pela Coroa de Castela e Leão o retorno de Orellana, em 1544, com o objetivo de povoar as terras da *Nueva Andaluzia*, conforme chamavam os espanhóis às terras do extremo-Norte do Brasil. Entretanto, ao contrário da primeira diligência, a segunda foi infrutífera, terminando com a morte do comandante da guarda, que nem chegou a alcançar o braço principal do Amazonas.<sup>191</sup> Desta parte da história espanhola na Amazônia, além dos registros do Frei Carvajal, constam as crônicas de Fernandez de Oviedo, que se encontrava em São Domingos quando Orellana regressava à Espanha, depois da primeira jornada pelo Amazonas. O autor da *História da Índia*, baseado nas narrativas de Carvajal, afirmou que escreveu o “descobrimento do *Marañon ad plenum*, com algumas particularidades que eu

---

<sup>189</sup> CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, pp. 19 e 66

<sup>190</sup> *Ibidem*, p. 15, n.r. 1.

<sup>191</sup> Cf. LEITÃO, C. de Melo. In: CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p. 18, n.r. 1.

soube pelo próprio capitão Orellana, além do que, como testemunha de vista, escreveu um devoto frade da Ordem dos Pregadores”.<sup>192</sup> Baseado nas informações de Oviedo e Carvajal, Sebastião Caboto desenhou um mapa do roteiro percorrido por Orellana no Amazonas, dois anos depois da sua primeira viagem.

Treze anos após a morte de Orellana, sabe-se que Pedro de Ursua e Lope de Aguirre, saindo do Peru, desceram o rio e atingiram o oceano, em 1560/1561. Esta expedição, repleta de acontecimentos trágicos, também foi embalada pelo desejo de encontrar o tão sonhado *El dorado* e os amaguas, povo descoberto por Orellana e que – acreditava-se – possuía a chave de grandes trechos do alto Amazonas, como o segredo do homem “*dourado*”.<sup>193</sup>

Por um ato de conspiração, quando navegavam pelo rio *Marañon*, Aguirre assassinou Ursua e tornou-se o “chefe poderoso” da expedição. Os homens envolvidos na trama (*marañas*) foram chamados de *marañones*, talvez daí, segundo alguns pesquisadores, provenha o outro nome do rio Amazonas. Entretanto, à designação rio Maranhão também foram dadas outras explicações: ou porque assim o chamou o primeiro marujo que o viu, pela derivação da pergunta feita *mare an non* (mar ou não) ou porque o próprio rio, certamente na sua foz, parecia um emaranhado ou trama.<sup>194</sup>

A primeira expedição inglesa no Amazonas que se conhece, data de 1595, comandada por Sir Walter Raleigh<sup>195</sup>, que navegou pelo rio durante um

---

<sup>192</sup> CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p 7.

<sup>193</sup> SMITH, Anthony. *Op. Cit*, p. 122

<sup>194</sup> *Ibidem*, pp. 147 e 153

<sup>195</sup> Sir Walter Raleigh (1552- 1618), autor do mapa *Discovery of Empire of Guiana* (1595) e de uma *History of World*, de 1614, que inclui várias cartas geográficas. Acredita-se que Raleigh – pioneiro das iniciativas de colonização inglesa na Virgínia – também tenha sido seduzido pela idéia do imenso lago Dourado, cuja origem é creditada aos gregos, mas que foi, insistentemente, procurado pelos exploradores de Quinhentos e mesmo posteriores. Raleigh nasceu em Devonshire, teve treinamento militar e lutou na França do lado dos huguenotes e contra os revoltosos irlandeses. Ganhou, por isso, as graças da rainha Elizabeth I, o que lhe garantiu direitos exclusivos de exportação de panos de lã, além do título de cavaleiro (1585) e da permissão para descobrir territórios pelo Mundo que os europeus iam desvendando: “foi um prêmio realmente principesco para o amante da rainha: numa época de descobrimentos e conquistas, uma patente dessa natureza valia ouro na verdadeira acepção da palavra. Raleigh, porém, deixou fugir sua grande oportunidade ao casar-se secretamente. A rainha, depois de descobrir o fato, mandou lançá-lo na torre. Mas Raleigh conseguiu recomprar sua liberdade após 13 anos de reclusão. Viajou então para a costa leste americana, para fundar lá uma

mês, de onde chegou à Guiana. Sua aventura foi registrada num calhamaço de 101 folhas, com o título *The Discoverie of the Large, Rich and Bewtiful Emphyre of Guiana*, onde o autor – figura controversa, complexa e emblemática do reinado de Elizabeth I –, muito mais do que um informe aos investidores e financistas, acabou fornecendo valioso manual de conteúdo antropológico e geopolítico para a conquista da região e expulsão dos espanhóis da Guiana. Na obra, também constam várias ilustrações que descrevem a sua chegada à Guiana e a conquista da América do Sul (vide anexo 5).<sup>196</sup>

Para convencer os oficiais da Marinha Real Inglesa da necessidade do seu retorno, Raleigh prometeu a eles riqueza incalculável, que poderia buscar em Manoa, lugar do Eldorado, pois na primeira viagem, devido às baixas águas, não lhe foi possível chegar ao lugar: “os rios, entretanto, começaram a baixar antes do esperado, inviabilizando qualquer plano de tomar o ouro de nem sei quantas cidades. Voltei sem muito ouro nos navios, mas trouxe algo muito mais precisos nos bolsos, o mapa do caminho do *El Dorado*”.<sup>197</sup>

O viajante inglês, além de reforçar o mito do *El Dorado*, propôs estratégias geopolíticas para o controle territorial do Novo Mundo. Dentre suas sugestões, instruiu que as conquistas não deveriam ser feitas pela força nem pelo trabalho escravo dos nativos, pois uma campanha militar que traga o controle do território sem confronto com os índios, segundo suas palavras, “nos permitirá extrair as riquezas da região sem maior desgaste. Os comandantes, comerciantes e traficantes que se fizerem sócios dos selvagens no uso da terra terão lucros assegurados por cinco ou sete gerações”.<sup>198</sup>

Obviamente, essa idéia não dizia respeito à tolerância ao índio, mas à estratégia de exploração, pois continuou instruindo: “não estou recomendando o relaxamento da mão firme contra os rebeldes. Durante este assalto definitivo

---

colônia. Queria descobrir a todo custo o mítico El Dorado”. (FREYER-EIMBECKE, Oswald. *Op. Cit.*, p. 166).

<sup>196</sup> RALEIGH, Walter. *O caminho do Eldorado*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002, pp. 40 e 41. A viagem de Walter Raleigh foi ilustrada por Théodore de Bry, na obra *Grands voyages*.

<sup>197</sup> Sobre a cidade de ouro, Raleigh escreveu que mesmo não a tendo visto, pelo excesso de informações acreditava em cidades esplendorosas no caminho de Eldorado, onde o “imperador vive construindo templos e palácios com paredes revestidas de ouro e teto cravejado de rubis, safiras e diamantes”. (RALEIGH, Walter. *Op. Cit.*, pp. 40, 12 e 196)

<sup>198</sup> RALEIGH, Walter. *Op. Cit.*, p. 199.

à Guiana, inevitavelmente, será preciso saquear algumas aldeias para impor respeito. Para isso, não faltarão candidatos. As margens do Orinoco têm muitas cidades desprevenidas e indefesas contra um ataque de sobressalto”.<sup>199</sup>

Além dessas instruções, Raleigh também alertou que a cultura européia não deveria ser imposta aos índios, como faziam os espanhóis, portugueses e holandeses. Ao invés disso, sugeriu que a Inglaterra se aliasse aos povos indígenas, oferecendo em troca a proteção militar contra o inimigo comum. Sobre a postura religiosa dos ingleses, o comandante foi veemente ao propor respeito aos costumes indígenas, convencendo o resto da “Companhia de nossos princípios anglicanos [que] só permitiam interferir com os mortos, após obter autorização expressa da rainha e seu arcebispo”.<sup>200</sup>

Essa regra de conduta foi estabelecida depois que alguns índios guianenses, do vale de Amariocapana, informaram que acreditavam na vida após a morte e, por isso, enterravam num enorme túmulo os seus mortos, suas mulheres e tesouros; porém, advertiu Raleigh que, no primeiro contato, pelo menos, não era recomendável ofender os índios, profanando as sepulturas de seus antepassados. Esta ação somente seria possível, conforme seus escritos, após a “conquista daqueles corações para os nossos hábitos e procedimentos cristãos”; antes, seria precipitado escavar seus túmulos “à cata de ouro”. E concluiu: “Se perturbássemos o sono dos antigos, ganharíamos um pouco mais de ouro, mas perderíamos o amor e respeito dos mais novos, que passariam a nos considerar iguais aos espanhóis”.<sup>201</sup>

As instruções do comandante inglês recomendavam cautela, já que os próprios nativos, diante da violência dos espanhóis que pilhavam as riquezas mais acessíveis das margens do Orinoco, vinham mudando de costumes, enterrando as jóias dos mortos longe dos corpos, ou camuflando suas tumbas com folhagens ou, ainda, “abandonando suas superstições [passando] a dividir as jóias e riquezas do falecido entre amigos e parentes”.<sup>202</sup> Mas, a pior consequência do saque espanhol, segundo Raleigh, foi o fechamento do

---

<sup>199</sup> RALEIGH, Walter. *Op. cit.*, p. 199

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 196.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 197

caminho de Eldorado para outros povos, inclusive para os ingleses, pelo imperador da Guiana. “Ele temia os cristãos e suspeitava das tribos das províncias vizinhas ao império, que freqüentemente traficavam com europeus”.<sup>203</sup> Por essas palavras, o navegador inglês justificou à marinha elisabetana o pouco ouro trazido em sua primeira viagem, mas insistiu que “a Guiana [era] o mais rico império inca. Seus desbravadores europeus voltarão com navios mais pesados do que os de Hernán Cortez ao sair do México ou os de Pizarro do Peru. O dourado das montanhas reluzirá para sempre nos confortos que proverá a seus filhos e oportunidades que criará a seu povo. Tudo isso só será possível, como já foi dito, pelo esforço abnegado dos que me acompanharem nesta primeira viagem de descoberta. A Inglaterra só conseguira ofuscar a opulência da Espanha quando tomar o caminho do Eldorado”.<sup>204</sup>

Diante da promessa de tanto ouro, Elizabeth I, em 1616, autorizou o retorno de Walter Raleigh à Guiana, mas esta segunda viagem acabou mal sucedida, tendo o comandante inglês perdido seu filho mais velho e seus homens de confiança, além de ter a saúde comprometida durante a viagem, o que o impediu de pôr os pés na Guiana e, conseqüentemente, encontrar as terras cobertas de ouro... De volta à Inglaterra, por conta do insucesso da viagem, Raleigh foi morto no cadafalso.

As informações de Walter Raleigh serviram para outra jornada inglesa à Amazônia, desta vez em 1620, comandada por Roger North, um capitão que sobreviveu à fatídica viagem, o qual, com a ajuda dos índios Ingahíbas, entrou 500 quilômetros rio acima, explorou os afluentes do Amazonas, construiu assentamentos e plantou tabaco.<sup>205</sup>

Entretanto, é importante ressaltar que para alguns teóricos, como Ghaham Burnett, a fronteira britânica na América do Sul não se fez pela produção agrícola, mas sim pela ambição de encontrar minas de ouro, princípio

---

<sup>203</sup> Numa descrição de Walter Raleigh, o Orinoco “tem braços d’água condutores aos quatro contos da Guiana. Estende-se por mais de duas mil milhas de leste a oeste e outras oitocentas de norte a sul. É bem navegável por pequenos barcos, desde que os povos ribeirinhos não hostilizem o viajante”. (RALEIGH, Walter. *Op. cit.*, p. 198)

<sup>204</sup> RALEIGH, Walter. *Op. cit.*, p. 201.

<sup>205</sup> SMITH, Anthony. *Op. Cit.*, p. 177

que norteou as viagens de Walter Raleigh pela Amazônia e, assim, o suposto sítio do El dorado serviu como pontos-chave de orientação para as tentativas de exploração subseqüentes e o resultado disso foram as disputas pelas fronteiras do norte do Brasil <sup>206</sup>, ou seja, o mito transformou o solo, que parecia instável, em território colonial.

Por essa razão, o padre João Daniel, a partir do que leu e do que viu, escreveu que “nunca o Amazonas vira nas suas águas tantas embarcações, nem tão luzido, e numeroso exército”; que não buscavam conhecê-lo, mas explorar suas riquezas <sup>207</sup>, referindo-se à insistência dos ingleses, holandeses irlandeses e franceses que, vindos das Antilhas, também tentavam, mesmo depois da fundação da capitania do Maranhão e Grão-Pará, dominar a navegação do Amazonas e estabelecer núcleos mercantis e militares da costa do Macapá, nas ilhas do estuário amazônico e pelo rio acima até às proximidades do Tapajós.

A primeira destas investidas esteve a cargo de holandeses, comandados pelo burgomestre Jan-Moor, o qual instalou feitorias e fortificações, tais como “Mariocay e Maturu, na margem direita do Amazonas; Orange e Nassau, no Xingu, e Mandiutuba, próximo do rio Maxipana, além de outros postos fortificados na região dos Tucujús [atual Macapá]”. <sup>208</sup> A segunda investida, feita por ingleses, fundamentou-se na concessão feita por Jaime I, em carta patente de 19 de maio de 1627, pela qual concedera as terras do Amazonas ao duque de Buckingham e seus associados, graças ao quê foram construídos pequenos fortes como o “Taurege [ou Torrego] no Manacapuru, o Felipe entre Matapy e Anauerápucú, e o Camaú na ilha dos Tucujus”. <sup>209</sup>

Mas, de quem era o rio afinal? À primeira vista, a resposta parece ser tão confusa quanto o contexto político da Europa, especificamente, no que dizia respeito à monarquia dual ibérica, quando o limite entre Portugal e Espanha, estabelecido pelo tratado de 1494, foi superado, principalmente por

---

<sup>206</sup> BURNETT, D. Graham. *Op. cit.*, p. 13

<sup>207</sup> DANIEL, Padre João. *Op. cit.*, p. 45

<sup>208</sup> MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém. Apud: SARAGOÇA, Lucinda. Da “Feliz Lusitânia” aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa – Santarém: Edição Cosmos, 2000, p. 27.

<sup>209</sup> *Ibidem.*, p. 27.

conta das constantes ameaças de ingleses, irlandeses e franceses que, como veremos, perduraram até os últimos anos de Setecentos.

## 2. A FLORESTA COMO CENÁRIO

*“Nada nas conquistas de Portugal é mais extraordinário do que a conquista do Amazonas”.<sup>210</sup>*

### 2.1. “A jornada milagrosa”

Após setenta e seis anos do insucesso da viagem de Aguirre pelo Amazonas, quando não se registrou mais nenhuma expedição espanhola aos trechos centrais ou orientais do grande rio, Felipe II ordenou novas viagens pelo rio, agora com o objetivo de povoar o Cabo Norte, para combater os europeus do Norte, que também ambicionavam dominar o território.

No tocante às investidas da França nas terras do Cabo Norte, em 1604, o sargento-mor do Estado, Diogo de Campos Moreno, solicitou à Espanha reforços para guarnecer o Maranhão, pois era constante a presença de navios franceses na capitania, de onde saíam carregados de tabaco, açúcar e madeiras. A situação agravou-se quando os holandeses também resolveram investir na exploração da região.

Poucos anos antes, em 1598, Charles de Vaux e Jacques Riffault teriam naufragado nas costas maranhenses, onde viveram durante 11 anos em companhia dos índios, com quem aprenderam a língua e tomaram conhecimento das riquezas da terra. Quando conseguiram retornar à França, convenceram Daniel de La Touche, senhor de La Ravardiére, nomeado por Henrique IV, rei da França, lugar-tenente para a colonização de Caiena, da importância de conquistar o Maranhão e ali fundar uma empresa colonizadora. Diante dessa nova situação, a Guiana Francesa tornou-se secundária e a prioridade passou a ser a fundação de uma colônia francesa ao sul da Linha Equinocial.<sup>211</sup>

---

<sup>210</sup> Joaquim Nabuco. Fronteiras do Brasil e da Guyana inglesa, primeira memória, p. 29. In: GARCIA, Rodolfo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1917, tomo 81, p. 355.

<sup>211</sup> SARAGOÇA, Lucinda. *Da “Feliz Lusitânia” aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa – Santarém: Edição Cosmos, 2000, p. 14

Com esse objetivo, em 19 de março de 1612, partiu do porto de Cancale uma expedição composta de três navios, na qual viajaram 500 colonos, alguns nobres e quatro capuchinhos. A frota chegou à ilha Grande do Maranhão cinco meses depois, onde foi fundado o forte de São Luís, além de casas, igrejas e o primeiro convento dos padres capuchinhos em terras brasileiras.

A reação luso-espanhola deu-se em outubro do mesmo ano, por meio das ordens de Felipe II passadas ao governador-geral do Brasil, Gaspar de Sousa, que deveria conquistar e descobrir as terras do Maranhão. Com a ajuda das forças comandadas por Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno, os franceses foram derrotados. Estabeleceu-se então uma trégua de um ano, não aprovada pela Coroa espanhola, a qual determinou que o governador do Brasil reforçasse a guarnição do Maranhão, para expulsar definitivamente os franceses aquartelados no forte de São Luís. Dessa vez, o comando das forças foi atribuído a Alexandre de Moura, terceiro donatário e capitão-mor da Capitania de Pernambuco. La Ravardiére não suportou a pressão luso-espanhola feita por mar e terra e entregou-se, em 1º de novembro de 1615. Alexandre de Moura, diante da vitória, resolveu mudar o nome do forte de São Luís para Forte de São Felipe, em homenagem ao monarca da União Ibérica.<sup>212</sup>

Entretanto, ante a iminência de novo ataque francês, as tropas portuguesas resolveram guarnecer o Norte do Brasil, ocupando as terras do Pará e construindo fortificações ao longo do litoral maranhense até o Cabo Norte (vide anexo 6). Além disso, como se desconhecia a linha da costa, tornou-se necessário um estudo geográfico da região, sendo Alexandre de Moura<sup>213</sup> considerado um dos primeiros a realizar esta tarefa. Suas primeiras informações foram extraídas de La Ravardiére, comandante das forças francesas, tendo revelado, entre outras questões, “que o rio conhecido por Grão-Pará era uma das duas “bocas” do grande rio das Amazonas; que, tanto numa como na outra, não havia forte nem guarnição de soldados, tão pouco

---

<sup>212</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998, pp. 73 a 77.

<sup>213</sup> Alexandre de Moura, capitão-mor que em 1615 firmou o domínio português no Maranhão, foi também 3º donatário da capitania de Pernambuco e mestre-de-campo no Alentejo, governador em Portalegre e na Ilha da Madeira. (SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 11)

moradores estrangeiros. Soube ainda que a navegação do Maranhão até ao Amazonas era perigosa por causa dos baixios, razão porque só navios de pequeno porte a podiam fazer. Pelo auto mar, nenhum piloto francês se atrevia a levar grandes naus”<sup>214</sup>.

Conhecendo, em parte, os perigos da navegação pelos afluentes do Rio Amazonas, Alexandre Moura, em obediência ao *Regimento* determinado por Gaspar de Sousa, governador-geral do Brasil, ordenou que se fizesse a jornada ao Grão-Pará e ao Grande Rio, que também ficou conhecida com “jornada milagrosa” <sup>215</sup>, expulsando os homens de La Ravadière da região demarcada, até então, como possessão de Castela. O escolhido para esta empreitada foi Francisco Caldeira Castelo Branco, conhecido entre seus pares como um capitão rebelde, mas reconhecidamente sagaz e astuto, além de manhoso e destemido aos olhos do inimigo. <sup>216</sup>

Francisco Caldeira Castelo Branco, que tinha sido capitão-mor do Rio Grande do Norte (1612-1614), concretizou o povoamento da capitania do Grão-Pará e Maranhão e para isso organizou, sem perda de tempo, uma expedição composta de um patacho, um caravelão e uma lancha grande, batizados com os nomes de Santa Maria de Candelária, Santa Maria da Graça e Assunção, respectivamente, que levavam cento e cinquenta soldados, divididos em três companhias, dez peças de artilharia, oito quintais de pólvora, munições e mantimentos. Partiram rumo ao Pará, iniciando a conquista leste-oeste do Brasil e tentando incorporar definitivamente a Amazônia ao domínio português<sup>217</sup>, a começar pelo seu reconhecimento geográfico.

---

<sup>214</sup> Certidão de la Ravardière, dando informações sobre o Grão-Pará (AHU, Coselho Ultramarino, Requerimentos, março nº de ordem 3. In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, anexo 1).

<sup>215</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A política de Portugal no vale amazônico*. 2ª edição. Belém: SECULT, 1993, p. 4

<sup>216</sup> Segundo Lucinda Saragoça, é interessante frisar que os Portugueses tinham plena consciência de que a empresa do Amazonas constituiu “uma flagrante violação ao Tratado de Tordesilhas”. (SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, pp. 12 e 13)

<sup>217</sup> A Espanha, em 4 de novembro de 1621, por conta da União Ibérica, decidiu retirar algumas das restrições anteriormente impostas a Portugal, que com o passar dos anos os portugueses, desde a expulsão dos franceses de São Luís até a fundação de Belém, sentiam-se mais confiantes de avançar rio acima, indo cada vez mais para além da linha de Tordesilhas, apossando-se de terras espanholas na América e seguros de que a Amazônia cada vez mais era de Portugal. (SMITH, Anthony. *Op. Cit*, pp 176 a 180)

Como piloto-mor da frota foi escolhido Antônio Vicente Cochado, que por sua experiência cartográfica foi encarregado, também, de sondar a costa, levantar roteiros e dar notícias exatas da geografia da nova conquista, ficando André Pereira Temudo<sup>218</sup> com a incumbência de registrar os dados da viagem. A estes dois homens devem-se os primeiros registros sucintos sobre a navegação e a paisagem do Amazonas.

Além de Vicente Cochado e André Pereira Temudo, como não havia pilotos espanhóis e portugueses hábeis no conhecimento do rio como os franceses, por isso foi escalado, também, Charles de Vaux que, por ter aprendido a língua indígena durante os anos que conviveu com eles, foi nomeado o “língua” da expedição. Como comandantes das três companhias foram nomeados Pedro de Freitas, Álvaro Neto e Antônio da Fonseca; entre os graduados estava o alferes Pedro Teixeira, que anos depois da fundação de Belém, ficou conhecido como “o desbravador da Amazônia”.<sup>219</sup>

Nos mapas de Vicente Cochado, expostos no **anexo 7**, observa-se a representação dos lugares por onde a sua tropa passou durante as viagens pelo Amazonas, tendo registrado a ilha de Marajó e partes da costa do Pará e Amapá. Mostra o delta do rio Amazonas e os rios Moju, Guamá, Tocantins, Pacajá e Xingu, indicando, ainda, as fortalezas holandesas destruídas, a cidade de Belém, os povoados e as nações indígenas. Além disso, revelou a parte juzante do rio Amazonas, sobre o que escreveu:

*“As várias bocas que vêm até à parte do norte são todas de um só rio que entra 130 léguas pela terra dentro. Chega ali num só corpo e divide-se em dois braços principais e cada um deles em muitos outros causados por muitas ilhas que formam um arquipélago. Dos dois braços, o oriental é o menor e com mais ilhas até perto da boca, onde juntando-se aos vários canais formam um único que comumente se chama o Grão-Pará. O ocidental, que em sua origem*

---

<sup>218</sup> André Pereira Temudo foi também capitão-mor do Rio Grande do Norte (1621) e morreu em combate com os holandeses na praça de Olinda, em 16 de fevereiro de 1630. (SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p. 16. Ver também, ABREU, J. Capistrano de. *Op. Cit.*, p.76)

<sup>219</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.*, pp 4 e 5.

*é o maior e vem recolhendo a água de muitos rios, padece tantas divisões por ilhas que se interpõem que ao desaguar no mar não é tão grande como o outro, porque sai por muitos canais ou bocas. Estes dois braços desde a sua divisão formam outra baía ou enseada como a do Maranhão de Portugal, que em isso se parecem as duas, só que esta é muito maior, de tal modo que só nela se poderia meter toda a Espanha”<sup>220</sup>.*

Os feitos de Vicente Cochado foram anunciados no “*Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o Rio Amazonas e terras circundantes*”, escrevendo que “Das entradas e saídas deste rio do fundo e tudo o mais que he necessário par entrar armada ó sair delle, tem o piloto António Vicente feitos seus roteiros em forma, de que dará razão, pois he arte sua”<sup>221</sup>.

André Pereira Temundo, na *Relação do que há no grande Rio das Amazonas novamente descoberto*, escrita em 1616, informou detalhadamente sobre as 150 léguas que percorreu, desde o Maranhão até o “Rio Grande”, descrevendo a sua foz de 120 léguas e sua furiosa corrente, que se agravava quando se navegava durante o Inverno – o que na Amazônia corresponde aos dias chuvosos. Fez ainda referência aos estreitos braços (afluentes do rio Amazonas), sobretudo, aquele que chamou de Separará<sup>222</sup> por onde passou a esquadra e às ilhas que avistaram ao longo do percurso. Sobre suas impressões escreveu que “o rio parece capaz de muy grandes cousas por ser da largura que digo”, além disso, observou a fertilidade das terras e a diversidade de madeiras, para ele, “mais avantajadas” do que as “do Brasil, por serem árvores notavelmente grandes entre as quaes há hum pao que o Gentio chama Cotiara muy lindamente debuxado e gracioso á vista”<sup>223</sup>.

---

<sup>220</sup> Leon Pinelo. *Apud*: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 17.

<sup>221</sup> “*Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o Rio Amazonas e terras circundantes*”. In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, apêndice V.

<sup>222</sup> Mais tarde, conforme as cartas do século XVIII, este lugar recebeu o nome de Tigioca, vindo a ser o lugar mais perigoso por onde passaram as frotas responsáveis pela demarcação norte do Brasil, conforme o Tratado de 1750. Sobre esta questão trataremos melhor no 4º capítulo.

<sup>223</sup> TEMUDO, André Pereira. “*Relacão do que há no Grande rio das Amazonas novamente descoberto*”. *Apud*: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.*, p. 82

Foi ele também quem levantou o primeiro questionamento sobre a existência das temidas guerreiras amazonas, pois, conforme escreveu, “[os ameríndios] se viam por toda a parte deste rio, eram de várias nações e na maioria bem encarados. Os homens não tinham barba e traziam os cabelos compridos como as mulheres, confundindo-se com elas, de que pode ser, nasceria o engano que dizem das Amazonas”<sup>224</sup>.

Quanto à recepção dos índios, mencionou que os receberam com agrado e prestaram informações importantes para a defesa da região do Amazonas, dizendo sobre a existência de estrangeiros que dominavam a região que ia do Paru<sup>225</sup> até o Cabo Norte. Escreveu sobre a possível existência de ouro, pérolas e pedras preciosas, segundo informações recebidas dos indígenas.<sup>226</sup>

## 2.2. Uma “Feliz Lusitânia” na Amazônia

Francisco Caldeira Castelo Branco chegou ao Pará em 12 de janeiro de 1616 e, em comunicação escrita ao arcebispo de Lisboa, expôs sua primeira impressão sobre o que vira. Primeiramente sobre o rio que “não se comparava em extensão aos do Maranhão”, em segundo sobre a fertilidade do solo que era de “terra, sadia, de muito bons ares, fertilíssima em tudo, inclusive pela abundância e docilidade do gentio, superior ao restante do Brasil”, nela se produzia “vários gêneros vegetaes de que o nativo fazia commercio com o concorrente estrangeiro [este, por sua vez], em actividade intensa, penetrara o rio plantando feitorias”. Em seguida, e não menos importante, relatou sobre minas de prata e perolas que encontrou<sup>227</sup>.

---

<sup>224</sup> *Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o Rio das Amazonas e terras circundantes.* In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, apêndice V

<sup>225</sup> Paru é atualmente Almerim, um município do Pará, considerado um dos mais antigos povoados do Amazonas. Foi formado com degredados do reino português e por holandeses que exploraram a região até meados do século XVIII. (Apud: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p. 16 n.r. d).

<sup>226</sup> *Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o Rio das Amazonas e terras circundantes.* In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, apêndice V.

<sup>227</sup> Cf. Livro Segundo do Governo do Brasil, Annaes do Museo Paulista, tom 3º, São Paulo, 1927. *Apud:* REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.*, p.7.

Depois de muita controvérsia, decidiu-se que o lugar do Pará era um outeiro bastante defensivo, situado numa península à margem direita do rio Guamá e voltado para uma enseada, descrita nas *Memórias* de Bernardo Pereira de Berredo, no século XVII, como uma “grande Bahia do Pará, [que] não se forma pelo Amazonas, mas pela confluência dos rios Moju, Acará e Guamá, além das agoas que recebe pelo canal do Tajiporá, do Rio Tocantins, Pacaas, Guanapá e outros que formão a bahia de bocas”<sup>228</sup>.

O local exato onde foi erguido este forte foi, durante anos, motivo de muitas discussões. Bernardo Pereira de Berredo escreveu que a sete ou oito léguas do sítio escolhido, tinha ficado uma ilha muito aprazível, a ilha do Sol, que apresentava melhores condições para conquista e povoamento e que Francisco Caldeira deu o nome de Grão-Pará, por achar que se encontrava num braço principal do Rio Amazonas.<sup>229</sup> Ao contrário deste, Varnhagen apresentou outra opinião, mencionando que o comandante e seus pilotos sabiam que não se encontravam no tronco principal do Amazonas; no entanto, resolveram fixar-se ali, porque acharam o lugar estratégico para o caso de se necessitar de socorro imediato.<sup>230</sup>

Segundo André Pereira Temudo, primeiro informante do lugar onde os portugueses construíram o forte do Presépio, o local escolhido estava “a 35 léguas, pello rio asima pêra o sul, por parecer ao Capitão mor bom sítio”.<sup>231</sup> Além da localização, informou que “por toda aquellas partes mostravão as terras serem fertilíssimas de madeiras, e na bondade dellas, cheias todas as ilhas de muita lona (...) Estas serras diz o Gentio que são escalvadas sem mato, e alguns homens experimentados dizem que estas sam as Serras que alli vem dar do Peru como muitas Cartas de mariar também o mostrão, e que há ouro nellas, e mais metaes”.<sup>232</sup>

---

<sup>228</sup> Bernardo Pereira de Berredo. *Apud*: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p. 20.

<sup>229</sup> BERREDO, Bernardo Pereira de. *Anais históricos do Estado do Maranhão*, p. 405 e 408. *Apud*: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p. 20

<sup>230</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos, [s.d.], t. 1, p. 167.

<sup>231</sup> *Relatório que fez o capitão André Pereira sobre o Rio das Amazonas e terras circundantes*. In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, apêndice V.

<sup>232</sup> TEMUDO, André Pereira. “*Relacam do que há no Grande rio das Amazonas novamente descoberto*”. *Apud*: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.*, p. 7.

A partir do Forte do Presépio, assim batizado por causa do dia em que a expedição de Francisco Caldeira partiu de São Luís do Maranhão (25 de dezembro de 1615), foi erguida a cidade de nossa Senhora de Belém, algo comum na história da urbanização das cidades coloniais. À região onde se desenvolveu a *urbes*, lugar de partida para novas conquistas, os portugueses deram o nome de “Feliz Lusitânia”, o que, segundo Arthur Cezar Ferreira dos Reis <sup>233</sup>, foi uma forma que os portugueses encontraram, mesmo obedecendo a um rei espanhol, de invocarem a sua pátria.

A antiga cidade ficava na margem direita do rio Guamá, debruçada sobre a baía do Guajará e protegida por um igarapé que nascia no alagadiço do Piri, o que foi considerado um impedimento ao desenvolvimento urbano (vide anexo 8). Além disso, eram inúmeras as queixas dos primeiros moradores que reclamavam do clima quente, sendo estas as duas principais razões para que Jerônimo Fragoso de Albuquerque, terceiro capitão-mor do Pará, em 1619, apresentasse uma proposta de transferência da capital para “ hua paragem coatro legoas daquy pera o mar a que chamão a ponta do mel me paresseo muy acomodada a nossa pertençaõ” <sup>234</sup>.

Entretanto, a população instalada no lugar recusou a proposta, tendo a cidade crescido, lentamente, para o interior da floresta. Os primeiros caminhos, abertos ainda no governo de Bento Maciel Parente, transformaram-se nas ruas mais antigas da cidade velha, onde, por entre as primeiras moradias de madeira, barro e palha, destacaram-se as igrejas do Carmo, a de São João e o convento de Santo Antônio, que se distanciava do forte cerca de 1200 metros.

---

<sup>233</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.*, p. 7

<sup>234</sup> *Carta de Jeronymo de Albuquerque dando cont a El-Rei do estado em que encontrou a Conquista do Pará e necessidade que ella tem.* In: SAARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, apêndice documental XVI. Segundo Manoel Barata, a ponta do mel corresponde à atual ponta do Pinheiro. (*Apud.* SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p. 190, n. 172)

Pelo mapa apresentado no anexo 8, desenhado em 1724, é possível perceber as primeiras construções do núcleo urbano, que se formou a partir do forte do Presépio. O próprio título do mapa indica que o edifício apresentava sinais de ruína, sugerindo-se, no canto inferior direito, a sua reforma e ampliação. Nele, também estão assinaladas algumas edificações de Belém: “Santo Xptº [Cristo], Fortaleza, matriz ou Sé, Colégio, igreja Nossa Senhora das Mercês, Baluarte de Santo Antonio, Igreja de Santo Antonio. Mostra o litoral, indicando alguns topônimos: Terra firme, Ilha das Onças, cidade do Pará, Olaria, Aldeya devina, Val. de Caens, Fortaleza da Barra, Fortim, localizado numa ilha, Roça , Ilha Redonda, que se vay desfazendo, livramento”.<sup>235</sup> (vide anexo 8 b)

### **2.3. Amazônia: uma fronteira portuguesa?**

Ainda na primeira metade do século XVII, chegaram informações a Madri dando conta de que aventureiros ingleses e holandeses, patrocinados por fidalgos e empresas de comércio, tentavam explorar a região amazônica, estabelecendo núcleos mercantis e militares na costa de Macapá, nas ilhas do estuário amazônico e rio acima, até às proximidades do Tapajós.<sup>236</sup>

Por isso, naquela época, vieram de Madri ordens especiais para que Luís Aranha de Vasconcelos, proveniente de Lisboa, averiguasse os possíveis sítios construídos por holandeses ou outros estrangeiros, próximos ao rio Amazonas. As forças expedicionárias chegaram a Belém, em 20 de maio de 1623, onde foram recebidas por Bento Maciel Parente, capitão-mor do Pará e governador do Maranhão. A seguir, foram organizadas duas frentes expedicionárias: uma comandada por este governador e composta por 22 canoas e um caravelão, com equipagem de 70 soldados e mil índios; outra com uma caravela, sob o comando de Aranha Vasconcelos. As duas expedições

---

<sup>235</sup> Conforme se lê no mapa.

<sup>236</sup> Sobre as fortificações construídas ao longo do século XVII, nas margens do Rio Amazonas, ver: LUCENA, Veleda. *O forte de óbidos: uma visão arqueológica*. Tese de doutorado apresentada na Universidade Federal de Pernambuco ou CAMILO, Janaina. *Homens e pedras no desenho das fronteiras. A construção da Fortaleza de São José de Macapá*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas – SP.

navegaram rumo ao rio Gurupá.<sup>237</sup> Prevenidos dos ataques, franceses, ingleses e holandeses aquartelaram-se no forte Mariocay, mas acabaram vencidos pelas forças luso-brasileiras, erguendo-se no sítio da guerra o forte de Santo Antônio do Gurupá.<sup>238</sup>

Essa peleja durou até 1639, quando os batavos foram derrotados pela armada do capitão do forte do Gurupá, João Pereira de Cáceres. Mesmo diante da vitória, os portugueses, receosos de novas investidas, resolveram providenciar a construção de um terceiro forte à margem esquerda do rio Amazonas, na confluência com o rio Genipapo (também chamado de Paru), ao qual deram o nome de Forte do Desterro. As guerras entre os europeus na Interlândia<sup>239</sup> ocorreram num contexto conhecido como ciclo das drogas do sertão, que também levou à penetração da floresta – a partir de Belém, de Cametá, de Gurupá e de São Luís – pelos sertanistas, integrantes das tropas de resgates e de guerra, as quais, subindo e descendo os rios da Amazônia, atravessaram corredeiras, caçaram e escravizaram índios, além de combaterem holandeses, ingleses e franceses que desciam de Caiena, aos quais se somavam os espanhóis que vinham pelo rio Solimões.

No que dizia respeito às diferenças entre portugueses e espanhóis, mesmo durante a União Ibérica, o próprio rei Filipe II alertou o vice-rei do Peru, Marques de Cañete, sobre os cuidados que se devia ter em relação à navegação portuguesa pelo Amazonas. Suas recomendações foram expressas em carta escrita, em 1595, pela qual determinou que as descobertas de navegação do Amazonas até “aos confins do Brasil”, feitas por D. Lourenço Suarez de Figueroa, governador de Santa Cruz, que revelaram a facilidade de estabelecer comércio no interior e que os “caminhos [eram] dispostos e fáceis”,

---

<sup>237</sup> Até meados do século XVII, dava-se ao rio Xingu o nome indígena Curupá (ou Gurupá) e com esse nome se prolongava o curso do rio entre a costa ocidental da ilha de Marajó e a costa oriental das muitas ilhas que se encontram na barra amazônica. (Cf. Manoel Barata. *A jornada de Francisco Caldeira*. In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 42, nota 37)

<sup>238</sup> SILVA, Joaquim Caetano da. *L'Oyapoc et L'Amazonie: question brésilienne et française*. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899, tomo 1, pp. 9 a 12.

<sup>239</sup> Termo utilizado por Arthur César Ferreira Reis para designar a Amazônia (*A política de Portugal no vale amazônico*, p. 14). Para este autor, o Fortim de Gurupá foi importante para a dilatação da fronteira, a partir de 1623, pois serviu tanto como instrumento de guerra contra holandeses e ingleses, quanto de posto fiscal, porque funcionou como apoio aos sertanistas e missionários que subiam e desciam o rio. (*Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, tomo II, pp. 12 e 13)

podendo “resultar em abrir-se esta porta, pois além de por ali poderem entrar os portugueses e meter suas mercadorias e escravos, tão sem poder resistir-lhes, em terras tão largas, sendo aquelas tão pobres e essas tão ricas e prósperas, não se pode duvidar que todos queiram entrar a desfrutá-las, deixando desamparadas as costas e ainda atraindo aos inimigos a comodidade daquela passagem (além de que se pode e deve evitar que estas nações se juntem, procurando que cada qual se conserve no que descobriu e possui)”. Por conta disso, ordenou um estudo minucioso do percurso, “deixando os portugueses na ignorância em que até agora se acham, par que o não intentem; e no entretanto olhai muito por aquilo, sem dar lugar a que se comuniquem as terras por ali, nem se prossiga o descobrimento”.<sup>240</sup>

Diante das determinações, os espanhóis vindos do Peru providenciaram expedições para estabelecer as fronteiras da Espanha pela banda oriental e ocidental do Amazonas, numa das quais houve a frustrada expedição do capitão espanhol João de Palácios que, em 1636, partiu da cidade de São Francisco de Quito, com o objetivo de explorar o Alto Amazonas e cristianizar as tribos dos “encabelados” (tribos de índios que, segundo se afirmava, usavam os cabelos compridos até os joelhos). Entretanto, os planos dos espanhóis frustraram-se ante a resistência dos índios, que mataram o comandante e muitos soldados, sobrevivendo ao combate apenas os frades franciscanos Domingos de La Brieba e André de Toledo, além de seis soldados, os quais, após três meses de viagem, foram parar no forte português de Santo Antônio de Gurupá, sendo conduzidos para Belém, onde foram recebidos com espanto e desconfiança. Jácome Raimundo de Noronha, que governava provisoriamente o Estado do Maranhão e Grão-Pará, quando soube do acontecimento, sem pedir permissão à Coroa, pois provavelmente seria negada, resolveu repetir a viagem em sentido contrário, partindo de Belém até Quito, com o objetivo de definir as fronteiras entre o Grão-Pará e o Peru.<sup>241</sup>

---

<sup>240</sup> *Cédula ao vice-rei do Perú par que não permita que se comunique ou passe que o governador de Santa Cruz descobriu para o Brasil, - El Rei.* In: CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op. Cit*, p. 88 e 89.

<sup>241</sup> *Carta do presidente de Quito D. Alonzo Perez de Salazar ao monarca Espanhol, dando conta da entrada do capitão português, Pedro Teixeira, na província de Quito, através do rio das Amazonas.* In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op.cit*, apêndice documental XLVIII. Esta viagem

Assim, da mesma forma que a Espanha, Portugal pretendia que o Amazonas fosse um rio português e quanto mais rápido esse limite fosse estabelecido, mais cedo as potências estrangeiras, incluindo a Espanha, teriam de aceitar a soberania lusitana na Amazônia ocidental, com o que os espanhóis não mais teriam permissão para navegar nele como se fosse uma porção de mar aberto. Assim, o governador do Maranhão e Grão-Pará providenciou a maior expedição portuguesa que explorou o rio Amazonas, composta de cerca de 1200 índios e negros, transportando setenta soldados, equipada com armas de fogo, munição, arcos e flechas, comida e também mercadorias para serem comercializadas durante a viagem.<sup>242</sup>

A expedição partiu de Belém, em 28 de outubro de 1637, sendo chefiada por Pedro Teixeira, nomeado capitão-mor e detentor dos poderes de general de Estado. Sob seu comando, viajaram Bento Rodrigues de Oliveira, com a patente de coronel, o capitão Antônio de Azambuja, mestre de campo, Felipe Matos de Cotrim, sargento-mor, e os capitães de infantaria Pedro da Costa Favela e Pedro Baião de Abreu. Como capelão, acompanhou a expedição frei Agostinho das Chagas e, como piloto-mor, foi indicado Bento da Costa, que, pelas instruções passadas pelo governador, deveria reconhecer minuciosamente o percurso do rio Amazonas até Quito, verificando lugares onde se pudessem levantar fortificações. Os oficiais deveriam velar pela boa conduta dos expedicionários, de modo que, do bom trato e graças aos presentes oferecidos aos indígenas, resultassem relações de amizade e paz, para que eles informassem sobre a localização de tropas estrangeiras e conduzissem os soldados portugueses pelos caminhos da floresta e do rio.<sup>243</sup>

---

espanhola ficou conhecida como a “Viagem dos Leigos”, sendo considerada o estopim da disputa entre a Companhia de Jesus e os Franciscanos sobre o mérito do descobrimento do rio das Amazonas, como podemos ver nos títulos das narrativas produzidas em 1643 e 1641, respectivamente. A primeira, de origem franciscana, chamou-se *“Relação do descobrimento do rio das Amazonas, por outro nome do Maranhão, feito pela Religião de nosso Pai S. Francisco por intermédio dos Religiosos da Provincia de S. Francisco de Quito. Para informe da Católica Magestade do Rei Nosso Senhor e seu Real Conselho das Índias”*, escrita pelo padre José Maldonado e, a segunda, dos jesuítas, intitulou-se *“Relação apologética, tanto do antigo como do novo descobrimento do rio das Amazonas ou Maranhão, feito pelos religiosos da Companhia de Jesus de Quito, e novamente adeantado pelos da Seráfica religião da mesma Provincia”*, escrito pelo padre Barnuevo. (Cf, LEITÃO, C. de Melo. In: CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op. Cit.*, p. 99, n. r. 10)

<sup>242</sup> SMITH, Anthony. *Op. Cit.*, p. 182.

<sup>243</sup> SARAGOÇA, Lucinda. *Op.cit.*, p. 73

Compuseram também a armada, para servirem de guia, os dois frades espanhóis sobreviventes da esquadra de João de Palácios. Além desses religiosos, foram convocados os padres Andrés de Artieda e Cristóbal de Acuña. Este último integrou a expedição na viagem de volta a Belém, escrevendo, a partir dessa experiência, uma importante narrativa, publicada com o título *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Além desse documento, registram-se as produções de Alonso Rojas que, provavelmente, foi o relator do percurso de ida, intitulado *Descobrimiento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias*. A partir das declarações do piloto da armada Bento da Costa, Rojas também desenvolveu um traçado panorâmico do vale amazônico até a cidade de Quito (vide anexo 9).<sup>244</sup>

Nessa obra, o autor fez observações político-estratégicas e manifestou a preocupação com a profundidade e o comprimento do Amazonas. Além disso, dissipou dúvidas sobre onde ele nasceria, escrevendo que o motivo estaria na sua sinuosidade e nos seus vários braços, “[caminhando] todo ele serpeando por tão longo espaço”. E quando chega a desaguar no mar, “pagando-lhe tributo, parece que quer dissimular a sua vassalagem e não converter-se inferior ao mar, e se converte em um novo Oceano (...) dilato mar (chamemo-lo assim), dando o nome de rio á congregação de suas águas. [lugar ideal para se fabricar um fortaleza], em sítio que impeça a passagem a qualquer armada inimiga, mesmo que venha muito poderosa”.<sup>245</sup>

Durante a viagem, Pedro Teixeira produziu um documento intitulado *Relazi3n del General Pedro Tejeira de el rio de las Amazonas para el S<sup>o</sup>r. Presidente*, que, juntamente com o mapa desenhado por Bento Costa, foram entregues ao presidente do Conselho da Índia, D. Martin de Saavedra y Guzman. Nele, o capit3o portug3es deu informa33es sobre os lugares por onde

---

<sup>244</sup> Segundo Melo Leit3o, a narra33o de Crist3bal de Acuña “3 leve, dividida em pequenos capítulos, dando um sem n3mero de notas curiosas, o que torna o p3sculo do jesuíta de leitura amena e agrad3vel” (ver frontisp3cio da obra no anexo 10). E sobre Alonso Rojas escreveu “3 tamb3m de f3cil leitura, semelhante, no estilo, 3 de Acuña, que dela transcreveu alguns par3grafos.” Conclu3mos, portanto, que as duas cr3nicas sobre a viagem de Pedro Teixeira s3o id3nticas em muitos pontos, referindo-se aos mesmos personagens e das mesmas observa33es sobre o rio, a flora, a fauna e dos costumes dos índios. (CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Crist3bal de. *Op. Cit.*, pp.83 e 125.)

<sup>245</sup> ROJAS, Alonso de. *Descobrimiento do Rio das Amazonas e suas dilatadas províncias*. In: CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Crist3bal de. *Op. Cit.*, pp. 92 e 93.

a esquadra passou, tendo mencionado no 6º e 7º parágrafos que o rio Amazonas era o maior rio do Orbe, porque “rega extensos reinos, (...), sustenta mais homens, aumenta com suas águas a mais caudalosos oceanos. (...) Afirmam os que o descobriram, que seus campos parecem Paraíso e suas ilhas jardins, e que se a arte ajudar a fecundidade do solo serão paraísos e jardins bem tratados”.<sup>246</sup>

Além disso, com orgulho, informou Pedro Teixeira ao presidente do Conselho da Índia sobre os povoados conquistados e fundados pelos portugueses, como o “Grão-Pará até hoje, há dezoito anos, estão aquelas províncias com a Coroa de Portugal”. E baseado nas observações de Bento da Costa, piloto da armada, escreveu que “o rio das Amazonas, nas ilhas, nas margens e terra a dentro, está povoado de índios e tantos em número, que para dar uma idéia da sua multidão (...) se do ar deixassem cair uma agulha, há de dar em cabeça de índio e não no solo”.<sup>247</sup>

Diante de tantos índios, não é difícil imaginar o espanto que os europeus experimentavam a cada contato com o diferente. Mesmo que os relatos de viajantes já circulassem pela Europa, desde os primeiros anos do século XVI, o contato presencial parecia continuar espantando: desde as feições físicas, os hábitos cotidianos e as crenças, tudo dificultava a compreensão do *Outro*: Pedro Teixeira, por exemplo, escreveu que as tribos “na sua maioria não são belicosas. Algumas têm coragem, mas nenhuma delas é muito brava nem fera”. Quanto à religiosidade dos índios, registrou que eram idólatras e que, ao invés de sacerdotes, tinham os feiticeiros, que se comunicavam com o Demônio, “de quem recebem oráculos, e com embustes enganam aos miseráveis índios. (...) Quase todas as nações andam nuas, os homens de todo o corpo, as mulheres da cintura para cima, tapando o restante com umas [plumas] como tangas”.<sup>248</sup>

---

<sup>246</sup>“Relação do descobrimento do Rio das Amazonas, hoje S. Francisco de Quito e declaração do mapa onde está pintado”. In: CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p. 96 e 97. No apêndice documental nº LI, da obra *Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia*, Lucinda Saragoça apresenta uma transcrição do documento original guardado da Biblioteca da Ajuda.

<sup>247</sup> CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p.106.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p.110.

Assim como Orellana, Pedro Teixeira encontrou com os Omaguas (índios que habitavam a foz do rio Negro), com os quais alguns soldados estabeleceram amizade. Ao perguntarem aos índios sobre as Amazonas, obtiveram como resposta que “nas bandas do norte, aonde iam uma vez por ano, havia umas mulheres, e ficavam com elas dois meses, e se dessa união tinham parido filhos, os traziam consigo, e as filhas ficavam com as mães. E que eram umas mulheres que não tinham mais de um seio, muito grandes de corpo”.<sup>249</sup>

É importante ressaltar que, desde o tempo das narrativas de Carvajal até à chegada de Antônio Vieira à Amazônia, em meados do século XVII, registrou-se uma sensível diminuição na população indígena, conforme constatou o jesuíta: das “quinhentas povoações de índios, todas mui numerosas e algumas delas tanto que deitavam quatro e cinco mil arcos”, encontradas pelos portugueses na época da conquista do Maranhão, em 1615, no ano de 1652, o lugar “estava despovoado, consumido e reduzido a mui poucas aldeotas, de todas as quais não pode André Vidal ajuntar oitocentos índios de armas, e toda aquela gente se acabou, ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos”.<sup>250</sup>

A esquadra de Pedro Teixeira chegou a Quito, em 14 de outubro de 1638, sendo recebida com honras e festa. Depois das felicitações, o vice-rei, conde de Chinchon, consultou seus colaboradores de Lima, que o instruíram no sentido de que determinasse o retorno dos portugueses ao Pará, “onde estavam com certeza a fazer falta, na defesa das terras que davam acesso ao Amazonas”. A Real Audiência de Quito providenciou os preparativos para a viagem de volta e determinando que alguns oficiais e religiosos espanhóis acompanhassem os portugueses, seguindo, depois, para Madrid, a fim de informar sobre os acontecimentos da viagem. Nela, estava Cristóbal de Acuña que, com riqueza de detalhes, narrou o trajeto até Belém, apresentando informações a partir das quais foi produzido o mapa *Le cours de la riviere des Amazones dressé sur la Relation du R. P. Chistophe.<sup>le</sup> d'Acugne par le S<sup>r</sup>.*

---

<sup>249</sup> CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p.111.

<sup>250</sup> CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op cit*, p.108, n. r. 14

*Sanson d'Abbeville Geographe ord.<sup>te</sup> du Roy*, onde se mostra a extensão do rio Amazonas, seus afluentes e povoações indígenas (vide anexo 11).

Acuña descreveu em detalhes os lugares e pessoas que encontrou no trajeto: sobre o sítio do rio Juruá, informou “que está de norte a sul com a cidade de Cuzco”, é povoado, pelo Norte, pelos Curis e Guayrabas e, pelo Sul, pelos Cachiguarás e Tucuruís. Segundo o religioso, foi por esse rio que Pedro de Ursua desceu até o Peru.<sup>251</sup> Ainda pelo Sul do Juruá, encontrou a nação Curuziraris, que segundo ele era muito populosa, sendo estes os índios mais esquivos de todo o rio: “a maior parte destes encontramos abandonados, pois, com as falsas notícias de que vínhamos destruindo, matando e escravizando, quase todos se haviam refugiado para a floresta”; apesar de esquivos, eram também os mais organizados, visto que “nas choças onde moram, têm barro muito bom para toda espécie de vasilhas e, aproveitando-o, montam grandes olarias nas quais fabricam potes, panelas e fornos nos quais cozinham sua farinha, assim como caçarolas, jarros, alguidares e até frigideiras bem modeladas”, que utilizavam tanto para as suas necessidades cotidianas quanto para o comércio com outras nações.<sup>252</sup>

Porém, o que mais despertou a cobiça do religioso foi a informação de que os Curuziraris eram os moradores da aldeia do ouro, pois na viagem de ida os portugueses relataram que, pelo caminho, havia índios que “traziam [peças] penduradas no nariz e nas orelhas, e que se comprovou mais tarde, em Quito, serem de vinte e um quilates na maior parte. Como os nativos perceberam a cobiça dos soldados, tanto estes se empenhavam em diligenciar para que lhes trouxessem mais daquelas barras, logo recolheram todas, não deixando mais nenhuma, o que também se observou na volta. De sorte que, apesar de termos visto muitos, só um trazia dois brincos de ouro, bem pequenos, que resgatei”.<sup>253</sup>

Sobre a localização das minas de ouro, objetivo que embalou muitas expedições pelo rio Amazonas e seus afluentes, o Padre Acuña, graças aos

---

<sup>251</sup> ACUÑA. Cristobál de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. Helena Ferreira. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 124

<sup>252</sup> *Ibidem*, pp. 125 e 126

<sup>253</sup> *Ibidem*, pp. 125 e 126

bons intérpretes que compuseram a esquadra, registrou em sua relação a localização do rio do Ouro, que estaria próximo ao rio Japura e o Yquiari. No local, segundo ele, era possível encontrar “no sopé de uma serra”, grandes quantidades de ouro, extraído pelos nativos para adornarem as orelhas e o nariz. Mas o caminho das minas, na conclusão do religioso, era de difícil acesso, devido aos “inconvenientes de ter de mudar de rio e abrir caminhos por terra”.<sup>254</sup>

Por isso, na opinião de Acuña, o caminho mais fácil ficava ao Norte da “aldeia que chamamos de Ouro” (Curuziraris), seguindo em direção à “boca do rio Japurá, que é por onde se entra no rio do Ouro. (...) a altura da boca deste rio está a dois graus e meio, assim como o povoado que, quatro léguas mais abaixo, pelo lado sul, esta situado sobre uma grande barranca na desembocadura de um rio caudaloso e límpido denominado Tapi, pelo nativos, em suas margens há uma infinidade de gentios que são conhecidos pelo nome de Paguanas”. Toda a região, prosseguiu, “têm lindas campinas e pastagens para gado, arvoredo não muito frondoso e abundantes lagos, e prometem muitas e boas comodidades aos que as povoarem”.<sup>255</sup>

Segundo Acuña, os nativos chamados de Managus contratavam os Yumaguaris, habitantes da região próxima ao rio, para extraírem o metal – na língua dos índios, *yumaguari* queria dizer *extratores de metal*, porque *yuma* é metal e *guari*, aquele que o extrai. Esses indígenas chamavam toda espécie de metal por este nome geral de *yuma*, o mesmo que usavam para qualquer ferramenta das nossas, tais como machados, facões e facas.<sup>256</sup>

Quando passou pelo rio Negro, Acuña descreveu os adornos dos índios Zuana, habitantes das diversas ilhas que se formam até a confluência com o Amazonas, tendo registrado, com perplexidade e certo exagero, além da nudez dos homens e mulheres, os adornos que usavam nas orelhas e no nariz, “que quase todos têm furados. Nas orelhas, o buraco que fazem é tamanho, que a muitos dá para caber o punho inteiro, ficando os brincos pendurados na parte

---

<sup>254</sup> *Ibidem*

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 129

<sup>256</sup> *Ibidem*, pp 126 e 127

de baixo, e sendo o tal buraco em geral tapado com um maço de folhas bem ajustadas, que usam como luxo”.<sup>257</sup>

Além de detalhar suas impressões sobre os índios Zuana, Acuña também descreveu com euforia o movimento das águas do rio Negro, chamado assim pelos portugueses, porque segundo ele “em sua embocadura e em muitas léguas mais adentro, sua grande profundidade e a claridade da água que de imensos lagos para ele corre fazem parecer negras as suas ondas, como se estivessem assim tingidas de propósito, embora de seu natural sejam cristalinas”<sup>258</sup>, e mesmo sabendo que o rio Amazonas era o principal, não deixou de compará-los, escrevendo que “quando se distinguem claramente as águas de um e outro, até que, não suportando mais o das Amazonas tamanha superioridade, e revolvendo-se em suas águas turvas, obriga-o [o rio Negro] a entrar em seu curso e a reconhecer como dono daquele a quem queria avassalar”.<sup>259</sup>

Os nativos que habitavam a região do rio Negro eram os Canizuaris, Aguayras, Yacuucaraes, Cahuayapitis, Manacarus, Yanmas, Guanamas, Carapanaaris, Guarianacaguas, Azerabaris, Carupatabas e os Guaranaquazanas, que chamavam esse rio de Curiguacuru, embora os Tupinambás o chamassem Uruna - que em sua língua quer dizer água negra -, o qual, embora fosse muito caudaloso, também recebia a denominação de Paranamirim, que significa rio menor, para distingui-lo do rio das Amazonas, ou Paranaguaçu (rio grande).<sup>260</sup> Sobre esse rio menor, registre-se como curiosidade, Acuña informou que os índios andavam vestidos e usavam chapéus, sinal da influência dos espanhóis...

Quanto à fauna e flora do rio Negro, o que chamou a atenção do padre foi a grande fertilidade das terras que, “se cultivadas, prometem quaisquer frutos, como os de algumas regiões de nossa Europa”. O capim que cobria as campinas era bom para o gado e as árvores eram grandes e delas tiravam boa madeira para “todo tipo de embarcação e edifícios, que tanto com elas quanto

---

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 128

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 137

<sup>259</sup> *Ibidem*.

<sup>260</sup> *Ibidem*

com as excelentes pedras em que é abundante neste sítio podem ser construídos”, inclusive, os fortes, “para impedir a entrada do inimigo, se este quiser por suas águas chegar ao rio principal”.<sup>261</sup> Neste caso, mais uma vez, a maior preocupação eram os holandeses.

Acuña assegurou, geograficamente, que, o Orinoco não era o rio Amazonas, confusão que até àquela época esteve na cabeça de muitos navegadores, pois a embocadura do primeiro “fica em frente da ilha de Trinidad, mais de cem léguas abaixo de onde deságua o rio de Filipe, através do qual Lope de Aguirre saiu ao mar do Norte; e se ele o navegou, outro qualquer poderá entrar por onde se abriu o caminho uma vez”.<sup>262</sup>

De todas as nações indígenas que Acuña descreveu no *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas* e Nicolas Sanson d’Abbeville transferiu para o registro cartográfico da viagem, a que lhe pareceu mais estranha foi a dos Curigueré, habitantes rio Cuchiguará, “que segundo informações de pessoas que os haviam visto (...), são gigantes de dezesseis palmos de altura, andam nus e usam enormes medalhas de ouro nas orelhas e no nariz”. Entretanto, os que mais aguçaram a curiosidade do religioso foram os Caripunás e os Zurinas, que habitavam o sul do Rio Amazonas, porque “lavrando com as mãos, sem outras ferramentas além das que antes mencionei, eles fazem uns bancos em forma de animais, primorosamente esculpidos e tão bem adaptados para o descanso do corpo, que não poderia haver nem comodidade nem engenhosidade maiores”. Além do artesanato, estes índios fabricavam armas chamadas de “estólicas, lavrando-as em madeira vistosa com tamanha delicadeza, que com razão despertaram cobiça nas demais nações”. Ao tratar dos Guayazis, Acuña afirmou que eram “anões, tão pequenos, que mais parecem crianças bem tenras”, sendo os Mutayos, por sua vez, “gente cujos pés são invertidos, de sorte que quem, não conhecendo aqueles cujo rastro quiser seguir, andará sempre no caminho contrário”.<sup>263</sup>

---

<sup>261</sup> *Ibidem*, pp. 138 e 139

<sup>262</sup> *Ibidem*, p. 139

<sup>263</sup> *Ibidem*, pp. 135, 134 e 150

Em relação aos Tupinambás, indígenas que nossa historiografia fixou, principalmente, no litoral, o jesuíta apresentou um relato interessante sobre a sua presença na Amazônia, no século XVII. Para ele, esse povo indígena chegou até a região, após a derrota que sofreram com a conquista do Brasil. Dirigiram-se, segundo o registro de Acuña, “sempre pelo lado esquerdo, atingiram as faldas da cordilheira que, desde o estreito de Magalhães, circunda toda a América; e, desbravando os rios que dali descem rumo ao oceano, alguns chegaram a encontrar-se com os espanhóis do Peru que habitavam as cabeceiras do rio Madeira. (...) mas quando um espanhol açoitou um deles, por ter-lhe matado uma vaca, fugiram e, aproveitando-se da facilidade do rio, lançaram-se todos às suas correntezas”.<sup>264</sup>

Acuña escreveu, ainda, que os Tupinambás espalharam-se por vários lugares do vale amazônico, assolando e dominando outras nações indígenas que povoavam, sobretudo, o rio Madeira, como os Zurinas, Caynas, Ururihaus, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepunacas e Abacatis. Pelo rio Amazonas, submeteram os Guaranaguacas, Maráguas, Quimaus, Burais, Punouys, Oreguatus e Aperas, com os quais “se mesclaram”. Na opinião do viajante, para a conquista da região, era importante estabelecer boas relações com os Tupinambás, o que seria facilitado pelo fato de falarem a “língua geral que muitos dos próprios portugueses falam com freqüência”. Além disso, destacou a possibilidade de, “em breve, [viverem] com os índios amigos do Pará”, o que sem dúvida será muito útil à conquista de todas as demais nações deste rio se tivermos que povoá-lo, pois só em ouvir a simples menção do nome de Tupinambás não haverá dentre elas uma sequer que não se renda”.<sup>265</sup>

Seguindo o rastro deixado por outros navegadores do Amazonas, Acuña também procurou o lugar onde habitavam as guerreiras que deram nome ao rio principal, aliás representadas no mapa de Sanson, onde está desenhada uma cadeia de montanhas, havendo entre elas a inscrição *Amazones*, pois conforme registrou o padre elas habitavam “em grandes florestas e altas montanhas, dentre as quais se destaca como a mais soberba, sempre batida pelos ventos com muito rigor e por isso se apresentando mais descampada e

---

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 148

<sup>265</sup> *Ibidem*, pp. 149 e 150

despojada de vegetação, a chamada Yacamiaba”.<sup>266</sup> E, sendo da opinião que a existência das Amazonas era “coisa mais corriqueira e por todos sabida”, pois não seria possível “uma mentira ter-se difundido em tantas línguas”, concluiu que não acreditar na existência delas “seria faltar à fé humana”.<sup>267</sup>

O relato de Acuña torna-se mais tortuoso no passo em que tratou da chegada dos viajantes ao Tapajós, onde moravam índios do mesmo nome, os quais eram conhecidos por serem “gente briosa, e temida pelas muitas nações vizinhas, porque usa em suas flechas um veneno que as faz, tirando sangue, tirar sem remédio também a vida”. Além disso, por conta de sua superioridade, fizeram grande quantidade de escravos, o que muito interessou aos portugueses, que ambicionavam tê-los “para despachá-los para o Maranhão e Pará”. Assim, mesmo os Tapajós tendo recebido a todos “com muita hospitalidade, conforme pudemos comprovar quando estivemos alojados em uma de suas aldeias, com mais de quinhentas famílias”, Bento Maciel, sargento-mor do Estado, cobiçando os escravos desses índios, determinou que se fizesse guerra contra eles.<sup>268</sup>

Contando o que viu com os próprios olhos, Acuña relatou que foi uma ação cruel e violenta, pois depois de terem derrotado e aprisionado todos da tribo “aproveitaram-se das filhas e esposas dos presos aflitos, diante de seus olhos” e, em tom de denúncia, escreveu que “quando Sua Majestade desejar que se pacifique o rio, terá muitas dificuldades. Assim sendo, se tudo estiver como deixei quando de lá saí, muito pouca coisa se poderá fazer”.<sup>269</sup>

Depois da sangrenta parada no Tapajós, a viagem prosseguiu rumo ao Norte, em direção às terras dos Tucujus, região muito cobiçada pelos holandeses. Depois de descrever a fortaleza do Grão-Pará e informar sobre o funcionamento administrativo da capitania, à época afeta ao governo do Maranhão, Acuña finalizou sua narrativa no Cabo Norte, onde concluiu que “a localização mais clara da região seria a de que ela se espriava pelo maior pélagos de água doce que já se descobriu, o mais caudaloso rio de todo o orbe,

---

<sup>266</sup> *Ibidem*, 154.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p 153

<sup>268</sup> *Ibidem*, pp 158 a 160

<sup>269</sup> *Ibidem*.

a ‘Fênix dos rios’, o verdadeiro Marañon, tão almejado e nunca acertado pelos do Peru, o antigo Orellana e, para dizê-lo de uma vez, o grande rio das Amazonas”.<sup>270</sup> E, em tom conclusivo, registrou que seus escritos eram em suma:

*“O novo descobrimento [do] grande rio que, encerrando em si grandes tesouros, a ninguém exclui; pelo contrário, a todos liberalmente convida a que deles se aproveitem. Ao pobre dá sustento, ao trabalhador, satisfação por seu trabalho; ao rico, maiores riquezas; ao nobre, honrarias; ao poderoso, estados; e ao próprio Rei, um novo império. Entretanto, quem mais interessado se há de mostrar nesta conquista são os zelosos da honra de Deus e do bem das almas, pois uma multidão delas está clamando por fiéis ministros do Santo Evangelho, para que, com a claridade deste, sejam afugentadas as sombras da morte, em que há muito tempo jaz esta pobre gente. E que ninguém se escuse desta empresa, pois para todos há campo descoberto e, quanto mais trabalhadores se tragam, maior será a colheita; e sempre necessitará esta vinha de novos e fervorosos obreiros que a cultivem até sujeitá-la sob as chaves da Igreja Romana”.*<sup>271</sup>

Pelas considerações do jesuíta Acuña, do que era ou poderia ser a Amazônia para os europeus, seria até possível encerrar aqui o uso das relações de viagens pelo Grande Rio, nos séculos XVI e XVII. Entretanto, pela sua importância, convém acrescentar informações sobre outros dois navegadores, o Padre Samuel Fritz e o famoso La Condamine, pois suas observações, assim como a de outros viajantes do século XVIII, também acabaram servindo para sustentar os planos de demarcação das terras das Amazonas entre Portugal e Espanha.

#### **2.4. A Amazônia que Fritz e La Condamine revelaram**

---

<sup>270</sup> *Ibidem*, p. 168 e 169

<sup>271</sup> *Ibidem*, p. 168 e 169

Para historiadores dos séculos XIX e XX, como Arthur Ferreira Reis, a aventura de Pedro Teixeira é considerada como o deslocamento definitivo das fronteiras portuguesas na Amazônia, iniciada, anteriormente, pelos sertanistas que adentraram o interior da região atrás das drogas do sertão e de índios.<sup>272</sup> Completam esse pensamento, as palavras de Rodolfo Garcia, para quem, depois de 1640, a linha imaginária de Tordesilhas estendia-se para Oeste, “recuando para além de confluência do rio Negro, e Portugal dispunha da maior porção da imensa baixada amazônica”. Para este historiador, assim como para Ferreira Reis, a expansão se desenvolveu por conta da “pertinácia das missões de catequese e da audácia das tropas de resgate, que conseguiram levar as nossas fronteiras ao sopé dos Andes”.<sup>273</sup>

Naquela época, mesmo com a unificação das Coroas Ibéricas, acirrou-se a disputa entre Portugal e Espanha pela posse do território, de resto assolado pelas investidas de outros países europeus. Muitos episódios, como a presença de Acuña na expedição de Pedro Teixeira, narrando a violência dos portugueses na captura de índios, revelam algumas formas dos embates entre as duas coroas. Além dele, outro jesuíta, o alemão Samuel Fritz, também se mostrou contrário ao avanço português pela região amazônica.<sup>274</sup>

Samuel Fritz serviu na missão espanhola localizada entre o rio Napo e a barra do rio Negro, para onde foi enviado com o objetivo de catequizar os índios Omaguas e protegê-los das freqüentes investidas dos portugueses, que os capturavam para enviá-los, como escravos, ao Pará. A missão dos Omaguas era composta por vinte e oito aldeias, sendo as principais a de São Joaquim, Nossa Senhora de Guadalupe, São Paulo Apóstolo e São Cristóvão. Em 1689, devido às cheias do rio, o jesuíta transferiu-se da aldeia de São Joaquim para a dos Jurimaguas, também sob tutela dos padres espanhóis, ali começando sua descida ao Pará, jornada que descreveu em seu valioso *diário*.

---

<sup>272</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações da Amazônia brasileira*, tomo II, p. 12

<sup>273</sup> Rodolfo Garcia. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 81, 1917, p. 356

<sup>274</sup> Samuel Fritz nasceu em 9 de abril de 1654, na Bohemia, Alemanha. Estudou Humanidades e Filosofia e, aos dezenove anos, ingressou na Companhia de Jesus. Por volta de 1685/1686, foi enviado para as missões da província de Quito, falecendo em 20 de março de 1725, aos 71 anos, quarenta dos quais dedicados às missões amazônicas. (Rodolfo Garcia. *Op. Cit.*, pp. 357 e 367)

O objetivo dessa viagem foi discutido por diferentes cronistas, como Jorge Juan e Antonio Ulla, para quem – conforme se lê nas *Notícias Secretas de América* – o padre teve a saúde abalada pelo trabalho excessivo, o que o levou ao Pará, em busca de ajuda médica. Para Chantre y Herrera, por sua vez, como se afirma na *História de las misiones de la Compañía de Jesús en el Marañon Español*, Samuel Fritz foi até a capitania para exigir explicações do governo português sobre a freqüente captura dos índios Omaguas, Jurimaguas, Aisuares e Ibanomas, todos tutelados pelos inacianos espanhóis. Outro autor, Dionísio de Alsedo, escreveu na *Descripción Geográfica de la Real Audiencia de Quito* que a viagem foi motivada pelo desejo do padre em desenhar um mapa onde mostrasse as montanhas, os vales e os rios da Amazônia.<sup>275</sup>

Segundo o padre João Philippe Bettendorf, contemporâneo de Samuel Fritz, a viagem do jesuíta foi, realmente, motivada por questões de saúde, já que ele havia contraído malária, e como a missão dos Jurimaguas estava mais próxima do Pará do que de Laguna, sede das missões castelhanas, ele optou por buscar tratamento junto aos portugueses, na cidade de Belém, onde acabou chegando em 11 de setembro de 1689, conforme relatou em seu *diário*.

Doente ou não, durante sua estada no Colégio dos Jesuítas do Pará, Fritz não perdeu a oportunidade de se queixar das atrocidades cometidas pelos portugueses contra os índios e, referindo-se à Bula de Alexandre VI, reclamou os direitos sobre os territórios tutelados pelos jesuítas a serviço da Espanha, sobretudo a missão do Omaguas. Sua atitude perante os luso-brasileiros rendeu-lhe muitos problemas, como ele mesmo registrou, pois tão logo desembarcou no Pará, na época governado por Arthur Sá de Menezes, alguns portugueses perceberam que o seu desembarque deu-se por conta dos seus “achques”; porém, temeroso, o padre não deixou de registrar que os oficiais começaram “a suspeitar fosse eu espião perdido, enviado do governador do Marañon por parte de Castella para verificar seus adeantamentos (...), sabendo quanto se tinham adeantado em suas conquistas no território do Rei Catholico, contra o pactuado com auctoridade pontifícia entre as duas coroas”.

---

<sup>275</sup> Rodolfo Garcia. *Op. Cit*, p. 359

Assim, diante da desconfiança, foi providenciada uma junta para debater o assunto. No final, resolveram prender o padre Fritz no Colégio dos jesuítas, até que ele sarasse de seus *males*; tudo isso, segundo o religioso, deu-se porque “as terras de [sua] missão tocavam á Corôa de Portugal, cuja conquista diziam, se estende pelo menos até a província da Grande Omagua”.<sup>276</sup>

Os portugueses, por sua vez, responderam ao padre que as terras a Oeste do meridiano passaram a Portugal pela cédula da Real Audiência de Quito, dada a Pedro Teixeira quando ele lá esteve. Fritz, por seu lado, insistiu que este documento não tinha valor, pois quando ele chegou à Espanha o governo estava sob regência de Filipe IV e, naquela ocasião, Portugal já havia se separado da Coroa de Castela.<sup>277</sup>

Quando o rei D. Pedro II autorizou o retorno de Fritz à missão dos Omaguas, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará manteve o jesuíta preso por mais três meses. Ao ser finalmente libertado, teve autorizada a viagem, desde que escoltada por uma tropa. Em seu *Diário*, o religioso fez severas críticas aos portugueses que o escoltavam, vindo a dispensá-los por várias vezes, uma das quais ocorreu junto à aldeia Maiavara, última dos Jurimaguas, no rio Javari, quando o inaciano insistiu no regresso dos oficiais, com a justificativa de que já estava nas terras de sua missão. A resistência do cabo da escolta foi imediata, tendo o mesmo respondido que levava ordem de seu governador para tomar posse daquelas terras, em nome do rei de Portugal, inclusive a dos Omaguas. Diante disso, seguiram viagem até Laguna, de onde Samuel Fritz se dirigiu a Quito, para informar à Real Audiência sobre a situação dos territórios ocupados pela Coroa de Castela ao longo do rio Amazonas.<sup>278</sup>

A pretensão dos portugueses em submeter a missão dos Omaguas à sua posse reforça a força do mito, como elemento definidor de fronteira, pois, conforme já referimos, acreditava-se que naquele território indígena ficava o *Ei*

---

<sup>276</sup> “O diário do Padre Samuel Fritz”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 81, 1917, pp. 384 e 385. O motivo da detenção do padre não foi por certo a suspeita de espionagem, como ele registrou, mas, segundo Joaquim Caetano, o fato se deu por causa do estabelecimento de missões em terras portuguesas. (SILVA, Joaquim Caetano. *L'Oyapoc et l'amazonie*, 2º tomo, p. 134.)

<sup>277</sup> Rodolfo Garcia. *Op. Cit.*, pp. 360 e 361.

<sup>278</sup> “O diário do Padre Samuel Fritz”. *Op. Cit.*, p 393.

*Dourado* tão cobiçado por diferentes nações. Nos relatos dos viajantes, no “país dos Omaguas (...), havia lagoas com fundo de ouro, rios que carregavam arêas desse metal, espaços imensos por elle cobertos. Largas e custosas expedições se emprehenderam para buscar por mar e terra o paiz fabuloso. Não impedia o desengano de uns que outros corressem ao encalço da mesma miragem, porque, como disse Humboldt – *era um phantasma que parecia fugir aos Hispanhóes e os chamava a todas as horas*”.<sup>279</sup>

Os Omaguas formavam uma numerosa tribo, com a qual Samuel Fritz conviveu entre 1686 a 1725. Pela destreza desses índios em navegar o Amazonas, os cronistas chamavam-nos de “fenícios da América”. A eles também se atribui a utilização do látex do *Ficus* e da *Hevea*, que chamavam de *cahuchu*<sup>280</sup>. A importância dos Omaguas para o estabelecimento das fronteiras amazônicas foi tanta que, no mapa composto pelo jesuíta (vide anexo 12), eles aparecem representados à margem superior do Amazonas, no curso entre os rios Napo e Japurá.

O mapa apresentado no anexo 12 refere-se ao território banhado pelo Rio Marañon, que nasce em Lima, no Peru, e desce até o Pará. Nele, aparecem os afluentes, sendo que, na margem esquerda, os principais rios são: Santiago, Pastaça, Tigre, Napo, Içao Putumayo, Iupura, Negro, Viubú, Paru, Arouare e Rio de Vicente Pignon e, na margem direita, os rios Ucayale, Yutar, Cuchiua, Rio de La Madera, Auacachis, Tupinambaranas, Tapayos, Aoripana, Guanapu, Yacunda e Tocantin.

Segundo Arthur Cezar F. Reis, o mapa de Samuel Fritz foi desenhado com a ajuda do Padre Aloísio Conrado Pfeill, que lhe forneceu os dados matemáticos e, também, informações topográficas sobre o curso do Amazonas, pois, anteriormente, ele já havia desenhado uma carta, na qual registrou todo o curso do rio e seus afluentes, àquela altura já descobertos pelos luso-brasileiros.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup> Rodolfo Garcia. *Op. Cit.*, p. 375, n. r. III.

<sup>280</sup> *Ibidem*.

<sup>281</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações da Amazônia brasileira*, tomo II, p. 35

Consta também, segundo Rodolfo Garcia, que este mapa é uma “redução pouco fiel da carta gravada em Quito, em 1707, pelo padre Juan de Narvaez”, como indicam as iniciais P. J. N. estampadas no seu título. No entanto, isso não reduz seu valor, tendo sido reconhecido pelos principais cartógrafos da primeira metade do século XVIII como um modelo de representação dos rios e aldeias da Amazônia, sendo superado apenas quando La Condamine produziu sua *Carte du cours du Maragnon*, considerado um ajuste dos equívocos existentes na carta do Padre Samuel Fritz. Registre-se, contudo, que o inaciano não dispunha, na sua época, dos mesmos conhecimentos e recursos com que pôde contar o cientista francês.<sup>282</sup>

No século XVIII, o estudo e o reconhecimento do espaço amazônico realizado, principalmente, por agentes luso-brasileiros ou pessoas a serviço da Coroa Portuguesa, passaram a ter sentido diferente daqueles desenvolvidos no século anterior, os quais, segundo Arthur Cezar F. Reis, tinham “ar fantasioso”; porém, a identificação da geografia amazônica revelada na cartografia e nas narrativas do XVII foram indispensáveis para o reconhecimento da fronteira nos períodos posteriores.<sup>283</sup>

Assim foi, em 1735, com La Condamine, que *repetiu* as viagens de Orellana e Cristóbal de Acuña, viajando até o Equador, além da Lapônia e do extremo-Sul da África, com o objetivo de apresentar à corte do rei Felipe XV, informações técnicas sobre a medida do arco do meridiano, o comprimento do pêndulo que bate o segundo e a atração do fio a prumo pela massa semi-esférica do Chimborazo, que serviriam para confirmar as previsões de Newton. Como esta expedição devia estender-se por terras espanholas na América, La Condamine teve de obter autorização do rei da Espanha, Felipe V, o que conseguiu com facilidade.<sup>284</sup>

---

<sup>282</sup> Rodolfo Garcia. *Op. Cit.*, pp. 371 e 372

<sup>283</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações da Amazônia brasileira*, tomo II, p. 35

<sup>284</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000, p. 14.

Fizeram parte da expedição dois outros membros da Academia das Ciências da França, Louis Godin e Pierre Bourguer <sup>285</sup>, assim como os auxiliares Joseph de Jussieu (1704-1779), da Faculdade de Paris e irmão dos célebres botânicos Antoine e Bernard Jussieu; Jean Seniergues, cirurgião; Verguin, engenheiro naval; De Morainville, desenhista de história natural; Couplet, sobrinho do tesoureiro da Academia das Ciências; Hugo, especialista em instrumentos de matemática, e Godin des Odonais (1713-1792), viajante e naturalista, que acabou se tornando uma das figuras mais importantes da missão. A esta ainda se juntaram, na América, como representantes de Filipe V, dois oficiais da marinha espanhola, Jorge Juan Santacilia e Antonio de Ulloa.

Depois de passar por São Domingos, Cartagena e Puerto Bello, a expedição atravessou o istmo de Panamá e chegou às costas ao Peru, em 9 de maio de 1736. Àquela altura, chegaram a Portugal notícias sobre a viagem de La Condamine, o que levou D. João V a contratá-lo, com o objetivo de “servir aos altos interesses da ciência e da soberania portuguesa na Amazônia”.<sup>286</sup> Assim, de 1743 a meados do ano seguinte, com permissão do governo português, o explorador francês desceu o Amazonas desde Jaén de Bracamoros até Belém do Pará, o que lhe permitiu levantar a carta do curso do Amazonas, da nascente à foz (vide anexo 13). Desta exploração, resultou a relação que La Condamine inseriu no *Journal du Voyage*, impresso em 1751.<sup>287</sup>

A La Condamine coube a função de relatar os trabalhos da expedição <sup>288</sup>, de onde resultou a informação de que, ao descer de Quito em direção à Belém,

---

<sup>285</sup> Nasceu em Croisic, a 16 de fevereiro de 1698, e faleceu em Paris, a 15 de agosto de 1758. A ele se deve a invenção do heliômetro, por ele denominado de “astrômetro”. (LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p. 15)

<sup>286</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações da Amazônia brasileira*, tomo II, p. 39

<sup>287</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>288</sup> Dos escritos de La Condamine sobre a sua viagem pelo Amazonas, originaram-se três publicações. A primeira, foi chamada de *Relation abrégée d'un voyage dans l'intérieur de l'Amérique méridionale, depuis la côte de la mer du Sud jusqu'aux côtes du Brésil e de la Guiane, em descendant la rivière des Amazones – Lue à l'assemblée publique de l'Académie des Sciences, le 28 avril*, “avec une carte du Maragnon ou de la rivière des Amazones, levée para le même” 1745 (Paris, chez la Veuve Pissot, 1745). A segunda publicação veio com a denominação *Journal du voyage fait, par ordre du Roi, à l'Équateur, servant d'introduction historique à la mesure des trois degrés du méridien* (Paris, Imprimerie Royale, 1751), contendo 2 gravuras, 2 mapas, 2 plantas e 1 diagrama. Já a terceira publicação, intitulada *Lettre de M. D. L. C. à M. sur le sort des astronomes qui ont eu part aux dernières mesures de la Terre, depuis 1735 – Lettre de M. Godin des Odonais et l'aventure tragique de Madame Godin dans son voyage de la province de Quito à Cayenne, par le fleuve des Amazones* (Étouilly, près Ham, em

em 1743, a expedição encontrou o Solimões e o Amazonas pontilhados de estabelecimentos que expressavam o volume do movimento mercantil e da expansão portuguesa para oeste do Amazonas que, ao contrário do que escreveu Arthur Cezar Ferreira Reis, não se deu de forma pacífica<sup>289</sup>, mas foi desenvolvida com grande violência contra os índios, conforme relatara o Padre Acuña em relação ao episódio do rio Tapajós.

Quando La Condamine desceu das terras do Peru até o Pará, trajeto que incluiu na passagem denominada “As amazonas americanas – As asiáticas e as africanas”, o francês tratou da busca pela República de Mulheres americanas, que Orellana e Acuña teriam visto no século XVI. Ao partir à sua procura, La Condamine aproveitou para informar sobre os rios, os homens e as riquezas da Amazônia. Começou pelo rio Coari, onde os índios, assim como os do Tapajós, informaram, sobre a existência de certas pedras verdes, conhecidas como “das amazonas”, e “que dizem haver herdado de seus pais, e estes as tiveram das “cunhantainsecuima”, ou seja, em sua língua, “mulheres sem marido”, entre as quais, ajuntam eles, existem em grande quantidade”.<sup>290</sup>

Em busca dessas mulheres, guiado por um índio habitante de Mortigura, missão vizinha do Pará, La Condamine foi até o rio chamado Irijó, passando pela sua embocadura, entre Macapá e o cabo Norte, “conforme o relato do mesmo sujeito, no ponto em que esse rio deixa de ser navegável por causa dos saltos, há-se de, para penetrar no País das Amazonas, caminhar vários dias pelos bosques da margem do oeste, e atravessar um país montanhoso”.<sup>291</sup>

Prisioneiro dos relatos fantasiosos dos séculos anteriores, La Condamine titubeou muitas vezes em acreditar na existência das Amazonas, por isso escreveu que ele e a sua tripulação interrogaram os indígenas de diversas nações se tinham “conhecimento daquelas mulheres belicosas que

---

Picardie, 20 octobre 1773). Nesta última, aparecem duas cartas, uma desenhada por La Condamine (cujo nome figura apenas com as iniciais) e a outra de um dos auxiliares da sua expedição, Jean Godin des Odonais. Sobre esta publicação, A. L. Garraux escreveu: “Pièces fort rares et non citées dans Brunet, ni dans les catalogues spéciaux sur l’Amérique.” (LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>289</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações da Amazônia Brasileira*, Tomo II, p. 14.

<sup>290</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p. 82.

<sup>291</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p. 82

Orellana pretendia ter encontrado ou combatido, e se era verdade que elas viviam afastadas do comércio dos homens, não os recebendo entre si senão uma vez por ano”. As respostas referiram-se aos relatos que os interrogados tinham ouvido seus pais, tendo os mesmos, com algumas particularidades, acrescentado “que houve nesse continente uma república de mulheres que viviam sozinhas, sem ter homens entre elas, e que se retiraram para as bandas do norte, para o interior das terras, pelo rio Negro ou por um dos que descem para o Marañón”.<sup>292</sup>

Mas, como quisesse se libertar um pouco dos relatos imagéticos, La Condamine, aproximou-se dos valores de seu tempo, tentando racionalizar as representações que chegavam à Europa sobre a existência das amazonas, o que o levou a concluir que o mais verossímil “é que, com o tempo, elas tenham perdido seus antigos costumes, quer por terem sido subjugadas por outra nação, quer porque, enfadadas com solidão, as filhas tenham finalmente esquecido a aversão das mães aos homens. Assim, mesmo que hoje não se encontrassem mais vestígios efetivos dessa república de mulheres, isso não seria suficiente para afirmar que ela nunca existiu”.<sup>293</sup>

Ainda buscando uma explicação mais condizente com a realidade, La Condamine recorreu à História européia para construir com mais detalhes sua representação das amazonas, afirmando que “os índios da América meridional [eram todos] mentirosos, crédulos, encasquetados com o maravilhoso; mas nenhum desses povos ouviu ainda falar das amazonas de Diodoro da Sicília, e de Justino”. Diante disso, concluiu que os autores que disseminaram a existência dessas mulheres, como Carvajal e Acuña, tenham interpretado os costumes das índias, “particularmente o de se cortarem uma das tetas”, por associação às histórias que circulavam no Velho Mundo, e que as narrativas não passaram de “circunstâncias acessórias e independentes, e foram provavelmente alteradas, e talvez acrescentadas pelos europeus preocupados

---

<sup>292</sup> Relatório de La Condamine quando partiu de São Paulo, primeira missão dos portugueses, até Coari, navegando pelo rio das Amazonas. In: LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Viagem pelo Amazonas – 1735 – 1745*. Trad. Maria Helena Franco Martins, São Paulo: EDUSP, 1992, pp. 76 e 78

<sup>293</sup>: LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Op. Cit.*, pp. 76 e 78.

pelos usos que se tem atribuído às amazonas da Ásia; o amor do maravilhoso lhes terá feito adotar pelos índios nos seus relatos”.<sup>294</sup>

Para ele, o engano começou pela interpretação equivocada das palavras do cacique que sugeriu a Orellana fugir das amazonas (que ele chamava em sua língua comapuyaras), o qual provavelmente não “[aludiu] à mama decepada, e o nosso índio de Coari, na história do avô que viu quatro amazonas, uma das quais a aleitar um filho, não se refere absolutamente a essa particularidade tão propositada a se fazer notar”. Por fim, para desfazer os enganos, finalizou escrevendo que era “crível que selvagens de lugares distantes fossem acordes em imaginar, sem qualquer fundamento, o mesmo fato, e que esta pretensa fábula fosse adotada tão uniforme e universalmente em Mainas, no Pará, em Caiena, e em Venezuela, entre tantas nações que não se entendem absolutamente, e que não têm nenhuma comunicação? (...) Aliás, basta para a verdade do fato que tenha havido na América um povo de mulheres, que não consentiam os homens em sua sociedade”.<sup>295</sup>

Outra história verificada por La Condamine foi sobre o mito do *El Dourado*, um lago coberto de ouro chamado de Parima, que segundo ele ficaria na região compreendida entre o Amazonas e o Orinoco, ligados entre si pelo rio Negro.

Embalado também pela quimera do *Eldorado*, La Condamine investigou, a partir dos relatos de Acuña e Fritz, a existência da “cidade de tetos e muralhas cobertos de lâminas de ouro, com um lago cujas areias eram do mesmo metal”. Na sua busca, concluiu que, na verdade, num lugar próximo ao rio Negro habitavam os índios Manaus, “que [resistiram] longamente às armas dos portugueses, de quem hoje [a nação] é amiga”. Baseado nas informações do Padre Fritz, afirmou que esses índios garimpavam ouro do Iquiari e dele faziam pequenas palhetas, uma quantidade insignificante para construir palácios cobertos de ouro, e que as narrativas ficaram por conta dos exageros, que fizeram surgir a fábula da cidade de *Manoa*, do lago *Dourado* e das areias d’ouro do *Parima*.<sup>296</sup>

---

<sup>294</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Op. Cit.*, pp 83 e 84.

<sup>295</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000, pp 83 e 84.

<sup>296</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000, p. 93

Além disso, baseado no diário de Nikolaus Hortsman, que viajou pela Amazônia, em 1740, e teria chegado ao lago Parima, sem ter achado nada semelhante ao retrato que se fazia do lago *Dourado*, La Condamine concluiu que as imagens de fausto do lago imaginário eram produto da avidez dos europeus, “que queriam por tudo achar o que buscavam”, e também do “gênio mentiroso e exagerador dos índios, interessados em afastar hóspedes incômodos”, o que os levou a “facilmente aproximar objetos tão distantes na aparência, alterá-los e desfigurá-los, a ponto de torná-los irreconhecíveis”.<sup>297</sup>

Entretanto, mesmo La Condamine tendo recolhido e apresentado amplas informações sobre as amazonas e o lago *Dourado*, sempre fez questão de registrar que o seu alvo, durante a expedição em que desceu o Amazonas, era mais “instruir do que divertir”<sup>298</sup>, evitando distanciar-se das observações sobre a geografia, à astronomia e a física.

Desta forma, quando navegava pelo Amazonas, logo ao sair de Pebas, última missão espanhola às margens do Maranhão, e entrar em terras portuguesas, sendo a primeira missão da fronteira a de São Paulo de Olivença, La Condamine compôs interessantes descrições sobre os índios, a paisagem, a fauna, a flora e a hidrografia da Amazônia.

Começando por Pebas, esclareceu que se tratava de um aldeamento indígena que reunia diferentes nações, “cada uma com a sua língua, o que é ordinário em toda a América. (...) na sua maioria ainda não são cristãos: são selvagens recentemente tirados de sua floresta”.<sup>299</sup> Informou, ainda, que às margens do Maranhão não havia índios antropófagos, mas no interior, particularmente no lado Norte, em direção ao Japurá, os índios ainda comiam seus prisioneiros.

Em São Paulo e Olivença, La Condamine fez um apanhado sobre a paisagem, onde a floresta contrastava com “casas e igrejas de bambu, capelas e presbitérios de pedra, de terra e tijolo, e muros alvejados com asseio”.<sup>300</sup> Sua surpresa maior foi ver, “no meio daqueles desertos”, as índias vestidas

---

<sup>297</sup> *Ibidem*, p. 93

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>299</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>300</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p 76.

com camisas de pano de Bretanha, ou ainda as “malas com fechaduras e chaves de ferro em suas casas, e por achar aí agulhas e pequenos espelhos, facas, tesouras, pentes, e diversos outros utensílios da Europa”.<sup>301</sup>

Esses objetos eram provenientes do comércio feito no Pará, onde os índios negociavam mercadorias com o cacau, “que eles colhem sem nenhuma cultura pelas margens do rio”. Esta peculiaridade diferenciava a vida nas missões portuguesas das outras castelhanas do alto Maranhão, onde, conforme registrou o explorador, “tudo se ressentia da impossibilidade em que vivem os missionários da Coroa de Espanha de conseguir qualquer dos cômodos da vida, não tendo nenhum comércio com os portugueses, seus vizinhos, rio abaixo”. Por essas coisas procuravam em Quito, “aonde enviam gente uma vez por ano, e donde estão mais separados pela cordilheira do que estariam se houvesse um mar de mil léguas”.<sup>302</sup>

O mapa da Amazônia desenhado por La Condamine fez muito sucesso na Europa (vide anexo 13), tendo sido considerado uma obra cartográfica que supria as deficiências e ausências que se observavam no mapa de Samuel Fritz; porém, é importante ressaltar que sua produção se deu graças às informações obtidas dos sertanistas e religiosos que encontrou durante sua viagem até o Pará. A exploração da grande Bacia Amazônica, onde se fazia presente a soberania portuguesa, foi uma obra de intrepidez dos missionários jesuítas e carmelitas e dos sertanistas que tinham explorado os rios Madeira, Tapajós, Negro, Branco e Japurá. As comunicações entre o Orenoco e o rio Negro, por exemplo, comprovadas pelos sertanistas brasileiros e ignoradas pelos jesuítas espanhóis, figuram no mapa de La Condamine. Assim, convém lembrar que as informações científicas presentes no Tratado de Madri foram “uma consequência de empreendimentos ousados de sertanistas e missionários que, desprezando perigos, se afoitavam às entradas memoráveis de que saíam cobertos de glórias”.<sup>303</sup>

As dificuldades para desenhar o curso dos rios da Amazônia sempre foram um desafio para os viajantes que tentaram fazê-lo, como, aliás,

---

<sup>301</sup> *Ibidem*, p 76.

<sup>302</sup> *Ibidem*, p 76

<sup>303</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações da Amazônia brasileira*, tomo II, p. 39

confirmou o próprio La Condamine, começando pela atenção que se tinha na marcação da bússola e do relógio, visto “as mudanças de direção do curso d’água, e o tempo que gastávamos de uma sinuosidade a outra”. Mais ainda, dificultavam a marcação do curso do rio as larguras dos leitos e das desembocaduras dos afluentes, por conta da acentuada abertura dos ângulos que estes formam ao desaguardem. Além disso, era necessário observar o encontro das ilhas e seu comprimento para, sobretudo, medir a velocidade da correnteza e a da canoa, tanto em terra, quanto navegando.<sup>304</sup>

Os métodos científicos eram tão variados que o próprio La Condamine registrou que “todos os [seus] momentos estavam tomados: freqüentemente sondei e medi geometricamente a largura do rio, e a dos afluentes; tomei a altura meridiana do Sol quase todos os dias, e muitas vezes observei-lhe a amplitude ao levantar e ao esconder; em todos os lugares onde estacionei montei também o barômetro”.<sup>305</sup>

Outra dificuldade apontada pelo navegador era a diversidade de nomes dados aos mesmos lugares, e particularmente aos mesmos rios, pelos diferentes povos que habitavam as suas margens; porém, mesmo diante das dificuldades, La Condamine não se eximiu de informar sobre os principais afluentes do Amazonas, como foi o caso do Rio Negro, assim referido por ele: “provém do oeste, e corre para o este, inclinando-se um pouco para o sul. (...) essa é a sua direção várias léguas acima de sua desembocadura no Amazonas, onde o rio Negro entra tão paralelamente que, sem a transparência das águas que se chamam precisamente “rio Negro”, seria tomado por um braço do próprio Amazonas, separado por alguma ilha”. Neste rio, o cientista registrou o forte dos portugueses e informou que eles navegavam pelo Negro “há mais de um século, e eles aí [fizeram] um grande comércio de escravos”, já que a sua margem era toda povoada por missões portuguesas sob tutela dos religiosos de Monte Carmelo.<sup>306</sup>

---

<sup>304</sup> LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, pp. 65 e 66

<sup>305</sup> *Ibidem*, pp. 65 e 66

<sup>306</sup> *Ibidem*, p 92

Sobre a ligação dos rios Orinoco e Amazonas, que tanto confundiu os navegadores que por eles passaram, esclareceu que proveio da tripartição de um rio que nascia na aldeia de Caquetá. Do seu primeiro braço, que tinha “a sua boca defronte da ilha da Trindade”, surgia o Orinoco; o outro, que seguia para Oeste, declinando um pouco para o Sul, era o rio Negro dos portugueses. Do terceiro braço, ainda mais inclinado para o Sul, surgia o Japurá, que se subdividia em vários outros, daí surgindo a dificuldade de La Condamine em “saber se do tronco ele se destaca mais alto ou mais baixo que os dois braços precedentes, ou se ele não passa de um ramo desse segundo braço chamado rio Negro”, mas acreditava que o primeiro sistema era o mais verossímil.<sup>307</sup>

Este emaranhado de rios, relatou o cientista, também atrapalhou o Padre d’Acuña, que por vezes confundiu os nomes do Caquetá, cujo nome era ignorado nas margens do Amazonas, com o do Japurá, que na verdade não passava de um braço daquele. Finalmente, concluiu que “a diversidade de nomes dados aos mesmos lugares, e particularmente aos mesmos rios, pelos diferentes povos que habitam as suas margens, sempre foi o escolha dos geógrafos”.<sup>308</sup>

As viagens pela *Hiléia*, registradas desde o final do século XV, com a entrada de Vespúcio e Ojeda pelo sul e oeste do Rio Amazonas; os relatos das viagens de Pinzón e Pizarro; os diários de bordo produzidos por religiosos como o Padre Carvajal e aventureiros como Raleigh, além dos mapas produzidos por Samuel Fritz e La Condamine foram os primeiros registros sobre o País das Amazonas. Mesmo diante das dificuldades de navegação, por conta da longitude estimada, bem como das intempéries da natureza, as informações prestadas por esses homens valeram para instrumentar as negociações entre França, Portugal e Espanha acerca dos limites setentrionais

---

<sup>307</sup> *Ibidem*, p. 91

<sup>308</sup> O autor grafa Yapura, ao passo que no Brasil é Japurá, que, com o nome de Caquetá, nasce na lagoa Santiago, pertencente à Colômbia. Com ele não tem comunicação o Orinoco, que desce da serra de Parima e corre para o Atlântico, através da Venezuela. Não se confirmou o que foi assegurado por La Condamine quanto à origem comum dos rios Caquetá-Japurá, Orinoco e Negro. É, todavia, certo que o Caiciquiare une, mas em plena planície aluvional, os vales do Orinoco e do Amazonas. (LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Op. Cit.*, p 91.)

do Brasil, desenroladas no século XVIII, além de fornecerem dados para as viagens de demarcação.

Antes da assinatura do Tratado de 1750, ainda no início da conquista do vale amazônico, houve em Madri grandes reservas sobre se convinha aos interesses espanhóis entregar aos luso-brasileiros as terras da região. O jesuíta Cristóbal de Acuña, que acompanhou Pedro Teixeira na descida pelo Amazonas até o Atlântico, em 1641, já advertira as autoridades espanholas sobre os perigos que a crescente desenvoltura dos luso-brasileiros instalados no delta do rio representava para a soberania de Castela na região, o que a Restauração só faria crescer. O mesmo fez o Vice-Rei do Peru, Conde de Castela, que chamou a atenção da Espanha para as incursões dos bandeirantes paulistas nas reduções paraguaias e no Marañon, onde estava chegando a irradiação luso-brasileira que ele denunciava como sendo dos mamelucos de São Paulo, mas seguramente, segundo Arthur Cezar F. Reis, já seriam resultado das atividades mercantis dos sertanistas paraenses e maranhenses.<sup>309</sup>

Apesar desses alertas, nas primeiras décadas do século XVIII, o avanço português para oeste da Amazônia parecia não incomodar as autoridades espanholas, já que suas preocupações voltavam-se, especialmente, para a região platina, considerada ponto estratégico para se chegar às minas do Peru. Segundo Ferreira Reis, a desistência dos espanhóis em se apossar de quase toda a Amazônia, deu-se por dois motivos, um de cunho econômico e outro fisiográfico. O primeiro, explica-se pela frustração dos navegadores espanhóis, que, desde a época de Orellana, procuraram na região o país *Dourado* e o da *Canela*. Assim, como não encontraram nem o ouro, nem o velocino florestal, foram aos poucos desistindo da empreitada. A segunda explicação diz respeito às dificuldades impostas pela cordilheira dos Andes, que foi, e ainda é uma barreira natural quase intransponível para se ir de Oeste para Leste no território amazônico, constituindo o maciço de pedra “uma fronteira viva”<sup>310</sup> que limitava e desorientava os viajantes da *Hiléia*.

---

<sup>309</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, tomo II, p. 20.

<sup>310</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Op. Cit.*, p. 24.

Assim, às vésperas das negociações do Tratado de Madri, quando se tomou conhecimento das minas do Mato Grosso e Goiás, já era tarde para os espanhóis reclamarem a posse do vale amazônico, pois àquela época todo o território, por obra de sertanistas, missionários, militares e funcionários do Estado, tinha se tornado domínio português.

Em 1713, com a assinatura do primeiro Tratado de Utrecht, entre França e Portugal, a nação ibérica teve, finalmente, proclamada a caducidade do Tratado de Tordesilhas. As investidas francesas na região Norte, que ocorriam desde o XVI (vide anexo 14)<sup>311</sup>, seriam suspensas, já que pelo próprio documento o território ficaria sob domínio português, o que estava garantido pelo artigo VIII do Tratado, pelo qual se estabeleceu que “Sua Magestade Christianissima desistirá para sempre, como presentemente desiste por este Tratado pelos termos mais fortes, & mais autênticos, & com todas as clausulas que se requerem, como se ellas aqui fossem declaradas”. Além disso, pelo documento, o rei da França e “seus Descendentes, Successores, & Herdeiros, abria mão de qualquer direito, (...) sobre a propriedade das Terras chamadas do Cabo Norte, & situadas entre o Rio das Amazonas, & o de Japoc ou de Vicente Pinsão, sem reservar, ou reter porção alguma das ditas terras, para que ellas sejam possuídas daqui em diante por Sua Magestade Portuguesa, seus Descendentes, Sucessores, & Herdeiros, com todos os direitos de Soberania, Poder Absoluto, & inteiro Domínio, como parte de seus Estados, & lhe fiquem perpetuamente, sem que [os mesmos jamais sejam] perturbados na dita posse”.<sup>312</sup>

No ato de assinatura do acordo, estavam presentes o Conde de Torouca, representante da França; D. Luiz da Cunha, de Portugal, e o Duque de Ossuna, da Espanha. Pelo documento, cedia-se (por enquanto, é bom frisar), a Colônia do Sacramento e a região do Prata aos portugueses. A ocupação da fronteira Sul do Brasil pelos lusos e seus descendentes não foi quase sorrateira como foi a do Norte, tanto que, alguns anos depois da

---

<sup>311</sup> De autoria de Janszoon Blaeu, cartógrafo holandês, o mapa *Guiana siue amazonum regis* representa a região que os franceses tinham interesse em conquistar, do que dá prova a fundação, no século XVII, da França Equinocial.

<sup>312</sup> SILVA, Joaquim Caetano da. *L'Oyapoc et L'Amazone. Question Brésilienne et Française*, tome second, p. 458

assinatura desse documento, foi preciso retificá-lo, o que se fez em 1715, já que o tom de cordialidade entre as nações ibéricas cessara, por conta da pressão que os espanhóis sofreram para entregar as fronteiras sulinas aos portugueses. Este mal-estar relativo às terras do Sul perdurou, como veremos a seguir, até o final do século XVIII, enquanto na Amazônia os portugueses iam efetivando suas fronteiras silenciosamente... <sup>313</sup>

## **2.5. A navegação pelos rios da Amazônia: encontros e desencontros**

Diante das narrativas e cartas construídas ao longo dos séculos XVII e XVIII, período que importa diretamente a esta tese, não é difícil imaginar os sentimentos que conduziram esses homens a irromper pela floresta e desbravar o rio, para estabelecer povoados, aldeias e vilas, que ao poucos foram desenhando as fronteiras portuguesa e espanhola na Amazônia. Estes aventureiros tiveram, em primeiro lugar, a necessidade de se proteger, construindo fortalezas e, concomitantemente, buscando estabelecer amizade com os nativos, sem os quais não conseguiriam sobreviver, pois como lembra Leandro Tocantins, somente os índios conheciam a navegação dos rios, “entrada obrigatória, para a conquista do deserto verde”, <sup>314</sup> o que nos remete às ideais de Sérgio Buarque de Holanda, para quem as fronteiras do Brasil e, portanto, da Amazônia, realizaram-se por um processo contínuo de adaptação às condições específicas do ambiente americano.

Assim, a fronteira torna-se flexível, retrocedendo, inclusive, “a padrões rudes e primitivos: espécie de tributo exigido para um melhor conhecimento e para a posse final da terra. Só muito aos poucos, embora com extraordinária consistência, consegue o europeu, [ou seus descendentes] implantar, num país estranho, algumas formas de vida, que já lhe eram familiares no Velho Mundo”. Os sertanistas tiveram de “resistir longamente à fome, à sede, ao cansaço”, aprendendo com os índios a conhecer a natureza, “sobretudo com seus produtos medicinais ou comestíveis”. Do mesmo modo, nas caminhadas,

---

<sup>313</sup> *Ibidem*, p. 42

<sup>314</sup> TOCANTINS, Leandro. *Amazônia, Natureza, Homem e Tempo*, p. 7. Apud: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 37

também “aprenderam a abandonar o uso de calçados, a caminhar em ‘fila indiana’, a só contar com as próprias forças durante o trajeto”.<sup>315</sup> Enfim, para todo esse processo de adaptação e construção, foram indispensáveis os saberes práticos do indígena.

Durante muitos anos, nossa historiografia pouco se interessou por temas relacionados à história da Amazônia, ficando os escritos e desenhos sobre a região, por assim dizer, à margem, o que, segundo Lucinda Saragoça, se explica por dois motivos: além do esquecimento, puro e simples, havia a política de sigilo, já que o domínio da navegação pelo Amazonas poderia levar franceses, ingleses e holandeses às ambicionadas minas de prata do Peru.

Exemplo disso foram as observações de Vicente Cochado, que desapareceram por alguns anos, sendo recuperadas por León Pinelo, americanista que estudou detidamente o rio Amazonas. De suas pesquisas, veio a informação de que as observações do piloto-mor da esquadra de Castelo Branco auxiliaram o cosmógrafo português Pedro Teixeira a levantar uma outra planta do Rio Grande. Os detalhes dessa descrição já revelavam a imensidão do rio Amazonas, destacando a grandiosidade dos seus braços, seus inúmeros afluentes e a infinidade de ilhas que tanto desnortearam os navegadores do XVI ao XIX, já que na Amazônia, muito mais que as trilhas indígenas, “foram os rios os caminhos que andavam”<sup>316</sup>, limitando-se a colonização da região, sobretudo, às margens dos rios principais que confluem com o Amazonas. Esses assentamentos, como se deu em diferentes lugares do litoral brasileiro, se formaram a mercê dos ciclos naturais, submetendo-se, na Amazônia, ao regime das águas que determinam a topografia da região, caracterizada pelas terras altas e baixas, fazendo com que, durante os períodos de chuva, as margens dos rios se desloquem para o interior, alagando a floresta e fazendo surgir os *furos*, que interligam áreas distantes e, assim, modificam o curso dos rios.

---

<sup>315</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Monções*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1976, p. 20

<sup>316</sup> Referimo-nos às palavras de Sérgio Buarque de Holanda. (HOLANDA, Sérgio Buarque. *Op. cit.*, p. 22).

Esse fenômeno foi experimentado duramente pelos europeus, nos primeiros anos da colonização da Amazônia, os quais, por não conheceram o ciclo das águas, muitas vezes, viram desabar suas imensas edificações de pedra ainda durante a construção.<sup>317</sup> Sobre esta questão, o historiador Amaral Lapa lembra, ainda, que, no século XVIII, além das fortificações, outras guarnições foram criadas para proteger a região Amazônica, construções que iam desde a eliminação das barreiras naturais do rio Madeira, que dificultavam a navegação monçoeira, até à criação de núcleos coloniais em cada cachoeira.<sup>318</sup>

O problema das doenças merece tratamento à parte, já que, embora possuíssem boa resistência, o trabalho metódico e continuado, a alimentação deficiente, as desafiadoras dificuldades que enfrentavam nos comboios, levavam esses remeiros, muitas vezes, a adoecer, necessitando-se de mais horas de descanso do que o permitido pelo branco e, também, de alimentação mais adequada do que a simples ração diária de farinha que recebiam.<sup>319</sup> Com esse cuidado, as viagens tornavam-se mais demoradas e provocavam, inclusive, atrasos nas obras, pois esses índios transportavam, entre outros materiais, as pedras necessárias ao levantamento das muralhas das fortificações.

A associação do fatigante trabalho às longas viagens resultava na disseminação das moléstias que assombravam as embarcações, dizimando a tripulação, somando-se, também, a essas vítimas os brancos desacostumados à umidade da Amazônia. O tratamento básico que os colonos adotavam para moléstias como a malária era a quina, planta típica da região. Para as picadas de cobras, freqüentes durante as viagens, “sarjava-se as vítimas na parte ofendida para, em seguida, cauterizá-la através da teriaga de Veneza”.<sup>320</sup>

---

<sup>317</sup> Sobre os problemas das construções militares na Amazônia colonial, registramos nossa dissertação de mestrado, defendida na UNICAMP, em fevereiro de 2003, sob orientação de Paulo Miceli, intitulada “Homens e pedras no desenho das fronteiras: A construção da Fortaleza de São José de Macapá”. O texto da dissertação, depois de revisto, foi aceito para publicação pela Editora do Senado, estando o lançamento do livro previsto para o segundo semestre de 2008.

<sup>318</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*, Editora Perspectiva, 1973, p. 20.

<sup>319</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p., 44.

<sup>320</sup> Segundo Taunay, a *teriaga de Veneza* era o cozimento de grande mistura de drogas conhecidas na farmacopéia colonial, muito consagrada na Europa. Esse conhecimento era

Na falta desses remédios, utilizava-se o bico de ave acauã e o unicórnio de inhuma<sup>321</sup>, transformados em pó que, misturado à água, servia tanto para beber quanto para passar na ferida. Da raspagem dos esporões das anhumas, os monçoeiros do sul extraíam, também, um antitóxico eficiente. Além desta ave, eram utilizados os ossos da acauã<sup>322</sup> transformados em pó, o qual servia como soro antiofídio “suficientemente poderoso para recuperar vítimas que se acham agonizantes, já sem fala, com o peito sufocado e que, com 10 dias de aplicação de dosagens e tratamento local, além de dieta alimentar nos primeiros 5 dias, acabavam por curar-se inteiramente”.<sup>323</sup>

Todos esses remédios existiam graças aos conhecimentos dos indígenas, que extraíam da fauna e da flora as substâncias utilizadas para curar as doenças típicas dos sertões. Conforme vários registros das ordens dadas por João Pereira Caldas, Governador do Grão-Pará e Rio Negro, ao Provedor comissário de Macapá, a quina era a erva mais requisitada pela Vila de São José de Macapá à Capitania. Sobre esta necessidade encontramos, dentre outros documentos, um de 1776, onde o governador envia pelo *aspeçado* Rodrigo José Barbosa a remessa para a vila de “oito lascas de quinna em pó, quatro onças de mercurio dosse, outras tantas de espirito de vitríollo em hum vidrinho”.<sup>324</sup>

Mesmo diante desses cuidados, o trabalho não se tornava menos fatigante, o que provocava altos índices de mortalidade, haja vista que “permaneciam dias continuados dentro d’água, principalmente sofrendo os efeitos dos repiques, (...), ondas que desciam da cabeceira do rio, adoeciam com facilidade, sendo muitas vezes levados à morte por essas moléstias”.<sup>325</sup>

Geralmente, como era comum na época, o tratamento dos enfermos acometidos de diarréia e febres intermitentes dava-se de forma muito precária.

---

aplicado também nas monções do Tietê. (TAUNAY, Afonso de E. *História Geral das bandeiras paulistas*, v. 11, p. 136. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 59.

<sup>321</sup> Ou *anhuma*, que é ave anhimídea que vive em pântanos e banhados.

<sup>322</sup> Ave falconídea, diurna, cujo canto é tido como de mau agouro.

<sup>323</sup> FONSECA, José Gonçalves da. *Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a Boca do rio Madeira pela Escolta que por este rio subiu às minas de Mato Grosso por ordem mui recomendada de S. M. Fidelíssima no ano de 1749. In: Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas que vivem nos domínios portugueses*, Lisboa, Academia Real das Ciências, t. IV, n. 5. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 60.

<sup>324</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência do governo com diversos*, cód. 306, d. 208.

Nesta seção, existem muitos documentos sobre a remessa de remédios à vila de Macapá.

<sup>325</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 60.

Além disso, para que não se retardassem as viagens, os doentes eram misturados aos sãos, o que favorecia a proliferação das doenças. Esta situação mudava quando o doente era algum remeiro. Neste caso, logicamente, a monção era obrigada a estacionar, mesmo que por poucos dias, para esperar a recuperação ou, no pior dos casos, sepultamento do cadáver.

Como se não bastassem todos os problemas enfrentados pelos moradores do Pará e das tropas encarregadas da explorar o Cabo Norte, esses homens ainda enfrentaram a fúria das águas do rio Amazonas e seus afluentes. O fenômeno mais assustador que presenciaram foi, segundo o Padre João Daniel, o que se observava no “Estado do Pará, e rio Amazonas (...) que tem dado e ainda hoje dá grande matéria a muitos discursos entre os filósofos, e sábios; é uma medonha, horrenda, e exorbitante alteração das águas, tão encrespadas, bravas, e tão horrorosas ondas, que fazendo, e desfazendo em pedaços quantas embarcações apanham, parece que querem aterrar, e fazer guerra aos mesmos elementos. É tão repentina a sua brava alteração, e tão instantânea a sua alterada braveza, que em breve espaço de um minuto corre, e faz subir a maré por quatro léguas, e talvez mais em algumas partes”.<sup>326</sup>

Diante desta descrição, o religioso concluía que “ser contínua, [a situação] faria inabitáveis aqueles rios, e totalmente impossibilitaria a sua navegação”.<sup>327</sup> Não podia saber o Padre João Daniel que, o fenômeno que ele observava e descrevia em tom quase de previsão escatológica, atualmente, determina toda a vida nas centenas de povoados ribeirinhos da Amazônia, que se organizam, cotidianamente, pelo movimento das marés, pelas fases da Lua e, conseqüentemente, pela pororoca...

O quadro sucinto onde foram anotados os principais episódios da disputa pelos territórios amazônicos, travada principalmente em seus portos e rios, mostra que as expedições mandadas para o “rio *Dulce*” pelas várias nações interessadas em conquistar a região não impediram que o domínio luso-brasileiro se firmasse sobre ela. Na verdade, além do sacrifício dos antigos habitantes, de tudo isso sobraram registros de aventuras interesseiras,

---

<sup>326</sup> Daniel, João. *Op. Cit.*, vol 1, p. 71.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 72.

marcadas por incidentes sangrentos e traições entre exploradores que encontraram seu fim amargo nas águas doces do rio das Amazonas.

Mas, as adversidades não impediram que navegadores, missionários, colonos e soldados, embalados pelos mais variados interesses, além do sabor da aventura, se arriscassem em conhecer e dominar a paisagem que aparecia aos seus olhos, ao mesmo tempo, como exótica e selvagem. Seus relatos, escritos na saborosa linguagem da época, além de servirem à curiosidade, constituíram importantes fontes de informação estatal, sobretudo, para os acordos diplomáticos de 1750.

### 3. AS FRONTEIRAS DE PAPEL

#### 3.1. Gusmão e Carvajal: obreiros do Tratado de Madri

*“Em nome da Santíssima Trindade*

*Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professam, consideraram que o meio mais conducente para conseguir tão saudável intento é tirar todos os pretextos, e alhanar os embaraços, que possam adiante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas coroas na América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se há de imaginar a linha divisória, que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa. E considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam se houvesse de assinalar-se esta linha com o conhecimento prático que se requer; resolveram examinar as razões e dúvidas, que se oferecessem por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência”.*<sup>328</sup>

Quais seriam as “dificuldades invencíveis” que impediam o traçado dos limites fronteiriços entre as possessões de Portugal e Espanha, referidas no tratado de 1750? Como superar a “incerteza e dúvida” com que teria avançado, durante dois séculos e meio, o domínio sobre os territórios do Novo Mundo, se o “conhecimento prático” requerido para a imensa tarefa, por si, não seria

---

<sup>328</sup> *“Trato de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores d. João V, Rei de Portugal, e d. Fernando VI, rei de Espanha, assinado em 13 de janeiro de 1750, em Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do dito mês, e em Madrid a 8 de fevereiro do mesmo ano”.* In: SOUSA, Octávio Tarquínio, *Colecção documentos brasileiros*, vol. 19, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939, p.l. Existe também uma transcrição completa do Tratado em CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1956, parte 1, tomo 2, pp. 361 a 375.

suficiente para assegurar a “recíproca satisfação e conveniência”, que possibilitaria o *ajuste* entre as duas metrópoles?

Como se sabe, desde os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, as negociações diplomáticas nunca corresponderam à realidade de ocupação do território sul-americano. Esta situação geradora de conflitos entre as potências ibéricas alimentou demoradas negociações entre Portugal e Espanha, afinal consumadas nos Tratados de Madri, *El Pardo* e Santo Idelfonso.

Como negociadores do Tratado de Madri, foram indicados, do lado português, Marco Antônio Coutinho, secretário de Estado; Tomaz da Silva Teles, embaixador na Espanha, e Alexandre de Gusmão que, entre 1730 e 1750, em Lisboa, foi secretário particular do rei D. João V. Como negociador espanhol, foi nomeado José de Carvajal y Lancaster, ministro de Estado, governador Supremo de Índias, presidente da Junta de Comércio e Moeda e Superintendente Geral das Postas e Estafetas de Dentro e Fora de Espanha. No que se refere a Gusmão e Carvajal, foram encarregados de conduzir a demarcação das *linhas*, segundo o Tratado de 1750, considerado pela Coroa Portuguesa, num primeiro momento, como o principal instrumento para solucionar as questões dos limites que abrangiam a vasta extensão que ia do Amazonas até o Javari, do Mato Grosso à região Sul.

D. José de Carvajal foi o único negociador das pretensões espanholas, visto que o rei D. Fernando VI, ao que se diz, tinha dificuldades em ler grandes despachos e tomar decisões estratégicas. O auxílio ao ministro espanhol veio muitas vezes da rainha de Bragança, que procurava compensar a propagada incapacidade de gerência do marido, tomando decisões importantes relativas aos assuntos da corte, o que incluía o Tratado de Madri<sup>329</sup>.

---

<sup>329</sup> Diferentemente de Alexandre de Gusmão – de família humilde –, José de Carvajal era filho de Bernardino de Carvajal Montezuma y Vivero e de D. Josefa Maria de Alencastre y Noronha. Assim, pelo lado materno, descendia da casa espanhola dos Duques de Abrantes e dos Linhares, enquanto, pelo lado paterno, seus ancestrais eram os nobres da Casa de Aveiro, que, após a Restauração de 1640, continuaram servindo aos Filipes. Portanto, considera Jaime Cortesão, o negociador espanhol do Tratado de Madri, nomeado em 1746, tinha sangue português, situação que poderia ser conveniente a D. João V, nas negociações dos confins e limites das Américas portuguesa e espanhola. No entanto, ao contrário, talvez, do que

D. José de Carvajal era conhecido tanto por sua habilidade diplomática, construída nos anos em que estudou no colégio São Bartolomeu, da Universidade de Salamanca, como pela sua firmeza nas negociações, o que lhe rendeu comentários como o do historiador espanhol Bermejo de la Rica, que o descreveu como de “*carácter rude, varonil, y ardiente*”.<sup>330</sup> Já, para Jaime Cortesão, ele foi um “homem superior pelo espírito, foi mais notável ainda pelo caráter. [Era] culto e fino, aliava à sagacidade uma grande frieza de ânimo e segura calma na arte de negociar. Era incapaz de ceder na defesa dos interesses fundamentais de Espanha”.<sup>331</sup>

Todas as descrições sobre a atuação diplomática de D. José de Carvajal coincidem em apresentá-lo como defensor de uma política de aproximação da Espanha com a Inglaterra e com Portugal, o que deveria ser diferente no caso da França, por conta de questões de ordem dinástica. No caso da aliança com a Grã-Bretanha, a vantagem viria do seu poderio naval, importante para a manutenção do império espanhol na América. Quanto a Portugal, mesmo considerando que o país vizinho não era mais poderoso do que a Espanha, poderia ser útil para o fortalecimento de seu país.<sup>332</sup> Para consumir esses objetivos, no que se refere a Portugal, D. José de Carvajal indicava a possibilidade de estreitar os laços, por exemplo, pelo casamento entre herdeiros de ambas as coroas, o que resultaria na constituição de uma nação ibérica única, “que se estendesse desde os Pirineus ao estreito de Gibraltar e desde o Mediterrâneo até às costas atlânticas do Ocidente”.<sup>333</sup>

Esse plano, de certa forma, propunha a retomada do processo da União Ibérica (1580-1640), mas, paradoxalmente, teve como principal obstáculo o próprio rei da Espanha que, segundo Jaime Cortesão, era “enfermiço, inepto, desconfiado e irresoluto, vivendo no contínuo temor das influências alheias, não suportava longos despachos; era incapaz de compreender negociações

---

esperava o monarca português, Carvajal desempenhou suas atividades de estadista sempre fiel aos interesses do rei Fernando VI. (CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte 1, tomo II, pp 222 e 223).

<sup>330</sup> *Ibidem*, p. 225

<sup>331</sup> *Ibidem*.

<sup>332</sup> *Ibidem*.

<sup>333</sup> *Ibidem*, p. 227.

complicadas e sutis”<sup>334</sup>, fazendo com que os acordos diplomáticos se resolvessem, na maioria das vezes, à sua revelia, sendo os interlocutores espanhóis das negociações a rainha, o confessor e o marquês de la Ensenada.

Sobre a influência de D. Bárbara de Bragança, Tomaz da Silva Teles, visconde-embaixador de Portugal na Espanha, considerou-a positiva, como se pode ler na carta que escreveu a D. João V, por ela ser filha dos reis portugueses, o que poderia levá-la a defender os interesses de Portugal. Depois de esclarecer que D. Fernando VI tinha muito amor pela rainha, ponderou que ele “não fará nada sem que a ouça primeiro. E sempre ela terá grande parte no governo, porque conhece perfeitamente o gênio do marido e é dotada de grande penetração e entendimento, de ânimo sossegado e aprazível; prudência e sofrimento”.<sup>335</sup>

Além da rainha, o confessor do rei espanhol, o jesuíta Pe. Francisco de Rávago, amigo de Carvajal, foi peça preponderante nas decisões pertinentes ao desenho definitivo do Tratado de Madri, tendo manifestado, ao final das negociações, seu descontentamento por conta da cessão dos Sete Povos do Uruguai, entendida por ele como grande prejuízo para a Companhia de Jesus. O estadista espanhol tinha, ainda, como obstáculo o marquês de la Ensenada, declaradamente inclinado para os interesses da França, atrapalhando as articulações do ministro espanhol com a Inglaterra.

Concomitante a essas discussões políticas, na primeira metade do século XVIII, desenvolvia-se em Portugal um projeto voltado para a educação dos nobres, sob liderança de uma corrente de pensamento preocupada em discutir idéias sobre o governo, a economia e a diplomacia. Chamados pejorativamente de *estrageirados*, esses pensadores formavam um grupo que, embora pequeno, era bastante influente em todo esse processo voltado ao estabelecimento de propostas que pudessem recuperar o reino português, a partir da viabilização de modelo liberal próprio, grupo esse que teve como expoente D. Luís da Cunha, para quem o atraso mental e econômico de

---

<sup>334</sup> *Ibidem*.

<sup>335</sup> *Ibidem*, pp. 227 e 228.

Portugal era devido aos anos de *dominação espanhola*, quando as cortes de Tomar uniram as Coroas Ibéricas.

Além disso, D. Luís da Cunha considerava que o poder econômico inglês sobre Portugal, sentido desde o Tratado de Methuen (1703), beneficiava apenas a Grã-Bretanha. Mais ainda, o autor advertia para o número excessivo de religiosos, como os jesuítas, que invocavam questões divinas para explicar os problemas enfrentados por Portugal, criticando ainda as ações da Inquisição, que resultavam na perseguição e expulsão dos judeus que, lembrava ele, eram excelentes comerciantes.<sup>336</sup>

O conjunto dos posicionamentos assumidos por D. Luís da Cunha, certamente, teve influência sobre a formação de Alexandre de Gusmão e sua atuação como secretário do rei e negociador do Tratado de Madri.<sup>337</sup>

Alexandre de Gusmão, aos 22 anos, iniciou a jornada que o levaria ao cargo de secretário do rei D. João V, começando por Paris, onde foi agente português, cargo que ocupou por cinco anos. Na França, doutorou-se em Direito Civil, Romano e Eclesiástico, pela Sorbonne, vindo daí, inclusive, os fundamentos para as negociações do Tratado, sobretudo no que dizia respeito à soberania de Portugal sobre as terras que iam da Amazônia à região do Prata, buscando no *Uti possidetis* a justificativa para anular os Tratados de Tordesilhas e o de Utrecht, visto que ambos contrariavam as intenções da coroa portuguesa de expandir-se sobre os territórios americanos que estavam além do meridiano estabelecido em 1494. Em Paris, Alexandre de Gusmão

---

<sup>336</sup> Segundo as pesquisas de Teixeira Soares, D. Luís da Cunha chegou a prever a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, por conta da extrema dependência de Portugal em relação ao Brasil, além de antever a expansão portuguesa na América, desde o rio da Prata até o estuário do Amazonas. Além disso, propôs a criação de companhias comerciais de monopólio, seguindo os modelos holandeses e ingleses (SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 14)

<sup>337</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, parte 1, tomo I, p. 234. A produção de Alexandre de Gusmão, em toda a sua variedade, foi pesquisada com afinco por Jaime Cortesão, revelando fontes como “correspondência oficial, oficiosa ou familiar; memórias políticas e geográficas; ensaios sobre economia política, crítica literária, costumes sociais, e até sobre uma nova ortografia da língua portuguesa; discursos acadêmicos e panegíricos; libretos de ópera, poemas, traduções de poemas e rimários; a coleção dos seus pareceres como conselheiro do Conselho Ultramarino ou como assessor de D. João V; e, finalmente, as suas minutas de leis, portarias, alvarás, bulas, cartas e ordens régias de toda a sorte, e, acima de tudo, instruções e correspondência diplomática sobre atos ou tratados em negociações com a Santa Sé, a Espanha, a França e a Grã-Bretanha” (CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p. 9).

firmou seu gosto pelas Ciências Exatas e naturais e pelo experimentalismo científico, o que o levou a escrever, por exemplo, uma obra sobre Newton. Na política, antecipando-se aos fisiocratas, influenciou-se pelo mercantilismo, além de estudar as Leis da Natureza e da Geografia, tendo inclusive debatido estes assuntos com seus contemporâneos, Montesquieu e Voltaire.<sup>338</sup>

Depois da temporada na França, Gusmão mostrou-se “desembaraçado e trêfego nos meios e, desde já, apto em alto grau para manejar certas armas, com que em todos os tempos se venceu nas chamadas lutas políticas”.<sup>339</sup> Na viagem de regresso a Lisboa, passou pela Espanha e percebeu que, tanto neste país quanto em Portugal, os ânimos estavam exaltados por conta do Tratado de Utrecht, sobretudo no que dizia respeito à cláusula pela qual seu país tinha de negociar a colônia do Sacramento em dinheiro ou enviar todo ano navios portugueses a Buenos Aires. Além disso, havia o compromisso de manter e alargar o domínio platino, ao que se acrescenta o fato de que havia na Espanha, segundo observações de Gusmão, o propósito de sabotar ou reduzir ao mínimo as cláusulas do Tratado de 1713.<sup>340</sup>

A viagem a Portugal demorou quase um mês, e foi feita em companhia de D. Luís da Cunha, conceituado diplomata português da época, que tinha em

---

<sup>338</sup> O brasileiro Alexandre de Gusmão era paulista do Porto de Santos (como era chamada a vila da Capitania de São Vicente, em 1695), descendendo de família conhecida, mas de poucas posses. Seu pai era Francisco Lourenço Rodrigues, cirurgião-mor do presídio local. Dos doze irmãos, três – dentre os quais o negociador do Tratado de Madri – receberam o sobrenome do amigo paterno e protetor familiar, o jesuíta Alexandre de Gusmão, escritor e fundador do Seminário de Belém, em Salvador. Um de seus irmãos mais velhos, Bartolomeu, tornou-se famoso por suas experiências com balões, uma delas com resultado desastroso, à frente do próprio rei D. João V e sua corte, acabando por receber o apelido de *padre voador*. Depois de ter estudado na Bahia, no colégio de seu padrinho e homônimo, Alexandre, com 15 anos, foi para Lisboa onde conseguiu proteção real, o que alguns autores creditam ao fato de D. João V ter gostado de um poema do santista sobre sua “real pessoa”. A proteção e alguns talentos, que então já se revelavam, valeram-lhe a nomeação para um posto diplomático em Paris, junto ao Embaixador português, D. Luís Manuel da Câmara, Conde de Ribeira Grande. Na ida, passou alguns meses em Madri e ali se familiarizou com o problema de que se ocupou profissionalmente anos depois, as fronteiras coloniais na América do Sul. Na França envolveu-se, além da diplomacia, com outras atividades, tendo sido proprietário, inclusive, de uma casa de jogos especializada em *pharaon* – jogo de cartas, com banqueiro e número ilimitado de pontos. E se, hoje, esta conduta não seria muito aceitável para um diplomata, devemos considerar o contexto histórico europeu à época, quando o jogo deixou de ser um passa tempo ou um vício de todas as classes, para tornar-se um modo de vida consentido e honesto (CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p 199 e 208)

<sup>339</sup> *Ibidem*, p. 199

<sup>340</sup> *Ibidem*.

seu currículo, entre outros feitos, destacada participação nas negociações do Tratado de Utrecht, ao lado do Conde de Torouca. Pela ocasião, o jovem Gusmão, com 25 anos, e o experiente embaixador, com 57 anos, trocaram informações e experiências, o que, para o mais moço, valeu “por uma fecunda lição de vida, diplomacia e política”.<sup>341</sup>

Depois de retornar a Portugal, Alexandre de Gusmão foi designado para outra missão no exterior, desta vez em Roma, onde permaneceu sete anos. Nesse período, entre outros feitos, conseguiu para seu Rei o título de Fidelíssimo, colocando-o em igualdade com as majestades da Espanha e da França, que já tinham os títulos papais de Católica e Cristianíssima, respectivamente.

Em Roma, Alexandre de Gusmão estudou Jurisprudência pelo método de Jacques Cujas (conhecido como Cujácio), considerado fundador da escola histórica no estudo do Direito Romano, que objetivava reconstituir as doutrinas jurídicas na sua origem histórica. Nesta área, influenciou-se, ainda, por Grocio, Puffendorf, Barbeyrac e Heinecio (João Teófilo Heinecke) interessando-se, ainda, pelas artes romanas, especialmente as furta-cores e o mimetismo.<sup>342</sup>

Em 1722, Alexandre de Gusmão regressou definitivamente a Lisboa, onde passou a ter intensa atividade literária e acadêmica. Na capital do Reino, integrou o grupo dos *estrangeirados* e, em 1730, foi nomeado Secretário Particular de D. João V, tornando-se muito influente nas decisões do Governo, defendendo-o com tal tenacidade que acabou justificando comentários sobre suas posições, muito depois de sua morte. Por conta de sua eloquência, por exemplo, no século XIX, mereceu elogios de Camilo Castelo Branco, que o considerou um grande homem das letras: “na esperteza da observação, na solência da crítica para quem antepõe estudos sociológicos a perluxidades lingüísticas, o Secretário de D. João V excede a Antonio Vieira e D. Francisco Manuel de Mello”.<sup>343</sup> Como político, Camilo referiu-se a Alexandre de Gusmão como o homem que se antecipou ao Marquês de Pombal: “todas as

---

<sup>341</sup> *Ibidem*, p. 205.

<sup>342</sup> *Ibidem*, pp. 211 e 329.

<sup>343</sup> ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 114

encomiadas providências de Sebastião de Carvalho, acerca da moeda, das companhias na América, das Colônias, das indústrias nacionais, das abnóxias distinções entre cristãos novos e velhos, das minas do Brasil, encontram-se nos escritos de Gusmão”.<sup>344</sup>

A formação desenvolvida em ambientes parisienses e romanos, além de dotar Gusmão de grande habilidade para as discussões tratadísticas – depois aplicada nas negociações dos artigos que compuseram o Tratado de Madri, sobretudo no que dizia respeito à formação dos limites do Brasil – familiarizou o diplomata com aspectos fundamentais do espírito cartesiano, de sentido crítico e inconformista, e dos debates científicos e artísticos do Humanismo.<sup>345</sup>

Como principal artífice do Tratado de Madri e como adepto das idéias Iluministas, Alexandre de Gusmão apresentou claramente as bases que nortearam o acordo assinado e ratificado em 1750, que posteriormente foram chamadas de *Uti possidetis*. Teve grande influência nas decisões da metrópole, tendo contribuído para a consolidação da presença portuguesa em regiões estratégicas, como o Rio Grande do Sul e Mato Grosso; bem como, para os estudos cartográficos portugueses.<sup>346</sup>

Alexandre de Gusmão providenciou ações estratégicas no Brasil, pois ele sabia como era importante para Portugal – que nessa época já havia perdido para Inglaterra e Holanda suas possessões orientais – assegurar

---

<sup>344</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>345</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo I, p. 266. Para Jaime Cortesão, estudar as obras de Alexandre de Gusmão desvenda muito mais do que um trabalho biográfico, “os esforços de investigação e crítica visaram, maiormente o estadista, que primeiro traçou as fronteiras do Brasil com a parte restante de todo um continente, fazendo dele um dos colaboradores do desenho das fronteiras brasileiras, que desde a colonização não se sabia ao certo aonde iam os seus limites, fazendo-se urgente demarcá-lo, dada a ocupação do vale amazônico, a fundação da Colônia do Sacramento e as descobertas auríferas no oeste. Foi estadista e um homem da ciência, por ter, durante quinze anos, estudado o problema das fronteiras brasileiras sob todos os aspectos: geográfico e geo-político, econômico, etnográfico, jurídico e diplomático”. (CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p. 9)

<sup>346</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p. 9. Há indícios de que as reflexões de D. Luís da Cunha também influenciaram a política pombalina, que ganhara força, por exemplo, em julho de 1750, quando Sebastião José de Carvalho e Melo tornou-se ministro de assuntos exteriores e da guerra, no governo de D. José I. Como ministro do rei, Pombal tinha como meta principal recuperar, para Portugal, a posição de potência europeia que decaíra como “casa velha e povoada de fantasmas”, haja vista que “a tradição de expansionismo heróico dos séculos XV e XVI esfumara-se em tristeza e abandono”. (*Ibidem*.)

firmemente a colônia americana, dilatada como estava, para muito além de Tordesilhas e, logo que tomou posse no cargo de secretário particular do rei, começou o trabalho, completado em 1750, de acordar com a Espanha os limites para o Brasil, de maneira que seu território incluísse todas as terras efetivamente ocupadas pelos luso-brasileiros. Uma das providências foi resolver o conflito do Prata, em 1735, que incitou ainda mais as querelas entre Portugal e Espanha e prolongou-se até o início das negociações do Tratado de Madri.

O conflito luso-espanhol no Prata leva-nos a ligeira digressão, para abordar um episódio que ilustra o estado de ânimo entre as duas coroas, ocorrido em Madri, quando alguns empregados do Plenipotenciário português daquela Corte, Pedro Álvares Cabral, Senhor de Belmonte, ajudaram na fuga de um homem que, segundo D. José Plantiño, ministro de Filipe V, fora condenado por um assassinato, cometido nas proximidades do palácio real do Bom Retiro. A princípio, o representante português demitiu os empregados envolvidos, mas sua atitude não pareceu suficiente aos olhos do governo espanhol, que mandou 100 soldados (*blanquillos*) invadir a residência do embaixador português e prender todos os envolvidos. O caso foi relatado por Alexandre de Gusmão ao rei de Portugal, que se mostrou indignado pelo desrespeito com o seu embaixador na Espanha.<sup>347</sup>

Alexandre de Gusmão redigiu as instruções ao embaixador Pedro Álvares Cabral, indicando os procedimentos a serem adotados, além de uma carta diplomática, exigindo explicações do governo espanhol. O fato é que o representante português não cumpriu as ordens expedidas pelo rei e o embaixador espanhol em Portugal, Marques de Capacelatro dirigiu-se a Diogo Côrte-Real, secretário de Estado português, para exigir explicações sobre as retaliações que o seu país vinha sofrendo por parte de Portugal. O plano espanhol era transformar D. João V de ofendido em ofensor.<sup>348</sup>

D. João V, como represália ao ocorrido na Espanha, ordenou que sessenta soldados e três oficiais ocupassem as entradas da casa do embaixador espanhol, prendessem doze dos seus criados e os conduzissem à

---

<sup>347</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, pp. 61 a 63.

<sup>348</sup> *Ibidem*.

cadeia do Limoeiro. O episódio desencadeou um conflito declarado entre as duas coroas, acirrando ainda mais as tensões no Novo Mundo. À primeira vista, os motivos para o *imbróglio* parecem fúteis, mas na essência o que estava por detrás do acontecimento eram os problemas de sucessão ao trono de Espanha e a perene questão da soberania nas regiões do estuário platino.

### 3.2. Pelas “*rayas*” das demarcações

No que se refere à Amazônia, o conflito luso-espanhol sobre a questão de limites teve características próprias, pois ali não se verificavam embates muito intensos, permanecendo a fronteira sem alterações mais significativas, garantida que estava pela “ocupação sertanista e missionária [que] efetuava-se serena e ininterruptamente”.<sup>349</sup> Isso permitiu, inclusive, a lenta, mas intensa expansão do império lusitano para além do meridiano de Tordesilhas, empurrando os limites na direção oeste e avançando largamente sobre as posições espanholas. Com isso, pôde o governo português estabelecer “novas entidades administrativas nesses sertões, desbravados pela energia e pelo espírito aventureiro de seus homens da América”, abrindo “vilas, cidades, comarcas, paróquias, bispados” e, ainda, garantindo “o povoamento e a exploração da terra pelo trabalho agrário, pela criação do gado, pela exploração do subsolo, pela coleta da matéria-prima”.<sup>350</sup>

Diante dessa situação vantajosa, não era do interesse de Portugal que as diferenças com a Espanha continuassem, e foi por isso que a Metrópole tomou frente nas negociações, sugerindo ajustes nas fronteiras das duas monarquias na América, conforme a exposição remetida a Madri, em 1747. Logo em seguida, a Espanha contestou os argumentos portugueses, com base na divisão estabelecida em Tordesilhas, tendo os portugueses argumentado que este tratado havia se tornado caduco, como também que fora desrespeitado por ambas as Coroas e, portanto, “transparecia,

---

<sup>349</sup> REIS, Arthur C. F. *Op. cit.*, 2º tomo, pp 42 e 47.

<sup>350</sup> *Ibidem*

conseqüentemente, a necessidade de adotar novos critérios, mais lógicos, mais de acordo com a realidade, mais objetivos. E dentro dessa nova orientação foi se processando o entendimento”<sup>351</sup>, que custava a chegar.

Assim, as premissas de Utrecht não resolveram as pendências limítrofes entre as nações européias, pois, conforme observou Capistrano de Abreu, todos os tratados foram “sempre adiados, sempre renascentes, interpretando autenticamente o convênio de 1494”.<sup>352</sup>

Assim, quando, finalmente, as Coroas de Portugal e Espanha aprovaram o texto definitivo do Tratado de Madri, registraram na sua introdução a ineficácia do Tratado de Tordesilhas “porque se não declarou de qual das ilhas de Cabo Verde se havia de começar a conta das 370 léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América meridional os dois pontos ao sul, e ao norte, donde havia de principiari a linha, como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana”. Além dele, afirmou-se também a caducidade de “Utrecht e da Escritura de Saragoça, ou de outros quaisquer fundamentos que possam influir na divisão dos seus domínios por linha meridiana; e querem que ao diante não se trate mais dela, reduzindo os limites das duas monarquias aos que se assinalaram no presente tratado”.<sup>353</sup>

Porém, antes da produção do documento de 1750, importa ressaltar que, por volta de 1735-1737, graças a seu desempenho para tentar resolver os problemas diplomáticos que Portugal enfrentava com relação aos limites do Brasil, Gusmão dava início às suas atividades de arquiteto principal do Tratado de 1750, função que desempenhou com toda liberdade já que, àquela altura, desfrutava de toda a confiança de D. João V.

---

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>352</sup> ABREU, José Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 1998, p. 187.

<sup>353</sup> “Trato de limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores d. João V, Rei de Portugal, e d. Fernando VI, rei de Espanha, assinado em 13 de janeiro de 1750, em Madrid, e ratificado em Lisboa a 26 do dito mês, e em Madrid a 8 de fevereiro do mesmo ano”. In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 365.

Durante as reuniões que buscavam solucionar o conflito luso-espanhol, o cardeal da Mota foi ouvidor das intenções políticas de D. João V, a quem sempre mencionava a confiança depositada em Alexandre de Gusmão, sentimento que pôde crescer, ainda mais, com a morte do único secretário de Estado português, Diogo de Mendonça Corte-Real, que era opositor de Gusmão. A partir da morte de Corte-Real, o rei de Portugal, pelo alvará de 28 de julho de 1736, criou três secretarias de Estado: de Negócios Interiores do Reino, da Marinha e Domínios Ultramarinos e a de Negócios Estrangeiros e da Guerra. Para ocupar estas secretarias foram nomeados, respectivamente, Marco Antônio, Pedro da Mota e Antônio Guedes. Entretanto, a despeito da nomeação oficial, continuaram como verdadeiros articuladores dos assuntos internos e externos de Portugal o Cardeal da Mota, Alexandre de Gusmão e o Padre Carbone. Era entre os três que se dividia a administração dos negócios públicos do Reino, o que fez crescer o poder do secretário particular do rei quanto às decisões sobre os limites do Brasil, o que era executado, não raras vezes, à custa de espionagem, algo muito comum na diplomacia da época.

Assim, para executar os seus serviços de despachos, Alexandre de Gusmão, pelas ordens reais, ficava incumbido também de ouvir os confidentes e os espíões, provavelmente espanhóis, sobre as intenções dos Reis de Espanha, sobretudo no que se referia à América. Outra prática comum consistia na interceptação de correspondências, que podiam ser apenas lidas ou guardadas, conforme a importância do texto, mas – caso o portador fosse estrangeiro – o suborno era a prática utilizada e, dependendo de seu teor, as informações do documento eram modificadas, omitindo-se notícias ou alterando-as, conforme o interesse do Estado.

Exemplo disso foram as sugestões feitas por Alexandre de Gusmão a D. João V, por ocasião da Convenção com que se pretendia pôr fim ao conflito do Prata. Nelas, o secretário do rei sugeriu, explicitamente, que, para alargar a geografia americana em benefício de Portugal, iniciada com a missão dos padres matemáticos, era necessário enviar espíões aos territórios fronteiriços, ocupados pelos jesuítas espanhóis. Nem mesmo La Condamine teria escapado ao aliciamento português, pois, no seu regresso do Peru, ao seguir pelo

Amazonas até Belém, conforme citamos no capítulo anterior, o governo português solicitou que ele fizesse um levantamento das coordenadas do percurso, inclusive das longitudes.<sup>354</sup>

Ainda por conta dessas sugestões, em 1737, o rei de Portugal enviou ao governador do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, instruções para que “averiguasse a situação das missões dos Carmelitas portugueses no Solimões em relação às dos jesuítas espanhóis dos Mainas e dumas e doutras em relação ao Pará, assim como para que se prestassem todos os auxílios e obséquios a La Condamine, na sua viagem águas-abaixo do rio-mar”.<sup>355</sup> Naquela época, as mesmas ordens foram repassadas ao ouvidor de Cuiabá, “para que procedesse com a espionagem geográfica nas Missões fronteiriças dos Chiquitos e dos Moxos”.<sup>356</sup>

Um ano antes, em 11 de dezembro de 1736, em carta escrita por Antonio Batista ao Cardeal da Mota, podemos comprovar a prática de interceptação de correspondência, seguida de mudança do conteúdo para, só depois, ser enviada ao seu destino.<sup>357</sup> O conteúdo dessa carta era referente, ainda, ao capítulo do conflito luso-espanhol, tendo como consequência a guerra que se instalava na colônia do Sacramento e a interceptação de naus francesas que se dirigiam para o Sul do Brasil, das quais foram roubadas cartas referentes ao *imbróglio* luso-espanhol. Esta ação teve, como na maioria das vezes, o consentimento do Cardeal da Mota e Alexandre de Gusmão, que agiam sob as ordens de D. João V, já que o rei tinha pressa em resolver a questão, principalmente depois que a navegação portuguesa foi bloqueada pela Espanha na região platina. Com este incidente, todos os países estrangeiros (França, Inglaterra e Holanda) que mediarão as negociações entre Portugal e Espanha passaram a ser vistos com desconfiança, já que a França inclinava-se a defender os interesses espanhóis e a Inglaterra os de Portugal.

---

<sup>354</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 233.

<sup>355</sup> *Ibidem*, p. 234.

<sup>356</sup> *Ibidem*, p. 234.

<sup>357</sup> *Ibidem*, pp. 88, 92, 95 e 96.

D. João V passou a recusar a interferência de outros países nas negociações com a corte da Espanha quando, na conferência organizada por Alexandre de Gusmão para tentar uma rápida solução do conflito, os documentos dos mediadores davam mais destaque ao rei espanhol do que ao português. Além disso, tornavam explícita a superioridade das forças de Espanha, motivo mais do que suficiente, segundo os mediadores, para que D. João V cedesse às imposições espanholas.

Por conta disso, a exclusão dos países estrangeiros como mediadores do conflito do Prata foi imediata, ficando Alexandre de Gusmão encarregado de escrever um documento, intitulado *Dissertation qui détermine tant géographiquement que par les traités faits entre la Couronne de Portugal et celle d'Espagne quels sont les limites de leurs dominations en Amérique, c'est-à-dire, du côté de la Rivière de la Plate*. O título indica, claramente, que a questão era resolver o problema da partilha das soberanias no estuário platino, razão maior da hostilidade do governo da Espanha para com os embaixadores portugueses naquele País.<sup>358</sup>

A *Dissertation* teve contribuição importante de D. Luís da Cunha e foi escrita em francês porque a Coroa Portuguesa objetivava divulgar na Europa as suas pretensões quanto aos territórios do Novo Mundo, o que fora abalado pela tese de Guillaume Delisle, geógrafo de Luís XIV e tido como o expoente da geografia e da cartografia francesas. Referimo-nos à dissertação *Détermination Géographique de la situation et de l'étendue des différentes parties de la Terre*, apresentada em 24 de novembro de 1720, e considerada por Jaime Cortesão a primeira carta *científica* da Terra. No trabalho, havia mapas da América do Sul que mostravam que a Colônia do Sacramento, todo o vale do Amazonas e as minas de Cuiabá e do Guaporé não estavam nos limites portugueses, conforme estabelecido pelo meridiano de Tordesilhas. Assim, pelos mapas de Delisle, essas regiões eram possessões espanholas.<sup>359</sup> (vide anexo 15)

---

<sup>358</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 102.

<sup>359</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p. 234.

D. Luís Cunha, então Embaixador em Paris, enviou os mapas a Lisboa, acreditando-se que Alexandre de Gusmão possa ter tido conhecimento deles. Não é difícil imaginar o sobressalto que o trabalho de Delisle, apresentado à Academia Real das Ciências de Paris, causou para Portugal, pois não poderia deixar de ser chocante que um especialista de outra nação pudesse realizar sobre a América do Sul – onde o acesso de estrangeiros era dificultado e as informações geográficas ainda constituíam segredos de Estado – um trabalho que nem os portugueses nem os espanhóis estavam em condições de fazer, apesar da direta importância que isso tinha para determinação das fronteiras de seus impérios no Novo Mundo. Contudo, parecia óbvio que a Espanha se valeria das informações do cartógrafo francês para reivindicar a manutenção dos limites garantidos pelo Tratado de 1494.<sup>360</sup>

Além de Delisle, outros cartógrafos já tinham demonstrado que, pelo Tratado de Tordesilhas, a maior parte do território brasileiro pertencia à Espanha, como, por exemplo, o mapa *Description de Las Yndias Occidentalis*, de 1623, desenhado por Antonio Herrera y Tordesilhas, que foi cartógrafo e Historiador das Índias ao tempo de rei Filipe da Espanha (1559-1625).<sup>361</sup> Pelo mapa apresentado no anexo 16, observa-se que, conforme a linha de Tordesilhas, a maior parte da Amazônia e também o rio da Prata eram possessões da Espanha. Além deste, também, no mesmo sentido, o *Mappa em que se demonstra como do Rio Cauaburis se comunica para os Domínios de Espanha*, de autor anônimo, mas que supõe-se ter sido desenhado pelo coronel Manuel da Gama Lobo da Almada. A legenda que o acompanha esclarece que a comunicação dos rios é assinalada por uma linha de pontos “que corre à margem” dos mesmos rios, esclarecendo-se também que, “na confluência dos rios Maturacá e Umariuani, as agoas repartem correndo as do Maturacá para os Domínios de Portugal e, as do Umariuani, e dali por diante para os de Espanha”. O povoamento resume-se à aldeia de São Carlos, aparecendo assinaladas, em sua proximidade, três fortificações militares, localizadas no alto do rio Negro: a fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, na

---

<sup>360</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p. 234.

<sup>361</sup> *Description de Lãs Yndias Occidentalis*. Antonio Herrera y Tordesilhas, 1623. Tamanho: 13 X 18,4cm. In: MICELI. Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia histórica na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 174.

margem ocidental; o forte de São José de Marabitanas, na margem oriental, e a fortaleza de Santo Agostinho (vide anexo 17).<sup>362</sup>

Logo que a notícia sobre os estudos cartográficos de Delisle foi trazida por D. Luís da Cunha à corte de D. João V, o rei ordenou que os padres matemáticos italianos Carbone e Capassi, sob o comando de Manuel de Azevedo Fortes, estudassem os problemas dos limites do Brasil, revelados pelo cartógrafo de Luís XV, traçando um Novo *Atlas*, com informações cartográficas e astronômicas que pudesse legitimar a posse portuguesa sobre as terras interiores do continente, da Amazônia ao Prata, o que – se considerado o meridiano de Tordesilhas – ficava além de qualquer possibilidade geograficamente correta.

Os trabalhos foram iniciados em 9 de outubro de 1721, quando Manuel de Azevedo Fortes, membro da Real Academia Portuguesa, manifestou-se sobre a necessidade de Portugal incentivar o desenvolvimento da Cartografia, já que o país “era o único reino da Europa, que se [achava] sem cartas particulares (topográficas), sendo o primeiro que a todos mais ensinou a geografia e a navegação”.<sup>363</sup>

Mas foi em 1729 que a missão chegou ao Rio de Janeiro, com o objetivo de produzir uma nova carta para o Brasil, observando-se as latitudes e as longitudes, conforme estabelecido pelo Alvará de 18 de novembro de 1729, pelo qual D. João V, dirigindo-se ao Vice-Rei do Brasil, aos governadores e capitães-mores anunciou que os religiosos deveriam desenhar mapas das terras brasileiras, desde o litoral até os “sertões”, para evitar “dúvidas e controvérsias dos novos descobrimentos que se tem feito nos Sertões daquele Estado”.<sup>364</sup>

Do ponto de vista da cartografia, os religiosos deviam descobrir, pela observação da longitude, que no Brasil deveria partir do meridiano do Rio de Janeiro a localização exata das terras ocupadas pelos portugueses na

---

<sup>362</sup> GUERREIRO, Inácio “A coleção cartográfica da Casa da Ínsua”. *In As mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses., p. 164. (Vide anexo 17)

<sup>363</sup> *Ibidem*, p. 281.

<sup>364</sup> Cortesão. Jaime. *Op. Cit*, parte I, Tomo II, p. 8.

América, ocultando, obviamente o que não lhe garantisse esta soberania. Isso justifica, portanto, que o ponto meridional escolhido no Brasil foi um artifício utilizado pelos dois padres para esconder a verdadeira distância em relação às longitudes da Europa, medida a partir do meridiano de Paris ou ao da Ilha do Ferro, da África e do Arquipélago de Cabo Verde, visto que o meridiano do Rio de Janeiro era apontado pelo Padre Diogo Soares, como marco zero e, portanto, o Brasil estaria mais próximo à Ilha de Santo Antão.<sup>365</sup>

Dentre muitos mapas desenhados pelos padres matemáticos, registra-se o *Mapa Geral do Brasil*, de Domenico Capassi, feito por volta de 1730. Nele, o religioso descreveu a Guiana Francesa, o litoral do Brasil e parte do Uruguai. No mapa, muito rico em dados toponímicos<sup>366</sup>, destaca-se a inscrição que afirma estar ali a “*Divisão Mathematica verdadeira entre as Coroas de Portugal e Castella*”, e algumas reduções jesuíticas.<sup>367</sup> (vide anexo 18)

Além dessas providências, D. Luís da Cunha contratou os serviços de Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville – outro grande expoente da escola francesa de cartografia –, encomendando-lhe um estudo cartográfico que pudesse se contrapor ao apresentado por Delisle, claramente favorável à política franco-espanhola. Assim, em 1742, d’Anville produziu a carta da América do Sul (vide anexo 19), com as seguintes características: o sul, conforme informações do Tratado de Utrecht, era um prolongamento do Brasil, “exclusivamente até à embocadura do Prata por uma língua de terra, de 10 léguas de profundidade, a partir da capitania de São Paulo”.<sup>368</sup> Além disso,

---

<sup>365</sup> Cortesão, Jaime. *Op. Cit.*, pp 12 a 15.

<sup>366</sup> Nele, aparecem: rio Pisón, Cayena, Cabo de Orange, Cabo Norte, Pará, os rios Amazonas, Paranaíba, Paranaíba, Pará e o Tocantins, Maranhão, Canindé, os rios Parnaíba e das Pedras, a serra do Araripe, Ceará, o rio Jaguaribe, o Cabo de São Roque, Rio Grande, Paraíba, Pernambuco, o Cabo de Santo Agostinho, Alagoas, o rio São Francisco, o rio Vaza Barris, Sergipe, o rio Real, a Bahia de Todos os Santos, o rio das Contas, Ilhéus, Porto Seguro, Abrolhos, Porto de Tubarão, Espírito Santo, rio Paraíba, Cabo de São Tomé, Cabo Frio, Maricá, Rio de Janeiro, Ilha Grande, a Ilha de São Sebastião, Santos, Cananéia, São Paulo, os rio Grande, Parapanema, Pardo, Verde, das Mortes, das Velhas e o Paraopeba, Ouro Preto, Cataguases, a Ilha de Santa Catarina, a Lagoa dos Patos, o rio de São Pedro, Castilhos, Cabo de Santa Maria, Maldonado, Bacia do rio da Prata, Baixos dos Ingleses, Baía de Santana, rio Paraguai, Córdoba, o rio Negro, Santa Luzia, Sete Corações, rio da Prata, Assunção, o rio dos Pinhais, a cidade Real, Santo Inácio, São Tiago, a Vacaria, a Serra Pelada, o rio Itatim, o rio Motetey, *Chiquitos*, Santa Cruz e a Serra dos Seriguanos.

<sup>367</sup> Consultar o site da [www.bn.br](http://www.bn.br), no setor de mapas digitalizados, onde, além do mapa, consta o texto em anexo.

<sup>368</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 2, p. 234.

nota-se pelo mapa a apresentação, em terras de Portugal, da estrada fluvial das *monções*, que ligava São Paulo a Cuiabá e, finalmente, do Mato Grosso como um seguimento dos territórios da Amazônia. D’Anville também produziu outros mapas importantes, onde aparecem os limites fronteiriços entre Portugal e Espanha, como a *Carte du Perou et Brésil sep. de Tierra Ferme de Guayana et de la rivière des Amazones: cequi fait la partie boreale de L’Amérique Meridio* (vide anexo 20) e a *Carte du Brésil. Prem. Partie. Depuis la Rivière des Amazones jusqu’à la Baye de tous les Saints* (vide anexo 21).

Sobre este último mapa, apresentado no anexo 21, Paulo Miceli informa que, nele, Jean Baptiste Bourguignon D’Anville “estabeleceu as longitudes a partir do meridiano de Paris, mas ainda apresenta o Brasil dilatado no sentido Leste-Oeste”. Além disso, chama a atenção para a indicação que o cartógrafo fez no centro do mapa, onde escreveu que “o interior do País não é conhecido, as Nações errantes que o habitam são chamadas Tapuyas”.<sup>369</sup>

Esses dados mostram, em síntese, que – falido o Tratado de Utrecht – eram pertinentes as propostas apresentadas por D. Luís da Cunha, no sentido de que a questão das fronteiras do Novo Mundo dependiam de novo tratado, a ser assinado pelas coroas ibéricas.

Assim, os trabalhos desenvolvidos pelos padres matemáticos e pelo cartógrafo Bourguignon d’Anville foram orientados no sentido de manter a soberania portuguesa sobre os territórios a oeste de Tordesilhas, conquistados pelo movimento bandeirante, e tentar promover “uma fecunda renovação da cultura geográfica e cartográfica portuguesas”.<sup>370</sup>

Enquanto isso, os reis da Espanha, o francês Felipe V e a italiana Isabel de Farnésio, mesmo ressentidos com a corte de Lisboa, viam no casamento do príncipe das Astúrias com a Infanta de Portugal a solução para o *imbróglio*. A *diplomática* solução, porém, não se consumou, pois o casamento não aconteceu e o problema fronteiriço entre os países ibéricos, inflamado pela tese de Delisle, agravou-se.

---

<sup>369</sup> MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia histórica na formação do Brasil*, p. 256.

<sup>370</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 1, p. 234.

A tese de Gusmão, portanto, reforçava a idéia de que o Tratado de Tordesilhas devia ser abandonado por ser indemarcável, também porque, enquanto os portugueses o violaram na América, os espanhóis o desrespeitaram no Oriente. Assim, a solução deveria, necessariamente, ser encontrada em negociações globais, mediante concessões mútuas. Tais negociações, ademais, concluiu o trabalho publicado em 1736, só poderiam basear-se nas duas regras: a do *Uti possidetis* e a das fronteiras naturais.<sup>371</sup>

Por esse documento, portanto, tiveram início as negociações e acordos diplomáticos sobre a partilha do território sul-americano entre as coroas ibéricas, pendente desde o Tratado de Tordesilhas, inviabilizada pela escritura de Saragoça, de 1564, e pelo Tratado Provisional, de 1681. Para pôr em prática este último acordo, por exemplo, Portugal não dispunha de meios para reivindicar os seus direitos sobre as terras americanas, visto que, conforme o artigo XIII – que tratava dos “direitos de propriedade dos confins”, ou seja, dos limites da América do Sul –, seriam enviados comissários portugueses e espanhóis que, no curtíssimo período de três meses, deveriam chegar a um acordo sobre as fronteiras entre os dois países, devendo o mesmo ser referendado pelo papa, no prazo de um ano.<sup>372</sup>

Assim como o Tratado de Tordesilhas, o Tratado Provisional ficou no papel, visto que nem os comissários nomeados para proceder à partilha, nem o Papa, conseguiram estabelecer os limites entre Portugal e Espanha nas terras americanas, valendo, portanto, o estabelecido antes da União Ibérica: “A Espanha dá por adjudicado a Portugal tudo o que está aquém do Rio de São

---

<sup>371</sup> Segundo David M. Davidson, àquela altura, Gusmão já percebera que parte substancial do interior do Brasil estava a oeste da linha de Tordesilhas, mas “tal como seus predecessores, considerava a ocupação uma base para a soberania muito mais sólida do que a divisão tradicional e os acidentes geográficos, os únicos marcos adequados para a demarcação territorial. Embora Gusmão fosse o primeiro governante português a expressar com clareza e sofisticação os princípios do *uti possidetis* e das fronteiras naturais, ele se apoiava em diretrizes já presentes no pensamento oficial português”. (DAVIDSON, David M. *Colonial Roots of Modern Brazil*: Berkeley: University of California Press, 1973, p. 73).

<sup>372</sup> *Ibidem*, p. 103.

Pedro assim com Portugal à Espanha tudo o que está além do meridiano que passa a oeste da Colônia”.<sup>373</sup>

Essas informações serviram de base para a *Dissertation*, de Alexandre de Gusmão, apresentada como documento que tentava explicar, pela cosmografia e por discussões sobre o significado de *território*, o porquê das terras ao sul da América do Sul serem portuguesas. Para tanto, o secretário do rei iniciou um complexo debate sobre a inviabilidade da Escritura de Saragoça, confirmada pelo Tratado Provisional (1681) e pelo Tratado de Utrecht. A *Dissertation* é considerada, portanto, o prólogo do Tratado de Madri, tendo, inclusive, servido de base para as negociações com o ministro espanhol, D. José de Carvajal.

Baseado nas considerações feitas na *Dissertation*, Alexandre de Gusmão produziu outro documento, conhecido como a “Grande Instrução”, pelo qual, entre outras questões, recomendou aos ministros portugueses em cortes estrangeiras, principalmente àqueles que serviam em Paris, Haia e Londres, que insistissem na versão de que o conflito na região do Prata foi iniciado pela Espanha e, portanto, conforme resolução de Sua Majestade Fidelíssima, não deveriam entrar mais “em discurso algum tocante às proposições que lhe tem feito para o acomodamento, sem que primeiro os mediadores obriguem a Espanha não só à reparação de todos os danos e depredações feitas, e dos gastos que ocasionou a esta Coroa com uma guerra”.<sup>374</sup>

Além de instruir os representantes portugueses sobre a necessidade de que fizessem a defesa veemente dos direitos de Portugal sobre as fronteiras de “além-mar” e responsabilizassem a Espanha pelo descumprimento dos termos previstos no Tratado de Utrecht, a *Grande Instrução* também foi reveladora das intenções da Inglaterra, contrárias aos interesses portugueses, previstos pelo artigo 3º do Tratado da Aliança, que naquele momento estavam abalados pelo

---

<sup>373</sup> *Ibidem*.

<sup>374</sup> O Conflito do Prata foi, aparentemente, resolvido em 16 de março de 1737, com a assinatura da Convenção que serviu de armistício às hostilidades entre castelhanos e portugueses. (*Ibidem*, p. 118.)

conflito com os espanhóis. Com essa medida, a suspeita de muitos de que Gusmão estivesse a serviço dos ingleses, quando das negociações para pôr fim ao conflito no Prata, foi desmentida. Na verdade, este novo documento deixava clara a insatisfação portuguesa em relação ao Tratado de *Methwen*, pois esclareceu que Inglaterra e Holanda, principalmente a primeira, se assenhoreavam de quase tudo o comércio português. Em seguida, amplia as discussões sobre a inviabilidade de se manter o princípio de perpetuidade dos tratados assinados anteriormente a Utrecht".<sup>375</sup>

Mesmo criticando o caráter perpétuo dos acordos, Alexandre de Gusmão, para não isolar Portugal de alguma proteção européia, propôs na *Grande Instrução* uma aliança com a França, quer fosse a partir de um tratado de comércio, pelo qual os franceses pudessem negociar com os ingleses as vantagens de comerciar com Portugal, sem romper o acordo anterior com a Inglaterra; quer fosse um pacto de família, que abrangesse as duas nações ibéricas, ou, ainda, um tratado de neutralidade com a Espanha sob a garantia da França, visando resolver o problema dos limites entre as Américas portuguesa e espanhola. Entretanto, as negociações foram sempre difíceis, haja vista que os franceses, tendo à frente o cardeal Fleury, tinham receio de se indispor com a Espanha.<sup>376</sup>

Pela aceitação do acordo com Portugal, a França, em contrapartida, abriria mercado consumidor para os seus lanifícios, pelo período de 10 anos, mas para isso os diplomatas franceses deveriam conseguir o ajustamento entre Portugal e Espanha. Alexandre de Gusmão, desconfiado com a atuação de França, chegou a propor à Espanha a compra da Colônia do Sacramento; porém, advertido por D. Luís da Cunha, sempre parceiro nas decisões políticas e econômicas, desistiu do plano, que carecia, inclusive, de um estudo mais adequado sobre a Amazônia e o sertão. Foi então que ele, a partir das sugestões do seu parceiro diplomata, propôs, sob a justificativa do *Uti possidetis*, um novo tratado de limites, já que era desconhecido para Portugal o

---

<sup>375</sup> *Ibidem*, pp. 114 e 117.

<sup>376</sup> Alexandre de Gusmão. *A grande instrução*. Apud: Jaime Cortesão. *Op cit.*, parte I, tomo II, p, 123.

quanto havia perdido ou conservado com resultado da presença espanhola na região platina.

Durante os três anos em que vigoraram as premissas da *Grande Instrução*, Alexandre de Gusmão mudou o eixo de apoio dos acordos portugueses da Inglaterra para a França, objetivando resolver todos os problemas pendentes com a Espanha, principalmente aqueles advindos dos limites meridionais da América. Assim, a instrução apresentou dois objetivos essenciais: “a formação territorial do Brasil na sua zona fronteira de mais viva tensão política; e a libertação econômica e política de Portugal do Tratado de Methuen, que o reduzia à condição de pupilo da Grã-Bretanha”.<sup>377</sup>

Pouco antes da metade do século XVIII, com Alexandre de Gusmão ativo nos centros decisórios, Portugal encontrava-se preparado para negociar com a Espanha os artigos do Tratado de Madri, principalmente quando D. João V, em 23 de setembro de 1743, nomeou-o seu secretário e membro do Conselho Ultramarino.<sup>378</sup> Com essa nova ocupação, ele pode inteirar-se mais a fundo dos problemas do Brasil, inclusive recolhendo subsídios para justificar a sua tese da ocupação *por direito* do território. Em síntese, como escreveu Capistrano de Abreu: “A rápida expansão do Brasil pelo Amazonas até o Javari, no Mato Grosso até o Guaporé e agora no Sul, urgiu a necessidade de atacar de frente a questão de limites entre as possessões portuguesas e espanholas, sempre adiada, sempre renascente”.<sup>379</sup> Assim, imediatamente após a ascensão ao trono espanhol de Fernando VI, genro de D. João V, em 1746, começaram as negociações.

No que interessa particularmente a este trabalho, é conveniente registrar que, em 1748, quando Gusmão concebeu o plano para o Tratado de 1750, enviado ao negociador espanhol D. José de Carvajal, o estadista português já tinha informações importantes sobre os caminhos do sertão, graças às observações dos religiosos na Amazônia, à expansão bandeirante paulista

---

<sup>377</sup> Jaime Cortesão. *Op cit.*, parte I, tomo II, p, 132. Ao propugnar pela recuperação da soberania nacional portuguesa, a Grande Instrução acabou servindo de base, anos depois, para o ministério do Marquês de Pombal, que a considerava uma “excelente dedução”. (*Ibidem*, p. 123)

<sup>378</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>379</sup> ABREU, Capistrano. *Op cit.*, p. 187.

para o oeste e aos mapas de Diogo Soares, informações essas fundamentais para sustentar a tese da soberania portuguesa para além da linha de Tordesilhas.<sup>380</sup>

Entre 1730 e 1750, sempre preocupado com as negociações de limites, Alexandre de Gusmão providenciou a emigração de casais açorianos para ocupar o Rio Grande do Sul e enviou para o Brasil especialistas na determinação da longitude, com o objetivo de obter uma idéia mais exata sobre o território que Portugal ocupara no Continente.<sup>381</sup>

### **3.3. Dos *confins* ao *sertão* do Brasil**

Dentre os muitos documentos divulgados por Jaime Cortesão sobre as posições das Coroas de Portugal e Espanha no acordo que originou o Tratado de Madri, destacam-se dois conjuntos: uma primeira proposta portuguesa com bases para um ajuste e a réplica espanhola; uma nova proposta portuguesa, agora já articulando um acordo, e a tréplica espanhola, melhorando aspectos formais e introduzindo algumas novidades.

Começemos procurando identificar os objetivos de cada uma das partes. No caso de Portugal, a intenção era negociar um tratado equilibrado, que, à custa de ceder no Prata, se necessário, conservasse a Amazônia e o Centro-Oeste e criasse, no Sul, uma fronteira estratégica que vedasse qualquer tentativa espanhola nessa região, onde a balança de poder pendia para Buenos Aires. Em 1751, ao defender o Tratado das acusações do Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, antigo governador da Colônia, Alexandre de Gusmão afirmou que sua finalidade era “dar fundo grande e competente... arredondar e segurar o país”.<sup>382</sup>

A explicação para a troca da Colônia do Sacramento por um território equivalente, a princípio, segundo Jaime Cortesão, assentou-se “na necessidade de garantir a posse do novo e Extremo Oeste brasileiro contra o instinto de defesa espanhola, enfim desperto, e as suas mais que certas

---

<sup>380</sup> Jaime Cortesão. *Op cit.*, parte I, tomo II, p. 187.

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 180

<sup>382</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op cit.*, parte I, tomo I, p. 261.

reivindicações, para o futuro, em nome do Tratado de Tordesilhas”<sup>383</sup>, visto que Portugal precisava resguardar as minas de Vila Bela e Minas Gerais, as primeiras, especificamente, tão próximas das missões jesuíticas espanholas. Naquela época, é importante ressaltar a preocupação de Alexandre de Gusmão em transformar as divisas naturais em elementos demarcadores de fronteira.

Um segundo motivo para negociar a Colônia do Prata, na visão dos negociadores portugueses, assentava-se numa suposta incompetência que a Espanha tinha de administrar a região, haja vista as inconveniências da Fazenda Real espanhola em manter a autonomia sob a região platina. Isto levaria os espanhóis a cederem às investidas inglesas, reiniciadas em 9 de novembro de 1739, conforme denunciou José de Carvalho e Mello, enviado português em Londres, em carta escrita a 24 de janeiro de 1740, a Marco Antônio de Azevedo Coutinho, secretário de Estado. Na carta, alertou que os ingleses pretendiam, desta vez, organizar uma expedição ao estuário platense, com o objetivo de se apoderarem não somente de Buenos Aires e da porção meridional da região, mas também da setentrional e dos territórios que margeavam a Colônia do Sacramento e o rio de São Pedro.<sup>384</sup>

As investidas da Inglaterra nos *confins* do Brasil, que incluía um projeto de exploração do ouro do Brasil e da prata do Peru, elaborado por judeus de origens portuguesa e inglesa, mudaram o cenário das negociações entre espanhóis e portugueses. Para a Espanha, importava, a todo o custo, eliminar as possibilidades de ver esvaír-se a parte mais rica do seu império americano. Pior do que perdê-la para Portugal, era perder para a Inglaterra, pois durante as negociações do conflito do Prata, entre Portugal e Espanha, os ingleses mostraram-se defensores dos interesses dos portugueses, com quem objetivavam estabelecer negócios, na região sul do Brasil.<sup>385</sup>

Deste raciocínio compartilhou Alexandre de Gusmão, que replanejou as propostas para as negociações com a Espanha, sobretudo quando, em 26 de

---

<sup>383</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op cit.*, parte I, tomo II, p. 235.

<sup>384</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 236.

<sup>385</sup> *Ibidem*, p. 91

maio de 1744, o secretário de Estado, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, escreveu para o governador do Rio de Janeiro e superintendente dos territórios do Sul até o Rio da Prata, informando-o da lastimável situação em que se encontrava a Praça de Buenos Aires: “a vida, estreitamente cercada e vigiada, tornara-se penosíssima; e as despesas com a subsistência dos seus moradores intoleráveis” <sup>386</sup>, depois do bloqueio da Colônia pelas forças inglesas.

D. João V decidiu ajudar a Espanha a manter a Colônia para, no momento oportuno, negociá-la convenientemente. Desta tarefa encarregou-se Gomes Freire de Andrade, que durante quatro anos (1737 a 1740) cuidou da edificação e defesa dos “Domínios do Rio Grande de São Pedro”, conforme expressão do militar português. Assim, reforçando o sentido aqui atribuído ao conceito de fronteira, promoveu o povoamento da região com homens e mulheres do Rio de Janeiro e da Vila da Laguna. <sup>387</sup>

As negociações para um Tratado com a Espanha ganharam força em 1746, quando da morte do rei espanhol Filipe V e da subida ao trono do genro de D. João V, Fernando VI, o qual governou, como já vimos, com ativa participação da esposa, Bárbara de Bragança, inclusive nas negociações do Tratado de Madri.

Nesse momento, sob orientação de Alexandre de Gusmão, o rei de Portugal solicitou ao Conselho Ultramarino o envio de casais dos Açores e Madeira para povoarem e colonizarem o Brasil. A tática era assegurar a fronteira pelo povoamento, fazendo jus ao sentido do *Uti possidetis*, que fundamentou as reivindicações portuguesas sobre seus limites americanos, incluídas no Tratado de 1750.

Além do sul, Alexandre de Gusmão também demonstrou preocupação quanto às fronteiras a oeste, cuja importância conhecia desde que providenciou seu reconhecimento pela espionagem geográfica, vindo a concluir que a proximidade com os aldeamentos espanhóis de Mojos e Chiquitos exigia rápida

---

<sup>386</sup> *Ibidem*, p. 243

<sup>387</sup> Gomes Freire de Andrade. *Apud*: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 244.

providência para assegurar aquela porção desenhada pela conjunção do Paraguai-Japurú e o Guaporé-Madeira, o que, conseqüentemente realizaria a integração do Brasil pela confluência das fronteiras a leste com a Capitania do Grão-Pará e Maranhão.

Fiel a seu objetivo de transformar o Brasil num grande território português, para além das imposições do Tratado de Tordesilhas, Alexandre de Gusmão contratou serviços sobre observações de longitude, como aquelas realizadas por La Condamine, ao que parece solicitadas por D. João V. Além disso, solicitou a descrição das missões carmelitas, como as de Frei André da Piedade e, também, informações do governador do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, sobre as fronteiras do norte, que foram acompanhadas pelo mapa de José Gonçalves da Fonseca. Os resultados obtidos revelaram que, além dos *confins*, a bacia amazônica, o vale do Madeira, o curso do rio Amazonas e os vales do Negro e do Japurá mereceram particular atenção do secretário do rei, já que militares de diferentes nacionalidades, em períodos distintos, intentaram transformar essas regiões em domínios territoriais de seus países.

Portanto, diante de um estudo geopolítico, com base em dados coletados desde o século XVII, Alexandre de Gusmão concluiu que as negociações para um novo tratado de limites deveriam ter como determinações fronteiriças da Espanha a Colônia do Sacramento e, para Portugal, o curso dos rios Uruguai, Paraguai, Guaporé, Madeira, Tapajós e os territórios de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Assim, as propostas portuguesas, elaboradas por ele, visavam tornar o Brasil um todo único, orgânico e viável, orientando-se, especificamente, pelos princípios do *Uti possidetis* e das “fronteiras naturais”, com a justificativa de que “cada parte há de ficar com o que atualmente possui” e “os limites dos dois Domínios (...) são a origem e o curso dos rios, e os montes mais notáveis”.<sup>388</sup> A intenção era partilhar as bacias do Amazonas e do Prata, ficando a primeira sob domínio de Portugal e, a segunda, da Espanha, resguardando a soberania portuguesa sobre as vias fluviais de acesso aos planaltos auríferos e diamantíferos, do interior do Brasil (Goiás, Mato Grosso),

---

<sup>388</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 285

bem como as estradas que levavam às Minas Gerais, por onde deveria passar o abastecimento pecuário, vindo do Rio Grande do Sul.

Para a Espanha, o objetivo primeiro era parar, de vez, a expansão portuguesa que, gradativa e violentamente, avançava em seus territórios na América do Sul; depois, reservar a exclusividade do estuário platense, evitando o contrabando da prata dos Andes, que passava pela Colônia do Sacramento; e, finalmente, com a paz proporcionada por um acordo, impedir que a rivalidade peninsular na América fosse aproveitada por nações inimigas de Madri, particularmente a Inglaterra e a Holanda, que disputavam os domínios ibéricos na América. Por isso, Portugal deveria anular sua aliança com a Inglaterra, já que esta nação representava constante ameaça à Espanha, vindo a ser este o terceiro motivo para o rei D. João V negociar a paz com a Espanha, nem que fosse pela cessão do território ao sul da colônia. Por estes motivos, em suas réplicas, os espanhóis argumentavam, especificamente, que a soberania política da Espanha sobre o estuário do Prata e as vias terrestre e fluviais, que comunicavam as províncias platinas com o Peru, deveria ser exclusiva.<sup>389</sup>

Para alcançar seus objetivos, Portugal e Espanha apresentaram táticas diferentes, pois enquanto o primeiro não se conformava em perder a Colônia do Sacramento, a segunda desejava manter suas possessões asseguradas pelo Tratado de Tordesilhas.

As negociações foram aceleradas tendo, do lado português, Tomaz da Silva Teles e, do lado espanhol, D. José de Carvajal, com o cargo de 1º Ministro concedido após o afastamento do Marquês de Villarias, destituído da função de Secretário de Estado, por causa das dificuldades que impunha para a efetivação de um acordo entre Espanha e Portugal.

Quando Tomaz da Silva Teles teve a primeira conversa com D. José de Carvajal, este deixou claro que a Coroa de Espanha conhecia seus limites na América, através de mapas, relações e documentos, alguns providenciados pelos jesuítas espanhóis, pelos quais ficava comprovado, por exemplo, que,

---

<sup>389</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 262

assim como a região do Prata, as minas de Cuiabá e o rio Maranhão estavam em território espanhol. Naquele momento, o representante português entendeu que as negociações deveriam ser guiadas com maior prudência e cautela.

Durante a primeira audiência, realizada no início de 1747, D. José de Carvajal, invocando o artigo VII do Tratado de Utrecht, propôs a troca da Colônia do Sacramento por um equivalente em dinheiro, mas sua proposta foi recusada pelo embaixador português. A posição assumida por Tomaz da Silva Teles, segundo Jaime Cortesão, confirmava que “D. João V e o Cardeal da Mota, com a subida ao trono de Fernando VI e Bárbara de Bragança, alimentavam de novo a esperança de estender os limites do Brasil até a margem setentrional do estuário platino”.<sup>390</sup>

Ante a recusa portuguesa, D. José de Carvajal sugeriu, então, que se alterasse o meridiano de Tordesilhas, propondo “que nem fosse o que os portugueses queriam, nem o que os castelhanos apontavam, mas o ponto do meio, mediando-se mecanicamente a distância entre um e outro”.<sup>391</sup>

Por essa nova proposta, o traçado teria como linha intermediária o meridiano de Maldonado, que ao norte passa pelo Estado do Pará, entre Óbidos e Alenquer. Desta forma, a partilha retalharia as fronteiras do Brasil, ficando para a Espanha o atual Estado do Amazonas, quase todo o Mato Grosso, incluindo as minas de Vila Bela e das Gerais e, ainda, ao sul, uma porção de terra do atual Estado do Rio Grande do Sul. Diante desta proposta, Tomaz da Silva Teles, sob ordens de Gusmão, contrargumentou, sugerindo que se ajustassem as dependências na América, “assinalando confins e limites de parte a parte por tratados, da mesma sorte que há duzentos anos e mais a esta parte fizeram os nossos antepassados, sempre que entre nós houve disputas em matéria semelhante”.<sup>392</sup>

Para Portugal, não seria conveniente o novo traçado, conforme a proposta espanhola, mas sim que ambas as coroas assinassem um novo acordo com poucas cláusulas, que anulasse o Tratado de Tordesilhas e fosse

---

<sup>390</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 276.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 280.

<sup>392</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 280.

fundamentado no princípio do *uti possodetis*. Portanto, os negociadores portugueses, sob orientação de Gusmão, contrargumentaram que o ajuste deveria ser definitivo e não transitório, assinalando balisas tão claras, que pudessem excluir qualquer contenda no futuro, respaldados como estavam na experiência fracassada da linha divisória de Tordesilhas, visto que se os portugueses a excederam nos confins do Maranhão e Brasil, a Espanha a ultrapassou muito mais no hemisfério oposto.

Fundamentados nessas prerrogativas, os portugueses afirmaram que o direito de Portugal ao “Território adjacente à margem setentrional do Prata resulta indiscutivelmente do Tratado de Utrecht e não da demarcação de Tordesilhas, e que, por conseqüência, lhe deve ser restituído todo aquele terreno, poderá admitir-se que uma parte troque aquilo, que lhe é de tanto proveito, com a outra parte, a quem faz maior dano que ela o possua”, consentindo o monarca português na “prática dum equivalente”, em que se respeitem as vantagens do território cedido pela Coroa de Portugal.<sup>393</sup>

Pelos motivos expostos, os portugueses propuseram “que cada uma das partes fique possuindo o que tem ocupado”, regulando os respectivos limites “pelas balisas mais aparentes de Rios, ou Montes, ainda que seja com desfalque de uma ou outra parte, para cortar a raiz a toda [futura] disputa”<sup>394</sup>.

Pelos itens acima, é possível identificar as bases que compuseram o Tratado de Madri, visto que Gusmão deixou claro que o Tratado de Tordesilhas, negligenciado por ambas as coroas, perdera sua função – se é que a tivera um dia –, atribuindo-se à ocupação de fato o valor de direito. Além disso, buscava-se estabelecer para o Brasil fronteiras naturais e, ao mesmo tempo, estratégicas, tornando-o um organismo político viável.

Alexandre de Gusmão afirmou que, devido a inoperância do Tratado de Tordesilhas, sua anulação era indiscutível e, por isso, sugeriu a delimitação fronteira, ao norte e ao sul do Brasil, a partir das relações ou mapas dos geógrafos ou dos autores de viagens que informaram sobre os dois extremos

---

<sup>393</sup> *Ibidem*

<sup>394</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 285.

do Brasil, inclusive da região central. Porém, além do que já se conhecia, o negociador também sugeriu que outros matemáticos, de ambas as partes, fossem enviados para o Brasil, a fim de observarem e determinarem as longitudes, tendo alertando que “não teriam pouco trabalho em concordar-se, particularmente na costa austral que corre quase norte-sul, onde qualquer minuto de discrepância pode importar muitas léguas”.<sup>395</sup>

Além disso, Alexandre de Gusmão justificou que o termo *a quo*, utilizado para estabelecer uma linha divisória na América, era inviável, pois “como seria vencível produzir e demarcar a linha de um extremo a outro em mais de 600 léguas de sertão desabitado e interrompido de montes, rios e bosques impenetráveis?”.<sup>396</sup> Obviamente, neste momento, o secretário de D. João V escondeu do negociador espanhol os dados que possuía sobre o interior do Brasil, fornecidos pelos padres matemáticos, que se deslocaram a partir do lado sul, além daqueles que teria recolhido La Condamine, e que o instruíam sobre o norte.

Na réplica do Primeiro Ministro espanhol, enviada a Portugal no dia 15 de abril de 1748, nota-se o reconhecimento de que a Espanha ainda dependia de Portugal para defender a região do Prata das investidas dos ingleses, e era esta a justificativa para que a coroa portuguesa propusesse ressarcimento pelo envio de forças militares para a região em litígio.

Todo esse jogo de interesses aparece subjacente aos argumentos apresentados por D. José de Carvajal, pelos quais considerava que a posse do Território da Colônia deveria ser resolvida pela distinção entre a questão de direito e a de fato: “supondo que a Portugal assista o direito – o que não está provado – a realidade é que, por motivo de contrabando português, a colônia é causa da dissipação das riquezas do Peru e da decadência extrema do comércio espanhol com a América do Sul”.<sup>397</sup>

Em tom de ameaça, Carvajal argumentou, ainda, que se as imensas riquezas, ilicitamente extraídas do Peru, se convertessem em utilidade do reino

---

<sup>395</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo II, p. 286.

<sup>396</sup> *Ibidem*, p. 286.

<sup>397</sup> *Ibidem*, pp. 296 e 297.

de Portugal e este se obstinasse em conservá-la contra a letra dos Tratados que lhe proibem admitir na Colônia comércio de nações estrangeiras, à Espanha não restaria outro recurso senão evitar a todo o custo aquele contrabando, como, por exemplo, “concedendo o comércio privativo de Buenos Aires a uma Companhia, que se encarregaria de tornar a conservação daquela praça uma carga, por estéril, pesadíssima para o governo português”. Por isso, o espanhol sugeriu que, “como aqueles grandes tesouros muito pouco lhe aproveitam, é de esperar que o justo e magnânimo Rei de Portugal consinta em prorrogar o prazo do Tratado de Utrecht para a troca da Colônia por um equivalente, fácil de encontrar nos territórios de Cuiabá e Mato Grosso, ainda que, quando da morte de Filipe V, o governo espanhol estudava os meios para recobrá-los”.<sup>398</sup>

Finalmente, lembrava que para esta região tinha sido providenciado, mas não havia sido executado, na época de Felipe V, um projeto para reclamar a posse da região. Concordava, portanto, que se regulasse o disposto no art, XV do Tratado de Utrecht; no qual está registrado: “*Se succeder por algum acontecimento (o que Deos não permita) que haja alguma interrupção de amizade, ou rompimento entre a Coroa de França, & a Coroa de Portugal, acordarseha sempre o termo de 6 mezes depois do dito rompimento aos Vassallos de ambas as partes, para que vandão, ou transportem os seus effeytos, & outros bens, & retirem as suas pessoas onde melhor lhes parecer*”<sup>399</sup>, o que foi, imediatamente, aceito por Portugal

O texto de abertura dessa réplica do Primeiro Ministro espanhol demonstrava pouco conhecimento sobre a ciência geográfica do seu tempo; especificamente a relativa à América, faltando-lhe, inclusive, informações históricas consistentes sobre os *Descobrimientos*. Entretanto, mostrou-se um hábil diplomata e um estadista seguro sobre os assuntos da Colônia do Sacramento e seu território, por ter discorrido, no item III, sobre as questões de direito e a de fato.<sup>400</sup>

---

<sup>398</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo II

<sup>399</sup> SILVA, Joaquim Caetano da. *Op. Cit.*, tome second, p. 460.

<sup>400</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 297.

Na réplica de Alexandre de Gusmão à segunda memória de Carvajal, enviada a 11 de setembro, apareceu inscrito que ele só replicaria às observações de cuja averiguação dependesse assentar um Tratado em termos sólidos e justos. Referia-se o negociador às observações e cartas geográficas, à própria história dos *descobrimientos* no Pacífico e aos textos do Tratado de Tordesilhas e da Escritura de Saragoça, concluindo, enfim, que “nenhum juiz reto duvidaria que duas vezes deve a Coroa de Espanha ressarcir à de Portugal o equivalente do domínio que tem nas Filipinas”.<sup>401</sup>

Por isso, Gusmão advertiu que era preferível para a Espanha dar por compensadas umas ocupações com as outras e “que fique a posse atual servindo de título legítimo, fixo e inalterável da propriedade para ambas as partes”. E para evitar futuras contendas nas terras que ainda estivessem por descobrir “e nos terrenos ou comarcas das mesmas que estão descobertas”, apontou a necessidade de nomeação de comissários, “para assinalarem uma raia pelas divisões naturais; provando igualmente, contra o que diz a réplica espanhola, o direito de Portugal ao território adjacente à margem setentrional do Prata”. Assim, só restava à Corte de Madri apontar o equivalente, “atendendo a que se trata dum território marítimo com três portos, capaz de bastar com a sua produção para o futuro a um bom comércio”, e que “em todo o sentido é a chave da navegação e do comércio do Rio da Prata”.<sup>402</sup>

É importante comentar alguns pontos da réplica de Alexandre de Gusmão. Primeiramente, no que importa a esta pesquisa, nota-se que o próprio secretário de D. João V, antevendo que as fronteiras não se consolidam no papel, propôs a intervenção de comissários que fossem capazes de delimitar o território em litígio, tendo as barreiras naturais como marcos divisórios das fronteiras entre Portugal e Espanha. Entretanto, muito mais do que determinar o rio ou o monte mais alto como elementos que pudessem frear um avanço

---

<sup>401</sup> A escritura de Saragoça, assinada em 22 de abril de 1529, foi um documento pelo qual os procuradores de Castela venderam ao rei de Portugal, D. João III, e seus sucessores a “possessão ou quase posse das ilhas, mares e terra das Molucas, pelo preço de trezentos e cinquenta mil ducados de ouro, pagos em moeda corrente...” (disponível em [www.inf.lncc.br/wrmkkk/saragoca.html](http://www.inf.lncc.br/wrmkkk/saragoca.html)). Por esse documento, ficava assegurado para Portugal, além do hemisfério de Tordesilhas (180º) mais 17º pela escritura. Ver também: SOARES. José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1939.*

<sup>402</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 300

fronteiriço, é fundamental perceber que uma fronteira se faz pela dinâmica de convivência entre pessoas que ocupam um determinado espaço e compartilham suas regras de convivência. Porém, não podemos cometer o anacronismo de cobrar semelhante conceito do estadista português de Setecentos ou de qualquer outro de seus contemporâneos, mas, mesmo sem utilizar estes termos ou conhecer a sua aplicabilidade, as providências tomadas na Europa para povoar o Brasil, desde o XVI até o XVIII, com casais açorianos e mazaganistas <sup>403</sup>, trazidos para o norte e para o sul da colônia, confirmavam as idéias que seriam desenvolvidas no século XX, por historiadores da Escola Francesa.

Em segundo lugar, é importante ressaltar que, em sua réplica, Gusmão expõe conhecimentos de geografia, adquiridos ante à necessidade de conhecer o território americano, sobretudo os *sertões*, e reclamar a posse das Filipinas. Sobre este território oriental, no que diz respeito ao item III, esclarece que Portugal fora usurpado pela Espanha, já que a mesma vendeu o que realmente não lhe pertencia, “visto que já hoje é notório que aquelas ilhas estão fora do hemisfério espanhol, computado pela demarcação de Tordesilhas; e visto também que a verdade, que ao diante se depreendesse a respeito dos justos limites desta demarcação, ficou nesse mesmo contrato preservada a favor de Portugal”. <sup>404</sup>

Esta conclusão estava baseada nas observações feitas pelos padres que viajaram para o Brasil e para a Ásia, calculando a longitude prevista pelo Tratado de Tordesilhas a partir da Ilha de Santo Antão, a mais ocidental do arquipélago do Cabo Verde. Os dados recolhidos pelos jesuítas informaram Alexandre de Gusmão sobre o que Portugal tinha de reivindicar e o que tinha

---

<sup>403</sup> Vila Nova de Mazagão, localizada na costa norte do braço esquerdo da foz do Amazonas, distante “uma maré” (14 horas, medidas pelo tempo entre a maré alta e a baixa dos rios) da Vila de São José de Macapá, em frente à ilha do Marajó e a 50 metros de altitude. Fundada pelos portugueses para abrigar as famílias de mazaganistas retirados da cidade fortificada de Mazagão, na África – única praça lusitana de Marrocos Meridional –, cuja existência estendeu-se do governo de D. João III ao de D. José I, quando sucumbiu à sétima tentativa de invasão pelo exército mouro, levando o governo português, em 1769, a abandonar a praça e embarcar toda a população, 2092 pessoas, para Lisboa e, de lá, para Belém, onde aguardaram a construção da nova vila projetada com cerca de 500 casas. (SILVA, José Manuel Azevedo e. *Mazagão. De Marrocos para a Amazônia*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Biblioteca digital).

<sup>404</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., pp. 301 e 302.

de devolver. Entretanto, esta última providência precisava ser ponderada, já que implicaria perda de parte importante da América, como as minas da região central. Portanto, era preciso cuidar detalhadamente do valor e importância de cada porção do Império a ser negociada com a Espanha.<sup>405</sup>

Parece claro, portanto, que a intenção de Gusmão não se limitava a reivindicar, apenas, as terras já ocupadas pelos portugueses, mas envolvia outras efetivamente ocupadas pela Coroa Espanhola. Com o correr das negociações, foi se singularizando o território das reduções jesuíticas dos Sete Povos, ou pelo menos aquilo que escapara às destruições bandeirantes das primeiras décadas do século XVII.

A Espanha concordou, ademais, em ceder os estabelecimentos que possuía na margem direita do Guaporé (onde primeiramente deu lugar à missão jesuítica de Santa Rosa e, posteriormente, foi construído o Forte do Príncipe da Beira), mas em compensação ficou com o ângulo formado pelos rios Amazonas e Japurá (onde havia um forte português, ancestral do de Tabatinga).

Sobre essas determinações relativas à demarcação dos *confins até* o norte, argumentou Gusmão, era necessário manter o Paraná acima até ao lacuari e, também, o rio mais próximo que desaguasse no Paraguai, que também devia ser anexado aos limites portugueses. Além disso, era importante manter os rios Jauru e Guaporé, pois eram “terras alagadiças e rasas”, importantes para servirem de balisa demarcatória. O rio Guaporé, também conhecido como São Miguel, ou ainda Madeira “(que todos estes nomes lhe dão conforme as paragens, apelidando-o os habitantes de Mato Grosso com o primeiro nome; os Jesuítas espanhóis das missões dos Moxos com o segundo; e os navegantes do Rio das Amazonas com o terceiro) deve servir de raia até abaixo da foz no rio Mamoré, que passa por Santa Cruz de la Sierra e pelo meio da província dos Moxos”.<sup>406</sup>

---

<sup>405</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., pp. 302.

<sup>406</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 306.

A região amazônica, também chamada de *sertão*, nos documentos dos séculos XVIII e XIX, muito preocupava Alexandre de Gusmão, visto que era constante a presença de jesuítas espanhóis em missões por toda a região, ou nas suas proximidades, como foi o caso da Missão de Santa Rosa, cuja existência foi registrada pelos seranejos do Mato Grosso, em 1743, segundo os quais os religiosos tinham vindo implantar no rio Guaporé, em frente à missão de São Miguel, outras aldeias. Gusmão advertiu o Rei que da presença desses espanhóis, “rodeados dos nossos sertanejos, necessariamente hão de nascer em breve contendias tão pesadas como as da Colônia”.<sup>407</sup>

Aqui, nota-se que Alexandre de Gusmão, mesmo tendo recebido informações geográficas dos padres matemáticos e dos governadores do Grão-Pará e do Rio de Janeiro, desconhecia partes do *sertão* brasileiro e alguns rios da porção ocidental da linha de Tordesilhas. De acordo com Jaime Cortesão, a bacia hidrográfica do Madeira ainda era pouco conhecida, o que se depreende da identificação dos rios Madeira, Japurá e São Miguel como um rio único, desconsiderando, por exemplo, que o São Miguel é um afluente do Guaporé.<sup>408</sup>

Além desse equívoco, Gusmão chegou a afirmar, erroneamente, que entre o Mamoré, o Madeira e o Amazonas corria uma cordilheira.<sup>409</sup> Entretanto, enganos à parte, o negociador buscava em suas descrições o máximo de detalhes hidrográficos e geográficos das regiões por onde deveriam passar os limites entre Portugal e Espanha. No norte, por exemplo, escreveu que a linha divisória deveria passar pela margem setentrional do Amazonas, “seguindo os ramos principais dele que mais se avizinharem ao rumo do norte, até chegar ao mais alto de outra cordilheira de montes que medeia entre o Amazonas e o Orinoco e divide as vertentes para um e outro destes rios; e por esta cordilheira e vertentes deve ficar determinada a raia até encontrar com as terras dos holandeses de Surinão [atual Suriname]”.<sup>410</sup>

Como o rio Amazonas e seus afluentes possuem variação constante de águas, determinada pelo ciclo das marés altas e baixas, que formam diversas

---

<sup>407</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, p. 306.

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 306 e n.r. 1.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 306.

<sup>410</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 306.

ilhas em diferentes direções, a orientação foi de que “por onde ficar posta a raia, deverão pertencer à margem de que em tempo seco estiverem mais próximas”.<sup>411</sup>

Alexandre de Gusmão, ao que tudo indica, tinha consciência dessas variações; porém, não podia titubear durante as negociações e, quando lhe faltavam argumentos, deixava em aberto alguns espaços a serem demarcados, dependendo do que se pudesse garantir pelo equivalente de terras ao sul. Por isso, não fixou o curso dos rios Javari e Japurá como balisas naturais, com o que objetivava equilibrar, nas negociações, os territórios das bacias platina e amazônica, mesmo considerando ser indispensável à soberania portuguesa a manutenção da primeira em detrimento da segunda.<sup>412</sup>

Sobre a suspensão do bloqueio do Prata, sempre solicitada pela Coroa portuguesa, o rei da Espanha mandou que o marquês de la Ensenada providenciasse sua suspensão, haja vista que sua manutenção só contribuía para o aumento do contrabando na região e aumentava consideravelmente as despesas da Real Fazenda. Como compensação, o rei católico solicitou que Portugal retirasse da Colônia o excesso de tropas destacadas para defender a região das investidas inglesas e, além disso, que nos ajustes dos limites, os portugueses se retirassem das terras de Espanha. Com estas providências, porém, não concordou D. José de Carvajal, pois, segundo sua avaliação, não ajudariam a resolver a questão maior, que era a determinação definitiva dos limites entre Portugal e Espanha nas terras do Novo Mundo.

Na mesma época em que o rei D. Fernando determinou a suspensão do bloqueio do Prata, Carvajal escreveu a sua tréplica a Alexandre de Gusmão, iniciada por comentários elogiosos ao negociador português. Em seguida, cumpridas as formalidades diplomáticas requeridas pela natureza do debate, Carvajal assumiu seu papel no “duelo” entre as duas coroas, propondo em resumo: “Deixemo-nos de mapas, sejam de quem for, pois são ainda incertos, e regulemo-nos, para a substância dos limites, pelas notícias certas que temos; para o ocidental, que se ignora, concorda em que se enviem comissários,

---

<sup>411</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., p. 306.

<sup>412</sup> *Ibidem*, p. 306.

dotados de ciência e probidade, que ponham limites invariáveis, como são os grandes rios”.<sup>413</sup>

Com isso, Carvajal não reconhecia que o Tratado Provisional cedia aos portugueses a posse do Território da Colônia e, portanto, a Espanha não deveria entregar nenhuma praça nem o território contestado, já que pelo Tratado de Utrecht “não vai além do espaço que possa alcançar o tiro de canhão da mesma praça”. Por isso, sugeriu a oferta dum equivalente de 150.000 pesos, a pagar no ato da entrega da Colônia, sendo este, segundo, o negociador espanhol, o melhor meio para evitar disputas que, forçosamente, haveriam de ocorrer em qualquer território povoado que se desse, pois ficariam os súditos das duas Coroas mais próximos do que estão os da Colônia dos de Buenos Aires.<sup>414</sup>

Por essas considerações, observa-se que D. José de Carvajal demonstrava conhecimento a respeito das informações desconstruídas sobre as questões geográficas levantadas pelos padres matemáticos enviados por Portugal, os quais, muitas vezes, valeram-se dos relatos e rabiscos dos bandeirantes que dilataram, sertão adentro, as fronteiras portuguesas na América, produzindo, segundo palavras de Jaime Cortesão, uma cartografia *espontânea* de sertanistas, “que consignavam no papel o traçado sumário e empírico dos seus descobrimentos”.<sup>415</sup> Aqui, faz-se referência, principalmente, ao mapa de Simão Bueno, que teria sido encomendado pelo jesuíta espanhol residente em Portugal, padre Manuel de Campos, o qual, se comparado àquele produzido pelo padre português Diogo Soares, apresenta erros de posição. Em comum, ambos tinham as longitudes deslocadas para leste, alargando, assim, a soberania lusa para além dos limites estabelecidos por Tordesilhas, reforçando as desconfianças da Coroa espanhola a respeito da posição política do jesuíta espanhol.<sup>416</sup>

Por volta de 1748, enfim, achavam-se redefinidas, em grande parte, as fronteiras das porções luso e hispano-americanas, constituindo as informações

---

<sup>413</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II., pp. 315 e 316.

<sup>414</sup> *Ibidem*, pp. 315 e 316.

<sup>415</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>416</sup> *Ibidem*, p. 17.

contidas na minuta remetida pelo visconde-embaixador a D. José de Carvalho, as bases do Tratado de Madri. Logo depois, no início de 1749, Alexandre de Gusmão também despachou a Madri, para servir de apoio visual às negociações, uma carta geográfica elaborada sob sua supervisão, onde estavam desenhados os limites propostos nas negociações. Este mapa é considerado o primeiro a apresentar o Brasil na forma quase triangular, com a qual estamos, hoje, familiarizados. O *Mapa das Cortes*, como foi chamado, foi fundamental para que o desenho das fronteiras assumisse as formas desejadas pelos portugueses (vide anexo 22).<sup>417</sup> Nesse mapa, que combinava habilmente cartas conhecidas e confiáveis da América do Sul, a área além-Tordesilhas do Brasil aparecia bastante diminuída, o que dava a impressão de haver poucos ganhos territoriais a oeste do meridiano. Apesar dessa “imprecisão” – quem sabe nada involuntária, mas, de resto, sem qualquer importância prática – o Mapa das Cortes era bastante valioso, principalmente por incorporar os dados obtidos pelas penetrações sertanistas mais recentes. Aprovado por ambas as Cortes, acabou se constituindo não apenas na base para as negociações, como também na sustentação das posteriores campanhas de demarcação.

O mapa, com o título “Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na América Meridional”, foi feito em 1749. Em uma legenda interessante e, de certo modo, objetiva, registra-se que “o que está de amarelo [no mapa] he o que se acha occupado pelos portugueses. O que está de cor rosa he o que tem occupado os espanhoes. O que está em branco não está até

---

<sup>417</sup> O mapa mostra a embocadura de Orinoco, Suriname, Cayena, o cabo de Orange, o cabo do Norte, as Missões dos Jesuítas Portugueses, o rio Tapajós, o rio Xingu, a Ilha de Marajó, o rio Tocantins, Maranhão, Ceará, o rio Jaguaribe, a Ponta do Mel, Rio Grande, Baixos de São Roque, Barra da Paraíba, a Ilha de Tamaracá, Olinda, Recife, cabo de Santo Agostinho, Porto Calvo, rio São Francisco, rio Verde, Goiás, Sergipe, rio Real, Bahia de Todos os Santos, rio das Contas, Ilhéus, Serro Frio, os rios Preto, Urucuia, Paracatu, Sabará, Doce, das Mortes, Vila do Príncipe, Vila Rica (atual Ouro Preto), Mariana, Minas de meia ponte, Cuiabá, rio Porrudos (atual São Lourenço), os rios Paraguai, Taquari, Mbatecey e Paraná, Espírito Santo, rio Paraíba, cabo de São Tomé, rio das Ostras, Cabo Frio, Saquarema, Rio de Janeiro, Ilha de São Sebastião, Santos, Cananéia, São Vicente, São Paulo, o rio Tietê, rio Piracicaba, Jundiá, o rio Paranapanema, rio Iguaçú, Curitiba, Ilha de Santa Catarina e Rio Grande de São Pedro. Na parte pertencente à Coroa Espanhola, aparece o cabo de Santa Maria, os rios Uruguai, Paraguai e o de Charruas, Cruz Alta, serra Aconquixa, o rio Pilcomayo, Potossi, Chaco, Cochabamba, Chiquitos, São Rafael, Mojos, Santa Cruz de la Sierra, Cusco, o rio Mamoré e o rio Aporima.

o presente ocupado”. O mapa é conhecido como *Mapa das Cortes*, por conter em seu verso as assinaturas e os selos dos Ministros Plenipotenciários das coroas espanhola e portuguesa, D. Joseph de Carvajal y Lancaster e D. Tomás da Silva Teles. Além disso, existe uma cópia de época do mapa primitivo existente no Ministério de Negócios Estrangeiros da França, que deve ter servido de modelo para a cópia em espanhol.

Sobre o Mapa das Cortes e suas notáveis distorções geográficas, Roberto Simonsen – um de nossos primeiros historiadores econômicos – referiu-se, com perspicácia, à localização de Cuiabá, posta “sob o mesmo meridiano da foz do Amazonas, próximo ao qual passaria a linha de Tordesilhas (um erro de nove graus). Não escapou a Simonsen que essa construção, mostrando ser menor a área ocupada, deve ter sido feita, visando facilitar a aceitação, pelos espanhóis, do princípio do *Uti possidetis*, que integrou à América portuguesa imensa extensão de terras a oeste meridiano de Tordesilhas.<sup>418</sup> Jaime Cortesão, apoiando-se na *teoria do Sigilo*, foi mais enfático em sua avaliação, afirmando que “o Mapa das Cortes foi propositadamente viciado nas suas longitudes para fins diplomáticos”<sup>419</sup>, pois “D. João V, no fio de uma tradição secular, conservava secreta [...] a cartografia dos Padres Matemáticos. O Mapa das Cortes não passava da consequência necessária duma velha política praticada e oficializada ainda no seu tempo”.<sup>420</sup>

Do mesmo modo agiam os espanhóis, que também adaptavam os mapas a seus interesses políticos, como revelou, por exemplo, um estudo publicado em número recente de *Imago Mundi*, relativo ao mapa da América do Sul de Cruz Caño y Olmedilla, que serviria de base ao futuro Tratado de Santo Ildefonso.

### **3.4. A demarcação do “sertão”**

*“Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesilhas de 7 de junho de 1494, se determina individualmente*

---

<sup>418</sup> Roberto Simonsen. Apud: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 329.

<sup>419</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 332.

<sup>420</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 333.

O fragmento que aqui serve de epígrafe é parte do texto da folha de rosto do Tratado de Madri, afirmando a anulação do acordo de 1494 e dos demais tratados anteriores a 1750, todos ineficazes para eliminar os constantes atritos fronteiriços entre as Coroas de Portugal e Espanha. Enfim, as metrópoles ibéricas acordavam em “pôr de parte qualquer ação e direito em nome dos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht e da Escritura de Saragoça e, como consequência, em estabelecer novos limites, em obediência a dois fins: primeiro – como justificativa para a anulação do Tratado de Tordesilhas –, que se assinalassem os limites dos dois domínios, “tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem e curso dos rios, e os montes mais notáveis; segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum, e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias...”<sup>422</sup>

Era preciso repetir a anulação do Tratado de Tordesilhas, já que a sua desobediência foi, na verdade, a definidora das fronteiras do Brasil; portanto, esta ação tinha de ser ratificada pelo novo acordo, como ficava estabelecido já no primeiro artigo: “ficará abolido qualquer direito e ação, que possam alegar as duas Coroas por motivo da Bula do Papa Alexandre VI de feliz memória, (...) o que tudo, em quanto trata da Linha da demarcação, será de nenhum valor e efeito, como se não houvera sido determinado, ficando em tudo o mais na sua força e vigor; e para o futuro não se tratará mais da dita Linha, nem se poderá usar deste meio para a decisão de qualquer dificuldade, que ocorra sobre

---

<sup>421</sup> *Tratado de Limites das conquistas entre os muito altos, e Poderosos Senhores D. João V. Rey de Portugal e D. Fernando VI, Rey de Espanha.* In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 2, p. 361.

<sup>422</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 2, p. 365.

Limites, senão unicamente da fronteira, que se prescreve nos presentes Artigos, como regra invariável, e muito menos sujeita a controvérsias”.<sup>423</sup>

Assim, no que diz respeito às terras que pertenceriam a Portugal, decidiram as duas cortes que elas seriam demarcadas a partir do ocidente, contando “os 180 graus da demarcação de Espanha: e ainda que, por não estar declarado de qual das ilhas de Cabo Verde se hão de começar a contar as 370 léguas, se ofereça dúvida, e haja interesse”, a ilha de Santo Antão seria o ponto de medição da longitude e a cidade do Pará a baliza latitudinal, ficando assim, como possessões portuguesas, “as duas margens do rio das Amazonas, ou Marañon, subindo até a boca do rio Javari, que entra nele pela margem austral, resulta claramente ter-se introduzido na demarcação de Espanha tudo quanto dista a referida cidade da boca daquele rio, sucedendo o mesmo pelo interior do Brasil com internação, que fez esta Coroa até o Cuiabá e Mato Grosso”.<sup>424</sup>

Por essa definição, quando se compara um mapa do Brasil, com a linha reta do meridiano de Tordesilhas, e outro, com a curva proposta pelo Tratado de Madri, é fácil concluir que Portugal saiu lucrando, e muito, com a divisão. Afinal, cerca de dois terços do território interior do continente, para além de Tordesilhas, passaram a ser possessão portuguesa, ficando a compensação por conta da cessão à Espanha das Filipinas e Molucas.

Ao lado das vantagens na delimitação prevista no tratado, Portugal possuía outros trunfos, que estão ocultos no documento. Trata-se de títulos de posse que os portugueses apresentaram posteriormente à assinatura do Tratado de 1750, como foi o caso da Capitania do Cabo Norte (atual Estado do Amapá), o qual, pelo Tratado de Madri estaria em território espanhol. Doad a Bento Maciel Parente, a capitania “limitava-se a beira-mar pelo rio Vicente Pinzón, cuja nominação indígena é Oiapoque”. Os franceses “se fixaram em Caiena [e] lançaram olhos cobiçosos sobre o Amazonas, e reclamaram-no

---

<sup>423</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 2, p. 366.

<sup>424</sup> *Ibidem*, 364.

como limite”<sup>425</sup>, tanto que, em 1697, chegaram a tomar os fortes portugueses do Araguari (vide anexo 23), Toeré e Macapá.

O tratado provisional de 1701 tornou o extremo Norte do Brasil uma região neutra, mas o Tratado de Utrecht acabou por restituí-lo aos portugueses. Porém, como o território não apareceu no Tratado de 1750, ficou valendo, pela omissão no documento, a cessão feita aos portugueses desde 1637, durante o período da União Ibérica, quando Felipe IV, rei da Espanha, preocupado com as incursões holandesas, francesas e inglesas na região, determinou que a região ficasse sob posse dos portugueses. Não se tratava, porém, de ato de benevolência, mas, sim, de estratégia de domínio territorial, pois os portugueses, por já estarem em Belém, tornavam-se, naturalmente, os principais defensores do setentrião amazônico.<sup>426</sup>

Nota-se, contudo, que o Tratado de Madri foi uma tentativa de resolver, de modo definitivo, as querelas sobre as linhas fronteiriças portuguesas e espanholas, a Ocidente e a Oriente da linha de Tordesilhas, mas, a despeito de sua importância e profundidade, as disputas territoriais continuaram, do que dão prova os Tratados de Santo Ildefonso e El Pardo.

No que interessa diretamente a este trabalho, o artigo III do Tratado de Madri, referente à linha fronteiriça da Amazônia, determinou que pertenceria também a Portugal tudo o que tivesse ocupado pelas duas margens do rio Amazonas, “ou Marañon, (...) até as paragens que abaixo se dirão; como também tudo o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso, e dele para parte do oriente, e Brasil”. Observando a inviabilidade da linha demarcatória de 1494, registrou-se no mesmo artigo que a cessão anulava “qualquer pretensão que possa alegar, por parte da Coroa de Espanha, com o motivo do que se determinou no referido Tratado de Tordesilhas; a cujo efeito S. M. C., em seu nome, e de seus herdeiros e sucessores, desiste e renuncia formalmente a

---

<sup>425</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 2, p. 196.

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 197.

qualquer direito e ação que, em virtude do dito tratado, ou por outro qualquer título, possa ter aos referidos territórios”.<sup>427</sup>

Em síntese, a Portugal pertencia tudo o que já vinha ocupando no rio Amazonas acima e no sertão, desde a fundação da cidade de Belém do Grão-Pará, no século XVII, inclusive os distritos de Cuiabá e Mato Grosso, ficando acordado, segundo o artigo VI, que esta porção delimitava-se pelos rios Amazonas e Mamoré, continuando “uma linha leste-oeste até encontrar com a margem oriental do Javari que entra no rio das Amazonas pela sua margem austral; e baixando pelo álveo do Javari até onde desemboca no rio das Amazonas ou Marañon, prosseguirá por este rio abaixo até a boca mais ocidental do Japurá, que deságua nele pela margem setentrional”.<sup>428</sup>

Pelo Tratado, portanto, a Amazônia ficaria dividida entre as duas coroas, a parte ocidental para os portugueses e a parte oriental para os espanhóis. Basicamente, para essa definição, levaram-se em consideração os primeiros tempos da colonização, quando os portugueses se apossaram das melhores portas de entrada da planície. Pelo Sul, existiam as trilhas dos bandeirantes e, a partir do século XVIII, a rota das monções, que conduzia ao rio Cuiabá e, depois de um percurso terrestre, atingia o Guaporé, ao sul da bacia Amazônica; pelo norte, oficialmente desde a fundação de Belém, em 1616, ocupou-se a foz do Amazonas, completando-se o domínio português a ocidente da Amazônia.

É importante ressaltar que a marcha dos portugueses para a Amazônia tinha o mesmo objetivo do que a realizada pelos espanhóis, quando ocuparam o alto Peru (atual Bolívia), ou seja, a descoberta de ouro e prata. Para a Espanha, o sucesso veio em 1545, quando foram descobertas as minas de Potosi, com suas imensas reservas de prata, o que levou muitos europeus a se fixarem nas montanhas. Por volta de 1650, com cerca de 160 mil habitantes, Potosi já era o maior centro populacional das Américas, ao lado do planalto de Bogotá, região com altitude superior a 2.600 metros e distante centenas de quilômetros, tanto do Pacífico como do Atlântico. A este último sítio, os

---

<sup>427</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte 1, tomo 2, p. 366.

<sup>428</sup> *Ibidem.*, p. 368.

espanhóis chegaram em 1534, atraídos pelas terras férteis, o clima fresco e, principalmente, o ouro dos muíscas. Não interessava, portanto, aos espanhóis de Seiscentos e Setecentos descer a montanha para aventurar-se na selva amazônica, hostil, cheia de febres e animais ameaçadores, pois tinham à mão parte considerável do ouro e da prata do Novo Mundo.

Porém, bem diferente sorte tiveram os portugueses, que durante dois séculos percorreram, em vão, os sertões para achar um “outro Peru”<sup>429</sup> em terras brasileiras, o que só viria a acontecer nos trinta primeiros anos do século XVIII, com a descoberta de três *eldorados*: Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

Assim, conforme as determinações do Tratado de Madri, excetuando-se a região do Prata, que é uma história à parte, o império colonial espanhol na América do Sul estava centralizado em Lima<sup>430</sup>, sede do Vice-Reinado do Peru. Outros centros de importância, como Quito, Bogotá e Chuquisaca (hoje Sucre), estavam situados nos Andes, em altitudes entre 2.500 e 4.000 metros.

Enfim, delimitadas as fronteiras da Amazônia, restava definir as regras para retirada de uma e outra parte, conforme foi estabelecido no artigo IX, pelo qual se determinou que as terras amazônicas pertencentes a Portugal iriam até a cordilheira de Montes, que mediam entre os rios Orinoco e Amazonas, prosseguindo pelo cume destes montes para o oriente, até onde se estender o domínio de uma e outra monarquia.

Nesse artigo também foi previsto o trabalho dos engenheiros, cartógrafos e geógrafos que demarcariam os pontos fronteiriços previstos no Tratado. Sobre os limites da Amazônia, aconselhava-se que eles deveriam ter “particular cuidado de assinalar a fronteira nesta parte, subindo pelo álveo da boca mais ocidental do Japurá: de sorte que se deixem cobertos os estabelecimentos, que atualmente tiverem os portugueses nas margens deste

---

<sup>429</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 65.

<sup>430</sup> Fundada por Francisco Pizarro, em 1530, Lima era o principal porto de saída das riquezas minerais que os espanhóis descobriram na *sierra*, logo nos primeiros contatos com os incas, cujo foco de irradiação era Cuzco. Entretanto as dificuldades estavam nas comunicações com a metrópole, que eram muito demoradas, visto que a viagem Lima-Sevilha incluía o transbordo terrestre pelo Panamá.

rio e do Negro, como também a comunicação ou canal, de que se servem entre estes dois rios”, e que se não dê lugar a que os espanhóis, com o pretexto ou interpretação alguma, possam introduzir-se neles, nem na dita comunicação; nem os portugueses subir para o rio Orinoco, nem estender-se para as províncias povoadas por Espanha, nem para os despovoados, que lhe hão de pertencer, conforme os presentes artigos”.<sup>431</sup>

Para assegurar a posse portuguesa sobre a fronteira amazônica, a partir do Rio Paraguai e seus afluentes, como o Jauru, Antônio Rolim de Moura combateu os Payaguá e os Guaiakuru, considerados “bárbaros” não somente por suas relações amistosas com os espanhóis, mas também pelas rivalidades com outros povos indígenas, sobretudo com os Bororo, que eram tidos pelos portugueses como excelentes guerreiros e acabaram transformados em guardas das fronteiras, além de aliados na guerra contra os Payaguá.

Já com os Guaiakuru, no governo de Luiz Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres (4º Capitão-General da Capitania de Mato Grosso), a persuasão foi a estratégia utilizada para atraí-los a Vila Bela da Santíssima Trindade, com o que seriam transformados em vassalos do rei de Portugal. Assim, além de ajudarem na manutenção da fronteira, os índios poderiam informar sobre os preciosos tesouros da região de Cuiabá.<sup>432</sup>

A resistência espanhola na região não foi eficaz por lhe faltar empenho para tal, como considera David M. Davidson, autor de importante estudo sobre o Oeste brasileiro. Segundo o brasilianista, os espanhóis ficaram trocando correspondência triangular entre os núcleos jesuítas de Moxos e as cidades de Buenos Aires e Lima e não invadiram o Mato Grosso num momento em que eram os mais fortes, quando Cuiabá ainda era um pequeno acampamento de mineradores e os pontos de garimpagem no Guaporé eram desprovidos de recursos. Outra explicação para o colapso espanhol na região aurífera de Vila Bela seria o fato de que, nos anos imediatamente anteriores à assinatura do Tratado de Madri, a Espanha era um país enfraquecido por crises e guerras,

---

<sup>431</sup> CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 368.

<sup>432</sup> MALDI, Denise. “De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX”. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1997, v. 40, nº 2, pp. 206 e 207.

parecendo convencida de que não havia condições de povoar o centro do continente sul-americano, nem de impedir que os portugueses o fizessem.<sup>433</sup>

E mesmo Assunção, “madre de ciudades” como a chamam os historiadores hispano-americanos, fundada em 1537, e que tinha sido um poderoso núcleo de expansão no início do processo colonizador, juntamente com o Paraguai, perdera importância no sistema colonial espanhol, depois que se descobriu que o caminho de Buenos Aires ao Peru (especificamente, a mina de Potosi), isto é, a rota alternativa à do Panamá, não passava por aí; ficando mais ao Sul, à altura de Tucumán.

Enquanto o grande Paraguai deixava de ser foco das atenções dos espanhóis, Buenos Aires, ao contrário, despontava. Esta situação, aliada às bandeiras paulistas, que destruíram as missões jesuíticas espanholas do Guairá, do Uruguai e de Tapes, propiciaram o avanço português para o Centro-oeste, quando os bandeirantes, quase 170 anos depois da fundação de Santa Cruz, descobriram, conforme registramos, ouro no rio Cuiabá (1720) e, depois, às margens do Guaporé (1736).

É possível, realmente, que houvesse displicência e certa decadência do lado espanhol, mas é preciso também considerar que essa nova região mineradora, o atual Oeste do Brasil, não era muito importante para ossúditos de Castela. Com suas imensas riquezas nos Andes e um império espalhado pelo mundo inteiro, estavam “fartados de terra”<sup>434</sup> e só reagiriam em pontos nevrálgicos, como o Prata. Por isso, acordaram no tratado de Madri, segundo o artigo VII, que:

*“Desde a boca do Jauru pela parte ocidental prosseguirá a fronteira em linha reta até a margem austral do rio Guaporé defronte da boca do rio Sararé, que entra no dito Guaporé pela sua margem setentrional; com declaração que se os comissários, que se hão de despachar para o regulamento dos confins nesta parte na*

---

<sup>433</sup> GIRALDO, Manuel Lucena. Francisco *Requeña y otros ilustrados y bárbaros*, p. 11. *Apud* GOES, Synesio Sampaio. *A paz das fronteiras coloniais: Alexandre de Gusmão, o Grande Obreiro do Tratado de Madri*, p. 3. (cf. [http://www2.mre.gov.br/missoes\\_paz/port/capitulo1.html](http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo1.html))

<sup>434</sup> FRIEDERICI, Georg. *A conquista da América pelos europeus*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 62

*face do país, acharem entre os rios Jauru e Guaporé outros rios, ou balizas naturais, por onde mais comodamente, e com maior certeza se possa assinalar a raia naquela paragem, salvando sempre a navegação do Jauru, que deve ser privativa dos portugueses, e o caminho, que eles costumam fazer do Cuiabá para o Mato Grosso; os dois altos contraentes consentem, e aprovam, que assim se estabeleça, sem atender a alguma porção mais ou menos no terreno, que possa ficar a uma ou a outra parte. Desde o lugar, que na margem austral do Guaporé for assinalado para termo da raia, como fica explicado, baixará a fronteira por todo o curso do rio Guaporé até mais abaixo da sua união com o rio Mamoré, que nasce na província de Santa Cruz de la Sierra, atravessa a missão dos Moxos, e formam juntos o rio chamado da Madeira, que entra no das Amazonas ou Marañon, pela sua margem austral”.*<sup>435</sup>

Finalmente, Alexandre de Gusmão, pelo artigo acima, confirmava o desenho da fronteira amazônica, desfazendo, portanto, os enganos geográficos de La Condamine e de Antonio Ulloa, os quais haviam confirmado em seus registros que o Japurá e o Rio Negro provinham do mesmo tronco. Porém, antes desta decisão, o negociador português, numa minuta do Tratado, escreveu:

*“O ponto mais difícil em toda a determinação dos limites é o que se contém no artigo treze, porque deve saber-se que o rio dos Purus e outros grandes, que continuam até ao Javari a desembocar na margem austral do Amazonas, principiam desde a província dos Charcas e alguns nascem perto de Chuquizaca, penetrando por terras do Peru já conhecidas e habitadas pelos espanhóis. Por esta razão, em todo o espaço de terras que medeia entre o rio da Madeira e o Javari, não podia ter lugar a regra de que as vertentes que baixassem para o Amazonas,*

---

<sup>435</sup> CORETSÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 368.

*pertencessem a esta Coroa, pelo que se tomou o arbítrio de seguir só na vizinhança da margem ocidental do Guaporé ou Madeira os cumes dos montes que medeiam entre o Mamoré e o Amazonas, escolhendo depois para balisa, os rios que mais se chegarem no seu curso aos rumos de leste e oeste para se irem incorporar no dos Purus e nos outros superiores a ele. E foi o meio mais desembaraçado que ocorreu para salvar o prejuízo dos espanhóis e o serão que daquela parte temos ocupado ou devemos ocupar na margem austral do Amazonas”.*<sup>436</sup>

Diante dessa preocupação, o Tratado de Madri acabou desfazendo “a geografia imaginária [atribuída] à espantosa carência dos espanhóis que tão pouco haviam cuidado do estudo e exploração” da região acima referida. Assim, mesmo sabendo que os erros vieram de ambas as partes, concluímos que além de resolver este mal entendido, o acordo de 1750 – em meio a muitas informações ainda desconhecidas – só podia lançar mão do princípio do *Uti possidetis*, pois não era “admissível termos a raia naquela parte pelo Rio Negro, porque na sua margem e sertão ocidental temos muitas aldeias e estabelecimentos e ainda nas margens do Japurá é a principal colheita de cacau dos moradores da província do Pará”.<sup>437</sup>

Por esse viés, pelo que nos interessa particularmente, é importante salientar que o traçado dos limites da região amazônica, estabelecidos no Tratado de Madri, mesmo tendo desfeito alguns erros geográficos e hidrográficos provenientes dos primeiros tempos da colonização, não significou a definição exata dos afluentes do rio Amazonas, pois, como veremos a seguir, o desenho da fronteira da Amazônia somente se efetivou com o processo de povoamento da região, bem como com as conseqüências das viagens demarcatórias providenciadas por ambas as coroas, depois da assinatura do acordo de 1750, com a vinda de engenheiros que, além do estudo fronteiriço, também se envolveram com o processo de urbanização das vilas amazônicas, com a construção de fortificações, praças, igrejas e sistemas de esgoto.

---

<sup>436</sup> CORETSÃO, Jaime. *Op. Cit.*, parte I, tomo II, p. 324.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 324.

Com a morte de D. João V e a ascensão de D. José I, tendo o Marquês de Pombal como Primeiro-Ministro, começaram os tempos difíceis para Alexandre de Gusmão, que sem o seu protetor real passou a ser alvo de intensos ataques políticos. Em 1753, o outrora poderoso funcionário morreu abandonado, pobre e, talvez, frustrado pela demora em serem demarcados os limites propostos pelo Tratado de Madri. Sobre ele, é importante ressaltar que sua atuação como estadista e estudioso pode ser mais bem avaliada se considerarmos seus conhecimentos sobre a História e da Geografia do Brasil, que Jaime Cortesão considerou insuperáveis para a época, inclusive alimentando sua convicção de que era absolutamente indispensável assegurar junto à Espanha a manutenção da base física dos limites fronteiriços, tão árdua e violentamente conquistado pelos bandeirantes paulistas.

Em síntese, como se pode ler no retrato que David M. Davidson fez de Gusmão, ao estadista se deve, nada mais nada menos do que a estruturação da política fronteira da Coroa Portuguesa, dirigida para a ocupação e a defesa do Rio Grande do Sul, do Oeste e da Amazônia.<sup>438</sup>

Porém, para além das estruturas políticas, interessa-nos agora, especialmente, o trabalho dos padres matemáticos, engenheiros militares, sertanistas e índios, os quais, cada um com seus saberes, realizaram medições, produziram mapas e narrativas sobre a “medida da Floresta” Amazônica. A estes homens se deve a emancipação da fronteira dos papéis e arrazoados diplomáticos e a transformação da terra *incógnita* em territórios coloniais fronteiriços, fazendo com que a Amazônia e grande parte do Sertão passassem de terra de ninguém a possessão portuguesa, o que permitiu conseqüentemente, sua incorporação ao desenho do Brasil.

---

<sup>438</sup> DAVIDSON. David M. *Op.cit*, 73

## 4. PARA MEDIR A FLORESTA...

### 4.1. A ação colonialista de Mendonça Furtado

*“Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Amigo. Eu El Rey vos invio muito saudar. Na conformidade do que foi estipulado, assim no Tratado de Limites, das Conquistas, que se assignou a treze de janeiro de mil settecentos e cincoenta, entre o Muito Alto e Muito Poderoso Rey Filelissimo D. João V. Meu Senhor, e Pay, (...), e o Muito Poderoso Rey Catholico D. Fernando VI Meu Bom Irmão, e cunhado, como no outro Tractado que ultimamente se assignou em vinte e quatro de junho do anno próximo passado, de mil setecentos cincoenta e dois, sobre as Instruções dos Comissários que devem dirigir e executar a Demarcação dos sobre dittos Limites, pela parte Septentrional do Brasil, que vos serão remetidos, com as mais convenções concernentes a esta importante matéria: Sendo-me necessário nomear Pessoa idônea, que em qualidade de Meu Primeiro e Principal Comissário, concorra com o que El Rey Cathólico tem nomeado na mesma qualidade, e assista pela minha parte, não so as conferencias que se devem ter sobre o modo de se executar o que reciprocamente se acha estipulado; mas tão bem ao Governo e direcção das diferentes tropas, que devem demarcar os sobre dittos Limites, dondo-lhes as Ordens e providências convenientes, para se regularem no tempo, que durarem as expedições a que são dirigidas”.*<sup>439</sup>

Em julho de 1750, quando Sebastião José de Carvalho e Mello tornou-se Ministro de Assuntos Exteriores e da Guerra, no governo de D. José I, além de recuperar para Portugal a posição de potência europeia, deveria fazer valer as premissas do Tratado de Madri, negociadas no governo anterior. Para executar

---

<sup>439</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Instrução Régia expedida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Documento 2. Indicação de Catálogo: 4,2,21 – manuscrito.

esta política na Amazônia, Pombal nomeou, em 5 de junho de 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que administrou as capitanias unidas de Grão-Pará e Maranhão, como governador e capitão-geral, até 3 de março de 1759.

Para fazer valer as premissas do Tratado de Madri, entretanto, além da política de povoamento, era necessário anular as investidas holandesas e francesas na Amazônia. Assim, em 1753, Portugal e Espanha arquitetaram um plano, visando expulsar esses estrangeiros de suas possessões. Entretanto, em carta dirigida a Sebastião José de Carvalho e Mello, o Conde de Unhão, João Xavier Telles, mostrou-se cético quanto às chances de sucesso na empreitada, por conta da proximidade das terras portuguesas, situadas “ao Norte até o Rio Iapoco”, e os domínios holandeses junto à costa do Suriname”, sem contar com o território dos franceses, que, naquela região, também faziam fronteiras com as terras portuguesas.<sup>440</sup>

Sem dúvida, a preocupação da Corte de Lisboa com a fronteira do Norte foi absorvida por Mendonça Furtado, pois são inúmeras as recomendações por ele dirigidas a seus oficiais, para observarem, atentamente, a ligação dos franceses com a gente que formava a população de Macapá. Exemplo disso foi o despacho que o governador-geral mandou ao bispo D. Francisco Miguel de Bulhões, comunicando-lhe o envio do Ouvidor Geral a Macapá, a fim de se informar dos problemas de defesa que enfrentava a vulnerável região. Na correspondência, cobrava ainda do religioso seu empenho para fazer valer o Regimento de defesa daquele sítio, haja vista que sua proximidade com a Guiana Francesa era preocupante, pois Macapá não apresentava nenhum aparelho de defesa que inibisse as investidas dos franceses naquela região, as quais deveriam ser freadas a todo custo, porque, como escreveu Mendonça Furtado, “assim como se fizeram os francêzes senhores de toda a Província de Guiana, que é, sem dúvida pertencente a esta

---

<sup>440</sup> Arquivo Histórico do Itamarati – Documentação Joaquim Nabuco, códice: 340 – 4- 2, parte III, *O Plano secreto de Portugal e Espanha contra os holandeses na Guiana, 1753*, doc 32, 9 de junho de 1753 – Secção XIII, manuscritos X, 2 –2, no 56, 58, 61, Documento compilado da Biblioteca de Lisboa. In: GOMES, Flávio, QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Relatos de fronteiras: fontes para a história da Amazônia séculos XVIII e XIX*, Belém, UFPA/NAEA, 1999, p. 84. Além desta carta, na mesma indicação, segue uma cópia do plano secreto.

mesma Capitania. E se lhe não fizermos uma barreira forte daquela parte, se farão pouco a pouco senhores da toda a Costa Setentrional das Amazonas”.<sup>441</sup>

Por esta carta, o governador informava que, caso isso acontecesse, seria impossível barrar o avanço dos franceses até o centro da colônia, onde estavam as recém-descobertas minas de Mato Grosso, como também aquelas que viessem a ser descobertas pela coroa portuguesa. Portanto, não era só a segurança daquela imensa parte do país que estava ameaçada, mas a própria riqueza aurífera que se anunciava no interior da colônia.

A descoberta de ouro na capitania do Mato Grosso acendeu a ambição da metrópole em tornar o Norte da colônia uma área economicamente ativa, como vinha acontecendo, por exemplo, com as Minas Gerais. Mas, o retorno dos investimentos feitos nas viagens do Pará ao Mato Grosso não foi o esperado, pois o volume do metal não chegava a ser expressivo, mesmo nas melhores épocas de extração. Para ilustrar, podemos citar o ano de 1760, quando as canoas voltaram ao Pará praticamente vazias. A consequência disso pôde ser sentida no encarecimento dos produtos negociados naquelas capitanias e na condição onerosa do comércio. Ao invés de uma considerável quantidade de ouro, retornavam produtos como cereais, drogas, madeiras diversas e aromáticas, sal, açúcar de boa qualidade e tecidos de algodão. Estes últimos, até meados de 1788, foram os gêneros de grande expressão na Amazônia.<sup>442</sup>

Por isso, o cuidado em fortificar o Norte não estava somente ligado à preocupação que Portugal tinha com o centro economicamente promissor, mas, também, de forma secundária, pela grande fartura e qualidade dos produtos agrícolas e animais daquela região, como relatou Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Côrte Real, em carta escrita no Pará, a 22 de janeiro de 1752, dando satisfação do cumprimento das Instruções Régias de 31 de maio de 1751. Nesta correspondência, o governador informava que, até àquela data, haviam sido descobertos cerca de 39 gêneros, entre os quais “açúcar, algodão, arroz, cacau, café, “carrapato” (mamona), canela (pouca), couros em

---

<sup>441</sup> Carta de Mendonça Furtado ao Exmo. Sr. Bispo [Dom Fr. Miguel de Bulhões] escrita em Mariuá, 4 de janeiro de 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 1, pp. 644 a 647.

<sup>442</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, pp. 84 e 85.

sola, (...), jarzelim<sup>443</sup>, tabaco”. Na carta consta, também, a grande variedade de madeira disponível na região, propícia à construção de navios e móveis, mas que, segundo Mendonça Furtado, era tratada com “desprezo e ignorância” pelos habitantes que trabalhavam nas roças, pois eles queimavam madeira “que valeria muitos mil cruzados, para semear uns poucos de feijões”.<sup>444</sup>

Alguns autores apresentam trabalhos interessantes sobre a prosperidade dos produtos agrícolas do Estado do Grão-Pará, destacando-se Anaiza Vergolino-Henry, que apresenta dados relativos à lavoura do arroz, que foi bastante próspera naquela região, entre 1775 e 1779; portanto, em momento posterior ao governo de Mendonça Furtado. A produção agrícola do arroz era bastante expressiva, chegando o produto a ser exportado para a Metrópole. Esta informação consta de documentos guardados no Arquivo Público do Pará, que tratam da espera ansiosa dos moradores das vilas de Bragança e Macapá pela chegada de “navios de pretos”, que seriam destinados à plantação e colheita do arroz.<sup>445</sup> Além disso, registram o pedido do governador João Pereira Caldas, para que a metrópole enviasse mais braços para trabalharem na lavoura de arroz, que tinha sido, naquele ano de 1778, bastante promissora na vila de Macapá. No ano seguinte, o governador reiterava a solicitação, pois a demanda tinha aumentado naquela vila, até que, em 1786, o seu pedido foi atendido por Portugal, que enviou para a capitania pretos oriundos de Cacheu e, em troca, esperava receber “sucessivamente em todos os navios até 800 arrobas de arroz e achas de lenha”.<sup>446</sup> A confiança que Sebastião José de Carvalho e Mello e o próprio D. José depositavam em Mendonça Furtado reforçou suas credenciais para administrar o Império Português na Amazônia, especialmente valorizado pela descoberta de ouro nas capitanias de Mato Grosso e Goiás. E foi devido à importância de tais minas, que Mendonça Furtado transferiu a sede do Maranhão para Belém, para aproximá-la da região aurífera e, também, porque o Maranhão era mais vulnerável, por sua posição fronteira, criando-se, assim, o Estado do Grão-

---

<sup>443</sup> “Jarzelim: árvore de onde se extrai azeite semelhante ao de andiroba. Na região, esses azeites têm função anti-inflamatória.

<sup>444</sup> Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça com as contas dos cortes de madeira feitos no ano de 1750. Pará, 24 de janeiro de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, pp. 199 a 204.

<sup>445</sup> Série Governadores com a Metrópole, 155 (2). In: VERGOLINO-HENRY. *Op. cit.*, p. 52. 8.

<sup>446</sup> Série Governadores com a Metrópole, 699 (1395), 699 (1493) e 700 (75). In: *Ibidem*

Pará e Maranhão.<sup>447</sup> Mais ainda, em obediência à instrução real para fazer valer os Tratados de Utrecht e Madri, o governador assumiu o cargo de Primeiro Comissário Régio das demarcações deste último tratado.<sup>448</sup>

O governo de Mendonça Furtado foi marcado tanto por conflitos entre o poder civil e a Companhia de Jesus, quanto pelas questões fronteiriças entre Portugal, França e Espanha, e todos esses acontecimentos só acentuaram o contraste social e político entre a Metrópole e o extremo-norte da colônia, pois a defesa das terras brasileiras na região estava condicionada, apenas aos interesses econômicos relacionados, especialmente, às minas de Vila Boa, atual Goiás (vide anexo 24), e Vila Bela, atual Mato Grosso, e foi isso que levou o governador a tentar impor à região uma política desenvolvimentista, como acontecia em Portugal, sob o comando de Pombal.

Além das iniciativas de caráter político e econômico, Mendonça Furtado também introduziu na Capitania do Grão-Pará algumas mudanças na vida cultural e social dos moradores, inclusive incentivando o estudo de línguas como latim, grego e hebraico, além de retórica.<sup>449</sup> Mais ainda, instalou na capitania uma Aula da Fortificação, sob orientação do Sargento-Mor Manuel Alves Calheiros, sendo o transporte dos instrumentos e dos livros necessários a essas atividades providenciado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará.<sup>450</sup>

#### **4.2. A companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão e os recursos para a fronteira**

Preocupado com o que considerava descasos administrativos de seus antecessores, sensivelmente preocupado com a proximidade da região aurífera de fronteiras que demarcavam territórios franceses e espanhóis, Mendonça Furtado resolveu fundar, em junho de 1755 – sob influência de D. Luís da

---

<sup>447</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 8.

<sup>448</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira e outros. *Apud*: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, tomo I, p. 6.

<sup>449</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, CX. 47, D. 4337.

<sup>450</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 44, D. 4039.

Cunha e com apoio de Pombal, juntamente com grandes comerciantes –, a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estabelecendo um conjunto de normas que decretavam a liberdade completa e a integração da população indígena, retirando a tutela religiosa e secular dos jesuítas, concedida pela regulamentação de 1680. Mendonça Furtado entendia, contudo, que a liberdade dos índios significava para Portugal sérias perdas econômicas. Daí, a regulamentação que transferia a exploração dos índios de particulares para o governo da Metrópole, retirando qualquer interferência ou mediação dos “batinas pretas”. Vale registrar, aqui, que fo a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará que abasteceu a vila de São José de Macapá com os índios, negros e artífices empregados, como escravos e operários, na construção da Fortaleza de São José de Macapá.<sup>451</sup>

Segundo informações do Visconde de Carnaxide, a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão deixou de distribuir dividendos em 1776, e sua extinção foi comemorada pelos comerciantes portugueses com um *Te-Deum*, pois eles se sentiam prejudicados com o monopólio que a mesma exercia. Mesmo lembrando a situação problemática da Companhia, Carnaxide considera que, durante algum tempo, só não lhe foram atribuídos créditos porque isso exigia análises que envolvem números e algarismos, o que só mudaria com o surgimento de trabalhos influenciados pelo espírito do racionalismo capitalista. Enquanto, para Varnhagen, o período pombalino teria sido de grande prosperidade econômica, Carnaxide discorda desta afirmação, pois as rendas publicadas pelo autor da *História Geral do Brasil* são anteriores a 1760.<sup>452</sup>

O historiador José Roberto do Amaral Lapa, por sua vez, compartilha com essa interpretação de Carnaxide, afirmando que a navegação monçoeira<sup>453</sup>, que ligou o Norte ao Centro-oeste da colônia, possuía duas

---

<sup>451</sup> Cf. CAMILO, Janaina. *Homens e pedras no desenho das fronteiras. A construção da Fortaleza de São José de Macapá*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas – SP.

<sup>452</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. , 3ª ed., tomo IV, p. 336. *Apud*. CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *Op cit.*, p. 80/81. Kennety Maxwell também escreveu que os planos de Pombal, tanto para a Metrópole quanto para o Brasil, estavam estigmatizados pela crise do sistema colonial. MAXWELL, Kennety. *Op. cit.*, pp. 59, 67, 169 e 179.

<sup>453</sup> Monção tinha mais de um significado. Poderia indicar tanto o vento periódico que favorecia a navegação à vela em certos trechos dos rios, ou então poderia ter o mesmo sentido de

características: uma, de cunho oficial, sustentada pelos interesses estratégicos, políticos e econômicos da Metrópole, objetivando a comunicação, a partir de 1742, entre o Mato Grosso e o Pará; já, a segunda, funcionava a partir da ação escusa de comerciantes particulares, que exploraram o roteiro fluvial Amazonas-Madeira-Guaporé, entre os anos de 1755 a 1776, associando-se à Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão que, por este viés, agia de maneira oficiosa, ocultando da coroa os seus verdadeiros dividendos.<sup>454</sup>

Contudo, a atuação dessa Companhia foi truculenta com outros comerciantes particulares, contrários a sua atuação, os quais, assim como ela, também estavam interessados no mercado consumidor da região aurífera. A Companhia do Grão-Pará valeu-se das monções para levar, do Pará ao Mato Grosso, manufaturas importadas, pois a riqueza que se estabelecia em Vila Bela e Cuiabá, proveniente da descoberta das minas de ouro, entre 1731 e 1734, garantia um rendoso mercado consumidor, justificando os duros percalços das viagens, que chegavam a durar cerca dois a três meses.<sup>455</sup>

Segundo Amaral Lapa, além das especiarias, perfumes e roupas importadas, faziam parte do comércio monçoeiro os escravos procedentes da África ou de outras regiões do Brasil. Nesse sentido, vale ressaltar que, enquanto durou o poder da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a capitania do Mato Grosso, em diferentes momentos, chegou a importar mais escravos africanos do Sul do que do Norte da colônia, como ocorreu entre 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1771, quando vieram dos portos do sul 960 escravos, chegando ao Pará apenas 242.<sup>456</sup>

A navegação comboeira, que ligou o Pará ao Mato Grosso, facilitou, também, o transporte de materiais utilizados na construção das fortificações portuguesas na Amazônia; por isso, esse sistema teve grande incentivo do governo português, pois além da montagem de um eficiente dispositivo militar

---

comboio, isto é, o conjunto de barcos cuja viagem era determinada pela periodicidade ditada pelos ventos e pelas enchentes das marés (navegação comboeira). “Monção do Grão-Pará” era uma expressão usada no século XVIII, indicando justamente as frotas de comércio que ligavam o Mato Grosso ao Pará uma vez por ano. (LAPA, José Roberto do Amaral. *Economia Colonial*, p. 57).

<sup>454</sup> *Ibidem*.

<sup>455</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 77.

<sup>456</sup> Ms. F. 49 e 67(verso). Arquivo Público do Pará. *Apud*. LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 78.

para defesa das fronteiras, também foi responsável pela sondagem e exploração das vias fluviais, funcionando como posto de fiscalização dos produtos transportados no tráfego monçoeiro, havendo registros fiscais de canoas que subiam do Pará e pagavam direitos reais no forte Príncipe da Beira. Nesses postos fiscais, os soldados inspecionavam as canoas e, quando acontecia destas transportarem ouro, recebiam a bordo guardas que nelas seguiam até Belém, onde o imposto seria recolhido. Além disso, as fortificações foram responsáveis pela fixação de núcleos humanos ao longo dos rios, o que facilitou a obtenção de índios e escravos africanos para serem utilizados como remeiros e operários em várias obras da região.<sup>457</sup>

As monções também significaram, ao lado dessa política estratégico-militar, um aparelho fiscal de controle do escoamento da produção aurífera, afirmando, contudo, a política mercantilista pretendida por Pombal para a região Norte, tendo como representantes o governador Mendonça Furtado e a ação monopolista da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.<sup>458</sup>

Amaral Lapa registra, ainda, que as embarcações da Companhia levavam do Norte munições, enxofre, pólvora, armas (espingardas, clavinhas), metais, produtos químicos, substâncias resinosas, pelica, couros para as mais diversas utilidades, revelando o alcance do trabalho artesanal da localidade, assim como também da siderurgia em Mato Grosso, que serviu, entre outros objetivos, como base para construção das fortificações da região Amazônica, para a qual se destinava o cobre em tachos, estanho, ferro em barras, latão, etc.

Em seu período áureo, a Companhia de Comércio do Grão-Pará objetivou o controle do comércio regional e a competição nos mercados internacional e nacional com os produtos ingleses, logicamente com muita perspicácia e sutileza, pois a Grã-Bretanha era uma aliada importante para manter a Espanha longe das possessões portuguesas na América e, também, para facilitar a expulsão dos jesuítas da América portuguesa. Além disso, a Companhia teve a incumbência de abastecer Portugal com madeira, açúcar,

---

<sup>457</sup> Ms. F. 49 e 67(verso). Arquivo Público do Pará. *Apud.* LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. Cit.*, p. 78

<sup>458</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 85.

arroz, couros, mantimentos e “vinho de mel”, que foram utilizados na manutenção da população portuguesa após o terremoto de 1755.<sup>459</sup>

Entretanto, a difícil situação econômica da Capitania do Grão-Pará, sentida desde o começo do XVIII, preocupou Mendonça Furtado, que informou D. José I sobre o falecimento da moeda provincial na região, que se explicava, segundo o governador, pela falta de prática e conhecimento monetário por parte de seus moradores, que estavam adaptados ao sistema de trocas de mercadorias. Exemplo disso era o que ocorria na Vila de São José de Macapá, que enfrentava problemas com o abastecimento de gêneros alimentícios, em consequência da intensa exploração dos agentes mercantis que representavam a Companhia de Comércio do Grão-Pará, que exportava boa parte da produção agrícola da vila, dificultando, sobremaneira, a formação de um mercado interno com produção auto-suficiente que atendesse às necessidades locais, ocasionando elevado índice de mortalidade entre os construtores das fortificações da região, consequência direta de doenças e pestes que se alastravam pela localidade, por conta da miséria e pobreza em que viviam o que acirrava ainda mais os problemas econômicos da vila.<sup>460</sup>

---

<sup>459</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *Op. cit.*, p. 134. As atuações monopolistas e escravistas dessa e de outras companhias criadas por Portugal também foram observadas por Locke e Adam Smith, que analisaram a escravidão conforme as variações das formas ou lugares, pois, dependendo disso, ela poderia ser relevante ou não à riqueza do país. Quando Locke estabeleceu a diferença entre os estados de natureza e a sociedade civil indicava que, nesta última, os homens iguais são os racionais e inteligentes, qualidades atribuídas apenas àqueles que detêm propriedades e as fazem produzir. Os homens que não se enquadram nessas características são inferiores, como os escravos, que estão fora da sociedade civil e podem ser explorados pelos proprietários, porque, assim como as crianças e os loucos, eles não têm discernimento para tomar suas próprias decisões e, por isso, deveriam ser tutelados pelos homens inteligentes, no caso, os proprietários. (LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Anoar Aiex e Jacy Monteiro, São Paulo, Abril Cultural, 1978, p. 41.) Adam Smith, em seus escritos sobre a riqueza das nações, foi contrário à escravidão na Europa porque não gerava lucro e impedia a negociação livre da força de trabalho. Além disso, a sua utilização na agricultura era dispendiosa, pois o pequeno volume da produção gerada pela terra não equivalia ao investimento oneroso destinado à mercadoria trabalho, haja vista que a produção agrícola era inferior ao exigido para o remanejamento de trabalhadores escravos; no entanto, em sua concepção liberal, o autor percebia a viabilidade econômica da escravidão nas colônias inglesas americanas, porque a agricultura estava voltada para o comércio e, por isso, sua produção era volumosa e lucrativa, diferente da desenvolvida no Brasil, que era sustentada pelo monopólio português. (SMITH, Adam. SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Investigações sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luís José Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, livro III, vol. I, pp. 322 a 324.)

<sup>460</sup> RAVENA, Nirvia. “O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas”. In: MARIN, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da História Paraense*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1998, pp. 30 a 35 e 42 a 45.

Essa escassez de moedas metálicas, sentida até 1750, e o monopólio jesuítico sobre a mão-de-obra indígena somaram resultados negativos à situação econômica da capitania, agravada com a provisão de 1712, que estabelecia o açúcar, o cacau, o cravo, o tabaco e os panos de algodão como moedas correntes, inclusive para pagamento do soldo dos militares. Nota-se, portanto, que até a primeira metade do século XVIII, período anterior à criação da Companhia do Grão-Pará, as atividades comerciais da capitania eram realizadas através das trocas de produtos.<sup>461</sup>

Os problemas econômicos sentidos pelas vilas da capitania não desapareceram com o tempo, pois o poder de exploração da Companhia de Comércio da região foi tão predatório que não permitiu a livre negociação entre pequenos comerciantes no interior da Amazônia, impedindo a existência de feiras locais. Na verdade, nada disso foi incentivado por Portugal, porque a Amazônia era vista como uma fronteira nevrálgica, por ter sido o caminho que levava ao *El Dorado* do Oeste, resultando daí a construção de um cinturão fortificado para impedir que outros países atingissem a cobiçada região das minas de Vila Bela.

Em sentido mais amplo, conforme observamos pelas Instruções Régias passadas ao Capitão-Geral do Grão-Pará, a Amazônia significou uma possibilidade de fortalecer o poder econômico de Portugal, já que pelo documento Mendonça Furtado foi ordenado apenas a incentivar, estritamente, a produção agrícola, proibindo, terminantemente, a abertura de minas naquela região, sob pretexto de que os povoadores não deviam se distrair com esta

---

<sup>461</sup> SOUZA JÚNIOR, José Alves. “Constituição ou Revolução: Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820 – 1823)”, Unicamp, 1997, p. 23. Sobre as companhias exclusivistas – como eram a do Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco -, Adam Smith escreveu que elas eram predatórias para todos os países, acentuando que o monopólio político e econômico que elas praticavam acabavam trazendo problemas para o funcionamento do sistema colonial, porque retirava a liberdade de comércio e decisão, fatores importantes para a produtividade. Adam Smith afirmou que os países ibéricos, desde os primeiros tempos da colonização, foram negligentes com as riquezas de suas colônias; portanto, já começaram errando. Suas observações visavam as práticas mercantilistas, porque impediam a liberdade de produção do colono e a acumulação de riquezas, emperrada pelo monopólio das metrópoles que, também, desperdiçavam trabalhadores produtivos importantes para a geração de lucros, indo de encontro ao espírito do liberalismo, que crescia com a industrialização inglesa (SMITH, Adam. *Op. cit.*, vol. II, p. 64.). Locke, por sua vez, também criticava a atuação portuguesa na América, pois embora a metrópole possuísse um rico território, era incapaz de fazer a terra produzir em toda a sua extensão, deixando grande parte improdutiva e ociosa, facilitando sua ocupação por terceiros, além de incentivar conflitos entre as nações ibéricas, que dificultavam o progresso daquele continente (LOCKE, Jonh. *Op. cit.*, item 41, p. 50.)

cultura das terras, sendo a produção agrícola o meio mais seguro para a subsistência do povoado de São José de Macapá.<sup>462</sup>

Amaral Lapa esclarece que esse incentivo exclusivamente agrícola baseava-se no receio metropolitano de que se despovoasse o Pará, com o êxodo para as minas de Mato Grosso. O medo de que isso ocorresse era tão forte que foi expedido um alvará, em 27 de outubro de 1733, confirmado pela Ordem Régia de 1737, proibindo qualquer contato, independentemente do caminho, entre o Pará e o Mato Grosso. Essa interdição, provavelmente, visava evitar o contrabando de ouro pelos espanhóis, assim como impedir o deslocamento de mão-de-obra das atividades agrícolas e pecuárias diante de novos achados auríferos que eventualmente ocorressem, ampliando-se esse impedimento, em 1770, com a proibição de se navegar pelo rio Madeira.<sup>463</sup>

O incentivo à produção agrícola e à atividade criatória foi, ao que parece, a primeira medida adotada pela metrópole para impedir o contrabando do ouro e, ao mesmo tempo, serviu para efetivar o povoamento da região, que funcionou como guarnição permanente das fronteiras da Amazônia, já que a prática agropastoril fixava o homem à terra. Por isso, quando foram deslocados da cidade de Belém e das Ilhas dos Açores casais que pudessem garantir a colonização da porção setentrional da Amazônia, pelas Instruções Régias e Secretas, de 31 de maio de 1751, essas pessoas deveriam trabalhar exclusivamente na agricultura.<sup>464</sup>

Entre 1772 e 1777, a Companhia estendeu seu monopólio pelo Mato Grosso e outras áreas, reexportando para aquela região manufaturas e gêneros diversos, que eram pagos em ouro e, até mesmo, dando cobertura ao contrabando com os espanhóis.<sup>465</sup> Esse fato explica o grande incentivo dado pela mesma Companhia à navegação monçoeira, sendo que os comerciantes

---

<sup>462</sup> “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-Geral do Grão-Pará”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, tomo I, pp. 35 e 36, artigos 28º e 31º.

<sup>463</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, pp. 27 e 29. Segundo este autor, o ouro da capitania do Mato Grosso e Cuiabá foi encontrado, entre 1731 e 1734, pelos irmãos Artur e Fernando Paes de Barros na chapada de São Francisco Xavier junto ao rio Guaporé e nos ribeirões Santana e Brumado. (*Ibidem*, p. 55).

<sup>464</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 26, artigo 2º.

<sup>465</sup> DIAS, Manuel Nunes. *Fomento ultramarino e mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755 – 1778)*, *Revista de História*, São Paulo, USP, v. 71, p. 129. *Apud*: LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, p. 87.

privilegiados foram aqueles de grande cabedal e que desfrutavam de largo crédito, inclusive para adquirir escravos, os quais propiciavam duplo lucro, podendo ser produto transacionável, além de servirem de remeiros nas viagens, o que garantia grande economia ao comerciante que não precisava contratar trabalhadores para esta função.<sup>466</sup>

Entretanto, ainda segundo Amaral Lapa, a fixação de moradores nas áreas de mineração sempre foi uma grande preocupação, haja vista que os comerciantes e os mineiros eram volantes. Por isso, a coroa resolveu investir nos lavradores que, embora se apresentassem em menor número, acabavam se fixando na região, razão pela qual esses homens sempre foram os preferidos por Mendonça Furtado para ocuparem as honras e os cargos públicos.

Nesse contexto, o que importava a Pombal era reformar a política mercantilista e imperial de Portugal, proteger os interesses nacionais, inclusive as fronteiras amazônicas, principalmente após a descoberta das jazidas de ouro na região, e incentivar grandes empresários a investir no Brasil. Mendonça Furtado, à frente do governo do Grão-Pará e Maranhão, não só foi instruído a realizar esses objetivos, como também deveria aplicar as disposições do Diretório, que sistematizava e tutelava a exploração indígena pela metrópole portuguesa.<sup>467</sup> No caso da Amazônia, esta mão-de-obra e a africana foram destinadas, sobretudo, para a manutenção das fronteiras da porção norte, aí servindo como agricultores, construtores militares, trabalhadores nas pedreiras, nas olarias, nos fornos de cal e nas serrarias, além de executarem serviços especializados de remeiros, canoeiros e carreteiros.<sup>468</sup>

### **4.3. “Saber de experiências feito”: o trabalho indígena e africano na medição da floresta**

*“Encontrei no meu caminho vários rios que era preciso atravessar em pontes de corda, de cascas de árvore, ou dessas espécies*

---

<sup>466</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. *Op. cit.*, pp. 87,88 e 90.

<sup>467</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>468</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial*, pp. 54 e 55.

*de cipó que se chamam lianas, nas nossas ilhas da América. Tais lianas entrelaçadas em rede formam de uma à outra margem uma galeria no ar, suspensa por dois grossos cabos do mesmo material, e presas as extremidades de cada lado a ramos de árvores. O conjunto apresenta o mesmo aspecto que o de uma rede de pescar, ou, antes, de um hamac indiano que fosse estendido através do rio. Como as malhas desse enredado são muito largas, e o pé poderia enfiar-se por elas, deitam-se alguns caniços no fundo de semelhante berço, para servir de soalho. Vê-se bem que o peso de todo o tecido em si mesmo, e mais ainda o do transeunte, deve fazer uma grande curva em todo o engenho; e se se pensa que o passante, no meio dele, sobretudo quando venta, se acha exposto a grandes balanços, facilmente se compreenderá que uma tal ponte, não raro de mais de trinta toesas [cerca de 60m] de comprimento, tem o quer que é de terrífico à primeira vista; entretanto os índios que não são menos do que intrépidos por natureza, passam por aí correndo, carregados de bagagens, e com as albardas das mulas que se fazem atravessar a nado, e se riem de ver hesitar o viajante. Mas este tem logo vergonha de se mostrar menos resoluto”.*<sup>469</sup>

(La Condamine, *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*)

A descrição de La Condamine sobre as pontes construídas pelos índios, para que a sua expedição pudesse atravessar os vários *furos* que cortam a floresta amazônica, aproximam nossa narrativa do valioso *Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda. Embora separados por séculos, os períodos relatados nos dois textos referem-se à mesma íntima relação do índio com os ambientes da floresta, de que tanto dependeram as expedições feitas pelos europeus e seus descendentes para avançar pelo interior da colônia. Além do conhecimento da fauna e da flora, o indígena sabia, em detalhes, o

---

<sup>469</sup> La Condamine *Op. Cit.*, p. 49

curso dos grandes rios e seus afluentes, e foi a partir desses saberes que foram forjados os elos fundamentais para assegurar o movimento de conquista e colonização do Sertão. Aos europeus devem-se, apenas, modestos procedimentos, como a fixação de cruzeiros nas veredas, para indicar a existência de um abrigo próximo para os viajantes.<sup>470</sup>

Além dessa *colaboração*, os indígenas representavam considerável força de trabalho, sempre disputada pelos colonizadores. Assim foi no primeiro ano do governo de Mendonça Furtado no Grão-Pará, o qual – além de resolver os problemas econômicos, sociais e fronteiriços do Norte da colônia, em obediência à política de fomento ultramarino – teve de atuar com rigor em programas de valorização dos recursos alimentares destinados ao consumo interno e ao giro mercantil atlântico. Para atingir esses objetivos, Furtado precisou resolver as inúmeras irregularidades relacionadas à utilização da mão-de-obra indígena por parte dos religiosos e do colono, que “sem capital, deprimido por condições climatológicas desfavoráveis, ocioso por comodismo, entregava ao índio todos os afazeres” e “se o senhor era agricultor, era o índio que trabalhava a terra”.<sup>471</sup>

Por conta disso, ao se abordar o cotidiano dos engenheiros militares, revelado a partir de fontes primárias e secundárias, é fundamental neste trabalho analisar a relação de dependência que esses técnicos europeus estabeleceram com os índios durante as viagens, caracterizada por laços de muita reciprocidade, já que, como destacou o historiador Amaral Lapa, esses nativos eram excelentes remadores, conhecendo profundamente as águas dos rios da Amazônia e dos *furos* das matas, sabendo tirar o melhor proveito da fauna e da flora da região para a alimentação e o fabrico de remédios. Além disso, possuíam experiência nas práticas de navegação, sabendo vencer as correntezas, transpor as cachoeiras e desviar a canoa dos penedos, utilizando os remos ou mergulhando na água para fazê-la girar, ou movendo-se dentro dela para orientar seu curso nos trechos mais difíceis<sup>472</sup>. Enfim, naquele seu

---

<sup>470</sup> *Ibidem*, pp. 16, 17, 19 e 20.

<sup>471</sup> DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971, pp 137 e. 156.

<sup>472</sup> *Ibidem*.

ambiente, onde os rios eram verdadeiros *caminhos que andavam*<sup>473</sup>, “estavam sempre à vontade como se fossem peixes”.<sup>474</sup>

Além de serem exímios remadores, os índios também se destacavam na construção dos barcos e nos seus reparos, ou mesmo na substituição de uma embarcação danificada durante as viagens, quando chegavam a improvisar estaleiros em lugares preferencialmente separados das margens, evitando assim o ataque de tribos hostis. Seus conhecimentos se estendiam, inclusive, à escolha das árvores que ofereciam a madeira mais apropriada, que deveria ser leve e, ao mesmo tempo, resistente, devendo ainda oferecer boas condições de flutuação. O serviço de abrir os troncos era feito com fogo e, por isso, deveria ser realizado de madrugada, quando o vento era menos intenso, evitando-se, assim, o risco de incêndios.<sup>475</sup>

No estaleiro, fazia-se a estopa, extraída das membranas situadas entre a casca e o tronco da árvore denominada jacepocaia, ou da castanha do Maranhão (mais conhecida como castanha do Pará), que era mais propícia, além da resina extraída da cumará – excelente para a calefação e utilizada, portanto, para brear as embarcações.<sup>476</sup>

Conforme escreveram Gonçalves Fonseca e Virgílio Noya Pinto, para esses serviços, os índios podiam receber jornais ou salários, o que não descartava a escravidão, que, apesar de proibida, era muito comum, misturando-se a eles os africanos em situação semelhante, embora considerados de alto custo para a precária situação econômica da capitania.<sup>477</sup>

As aldeias ribeirinhas abasteciam os comboios com provimentos necessários à viagem, servindo também de área para descanso dos comboeiros. Os administradores religiosos mantinham nesses lugares engenhocas, ferrarias e carpintaria, além de produzirem algodão. Era de lá que

---

<sup>473</sup> Para usar a expressão de Sérgio Buarque de Holanda. (HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*, p. 22)

<sup>474</sup> Cf. D Luís Pereira e Cáceres, governador do Mato Grosso, século XVIII. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Economia Colonial*, p. 44.

<sup>475</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, 45.

<sup>476</sup> FONSECA, José Gonçalves da. *Navegação feita da cidade do Grão-Pará até a boca do rio Madeira pela escolta que por este rio subiu às minas de Mato Grosso por ordem mui recomendada de S. M. Fidelíssima no ano de 1749*, p. 38. *Apud* LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 45.

<sup>477</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 44.

o governo, através da Companhia de Comércio do Grão-Pará, costumava fornecer índios para cada embarcação. Entretanto, a quantidade utilizada sempre era insuficiente, porque ao longo das viagens muitos iam se perdendo por diferentes motivos, fossem as fugas, as mortes, as doenças ou os naufrágios, que davam cabo da tripulação mais importante dos comboios.<sup>478</sup>

Os homens responsáveis pelas monções tinham muita cautela e atenção, procurando evitar que os índios se aproximassem da mata sob qualquer pretexto, e quando havia a necessidade de penetrar para além da margem do rio, à busca de lenha e caça, isto era feito com o acompanhamento de sentinelas. Contudo, esses cuidados não impediam as fugas, o que obrigava, muitas vezes, os passageiros e os donos dos barcos a pegar nos remos para concluir a viagem.<sup>479</sup>

Os documentos do Arquivo Ultramarino, que datam de 1720 a 1779, mostram a importância do trabalho executado pelos negros e, principalmente, pelos índios que foram as principais personagens no processo de consolidação e manutenção das fronteiras portuguesas na Amazônia, no século XVIII. Exemplo disso é a carta do provedor da Fazenda Real da capitania do Pará, Francisco Galvão da Fonseca, dirigida a D. João V, alegando a necessidade do uso de alguns índios para o serviço da Provedoria e Almojarifado da capitania, bem como para o fabrico de “taboados, estopas, breus e Canoas”.<sup>480</sup>

Além desse, há o ofício do capelão Manuel Ferreira para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Côrte Real, onde é possível ler sobre a importância dos índios nas expedições de demarcação<sup>481</sup>, argumento repetido na carta escrita pelo provincial do Convento do Carmo, frei José da Natividade, também para o secretário, pela qual ratifica a necessidade de se aumentar a mão-de-obra indígena para servir aos trabalhos de “Demarcações, e à expedição das Tropas de resgate pelos Rios Negro,

---

<sup>478</sup> LAPA, José Roberto Amaral. *Op. cit.*, p. 46.

<sup>479</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 6, doc 554, 02 de junho de 1720.

<sup>480</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 35, doc. 3292, 22 de novembro de 1753.

<sup>481</sup> *Ibidem.*

Solimões e Japorás”<sup>482</sup>, para nelas servirem principalmente como remeiros<sup>483</sup> e construtores de canoas.<sup>484</sup>

Enfim, são abundantíssimos os registros sobre a importância e necessidade do trabalho indígena para os trabalhos de demarcação durante toda a na segunda metade do XVIII, cuja carência era provocada, principalmente, pelo alto índice de mortalidade. Isso dificultava a realização dos serviços reais, seja para construção das canoas<sup>485</sup>, seja para sua condução, interferindo, também, na colheita das “drogas e feitos do Sertão”.<sup>486</sup>

Além disso, os *descimentos* realizados por colonos também tornaram rara a mão-de-obra indígena, já que os particulares, na maioria das vezes, agiam sem autorização do Estado, como foi o caso de certo Francisco Portilho Mello, morador dos “sertões do Rio Negro”. Segundo denúncia do governador e capitão-general do Estado do Maranhão, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, a Pedro da Mota e Silva, secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, Portillo:

*“Se [achava] há muitos annos (...) por força da maneira practica que tem tido com aquelles bárbaros se tem feito quase senhor das suas vontades e esta administrando hum grande numero de Aldeas, com quantidade de Índios a sua ordem, e tendo meu antecessor já trabalhado no modo de o descer par esta cidade nunca o pode conseguir, e vendo eu, que por força o não poderia também alcançar e tinha oferecido o Governo dos ditos Índios, descendo-os ele para a costa de Macapá a donde farião as Aldeas convenientes, cuja promessa a estou prometendo efetua la com brevidade possível”.*<sup>487</sup>

---

<sup>482</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 35, d. 3309, de 26 de novembro de 1753.

<sup>483</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 35, d. 3301, de 24 de novembro de 1753.

<sup>484</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 39, d. 3625, de 17 de agosto de 1755.

<sup>485</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 35, d. 3816, de 13 de novembro de 1756.

<sup>486</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 70, d. 5964, de 07 de março de 1773.

<sup>487</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750.

Entretanto, abrir mão dos serviços dos particulares, os aventureiros sertanejos, era muito difícil para os administradores da Capitania do Grão-Pará, já que esses homens conheciam muito bem o interior da região, por estarem acostumados a caçar os índios, como o próprio Mendonça Gorjão reconheceu na mesma correspondência:

*“Porem vendo eu agora que este sujeito he muito necessário no ditto Rio Negro para com a gente que tem da sua administração poder socorrer a Escolta, não so com os remeiros precisos, mas também com farinhas me resolvi arremeter lhe algumas ferramentas, e ordem par que com elas applicasse a sua gente na fatura de roças; pois naquele destrito serão muito mais necessárias dque em qualquer outra parte; porque tenho por provável que naquellas alturas será preciso formar Arrayal em que se passe o rigor do inverno, em que por causa das insuperveis correntezas dos rios senão podem navegar, só o dito sujeito poderá por prompto o sustento para aquella demora”.*<sup>488</sup>

Para remediar essa situação, o governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, escreveu para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sugerindo que a Fazenda Real abastecesse a Capitania do Grão-Pará com escravos negros, “poupando-se assim os Índios para o aumento das suas nações e para o comércio do Sertão e suas aplicações, para as quais são absolutamente necessários”; visto que, conforme acrescentou, eles eram operários destinados para “a continuação das obras da Ribeira da cidade do Pará, da Fortaleza de [São José do] Macapá, da Vila Nova de Mazagão”. Além disso, denunciou que os abusos praticados por alguns moradores e senhores de escravos, agravava ainda mais a situação.<sup>489</sup>

O índio também foi muito requisitado nas minas de Cuiabá; porém, as disputas entre o Estado e a Igreja pela sua tutela, acabou provocando o

<sup>488</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750

<sup>489</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 70, d. 5993, de 07 de abril de 1773

massacre de muitas tribos, como a dos Paiaguá, dos Parecís, dos Caiapó e dos Bororo. A tentativa de imposição pelos jesuítas de regras para administrar essa mão-de-obra acirrou ainda mais os conflitos com os representantes do governo português, resultando na expulsão dos *batinas pretas* da Amazônia, em 1759. As ordens religiosas nem sempre eram vistas com bons olhos, sobretudo, a Companhia de Jesus, que se colocava como advogada dos indígenas que viviam nas aldeias, funcionando como verdadeiros celeiros para prestação de serviços aos religiosos. Por isso, eram tidos como “um obstáculo quase intransponível à desenfreada cobiça dos colonos”.<sup>490</sup>

Com a “emancipação” do índio e a criação da Companhia de Comércio e Navegação, o poder dos jesuítas no Pará não resistiu às investidas pombalinas. Para a administração das aldeias, foi nomeado um diretor com ordens de “pelo trabalho civilisarem as Povoações. (...) E como leva aquêle prêmio, naturalmente hão de promover o comércio por que quanto mais se lhe engrossarem os Índios em cabedades por meio da agricultura e comercio, tanto mais proveito se lhe segue, e este foi o fundamento que me moveo a estabelecer o ordenado na sobredita forma”.<sup>491</sup>

Com a lei de 3 de outubro de 1759, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, confirmou-se a expulsão dos religiosos da Companhia de Jesus “dos seus Reinos e Domínios”<sup>492</sup> e, a partir desta data, competia ao governo do Estado proceder contra aqueles que tivessem negócios com os jesuítas. Além disso, os padres foram excluídos da administração das aldeias e expulsos, por fim, das capitânicas do Pará e Maranhão. Finalmente, estabeleceu o mesmo documento, “era de direito ouvi-los acerca de seus bens móveis e de raiz para serem seqüestrados pela nobreza”.

Com a publicação do Diretório (1757-1798), teve início uma nova forma de administração dos índios, agora sob a coordenação de diretores que, sob

---

<sup>490</sup> Carta de Mendonça Furtado, datada do Pará em 18 de janeiro de 1754, para Diogo de M. Côrte Real, in: A.H.U. – M.P. 1773-1775. *Apud*. DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, pp. 158 e 159.

<sup>491</sup> Cf. “Carta datada do Pará a 21 de maio de 1757 – A.B.A.P.P., doc. No 156, t. IV, págs. 184 e segs. Sobre a nova administração das aldeias veja-se: *directorio Que Se Deve Observar Nas Povoaçoes dos Índios do Pará e Maranhão Enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*. Lisboa, 1758, t. IV, págs. 25-68, Coimbra, 1819. *Apud*: DIAS, Nunes Manuel. *Op. Cit.*, p. 162.

<sup>492</sup> Cf. Ley porque Vossa Magestade he servido exterminar, proscrever e mandar expulsar dos seus Reinos e Domínios, os Religiosos da Companhia denominada de Jesus. Lisboa, 1759. *Apud*: DIAS, Nunes Manuel. *Op. Cit.*, p. 163.

orientação do Estado, estenderam aos índios a condição de trabalhadores livres, alguns, inclusive, recebendo pagamentos por seus serviços em estaleiros e nas fábricas de produtos artesanais, como se lê em um ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, dirigido ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunicando as medidas tomadas “contra a diversidade e desigualdade de salários pagos entre os índios livres ocupados no Serviço Real e os que servem os particulares da capitania do Pará, atendendo ao atribuído pela Lei das Liberdades”.<sup>493</sup>

Entretanto, o trabalho indígena livre não significou a extinção do trabalho forçado, já que nas aldeias, nas minas e nas viagens de demarcação, o uso dessa mão-de-obra foi largamente explorado, ocasionando a morte por fadiga ou doenças contagiosas, obrigando, algumas vezes, as autoridades a recorrerem ao trabalho de escravos negros, oriundos, sobretudo, de Angola, Guiné, Costa da Mina e Ilhas de Cachéu, por serem considerados mais robustos.<sup>494</sup> Sem contar que particulares, mesmo com as leis que decretavam a liberdade do índio, nunca deixaram de caçá-los e escravizá-los, como fez Francisco Portilho “e sua gente” na região do Rio Negro, conforme carta do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o rei D. José, denunciando este descimento voluntário, que provocou “desordens e contrabando de Índios por si praticados, deixando todo o Sertão e Amazonas em consternação”.<sup>495</sup>

Uma das alternativas adotadas pelas autoridades da Capitania foi a determinação de que os índios instruísem escravos negros para a execução dos serviços reais, principalmente, no “corte e a condução das madeiras para os estaleiros”.<sup>496</sup>

Ainda no que se refere aos escravos, é abundante a documentação depositada no Arquivo Público do Pará, relativa à sua importação, em período que vai de 1753 a 1801, sendo eles procedentes de Bissau, Cachéu, Luanda,

---

<sup>493</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 71, d. 6032, de 29 de julho de 1779.

<sup>494</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 31, d. 2976, de 16 de maio de 1750.

<sup>495</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx 32, d. 3273, de 3 de novembro de 1753.

<sup>496</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 50, d. 4607, de 3 de outubro de 1761.

Benguela, Cabinda e Moçambique. Sobre o tráfico interno, os registros contêm dados relativos a escravos procedentes do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Luís, sendo este último o lugar de maior fornecimento.<sup>497</sup>

Contudo, o colono desprovido de verbas tinha dificuldades em negociar os africanos, conforme se lê em documentos datados de 1761 a 1765, que mencionam três modalidades de compra e venda de escravos: à vista, através de dinheiro ou ouro; ou crédito e fiado, que eram as formas mais usadas. Ainda em 1775, há registros sobre moradores da capitania do Pará que necessitavam de mais trabalhadores, mas não possuíam dinheiro suficiente para a aquisição. Para tentar sanar o problema, bastante agudo em Macapá, o governador João Pereira Caldas assim instruiu o comandante da praça, Manoel da Gama: “os moradores, que não tiverem dinheiro para a compra. Ou toda aquantia, devem solicitar as suas fianças, em segurança da Companhia; obrigando outros os seus bens, e ainda mesmo os Escravos, que já alguns delles terão”.<sup>498</sup>

A compra de escravos para os serviços públicos era feita através das verbas procedentes das Câmaras, sendo essa mão-de-obra destinada, especialmente, à construção de imóveis públicos. Os valores de compra, fixados pela Junta da Companhia, conforme documentos de 1774, correspondiam ao preço de custo praticado na África, acrescido apenas das despesas da viagem. Entretanto, a criação da Companhia do Grão-Pará provocou, ainda mais, a cobiça dos comerciantes, não somente de Belém, mas também de diferentes vilas da capitania, porque havia uma espécie de pressão conjunta dos moradores que, através dos seus representantes no Senado da Câmara, exigiam dos governadores mais escravos, e estes, por sua vez, dirigiam à Metrópole os pedidos para aumentar sua importação, como se pode ler em correspondência do governador João Pereira Caldas a Manoel da Gama, comandante de Macapá, datada de 1775, comunicando a chegada a

---

<sup>497</sup> Série Governadores com a Metrópole, 699 (1395), 699 (1493) e 700 (75). In: VERGOLINO-HENRY. *Op. cit.*, p. 52.

<sup>498</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com diversos*, cód. 597, d. 370. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 48.

Belém de três corvetas da Companhia carregadas de escravos que seriam destinados aos moradores da referida vila.<sup>499</sup>

A metrópole também se manifestou quanto à necessidade que tinha a capitania do Grão-Pará de mais escravos. Mendonça Furtado, em 15 de junho de 1763, escreveu para Ataíde Teive, governador do Pará, informando que tomou conhecimento da carência de operários e afirma que “fará ver essa necessidade aos Administradores da Companhia Geral do Estado de remeterem mais escravos ao Pará”.<sup>500</sup>

O governador João Pereira Caldas, para fazer valer as ordens da Metrópole, escreveu à câmara de Macapá informando que havia encaminhado àquela vila um grande número de escravos chegados de Benguela, observando que eram da “melhor sorte de Escravatura”. Na mesma correspondência, chamou a atenção para o número superior a “200 Escravos que em menos de um ano, tenho feito aí introduzir para o aumento das lavouras”.<sup>501</sup> Mas, mesmo depois do alerta do governador, os moradores da vila ainda argumentavam sobre a necessidade de se importar diretamente os escravos para os serviços das lavouras, argumentando com as boas condições de seu porto.<sup>502</sup> Os documentos insistem em afirmar a escassez de escravos, o que gerava conflitos e reclamações por parte dos moradores, principalmente quando atracavam nos portos as corvetas com número *insuficiente* de negros.

Como se pôde apurar, desde 1760, os governadores do Pará escreviam à Metrópole informando sobre a necessidade crescente de escravos para o desenvolvimento do Estado, ao mesmo tempo em que manifestavam descontentamento com as atividades da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. A Companhia, por sua vez, justificava o reduzido número de escravos descarregados no Estado por conta da pobreza de seus moradores; porém, este argumento não era aceito pelo governador Melo e Castro, que

---

<sup>499</sup> Arquivo Público do Pará. *Op. cit.*, cód. 259, d. 20. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>500</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência Metrópole com governadores*, cód. 597, d. 370. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 39.

<sup>501</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com diversos*, cód. 599, d. 272. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 40.

<sup>502</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com a metrópole*, cód. 698, d. 516 e cód. 696 ds. 319 e 3. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 46.

insistia com Mendonça Furtado sobre a urgente necessidade de “pretos neste Estado [do Pará]”. Repetidas vezes, alertou que “os intereces da terra se medem pello numero dos escravos, quanto mais houver tanto maior deve ser a potencia do Estado”, acrescentando que “há poucos dias chegou a este Porto hum navio q veio de Bissau com duzentos e oito pretos, e logo que estes desembarcarão e venderão todos em duas oras com dinheiro avista sendo tanto o concurso e confuzão dos moradores que os queriam comprar que me foi preciso mandar huma guarda de soldados para evitar algumas desordem”.<sup>503</sup>

O problema da utilização da mão-de-obra escrava africana na Capitania do Pará se complicou com as medidas de incentivo ao tráfico, particularmente o “Indulto do Perdão dos Direitos Concedidos por S. Magestade aos que levarem Escravatura direto dos portos de Angola à Capitania do Grão-Pará”<sup>504</sup>, que isentava os traficantes dos impostos fiscais no caso da importação direta, mas proibía o comércio com estrangeiros e o uso de outros portos que não fossem os do Reino de Angola e, dali, para a Capitania do Grão-Pará. Além disso, era proibido sobrecarregar as embarcações e, ainda, o comerciante ou o capitão e mestre da corveta, quando da chegada à capitania, deveria se apresentar pessoalmente ao Juiz da Alfândega da cidade para tirar certidões da quantidade de escravos desembarcados. E, finalmente, após 2 anos, o favorecido deveria reapresentar-se ao General com a sua Aprovação Régia, declarando que ainda estava em gozo dos benefícios do Perdão dos Direitos.<sup>505</sup>

Ao contrário do que se esperava, essa medida não engordou o Erário Régio e logo apresentou os primeiros problemas, dentre os quais a concorrência comercial, especialmente inglesa. O segundo problema era referente às fraudes cometidas por embarcações que entravam no porto de Belém, gozando da isenção de taxas, mas transportando pequeno número de

---

<sup>503</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com a metrópole*, cód. 696, d. 449. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit*, pp. 47 e 48.

<sup>504</sup> Mesmo sendo essa lei oficializada em 1794, há referências de seu vigor desde 1753. (Arquivo Público do Pará. *Correspondência de governadores com a metrópole*, cód. 695, ds. 4 e 34. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit*, p. 41).

<sup>505</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 195, d. 45. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit*, p. 42.

escravos, já que eles haviam sido negociados no Maranhão. Finalmente, acrescenta-se o ataque francês aos navios portugueses e brasileiros que faziam comércio na costa africana.

Esse contingente de negros desembarcados no Pará foi direcionado a vários serviços, como mão-de-obra no cultivo da terra e, também, nos serviços das construções urbanas e militares. No que diz respeito a sua utilização na construção das fortificações, os documentos são abundantes. Em um deles, datado de 3 de abril de 1765, informa-se que os escravos negros trabalhavam nas pedreiras que serviam de apoio à construção da Fortaleza de São José de Macapá, pois a mesma se encontrava na boca de dois rios – o Uanará-Peru e o Cururu -, sendo aí alocados 131 trabalhadores efetivos, dos quais 119 eram negros. Além desses serviços, atuavam também nas serrarias, como carreteiros e em trabalhos pastoris.<sup>506</sup> É interessante notar que os negros e as negras também eram destinados por particulares aos “serviços de Sua Magestade”, havendo ainda referências a escravos de ganho que trabalhavam nas obras públicas.<sup>507</sup>

Mas, essa mão-de-obra também escasseou, pois assim como os índios, os negros também foram acometidos por doenças, como Atayde Varona, governador da vila de São José de Macapá, informou ao governador da Capitania, Ataíde Teive: mesmo com os cuidados tomados acerca da integridade física dos negros, “tem chegado ater o Hospital 55, e achar-se na data desta com 52 assistidos de vitella, e galinhas, todos aquém o Cirurgião as julga necessárias. Este grande número de doentes não só Pretos, mas também de Índios da Fortificação, da Serraria e Anauerapocú, com alguns soldados, me obrigou indispensavelmente a lhe fazer mais huma casa de palha: Separando os de bixigas, e de sarampo que vieram em Calcetas dessa Cidade. Em distinta Caza, para que as queixas contagiozas não comunicassem aos Pretos, e mais Índios, como me ponderou, e requereu o Cirurgião: Tendo até o presente falecido 3 Pretos, e 4 Indios; E não ficando os referidos doentes em

---

<sup>506</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 78, d. 75. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 55.

<sup>507</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 292, d. 50. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 56.

evidente perigo. Logo que os sobreditos Pretos chegarão ordenei que toda a despeza que fizeram os mesmos Pretos saons, e doentes fosse separada”.<sup>508</sup>

Além desse problema, as fugas também foram constantes, tanto que, pela mesma correspondência, Atayde Varona informou que “Com incançavel cuidado e vigilancia, continuo no trato e commodo dos cento e sententa e quatro Pretos do Senado da Camera dessa Cidade, sem que possa conseguir o evitar lhes as doenças e as fugidas. (...) Com a Tropa e os milhores Índios tenho feito todas as posiveis diligencias (...) os faço vigiar de noite pellos seus Cabos (...). De dia tenho reconmendado aos Cabos o grande cuidado com que os devem vigiar, tanto nas horas de trabalho, como nas do descanso, não lhes permitindo nestas sairem do districto da Casa de seu alojamento para ver se posso conter estes Escravos. Parece que seria muito conveniente preceder a prizaõ dos Calcetas, o castigo moderado, dos açoutes; para que o temor contivesse aos mais da Idea de fugirem”.<sup>509</sup>

As fugas realizavam-se em bandos formados por negros e negras de particulares e da Câmara, que tinham a seu favor o meio físico da região, pois a bacia hidrográfica do Amapá é formada por lagos, furos, igarapés e pelos rios Oiapoque, que separa o Brasil da Guiana Francesa, o Cassiporé, o Calçoene e o Araguari, que é formado por muitas cachoeiras propícias à formação de mocambos. Nesses mocambos, parte da produção agrícola era negociada com os franceses, a quem os negros também forneciam tijolos para as construções militares, recebendo em troca proteção e armas. Além disso, alguns amocambados possuíam curral de gado e usavam roupas tingidas de caapiranga (planta de onde se extrai o anil).<sup>510</sup>

O grande número de amocambados dessas regiões alarmou o Senado da Câmara de Macapá, que chegou a propor ao governo da capitania mudanças extremas com relação aos escravos recapturados, devendo as tropas de resgate devolvê-los aos seus donos que, por sua vez, deveriam vendê-los para “deffirentes Paizes donde nunca mais aqui apareçam porque do

---

<sup>508</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 21, d. 36. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 79.

<sup>509</sup> Arquivo Público do Pará. *Correspondência de diversos com governadores*, cód. 21, s/n. In: VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>510</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 55.

contrário nos ameaça outra mayor ruína, porque cada hum destes escravos he hum Pilloto para aquelles continentes de donde agora vem emuito bem podem conduzir osque aqui há”.<sup>511</sup>

As tropas de resgate eram compostas pelo capitão do mato do distrito da vila e de outros locais que, eventualmente, estivessem de passagem pelo lugar de onde partiam as diligências. Além destes, havia também os chamados auxiliares brancos e índios, tidos como “necessários e indispensáveis para formar um competente Corpo ou Corpos que possam opor-se a qualquer resistência por parte dos fugidos”, e para ajudá-los eram assinadas portarias que determinavam a participação de Comandantes, Principais e Diretores dos distritos sob jurisdição das diligências, sendo todos instruídos a agir com “cautela, eqüidade e prudência”, sem, contudo, cometer excessos ou maltrato com aqueles que se entregassem voluntariamente.<sup>512</sup>

Os escravos pertencentes a particulares tinham sua captura paga pelos respectivos donos, encarregando-se a Câmara do Senado do Amapá de editar ordens que instruíam a população sobre como proceder com os negros fugitivos, que deveriam ser presos e conduzidos ao governador. Aquele que não procedesse conforme as instruções oficiais, facilitando a fuga, ficando com um fugitivo para seu serviço ou contatando com mocambos, seria punido com rigor.<sup>513</sup>

As autoridades receavam que esses fugitivos atravessassem a fronteira e fossem para o lado francês, para se juntar aos negros libertos da Guiana, o que poderia ocasionar movimentos abolicionistas na Amazônia. Para conter essa ameaça, as tropas de resgate foram instruídas a agir com rigor, castigando fisicamente os escravos considerados incitadores, como também intensificando as rondas noturnas, para evitar o livre trânsito de negros pelas ruas, os quais deveriam ser vigiados constantemente, “tanto nas horas de

---

<sup>511</sup> Arquivo Público do Pará. *Representação do Senado da Câmara de Macapá ao Governo do Pará, em 21 de fevereiro de 1793*, cód. 259, d. 72. Apud SOUZA JUNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820 – 1823)*, p. 94.

<sup>512</sup> Arquivo Público do Pará. *Representação do Senado da Câmara de Macapá ao Governo do Pará, em 21 de fevereiro de 1793*, cód. 610, d.407. Apud SOUZA JUNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p. 63.

<sup>513</sup> VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 60.

trabalho como nas do descanso, não lhes permitindo nestas sahirem do distrito da Casa do seu alojamento”.<sup>514</sup>

Essa vigilância das autoridades, contudo, não intimidou a formação de quilombos na Amazônia, muito freqüentes durante o século XVIII, principalmente nas campinas do rio Uanará-peru e lagos do rio Araperu (loais onde existiam as pedreiras que abasteciam as obras do forte de Macapá) e, ainda, nos rios Flexal até o Araguari, Negro, Santarém – região do Amazonas que vai até o Tapajós, Tocantins, Anajás, Macacos, Oeiras, Portel e Acará.<sup>515</sup>

Quando chegavam a esses lugares, os negros eram tratados, a fim de se recuperarem dos desgastes sofridos durante a fuga, recebendo cuidados que iam desde a sangria até uma dieta que, às vezes, incluía galinha.

#### 4.4. A comissão demarcadora de limites da parte norte

*“Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Amigo. Eu El Rey vos ínvio muito saudar (...)  
Eu que em vez decorrem as partes, que ser requerem para tão importante negocio, pelo amor, zello e diligencia, que tendes mostrado no meu Real Serviço. E tendo por certo, que na presente ocasião, sabereis cabalmente desempenhar a confiança que de vós faço, e o muito que de vós espero: Houve por bem nomear vos, meu Primeiro e Principal Comissário para os referidos efeitos, a fim de que, com o Primeiro e Principal Comissario nomeado por El Rey Catholico, para os mesmos efeitos ou com qualquer outro, que o substitua, façaes as ditas conferencias e concordais; e ultimeis as providencias, Regimentos, e ordens necessárias, tanto para a observância dos referidos tratados, e para a efectiva execução do que nele se estipulou; como para que cada huma das três tropas, que deveis despachar, cumpra exactamente*

<sup>514</sup> Arquivo Público do Pará. *Ofício de 16 de setembro de 1765*, cód. 61, d. 44 e, também, *Ofício de 26 de 1765*, cód. 58, d. 36. *Apud* SOUZA JUNIOR, José Alves. *Op. cit.*, pp. 79 e 84.

<sup>515</sup> Cf. planta 6. *Apud* VERGOLINO-HENRY, Anaiza. *Op. cit.*, p. 60.

*com as Instruções, e ordens que receber*”.<sup>516</sup>

Após as negociações acerca dos limites fronteiriços do Brasil, entre os representantes de Portugal e Espanha, iniciadas ainda no reinado de D. João V, e depois da assinatura do Tratado de Madri, em 1751, sucederam-se as providências para que as fronteiras saíssem do papel e pudessem se materializar.

Por conta disso, em 1752, o então governador do Grão-Pará e Maranhão, Mendonça Furtado, foi empossado, também, no cargo de Primeiro Comissário Régio das Demarcações do Tratado de Madri, “para a regulação dos limites da América Setentrional entre esta Coroa e a de Castela, e ordenar lhe que passe ao Rio Negro, onde há de principiari as conferências com o primeiro Comissário da Corte de Madrid, e hali poder expedir os officiaes de Guerra, Astrônomos, Geógrafos e Desenhadores, que vão na presente frota (...) e alem destes ordeno a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que para levar os officiaes, e soldados que entender lhe são necessários para a dita expediçam da Demarçaçam aos quaes se faram os pagamentos de seus soldos pelo Tezoureiro da mesma Lourenço Anveres Pacheco”.<sup>517</sup>

Mendonça Furtado recebeu várias instruções, tanto do rei D. José I quanto do ministro Pombal, com o objetivo de preparar as partidas da melhor forma que conviesse. Numa dessas correspondências, escrita em 6 de julho de 1752, o irmão do Comissário e Governador do Grão-Pará, baseado no mapa das cortes (anexo 22), cuja cópia remeteu junto da carta de nomeação, reforçou os pontos a serem demarcados, escrevendo que, de leste a oeste, deveriam ser juntadas todas as informações necessárias para a eficiência da operação, observando na trajetória a “primeira linha, que corta o rio Madeira para o Javari, [onde] será mais fácil achar bons práticos e de seguir latitude média que vai estipulada”. A segunda linha apontada no mapa dizia respeito ao percurso do “rio Aporé [ou Guaporé para os portugueses], ou Itenes [para os espanhóis] à foz do Jaurú”, onde seria “necessário grande cuidado em a

---

<sup>516</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Instrução Régia expedida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Documento 2. Indicação de Catálogo: 4,2,21 – manuscrito.

<sup>517</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 34, d. 3192, de 5 de maio de 1753.

principiar a descrever o mais a oeste que for possível, porque se não houver essa prevenção pode isso ter a conseqüência de ficarem os espanhóis entre o Mato Grosso e o Cuiabá, e nós por eles cortados para a comunicação”.<sup>518</sup> (vide anexo 25)

Antes da carta chegar às mãos de Mendonça Furtado, as diligências de reconhecimento da região já tinham iniciado, conforme o próprio governador informou ao ministro, em 4 de dezembro de 1751, contando sobre a viagem que faria rumo ao Cabo, em 24 de fevereiro do ano seguinte, levando em sua comitiva *homens de ciência*, além de uma leva de pessoas vindas dos Açores e quase toda a população do velho presídio e fortaleza de Mazagão, com o objetivo de aumentar a população do povoado de Macapá e, conseqüentemente, garantir o domínio português na parte norte da embocadura do rio Amazonas, medida que, segundo ele, consolidou a construção da “grandiosa Fortaleza de Macapá” com o que praticamente ficou assegurado o poder da coroa sobre as cobiçadas terras.<sup>519</sup>

Observa-se, na mesma correspondência, que além das preocupações militares e científicas, evidenciadas na marcação das longitudes e latitudes do território, houve também, a de recrutar os índios para a realização da viagem: “é preciso trazer Índio practico pela razão de muitas coroas de areias e algumas trovoadas para saberem as esperas, para obrigarem as canoas”, pois deles dependia o sucesso da viagem, que objetivava averiguar a situação dos pontos fronteiriços, antes da demarcação entre as Coroas Ibéricas, visto que “naquelle porto [de Macapá] e fronteiro a elle com 3 dias de viagem por entre ilhas. 3 aldeas de Índios chamados Aroans pertencem aos padres de Santo Antonio e os ditos Índios costumão hir a Cayana porto dos Francezes, e a dita villa [de Macapá] é habitada hoje de muitos cazais que vieram da ilha da Graciosa que embarcarão no porto da ilha Terceira, motivo porque foi S. Exa a situa-los e dar-lhe posse (...)”.<sup>520</sup> A preocupação com o assédio estrangeiro,

---

<sup>518</sup> Carta de Sebastião José para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Belém 6 de julho de 1752. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. Cit.*, vol. 1, p. 244. Desde a primeira metade do século XVIII, os portugueses tinham conhecimento comprovado das missões espanholas nas proximidades do rio Guaporé, que chamava atenção pela proximidade com as minas de ouro descobertas no sertão do Brasil. Uma dessas informações chegou através do mapa de João Gonçalves Pereira. (vide anexo 25)

<sup>519</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op., cit.*, p. 97, nota de rodapé 12.

<sup>520</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1906, t. 67, pt. 1-2, p. 253.

principalmente dos franceses, está explícita nesta correspondência, onde Mendonça Furtado alertou para o fato do povoado de Macapá fazer fronteira com as terras francesas de Cayena, na atual Guiana Francesa.

O ponto culminante dessa viagem seria o lugarejo de Macapá que, segundo informa a carta, foi transformado em povoado em ato presenciado, inclusive, pela população procedente da África. A intenção, além de racionalizar o conhecimento fronteiriço, era também de oficializar a posse portuguesa sobre aquela zona tão vulnerável às investidas estrangeiras, isto por se tratar de uma região estratégica, já que por ela facilmente se poderia adentrar o interior aurífero do Brasil:

*“E em dia de S. Jozé 19 do dito se festejou na Matriz em aplauso da nova fundação e descarga de artilharia e mosquetaria com os mais estylos militares foi S. Exa em companhia do R.do P. e Vigário Miguel Ângelo de Moraes e as mais pessoas que acompanhavam a um lado da praça e se benzeu o lugar em levantando os paus para dar principio as cazas com Victoria dizendo Viva El-Rei e se deteve até o fim de Abril com assistência em todo esse tempo, mandando descortinar a Praça e abrir duas allas para desaguar um pery para o mar que se acha no fundo da Praça, e para o fundo da dita grandes Campinas, e nesta demora averigou o Sargento Mor a medição para a dita Praça e o grande zello de s. Exa mandando caçar e pescar para o sustento daquelle povo”.<sup>521</sup>*

Em outra carta, escrita em 25 de janeiro de 1752, Mendonça Furtado informou à Fazenda Real sobre a chegada dos casais das Ilhas dos Açores, os respectivos pagamentos e seu encaminhamento para o sítio de Macapá, juntamente com um cirurgião, uma botica e um clérigo, que seriam responsáveis pela saúde do corpo e da alma dos povoadores da vila que já somavam, na ocasião, mais de 456 moradores.<sup>522</sup>

---

<sup>521</sup> *Ibidem.*

<sup>522</sup> Carta de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça. Pará, em 25 de janeiro de 1752. In: Carneiro de Mendonça. *Op. cit.*, p., 208.

Em seguida, como informou a Diogo de Mendonça, na viagem de 24 de fevereiro de 1752, entre outros afazeres, o governador deveria cuidar da guarnição daquela porção cobiçada pelos franceses e que, segundo ele, não estava preparada para defender-se, sendo bastante vulnerável, em que pese sua importância estratégica: “não temos naquele sítio mais que um pequeno [reduto?] com nome de presídio de Macapá, o qual é fabricado de terra e sem defesa alguma”. Mendonça Furtado alertou ainda que a região “só não é a chave da margem setentrional das Amazonas, mas de todo este largo país...”<sup>523</sup>

Mendonça Furtado insistia em alertar sobre a necessidade urgente de se construir naquela povoação uma fortificação suficientemente grande e forte, o que exigia o envio pela Coroa de engenheiro “hábil e inteligente, robusto e honrado”, pois o que havia no Grão-Pará era muito velho e a Fazenda Real do Estado não dispunha de dinheiro para contratar outro profissional. Além disso, Mendonça Furtado se queixava da escassez de canoas e índios para remá-las na condução de pessoas importantes para o estabelecimento da ordem naquele povoado. Além disso, enfatizava a necessidade de se chamar até a Secretaria de Estado os Procuradores das Religiões que lá estavam estabelecidas, para explicarem as razões da falta desses importantes materiais para a concretização da política colonizadora, e foi nesse momento que o *imbróglio* entre o governador e os jesuítas começou a se complicar, acabando por finalizar-se com a expulsão dos religiosos, não somente do Grão-Pará, mas de todo o império Português.<sup>524</sup>

Era em Mendonça Furtado, contudo, que estava depositada toda a confiança de Pombal e do próprio monarca, visando à concretização nas terras do Cabo Norte de uma transformação que se fizesse sentir na economia, na sociedade e, principalmente, na política militar, pois dali dependia a segurança de grande parte do interior brasileiro, por se tratar de uma área litorânea e fronteira e, portanto, bastante vulnerável do ponto de vista geopolítico. Por isso, sempre que partia de Belém alguma expedição autorizada pelo

---

<sup>523</sup> Carta escrita por Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça. Para, 25 de janeiro de 1752. In: Carneiro de Mendonça. *Op. cit.*, págs. 208 e 209.

<sup>524</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Marquês de Pombal, de 1º de outubro de 1754. In: REIS, Arthur Cezar. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2º Tomo, 1948, p. 275

governador em direção ao extremo norte, as recomendações eram precisas no que concernia à vigilância aos estrangeiros que por ali fossem avistados. Exemplo disso são as instruções levadas pelo capitão-mor João Batista de Oliveira, quando foi elevar o povoado de São José de Macapá à categoria de vila. Entre outras disposições, Mendonça Furtado foi explícito quanto às recomendações relativas aos franceses e holandeses, mas deixava claro que, no caso de alguns desses serem encontrados naquelas terras, deveriam ser abordados com prudência e brandura, e que o pedido de retirada fosse feito com muita sutileza e sua viagem de retorno a seus respectivos reinos fosse abastecida com todos os produtos que a terra pudesse lhes oferecer. Mas, o governador advertia que, no caso de reincidência, os estrangeiros deveriam ser retidos e o fato comunicado a ele imediatamente.<sup>525</sup>

Suas ordens eram claras e objetivas, devendo o encarregado, João Batista de Oliveira, após uma abordagem pacífica que deveria se basear nos capítulos do tratado da Paz de Utrecht, assinado entre Portugal e França, usar de cordialidade, mas, no caso de algum francês atentar contra a vida dos moradores da vila de Macapá deveria, então, aquele capitão-mor utilizar toda rigorosa defesa de que dispusesse para fazer com que o inimigo retrocedesse à sua Praça. O mesmo deveria se aplicar aos holandeses denunciados por contrabandear as madeiras daquela região.<sup>526</sup>

Assim, observando-se as tensões políticas e a grande extensão da fronteira a ser demarcada, foi criada a Comissão Demarcadora de Limites da parte norte, que executaria os trabalhos de demarcação da Amazônia, segundo o modelo estabelecido, na mesma época, para o estabelecimento de fronteiras da parte sul do Brasil. Cada uma das comissões foi subdividida em três *partidas* ou *tropas*, encarregadas de alcançar todas as *raias* previstas no Tratado de 1750. Como este trabalho está focado na Amazônia, vamos nos ater às partidas para o norte, para observar o trabalho dos engenheiros, índios e padres envolvidos nas atividades demarcatórias.

Em obediência às disposições estabelecidas pelo Tratado de Madri, para a região norte, e seguindo as instruções de D. José I, Mendonça Furtado

---

<sup>525</sup> Correspondência escrita no Pará em 18 de dezembro de 1751. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p. 115.

<sup>526</sup> *Ibidem*

ordenou três expedições pelos afluentes do Amazonas: uma, pelo rio Negro; outra, pelo Japurá, e a última, pelo Madeira e Javari, saindo a primeira delas de Belém, a 2 de outubro de 1754, levando setecentas e noventa e seis pessoas, distribuídas em vinte e cinco barcos.

Os preparativos das expedições, observados desde a primeira partida, foram cuidadosamente pensados, recebendo o governador ordens expressas do Rei e de Pombal, orientando-o a tomar todas as providências para a implantação dos marcos que separariam as terras portuguesas das espanholas. Entretanto, apesar do planejamento cuidadoso, foram muitas as dificuldades, antes e durante as expedições.

Começamos pelo problema de abastecimento de gêneros alimentícios, que afetava tanto os moradores quanto a comitiva que não dispunha de provimentos necessários para as expedições. Somava-se a esta situação o costume europeu de não comer carne de caça, como tatu, paca e búfalo, o mesmo acontecendo com as raízes, que faziam parte da dieta alimentar do índio. Por isso, em maio de 1753, foram tomadas as primeiras providências para o embarque da bebida e da ração familiares aos hábitos dos europeus, incluindo carne, azeite, vinagre, vinho branco e tinto.<sup>527</sup> Em setembro daquele mesmo ano, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, governador e capitão-general do Estado do Maranhão, escreveu para Pedro da Mota e Silva, secretário de Estado dos Negócios do Reino e Mercês, relatando as dificuldades encontradas naquela Capitania para compor a frota que iria até o Rio Negro executar os trabalhos de demarcação. Suas preocupações podem ser percebidas pela detalhada “Lembrança do que se poderá ser preciso para a expedição das medições dos Domínios de Sua Mag<sup>e</sup>. Fidelíssima”, onde consta uma longa lista de gêneros alimentícios a serem providenciados:

*“Cincoenta barris de biscouto / Alguns barris de carne de vaca, e porco bem acondicionados / Alguns barris de chouriços / Setecentos e cinquenta alqueires de farinha para cada mês, e para hum ano 9 mil alqueires / Quarenta alqueires de arroz*

---

<sup>527</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 34, d. 3212, de 22 de maio de 1753.

*pilados / Quarenta alqueires de feijão / Alguns paneros de carimã / Vinte arrobas de açúcar branco / Oitenta paneros de sal / Algumas frisqueiras de vinho / Outras de vinagre / Outras de água ardente do Reino / Outras de rastilho da terra. Aguardente que consta para os remeiros”.*<sup>528</sup>

Pelo mesmo ofício, o governador do Maranhão informava que outra dificuldade em preparar a expedição era causada pela carência de farinha na região, visto que os índios, mão-de-obra utilizada também para o preparo da ração, estavam doentes, “por causa do contagio próximo, que matando a maior parte delles reduzio tudo a consternação quase invencível”, dificultando o “sustento da muita gente que se há de empregar nesta Expedição”. Como solução, Mendonça Gorjão requisitou ajuda dos “prelados de todas as Religiões, [para] que com brevidade possível expedissem as ordens necessárias para as Aldeas da sua jurisdição em que mandassem aos Missionários dellas que applicassem suficiente número de índios aos trabalhos por assim ser muito conveniente ao serviço de S. Mag”, para que pudesse resolver a carência dos moradores do Maranhão, “que já não têm que comer”.<sup>529</sup>

Além da falta de índios e da farinha, o governador queixou-se do alto preço dos produtos da capitania do Grão-Pará, o que onerava ainda mais a expedição, sugerindo pelo mesmo ofício que muitas coisas, além dos alimentos, viessem do Reino. Apesar de extensa, a relação é apresentada a seguir, pois dá valioso testemunho da escassez e das necessidades cotidianas que submetiam a região norte do País, em meados do século XVIII:

*“Seis canoas de quarenta pés com sincoenta palmos de comprimento para acomodarem duas pessoas em cada huma; Vinte canoas grandes para levarem munições, soldados, e mais bagagens, e canoinhas para pescarem; Cem soldados para se repartirem nas quatro Tropas; Duzentas armas de fogo par se trocarem com as que se desmancharem*

---

<sup>528</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750.

<sup>529</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750

*nas mãos dos soldados; e para se darem aos índios que se hão de armar; Oito quintaes de pólvora; Dezesseis quintais de munição grossa; Hum quintal de ballas, e pederneyras á porção; Dez barracas pequenas para as jornadas que se fizerem por terra; Cem machados; Cem foises de rossar, e cem facões de mão; Oitenta enchadas; Quarenta picaretas; Trinta e dois ferros de cova; Secenta ferros de abrir canoas – os quais será melhor fazerem-se cá, vindo o ferro porque os que de la vem não são tão bons; Dois milheiros de pregos de caverna; Dois milheiros dos de meia caverna; Oito milheiros de pregos frexais, piontaes, coibraes, de galeota, e meia galeota sortiados; Dois barris de facas flamengas com pontas; Algum vellorio, missanga, e agulhas, para se brindarem os Gentios, por onde se passar por aqueles certões, e thezourinhas; Alguns rolos de pannos de algodão para mortalhas; Oito serras braçais pequenas; Oito serras de mão, e limas para as apontar; Dez martellos; Quarenta enxós de canoas; Dezesseis ditas de carpinteiros; Vinte verrumas de caverna; Vinte ditas de meya caverna; Trinta e duas verrumas sortiadas mais pequenas; Oitenta anzoes de Piraguiba, e outras tantas linhas para pescar; Oito milheiros de lençoes brancos sortiados; Oitenta arpões de peixe boi; Oitenta ditas de tartaruga; Oito lanternas; Dez candeyas grandes de cobre, ou ferro com suas tampas; Quatro rodas de fazer farinha; Vinte rollos de cobre, ou arame; Cincoena barris de biscoito; Alguns barris de carne de vaca ou porco, bem acondicionados; Alguns barris de chouriços; Setecentos e cincoenta alqueires de farinha para cada mez, e para hum anno nove mil alqueires; Quarenta alqueires de Arros pilado; Quarenta alqueires de feijão; Alguns paneiros de Carimá; Vinte arrobas de assúcar branco; Oitenta paneiros de sal; Dezoito facas de afoguiar; Dezesseis seringas grandes, e outras tantas pequenas; Huma dúzia de lancetas; Algumas frisqueiras de vinho; Outras de vinagre; Outras de água ardente do Reino; Outras de restilho da terra; Aguardente commun para os remeiros; Vinte arrobas de tabaco; Huma botica com toda a casta de medicamentos e purgas; Quatro cirurgiões; Quatro capelães; Hum armeiro com sua tenda”.*<sup>530</sup>

---

<sup>530</sup> AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, D. 2988, de 2 de setembro de 1750

Pela extensa lista de material feita pelo remetente, juntamente com as outras necessidades expostas ao longo da carta, observa-se que, além da alimentação, também era importante cuidar de outras necessidades, desde a construção de embarcações e moradias, até o recrutamento dos recursos humanos, como o corpo militar, os médicos e religiosos. Além disso, sendo a morte companheira constante das expedições, as tropas carregavam tecidos brancos, que serviriam de mortalhas, com as quais se envolvia os defuntos, que eram jogados no Amazonas ou nos seus afluentes.

Outra dificuldade era a falta da mão-de-obra especializada para os serviços técnicos das medições fronteiriças, conforme denunciou o Governador do Maranhão, Mendonça Gorjão, que tentava “toda a boa diligencia por achar neste Estado sujeitos capazes de se aplicarem com diversos saberes ao menos tecnicamente de observação com relação a latitude, longitude de qualquer Lugar, e também de riscar mapas, para que com algumas lições dos Geógrafos que se hão de remeter, se possam por aptos para suprir o Lugar de lagum que venha a faltar, porem he tal a miséria deste Estado; que em todo elle se não encontra hum homem só, capaz de dar alguns dos que se queirão aplicar a este exercício, nem as primeiras lições, cuja falta exponho a V. Exa. para que não suceda vir menos numeros desta gente com a esperança de que ca a possa haver”.<sup>531</sup>

O teor da carta também indica que, à época, a Capitania do Grão-Pará contava com uma população escassa, sendo a maioria composta de índios e mestiços, os quais, na opinião dos administradores, não eram dotados de conhecimento científico, apesar de sua experiência que, com os sabemos, acabou se tornando indispensável para as jornadas.

É importante reiterar, porém, o problema da carência de homens versados nos conhecimentos da Engenharia, da Matemática, da Astronomia e da Arquitetura, já sentida na própria Metrópole, desde o reinado de D. João V, o que se refletia, claramente, nas ações demarcatórias dos limites do Brasil. A situação agravou-se com o falecimento dos padres Capassi e Diogo Soares que, conforme mencionamos no primeiro capítulo deste trabalho, foram

---

<sup>531</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750

embarcados para o Brasil com ordens de providenciarem mapas que determinassem a longitude e a latitude das terras americanas pertencentes a Portugal.<sup>532</sup>

Essas carências tornaram-se nítidas mesmo antes das tropas iniciarem a viagem ao Rio Negro (janeiro de 1750), fazendo com que os administradores da Capitania do Grão-Pará escrevessem à Metrópole, solicitando o recrutamento de “alguns sujeitos que sejam bem capazes de (...) formar mapas daquele paiz com alguma exacção (...) juntamente da arquitetura militar (...) e he preciso sejam praticos de observar alturas, e longitudes”. Porém, levando-se em consideração que esses trabalhos eram considerados segredos de Estado, além dos problemas políticos que envolviam a delimitação das fronteiras do Brasil, alertava-se: “convém que [esses homens] não sejam súbditos de França, nem de Espanha, Inglaterra, ou Olanda”.<sup>533</sup>

Naquele mesmo ano, Manuel Teles da Silva, Presidente do Conselho de Flandres, escreveu a Marco Antonio de Azevedo Coutinho, secretário de Estado, comunicando a diligência que se fazia pela Europa, principalmente na Itália, para o recrutamento dos profissionais a serem enviados para o Grão-Pará, apresentando ainda o perfil de alguns engenheiros que vieram trabalhar nas demarcações da parte Norte: Dr. Blasco, Matheo Carboni, os matemáticos capitão Gaspar Grunsphehd (Gronfeld), o tenente Galuzzi e o desenhista Ponzoni.<sup>534</sup> Porém, durante o levantamento, foi observada não somente a questão do conhecimento, mas também da nacionalidade, já que os italianos, por exemplo, não podiam ser napolitanos, sicilianos e parmezanos “pela dependência que prezentemente tem de Espanha”. Outra questão observada foi a religião dos engenheiros, sobretudo a dos suíços e dos alemães, visto que

---

<sup>532</sup> “Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho a Gonçalo Maunel Galaão de Lacerda sobre o recrutamento de geógrafos estrangeiros capazes de traçar mapas do Brasil. (4 de janeiro de 1750)”. In: CORTESÃO. Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri – Execução do Tratado*. Rio de Janeiro: Ministério das relações exteriores – Instituto Rio Branco, parte V, p. 15.

<sup>533</sup> “Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho a Gonçalo Maunel Galaão de Lacerda sobre o recrutamento de geógrafos estrangeiros capazes de traçar mapas do Brasil. (4 de janeiro de 1750)”. In: CORTESÃO. Jaime. *Op. Cit.*, p. 15.

<sup>534</sup> “Carta de Manuel Teles da Silva, presidente do Conselho de Flandres ao secretário de Estado Marco Antonio de Azevedo Coutinho, comunicando as diligências feitas para o recrutamento dos engenheiros, geógrafos e desenhadores destinados ao Brasil (14 de março de 1750)”. In: CORTESÃO. Jaime. *Op. Cit.*, p. 16.

“se forem Protestantes, ou Calvinistas so deverão aceitar-se, se não se descobrirem outros igualmente capazes da nossa Religião”.<sup>535</sup>

Desse grupo de estrangeiros que vieram ao Brasil – principalmente italianos, franceses e alemães –, fez parte Henrique Antonio Gallucio (Galuzzi), que possuía conhecimentos de astronomia e engenharia, conforme mostrou nas demarcações de limites previstos pelo Tratado de Madri ou na construção da Fortaleza de São José de Macapá. Juntamente com ele, veio o bolonhês Giovanni Ângelo Brunelli, que era doutor em Matemática e fora nomeado professor do Colégio dos Nobres e da Universidade de Coimbra, além de Miguel Ângelo Blasco, procedente de Gênova, e Miguel Antonio Cieira, astrônomo e cartógrafo, que foi posteriormente aproveitado, assim como Brunelli, como professor do colégio dos Nobres. Todos eles tiveram importante atuação na definição dos limites do Brasil, tanto ao Sul quanto ao Norte, conforme acordo assinado com a Espanha.<sup>536</sup>

Sobre Gallucio, é importante registrar que sua estada na capitania do Grão-Pará, anunciada pela carta escrita em Lisboa pelo Padre José Moreira, em 14 de maio de 1753, teve momentos truculentos, pois não somente ele, mas todos os estrangeiros e a sociedade paraense, em geral, estiveram sob os pesados olhos da Inquisição, instalada no Grão-Pará, em 1763. Gallucio, por exemplo, chamou atenção pelos seus poemas, que refletiam forte personalidade, enquanto Gaspar João Geraldo de Gronfeld, engenheiro alemão que concluiu as obras da fortaleza de Macapá, chegou a ser acusado de luterano pelo Santo Ofício.<sup>537</sup>

Os conhecimentos matemáticos e astronômicos dos Engenheiros embarcados para o Pará não se resumiram, apenas, às observações cartográficas das *paragens* a serem demarcadas, mas, também, à guarnição da Capitania, fosse por terra, com a edificação de fortificações, fosse pelo rio, com a construção de estaleiros, conforme o governador e capitão general do

---

<sup>535</sup> “Instruçam pela qual se há de regular o M. R. P. Fr. João Álvares de Gusmão para buscar, e ajustar alguns Geógrafos para o serviço de S. Mag.” (11 de abril de 1750). In: CORTESÃO, Jaime. *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>536</sup> TELLES, Pedro Carlos da Silva. *Op. cit.*, p. 29.

<sup>537</sup> Arquivo Público do Pará, Ms. De 16 de abril de 1767, códice 1204, Documentos diversos. In: LAPA, José Roberto do Amaral. *Livro da visitação do Santo ofício da inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763 – 1769)*, Rio de Janeiro, Vozes, 1978, pp. 34, 35 e 36.

Estado do Pará, Manuel Bernardo de Melo e Castro fez questão de informar ao 1º comissário das Demarcações, Mendonça Furtado. Pela carta, expôs a necessidade de se construir um estaleiro na sede da Capitania para fabricar uma fragata de guerra. Para isso, foram chamados “Engenheiros, Constructores, e mais assistentes”, a fim de averiguarem o local escolhido, localizado “a distancia da Ribeira, e Praya, que corre da parte posterior do Convento dos Religiosos de Nossa Snr<sup>a</sup> do Monte do Carmo, athe o Hospício, que foi de S. Boaventura”. Estavam presentes nas averiguações, além do Governador e do capitão general, “o Desenhador Ouvidor Feliciano Ramos Nobre Mourão, o Sargento mor Engenheiro Alves Calheiros, os Ajudantes Engenheiros Henrique Antonio Galuzio, e Fernandes Gots; o constructor da Nao que S. Magestade manda fazer Luiz Izidoro de Gouvêa, o constructor do Navio da Companhia Geral do Comercio deste Estado, que actualmente se está fazendo no Estaleiro, M<sup>el</sup>. Lopes da Silva, o Mestre da Charrua S. Jose, marcos de Amaral, o Mestre da Charrua Nossa Senhora das Mercês, Domingos Dantas”, que providenciaram “o exame do dito Lugar, (...), para se saber se he suficiente para se estabelecer nelle o Estalleiro, fabrica, e mais cazas pertencentes para a factura de Naos, e se nas agoas vivas e mares tem conhecimento que seja fundo, e capas de se lançar ao mar a Nao de Guerra que S. Mag<sup>e</sup> manda fazer, ou qualquer outra que se fizer, sem o mínimo risco, e sombra de perigo”. E para expedirem seus lados, esses técnicos sondaram a profundidade da terra “com estacas pregadas a impulsos da maquina a que chamão macaco <sup>538</sup> (vide anexo 26) para se observar a sua firmeza sondandosse toda a praya, e fundo, fazendosse muitas observações nas enchentes, e vazantes das mares das agoas vivas, sobre o fundo, arrastantosse o mesmo com redes, e tenteandosse com varias estacas, para se saber se por cima, ou parte inferior da lama, ou tejuco da dita praya havião pedras que podesse cauzar algum prejuízo á Não. O diagnóstico apresentado foi unânime entre os presentes: “se não achou lugar mais acomodado, próprio e conducente á construção da dita Nao”. <sup>539</sup> (vide anexo 27)

---

<sup>538</sup> A mesma máquina foi utilizada durante a construção das fortificações na Amazônia Colonial, como a Fortaleza de São José de Macapá (1764-1782), pois dadas as partes alagadiças do terreno era necessário observar a profundidade certa, ficando estacas na terra, para ter certeza do levantamento do baldrame.

<sup>539</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx 49, d. 4517, de 26 de junho de 1761.

Em meio a todas essas dificuldades e providências, começaram as expedições demarcatórias. Do pessoal embarcado na primeira jornada faziam parte alguns oficiais do exército, encarregados da defesa; capelães; pessoas responsáveis pelos serviços de apoio e os técnicos especialistas, a quem incumbia proceder aos trabalhos da demarcação. Dentre os principais estavam padre Ignácio Semartoni, sargento-mor Sebastião José da Silva, capitão João André Schwebel, ajudantes Filipe Sturm, Henrique Antônio Galluzi e Adão Leopoldo de Breuning, Dr. João Ângelo Brunelli, Capitão Gaspar Geraldo de Gronfeld; capitão Gregório Rebelo Rodrigues Camacho, tenente Manuel Gotz e arquiteto Antônio Landi.<sup>540</sup> Estes homens, sob o comando de Mendonça Furtado, deveriam assentar acampamento e aguardar as tropas espanholas na aldeia de Mariuá, chamada mais tarde de Barcelos, “cumprindo-se o cerimonial de maneira a se evitar todo e qualquer incidente que prejudicasse o ambiente de cordialidade que devia presidir aos trabalhos”.<sup>541</sup>

Porém, todos os preparativos e esforços para cumprir o cerimonial, correspondentes à importância da missão, de nada adiantaram, pois D. José de Iturriaga, representante da Espanha nas negociações e responsável pelo comando dos demarcadores espanhóis, mesmo tendo partido do porto de Cádiz, em 15 de fevereiro de 1754, levou mais de quatro anos para chegar ao território neutro para proceder às negociações... Isso acabou provocando muitos desentendimentos entre os engenheiros de demarcação subordinados a Mendonça Furtado, que retornaram a Belém, em 1756<sup>542</sup>, dada a grande dificuldade de alimentar e vestir as tropas portuguesas aquarteladas no Rio Negro, conforme escreveu o Bispo do Pará, Miguel de Bulhões e Sousa, para o Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Côrte Real. No ofício, o religioso alertava que “os cofres Reaes ficão exauridos totalmente, porque apenas chegou o dinheiro que havia para pagamento das missões da demarcação, e mais pessoas militares, que acompanhão o mesmo Governador. Reduzida a esta summa miséria a Fazenda Real não pode deixar

---

<sup>540</sup> GUERREIRO, Ignácio. “Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII”. In: Revista *Oceanos/A formação territorial do Brasil*, número 40, outubro/dezembro de 1999, p. 32.

<sup>541</sup> REIS, Arthur C. F. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, pp 65 e 67.

<sup>542</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Brasília: Editora do Senado Federal, 1998, p. 188.

de contemplar como infalíveis consequências, as desordens que haverá nas Tropas, porque vendo-se os soldados sem pagamento nem ainda para a sua própria sustentação certamente fugirão todos das sua Praças. Não pondero a V. Exa. o grande desgosto que a falta dos pagamentos causa nesses oficiais Estrangeyros, com a sensível consternação, a que se verá reduzido o mesmo Governador, especialmente se chegar ao Rio Negro o primeiro Comissário de Hespanha, vendo-se impossibilitado para o socorro, como S. Mage. Lhe ordena, porque tudo deixo à alta reflexão de V. Exa., de quem espero se compadeça desta miserável Capitania, dignando se V. Exa. de por na presença de S. Mage. O lastimoso estado, a que ella se acha reduzida, e eu também por me ver privado de todos os meyos para desempenhar com honra o emprego, de que sou servido encarregar-me”.<sup>543</sup>.

A falta de gêneros alimentícios e materiais importantes para as demarcações, como os instrumentos matemáticos vindos da Europa, tardavam a chegar à Capitania, o que colocou Mendonça Furtado e seus comandados em plena consternação. A situação só piorava quando vinha a notícia de que alguma embarcação, carregada de diferentes gêneros, havia naufragado, o que era muito comum na Amazônia, pois além da pororoca, citada em nosso segundo capítulo, os navegadores eram vítimas da estreiteza dos furos e da mudança, ainda pouco conhecida, do horário da vazante e da juzante das suas águas.

Os mais temidos de todos eram os baixos da Tigioca, localizados na saída da cidade de Belém, como relatou o comandante da fragata Nossa Senhora da Conceição, Domingos Dantas, sobre o acidente que sofreu a sua embarcação, carregada de madeira vinda do Reino.<sup>544</sup>

Outra correspondência sobre o mesmo problema é o ofício do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, Martinho de Sousa e Albuquerque, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, relatando “uma Participação das Salinas com notícia de se ter visto daquele sitio pelas seis horas da manha do dia 21 do mesmo mês, um

---

<sup>543</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 37, d. 3448.

<sup>544</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU \_ ACL \_ 013, Cx. 39, D. 3683, de 19 de Novembro de 1755.

Navio, que com bom vento e maré, seguia viagem para esta cidade, passando muito ao Largo e sem dar sinal de ter reconhecido a Vigia que existe naquele lugar, aonde reside o Prático, ou Piloto da Barra, [e após] quarenta e quatro dias de viagem acabava de dar fundo no porto desta Cidade milagrosamente por falta de Prático, que o Capitão não tomou, sendo certo, que estes ignorantes homens pela sua presunção e vaidade, arriscaram as vidas e cabedais de tanta gente, que desgraçadamente se sujeitam e entregam ao seu capricho, ignorando os seus poucos conhecimentos desta Costa, e dos inumeráveis baixos que a cercam”.<sup>545</sup>

A operação de salvamento, que durou três dias, contou com ajuda “de um Prático, e equipagem com Marinheiros hábeis, o fiz largar, e logo em seu seguimento três seguras lanchas, que se achava neste porto encarregada ao Piloto e Prático da sobredita charrua Francisco Carvalho dos Passos, municiados todos de mantimentos, cabos, ancoretes e fateixas, e toda a comitiva de baixo das ordens do Tenente do Mar”, porém é importante ressaltar que o socorro, mais do que salvar as vítimas, objetivava, também, salvar “cofres do dinheiro pertencente a Sua Majestade, e as Cartas de Vossa Excelência, de que o mesmo Capitão vinha encarregado, e depois pusessem em arrecadação todos os mais volumes que encontrasse, requerendo-me maior auxilio se julgasse necessário”. É importante ressaltar que o sucesso da operação deu-se, principalmente, pela ajuda dos índios que apareceram no segundo e terceiro dias de buscas, socorrendo a todos com peixe, farinha e canoas.<sup>546</sup>

As queixas e relatos de naufrágios na região conhecida como Tigioca ou Salinas foram tantos, que o capitão e comandante da fragata “Golfinho”, Felipe Alberto Patrone, escreveu para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, alertando para a necessidade de se mandar de Lisboa pilotos experientes na navegação para serem comandantes das embarcações que viajavam pela Amazônia, a fim de evitar acidentes na

---

<sup>545</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, Cx. 96, D. 7615, de 16 de janeiro de 1787

<sup>546</sup> *Ibidem*

entrada do porto do Pará.<sup>547</sup> Mas, antes desta correspondência, outras providências foram tomadas pelo governador Melo e Castro, que solicitou a Mendonça Furtado recursos para a construção de balisas na região, como a construção de um farol, a fim de evitar mais acidentes.<sup>548</sup> (vide anexo 28)

Em 1758, Mendonça Furtado recebeu a notícia de que Iturriaga, acompanhado de um número considerável de comissários, matemáticos, engenheiros e desenhistas havia, finalmente, aportado em Barcelos, para onde retornaram os portugueses, agora sob comando de Antônio Rolim de Moura, governador de Mato Grosso e, mais tarde, vice-rei do Brasil. Porém, quando estes chegaram ao local, os espanhóis haviam batido em retirada<sup>549</sup> e “depois de tantas canseiras, nem um passo se dera para realizar o ideal afagado pelo Tratado de Madri”, e Portugal, resguardado pelo *Uti possidetis*, continuava soberano na sua campanha de conquista territorial.<sup>550</sup>

Em 1759, Mendonça Furtado foi nomeado para a função de Secretário da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, ocupando as funções de comissário para a demarcação norte, assumiu Antônio Rolim de Moura, o qual também tentou, sem sucesso, encontrar os comissários espanhóis em Barcelos, a fim de traçar, afinal, a linha fronteira entre Portugal e Espanha no norte do Brasil. Naquele mesmo ano, chegou até os demarcadores a notícia do falecimento de D. Fernando VI, inciando-se na Espanha, imediatamente, uma campanha para a anulação do Tratado de 1750, o que acabou ocorrendo a 12 de janeiro de 1761, pela assinatura do convênio conhecido como *El Pardo*.

Mendonça Furtado faleceu em vila Viçosa, a 15 de novembro de 1769, não tendo a chance, portanto, de ver consolidadas as viagens que assentariam os marcos divisórios da fronteira norte do Brasil. Essas indas e vindas, contudo, não resultaram em perdas territoriais para Portugal, já que prevaleceu o direito do *Uti possidetis*, e mesmo a superação do Tratado de Madri pelos acordos de *El Pardo* e Santo Ildefonso não implicou anulação dos efeitos práticos da colonização portuguesa. Na verdade, o que consolidou as fronteiras

---

<sup>547</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, Cx. 104, D. 8267, de 24 de Novembro de 1794

<sup>548</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU \_ ACL CU \_ 013, Cx. 51, D. 4633, de 17 de outubro de 1761.

<sup>549</sup> ABREU, J. Capistrano de. *Op. Cit.*, p 189.

<sup>550</sup> *Ibidem*

foram os povoados fundados ao longo do rio Amazonas e seus afluentes, antes e depois da primeira partida para a demarcação. E mesmo com os trabalhos bilaterais de demarcação nunca iniciados, a missão dos técnicos portugueses, ou dos estrangeiros por eles contratados, não permaneceu inerte à espera dos homens da Espanha, pois, como escreveu Jaime Cortesão, “uns carteraram, outros desenharam fortalezas e um deles, o bolonhês Antônio Landi, traçou os planos de alguns edifícios civis e religiosos de Belém do Pará”<sup>551</sup>, conforme trataremos no próximo capítulo.

---

<sup>551</sup> CORTESÃO, Jaime. *Apud*: GUERREIRO, Ignácio. *Fronteiras do Brasil Colonial: a cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII*. In: *Revista Oceanos/A formação territorial do Brasil*, número 40, outubro/dezembro de 1999, p. 32.

## 5. AS IMAGENS DE FRONTEIRA

### 5.1. A *urbes* como fronteira

*“... determineis na vila o lugar da praça no meio da qual se levante pelourinho e se assinale a área para o edifício da Igreja..., e que façais delinear por linha recta a área para as casas com seus quintaes, e se designe o lugar para se edificarem a casa da Câmara... e mais oficinas publicas, e que todas devem ficar na área determinada para as casas dos moradores as quais pelo exterior sejam todas no mesmo perfil, ... de sorte que em todo o tempo se conserve a mesma fermosura da terra e a mesma largura das ruas...”<sup>552</sup>*

Quando analisamos os documentos sobre as viagens exploratórias e demarcatórias da Amazônia Seiscentista e Setecentista, a leitura revelou que não se deve conceber o domínio do território sem a interação entre os elementos da natureza e a sociedade com ela relacionada: o índio, a fauna e a flora, isto porque um território não se divide naturalmente, nem as culturas podem ser aprisionadas nos limites dos mapas, pois são determinadas no interior das relações travadas num espaço geocronológico, as quais os *riscos* cartográficos tentam representar.

Segundo Graham Burnett, apenas a documentação diplomática não é suficiente para definir a questão dos limites e resolver, em definitivo, o significado de fronteira. Assim, na linguagem desse cientista social, se uma fronteira é desenhada antes do desenvolvimento urbano ou das muitas características da “paisagem cultural”, isso não implica que o mandatário desse espaço traçado assegure a posse e o governo do território.<sup>553</sup>

---

<sup>552</sup> Textos das cartas régias de 11 de fevereiro de 1736, 5 de agosto de 1746, 3 de março de 1755 e 14 de junho de 1761, que regulam a formação urbana de Vila Boa de Goiás, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vila de São José do Rio Negro e de Oeiras, publicadas por Paulo Santos. *Formação de Cidades do Brasil Colonial*. In: ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Porto: Faup publicações, 1998, pp. 58 e 59.

<sup>553</sup> BURNETT, D. Graham. *Masters of all they surveyed: exploration, geography and a British El Dourado*, p. 263.

Na verdade, o desenho é, antes de tudo, uma representação do espaço e seu principal objetivo, na lição de Chartier, é “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. Daí as representações do mundo social serem determinadas, sempre, pelos interesses de quem as forja.<sup>554</sup> Todas as representações, portanto, são próprias de um tempo ou de um espaço, configurando o social a partir das classificações e exclusões, já que os objetos da História Cultural são as práticas políticas, sociais e discursivas que constroem suas diferentes figuras.<sup>555</sup>

A partir dessas considerações, buscamos exemplos do que se produziu sobre a Amazônia e o amazônida, tentando extrair das várias formas de linguagem – sobretudo as escritas e desenhadas – as estruturas representativas da construção das fronteiras amazônicas, entre os séculos XVII e XVIII. Interessa-nos pensar, agora, as relações entre fronteira e urbanização, por considerarmos que as cidades construídas na Amazônia Colonial promoveram uma dinâmica de convivência entre diferentes personagens, imprescindível para o projeto português de assegurar o domínio sobre o território, que já não sendo mais das Amazonas, nem dos espanhóis, deveria passar a ser dos portugueses.

Para entendermos melhor esta relação entre fronteira e urbanização, consideramos importante apresentar, em síntese, algumas reflexões inspiradas em leituras sobre o significado deste último conceito, aplicado ao contexto português e brasileiro do período, já que o primeiro (o de fronteira), por ser o principal norteador desta tese, foi tratado de modo mais detalhado.

Os projetos urbanos desenvolvidos para Portugal e suas colônias, nos séculos XVII e mesmo XVIII, estavam influenciados pelos cânones estabelecidos pelo Renascimento, que propugnavam por um novo ordenamento sociocultural, assentado nas transformações do pensamento filosófico e científico, que transformaram a maneira dos homens verem o

---

<sup>554</sup> Sobre as representações, Chartier utiliza o dicionário de Furetière, para demonstrar a ambigüidade deste conceito, que pode tanto registrar a ausência quanto a presença de um objeto através da sua exibição simbólica por outro elemento: “A imagem é presente e o objeto ausente” (CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo, Lisboa, Difel, pp. 16, 17 e 20).

<sup>555</sup> CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 27.

mundo. Neste ambiente de transformação, as cidades acabaram ganhando novos ordenamentos, estabelecendo, enfim, outros conceitos de convivência.<sup>556</sup> Sobre essa forma de considerar a cidade, no que se refere ao Brasil colonial, Roberta Delson contrapôs-se a Sérgio Buarque de Holanda, sobretudo quando, em *Raízes do Brasil*, ele escreveu que “a cidade que os portugueses construíram no Brasil não é produto de uma reflexão, nem ela contradiz a conformação natural do terreno. [Ela não tem] nenhum rigor, nenhuma metodologia, nenhuma previsão”.<sup>557</sup>

Para a autora, essa afirmação de Sérgio Buarque construiu “o mito da cidade brasileira sem planificação” – apenas relativizado pelos projetos de João Maurício de Nassau –, já que propõe uma contraposição entre a colonização espanhola e a portuguesa, a partir da qual os espanhóis construíram na América cidades planificadas, com “núcleos de povoações estáveis e bem ordenados. Um zelo minucioso e providente”.<sup>558</sup> Já os portugueses foram responsáveis, no Brasil, pelo desenvolvimento de povoações espontâneas, sem planificação, visto que durante três séculos de colonização a vida limitou-se ao litoral e, somente no XVIII, com a descoberta de ouro e diamante no interior do Brasil, houve uma relativa mudança nas relações administrativas, mas, mesmo assim, segundo o autor, “a obra dos portugueses teve um caráter mais acentuado de feitorização do que de colonização. Não convinha que aqui se fizessem grandes obras, ao menos quando não produzissem imediatos benefícios”.<sup>559</sup>

Por esse viés, reiteramos as observações feitas no capítulo inicial desta tese, onde abordamos o pensamento científico português, desde o século XVI, e as transformações introduzidas por engenheiros militares e padres matemáticos, de diferentes nacionalidades, que contribuíram para a reorganização dos espaços, fazendo com que a vida urbana ganhasse ares de organismo vivo, o que acabou se estendendo ao espaço colonial. Assim,

---

<sup>556</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Porto: Faup publicações, 1998, pp. 43 e 42.

<sup>557</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª edição, p. 152. In: DELSON, Roberta M. *Novas vilas para o Brasil-Colônia*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. Alva-Ciord, 1997, p. 1.

<sup>558</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995, p. 96.

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 107.

ressaltamos os valores e conhecimentos técnicos empreendidos na construção das cidades da região amazônica, no período compreendido entre os séculos XVII e XVIII, visto que os homens convocados para a demarcação dos limites do norte do Brasil foram os mesmos que reinventaram a vida na floresta.

Esse grupo de engenheiros militares que vieram para a região, num primeiro momento, para providenciar a demarcação dos pontos fronteiriços previstos pelos tratados, acabaram produzindo uma nova Amazônia, concebida segundo os padrões arquitetônicos da Europa Setecentista. Entretanto, muito antes, Portugal já enviara para o Brasil os melhores engenheiros de que dispunha, fato que pode ser atestado, segundo Silva Telles, pelo alto padrão técnico das construções coloniais. Este foi o caso do engenheiro Gregório Gomes Henriques, transferido para o Brasil, segundo a Carta Régia de 1694, “para os reparos e fortificações e o que mais for necessário, vai muito bom engenheiro e que também nos fará falta, mas, para partes tão distantes vão sempre os engenheiros mais capazes, porque, se errarem não tem quem os emende”<sup>560</sup>

Silva Telles afirma que o número de técnicos estrangeiros que vieram ao Brasil, desde o governo de D. João V, foi bastante elevado, notando-se a atuação de 238 engenheiros até 1822, dentre os quais havia 86 portugueses, 22 brasileiros, 16 alemães, 13 italianos, 12 franceses, 2 suecos, 1 suíço e 1 holandês, não havendo registro da nacionalidade dos outros 85. Essa quantidade preocupou o marquês de Pombal que, em 1770, por receio de espionagem, decretou que todos os cargos *científicos* no Brasil, que outrora foram entregues a alemães e italianos, fossem remanejados aos brasileiros ou portugueses.

Por isso, escreveu a Gomes Freire de Andrada, governador do Rio de Janeiro, em 1751, determinando: “Observarem e notarem os ditos Estrangeiros as conveniências de todos os Países que vão examinar com o forte e o fraco de cada um deles, para voltarem à Europa instruídos, de sorte que por uma parte acendam mais a cobiça das diversas Potências: dos caminhos e veredas que dos tais estabelecimentos podem conduzir aos sertões mais opulentos e da resistência que podem achar ou não achar nos tais sertões (...), vindo por

---

<sup>560</sup> TELLES, Pedro Carlo da Silva. *Op. cit.*, p.10.

fim a vulgarizar-se e a fazer-se óbvio para qualquer do Povo o conhecimento dos ditos Sertões, cujo segredo, e não a força, teve o Brasil em segurança há mais de dois séculos, por ter sido impenetrável para os Estrangeiros”<sup>561</sup>.

Tal decisão visava impedir que esses cientistas e engenheiros levassem para a Europa “mais noções do que aquelas que couberem na sua lembrança (...), evitando assim que alguns deles venham depois vender manuscritos, ou publicar cartas e relações do Sertão do Brasil”. Para esses estrangeiros cabia apenas “pertencer à curiosidade e à erudição, como são a História Natural do País e as observações físicas e astronômicas que respeitam ao adiantamento das ciências. (...) nenhum oficial ou soldado de qualquer qualidade e condição que seja possa formar cartas ou relação particular nos Países a que se dirigir, ou seja, em parte ou em todo por se evitar a confusão que depois resultaria da multiplicidade das ditas cartas e relações”.<sup>562</sup>

## 5.2. As cidades fortificadas

Em obediência às instruções de Pombal, entre outros serviços, esses engenheiros orientaram a construção de várias fortificações, também denominadas de praças de guerra, conforme a noção renascentista de “cidade ideal” ou “cidade militar”, sendo, portanto, uma escala maior e moderna da cidade ou vila fortificada.<sup>563</sup> Esse tipo de construção militar também dependeu do grande número de especialistas estrangeiros que, em Portugal, ocupavam cargos importantes, com destaque para Alexandre de Urbino (1588 – 1596), fortificador dirigido ao Brasil e que já tinha prestado importantes serviços à coroa portuguesa, como no cerco de Mazagão, em 1562. A partir dessa construção, os baluartes tiveram suas primeiras implantações nas praças de guerra, após sua adaptação das construções religiosas (canônico) para as

---

<sup>561</sup> Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, documentos catalogados por Castro e Almeida, n° 15, 195: “*Segunda carta secretíssima de Sebastião José de Carvalho e Mello para Gomes Freire de Andrade, sobre os oficiais militares que se lhe enviaram, assim nacionais, como estrangeiros, com o motivo da execução do Tratado de Limites. Lisboa, 21 de setembro de 1751*”. TELLES, Pedro Carlo da Silva. *Op. cit.*, p. 31.

<sup>562</sup> *Ibidem*.

<sup>563</sup> TELLES. *Op. cit.*, pp. 88 e 89

militares, o que se deve ao engenheiro italiano Benedetto da Ravena, que experimentou com êxito a utilização do bastião poligonal.<sup>564</sup>

No Brasil, as praças de guerra não tinham um caráter exclusivamente defensivo e guarnecedor da fronteira. Posicionavam-se como instrumentos de efetivação da soberania e domínio do território pela coroa portuguesa, expressando a concretude colonizadora, principalmente depois da Restauração e ao longo do século XVIII, e tendo um caráter político e prático, urbanizador na sua essência e finalidade. Tal afirmação pode ser sustentada quando comparamos os modelos arquitetônicos das fortificações brasileiras com as européias, principalmente no que diz respeito à geometria das muralhas.<sup>565</sup>

Nos séculos XVII/XVIII, as fortificações portuguesas refletiam, sincronicamente, a formação da própria escola francesa de fortificação, pois Portugal contratou vários técnicos franceses e holandeses para modernizar e potencializar algumas fortificações que estavam obsoletas para a época e com um tempo de vida que vinha desde o período manuelino. Nesse processo de modernização, foram fundamentais as teorias de Sébastien le Preste de Vauban, que desenvolveu seus celebrados sistemas entre 1680 e 1706.<sup>566</sup>

Quando fortificava uma praça, Vauban tinha, primeiramente, o cuidado de flanqueá-la para, em seguida, construir prédios em lugares adequados, aproveitando as vantagens do terreno para construir uma cidade que assegurasse o domínio sobre a região. Para ele, uma boa fortificação permanente deveria conter flancos, faces defendidas por fuzis dos flancos

---

<sup>564</sup> Segundo Rafael Moreira, Mazagão foi a primeira obra portuguesa integralmente abaluartada e, como sublinhou Walter Rossa, foi a única cidade fundada *ex-novo* pelos portugueses na África. (CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. *A praça da guerra – aprendizagens entre a aula do Paço e a aula de fortificação*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, p. 26).

<sup>565</sup> *Ibidem*, pp. 31 e 32.

<sup>566</sup> Nascido em Saint Léger de Foucheret, em 1633, Sébastien Le Preste ingressou como cadete do Regimento de Conde, em 1651. Um ano mais tarde, trabalhou nas fortificações de Clermont, na Lorraine, atuação que lhe rendeu, em 1655, a credencial de Engenheiro e, a partir daí, seu acesso à corte do *Rei Sol* foi rápido e, graças à credibilidade que conquistou de seus superiores, foi enviado, entre 1660 e 1664, à Alemanha e aos Países Baixos. (GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Territorio y fortificación – Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prosper: influencia en España y America*, traducción de *Veritable manière de bien fortifier de Mr. de Vauban* por: Gerard Jalain Badoux e Daniele Steffen, España, Ediciones Tuero, 1991, p. 1).

opostos e cortinas, porque, juntos, esses elementos evitavam a destruição da praça pelos canhões inimigos.<sup>567</sup>

Conforme Beatriz Bueno, nas praças coloniais representadas nos desenhos dos engenheiros militares, dependendo do interesse político, podia se observar apenas a região que se pretendia fortificar, ou apenas a parte vulnerável que precisava ser expandida, mas podiam também constituir-se em projetos para a fundação ou reformulação de uma cidade, tudo isso porque, nos tempos de Pombal, as cidades e fortificações projetadas e construídas foram elementos voltados ao controle do território, além de instrumentos agregadores da população dispersa, ou, até, centros dinamizadores da economia da região, desempenhando o papel de “representação de uma civilidade europeia perante uma barbárie reinante”.<sup>568</sup>

Inserida nesse contexto de urbanização estaria a Fortaleza de São José de Macapá, que foi erigida para assegurar o domínio luso no extremo norte da colônia e, também, prevenir o lugar de um ataque inesperado. Entretanto, esta fortificação nunca foi palco de batalha, devendo-se sua importância ao fato de se constituir em centro dinâmico do desenvolvimento urbano da vila de São José de Macapá, a exemplo do que aconteceu com outras cidades formadas a partir de uma fortificação. (vide anexo 29) Por isso, alguns especialistas em História urbana observam que nem sempre as fortificações foram construídas face a um perigo iminente, mas acabaram por se tornar elementos integrantes do processo de urbanização do Brasil, pois

---

<sup>567</sup> Mr. DE VAUBAN. “Verdadeiro método de fortificar donde se mostra o método que se usa atualmente na França para fortificar as praças”. Org. Mr L’ Abbé Du Fay e Chevalier De Cambray, Amsterdam, Por Pierre MORTIER, Librero, M. DCCII. In: GUTIERREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Op. cit.*, pp. 188 e 191.

<sup>568</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. “Desenho e desígnio – o Brasil dos engenheiros militares”. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, pp. 57 e 58. Além dessas características, uma fortificação pode ser definida, também, como a técnica que visava reforçar a defesa de um lugar através da construção de obstáculos artificiais, e sua evolução se dispôs na contínua renovação dos meios de ataque dispostos nos princípios da proteção (impedindo a ação dos projéteis dos inimigos); do escalonamento da defesa (procurando retardar a progressão do atacante em direção ao núcleo fortificado); da segurança dos acessos (evitando o ataque de surpresa, através da organização de acessos expostos aos meios do defensor) ou do flanqueamento (pela defesa mútua e global de todas as partes do recinto fortificado. (BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p.57 e 58).

compunham o conjunto de formas arquitetônicas que transformaram a paisagem no período colonial.<sup>569</sup>

Por esse viés, as fortificações, como elementos de fronteira, eram como parâmetros de confirmação da territorialidade e, por isso, estariam usualmente ligados à guerra, visto que ambos os conceitos estão relacionados ao uso e ocupação da terra. Sobre essa relação, Robert David Sack, estudioso do conceito de fronteira, escreveu que sua interpretação está intimamente ligada aos conceitos de *território* e *territorialidade*, que, por sua vez, não devem ser dissociados, pois o primeiro seria o espaço delimitado onde ocorrem os fenômenos de comportamento que explicam o segundo conceito, que apresenta as formas de controle exercidas por um grupo sobre uma determinada área ou território: “No seu limite, a territorialidade é a inter-relação entre espaço e sociedade”.<sup>570</sup>

Apesar de conceber a territorialidade como uma base de poder, David Sack não a enxerga como essencialmente agressiva. Ela pode ser mais bem entendida quando relacionada às necessidades humanas, como uma estratégia espacial para afetar, influenciar ou controlar lugares e pessoas, através do controle de áreas espaciais<sup>571</sup>, constituindo-se, portanto, como área de estudo das Ciências Humanas, sobretudo da Geografia e da História, que investigam sob quais condições e por que o princípio da territorialidade pode ou não ser empregado.

Territorialidade, portanto, está diretamente relacionada às práticas humanas de controlar pessoas e lugares e, por isso, sua aplicabilidade pressupõe o emprego de palavras mais restritas como: soberania, propriedade e jurisdição. O uso deste conceito depende de controladores que impõem aos controlados regras de comportamento, elaboradas conforme o lugar, o espaço

---

<sup>569</sup> “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, Lisboa, janeiro/março de 2000, pp. 31 e 32.

<sup>570</sup> SOJA, E. J. “The Political Organization of Space”. *Annals of Association of American Geographers*, LX, p. 19 e SACK R. D. *Human territoriality – its Theory and History*. Cambridge: Univ. Press, pp 19 e 5 . *Apud*. MALDI, Denise. *Op. Cit.*, pp 186 e 187.

<sup>571</sup> SACK, Robert David. *Human territoriality. Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 1.

e o tempo. A definição dos papéis de um e de outro é estabelecida pela relação colonizador – colonizado ou, ainda, civilizado e bárbaro.<sup>572</sup>

Assim, *territorialidade* estaria intimamente relacionada à exploração da terra, traduzida pela política de colonização; à organização do espaço, como foram os aldeamentos ou missões e aos significados construídos sobre diferentes lugares, que podem ser traduzidos nas vilas e lugarejos que surgiram à sombra das fortificações e das aldeias. Como essas relações mudam constantemente, a melhor maneira de estudá-las é, justamente, revelando seus caracteres de mudança. Assim, a territorialidade apóia-se em duas tradições geográficas: geografia social, caracterizada pelas abordagens generalizantes, e geografia histórica, definida pelas análises assentadas em critérios de temporalidade. Segundo Sack, apesar das diferenças complexas, essas duas vertentes da Geografia são verdadeiramente conectadas e formam uma abordagem histórico-social.<sup>573</sup>

Contudo, segundo Beatriz Bueno, se observarmos os desenhos de cidades do Brasil colonial, a partir de uma óptica social, encontraremos detalhes do que “se pretendeu construir, do que se construiu, o que se demarcou, o que se mediu, o que se conquistou ou o que se negociou nas discussões que fundamentaram os tratados de limites que beneficiaram Portugal”.<sup>574</sup>

A memória do Brasil urbano colonial, segundo um especialista em história da arquitetura, expressa em seus diversos desenhos e formas levantamentos de território, cartas geográficas, projetos de fortificações, desenhos de cidades, bem como projetos de edifícios públicos, religiosos e privados – verdadeiras obras de arte, representando, por isso, a memória patrimonial brasileira, que não foi apenas rural. Esta memória urbana começou a ser recuperada, a partir da década de 1960, após longo período de

---

<sup>572</sup> *Ibidem*, pp. 02 a 04.

<sup>573</sup> *Ibidem*, p. 02

<sup>574</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, pp. 57 e 58.

esquecimento que encobriu as obras e planos urbanísticos que compõem o *espírito* cultural, artístico, político e técnico-científico do período colonial.<sup>575</sup>

Nas plantas dos desenhos civis, militares e religiosos dos séculos XVI, XVII e XVIII, houve um sistema de códigos e convenções que orientaram sua leitura para aquilo que se deveria ressaltar, conforme as orientações de Manuel de Azevedo Fortes, em o *Engenheiro Português*: “Quando o Príncipe manda tirar a planta de huma Praça, [é] para por ella se poder fazer juizo da sua força, segundo o terreno, que occupa com as suas obras, e o que tem arrodado”.<sup>576</sup>

Para cumprir essas ordens reais, os engenheiros militares deviam possuir habilidades para medir as distâncias entre cada prédio e as características do terreno. Além disso, devia “o Engenheiro Desenhador configurar também o terreno, e nisto mostra mais a sua habilidade porque lhe é necessário mostrar os montes, os outeiros, ou emminencias do terreno, os valles, os arvoredos, as vinhas, as hortas, os casaes, que houve, os caminhos, as quebradas, as ravinas, as pedreiras, os moinhos de agoa, ou vento, as terras lavradas (...) e tudo o referido e o mais que se achar, deve ser configurado em suas justas distâncias e posições”.<sup>577</sup>

O engenheiro devia seguir algumas convenções, propostas pelos manuais europeus, para identificar, nos desenhos, cada elemento da paisagem. Nas orientações d’*O engenheiro português*, “as ravinas (...) a sua figura se risca de tinta da China, e se lava de aguada de tabaco, ajudada de hum pouco de vermelho, e suavizada para o meio (...) Os pumares se riscaõ com arvores iguais e igualmente acompanhadas humas de outras, no que só se distinguem olivas, e arvoredos, que não guardaõ regularidade: as letras HH, mostraõ a forma dos pumares: a letra I mostra hum olival, e as letras K, mostraõ a forma dos bosques, ou arvoredos”.<sup>578</sup>

As orientações continuavam, agora tratando da forma de representação dos edifícios ou obras: “I toda obra de pedra, e cal nas

---

<sup>575</sup> REIS, Nestor Goulart. “As principais cidades e vilas do Brasil – importância da vida urbana colonial”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 64.

<sup>576</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *O engenheiro português*, 1728, capítulo X, tomo I, p. 431. In BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. Cit.*, p. 55.

<sup>577</sup> *Ibidem*.

<sup>578</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *Op. cit.*, p. 434. *Apud* BUENO, Beatriz Siqueira, *Op. cit.*, p. 55

Fortificações, que chamaõ alvenaria, se deve riscar, e lavar, ou dar aguada de vermelho.<sup>579</sup> (...) Toda a obra de terra se deve riscar, e lavar de preto (...) Toda a obra em projecto para executar se lava de amarello”.<sup>580</sup>

Esses desenhos, na sua maioria, continuaram manuscritos, até as últimas décadas do século XVIII. Eram documentos únicos, estratégicos e de circulação restrita, pois tratavam de assuntos de Estado, sendo, portanto, submetidos exclusivamente à aprovação do Rei e seus conselheiros, com a supervisão do engenheiro-mor e do provedor de obras do reino, que os destinava aos empreiteiros e mestres de ofício, encarregados da execução das obras a serem realizadas nas Províncias do Reino e Conquistas. Por isso, esses códigos tinham a função de facilitar a leitura daquilo que iria se materializar e orientar o processo de colonização, constituindo desta maneira, veículo de *desígnio* político.<sup>581</sup>

Assim, esses desenhos foram um dos mais eficientes instrumentos de conhecimento, apropriação e controle do território, com a capacidade de fornecer à Coroa a medida do seu Império em lugares que os reis só conheciam através dos *riscos* dos engenheiros ou das narrativas dos viajantes. Essas representações faziam parte das estratégias de colonização, fosse através do mapeamento do território, fosse pela construção de cidades e fortificações.<sup>582</sup>

Portanto, nas folhas de papel ou de linho, constavam os planos daquilo que se pretendia conquistar, obter ou preservar, através dos princípios espaciais e estéticos que orientaram a concepção das nossas cidades planejadas e da nossa arquitetura oficial, civil e militar, onde a *simetria* era sinônimo de policiamento e boa ordem sobre a *barbárie* dos lugares inóspitos. Daí, as palavras do Morgado de Mateus, governador da capitania de São Paulo (1765 – 1775), explicando que “huma das couzas que as Nacções mais cultas costumão Ter grande cuidado no tempo prezente hé a semetria, e harmonia dos

---

<sup>579</sup> Pela planta da Casa da Ínsua que consta neste trabalho (anexo 17), verificamos que as fortificações de Santo Agostinho, de Marabitanas e de São Gabriel estão representados em vermelho, seguindo os padrões estabelecidos pelo texto de *O engenheiro português*, de Azevedo Fortes.

<sup>580</sup> FORTES, Manuel de Azevedo. *Op. cit.*, p. 412. *Apud* BUENO, Beatriz Siqueira, *Op. cit.*, p. 55.

<sup>581</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. Cit.*, p. 41.

<sup>582</sup> *Ibidem*, p. 57.

edifícios que de novo se levantão nas Povoações das Cidades, e Villas para que da sua disposição não resulte a commodidade publica mas também o agrado com que se fazem mais appeteciveis, e habeis as povoações, conhecendo-se da sua boa ordem com q' estão dispostas a policia, e a cultura dos seus habitadores".<sup>583</sup>

Nesse sentido, Joaquim Romero escreveu que a urbanização de um território implica construir vilas e cidades que não decorrem do acaso, mas das convicções culturais e práticas sociais que foram pouco a pouco modificando uma paisagem, o que, no que se refere ao Brasil, significou a concretização do poder português.<sup>584</sup>

Para atender a essas necessidades, ao longo do século XVIII, Portugal enviou para o Brasil um número significativo de engenheiros; porém, mesmo assim, o contingente não foi suficiente para dar conta de tudo o que se pretendia construir, obrigando, muitas vezes, os governadores e funcionários das capitanias, principalmente as periféricas, que não eram versados nessas convenções e padrões arquitetônicos, a realizarem os desenhos que eram enviados para a metrópole acompanhados de pedidos de desculpas pela sua baixa qualidade...<sup>585</sup>

### **5.3. São Luís, Belém, Macapá e Mazagão: exemplos de abstração na Amazônia**

É importante ressaltar que o início do processo de urbanização da Amazônia é assinalado pela fundação de São Luís do Maranhão e Santa Maria de Belém do Grão-Pará, o que está associado – conforme tratado no segundo capítulo de nosso trabalho – ao processo de expulsão dos franceses, que pretendiam fundar na região uma França Equinocial.

Após sua expulsão, no século XVII, Alexandre de Moura entregou o governo da vila de São Luís a Jerônimo de Albuquerque, que deveria seguir as ordens expressas no Regimento sobre a necessidade de ordenar a formação

---

<sup>583</sup> Morgado de Mateus, 19/9/1766. In BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, p. 57.

<sup>584</sup> ROMERO, Joaquim. *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, editorial, pp. 6 e 7.

<sup>585</sup> BUENO, Beatriz Siqueira. *Op. cit.*, pp. 55 e 56.

da cidade. Neste documento, afirma-se que o governador deveria “[ter] particular cuidado de acrescimento desta cidade fazendo que fique bem arruada e direita conforme a traça, que fica em poder, e para seu exemplo o fação todos os moradores, fará hua casa e vivera nella...”<sup>586</sup> Para consolidar o projeto, foi contratado o engenheiro Francisco Frias de Mesquita, que desenhou, em 1647, uma planta, levando em consideração a topografia acidentada da ilha para a determinação do lugar onde os prédios deveriam ser construídos, com destaque para a fortaleza desenhada por Pedro de Azevedo Carneiro (vide anexo 6). Assim, no ponto mais alto do terreno, ficava a defesa e, no mais baixo, o conjunto de moradias e demais prédios administrativos, o que era uma característica muito comum dos projetos urbanísticos para a região, nos séculos XVII e XVIII.

A fundação de Belém compreende o mesmo contexto da colonização de São Luís, ficando sob responsabilidade de Francisco Caldeira Castelo Branco as ações destinadas a construir e povoar uma vila que pudesse guarnecer aquela entrada da Amazônia.

Segundo Cristovão Fernandes Duarte, a fundação de Belém, em 1616, permitiu o estabelecimento de uma rede fortificada, encarregada de defender a costa setentrional da cobiça dos franceses, que depois de serem expulsos do Maranhão podiam, conforme temiam os militares, investir contra o Norte do Brasil. O lugar foi escolhido por sua localização às margens da baía do Guajará – braço secundário da desembocadura do rio Amazonas – e surgiu como o elo entre o rio e o mar, tendo como calha principal o escoamento do grande rio. A partir daí, a história de Belém significou também a conquista da Amazônia.<sup>587</sup>

Renata Malcher adverte que, provavelmente, o plano urbanístico de Belém tenha sido delineado por algum funcionário que compunha o corpo administrativo sob a governança de Castelo Branco, podendo ser um engenheiro ou um piloto que, partindo da fortificação, projetou o conjunto de arruamentos para a vila. Na leitura da autora, a cidade primitiva caracteriza-se

---

<sup>586</sup> Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), 1935, vol 26, p. 235. In: ARAÚJO, Renata Malcher. *Op. Cit.*, p. 78.

<sup>587</sup> DUARTE, Cristóvão Fernandes. *São Luís e Belém: marcos inaugurais da conquista da Amazônia no período filipino*. In: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, pp. 153 e 157.

por “um teso”, ou seja, uma geometria em forma de terraço, praticamente plano, sendo na parte baixa caracterizado por um alagado, chamado de Piri, não se tratando, portanto, de um terreno de grandes proporções, já que era delimitado pela baía do Guajará e pelo rio Guamá, criando-se, assim, uma delimitação natural do terreno, uma espécie de “ilha-fortaleza natural”<sup>588</sup>, por onde se espalhou a *urbes*.

Entretanto, embora o terreno fosse plano e alto, diferenciando-o da topografia da região Amazônica, o lugar onde foi construído o conjunto urbanístico de Belém, por não ser área de várzea, provavelmente, era coberto por vegetação densa. Por isso, o arruamento e a eficiência da fortaleza dependeram, primeiramente, do desbaste do mato, já que nada poderia impedir a eficiência do sistema defensivo.<sup>589</sup>

O capitão-mor Bento Maciel Parente, em carta escrita a Filipe IV, em 14 de janeiro de 1623, denunciou as ruínas do forte de madeira, construído a mando de Francisco Caldeira Castelo Branco. Com isso, suas reivindicações foram aceitas e o forte primitivo (vide anexo 30) acabou sendo transformado numa verdadeira fortaleza, com um baluarte com quatro peças de artilharia e um torreão com casas para alojar sessenta soldados, mas com espaço suficiente para abrigar duzentos. Ficou protegida por um fosso, com vinte e dois palmos de largura e nove de fundo. Porém, a obra exigiu recursos vultosos, excessivos para fazer frente à carência de gente, material e dinheiro (vide anexo 31).<sup>590</sup>

A partir dessa fortificação, que recebeu o primeiro esboço geométrico das mãos do engenheiro militar alemão João André Schwebel, em 1753, registrou-se o crescente desenvolvimento do traçado urbano, ao qual foi dado o

---

<sup>588</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. *Op. Cit.*, pp. 80 e 81.

<sup>589</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. *Op. Cit.*, pp. 81. Sobre as condições topográficas e físicas de Belém, Berredo informou que “a cidade do Pará, acha se situada em huma península de terra baixa em 13 pés sobre o nível do mar, e em 1 gr e 35 min ao sul da linha. O clima foy muy nocivo; porém hoje está mais benigno, he falta de pesca, caffè e arros. Ao cacau deixavão seus moradores impropriamente [cultivado], o açúcar produz pouco; porque apenas dura 2 ou 3 annos a planta”. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. *Roteiro da viagem do Pará até as últimas... – Memórias de Antonio Pereira Berredo*. Indicação de catálogo: 01, 2, 026. – manuscrito).

<sup>590</sup> Cf Varnhagen. *História geral do Brasil*. Apud: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p.53.

nome de Feliz Lusitânia e, posteriormente, de Santa Maria de Belém do Grão-Pará (vide anexo 32).<sup>591</sup>

É importante ressaltar que naquela época, concomitante a esse processo de urbanização da Amazônia, ocorreu a missão de religiosos franciscanos da Província de Santo Antônio, jesuítas e carmelitas. E mesmo o padre Antônio Vieira tendo destacado que a nobreza da Companhia de Jesus sustentou-se nas “conquistas da fé, e [nas] almas convertidas de Deus”<sup>592</sup>, que os lançou, desde o XVII, sobre a região, os religiosos também auxiliaram nos trabalhos de construção dos prédios e da defesa da vilas, que foram surgindo no litoral e no interior da floresta amazônica.<sup>593</sup>

Além das imagens que informam sobre a transformação da paisagem da Amazônia, é importante registrar que a obra de João Lúcio de D’Azevedo, elaborada a partir dos relatos do padre Antônio Vieira, lança luz sobre as considerações do jesuíta relacionadas ao que ele viu e viveu, em pleno século XVII, na Capitania. Assim, ao referir-se a outubro de 1653, Azevedo escreveu que a *Feliz Lusitânia* era uma cidade dividida em dois bairros: “um antigo, limitado pelas actuaes praças da Sé, do Carmo e de São João, chamava-se, como ainda agora, a *Cidade*”, o outro mais recente, que foi crescendo a partir do aumento da população, “acompanhava o curso do rio, tomando por nome – a *Campina*”. Entre estes dois bairros, havia uma muralha que os moradores chamavam de “*portão*”, provavelmente por ter sido o lugar de origem do povoado; e próximo a ele havia a nova residência dos jesuítas; “pobre construção que, não podendo supportar o peso das telhas de barro, abateu de

---

<sup>591</sup> Schwebel chegou a Belém como integrante da Comissão Demarcadora de Limites, em 1753, e junto com ele vieram o arquiteto italiano Antônio José Landi, seu compatriota o engenheiro Antônio Gallucio e o engenheiro alemão Gaspar Gronfeld, todos integrantes da expedição técnico-científica encarregada da demarcação das fronteiras entre Portugal e Espanha previstas pelo Tratado de Madri. Como a comissão espanhola demorou a chegar, esses homens foram destinados a outros afazeres, como as construções fortificadas. (DUARTE, Cristóvão Fernandes. *Op cit.*, p. 160).

<sup>592</sup> *Apud* CARDOSO, Alírio Carvalho e CHAMBOULEYRON, Rafael. *Fronteiras da cristandade: Relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p. 47.

<sup>593</sup> CORTESÃO, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, tomo 1, p. 401. No final de abril de 1643, registra-se uma das primeiras partidas para o Maranhão e Grão-Pará de 16 religiosos da Companhia de Jesus, sob o comando do padre Luís Figueira, superior da missão. Por conta de um naufrágio, apenas o religioso superior conseguiu chegar até o Pará. (CARDOSO, Alírio Carvalho e CHAMBOULEYRON, Rafael. *Fronteiras da cristandade: Relatos jesuíticos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)*. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio. *Op cit.*, pp. 33 e 34.)

repente, e por espaço de muitos anos permaneceu com tectos de palha”, como eram cobertas todas as casas dos moradores. Havia também uma “vasta praça”, ladeada pela Igreja Matriz, a casa da câmara e a do governador, dela partia, em sentido longitudinal, quatro ruas “lamacentas ensopadas pelas chuvas quotidianas”.<sup>594</sup>

Por essas ruas, “de um lado para outro, vagueavam os índios quase nus, os brancos e mestiços vestidos de algodão grosseiro da terra, de um alvacentosujo, ou então tinto da cor avermelhada do *muruxy*, ainda hoje estimada dos naturais”. Em sentido transversal, havia quatro vias que completavam a parte mais antiga da cidade, onde se encontrava a primitiva fortificação construída de taipa; “para a banda do sul”, localizavam-se “a ermida do Santo Christo, e logo adiante, na primeira rua, a do Rosário”. Do lado norte, “passando-se o *Portão* para a Campina”, a população dilatava-se “em duas compridas ruas que são agora as da Industria e de Santo Antonio”; ao final delas, localizavam-se “o convento dos Capuchos, e na primeira, encostado á praia, o dos Mercedários; na outra foi mais tarde a casa da Misericórdia”.<sup>595</sup>

Em dezembro de 1653, quando saiu de Belém, em companhia dos padres Antônio Ribeiro, Manuel de Sousa e Francisco Veloso, para a missão do Tocantins, o padre Vieira, em carta escrita para D. João IV, informou também que “estas terras não são como as da Índia ou do Japão, onde os religiosos vão de cidade em cidade; mas tudo são brenhas sem caminho, cheias de mil perigos, e rios de dificultosíssima navegação, pelos quais os missionários não hão de ir nadando, senão em canoas”. Para o geral da Companhia, Vieira escreveu que na terra, “não há nenhum gênero de cavalgadura”<sup>596</sup>, já que a única montaria eram as canoas construídas e conduzidas pelos índios. Finalmente, sobre o serviço dos índios, “triste índios”, o jesuíta denunciou as dificultosas tarefas por eles desempenhadas, pois além de carregarem as canoas aos ombros, quando parte da jornada se fazia por terra, “as construíam, as toldavam, as calafetavam, as velejavam e as remavam” dias e noites sem parar e, como se não fosse pouco, ainda, tinham

---

<sup>594</sup> D' AZEVEDO, J. Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*, Belém: Secult, 1999, série “Lendo o Pará”, p. 54.

<sup>595</sup> *Ibidem.*, p. 55.

<sup>596</sup> *Apud* CARDOSO, Alírio Carvalho e CHAMBOULEYRON, Rafael. *Op. Cit.*, p. 47.

que alimentar a tropa de religiosos e portugueses, estes últimos por suas vezes, ainda os afrontavam, chamando-os de “cães e outros nomes muito mais afrontosos”.<sup>597</sup> Pela denúncia do jesuíta, pode-se constatar que as intrigas entre religiosos e autoridades leigas, que ganharam força durante o governo de Mendonça Furtado, se fizeram presentes desde épocas anteriores.

Embora, no começo do governo de Mendonça Furtado, existissem no Pará e Amazonas cerca de 63 aldeias, a maioria encontrava-se despovoada e em precárias condições, como informara Mendonça Gurjão ao Conselho Ultramarino, em carta escrita em 1750: nas aldeias e fazendas dos religiosos haviam morrido: “10.777 pessoas além de 7.600 dos moradores, sem contar a gente das fazendas mais longínquas, nem as das Vilas de Cameté, Vigia e Caeté, nem a que andava dispersa pelos sertões, podendo-se calcular em 40 mil pessoas a perda total”<sup>598</sup> Segundo o cronista L. M. Baena, em 1720, a população aldeada em toda a capitania do Pará somava 216 indígenas, distribuídos em 63 missões, das quais, “19 dos jesuítas, 9 dos religiosos do Santo Antônio, 10 dos capuchos da Piedade, 15 dos carmelitas, 7 dos Capuchos da Conceição da Beira do Minho e 3 dos frades mercedários”.<sup>599</sup>

As ordens religiosas nem sempre eram vistas com bons olhos, sobretudo, a Companhia de Jesus, por conta de suas relações com os indígenas que viviam nas aldeias, conforme já vimos. Por isso, esses religiosos eram tidos como “um obstáculo quase intransponível à desenfreada cobiça dos colonos”. Somando-se a tudo isso, havia ainda o problema das epidemias, que agravavam sobremaneira o processo colonizador.<sup>600</sup>

Antes da posse de Mendonça Furtado, é importante registrar que em alguns lugares da Amazônia, até então, não havia nenhuma missão estabelecida, como era o caso da circunvizinhança de Macapá, o que levou o governador a insistir com os capuchos para que fizessem as aldeias naquela região. Mais ainda, em obediências às Ordens Régias, providenciou o

---

<sup>597</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>598</sup> Cf. *Ofício do Governador Francisco Xavier de Mendonça Gurjão, de 15 de agosto de 1750*, A. H. U. – M.R., n. 17 (1601-1834). *Apud*. DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, São Paulo: Coleção da Revista de História, 1971, p. 128.

<sup>599</sup> BAENA, L. M. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. *Apud.*, DIAS, Manuel Nunes, *Op. Cit.*, p. 128.

<sup>600</sup> DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, 134.

povoamento da vila com colonos açorianos e, também, averiguou as condições das fortificações da Amazônia, reparando algumas e construindo outras.<sup>601</sup>

Além disso, em 2 de dezembro de 1754, seguindo “o plano de instrução para os Comissários da parte norte”<sup>602</sup>, Mendonça Furtado determinou que os técnicos embarcados na comissão demarcadora, de Belém para o rio Negro, deveriam produzir levantamentos sobre a fauna e a flora dos lugares por onde passassem durante a viagem. Obedecendo a essas determinações, os engenheiros produziram importantes desenhos que ilustram as particularidades da vida ribeirinha, com destaque para as centenas de aldeias que representavam as mudanças na paisagem da floresta introduzidas, principalmente, pelos religiosos, desde o século XVII. Nesta comitiva, conforme registramos anteriormente, estavam, dentre outros engenheiros militares, o capitão João André Schwebel, que entre outros trabalhos, desenhou as aldeias onde aportaram (vide anexo 33) e Felipe Sturm, que desenhou o ponto de encontro dos comissários castelhanos com os portugueses, a vila de Barcelos (vide anexo 34).

Além desses, estava Antonio Landi, que desenhou modernos prédios civis, como os armazéns do almoxarifado do Pará (vide anexo 35) e as casas de administração da Companhia de comércio do Grão-Pará (vide anexo 36), além de prédios religiosos (vide anexo 37). O moderno conjunto arquitetônico produzido pelo engenheiro bolonhês transformou não somente os tetos de palha da cidade de Belém, descritos pelo Padre Vieira, mas reorganizou a estrutura administrativa da sede da Capitania.

Quando Landi desenhou o prédio do almoxarifado, Mendonça Furtado escreveu ao rei D. José contando que, após a expulsão dos jesuítas da Capitania, seus bens deveriam ser reutilizados pelo Estado: em ofício de 18 de Junho de 1761, ao qual anexou os desenhos respectivos, anunciou que as acomodações do Colégio que pertenceu “aos Regulares da Companhia denominada de Jesus” deveriam servir, agora, de “Armazéns de Armas, e mais petrechos de Guerra pertencentes ao Almoxarifado, evitando por este modo a

---

<sup>601</sup> “Instruções Régias, Públicas e Secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-Geral do Grão-Pará”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Op. cit.*, tomo I, *artigo 28º*.

<sup>602</sup> CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, tomo II, documento LXXXI, p. 224.

despeza que fazia a Real Fazenda de cento e tantos mil reis em cada hum ano, que pagava de renda por vários moradores de casas que se tomavão para o dito ministério; e como me pareceu interessante ao Real Serviço, e Fazenda de S. Magestade, fiz com pouca despeza, esta obra, de que dou conta com a planta a Vossa Ex<sup>a</sup>. para que ao mesmo Senhor seja, presente e mande o que for servido”<sup>603</sup>

Nesse ambiente de discórdia, após várias queixas de Mendonça Furtado sobre a vulnerabilidade do Cabo Norte, o Rei determinou que fossem construídas fortificações que guarnecessem a região. Dentre muitas fortificações construídas, destacam-se a Fortaleza de São José de Macapá (vide anexo 38), localizada à margem esquerda do Rio Amazonas, e o Real Forte Príncipe da Beira (vide anexo 39), nas margens do Guaporé, por serem consideradas os pilares fortificados da Amazônia.

Sobre o Real Forte Príncipe da Beira, é importante informar que a sua planta, de autoria do engenheiro genovês Domingos Sambuceti, é formada por 4 baluartes, cada um deles com 14 canhoneiras. A ordem para sua construção foi dada por Luís de Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres, governador e administrador da Capitania de Mato Grosso, entre 1772 e 1790, com a finalidade de vigiar as comunicações entre as bacias do Amazonas e Paraná – Paraguai e defendê-las dos espanhóis, já que eram os caminhos para se chegar às Missões de Mochos e Chiquitos, na Bolívia, ao Vale dos Solimões e ao sertão aurífero. O Real Forte Príncipe da Beira teve o início da construção em 1776, estando localizado à margem do rio Guaporé, no atual Município de Costa Marques, Estado de Rondônia.

Às portas da Fortaleza de São José de Macapá, surgiu a vila com o mesmo nome, a qual, na opinião de Renata Malcher, destacou-se entre as vilas que Mendonça Furtado fundou na Amazônia. De acordo com uma carta escrita pelo governador a Tomé Joaquim da Costa Real, recomenda-se que a povoação seja elevada à categoria de cidade, “porque de primeiros povoadores há de ter perto de 600 pessoas brancas que, certamente, sem mescla, não as

---

<sup>603</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 49, d. 4506

tem nenhuma deste Estado, e em poucos anos me persuado que a de ser a mais florescente de todas, se acaso as comunidades os não forem conquistar e deixarem aquele pedaço de Terra livre aos Seculares, assim como tem sucedido até agora”.<sup>604</sup> Além disso, nota-se aí a intenção de investir num projeto urbano diferente daquele já existente na região, de autoria dos missionários, visando restaurar assim o poder do Estado em terras amazônicas.

Durante as obras de construção da vila de Macapá, o governador Mendonça Furtado escreveu várias cartas ao Reino, dando conta do andamento do projeto urbano e dos seus moradores como fez, em 25 de janeiro de 1752, quando informou, entusiasmado, que “todos os povoadores se acham contentes naquele sítio não pela fertilidade que as terras prometem, mas também pela abundância de peixe que tiram do rio, ainda que com algum trabalho [pela] razão das dificuldades de ir buscar os índios as aldeias para remarem que aqui há bastante falta”.<sup>605</sup> Outras vezes, o tom do governador era de preocupação como aconteceu em fevereiro do mesmo ano, ao dar notícia sobre uma epidemia que estaria prejudicando os colonos. Entretanto, na mesma carta, procurava tranquilizar o governo de Lisboa, informando sobre a decisão tomada de levar um médico até “a povoação [que] está muito bem situada em um sítio um pouco eminente com larguíssima vista, excellentes ares e iguaes águas”.<sup>606</sup>

Assim, a vila foi se materializando em *urbe*, valendo ressaltar que se fez, sobretudo, com o trabalho dos índios empregados como carpinteiros e pedreiros, que ajudaram na construção da Igreja, batizada com o nome de São José e de duas praças, batizadas São Sebastião, em homenagem a Pombal, e a outra São João, sendo provavelmente uma homenagem ao rei D. João, que foi responsável pelas negociações do Tratado de Madri, iniciando-se, assim, o processo de demarcação na Amazônia que, em seus desdobramentos, levou à fundação de Macapá. Estas praças mediam cerca de 80 x 70 braças – conforme a planta desenhada por Gronfeld, em 1761 – e que, segundo Renata

---

<sup>604</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real de 25 de janeiro de 1752. In: ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, p. 149.

<sup>605</sup> *Idem*, p. 148.

<sup>606</sup> Anaes da Biblioteca e Arquivo Público do Pará. “As fortificações na Amazônia”. Tomo IV, p. 282. In: ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, p. 149.

Araújo, são uma prova do dimensionamento privilegiado da vila, podendo representar, desta forma, tanto o discurso simbólico espacial “da vila do grande rio das Amazonas”, quanto o ideológico, fundamentado no projeto da reforma pombalina para a região. Além deste grandioso centro, havia ainda a determinação de lotes para a construção das casas, medindo cerca de “dez braças de largo por trinta de fundo”.<sup>607</sup> (vide anexos 39 e 40)

A planta reproduzida no anexo 40 é de autoria do engenheiro Gaspar Gronfeld e data de 1761. Entre outros elementos, podemos observar o desenho da vila de São José de Macapá, com destaque para a Igreja, indicada pela letra A e, à sua frente, a praça de São Sebastião (letra M), localizando-se uma quadra adiante (letra N) a praça de São João onde, segundo informações prestadas por Mendonça Furtado ao bispo do Pará, foi levantado um pelourinho.<sup>608</sup>

Além dessas construções, encontra-se também a projeção do forte de Macapá, desenhado antes da Fortaleza de São José pelo mesmo engenheiro alemão. Na verdade, sua construção já fora planejada muito tempo antes, visando substituir a casa forte da ilha de Santana e para consolidar, definitivamente, a política de povoamento destinada a assegurar o domínio de Portugal sobre a região. Esta fortificação era temporária, por ser de faxina e ter sido feita muito rapidamente, de abril a julho de 1761, para servir de defesa urgente contra desembarques no Cabo Norte. Por este motivo, o forte apresentava muitos problemas na sua estrutura arquitetônica.<sup>609</sup>

Na verdade, até que se construísse a Fortaleza de São José de Macapá, as defesas da vila eram precárias, o que era típico do período para a Amazônia. Desta forma, a efetiva defesa de Macapá recaía sobre os colonos, formando-se, para organizá-los, dois terços (regimentos) de auxiliares (milícias

---

<sup>607</sup> ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, pp. 149, 150, 151, 167 e 175.

<sup>608</sup> POMB 162, fls. 132 a 137. Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao bispo do Pará. Macapá, 8 de fevereiro de 1758. *In*: ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, p. 157.

<sup>609</sup> Adler Homero nos explica que existem diferenças terminológicas entre casas fortes e redutos, que são menores; baterias e fortins, que deram origem ao forte de tamanho mediano. Estes seriam as fortificações capazes de se defender de ataques por todos os lados, por períodos mais ou menos longos, sem o apoio de obras suplementares. Nesta classificação, as fortalezas seriam a maior categoria destas obras militares, incluindo em seus elementos obras externas que aumentavam seu valor defensivo. (CASTRO, Adler Homero de. *Op. cit.*, p. 173).

móveis), um de infantaria e outro de cavalaria.<sup>610</sup> Contudo, antes de providenciar a construção da grande fortaleza, Mendonça Furtado formou e enviou à região várias expedições de reconhecimento e povoamento, tendo fundado em uma delas a nova Povoação, depois transformada na vila de São José.

Ao relatar uma dessas expedições, Mendonça Furtado destacou a urgência de se estabelecer o povoado de Macapá, “porque temos por ali maus visinhos, e com boas terras, conforme me dizem, e na ocasião presente, sem meios, ou modo de transportar estas gentes para parte mais longe, ali os vou aquartelando, e em saindo a Frota, se Deus me der saúde, vou logo fundar a nova *Povoação de São José*, se S. Maj. fôr servido que assim se chame, e depois declarar-me se quer que seja vila ou cidade, ou que fique em Lugar; porém como fica tão longe, me parece que não poderá deixar de haver ali um Corpo Civil para governo daquela terra. Eu por ora lhe hei de deixar um Juiz do Julgado, e um Escrivão para fazer algum testamento, e ocorrer aos mais casos que sucederem; e assim se governará até S. Maj. ordenar o que quer que se faça. Ainda não tive daquele sítio mais do que as primeiras novas, pelas canoas que transportaram os primeiros Povoadores, em que eles mandaram dizer aos companheiros que estavam muito contentes, porque a terra era boa, e que tinham visto uma grande abundância de peixe e caça. Queira Deus que eles assim continuem, e que façamos ali uma povoação que livre a este Estado da lamentável miséria e ruína em que se acha”.<sup>611</sup>

O Cabo Norte, mais precisamente o povoado de São José, continuou a preocupar o governador, tanto que ele mesmo participou da expedição de 24 de fevereiro de 1752, objetivando conhecer a região ladeada pelo rio Amazonas e, portanto, aberta aos incômodos das incursões estrangeiras. Por isso, foi providenciada para a viagem uma comitiva composta por pessoas que estavam envolvidas com a arte da navegação, com a construção de fortificações militares e com a cartografia, conforme relatou o próprio Mendonça Furtado:

---

<sup>610</sup> CASTRO, Adler Homero de. “O fecho do império: História das fortificações do Cabo Norte ao Amapá”. In Gomes, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte*, p. 170.

<sup>611</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, p 97.

*“Partindo do porto desta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará para a villa Nova de S. José de Macapá com 3 canoas de minha conserva, levando em minha companhia o meu capitão da Guarda Manoel da Silva e meu secretario o Capitão Gaspar da Costa e o Sargento Mor Engenheiro Carlos Gorjão Rolisso e o Capitão das Fortificações Antonio Gonçalves e o ajudante Aniceto de Távora e com infantaria de minha guarda, o Doutor Físico-Mor Manoel Ignácio, o reverendo padre Capellão D. Jozé dos Anjos Lopes (...) em 24 de fevereiro do Anno de 1752”*<sup>612</sup>.

Naquele mesmo ano, João da Cruz Diniz Pinheiro foi mandado para a Vila de São José, como Ouvidor do Governador do Grão-Pará e até a sua morte, em 1757, mesmo sendo conhecido como autoritário e egocêntrico, foi considerado o dinamizador da instalação do povoado. Foi durante sua ouvidoria que chegaram à vila os engenheiros Gallucio e Gronfeld, responsáveis pelas obras da vila e, também, da Fortaleza de São José de Macapá. Porém, a princípio, Mendonça Furtado preocupou-se muito em confiar a construção deste forte a engenheiros estrangeiros. Pela carta escrita ao juiz de fora do Pará, Francisco Rodrigues de Resende, informou que aquela vila era o “centro de força” e mandaria para lá “um oficial alemão que se criou e que se empregou muito anos na obra de fortificação da Ungria e Austria”, para cuidar da fortificação que julgava ser a “mais principal de todas”. Mas, em novembro de 1755, um mês depois desta primeira carta, o governador escreveu outra carta destinada ao irmão, Marquês de Pombal, admitindo que não poderia confiar a tarefa de fortificar Macapá nem aos engenheiros que lá estavam, por serem na maioria estrangeiros, nem ao sargento português Sebastião José, por ser inábil. Concluindo a carta, solicitou que fossem mandados do Reino mais engenheiros nacionais e mestres de pedreiros para ensinar os índios.<sup>613</sup>

---

<sup>612</sup> *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1906, t. 67, pt. 1-2, p. 253.

<sup>613</sup> POMB 161, fl. 12, Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao desembargador Francisco Rodrigues de Resende, em 21 de outubro de 1755. E, também, Carta de Francisco

Pela carta escrita por Mendonça Furtado ao bispo do Pará, em 1759, é possível perceber que o seu pedido foi atendido, pois informa a chegada de Tomás Rodrigues da Costa e Manuel Alves Calheiro, sargentos-mores engenheiros vindos de Portugal e, que pela vontade do governador, seriam mandados para Macapá como intendentess de obras e mestres de uma Aula de Fortificação, “fazendo vir a ella aqueles rapazes que me parecem mais habeis, e de que se poder esperar algú fructo”. O engenheiro escolhido para Macapá foi Tomás Rodrigues da Costa, assumindo o comando da vila que, a partir de então, pôde ser assim denominada, pois fora elevada a esta categoria, em 8 de fevereiro de 1758, com todas as cerimônias da praxe. Mendonça Furtado permaneceu na nova vila de Macapá até 14 de fevereiro, para que pudesse instruir o recém-nomeado comandante das ações importantes para o estabelecimento daquele projeto urbano, dando devida atenção para as obras da igreja, “com aquela decencia e decoro com que se deve construir hua casa dedicada ao serviço de Deus Sr Nosso, não perdoando a meyo algú de se conseguir com a maior brevidade aquele virtuoso fim”. Em seguida, devia cuidar das obras da Câmara e da casa do pároco, e “as ruas se devem continuar na mesma forma e com a mesma perfeição com que estão feitas sem que morador algú se atreva a alterar o metodo com que estavam delineadas, não podendo em cazo algú fazer deformidade nas ruas ou praças por que tudo se deve conservar na forma em que se achão”.<sup>614</sup>

Mas, em 1772, o governador João Pereira Caldas escreveu ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, remetendo “os papéis e plantas [apresentadas nos anexos 29 e 38] contendo os novos exames e averiguações actualizadas e circunstanciadas do estado actual da Fortaleza da Praça de São José do Macapá”, que naquele ano já necessitava de reparos e, por falta de recursos, a obra encontrava-se parada. O mesmo ocorria, segundo relatou o governador com os estabelecimentos militares das Vilas Vistosa da Madre de Deus e de Nova Mazagão.<sup>615</sup>

---

Xavier de Mendonça a Sebastião José de Carvalho e Melo, em 14 de novembro de 1755. In: ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, p. 155.

<sup>614</sup> Instruções de Mendonça Furtado a Tomás Rodrigues da Costa. In: ARAÚJO, Renata. *Op. cit.*, p. 158.

<sup>615</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, , cx. 70, d. 6008, de 18 de maio de 1773.

Nesse ofício, Pereira Caldas faz uma descrição da vila de São José de Macapá e, contrariando as más-querências sobre o lugar, escreveu: “O sítio he delicioso; o clima benigno; e o terreno não deixa de ser fecundo, porque produz muyto bem o Arros, o Milho, o Algodam, e em partes a Mandioca, e em quase todas a fruta. Tem dilatadas Campinas que fazem huma planície vistoza, como observei as da Villa ate aonde o Cyrugiam-mor tem o seu curral, (...) O campo tem a extenção, e pasto que pode admitir hum grande numero de gado; e de facto tem mutiplicado bastante as vacas com que S. Mage. mandou favorecer aquelle moradores. La me pareceu hum arremedo da nossa Cintra, e Collares, porque no seus potros e éguas acarretão para as suas cazas as suas colheitas em razam de ficarem distantes as suas rossas”.<sup>616</sup>

Entretanto, na mesma correspondência, advertiu que apesar da “coroavel natureza da terra”, era necessário acudir os moradores com escravos, “porque os pobres, que ainda não tem meios para comprarem (...) apenas poderão fabricar para o seu sustento, não sendo a trabalhar mais que o marido, porque a mulher com a criação dos filhos se priva athe do lavor domestico”.

Além das informações sobre a produção local e as obras da Fortaleza de São José de Macapá, Pereira Caldas remeteu também uma planta das obras da vila (vide anexo 40), informando que acrescentou novas ruas “para aproveitar aquelle plano e alargar a Povoação, porque em poucos annos não bastarão os edificios se faz também o de estender a Povoação, e adornar a Villa”.<sup>617</sup>

Distante “uma maré”<sup>618</sup> da Vila de São José de Macapá, em frente à ilha do Marajó e a 50 metros de altitude, os portugueses ergueram, na costa norte do braço esquerdo da foz do Amazonas, a Vila Nova de Mazagão, fundada para abrigar as famílias de mazaganistas retirados da cidade fortificada de Mazagão, na África – única praça lusitana do Marrocos Meridional

---

<sup>616</sup> *Ibidem.*

<sup>617</sup> *Ibidem.*

<sup>618</sup> Na Amazônia, no século XVIII, Portugal fundou um povoamento tripolarizado nas vilas de Macapá, Vistosa e Nova Mazagão que se distanciavam umas das outras cerca de 14 horas de barco. Nos documentos da época, é comum encontrar a expressão “couza de uma maré”, que é o tempo entre a maré alta e a baixa dos rios. (SILVA, José Manuel Azevedo e. *Mazagão. De Marrocos para a Amazônia*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Biblioteca digital, 1 a 7 e 12.

–, cuja existência estendeu-se do governo de D. João III ao de D. José I, quando sucumbiu à sétima tentativa de invasão do exército mouro, levando o governo português, em 1769, a abandonar a praça e embarcar toda a população, 2092 pessoas, para Lisboa e, de lá, para Belém, onde aguardaram a construção da nova vila projetada com cerca de 500 casas.<sup>619</sup> (vide anexos 41 e 42)

José Manuel Azevedo e Silva afirmou que a escolha do lugar para a Nova Mazagão dependeu da preocupação que tinha o gabinete josefino de proteger o norte da colônia portuguesa da cobiça de outros países. Isto fica evidente quando tomamos conhecimento da carta escrita, em 5 de janeiro de 1773, por João Pereira Caldas, dirigida a Martinho de Melo e Castro, informando sobre os vultosos gastos com a construção da Nova Mazagão e, portanto, sugere que as famílias vindas da África tenham a liberdade de escolher o lugar em que quiserem habitar, livrando o Estado de maiores gastos, caso se ficasse “sempre conservando aquelles Povoadores, posto que em taes termos, menos uteis á defenção, e fortificação da Praça, e Barreira de Macapá”.<sup>620</sup> Com isso, fica confirmado o objetivo da Coroa em conduzir os mazaganistas para a Amazônia, sobretudo porque entre as famílias que para lá foram embarcadas havia homens que, na África, fizeram parte do exército que enfrentou os mouros e, portanto, poderiam ser recrutados, se fosse necessário, para comporem regimentos militares.

Como é de se supor, um projeto dessa magnitude custou caro aos cofres da Capitania, porque os gastos somaram-se aos que a Coroa já tinha com a construção da Fortaleza de São José de Macapá, provocando o retardamento de suas obras, conforme anunciado na planta reproduzida no anexo 29. Esta situação é evidenciada pela correspondência de 19 de setembro de 1770, enviada por Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, provedor da Fazenda do Pará, a Martinho de Melo e Castro, pela qual informou que das “14 letras de câmbio, no montante de 83. 258. 016 réis [destinavam-se] “8.041.650 réis” às obras da Fortaleza de São José de Macapá e “o montante de 18.549.506 réis destinou-se ao pagamento das despesas ordinárias daquela

---

<sup>619</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>620</sup> *Ibidem*, p. 10.

Provedoria, entre as quais avultavam as respeitantes à fundação de Vila Nova de Mazagão”.<sup>621</sup>

Em 1779, o governador e capitão-general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, escreveu para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, informando sobre as queixas apresentadas pelas 116 famílias moradoras da Vila Nova de Mazagão e, diferentemente do que informou em 1772 a respeito da vila de São José de Macapá, relatou que a maior dificuldade em construir as casas e a igreja era devida ao terreno pantanoso, o que dificultava, também, “a comunicação por terra para o Macapá, por semelhante circunstancia de muitos pântanos” que impediam tanto a comunicação com a vizinha Vila Vistosa e com a Praça de Macapá, “pois que o caminho do Rio nem sempre se poderá achar desembaraçado do inimigo, nem dos grandes ventos que, contrários, costumão ordinariamente embaraçar a descida das embarcações das sobreditas Villas para aquella Praça”.<sup>622</sup>

Esta situação, segundo o governador, desvirtuava o plano de estabelecer a Nova Vila de Mazagão, que era servir de suporte na defesa de Macapá. Além disso, assim como registrou Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, provedor da Fazenda do Pará, em 1770, os custos para a implantação da vila eram altos, agravados desde o transporte dos mazaganistas do Reino para a Amazônia. E como não fosse o bastante, queixava-se, ainda, que “esta gente, ainda que vista, o muito prompto para o exercício das Armas, em que foy criada, o não he para a lavoura; assim pela dita razão de ser outra a sua criação; como porque sendo huma grande parte daquellas famílias de qualidade distincta; e diluída, nunca seria a pretender e a esperar que, por si mesmas, se sustentassem aos laborozos, e pezados serviços, a que a lavoura neste Paiz obriga”, solicitando, enfim, que a sede da Capitania enviasse mais operários, “que independentemente dos Índios, devem ser os escravos, como por todo o outro Brazil se pratica”.<sup>623</sup>

---

<sup>621</sup> *Ibidem*.

<sup>622</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 82, d. 6720, de 5 de fevereiro de 1779.

<sup>623</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 82, d. 6720, de 5 de fevereiro de 1779.

Os documentos que acompanharam a correspondência do governador Pereira Caldas evidenciam que a situação na Vila de Mazagão tornou-se, com o tempo, insustentável, agravando-se com a morte de D. José I, já que sua sucessora, D. Maria, não atendeu às reivindicações dos engenheiros sobre a conclusão das obras da Fortaleza da São José e as da vila mazaganista, o que fez com que muitos moradores se transferissem para Belém.<sup>624</sup>

#### 5.4. Para além do sertão

Para John Monteiro, o significado de sertão remonta aos anos de 1600 e 1700, durante o sertanismo de apresamento dos índios, podendo ser uma referência tanto às áreas contíguas às vilas quanto a terras bem distantes como, por exemplo, as margens dos rios Tocantins, Xingu ou Madeira. Mas, no quadro geral da época, o sertão ou sertões, basicamente, significavam o contrário do lugar povoado: nos primeiros reinavam a liberdade e a desordem, já no segundo existiam as regras de convivência<sup>625</sup>, sendo estas as principais características descritas pelos viajantes do interior do Brasil, que também chamavam esses lugares de *sertões bravios*.

Diferentemente da descrição dos geógrafos da atualidade, para quem o sertão é a área distante do agreste, onde a terra é árida, a vegetação rasteira com cactos e o clima é mais seco; para os habitantes da colônia, era um lugar onde se podia fazer o que se desejasse, o que se tornava mais intenso quanto mais adentravam o interior do Brasil. No *interior do sertão*, ficava um lugar que não podia ser domado, não existindo aí o entendimento de fronteira política ou geográfica. O sertão era, assim, “um estado de espírito”.<sup>626</sup> Nele, não habitavam portugueses, mas os seus descendentes mestiços e os índios, que

---

<sup>624</sup> Mazagão é, atualmente, município do Estado do Amapá. Entre 2003 e 2006, devido à parceria entre o governo do Estado e o programa de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, com o projeto de escavações, foram encontradas as ruínas da primitiva vila e as ossadas dos primeiros moradores.

<sup>625</sup> MONTEIRO, John M. “O sertão e a identidade mística do paulista”. In: *História em movimento, Caderno Paulista*, XXVII.

<sup>626</sup> RUSSELL-WOOD. A. J. R. *Fronteiras no Brasil Colonial*. In: *Revista Oceanos. A formação territorial do Brasil*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40 – outubro/dezembro 1999, p. 9.

demonstravam uma força perigosa aos olhos do Estado, porque o sertanejo era visto como “bárbaro, caótico, não cristão, não civilizado e hostil” aos valores e princípios de justiça, cristandade, disciplina, estabilidade e boa administração.<sup>627</sup>

Capistrano de Abreu escreveu que os sertanejos que se envolveram nas empreitadas do Norte e não retornaram a São Paulo tornaram-se grandes proprietários das terras conquistadas, passando de “despovoadores para conquistadores, formando estabelecimentos fixo”.<sup>628</sup> No que diz respeito diretamente à Amazônia, durante o século XVIII, estes homens, também conhecidos como bandeirantes, foram atraídos para o interior da floresta em busca do sonho dourado, assim como os viajantes da *Hiléia* dos séculos anteriores.

As entradas para o sertão amazônico se deram muito mais pelo sabor da aventura do que pelos interesses políticos de demarcação de fronteiras, pois, quando este era o objetivo, a viagem era feita pelos rios, já que o interior era o lugar de conflito entre os interesses do Estado e o dos bandeirantes. Lembremos o que aconteceu em 1614, quando ocorreram os primeiros choques entre as frentes bandeirantes, de interesse português, e as missões, sob comando espanhol, situadas ao Sul da região, no Guairá (oeste do Paraná) e, depois, no Uruguai (às margens do rio de mesmo nome) e em Tapes (no centro do Rio Grande do Sul). Mais de 100 anos depois, com a descoberta de ouro em Cuiabá (1719) e no Guaporé (1736), os enfrentamentos se agravaram perto de onde estavam as Missões de Chiquitos (junto ao atual Mato Grosso do Sul) e de Moxos (junto a Mato Grosso).<sup>629</sup>

---

<sup>627</sup> *Ibidem*.

<sup>628</sup> ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Civilização Brasileira/MEC, 1971, p. 106.

<sup>629</sup> O território ocupado pelas missões de Chiquitos e Moxos foi definido no artigo VII do Tratado de Madri. As missões de Mojos e Chiquitos desempenharam um grande papel no século XVIII, devido às suas expansões territoriais, às suas organizações com as nações indígenas e suas defesas contra as invasões dos sertanistas, favorecendo o interesse espanhol. Mais tarde, propiciaram o estabelecimento das fronteiras do oeste dos rios Alto Paraguai e Madeira, como também, os domínios das coroas portuguesa e espanhola.

Os portugueses conheceram as missões de Moxos em 1723, quando foi feita a primeira entrada pelo rio Mamoré, inaugurando a ocupação do extremo oeste, que viabilizou estratégias das ações lusas contra as missões espanholas e estabeleceu a capitania do Mato Grosso, sendo a capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada às margens do rio Guaporé, local ideal para a expansão daquelas fronteiras.

Moxos significou um grande entrave às conquistas portuguesas para Oeste da colônia e, de lá, para toda a Amazônia. Desde 1615, a foz do Amazonas vinha sendo ocupada por Portugal, o que coincide com o início da construção da cidade de Belém, cabendo, conforme citamos anteriormente, a Francisco Caldeira Castelo Branco a efetivação e incorporação da Amazônia aos domínios portugueses. Porém, as distâncias e dificuldades de comunicação desta região com o centro da colônia fizeram surgir um Estado independente, instalando-se, em 1623, o Estado do Maranhão, abrangendo o território do Ceará e do Maranhão atuais. Depois, durante o governo de Mendonça Furtado (1751-1759) a capital do Grão-Pará foi transferida para Belém e a capitania passou a abranger todo o Norte, Mato Grosso, Goiás e alguns estados do Nordeste.<sup>630</sup>

Com a descoberta das jazidas de ouro no oeste do Brasil, no século XVIII, formaram-se os núcleos de Cuiabá, arraial em 1719 e elevado a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (vide anexo 43), em 1727, fundando-se, em 1748, os territórios de Mato Grosso e Cuiabá; além de Goiás (vide anexo 44), desmembrados da Capitania de São Paulo.<sup>631</sup> Em 19 de março de 1752, foi fundada Vila Bela da Santíssima Trindade (vide anexo 45), no lugar de Pouso Alegre, por Antônio Rolim de Moura, primeiro governador e capitão-geral de Mato Grosso, em cumprimento à provisão régia de 2 de agosto de 1748, que estabelecia como sítio para esta povoação as margens do rio Guaporé, perto das descobertas auríferas, visando, sobretudo, preservar aquela porção central do Brasil das investidas espanholas. Entretanto, depois de 20 anos de

---

<sup>630</sup> Bessa, Carlos. “Fronteiras do Brasil – potente realidade geopolítica e contribuição portuguesa”. In *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1989 II série, vol. 32, tomo 1, p. 45.

<sup>631</sup> GARCIA, João Carlos. “As cartas geográficas da Casa da Ínsua”. In *A mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, p. 22.

existência, a povoação sofreu com as cheias do Guaporé e com a insalubridade, fazendo com que Luís Pereira de Albuquerque e Cáceres, governador da Capitania do Mato Grosso (1772 a 1789) determinasse o desenvolvimento da capital para o lado do Levante, ou seja, para uma zona mais alta que proporcionasse ambiente mais saudável e sem risco de inundações.<sup>632</sup>

Com a fundação de vilas no interior do Brasil, o sertão deixou de ser uma zona transfronteiriça, pois os sertanejos, inter-relacionados com os naturais da terra e com a natureza, criaram um outro modo de viver, diferente daquele que se desenrolava nos núcleos fundados em outras regiões da colônia. Entretanto, lugares como Vila Bela e Vila Boa se tornaram centros dinamizadores de relações culturais e sociais, fazendo com que o sertanejo passasse a ser, também, um homem de fronteira, localizado no limite entre culturas diversas.

## 5.5. As *gentes* da fronteira

*“Não tenho que estender-me por agora sobre hábitos e costumes dessas nações, e sobre tantas outras que encontrei, senão quando isso possa ter alguma relação com a física ou história natural; assim não farei absolutamente descrição de suas danças, de seus instrumentos, de seus festins, de suas armas e utensílios de caça e pesca, de seus ornamentos extravagantes feitos de ossos de animais, e peixes atravessados em suas narinas e lábios, de suas faces crivadas de buracos que servem de estojo de penas de pássaros de todas as cores: mas os anatomistas acharão talvez algumas reflexões que fazer sobre a extensão monstruosa do lóbulo da extremidade inferior da orelha de algum desses povos, sem que por isso a espessura diminua sensivelmente. Ficamos surpresos de ver essas pontas de orelha,*

---

<sup>632</sup> GUERREIRO, Inácio “A coleção cartográfica da Casa da Ínsua”. In *As mais dilatada vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 128 e 129.

*de quatro a cinco polegadas de comprimento, com um buraco de dezessete a dezoito linhas de diâmetro, e entretanto nos asseguraram que nada víramos de singular no gênero. Eles encerram primeiro no buraco um cilindrozinho de madeira, e o vão substituindo por outro mais grosso, à medida que a abertura aumenta, até que a ponta da orelha lhes dá pelas espáduas. A sua ornamentação consiste em encher tal buraco com um grande ramallete, ou com um tufo de verdura e de flores que lhes sirva de brinco”.<sup>633</sup>*

Esta era a imagem que se tinha dos habitantes da Amazônia ao tempo da expedição de La Condamine pelos afluentes do *Rio Dulce* e cercanias. À época, a população indígena, apesar de já ameaçada, ainda saltava aos olhos dos viajantes. Com o passar dos anos, contudo, juntamente com a paisagem, acabaram mudando as cores dessas gentes, habitantes primitivos do litoral e do sertão amazônicos.

Os relatos dos viajantes do século XVII informam que viviam na Amazônia, à época da Fundação do Forte do Presépio, cerca de cento e cinquenta luso-brasileiros, um número muito reduzido perto das inúmeras nações indígenas que habitavam as infinidades de ilhas da Amazônia, com destaque para os Tapuias e seus inimigos, os Tupinambás. Segundo João Francisco Lisboa, essa inimizade era causada pelas diferenças físicas que caracterizavam esses indígenas: os Tapuias “guardaram o cunho selvagem do tipo mongólico, tinham as maçãs do rosto salientes e os olhos remontavam para as fontes. Eram atarracados e de pele em geral acobreada. Os cabelos lisos desciam até os ombros, pintavam-se de urucu e jenipapo e fendiam o lábio inferior, introduzindo nele um leve batoque de madeira, um pedaço de resina ou um disco de esmeralda”.<sup>634</sup>

É importante registrar que as denominações *tupi* e *tapuia*, que aparecem nos mapas, como a *Descrição dos rios Pará* e *Maranhão*, de João Teixeira Albernaz, o *Velho* (vide anexo 46), são decorrentes do início da colonização,

---

<sup>633</sup> La Condamine. *Op. Cit.*, p.74

<sup>634</sup> João Francisco Lisboa. Apud: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit.*, p. 40

quando os portugueses não atentavam para as variações entre os nativos e se contentaram com uma sumária distinção entre eles. Sabe-se que o grupo lingüístico *tupi* possuía inúmeras etnias, que se localizavam em pontos do litoral e do interior do Brasil, tais como: tupiniquim, tupinambá, tamoio, caeté, potiguar, temiminó, entre outros. O termo *tapuia* aludia a grupos lingüísticos diversos: *jê*, *karib*, *arawak* e famílias lingüísticas menores. Os europeus também empregaram o termo genérico *nações*, para se referirem às tribos indígenas, e *gentio*, que dizia respeito ao índio tutelado pela Igreja.

Já os Tupinambás tinham uma compleição física mais desenvolvida. Originalmente, habitavam o litoral, mas com a chegada dos portugueses, depois da conquista de Pernambuco, fugiram para a Amazônia. Eram guerreiros, de estatura semelhante à do ibérico, porém mais musculosos; usavam “arcos imensos”, que manejavam com a maior facilidade, e tinham a pele acobreada. Referindo-se a Jean de Léry, Francisco Lisboa assegura que eles não eram mais trigueiros que os portugueses e espanhóis. Tinham cabelos negros, corredios e a fronte largamente desenvolvida, os olhos não eram tão oblíquos como os dos Tapuias, achatavam o nariz aos recém-nascidos, com o polegar, pois achavam que era “grande formosura terem o nariz rombo”.<sup>635</sup>

Ainda sobre a população da Amazônia, quando da fundação de Belém, José Veríssimo afirmou que, diante do número reduzido de mulheres da Corte no início do povoamento da região pelos europeus, a miscigenação entre brancos e índias foi uma realidade, muitas vezes conseguida pela violência sexual, pois, à época, a imigração foi quase exclusivamente masculina e militar, sendo muito raras as mulheres que acompanhavam seus maridos.<sup>636</sup>

Essa situação foi narrada a Bento Maciel Parente, quando de sua posse da capitania do Cabo Norte: pelo regimento que recebeu, foi instruído a “trazer soldados reprimidos e disciplinados para que com a demasiada licença e soltura da guerra se não fação insolentes nem cometão excessos (...) que

---

<sup>635</sup> João Francisco Lisboa. Apud: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 40.

<sup>636</sup> José Veríssimo. Apud: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 40.

vivão bem sem escândalo e em particular que não estejam amancebados nem levem índias consigo de que se tenha ruim suspeita”.<sup>637</sup>

Pedro Teixeira, em sua *Relação do descobrimento do rio Amazonas*, também mencionou que, nos lugares por onde passou, a caminho de Quito, nas povoações de portugueses “há pouca mulheres que sejam de sua qualidade” e alertou que “se viessem da Espanha, seriam bem recebidas”. Sobre os índios, denunciou “que [estavam] reduzidos nas terras que os portugueses possuem, e os que são amigos e podem ser convertidos, receber a fé católica, são mais de um milhão. Falam diferentes línguas e entendem todos uma língua geral que corre toda a costa do Brasil. Muitas nações de índios do rio das Amazonas, subindo pelo rio mais de 400 léguas, também entendem esta língua”.<sup>638</sup>

Além de mulheres, outros documentos reclamavam a urgência de se mandar para a região outros povoadores, como “soldados, gente cazada, officiaes mecanicos de todos os officios que quanto mais souberem de seus officios tanto melhor, lavradores estes que levem seus filhos e filhas, molheres para os solteiros com que cazarão ellas muito bem e elles povoarão melhor, que estão solteiros e são mais de duzentos homens. Devem hir gados e alguns escravos da Guiné e Religiosos quais convem cousa tamanha”.<sup>639</sup>

E, em 1621, registrou-se a chegada dos primeiros casais açorianos ao Pará. O segundo contingente, constituído de duzentas e trinta e quatro pessoas, só chegaria a Belém cinqüenta e cinco anos mais tarde, integrando um movimento que se seguiu até o governo de Mendonça Furtado.

Além desses, até o século XVIII, foram enviados para a Amazônia, em número menor, alguns degredados, anunciados em correspondências como o ofício do Arcebispo regedor D. João para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, avisando sobre o envio de José Colado, natural da Vila das Galveias, em Avis, para o Estado do Pará, a

---

<sup>637</sup> *Regimento para o capitam Bento Maciel Parente, dado a 22 de março de 1619*. In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 41.

<sup>638</sup> In: CARVAJAL, Gaspar, ALONSO, Rojas e ACUÑA, Cristóbal de. *Op. cit*, p. 105.

<sup>639</sup> IBNL, códice 249, Ms da Coleção Pombalina, fl. 239. In: SARAGOÇA, Lucinda. *Op. Cit*, p. 41.

fim de cumprir sentença de 10 anos de degredo em companhia de sua mulher, Francisca Luísa, por ter sido condenado pelos crimes de furto, arrombamento e fuga.<sup>640</sup> Não podemos deixar de registrar, porém, que a vinda dos primeiros degredados para o Grão-Pará coincidiu com o programa das sesmarias, ou seja, ocorreu em período anterior à chegada de Mendonça Furtado ao Norte da colônia.

É importante ressaltar, que estes condenados, muitas vezes, exerceram cargos importantes na capitania, servindo, sobretudo, como guardiões da fronteira, do que dá registro o ofício do governador João Pereira Caldas, para Martinho de Melo e Castro, sobre a nomeação do degredado Manuel Rebelo Seabra, para o posto de soldado de uma dos regimentos da cidade de Belém do Pará.<sup>641</sup> Outros serviram, até mesmo, nos serviços de demarcação, como foi o caso do sargento-mor engenheiro João Vasco Manuel de Braun que cumpriu pena no Pará, durante os trabalhos de demarcação do Tratado de Santo Idelfonso, o qual, em 1787, escreveu para o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, solicitando alívio da pena do degredo em que se encontrav<sup>642</sup>, visto que seu exílio excedera os cinco anos previstos.<sup>643</sup>

Pelas Instruções Régias Públicas e Secretas, de 31 de maio de 1751<sup>644</sup>, Mendonça Furtado foi orientado a incentivar, entre outras coisas, a miscigenação entre portugueses e índios, para assegurar um crescimento contínuo da população na região fronteiriça. Além disso, deveria trazer casais açorianos e importar escravos africanos, que serviriam como mão-de-obra para a lavoura de algodão, no Maranhão, e arroz, no Grão-Pará.

No que interessa diretamente a esta tese, convém registrar que essa mão-de-obra também foi destinada ao trabalho de construção de vilas e

---

<sup>640</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_013, Cx. 55, D. 5082, de 19 de abril de 1764.

<sup>641</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 71, D. 6058, de 28 de outubro de 1773.

<sup>642</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 82, D. 6741, de 14 de MARÇO de 1779.

<sup>643</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 96, D. 7627, de 2 de fevereiro de 1787.

<sup>644</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, 1º tomo, p. 26.

fortificações, garantindo, assim, o domínio luso na porção setentrional da América do Sul.

Ainda pelas Instruções Régias, percebe-se que o Rei, preocupado em assegurar a posse sobre essas terras do Cabo Norte, recomendou ao governador não somente que praticasse uma política de povoamento, mas, também, que organizasse alguma defesa para evitar desordens e, principalmente, sua conquista pelos franceses e holandeses, haja vista que o monarca já estava ciente das investidas desses países naquela região, razão pela qual, desde 1748, havia ordenado a fundação de missões nas ditas terras.<sup>645</sup> Mesmo assim, Pombal mostrou-se preocupado com a política de povoamento da região, tanto que instruiu Mendonça Furtado a ter muita atenção neste processo, recomendando:

*“Muito a extensão da cultura e povoação de todo este governo, conforme a oportunidade e ocasiões que tiveres para este efeito, porém mais particularmente encarrego-vos de povoares o distrito de Mearim, que fui servido mandar aldeyar..., e especialmente as missões do Cabo Norte, onde cuidareis logo em estabelecer não só povoações, mas também defesa para fazer a barreira deste Estado, por esta parte, evitando por esta forma as desordens e conquistas que por esta parte lhe podem fazer os franceses e holandeses, para cujo fim mandareis missionários, executando-se sem demora nem admitir escusa a resolução que fui servido tomar a este respeito em 23 de julho de 1748”.*<sup>646</sup>

Assim, ficaram os jesuítas e capuchos incumbidos de organizar as missões do Cabo Norte, já que as missões também eram vistas como “instituição de fronteira”, uma estratégia comum da colonização ibérica em diferentes lugares. Nota-se por este viés uma relação entre o Estado e a Igreja, simbolizada pela cruz e a espada, valendo ressaltar, de acordo com Charles Boxer, que o estabelecimento das reduções em regiões fronteiriças foi uma

---

<sup>645</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro. *Op. cit.*, tomo I, p. 31, artigo 19º.

<sup>646</sup> POMB, 626, fl. 17. Arquivo Histórico Ultramarino, Pará, Caixa 737 A (14A), 31 de maio de 1751. In: ARAÚJO, Renata. *Op. Cit.*, pp. 147 e 148.

intenção geopolítica, pois os missionários eram “menos onerosos e mais eficazes do que o custo de uma grande e dispendiosa guarnição”.<sup>647</sup>

Com essas ações, a vida na fronteira institucionalizava o *território*, visto que seus limites eram usados para transformar e controlar o comportamento pré-existente. Na sociedade moderna, muitos tipos comuns de lugares foram transformados em *territórios*, usados tanto para conter ou restringir, quanto para excluir. Como os responsáveis pelo controle nem sempre ocupam o espaço em transformação, as intervenções espaciais – que para nós pressupõem mudanças na cultura e na paisagem – exigem um corpo administrativo. Assim, no Brasil colonial, o rei de Portugal dependia das informações de homens que trabalhavam oficialmente ou não para o Estado, para conhecer e controlar seus territórios de além-mar. A efetivação da territorialidade, à época das grandes descobertas marítimas, deu-se, sobretudo, através do povoamento nem sempre planejado, mas que no seu cerne excluiu e incluiu pessoas de diferentes lugares. A exclusão ficou evidenciada pelo tratamento dispensado aos índios, justificado pela visão dos europeus, que os caracterizava como “selvagens ou sub-humanos”.<sup>648</sup> Como exemplo de inclusão, recordemos o povoamento das terras do Cabo Norte quando, ao longo dos séculos XVII e XVIII, casais de açorianos foram enviados para a Capitania do Maranhão e Grão-Pará e, também, quando a cidade de Mazagão do Marrocos foi transportada para a Nova Mazagão, na Amazônia.

A execução do projeto colonizador na Amazônia ficou a cargo, principalmente, da Companhia de Comércio do Grão-Pará que transportou os escravos negros dos centros de resgate da África para os serviços da Capitania. Com essa medida, assegurou a conquista agrícola das terras inexploradas do Norte, sob a justificativa de que “não pode a ruína deste Estado ter melhor princípio de restabelecimento que de hua Companhia de Comercio Nacional para se introduzirem negros nelle com que se fabriquem as excelentes e infinitas terras que se acham ao dezamparo”.<sup>649</sup>

---

<sup>647</sup> BOXER, Charles. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Ed. Setenta, 1978, pp 92-96.

<sup>648</sup> SACK, Robert David. *Op. Cit.*, p. 133.

<sup>649</sup> A.H.U. – M.P. 1773-1775. Carta de Mendonça Furtado, datada do Pará a 18 de janeiro de 1754, para Diogo de M. Côte Real. *Apud*. DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, pp. 158 e 159.

A introdução dos escravos africanos, porém, exigia fartos investimentos de que não dispunham os colonos. Diante desse impasse, o governador dirigiu a responsabilidade da empreitada para a Companhia de Comércio do Grão-Pará, pois entendia que seria o único meio de arrancar o Estado do abatimento em que se encontrava. O fundo desse investimento veio dos lavradores mais abastados, convencidos de que o estabelecimento desse projeto escravista traria a fortuna esperada. A contribuição de cada investidor interessado somou a renda de 32 mil cruzados, vista como “insignificante para hum objecto tão grande”.<sup>650</sup>

Um dia antes da aprovação do alvará que criou a companhia, foi criada a lei que restituiu “aos índios do Grão-Pará e Maranhão a liberdade das suas pessoas e bens” e os nativos passaram a ser tutelados “pelos governadores, Ministros e pelos seus principaes e justiças Seculares, com inibição das administrações dos Regulares, derogando todas as Leys, Regimentos, Ordens e dispositivos”.<sup>651</sup>

Com a “emancipação” do índio e a criação da Companhia de Comércio e Navegação, o poder dos jesuítas no Pará não resistiu às investidas pombalinas. Para a administração das aldeias, foi nomeado um diretor com ordens de “pelo trabalho civilisarem as Povoações. (...) E como leva aquêlê prêmio, naturalmente hão de promover o comércio por que quanto mais se lhe engrossarem os Índios em cabedaes por meio da agricultura e comercio, tanto mais proveito se lhe segue, e este foi o fundamento que me moveo a estabelecer o ordenado na sobredita forma”.<sup>652</sup>

Com a Lei de 3 de outubro de 1759, expedida pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, confirmou-se a expulsão dos religiosos da

---

<sup>650</sup> Cf. *Estatutos da Instituição da Companhia*, guardados no A.H.U. – M.M. no 23 (1755 – 1757). Apud. DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>651</sup> Cf. *Alvará com força de Ley, porque Vossa Magestade há por bem renovar a inteira e inviolável observância da Ley de doze de Setembro de mil seiscentos sincoenta e três, em quanto nella se estabeleceo que os Índios do Grão-Pará e Maranhão sejam governados no temporal pelos governadores...* Lisboa, 1755. Apud: DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 16.

<sup>652</sup> Cf. “Carta datada do Pará a 21 de maio de 1757 – A.B.A.P.P., doc. Nº 156, t. IV, pp. 184 e segs. Pará, 1905. Sobre a nova administração das aldeias veja-se: *Directorio Que Se Deve Observar Nas Povoacoens dos Índios do Pará e Maranhão Enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*. Lisboa, 1758, t. IV, pp. 25-68, Coimbra, 1819. Apud: DIAS, Nunes Manuel. *Op. Cit.*, p. 162.

Companhia de Jesus “dos seus Reinos e Domínios”<sup>653</sup> e, a partir desta data, competia ao governo do Estado proceder contra aqueles que tivessem negócios com os jesuítas. Além disso, os padres foram excluídos da administração das aldeias e expulsos, por fim, das capitanias do Pará e Maranhão.

A excessiva exploração do trabalho dos índios, mesmo com todas as leis criadas desde o século XVII, ainda era praticada, principalmente pelos colonos, contrariando a lei de 6 de junho de 1755, pela qual Pombal ordenava para a Amazônia uma política indigenista que objetivava emancipá-los e pretendia reconhecê-los como trabalhadores assalariados e colonos. Com essa lei, as aldeias mais populosas deveriam ser transformadas em vilas, enquanto a repartição das terras adjacentes aos índios era feita considerando-se os direitos hereditários. O ministro ordenou ainda que, para garantir a civilização dos nativos, fossem construídas igrejas e se convocassem missionários para o trabalho de *descimentos*, que eram as transferências dos índios de suas tribos para as aldeias, como também sua conversão, pois estes religiosos haviam se mostrado mais habilidosos do que os colonos no trato com os índios.

Entretanto, os índios não aceitavam qualquer relação de trabalho com os colonos, o que dificultava o pagamento de seus vencimentos. Por isso, a coroa resolveu transformá-los em colonos ou em soldados, para garantia militar do território, contrariando ainda mais as ordens de Mendonça Furtado, que solicitou ao rei uma lei, que declarasse “que todos os descendentes de índios estão habilitados para todas as honras sem que aquele sangue sirva de embaraço, e que os Principais, seus filhos e filhas, e quem casar com elas, são nobres e gozarão de todos os privilégios que como tais lhes competem. Habilitados assim os índios, se irão sem dúvida os europeus misturando com eles sem embaraço, e ficará mais fácil o povoar-se este larguíssimo país que, sem aproveitarmos a gente da terra, é moralmente impossível”.<sup>654</sup>

---

<sup>653</sup> Cf. Ley porque Vossa Magestade he servido exterminar, proscrever e mandar expulsar dos seus Reinos e Domínios, os Religiosos da Companhia denominada de Jesus. Lisboa, 1759. *Apud: DIAS, Nunes Manuel. Op. Cit.*, p. 163.

<sup>654</sup> “Carta de 18 de fevereiro de 1754, de Francisco Xavier Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real”. *Anais do Arquivo Público do Pará*, tomo III, p. 207, d. 119. *Apud* SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Op. cit.*, p. 48.

Mendonça Furtado justificou esse plano de ocupação territorial com uma carta escrita a Diogo de Mendonça Côrte Real, pela qual escreveu que com índios-colonos se fizessem novas povoações “que encham estes sertões porque não pode haver outro caminho de serem povoados senão pelos naturais do país”.<sup>655</sup>

João Pereira Caldas, em ofício de abril de 1773, dirigido a Martinho de Melo e Castro, também manifestou sua preocupação com a situação dos índios, diante da exacerbada exploração dos colonos e a ruína das povoações. Como solução, propôs o fornecimento de escravos negros por conta da Fazenda Real, poupando, assim, os nativos para que pudessem “aumentar suas nações e para o comércio do Sertão e suas aplicações, para as quais são absolutamente necessários; a necessidade de se atender a essas propostas, pelos graves prejuízos econômicos e sociais para a Fazenda Real e para as mesmas povoações de Índios visto serem necessários como operários à jornada para a continuação das obras da Ribeira da cidade do Pará, Fortaleza de São José do Macapá, da vila Nova de Mazagão e mais serviços reais a prestar naquela capitania, e tendo em atenção os abusos praticados por alguns moradores e senhores de escravos”.<sup>656</sup>

Por este documento, percebemos que o governador do Pará tentava sustentar sua opinião sobre a utilização da mão-de-obra indígena que, em se tornando rara, trazia prejuízos econômicos à capitania. Este assunto, conforme citamos anteriormente, já havia sido debatido entre Pereira Caldas e os engenheiros responsáveis pelas obras das fortificações e vilas da Amazônia, já que o índio era o principal trabalhador desses canteiros de obras.

Nessas empreitadas, juntamente com os índios e os negros, escravos ou assalariados, havia também homens brancos pobres e mestiços, que eram levados a dividir o mesmo espaço nos quartéis e fortalezas, lugares onde também padeciam com problemas de atraso dos soldos, rações insuficientes, castigos corporais e a submissão à rígida disciplina militar. Por tudo isso, era

---

<sup>655</sup> “Carta de 18 de fevereiro de 1754, de Francisco Xavier Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real”. Anais do Arquivo Público do Pará, tomo III, p. 207, d. 119.

<sup>656</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, A-C-L-C-U, 013, cx. 70, d. 5993.

comum a deserção desses homens, que acabavam se refugiando nos quilombos.<sup>657</sup>

Segundo Nunes Dias, a Companhia do Grão-Pará, “que nascera no cérebro de Mendonça Furtado”, funcionou como estratégia do marquês de Pombal para livrar o Estado da ingerência dos religiosos nos negócios seculares, sendo também uma inteligente manobra para libertar o reino da “perniciosa” ação dos mercadores estrangeiros, sobretudo dos chamados comissários volantes, a serviço dos interesses ingleses.<sup>658</sup>

Em linhas gerais, essa política colonial de povoamento implantada no Grão-Pará, antes da chegada de Mendonça Furtado à região, e mesmo durante a sua administração, talvez tenha coincidido com a débil governança que para lá fora encaminhada, segundo as queixas do governador pombalino, influenciando a desordem generalizada que se instalara na região e que fora por ele denunciada, através das cartas escritas a seu irmão, marquês de Pombal e ao rei D. José.<sup>659</sup>

Em síntese, não parece excessivo afirmar em conclusão que as fronteiras da Amazônia não se fizeram pelos tratados do século XVIII, apesar de sua importância, mas, sim, pelos imprevistos frente a situações inesperadas, pelos desarranjos e desobediências que se desenrolavam por debaixo do cipoal de normas e despachos oficiais. Foram os europeus, os índios, os escravos africanos e seus descendentes – para lá conduzidos para os serviços técnicos, o trabalho intenso e o povoamento –, em suas relações de interação e conflito, que acabaram *desenhando* e, mais do isso, atuando como guardiões da fronteira amazônica, definitivamente integrada ao projeto de construção do Brasil.

---

<sup>657</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, A-C-L-C-U, 013, cx. 70, d. 5993.

<sup>658</sup> A.B.A.P.P. – doc. no 340, t. VIII, pp. 151 e seg. Pará, 1913. *Apud*: DIAS, Manuel Nunes. *Op. cit.*, p. 156.

<sup>659</sup> Referimo-nos, principalmente à carta de 21 de janeiro de 1752, escrita no Pará pelo então governador e Capitão-Geral Mendonça Furtado ao ministro Pombal. *In*: MENDONÇA, Carneiro. *Op. cit.*, pp. 196 a 198.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos cinco anos posteriores à assinatura do Tratado de Madri, morreram seus principais articuladores políticos: D. João V, Alexandre de Gusmão, D. Fernando VI, sua rainha, D. Maria Bárbara, e o negociador espanhol D. José de Carbajal y Lancaster. Vários são os motivos que levaram à anulação do Tratado: no Sul, houve a Guerra Guaranítica e, no Norte, as dificuldades de demarcação revelaram-se insuperáveis, sobretudo, pelos desencontros entre as frentes espanholas e portuguesas, provocados pelas dificuldades em vencer as águas do Amazonas. Além disso, conforme procuramos mostrar no terceiro capítulo, as diferenças entre os Estado Português e os jesuítas, tanto portugueses quanto espanhóis, também desestabilizaram a execução das premissas do acordo.

Numa visão política, a deterioração das relações entre as Coroas, provocada, na Espanha, pela ascensão, em 1760, de Carlos III, um opositor do acordo, e, em Portugal, pela consolidação do poder de outro, o Marquês de Pombal, foi para Teixeira Soares, seguramente, a causa da falência do acordo. Pombal era contra o Tratado de Madri porque não concordava com a cessão da Colônia do Sacramento, o que pode parecer uma atitude *nacionalista*, mas era também uma manobra pessoal, já que nutria uma antipatia por Alexandre de Gusmão.<sup>660</sup>

O fato é que, em 1761, os dois países assinaram o Tratado de *El Pardo*, cancelando o de Madri. Seria o retorno das incertezas provocadas há tanto tempo pela divisão de Tordesilhas? Como, na prática, nenhuma das duas nações pretendia renunciar a suas conquistas territoriais ou a seus títulos jurídicos, o Tratado de *El Pardo* pode ser considerado uma pausa durante a qual se esperaria o momento propício para novo ajuste de limites.

---

<sup>660</sup> SOARES, Álvaro Teixeira. *O marquês de Pombal*, Brasília, p. 9.

Porém, como se não bastassem os desacordos políticos e pessoais que configuraram as relações em Portugal, no século XVIII, em 1777, D. Maria I assumiu o trono, tendo início uma política de reação ao pombalismo, que ficou conhecida como "viradeira", desestabilizando as negociações dos dois tratados, tendo a queda de Pombal e a substituição do Primeiro-Ministro espanhol, Grimaldi, pelo Conde de Florida Blanca modificado o equilíbrio de forças "para pior, quanto aos interesses portugueses" e acabaram precipitando os acontecimentos. A Espanha fez exigências e impôs a assinatura de um Tratado Preliminar de Limites, que ficou com o nome de um dos palácios do rei espanhol, situado em *San Ildefonso*, nas proximidades de Toledo. Por esse tratado, Portugal conservava para o Brasil as fronteiras oeste e norte, negociadas em Madri, mas cedia a Colônia do Santíssimo Sacramento, sem receber a compensação dos Sete Povos das Missões.<sup>661</sup>

Assim, mais uma vez, foram enviadas tropas para o sul e para o norte do Brasil, para providenciarem as demarcações fronteiriças e, a exemplo das partidas do Tratado de Madri, as de Santo Ildefonso também não atingiram seus objetivos. Mesmo com as mais avançadas técnicas da época, os engenheiros militares ainda não tinham conseguido desvendar todos os mistérios dos rios e da floresta amazônicas. Surgiram novas divergências entre os demarcadores do Norte, das quais é clássica aquela entre Pereira Caldas (depois substituído por Lobo d' Almada) e o comissário espanhol Requeña. Este, aliás, no final do século, escreveria uma erudita *Historia de las Demarcaciones de Límites en la América, entre los Dominios de España y Portugal*, onde dá a versão espanhola das dificuldades da demarcação, versão que foi muitas vezes retomada pelas nações hispano-americanas no século XIX.

A principal divergência desta vez era a cessão aos espanhóis do forte de Tabatinga, fundado e habitado por brasileiros, tendo os comissários portugueses feito o possível para não perdê-lo. Essas querelas de demarcação entre espanhóis e portugueses mereceu críticas, inclusive de Varnhagen, que escreveu: "Os comissários foram nomeados, partiram, apresentaram-se sobre

---

<sup>661</sup> Arthur Cesar Ferreira Reis, "Os tratados de limites". In: *História da civilização brasileira*, vol. 1, p. 376.

os terrenos... não para porem marcos e levantarem as plantas, mas para discutirem e para, à força de muita discussão, retirarem-se brigados... As duas nações não conseguiram os fins a que se haviam proposto, e o tratado não passou nunca de preliminar..."<sup>662</sup> E, assim, ao encerrar-se o século XVIII ainda não haviam sido demarcadas as fronteiras, embora alguns marcos tivessem sido chantados. Enfim, como ensinou Arthur Reis, "a fronteira entre os territórios portugueses e espanhóis continuava à mercê do mais ousado"<sup>663</sup>, isto é, do português...

Durante o século XIX, mais um tratado foi assinado, o de Badajós, que disse respeito especificamente aos limites do sul do país e não revalidou nenhum tratado de limites anterior, omissão que contrariava a prática habitual entre as nações ibéricas, de confirmar limites, quando pactuavam tratados de paz. A conclusão de mais este embate foi que Olivença passou a ser cidade espanhola e o território sudoeste do Rio Grande do Sul, português. Assim, no fim do período colonial, o mapa das terras brasileiras estava quase definido da forma como estamos habituados a ver.

Durante o período imperial, o texto do Tratado de Santo Ildefonso, que - lembramos - era provisório, como diz seu título, e fora anulado pela guerra de 1801, nunca foi levado em consideração, valendo ainda o princípio fundamental do *uti possidetis*. Santo Ildefonso só serviu como orientação para áreas onde não havia ocupação por nenhuma das partes envolvidas, continuando a valer a doutrina, formulada em sua versão mais completa pelo Visconde do Rio Branco, em memorando apresentado ao Governo argentino, em 1857.

Daquelas épocas, ficaram as instituições responsáveis pelo estudo e demarcação de fronteiras. No Brasil, especificamente, criaram-se as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, órgãos integrantes do Ministério das Relações Exteriores, que têm por competência executar, juntamente com os delegados das Comissões estrangeiras correspondentes, os trabalhos de demarcação e de caracterização dos limites internacionais do

---

<sup>662</sup> Francisco Adolfo de Varnhagen, *História geral do Brasil*, tomo 4, p. 269.

<sup>663</sup> Artur Cesar Ferreira Reis, "Os tratados de limites". In *História da civilização brasileira*, vol. I, p. 379.

Brasil e incumbir-se da inspeção e manutenção dos marcos anteriormente erigidos. São duas as Comissões: a primeira, com sede em Belém, tem a seu cargo as fronteiras com o Peru, Colômbia, Venezuela e Guianas; à segunda, sediada no Rio de Janeiro, estão afetas as fronteiras com a Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai. Convém, desde logo, fazer uma distinção técnica entre os termos demarcação e caracterização: "demarcação" é a operação pela qual são colocados os marcos principais, a saber, os de mudança de direção, no caso de os limites serem definidos por linhas retas, ou os de mudança de regime, quando se passa de fronteira fluvial para linha seca, por exemplo; e "caracterização" é a fase na qual são intercalados marcos secundários, tanto quanto possível intervisíveis, entre os marcos principais, nas fronteiras secas. Assim, todas as nossas fronteiras atuais estão demarcadas por conta de um trabalho que teve início em meados do século XIX, estando algumas delas com o trabalho de caracterização praticamente concluído.

Entretanto, essa dança tratadística e institucional não traduz para a história o verdadeiro sentido de fronteira. Por isso, em síntese, o que tentamos demonstrar nesta tese é que as fronteiras da Amazônia não se fizeram pelos acordos diplomáticos, mas pelas relações de convivência entre as pessoas naturais da terra com aquelas que, por razões diversas – e tantas vezes involuntárias – acabaram transportadas para a região a ser demarcada. Assim, os principais protagonistas desta história não foram os reis e seus administradores diretos, que nunca participaram das comissões demarcadoras de limites, mas os engenheiros, os missionários, os índios, os negros e os civis europeus e seus descendentes mestiços, os quais, depois de transformados em sua essência, passaram a ser os verdadeiros mantenedores dos limites fronteiriços, muito mais resistentes do que os sempre desobedecidos marcos de pedra fincados nos pontos nevrálgicos.

Mesmo diante do improvável, engenheiros militares e padres matemáticos produziram mapas, desenhos, plantas e ilustrações que representaram o limite entre as terras dos *civilizados* e as do *bárbaro*; e contradizendo o comportamento dos primeiros, embalado pela cobiça do ouro, foram algozes dos segundos, já que os homens de Estado e da Guerra entre

as metrópoles criaram do outro lado do Atlântico um cenário de intolerância, ambição e morte. Na Amazônia colonial, houve mais desses homens do que costumamos supor atualmente, e o resultado de suas ações teve efeitos profundos na história, não somente do norte do Brasil, mas de muitas partes do mundo, porque acabou mudando a forma de olharmos o globo terrestre.

Esta é, enfim, uma História contínua de nós mesmos...

## **BIBLIOGRAFIA**

### **1. Fontes primárias manuscritas:**

#### **1.1. Do Arquivo Público do Pará**

*Correspondência do governo com diversos*, cód. 306, d. 208.

*Correspondências de diversos com governadores*, cód. 260, ds. 71 e 80,  
*governadores com a Metrópole*, cód. 70, s/d e cód. 702, d. 89

Iconografia, loc. 164.81.66

#### **1.2. Do Arquivo Histórico Ultramarino**

AHU \_ ACL \_ 013, Cx. 39, D. 3683, de 19 de Novembro de 1755.

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, Cx. 104, D. 8267, de 24 de Novembro de 1794

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, Cx. 96, D. 7615, de 16 de janeiro de 1787

AHU \_ ACL CU \_ 013, Cx. 51, D. 4633, de 17 de outubro de 1761.

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 35, doc. 3292, 22 de novembro de 1753

AHU \_ ACL \_ 013, Cx. 55, D. 5082, de 19 de abril de 1764.

AHU \_ ACL \_ CARTm \_ 013, D. 0788

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx. 71, d. 6032, de 29 de julho de 1779.

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx. 96, D. 7627 , de 2 de fevereiro de 1787

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, CX. 47, D. 4337.

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, , cx. 70, d. 6008, de 18 de maio de 1773

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 32, d. 3273, de 3 de novembro de 1753.

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 35, d. 3301, de 24 de novembro de 1753

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 35, d. 3309, de 26 de novembro de 1753

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 35, d. 3816, de 13 de novembro de 1756

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 39, d. 3625, de 17 de agosto de 1755

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, Cx 49, d. 4517

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, Cx 49, d. 4517, de 26 de junho de 1761

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 6, doc 554, 02 de junho de 1720

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 70, d. 5964, de 07 de março de 1773

AHU \_ ACL \_ CU \_ 013, cx 70, d. 5993, de 07 de abril de 1773

AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, D. 2988, de 2 de setembro de 1750  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 32, d. 2988, de 2 de setembro de 1750.  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 34, d. 3192, de 5 de maio de 1753  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 34, d. 3212, de 22 de maio de 1753.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 37, d. 3448  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 49, d. 4506  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 50, d. 4607, de 3 de outubro de 1761.  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 70, d. 5993.  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 70, d. 5993.  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 71, D. 6058, de 28 de outubro de 1773.  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 82, d. 6720, de 5 de fevereiro de 1779.  
AHU\_ACL\_CU\_013, cx. 82, D. 6741, de 14 de MARÇO de 1779.  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.3, D.272, (ofício de 2 de Junho de 1688)  
AHU\_ACL\_CU\_013. cx 31, d. 2976, de 16 de maio de 1750  
AHU\_ACL\_CU\_013. Ofício de 18 de Maio de 1773  
AHU\_ACL\_CU\_013, Cx. 44,0. 4039.  
AHU\_CARTm\_009, D. 0828/D. 0829  
AHU\_CARTm\_010, D. 0850  
AHU\_CARTm\_010, D. 0856  
AHU\_CARTm\_013, D. 0790  
AHU\_CARTm\_013, D. 0791  
AHU\_CARTm\_013, D. 0792  
AHU\_CARTm\_013, D. 0794  
AHU\_CARTm\_013, D. 0798  
AHU\_CARTm\_013, D. 0799  
AHU\_CARTm\_013, D. 0800  
AHU\_CARTm\_013, D. 0803  
AHU\_CARTm\_013, D. 0804  
AHU\_CARTm\_013, D. 0806  
AHU\_CARTm\_013, D. 0807

AHU\_CARTm\_013, D. 0808  
AHU\_CARTm\_013, D. 0812, 813, 814  
AHU\_CARTm\_013, D. 0822  
AHU\_CARTm\_013, D. 0824  
AHU\_CARTm\_013, D. 0825  
AHU\_CARTm\_013, D. 1272  
AHU\_CARTm\_013, D. RI-02

### **1.3. Do Arquivo Histórico do Exército (Rio de Janeiro)**

Série Norte, Série Pará, n. 11.01.2247.  
Série Norte, Série Pará, loc. 11.01.2231

### **1.4. Da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)**

ARC.049,06,006 Manuscritos  
ARC.003,07,008 - Cartografia  
ARC.005,11,010 Cartografia  
ARC.015,11,045 Cartografia  
ARC.020,14,016 - Cartografia  
ARC.030,01,009 Cartografia  
ARC.030,02,016 Cartografia  
ARC.030,02,017 Cartografia  
AT.028,03,038 – cartografia  
CAM.01,010a/010b Cartografia  
Cartografia ARC.024,03,001  
Cartografia CAM.01,002  
Indicação de catálogo: 01, 2, 026. – manuscrito  
*Instrução Régia expedida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado.*  
Documento 2, indicação de Catálogo: 4,2,21 – manuscrito.  
Obras Raras 50,1,11  
*Roteiro da viagem do Pará até as últimas... – Memórias de Antonio Pereira Berredo.* Indicação de catálogo: 01, 2, 026. – manuscrito

## 2. Fontes primárias impressas

CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, parte 1, tomos I e II e parte V, tomos I e II, 1956.

\_\_\_\_\_. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri – Execução do Tratado*. Rio de Janeiro: Ministério das relações exteriores – Instituto Rio Branco, parte V.

“Carta de 18 de fevereiro de 1754, de Francisco Xavier Mendonça Furtado a Diogo de Mendonça Corte Real”. Anais do Arquivo Público do Pará, tomo III, p. 207, d. 119.

ACUÑA, Cristóbal de. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Imp. de J. Cayetano Garcia, 1891.

LIMA, Luís Caetano de. *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos Tratados de Utrecht... dedicada à Sacra, Real, Augusta Magestade Del Rey D. João V*. Lisboa Occidental: na Off. De Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736, 2 v.

### ***Revista do I.H.G.B. (Rio de Janeiro: IHGB)***

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário de Viagem*. Tomo 49, pp. 185 e 186.

*O diário do Padre Samuel Fritz*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 81, 1917, pp. 384 e 385.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1906, t. 67, pt. 1-2, p. 253.

*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1906, t. 67, pt. 1-2, p. 253.

## Livros

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Civilização Brasileira/MEC, 1971.

\_\_\_\_\_. *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ANDERSON, Malcolm. *Frontiers: Territory and State Formation in the Modern World*. Cambridge: Polity Press, 1996.

ARAÚJO JORGE, A. G. de. *Introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Porto: Faup publicações, 1998.

AURIAC, F e BRUNET, R. *Espace, jeux et enjeux*. Paris: Fondation Diderot/Fayard.

BERNARDO, Manuel A. V. Bernado. *O projeto cultural de Manuel de Azevedo Fortes*. Lisboa: imprensa Nacional – Casa da Moeda: Lisboa, 2005.

BOXER, Charles. *A igreja e a expansão ibérica (1440-1770)*. Lisboa: Ed. Setenta, 1978.

BURKE, Peter. *Variiedades da história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BURNETT, D. Graham. *Masters of all they surveyed: exploration, geography; and a British El Dourado*. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea. Una introducción a la geografia*. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARNAXIDE, A. de Souza Pedroso, Visconde de. *O Brasil na administração pombalina (economia e política externa)*, Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1940.

CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristobal de. CARVAJAL, Gaspar, ROJAS, Alonso e ACUÑA, Cristobal de. *Descobrimentos do rio das Amazonas*. Traduzidos e anotados por C. de Melo Leitão. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

CHARTIER, Roger. *A História cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.

CORTESÃO, Jaime. *A missão dos padres matemáticos no Brasil*, Lisboa: Studia/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, nº 1, janeiro de 1958.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1957.

CUESTA, Mariano. *La Amazonia: Primeiras expediciones*. Espanha: Turner libros/Banco Santander de Negócios, 1993.

D'AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, série “Lendo o Pará”, 1999.

DANIEL, Padre João. *Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, vol. 1 e 2.

DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (orgs.). *Os senhores dos rios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia*. Trad. Fernando de Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997.

DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*, São Paulo, Coleção da Revista de História, 1971.

DREYER-EIMBOCKE, Oswald. *O descobrimento da terra*. Tradução Alfred Josef Keller. São Paulo: Melhoramentos/Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Jorge Zahar Editor.

FEBVRE, L. *La Tierra y La Evolución Humana/ Introducción Geográfica a la Historia*. Barcelona: Editorial Cervantes, 1925.

FRIEDERICI, Georg. *A conquista da América pelos europeus*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GERBI, Antonello. *O novo mundo. História de uma polêmica: 1750 – 1900*. Trad. Bernardo Joffily. São Paulo, Companhia das letras, 1991.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. Trad. Eduardo Brandão, São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do cabo norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GOMES, Flávio, QUEIROZ, Jonas e COELHO, Mauro. *Relatos de fronteiras: fontes para a história da Amazônia séculos XVIII e XIX*, Belém, UFPA/NAEA, 1999.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994, p. 77.

GUERREIRO, Inácio (org.). *As mais dilatadas vista do mundo – inventário da coleção cartográfica da Casa da Ínsua*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

GUTIÉRREZ, Horacio *et all.* *Fronteira: paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: UNESP/Olho d'água, 2003.

GUTIÉRREZ, Ramón e ESTERAS, Cristina. *Territorio y fortificacion – Vauban, Fernandez de Medrano, Ignacio Sala y Felix Prospero: influencia en España y America*, traducción de *Veritable maniere de bien fortifier de Mr. de Bauban* por: Gerard Jalain Badoux e Daniele Steffen, España, Ediciones Tuero, 1991.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. Trad. Andréa Borghi Moreira Jacinto e Simone Miziara Frangella, Textos didáticos, nº 18, 2ª edição, fevereiro de 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio, 1975, p. 7.

\_\_\_\_\_. *Monções*. Coleção Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Edições da C. E. B., 1945.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visão do paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Viagem pelo Amazonas – 1735 – 1745*. Trad. Maria Helena Franco Martins, São Paulo: EDUSP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Brasília: Editora do Senado Federal, 2000.

LAPA, José Roberto Amaral. *Economia Colonial*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973

\_\_\_\_\_. *Livro da visitação do Santo ofício da inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763 – 1769)*, Rio de Janeiro, Vozes, 1978.

LAPOUGE, Gilles. *La mission des frontières*. Paris: Éditions Albin Michel S.A., 2002.

LE GOFF, Jacques. *Documento-Monumento*. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, v. 1.

\_\_\_\_\_. *A história nova*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Reflexões sobre História*. Trad. Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1982.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*, São Paulo: Pioneira, 1983.

LEITE, Serafim S. *Breve história da Companhia de Jesus no Brasil, 1549-1760*. Braga: Apostolado da Imprensa, 1993.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Anoar Aiex e Jacy Monteiro. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANGUEL, Alberto e GUADALUPI, Gianni. *Dicionário de lugares imaginários*. Trad. Pedro Maia Soares, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

MARIN, Rosa Acevedo (org.). *A escrita da História Paraense*. Belém, Arquivo Público do Pará, 1998.

MARTIN. E. San. *O caminho de Eldorado. A descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595*. Porto Alegre: Artes e ofícios, 2002.

MAXWELL, Kenneth. *O paradoxo do Iluminismo*. Trad. Antônio de Pádua Danesi, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1996, 2ª edição.

MEIRA, Sílvio. *Fronteiras Sangrentas – heróis do Amapá*, Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era pombalina*, Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963, tomos 1º, 2º e 3º.

MICELI, Paulo. *O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista*. 3ª edição. Campinas/SP: Ed. da UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. *O tesouro dos mapas. A cartografia histórica na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002

MICHAUD, Ives. *Locke*. Trad. Lucy Magalhães Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1991.

MORAES, A. C. R. (org.). *Ratzel*. São Paulo, Ática, 1990.

Mr. DE VAUBAN. “Verdadeiro método de fortificar donde se mostra o método que se usa atualmente na França para fortificar as praças”. Org. Mr L’ Abbé Du Fay e Chevalier De Cambray. Amsterdam: Por Pierre MORTIER, Librairo, M. DCCII.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

\_\_\_\_\_. *A política de Portugal no vale amazônico*. 2ª edição. Belém: SECULT, 1993.

\_\_\_\_\_. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. As fronteiras com as colônias espanholas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 2º Tomo, 1948.

RONCAYOLO, Marcel. *Território*. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 8, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1986.

SACK, Robert David. *Human territoriality. Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press: 1986.

SAID, Edward W. *Orientalismo – o Oriente como invenção do ocidente*. Trad. Tomás Rosa Bueno, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

SARAGOÇA, Lucinda. *Da “Feliz Lusitânia” aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa – Santarém: Edição Cosmos, 2000.

SILVA, Joaquim Caetano da. *L’Oyapoc et L’Amazone. Question Brésilienne et Française*. Paris: A Lahure, Imprimeur-Éditeur. 1899, tome second

SILVA, José Manuel Azevedo e. *Mazagão. De Marrocos para a Amazônia*, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Biblioteca digital.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações. Investigações sobre sua natureza e suas causas*. Trad. Luís José Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, livro III, vol. I.

SMITH, Anthony. *Os conquistadores do Amazonas: quatro séculos de exploração e aventura no maior rio do mundo*. Trad. Maria Therezinha M. Cavallari. São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

SOARES, Álvaro Teixeira. *O marquês de Pombal*. Brasília: Edição. Universidade de Brasília, Coleção Temas Brasileiros, 1983.

SOARES. José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1939.

SOUSA, Octávio Tarquínio, *Colecção documentos brasileiros*, vol. 19, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1939

STENOUE. Katérina. *Imagens de l'autre. La différence: Du mythe au préjuge*. Seuil: Éditions Unesco, 1998.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. *História da Engenharia no Brasil (séculos XVI ao XIX)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1984.

TURNER, Frederick Jackson. *Rereading Fredereick Jackson Turner. "The significance of the frontier in American History" and other essays*. New York: H. Holt and Co., 1994.

\_\_\_\_\_. *The frontier in American history*. New York: Robert e Krieger publishing, 1976.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *História geral do Brasil*. Itatiaia tomo 4, 1981.

\_\_\_\_\_. *História Geral do Brasil: antes da sua separação e independência de Portugal*. 4ª edição. São Paulo: Melhoramentos.

VERGOLINO-HENRY, Anaiza e FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*, Belém, Arquivo Público do Pará, 1990.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto, São Paulo: Edusp, 1994.

ZIENTARA, Benedikt. "Fronteira". In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 14, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

## **Periódicos:**

- Bessa, Carlos. "Fronteiras do Brasil – potente realidade geopolítica e contribuição português". In *Anais da Academia Portuguesa da História*, Lisboa, 1989 II série, vol. 32, tomo 1
- CARVALHO, Marcos B. *Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação?*. In: *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, nº 25, 23 de abril de 1997.
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. In: *Estudos Avançados*, 11, nº 5, 1991.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. *História da matemática no Brasil: uma visão panorâmica até 1950*. Revista eletrônica Saber y Tiempo, vol. 2, nº 8, Julio-Diciembre 1999.
- JONES, S. "Boundary concepts in the Stting of Place and Time". *Annals, association of American Geographers*
- MACHADO, Lia Osório. "Sistemas, fronteiras e território". In: *Revista do Departamento de Geografia/UFRJ*.
- MALDI, Denise. "De confederados a bárbaros: a representação da territorialidade e da fronteira indígena nos séculos XVIII e XIX". *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, 1997, v. 40, nº 2.
- MERCIER, Guy. La region et l'Etat selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de La Blache. *Annales de Geographie*, 1995, nº 583.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. "Os tratados de limites". In: *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, vol 1, 1960.
- Revista *Oceanos*. "A construção do Brasil urbano". Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº 41, janeiro/março de 2000.
- Revista *Oceanos*. "A formação territorial do Brasil". Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, número 40 – outubro/dezembro de 1999.
- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Pombal revisitado – comunicações ao colóquio internacional organizado pela comissão das comemorações do 2º centenário da morte do marquês de Pombal*, Lisboa: Imprensa Universitária, Editorial Estampa, vol. I, n. 34, 1984.

XAVIER, Lúcia de Oliveira. *“Fronteira: reflexões sobre teorias e historiografia”*.  
*In: Em tempo de História*, revista de pós-graduação em História da  
Universidade de Brasília, ano 5, nº 5, 2001.

## **TESE E DISSERTAÇÕES:**

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500b – 1822)*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo – USP, 2001.

CAMILO, Janaina. *Homens e pedras no desenho das fronteiras. A construção da Fortaleza de São José de Macapá*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas/SP, 2003.

MARTIN, Grabiela. *O forte de óbidos: uma visão arqueológica*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História 1996.

OSÓRIO, Lígia. *A fronteira e outros mitos*. Campinas/SP: Tese apresentada ao concurso para a carreira docente, nível Ms-4, Departamento de Política e História Econômica, Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

PONTE, Romero Ximenes. *Amazônia: a hipérbole e o pretexto*. Belém/Universidade Federal do Pará: dissertação de mestrado, 2000.

SOUZA JÚNIOR, José Alves. *Constituição ou Revolução: Os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820 – 1823)*, Unicamp, 1997.

## **Sites**

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. *Cientistas e religiosos*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/11.shtml>. Data de publicação: 10/05/2005.

GOES, Synesio Sampaio. *A paz das fronteiras coloniais: Alexandre de Gusmão, o Grande Obreiro do Tratado de Madri*, p. 3. Disponível em [http://www2.mre.gov.br/missoes\\_paz/port/capitulo1.html](http://www2.mre.gov.br/missoes_paz/port/capitulo1.html).

<http://purl.pt/403>.

[www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos](http://www.igeo.ufrj.br/fronteiras/pdf/LIAconceitos)

[www.inf.lncc.br/wrmkkk/saragoca.html](http://www.inf.lncc.br/wrmkkk/saragoca.html)

[www.uff/geographia/rev-5/friedrich5](http://www.uff/geographia/rev-5/friedrich5).

[www.bn.br](http://www.bn.br)

**Janáína Valéria Pinto Camilo**

**A Medida da Floresta: as viagens de exploração e  
demarcação pelo “País das Amazonas” (Séculos  
XVII e XVIII)**

**(Volume 2: Anexos)**

Tese orientada pelo Prf. Dr. Paulo Miceli, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, para obtenção do título de Doutor em História.

Este exemplar corresponde à redação  
Final da Tese, defendida e aprovada pela  
Comissão julgadora, em 6 de agosto de 2008

**Banca:**

**Titulares:**

Prof. Dr. Paulo Miceli (orientador)  
Profa. Dra. Janice Theodoro da Silva – Universidade de São Paulo  
Profa. Dra. Leila Mezan Algranti – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Guilherme Amaral Luz – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Dr. Oswaldo Machado Filho – Universidade Federal do Mato Grosso

**Suplentes:**

Prof. Dr. José Alves de Freitas Neto – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Glaydson José da Silva – Universidade Federal de São Paulo

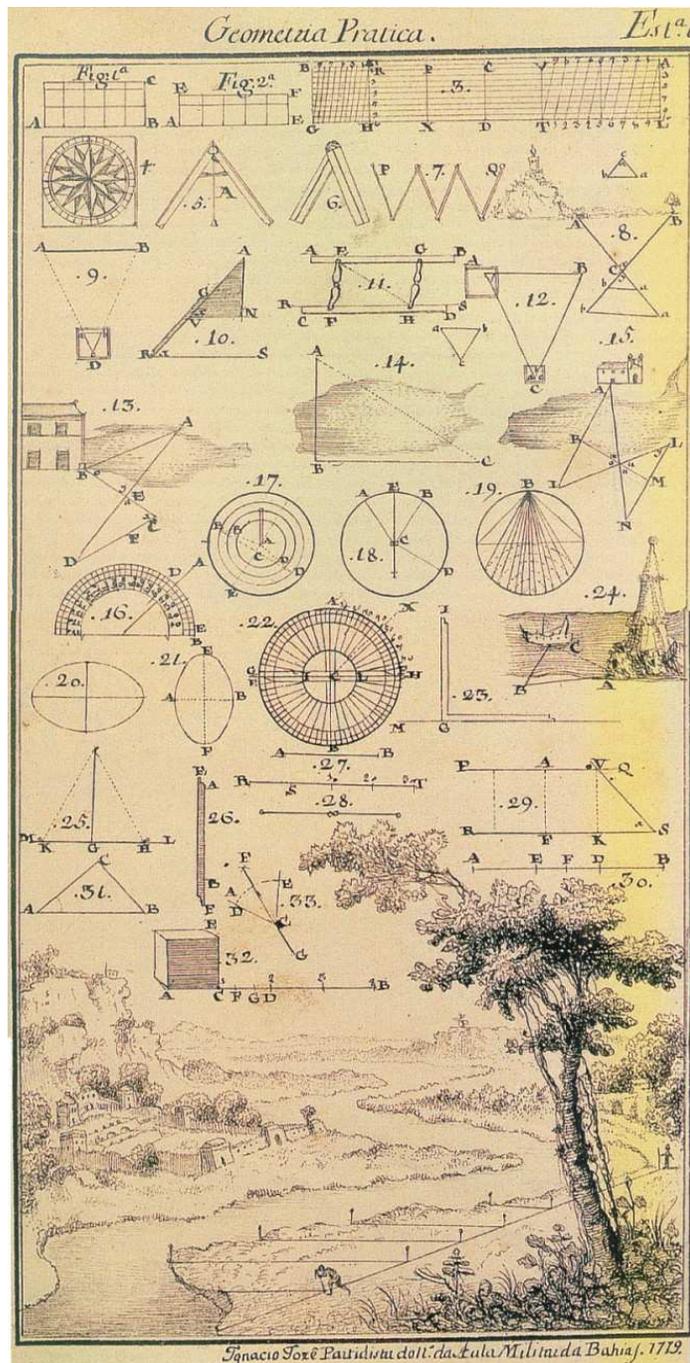
Agosto de 2008

# **Anexos**

## **1<sup>o</sup> capítulo**

## Anexo 1

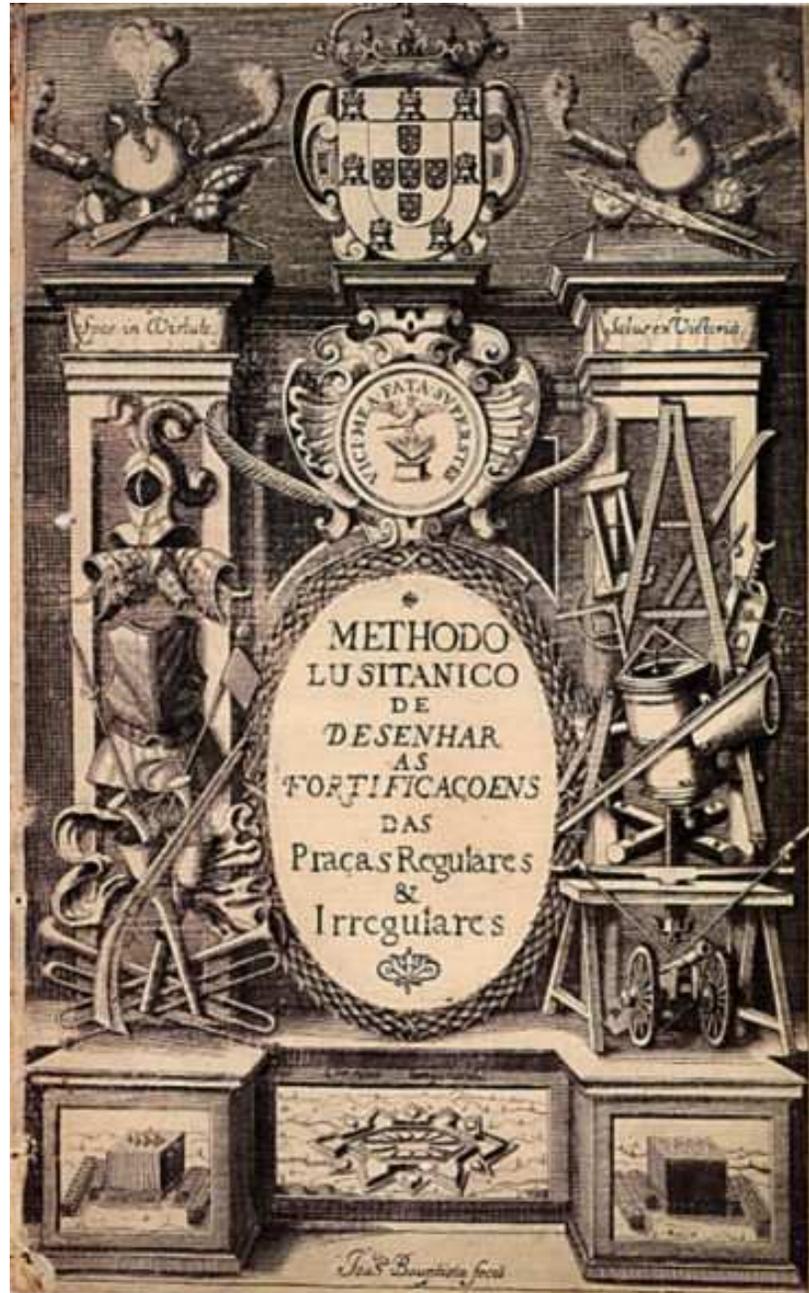
### Caderno de risco dos alunos da Aula Militar da Bahia – *Geometria Pratica.*



Fonte: “A construção do Brasil urbano”, *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 48.

## Anexo 2

Frontispício do *Methodo Lusitânico de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares & Irregulares*, de Luís Serrão Pimentel.



**Fonte:** "A construção do Brasil urbano", *Oceanos*, n. 41, janeiro/março de 2000, p. 33.

Anexo 3



Canibais do Orinoco fazem churrasco de europeus



Canibais matam espanhóis com ouro derretido goela abaixo



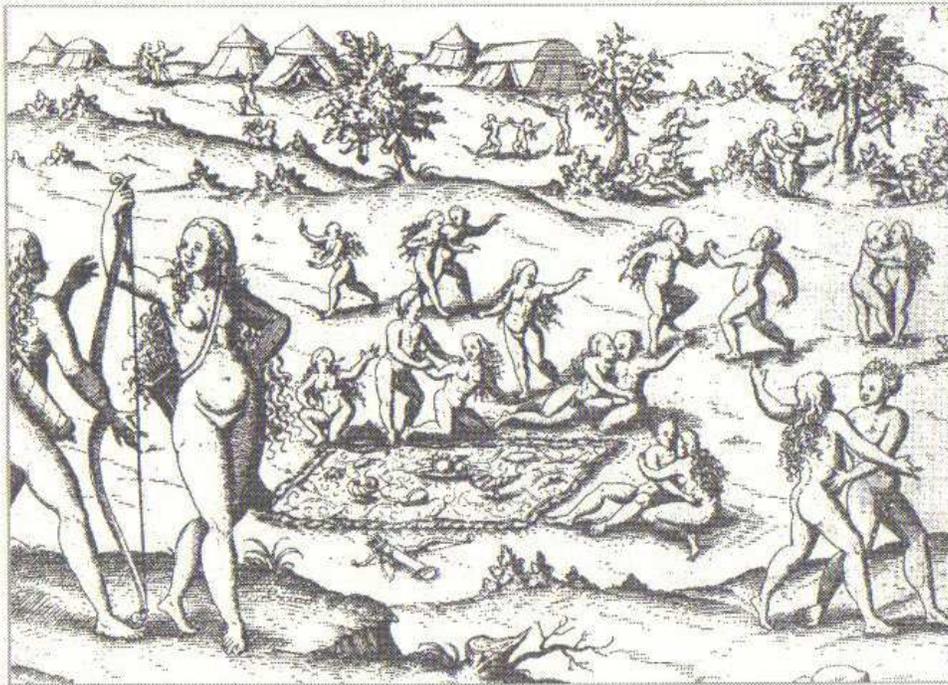
Índios fogem de assalto dos espanhóis



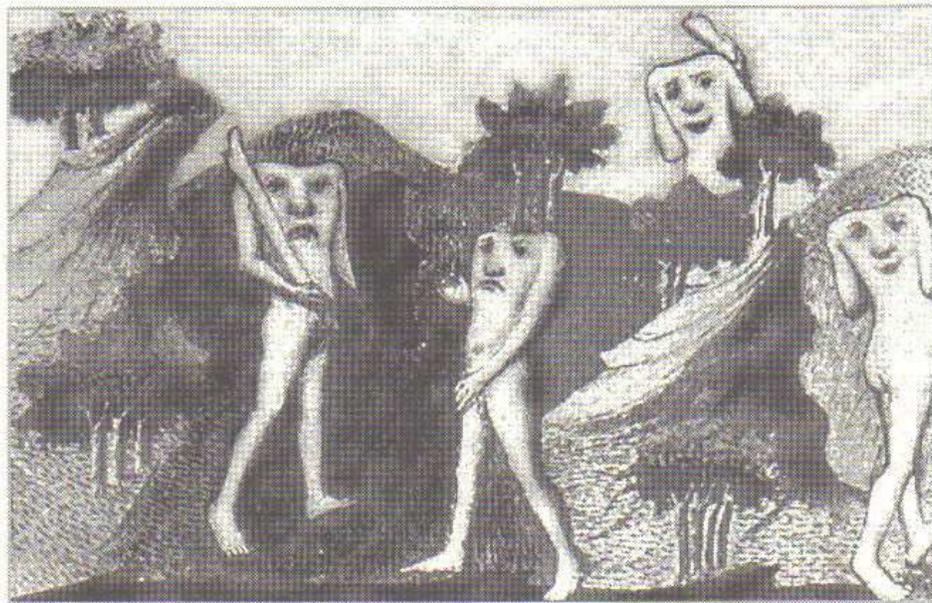
Soldados espanhóis saqueiam aldeias indígenas

**Fonte:** Diário de Walter Raleigh – *O caminho de Eldorado. A descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595.* Adaptação e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002, pp. 193 e 194.

## Anexo 4



Amazonas, as mulheres guerreiras



Euaipnomas, os guerreiros sem cabeça da Amazônia

**Fonte:** Diário de Walter Raleigh – *O caminho de Eldorado. A descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595.* Adaptação e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002, pp. 193 e 194.

## Anexo 5



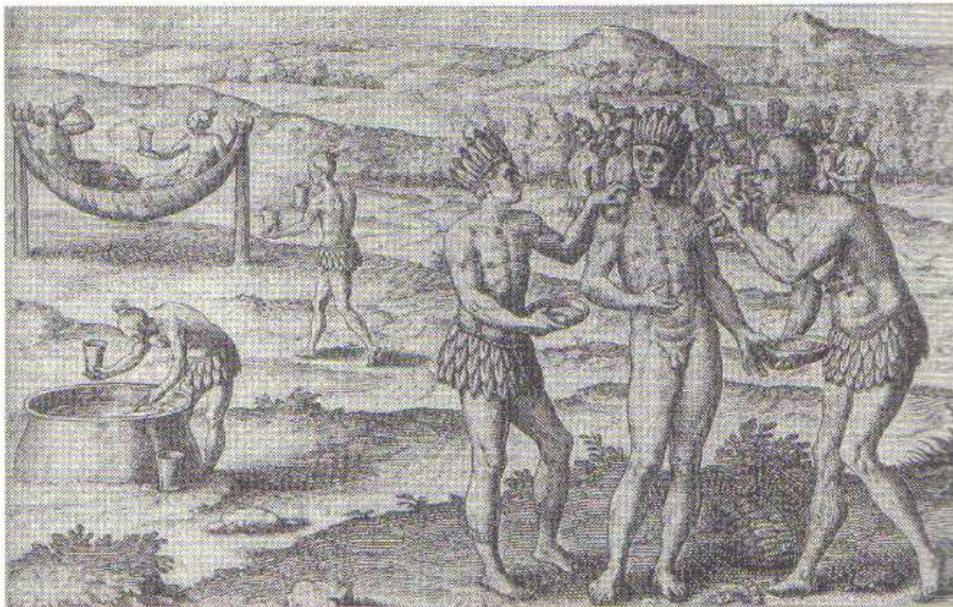
Nativos festejam desembarque de ingleses



Capitão inglês "coroado" por tribo da Guiana



Capitão inglês "coroado" por tribo da Guiana



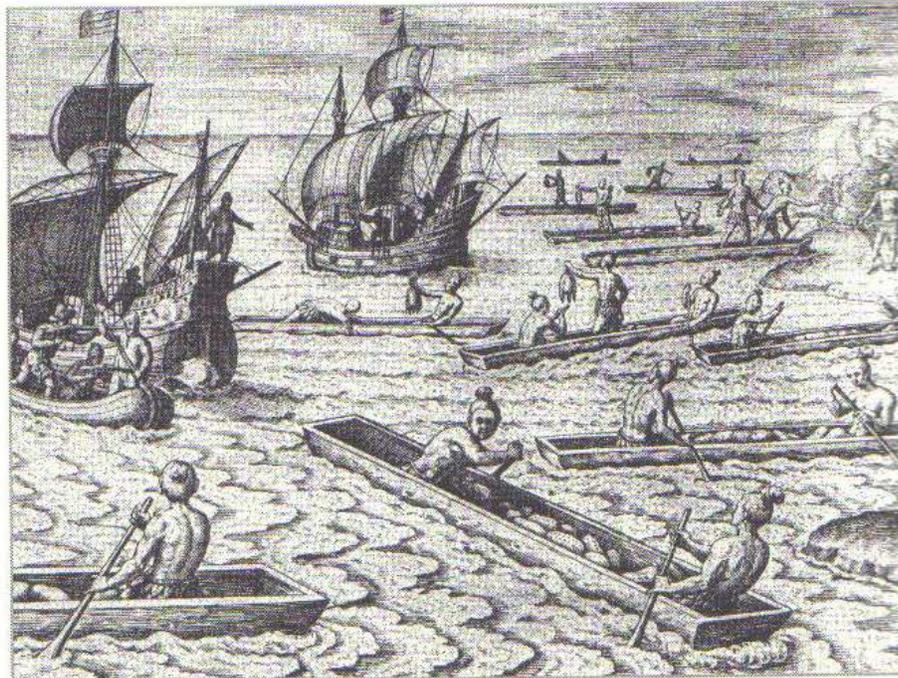
Guianos de Eldorado cobrem o corpo de ouro em pó



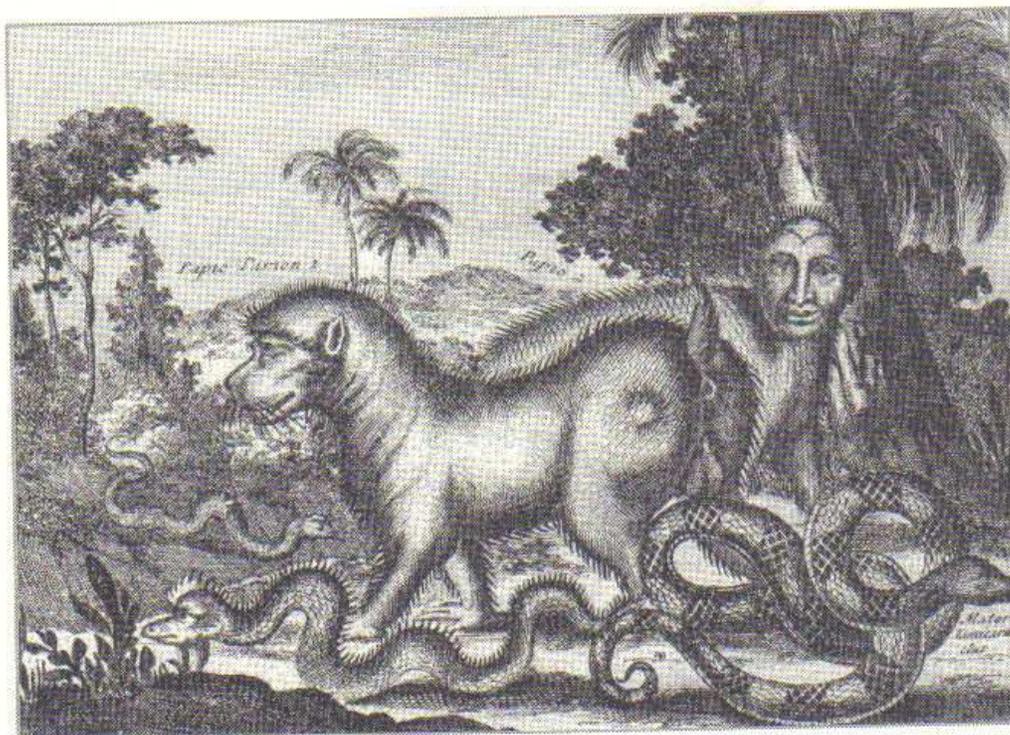
Cacique guiano passeia com seus pajens e mulheres



Festa de índios da Amazônia



Índios da Guiana comerciam com europeus



Monstros da Guiana

**Fonte:** Diário de Walter Raleigh – *O caminho de Eldorado. A descoberta da Guiana por Walter Raleigh em 1595.* Adaptação e notas de E. San Martin. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002, pp. 193 e 194.

# **Anexos**

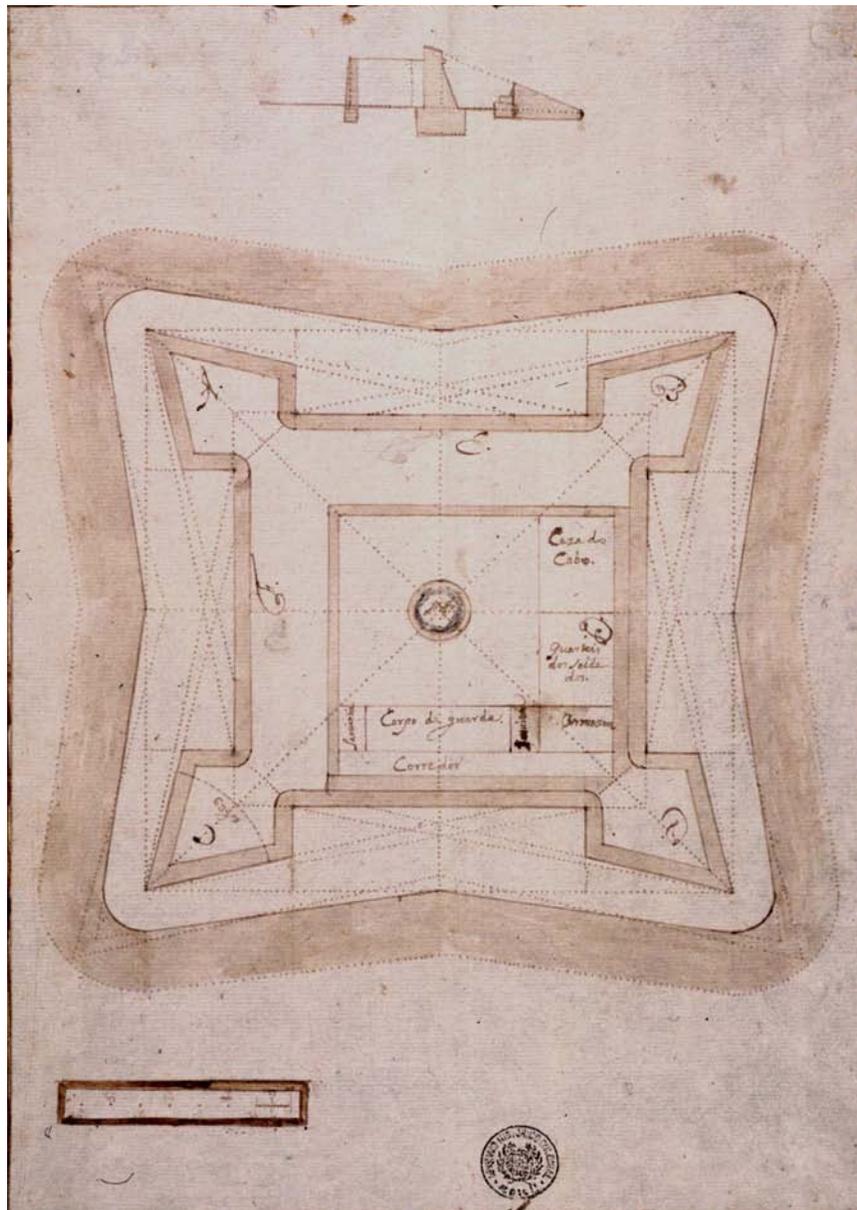
## **2<sup>o</sup> capítulo**

## ANEXO 6

a) *Planta do forte, que disinhei, e se fica fazendo na ponta de João Dias barra na Cidade do Maranhão... / Pedro de Azevedo Carneyro fecit. – 1692... q mostra pello perfil atraz as grosuras, e alturas delle como de seo fosso pela mais conveniente forma ma foy possível, pela incapacidade do terreno.*



b)



**Descrição física:** Escala de Tronco de léguas [= 1 cm.]. Cartucho de título ornamentado com 2 anjos ladeados. Contém texto no verso da primeira planta, intitulado: “*Extracto da planta do forte que se está fazendo na ponta de João Dias, barra da da Cidade de S.Luiz do Maranhão*”.

Duas plantas ms, color., desenho a tinta ferrogálica ; 41, 8 x 28, 5 cm. in fólio 43 cm. A primeira planta é o desenho da fachada da fortaleza, aquarelada de amarelo, marrom e preto. A segunda é aguada em sépia e indica os baluartes, cortinas, casa do cabo, quartéis dos soldados, corpo da guarda, armazém e serventias. Inclui perfil da fortificação, na folha onde está desenhada a segunda planta. Anexada às plantas (Docs. 0828 e 0829), há uma carta do engenheiro Pedro de Azevedo Carneiro, relatando as dificuldades da construção, a qual é reproduzida a seguir.

## Carta anexa às plantas

*Esta planta disenhey na Cidade do Maranhão na ponta de João Dias que fica junto a barra, e canal aonde surgem / os navios em prea mar: Hê bem util e necessaria para segurança della, mas impediãome tres dificuldades; a primeira não haver dinheiro no Estado para se poder fazer a obra, que permite o sitio, a segunda ser hua areal solto, que / aos 4 e 5 palmos se dê com agoa, a terceira não haver neste estado os materiais necessarios para se fazer a dita obra / como se requerem, por falta de madeiras que as que hã são currutíveis, e poco duráveis, pois não hã naquella cidade / o pao de girao do Pará ou pinho do Reino para as estacarias, e grade sobre que se devem fundar os alicerces, nem / pedreiro ou officiais que saibão obrar: vendo pois que erã inremediaveis as dificuldades apontadas, e tão necessaria / a fortificação daquella barra, me acomodey ao mais pequeno poligono, que admite o nosso methodo lusitano, e ao / mais pequeno perfil da taboada nº 7 sobre as grossuras dos fortes quadrados, e baluartes inteiros como mostra / o prezente perfil, por que sendo a fortificação pequena requiere menos gastos, e melhor se poderã sustentar sobre / os alicerces, pois o terreno não permite grande fundura, que logo se dê com a goa, e hê impossivel esgotalla, que / como hê area enche, e vaza a marê, e a falta dos materiais, impossibilita o fazerce os alicerces, como permitia / a grandeza da obra que sendo a câl, que hã neste estado de obra, com agoa se desfaz depois de postas nas paredes / quanto mais nos alicerses alagadiços que estes requerem hua argamação de cal pedra, e azeyte, e essa havia / ser do Reino. Disenhey este forte, ou sidadella, como mostra a que planta atraz pello methodo da propozição 14 / e suposto me fica pequeno flanco secundario e me vali das cortinhas F e E que servem de plantaforma os seos te=raplenos, que estes dominão toda a barra, e canal como mostra a plantaforma, e que domina a entrada do canal / para a banda de [Arasagy], e a plantaforma F domina, e defende todo o canal; o baluarte B fica opposto a S. Mar=/cos, que serve de atalaya a cidade, aonde está, hua pessa de artelharia, que aviza quando vêm navio: o baluarte A seo colatral fica dominando o boqueyrão, e toda a baya de Tapuitapera: o baluarte C fica dominando o Rio de S. / Francisco, digo, o Rio de Nossa Senhora do Desterro, que entra ao redor da cidade, pella parte direita e vai findar nos matos; o baluarte / D fica dominando o rio di São Francisco, que rodea em parte a cidade pella parte esquerda, e vay*

findar nos matos, com que a cidade fica entre huo, e outro rio, com que tambem, o baluarte C e D fazem opozição a cidade, e tendo esta / qualquer fortificação com o forte feyto da ponta de João Dias, fica pella parte da barra inconquistavel, que pella / parte da terra o hé porque. os matos a defendem. Corre huo riacho do rio de São Francisco para ponta da arêa ou João / Dias que fica opposto a cortina P correndo paralelo com ella, e com os baluartes D e B e vai cercando a contra / escarpa do baluarte B que bem se poderâ abrir ao mâr, que fica proximo de preamar 20 passos, que cortado este / ficava o forte de hua banda rodeado do mar, e da otra do riacho, que com a correnteza da enchente poderâ fazer mayor / o ricacho, maz não sou deste parecer, por que. as correntezas são grandes e depende a fortaleza de outra capacidade, e / ser feita de enclaria para poder ter mão nas correntes, e ser feita de otra forma, como o que fasso no Pará sobre / a lagem que fica tomando parte da baya, a qual ha de ser redonda como a torre do Bogio da cidade de Lisboa como / se verá da planta, que fiz, e dey ao governador Artur de Saá e Menezes, e tem otra dificuldade que não aponto por não / ser aquy necessario.

Tratando do fosso deste forte, que hê o reparo mais necessario e conveniente para a defença delle vendo a / incapacidade do terreno, e não se poder fundar pellas rezoens asima referidas , o faço artificial do terreno / para sima de pedra, e cal com sua esplanada, que começa da linha superior de sua altura, e acaba na / linha inferior da esplanada do terreno ficando a linha razante do parapeito razando a esplanada athê / o fim do terreno com que vem a servir o fosso de estrada encuberta, e a contra escarpa esplanada como mos=/tra o perfil isto me preceo mais ajustado as dificuldades, que puz no principio por me acomodar ao pouco / cabedal, que há neste estado, e a falta de meteriais, e officiais de pedreiros que estes pode Sua Magestade que Deos guarde re= / medear com os mandar vir do Reino que huo que aquy hâ nesta terra apenas sabe fazer hua taypa: a / mesma necessidade tem o estado de engenheiros por que eu sou sô, e não posso rezolver as duvidadas, que se me / movem sobre tão diversas fortificaçoens, e huo homem sô não pode resolver, o que para tão varios cazos se ne/cessita e eu sem ter quem me ajude, não poderey asertar conforme o meo dezejo que este hê acudir a todas / as partes quantas carecem de minha assistencia.

*Esse forte fará de custo com pedreiros e pagamentos de indios com sustento, e selario de duas varas de panno / de algodao por mez cada hu , sendo 100 indios efetivos para carregarem pedra, fazerem cal, e aju/darem os pedreiros, ferro para se fazer ferramenta, e taboado que for necessario e mais aparelhos, 15 mil cruza=dos, pouco mais, ou menos, e trabalhandosse efetivamente se acabará em tres annos, Sua Magestade poderá mandar ver, e ordenar o q. for servidor. Parâ 15 de março de 692 annos. Pedro de Azevedo Carneiro.*

À esquerda da carta, acrescenta: “+ *acrescentei deitando lhe a linha razante da quarta parte da cortina no tempo que o desenhei porque menos ficava flanco secundario nehum e era mui pouco a defesa*”

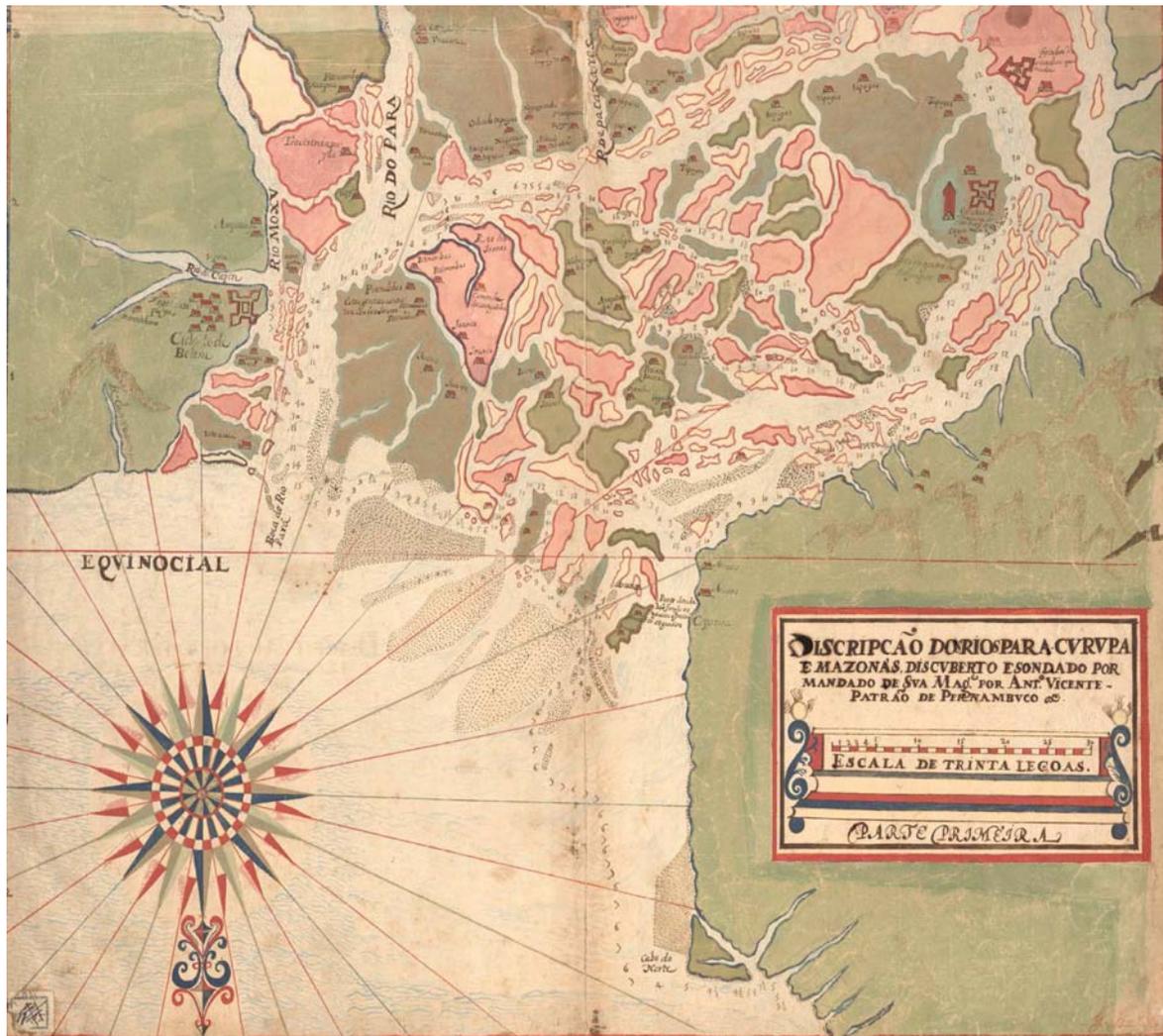
Loc.: AHU\_CARTm\_009, D. 0828 e AHU\_CARTm\_009, D. 0828/D. 0829

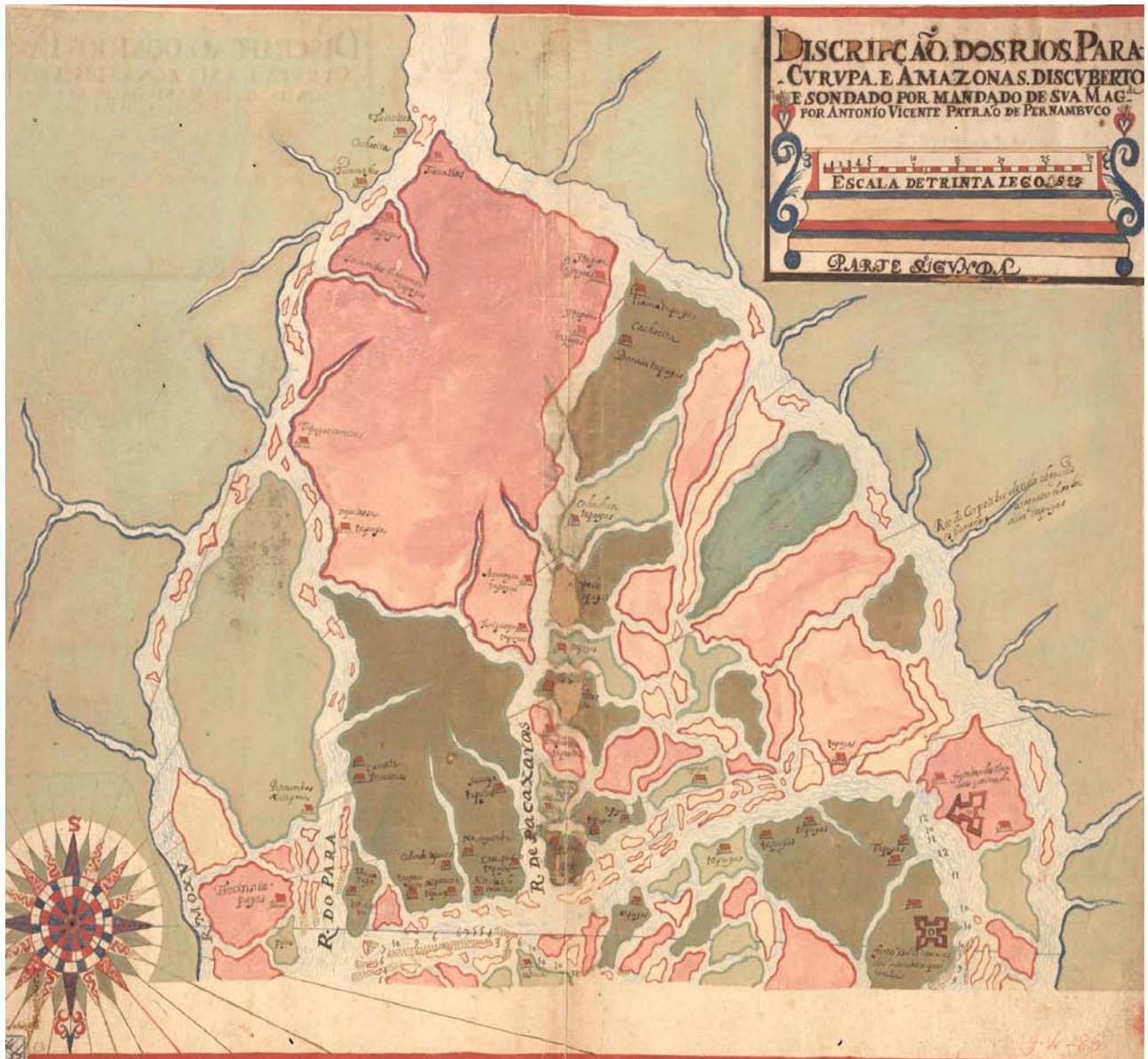
**Referências:** COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da *Brasililae Monumenta Cartographica* / por Alberto Iria.. Separata de *Studia* , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref. 52

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Catálogo da exposição histórico-documental luso-brasileira.. Brasília ; Rio de janeiro ; São Paulo, abr-maio 1982 nº 93. Brasil / Maranhão, Capitania do / Maranhão / São Luís (MA) / Fortificações – Maranhão / Arquitetura militar – Maranhão  
Antiga lista da Cartografia: 50

## Anexo 7

Discripção dos Rios Para Curupa e Amazonas / descuberto e sondado por  
mandado de Sua. Mag.de por Ant.o Vicente Patrão de Pernambuco.  
Antônio Vicente Cochado

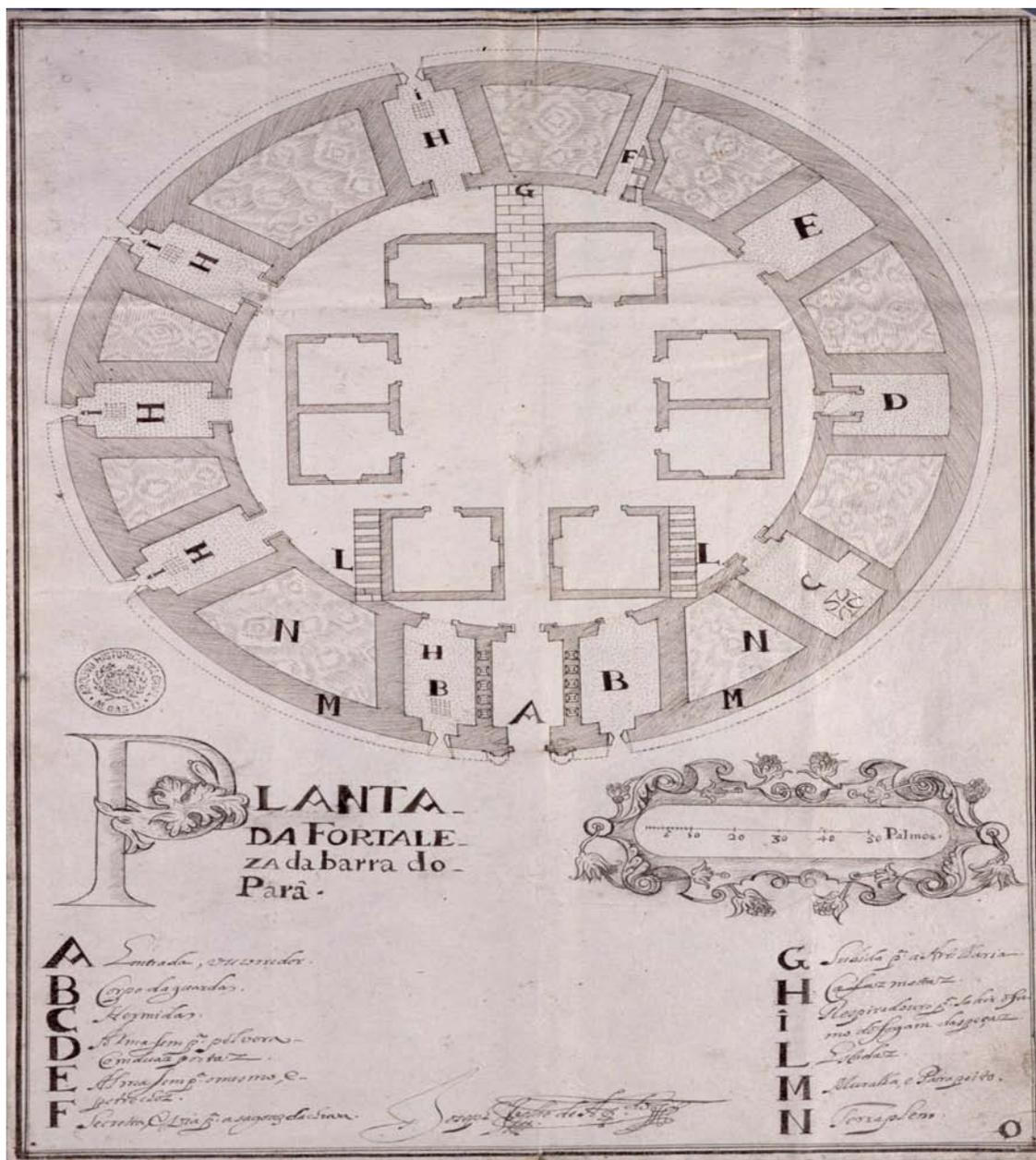




Mapas publicados em 1623. Inclui marca d'água: Estrela de 6 pontas. Contém duas rosa-dos-ventos com flor-de-lis. Escala gráfica em 30 léguas [= 13,5cm.] As medidas batimétricas são representadas por sondas. Aquarelado e desenhado a tinta ferrogálica e nanquim. Loc.: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil): CAM.01,010a/010b Cartografia. Coleção D. Thereza Christina Maria. Publicados em: Brasil-Costa Norte : *Cartografia Portuguesa Vetutíssima* / Max J. Guedes. -- *Monumenta cartographica* / A. Cortesão e A. T. Mota. Apresentados na Exposição "500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional", no período de 13/12/2000 a 20/04/2001.

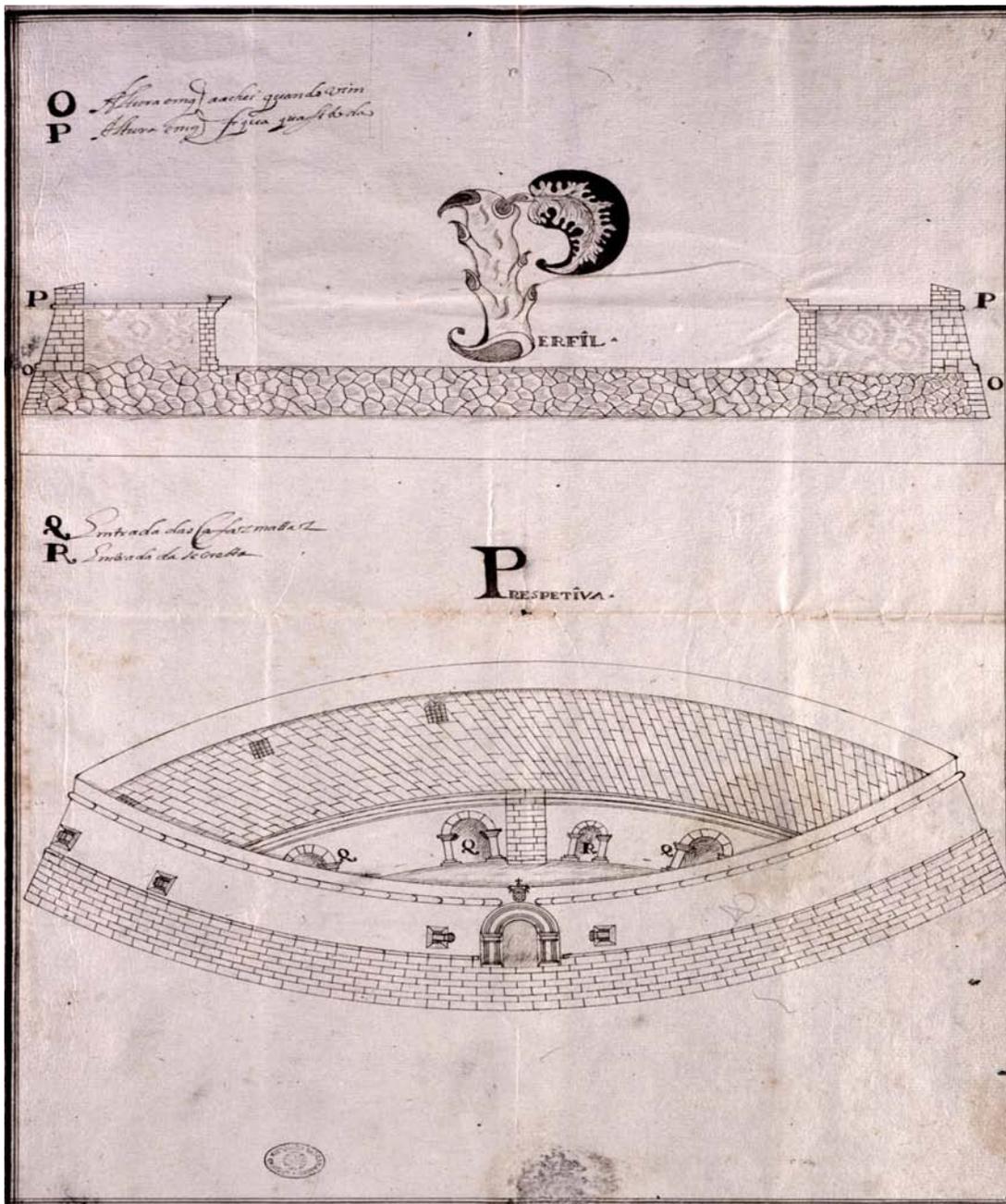


b) PLANTA DA FORTALEZA DA BARRA DO PARÁ / [POR] JOSEPH COELHO DE AZEVEDO



Planta manuscrita desenhada por Joseph Coelho de Azevedo [ca. 1696], feita com tinta ferrogálica ; apresenta as seguintes medidas: 42,1 x 28,6cm. em f. 42,7 x 29,3 cm. + 1 f. 42,7 x 29,1 cm. Escala gráfica de 50 Palmos [=6,2cm.]

O cartucho da escala da planta e a letra capital do título estão decorados em estilo neoclássico. Monocromático, aquarelado e aguada na cor preta. Estão assinaldos: entrada ou corredor, corpo da guarda, hermidas, armazem para pólvora /com portas, armazem para o mesmo, e petrechos, secretta, com via para as agons da chuva, subida para a artilharia, cazas mattas, respiradouro para sahir o forno do fogan das peças, escada, muralha e parapeito, terraplano. (AHU\_CARTm\_013, D. 0790)



Folha anexa à *Planta da Fortaleza da Barra do Pará*, contém *Perfil / altura em que achei quando vim, altura em que figura quasi toda. Prespectiva / entrada das cazas mattas, entrada da secreta.* (AHU\_CARTm\_013, D. 0791)

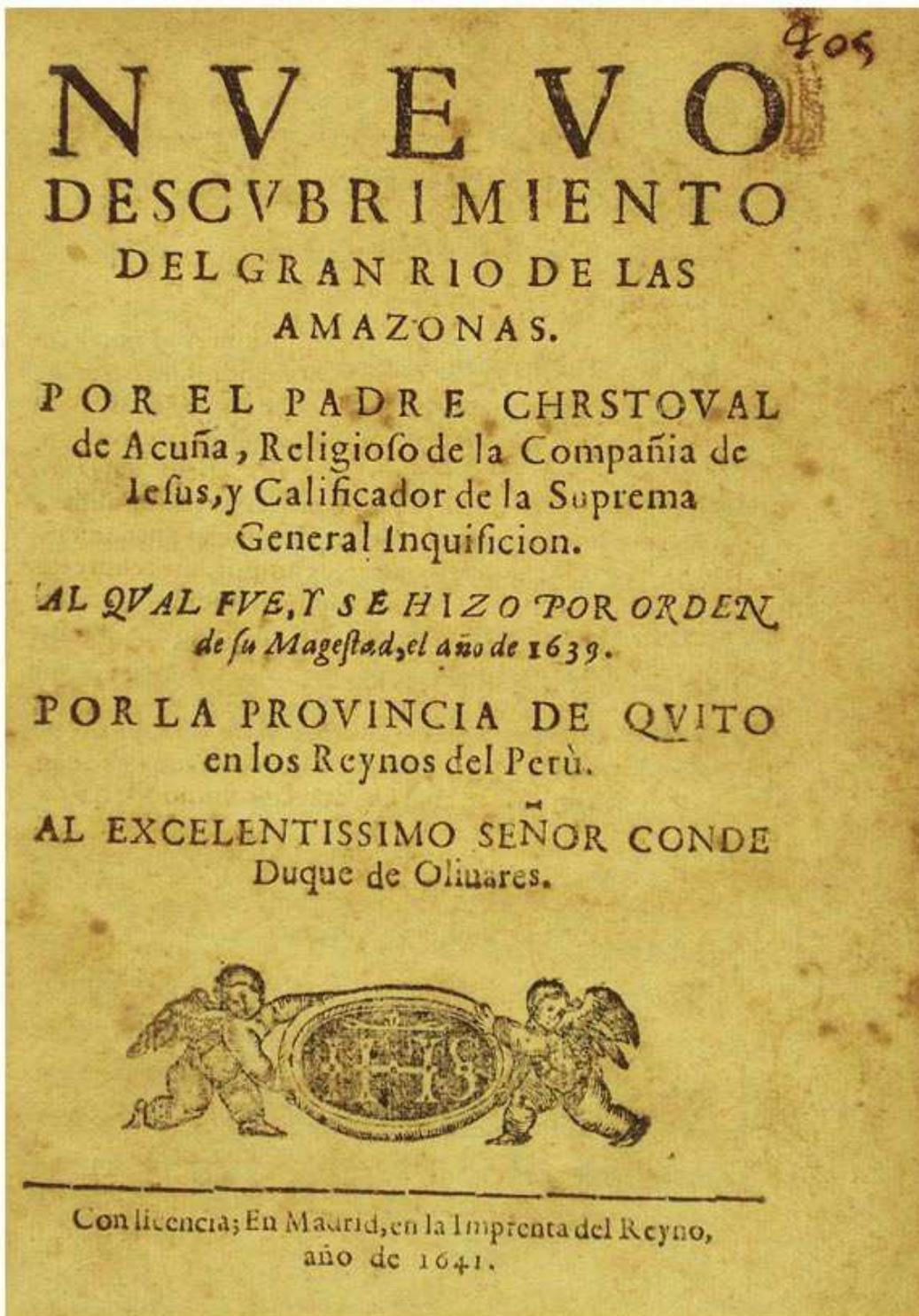
### Anexo 9. Descubrimiento del Rio de las Amazoanas y sus dilatadas provincias



Na legenda, segue escrito: “*dirigido al Presidente del Consejo de Indias em 1639 por Don Martin de Saavedra y Guzmán, gobernador y Capitan general del Novo Reino de Granada y Presidente de la Real Audiência y Chancilleria de Santa Fé de Bogotá (feito pelo capitão Bento da Costa, piloto da Armada de Pedro Teixeira – 1638)*. Existe uma cópia no Arquivo do Exército do Rio de Janeiro (loc. 10.03.2149), mas pelo seu mal estado, optamos por fotografá-lo do livro: CUESTA, Mariano. *La Amazonia: Primeiras expediciones*. Espanha: Turner libros/Banco Santander de Negócios, 1993, guardado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. (loc.: AT.028,03,038 – cartografia)

Anexo 10

Frontispício e prefaciais da primeira edição de *Nuevo descubrimiento del Gran Rio de las Amazonas*, de Cristóbal de Acuña, 1641.



AL EXCELENTISSIMO  
SEÑOR CONDE DVQUE  
DE OLIVARES.

**A** Quien (señor) debemos acudir, con este nuevo mundo descubierto; sino al que en sus hombros, por aliviar los de su dueño, sustentara gustoso, si pudieratodo lo restante del? Que otro Atlante no se rindiera a tamaña carga; sino el q̄ con esfuerço mas que varonil, ha echado el pecho, a mayores, y desmedidos pesos? Quien por celoso que se ofente de los acrecentamientos de su Rey; no se retirara, rezelando nuevas dificultades; sino el que quanto mayores, mas las apetece, para que mas luzga su amor, mas su fidelidad? Y quien, para dezirlo de vna vez; sino el Excelentissimo señor Conde Duque, podrá patronicar tan grandiosa empreſsa, de q̄ depende la conuerſion de infinitas almas, el acrecentamiento de la Real Corona, y la defenſa, y guarda de todos los tesoros del Perù? En manos pues de V. Excelencia ofrezco este nuevo descubrimiento del gran Rio de las Amazonas, a que por orden de su Mageſtad fui, con cuy-

¶ 2

dado

dado averigüe, y con toda puntualidad reco-  
 pile en breues hojas, siendo digno de volume-  
 nes enteros : para que añadida esta preciosa  
 piedra, a la Corona de nuestro Gran Rey  
 Filipo Quarto, que Dios nos guarde, por tan  
 sublime Artifice; mejor asiente, mas luzga, y  
 para siempre permanezca. Bien puede V. Exce-  
 lencia aceptar el ofrecimiento, seguro de que  
 es en todo grande, y mas de lo que sin duda pa-  
 rece, que a no ser assi, ni yo le ofreciera, ni me-  
 reciera aceptacion de tales manos. Porque si  
 el dilatado Imperio de Etiopia, se alça con  
 tan glorioso renombre; por ocupar su juridi-  
 cion espacio de noucientas leguas: Si la gran  
 China, por encerrar en dos mil de circuyto,  
 quinze diferentes Reynos, espanta al mundo  
 su grandeza. Y si la longitud que del Perú se  
 publica, se reduce a terminos de mil y quinien-  
 tas leguas, que se miden desde el nueuo Reyno  
 de Granada, hasta los vltimos fines del de Chi-  
 le. Con quanta mas razon adquirirá sobre to-  
 do lo descubierto, titulo de grande, el Rio de  
 las Amazonas, pues en espacio de casi quatro  
 mil leguas de contorno, encierra mas de cien-  
 to y cinquenta Naciones de lenguas diferen-  
 tes,

tes, suficiente cada vna dellas a hazer por si so  
 la vn dilatado Reyno, y todos juntos vn nue-  
 uo, y poderoso Imperio, que fauorecido, y am-  
 parado, a la sombra de V. Excelencia podrà  
 parecer grande en los ojos de su Magestad, a  
 cuyos pies, y a los de V. Excelencia ofrezco,  
 para esta conquista mi persona, y las de otros  
 muchos de mi Religion, si de nosotros se qui-  
 siere seruir V. Excelencia, cuya vida prospere  
 el Cielo, con los aumentos, que su persona, ce-  
 lo, y fidelidad merecen.

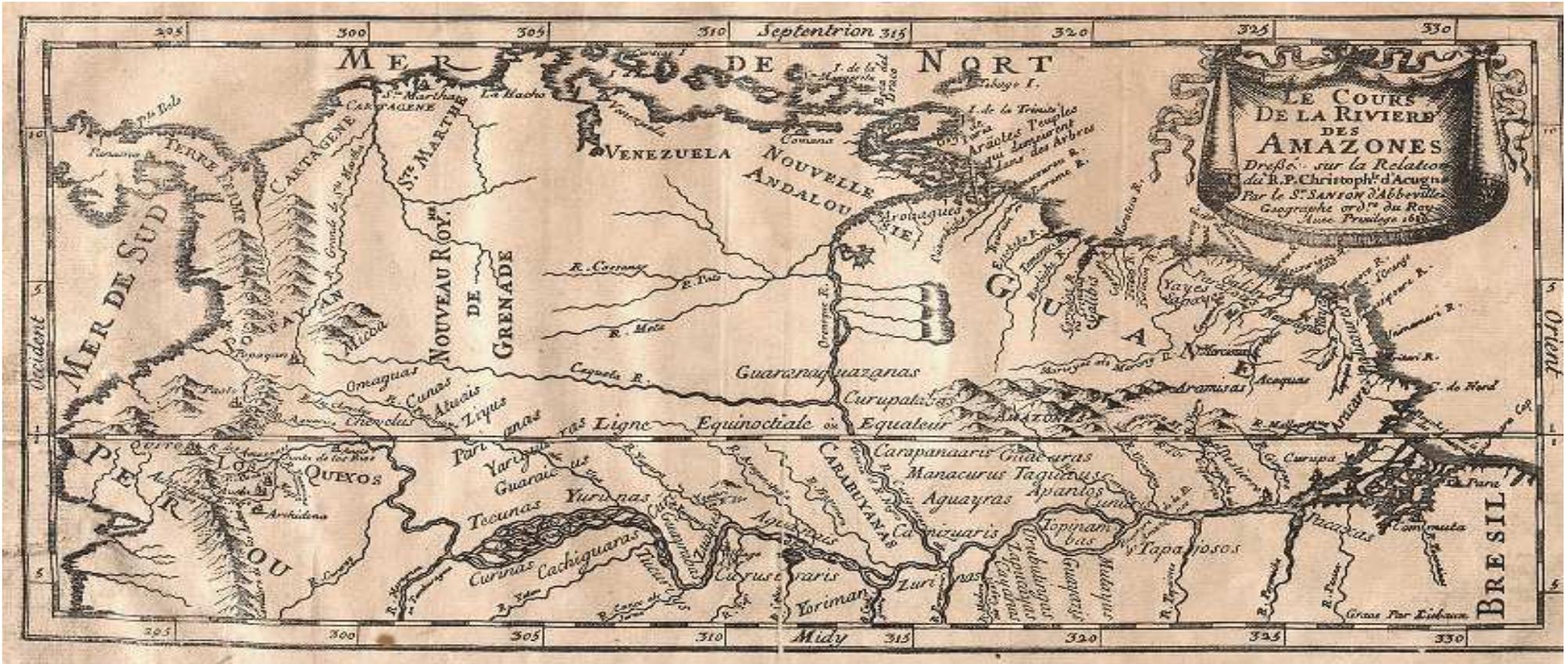
de V. Excelencia criado.

*Christoual de Acuña.*

**Fonte:** Acuña, Cristóbal de. *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas*. Imp. de J. Cayetano Garcia, 1891. Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), setor de Obras Raras 50,1,11.

## Anexo 11

*Le cours de la riviere des Amazones dressé sur la Relation du R. P. Chistophe.<sup>le</sup> d'Acugne par le S<sup>r</sup>. Sanson d'Abbeville Geographe ord.<sup>re</sup> du Roy. Avec privilege, 1680*



Este mapa, de Nicholas Sanson d'Abbeville, foi publicado em 1680 e possui as seguintes características: 14 x 29cm em f. 21,5 x 33,5cm. Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) ARC.026,05,030 – Cartografia.



### Anexo 13

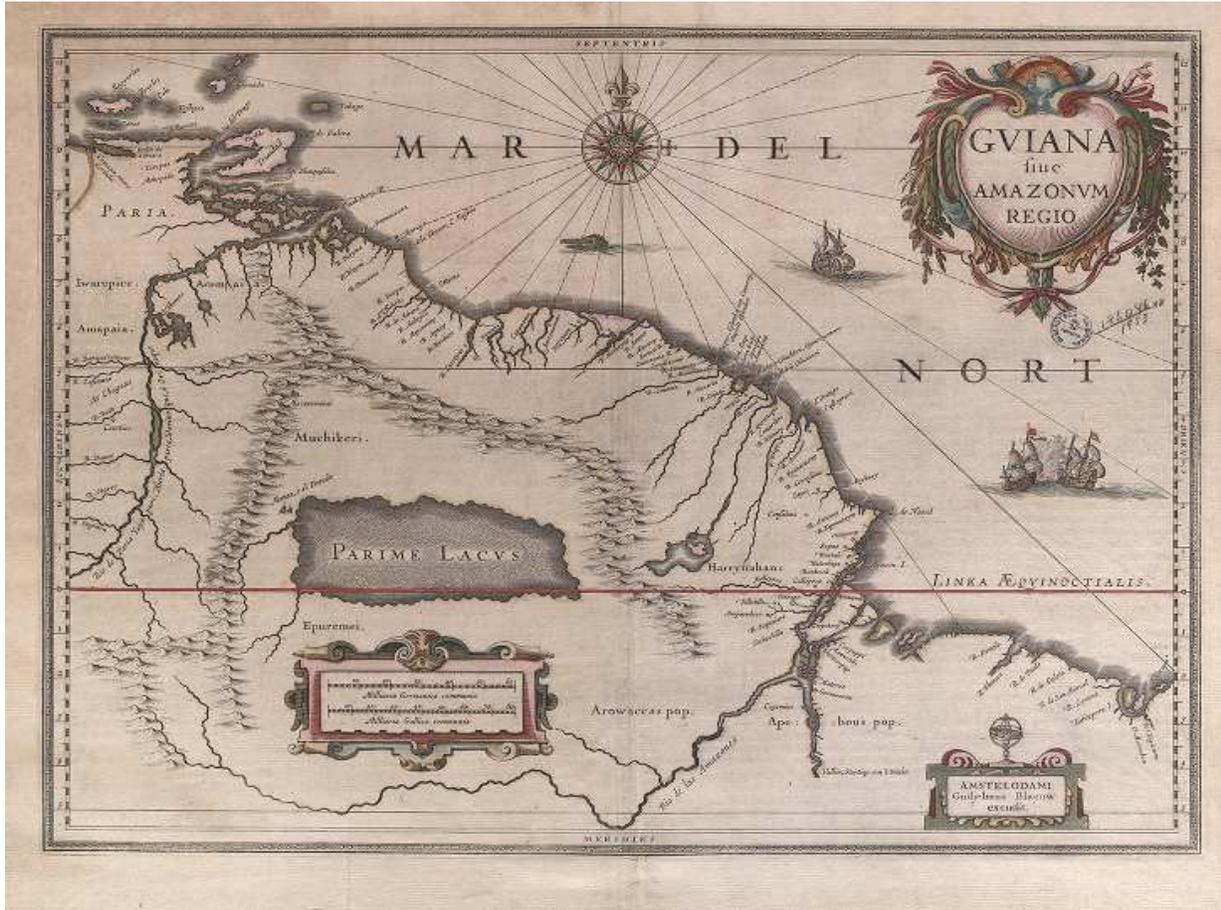
**Carte du cours du Maragnon ou de la Grande Riviere de Amazonas : dans sa partie navigable depuis Jaen de Bracamoros jusqu'a san em bouchure e qui comprend la Province de Quito et la Province de la Guiane depuis ke cap. Nord, jusqu'a Essequibe**

Mapa desenhado por Charles-Marie de La Condamine. Data de publicação [174-?]. Descrição física: 17,2 x 37,7cm em f. 20 x 39,8cm. (Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (ARC.003,07,008 - Cartografia)



Anexo 14

Willem Janszoon Blaeu, *Guiana siue amazonum régio*, [1640]



(Colorido; 37,5 x 49,8cm em f. 55,3 x 64,5cm. Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), ARC.020,14,016 - Cartografia).

# **Anexos**

## **3<sup>o</sup> capítulo**

Anexo 15

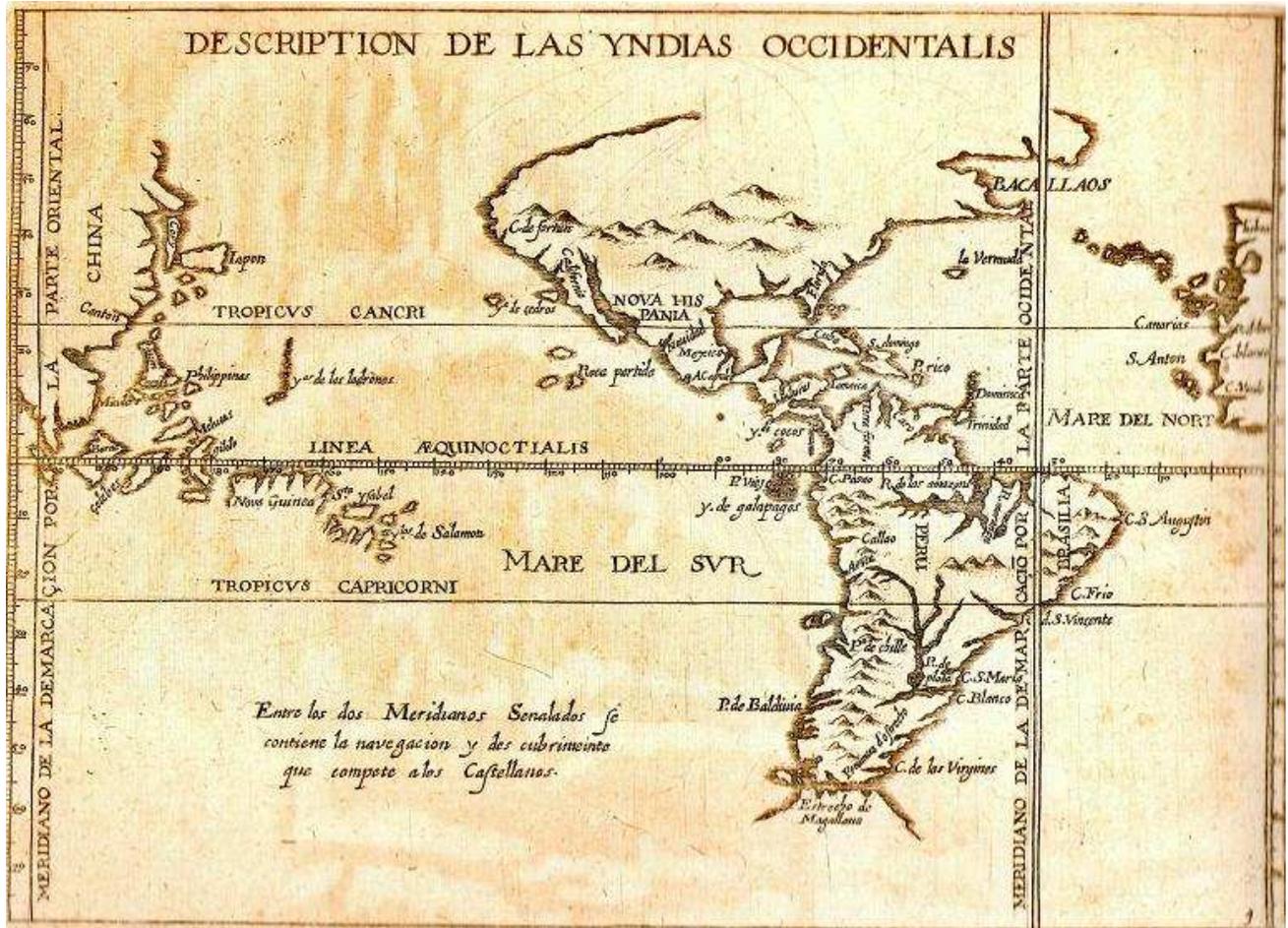
Guillaume de L'Isle. *América Meridionalis*, (1718)



(Tamanho: 31,5X41cm. In: MICELI, Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia histórica na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 200).

## Anexo 16

Antonio Herrera y Tordesilhas, *Description de las Indias Occidentales*, 1623



**Fonte:** MICELI. Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia histórica na formação do Brasil*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 174: “Este cartógrafo foi historiador das Índias, ao tempo de rei Filipe da Espanha (1559-1625). É de sua autoria, também, a obra *História Geral*, com 14 mapas, cuja edição é datada de 1601 e 1622”. *Ibidem* (Tamanho: 13 X 18,4cm).



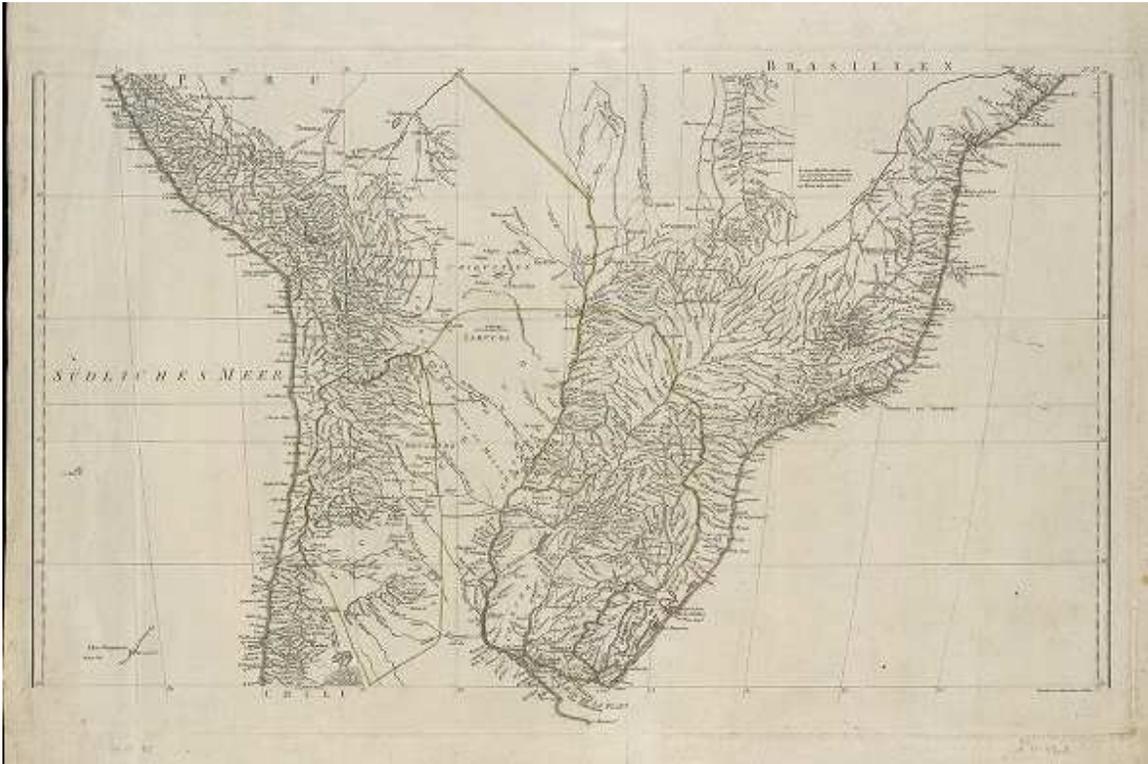
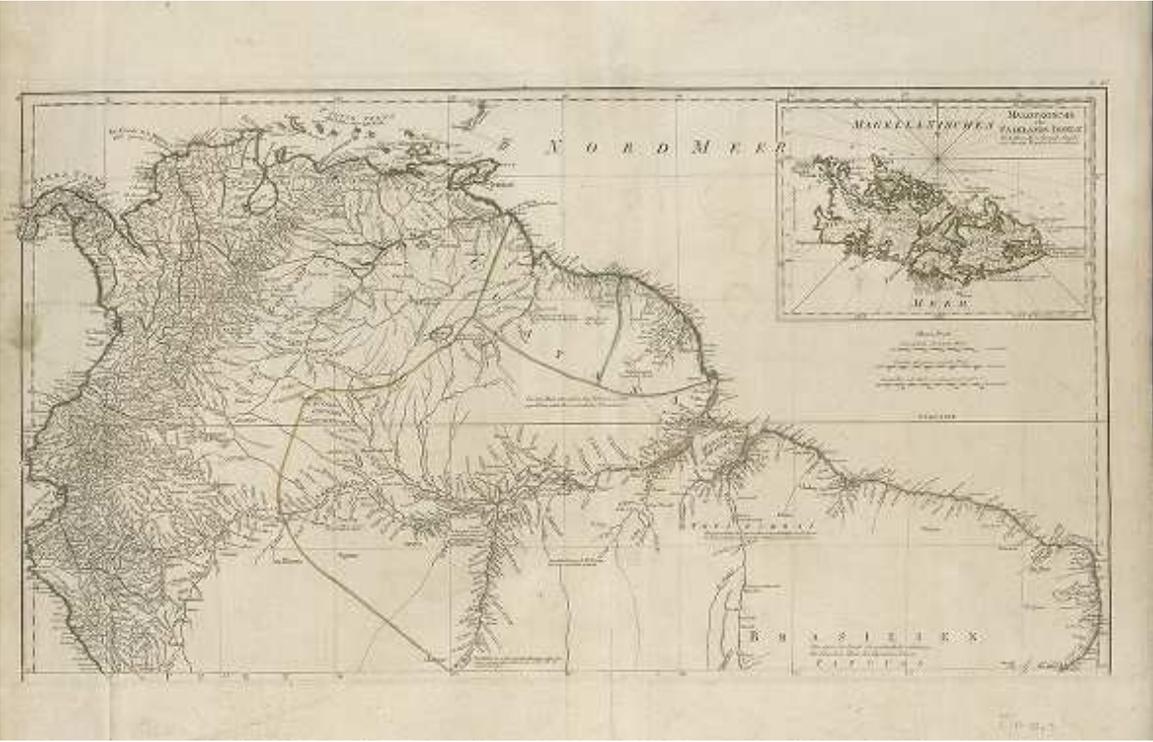
Anexo 18

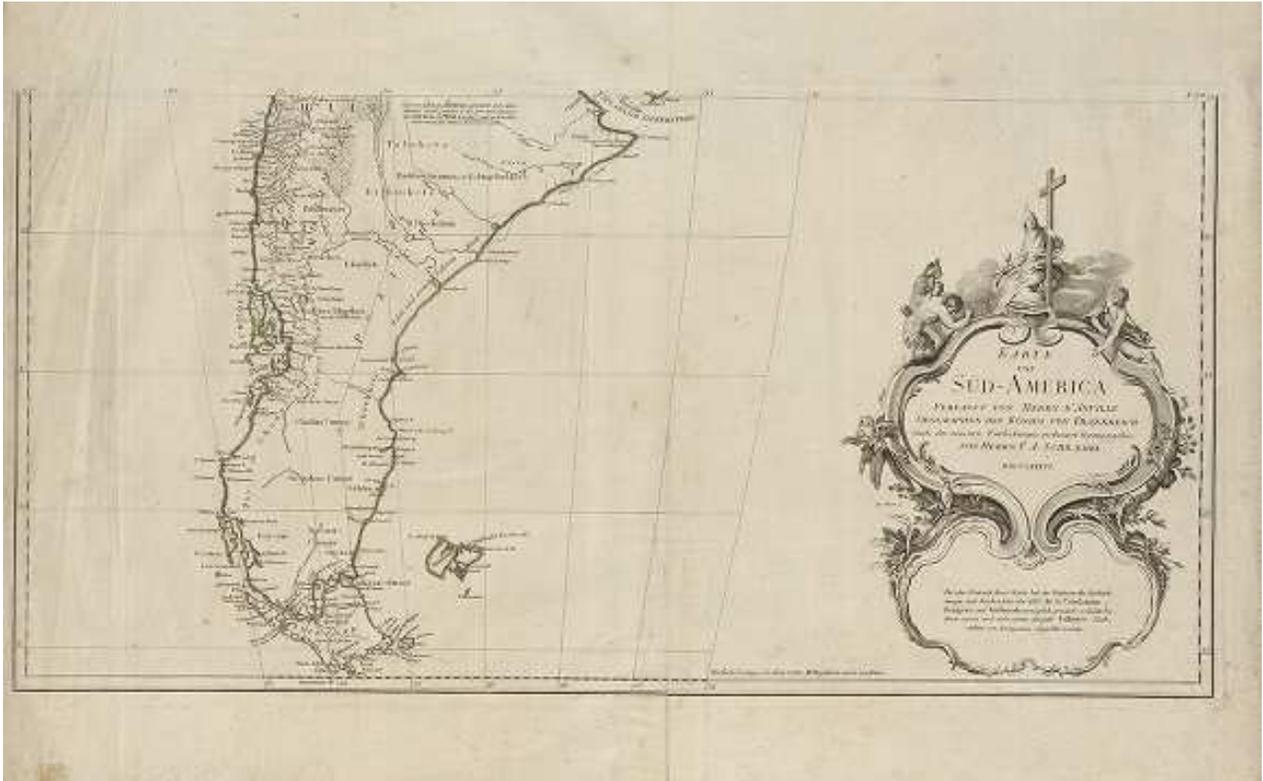
Domenico Capasso, *Mapa geral do Brasil*, [1730].



Mapa manuscrito: desenho a tinta ferrogálica e aquarelado ; 37 x 57cm em f. 48,8 x 58,5cm. (Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil): ARC.030,02,016 Cartografia).

**Anexo 19**  
**Karte von Sud-America (a, b e c)**





*Karte von Sud-America*, Jean Baptiste Bourguignon d'Anville, 1786.

Descrição física: 1 mapa em 3 sessões : col. ; 38,5 x 77cm em f. 61 x 82,5cm.

Localização no site [www.br.br](http://www.br.br) (Objeto digital) ID cart389313a.tif. Localização original:

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) ARC.005,11,010 Cartografia

Anexo 20

Jean Baptiste Bourguignon d' Anville, *Carte du Perou et Brésil sep. de Tierra Ferme de Guayana et de la rivière des Amazones : cequi fait la partie boreale de L'Amérique Meridionale...*, 1779.



**Fonte:** Descrição física: 1 mapa : col. ; 46 x 66,7 em f. 53,3 x 75cm. Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil) - ARC.015,11,045 Cartografia

Jean Baptiste Bourguignon D'Anville, *Carte du Bresil – Prem. Partie. Depuis la Rivière des Amazones jusqu'a la Baye de tous lés Saints, 1746.*



Fonte: MICELI. Paulo. *O tesouro dos mapas. A cartografia histórica na formação do Brasil.* São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002, p. 256. (tamanho: 22,4X30,3cm)

## Anexo 22

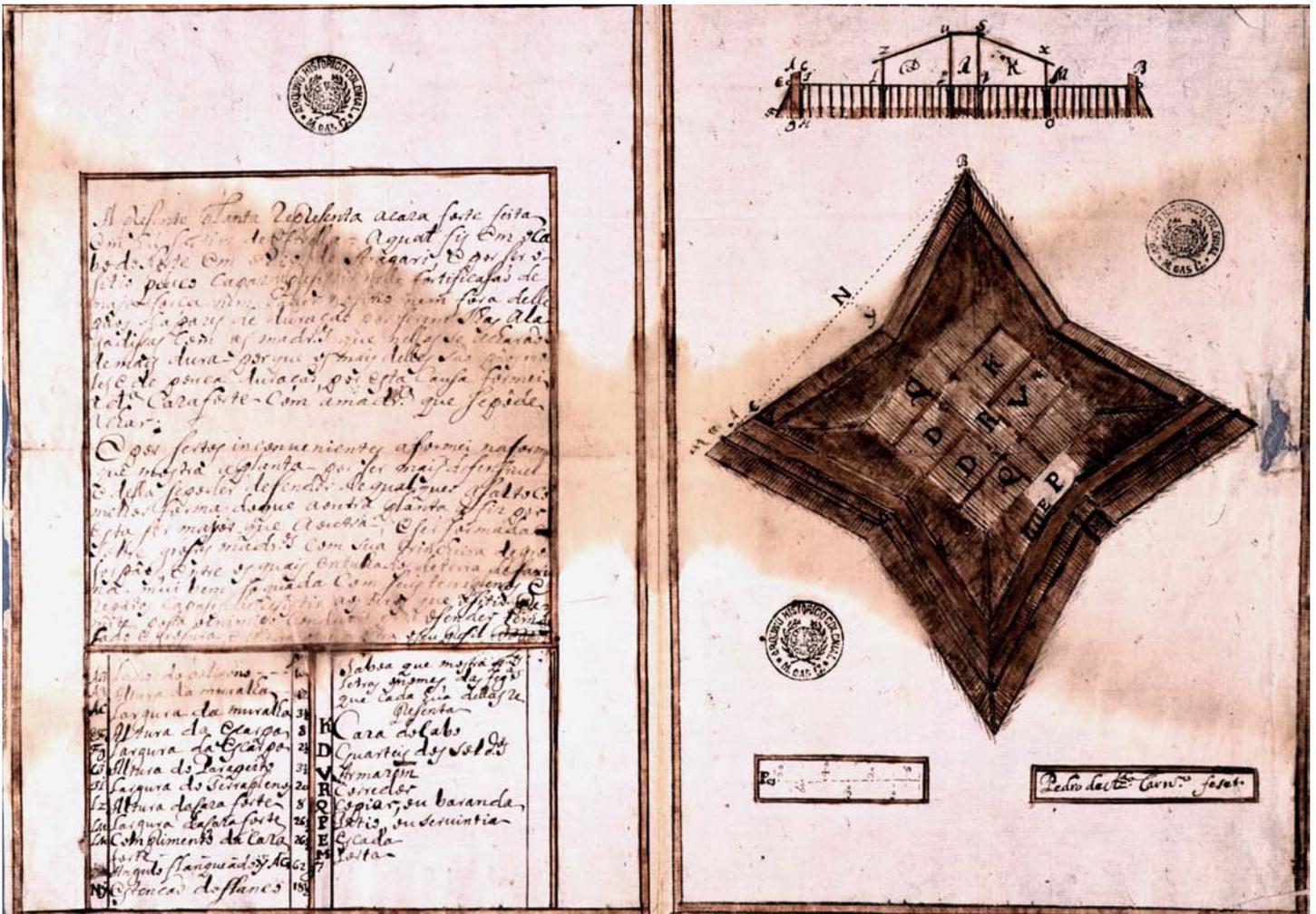
### **Mapa dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional...**



Título original: Mapa das Cortes, publicado em 1749. Dados cartográficos: escala ca 1:8.500.000. Descrição Física: mapa manuscrito colorido; 60 X 54cm em f. 70 x 64cm. (Localização: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil), ARC.030,01,009 Cartografia)

Anexo 23

**Caza Forte feita em hu[m] fortim de Estrella : a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari... / Pedro de Az[eve] do. Carn[ei]ro.**



Caza Forte feita em hu[m] fortim de Estrella : a qual fiz em o cabo do Norte em o rio Araguari... / Pedro de Az[eve] do. Carn[ei]ro. faset. – escala [ca.1:440]. – [ca. 1688]. – 1 planta ms. : color., desenho a tinta ferrogálica ; 29,1 x 20,8 cm. em f. 29,8 x 41,8 cm. Escala gráfica de 60 pés [=4,5 cm.]. Atualmente o Rio Araguari pertence ao atual Estado do Amapá. (AHU\_ACL\_CARTm\_013, D. 0788)

## Carta anexa à planta

*A presente planta representa a caza fortefeita / em hu fortim de estrella. A qual fiz em Cabo do Norte em o Rio Aragari, e por ser o / pouco capaz de resistir nelle fortificassão de / força nem e que no sitio nem fora delle/ pelos capazes de duração por serem ilhas ala=/gadissas com as mad[ei]ras que nellas se acharão / demais dura – porque os mais delles são paos oni/ / e de pouca duração, por esta causa formei / dita casa forte com a madeira que se pode achar ./ E por feitos inconvenientes a formei na forma / que mostra a planta por ser mais defensível / e dela se poder defender de qualquer assalto cõ / melhor forma do que a outra planta que fiz por / esta ser maior que a outra, e ser trincheira de grossos madeiros com sia trincheira de grossos pao, entre os quais entrulhados de terra de faxi=/na mui teparos capases de resistir aos tiros que o sitio permite, possa o inimigo conduzir que a defender tem de / lado e grossura, e altura o que mostra o seu perfil.*

Estão assinalados: AB- Lado do poligono 10º, Ag- Altura da muralha 12, AC- largura da muralha 3 172, EF- altura da escarpa 8,EG - largura da escarpa 2 172, CJ- altura do parapeito 3 ½ Ji – Largura do terrapleno 20, I- altura da cazaforte 8, Im – largura da caza forte 26 ½ In- comprimento da cazaforte, 26 ½ angulo fanqueado YAG 62 gos., Ny Extensão do flanco / Taboa que mostra plas letras os nomes da f e g.a que cada huma dellas representa / K Caza do cabo, D Quartéis dos soldados, V Armazém, R Corredor, Q Copiar ou baranda, P Pátio ou serventia, E Escada, M Porta.

Este forte foiconquistado e arrasado pelas tropas francesas, sob o comando do Marquês de Ferroles, governadores da Guiana Francesa, em 1697.

Localização: **AHU\_ACL\_CU\_013, Cx.3, D.272, (ofício de 2 de Junho de 1688)**

**Referências conhecidas:** COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da Brasiliae Monumenta Cartographica / por Alberto Iria.. Separata de Studia , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref. 14 - ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Catálogo da exposição histórico-documental luso-brasileira.. Brasília ; Rio de janeiro ; São Paulo, abr-maio 1982 nº 94 – Exposição Baía 1981.

Referências:

[http://www.senado.gov.br/web/senador/jsarney/Historia\\_Amapa/sarney\\_05\\_posicao.pdf](http://www.senado.gov.br/web/senador/jsarney/Historia_Amapa/sarney_05_posicao.pdf)

– m [http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte\\_do\\_rio\\_Bataboute](http://pt.wikipedia.org/wiki/Forte_do_rio_Bataboute).

Brasil / Pará, Capitania do / Amapá / Araguari, Rio (AP) / Arquitetura militar – Amapá / Fortificações – Amapá / Forte de Araguari (AP).

Antiga lista da Cartografia do AHU: 10

# **Anexos**

## **4<sup>o</sup> capítulo**

## Anexo 24.

“Prospecto de Vila Boa tomada da parte do Esnoroeste para Les Sueste no anno de 1751”.



**Fonte:** *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, s.d., p. 228

## Anexo 25

[Mapa da bacia hidiográfica dos rios Guaporé e Mamoré, com localização das missões da Companhia de Jesus das Índias Ocidentais de Castela] / João Gon[çal]ves P[erei]ra. – [ca. 1743].



**Fonte:** Autor PEREIRA, João Gonçalves. Descrição física: 1 carta ms. : color., desenho a tinta ferrogálica ; 32,9 x 45 cm. O mapa abrange o atual Estado de Rondônia e a Bolívia.

Indica os rios Guaporé ou Itenes, Mamoré, Baures, Itonamas e as missões jesuíticas inicianas de Mojos e Chiquitos. Possui a indicação do Ocidente e Oriente. Contém as distâncias de jornadas de Domingos Gonçalves Ribeiro e Antônio Ferreira Anexo ao documento AHU\_ACL\_CU\_010, Cx.3 , D. 175.

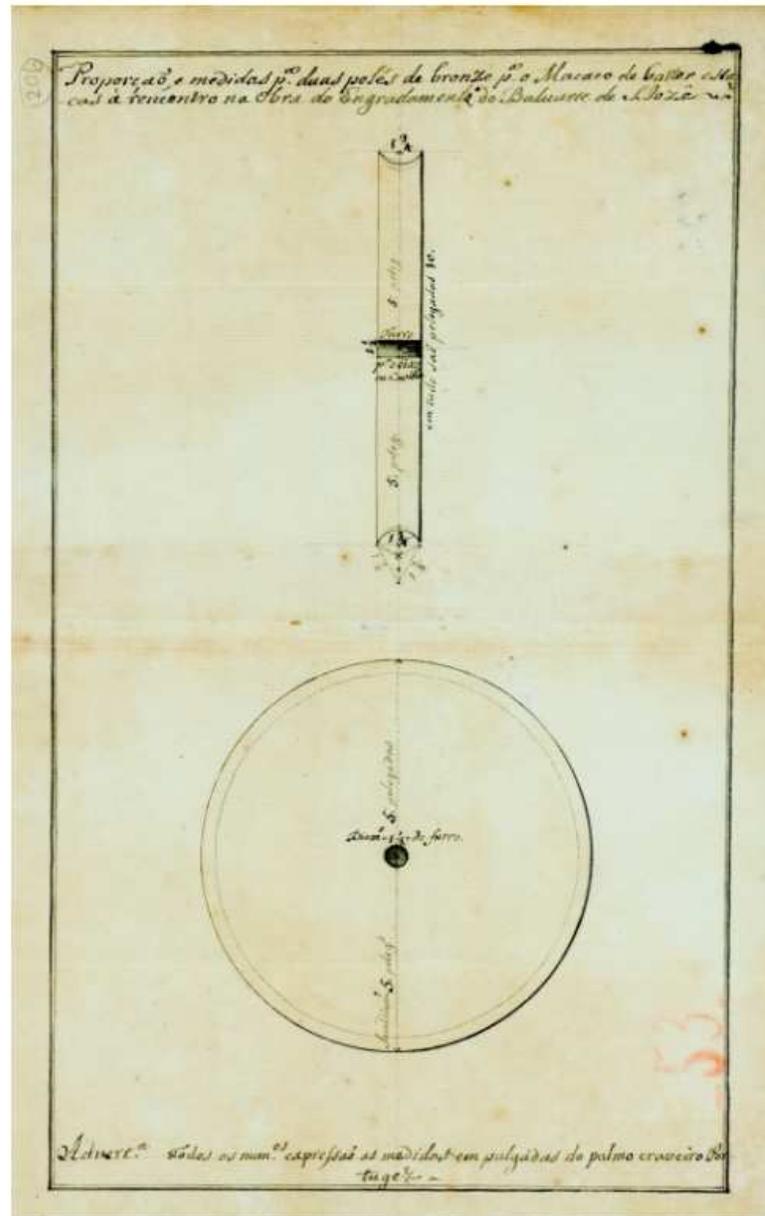
**Localização:** AHU\_CARTm\_010, D. 0850

**Outras Referências:** a) COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS, 4º. Inventário geral da cartografia brasileira existente no Arquivo Histórico Ultramarino : elementos para a publicação da *Brasililae Monumenta Cartographica* / por Alberto Iria.. Separata de *Studia* , Lisboa, nº 17, abr.1966. Ref. 72/ b)ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Catálogo da exposição histórico-documental luso-brasileira.. Brasília ; Rio de Janeiro ; São Paulo, abr-maio 1982 nº 88. Brasil / Mato Grosso, Capitania de / Rondônia /Bolívia / Índios das América do Sul – Bolívia / Índios Chiquito / Índios Mojo / Jesuítas – América do Sul / Missões – America do Sul / Guaporé, Rio (Brasil-Bolívia) / Mamoré, Rio (Bolívia-Brsil) / Ribeiro, Domingos Gonçalves / Ferreira, Antônio

Antiga lista da Cartografia do AHU: nº 84

Anexo 26

*Proporção e medidas p<sup>a</sup> duas polés de bronze p<sup>a</sup> o macaco de bater estacas à rencontre na obra de engradamento do Baluarte de S. Jozé.*

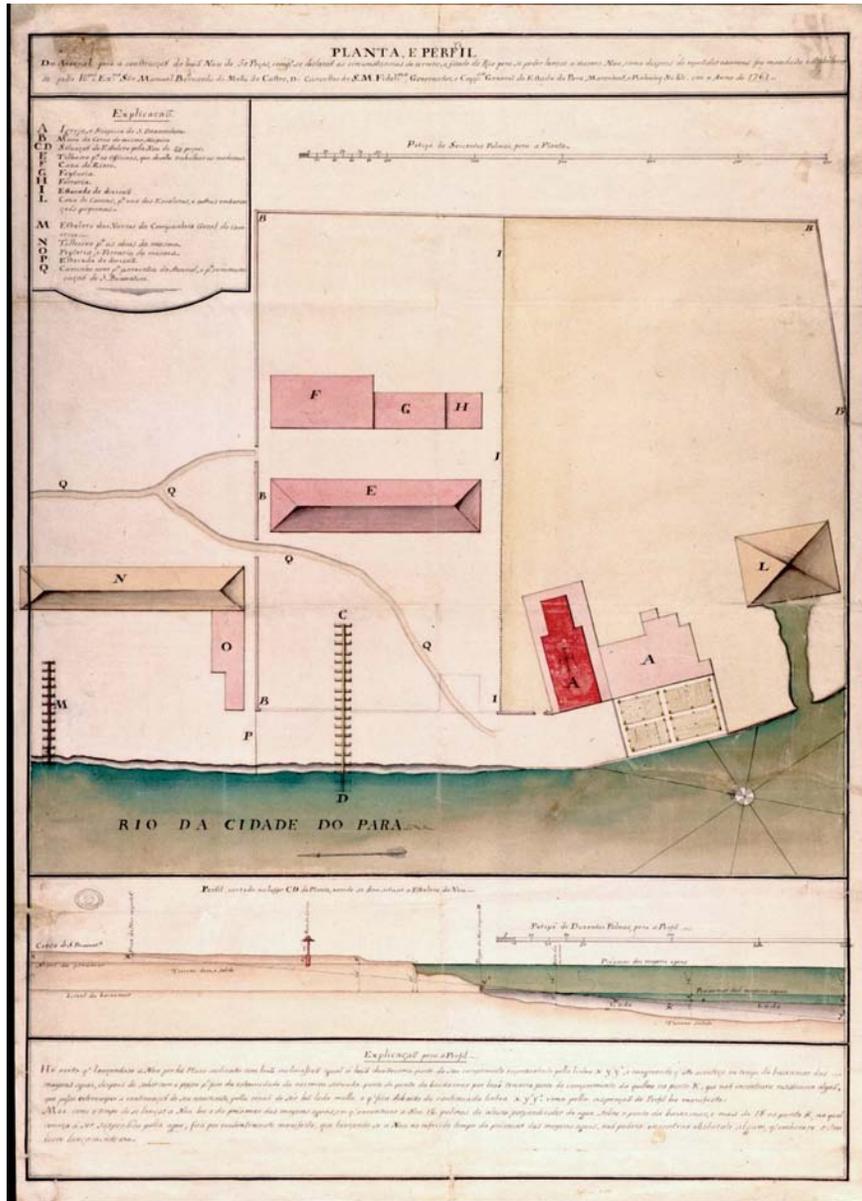


*Proporção e medidas para duas polés de bronze para o macaco de bater estacas.*

Fonte: Arquivo Histórico do Pará, loc. 164.81.66

## Anexo 27

**PLANTA E PERFIL DO ARSENAL PARA A CONSTRUÇÃO DE HUÃ NAU DE 50 PEÇAS,** com q[ue] se declarão as circunstancias do terreno e fundo do Rio para se poder lançar a mesma nau (...) como despoes de repetidos exames foy mandado estabelecer-se pello Ill[ustrissi]mo Senhor Manoel Bernardo de Mello de Castro, do Concelho de S[ua] M[ajestade] Fidel[íssi]ma, Governador e Capp[it]am General do Estado do Para, Maranhão, e Pihuyh... [ca. 1761].



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0799

**Descrição física:** 1 planta ms : desenho a nanquim Aquarelados nas cores verde, vermelho, amarelo e sépia.

71,3 x 50,8cm. em f. 74,5 x 53cm. Escala [ca.1:600]. Escala gráfica de 600 palmos [=32,5cm.]. Escala gráfica do perfil de 200 Palmos [=21,6cm.]. Escala [ca.1:200]. Dimensões do perfil: 18, 9 x 50, 8cm.

Estão assinalados na planta: *Igreja e hospício de São Boaventura, Muro da cerca do mesmo hospício, situação do estalero pella nau de 50 peças, Tilbeiro para os officiaes, que devem trabalhar a madeiras, caza do risco, ferraria, estacada de divisão, caza das canoas, para uso dos escaleroa e outras embarcações pequenas, estalero dos navios da companhia geral do comericio, tilbeiro para as obras da mesma, estacada de divisão, caminho novo para serventia do Arsenal, e para comunicação de São Boaventura. Rio da cidade Pará.*

Na mesma folha: Perfil cortado no lugar CD da planta, aonde se deve instalar o estaleiro da nau.

Contém dados sobre o perfil, onde se lê : *Hé certo que lancandose a Nau por hu plano medinado com huma inclinassão igaul á huá dupdecima parte do seu comprimento representado pella linha x g1 g 2 , e imaginando, que isto aconteça no tempo da baixa-mar das mayores agoas, despoes de sahir com poppa para fora da estremidade da carreira situada perto do ponto da baixa mar por huã terceira parte do comprimento da quilha no ponto k, que não encontrara resitencia alguã, que se possa enteromper a continuação do seu movimento, pella rezão de sér hu lodo molle o que fica debaixo da continuada linha Xy1, yFevereiro como pella inspecção do Perfil hé manifestado.*

*Mas como o tempo de se lançar a nau he o da préamar das mayores das mayores agoas, em que encontrara a Nau 16 palmos de alttura perpendicular de agoa sobre o ponto da Baixa mar, e mais de 18 no ponto K, no qual /começa se supreendida pella agoa; começa à ser suspendida pella agoa; fica pois evidentetemente manifesto, que lançando-se a nau no referido tempo da préamar das mayores agoas, não podera encontrar obstaculo algum que embaraçeo seu / livre lançamento.*

### **Carta referente à planta**

Com esta será presente a V. Ex<sup>a</sup>. a copia do Termo que se fez na minha presença a respeito da elleição, e escolha do sitio para o Estaleiro em que se há de fabricar a Nau que S. Mag<sup>e</sup> manda fazer; e hindo varias vezes a examinar com os Engenheiros, Constructores, e mais asistenetes a distancia da Ribeira, e Praya, que corre da parte posterior do Convento dos Religiosos de Nossa Snr<sup>a</sup> do Monte do Carmo, athe o Hospício, que foi do S. Boaventura, se não achou lugar mais acomodado, próprio e conducente á construção da dita Nao, o que a V. Ex<sup>a</sup> constará do dito Termo, porque sendo o sitio em que o rio tem a maior, e melhor fundura, dava a certeza de ser capas de correr do Estaleiro athe o termo do seu jacto, huma Nao de maior conta sem o perigo de enjoar na carreira; e com as mais circunstancias, que se observarão serem precisas para a comodidade da sobredita fabrica, se assentou ser conveniente ao Real Serviço de S. Mag<sup>e</sup> a escolha do terreno em esta Praya, do que a V. Ex<sup>a</sup>. dou esta conta para que a participe a S. Mag<sup>e</sup>. que mandará o que for servido.

Pará 26 de junho de 1761

### **Cópia do Termo**

Aos 23 de junho de 1761, nesta Villa e Sitio que fica entre o Convento de Nossa Snr<sup>a</sup> do Carmo e o Hospício S. Boaventura desta Cidade de Belém do Gram Pará, veyo o Ilustríssimo e Exelentíssimo Senhor Bernardo de Mello de Castro, Governador e Capitão General deste Estado, sendo presente o Desenhador Ouvidor Feliciano Ramos Nobre Mourão, o Sargento mor Engenheiro Alves Calheiros, os Ajudantes Engenheiros Henrique Antonio Galuzio, e Fernandes Gots; o constructor da Nao que S. Magestade manda fazer Luiz Izidoro de Gouvêa, o constructor do Navio da Companhia Geral do Comercio deste Estado, que actualmente se está fazendo no Estaleiro, M<sup>el</sup>. Lopes da Silva, o Mestre da Charrua S. Jose, marcos de Amaral, o Mestre da Charrua Nossa Senhora das Mercês, Domingos Dantas, logo por S. Ex<sup>a</sup>. foi dito, que S. Mag<sup>e</sup>. lhe ordenará mandasse examinar o dito Lugar, ou situação que fica entre o Convento de N.

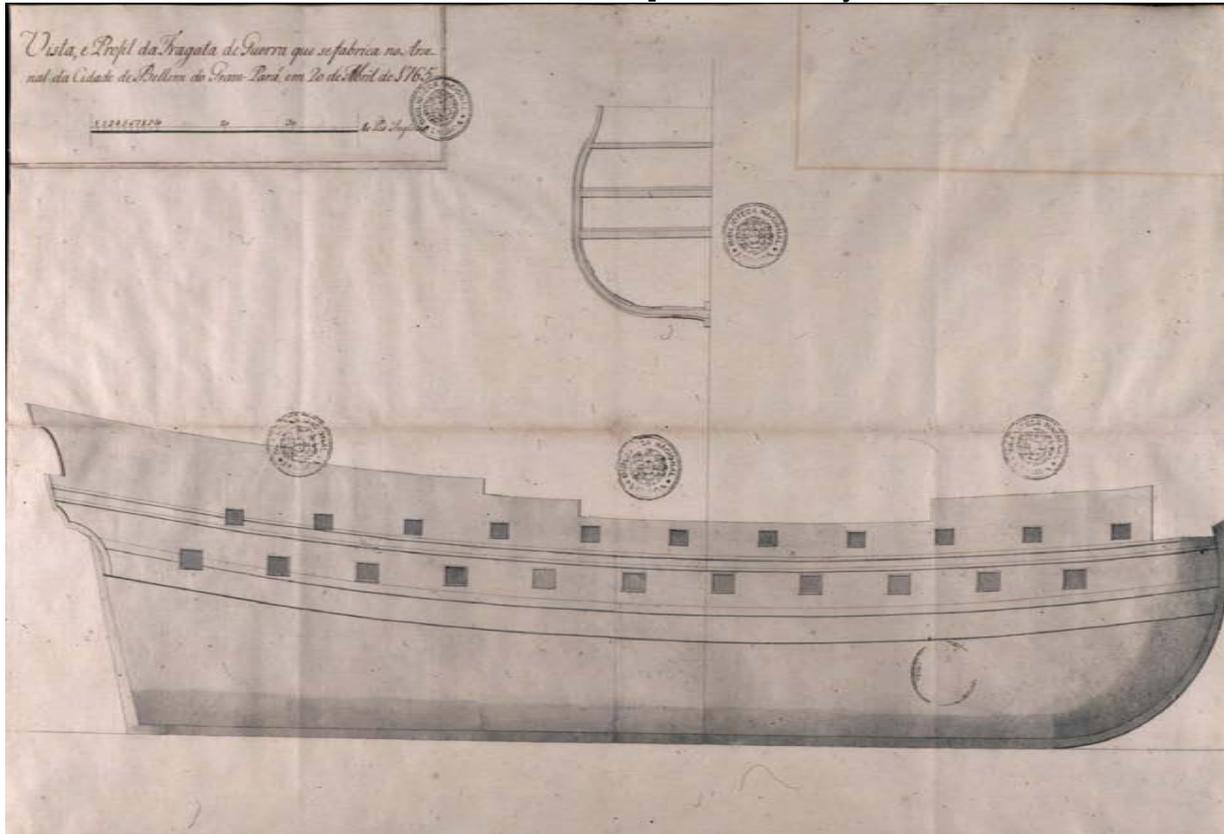
Sr.<sup>a</sup>. do Carmo, e S. Boaventura, para se saber se he suficiente para se estabelecer nelle o Estalleiro, fabrica, e mais cazas pertencentes para a factura de Naos, e se nas agoas vivas as mares tem cecimento que seja fundo, e capas de se lançar ao mar a Não de Guerra que S. Mag.<sup>o</sup> manda fazer, ou qualquer outra que se fizer, sem o mínimo risco, e sombra de perigo: e que em execução da dita ordem tendo S. Ex.<sup>a</sup>. pessoalmente vindo já ao dito sitio muitas vezes; e mandando fazer todos os exames necessários, não so na paragem em que se há de estabelecer o Estaleiro, tenteandosse, e fundandosse a terra com estacas pregadas a impulsos da maquina a que chamão macaco para se observar a sua firmeza sondandosse toda a praya, e fundo, fazendosse muitas observações nas enchentes, e vazantes das mares das agoas vivas, sobre o fundo, arrastantosse o mesmo com redes, e tenteandosse com varias estacas, para se saber se por cima, ou parte inferior da lama, ou tejuco da dita praya havião pedras que podesse cauzar algum prejuízo á Nao; os quaes exames, e veriguações fizerão esses ditos Engenheiros, e Constructores; Ihe ordenará S. Ex.<sup>a</sup>. declaracem em suas consciencias conforme entendessem se o dito Lugar, e sitio era capaz para o estabelecimento do Estaleiro, e se o fundo era bastante para se alcançar a Nao ao mar sem perigo, e risco, livre de todo o prejuízo. E assentarão todos uniformemente que o sitio para o dito Estaleiro era o mais acomodado, não so pela dureza do solo, mas pela extensão para o serviço do Arsenal, qualidade da praya, e fundura do rio para a carreira da Nao; circunstancias precisas, e conducnetes para a dita fabrica, foi unanimamente escolhida, e aprovada por melhor aparagem das cerca do Hospício de S. Boaventura a distancia de duzentos, e settenta palmos da Igreja do mesmo Hospício para o Carmo; e sem embargo de diferirem alguns dos conferentes na conta da fundura do rio; por ser a duvida accidental, e somente nascida do diferente modo de explicar a medição, porque essencialmente todos concordarão em ter a conta dos palmos fundura necessária, ainda para nadar, e correr huma Nao de settenta pessoas, e por isso uniformes nos votos assentarão todos que ali se estabelecesse o Estaleiro para a construção da Não; e de como todos assim convierão na presença do Ilm.<sup>o</sup>. Ex.<sup>mo</sup>. Snor. General fis este Termo que odos assignaram. E eu Marcos Jose Monteiro de Carvalho Secretario do Estado por S. Mag.<sup>o</sup>. Fidelíssima o escrevi//Manoel Bernardo de Mello de Castro//Manoel Alves Calheiros//Henrique Antonio Galuzio//Manoel Fernandes Gots// Luiz Izidoro de Gouvêa// Manoel Lopes da Sylva// Domingos Dantas// Marcos de Amaral//.

**Localização: AHU\_ACL\_CU\_013, Cx 49, d. 4517.**



Anexo 27 b

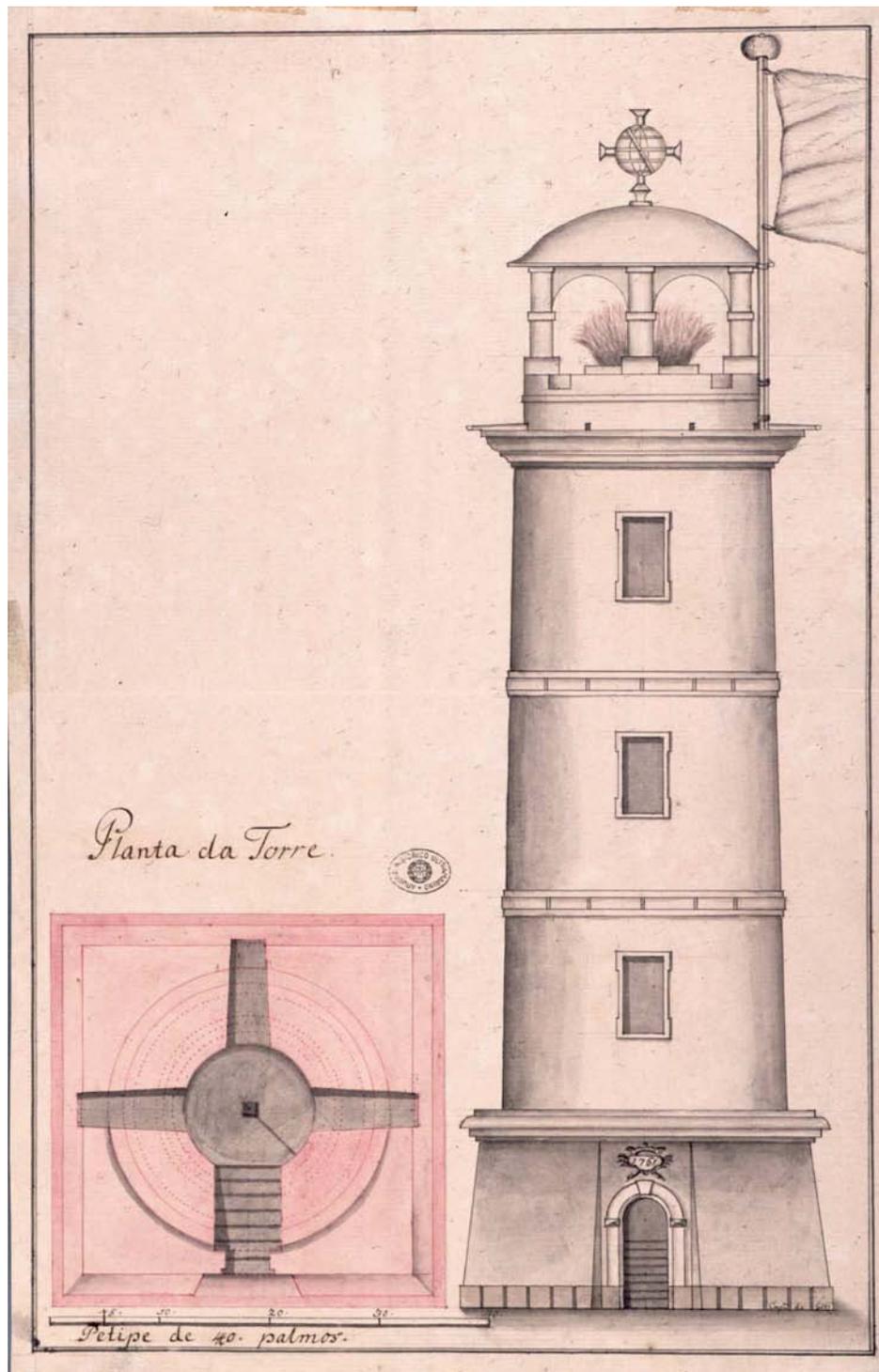
VISTA e perfil da fragata de guerra que se fabrica no Arsenal da cidade de Bellem do Gram Pará... – Escala [ca. 1:10 ]. – em 26 de julho de 1765.



**Fonte:** AHU\_CARTm\_013,D. 1272. **Descrição Física:** 1 desenho técnico : color. ; 43,7 x 64,1cm. Escala gráfica de 40 pés ingleses [= 14cm.]. Desenho a nanquim, com traços a tinta ferrogálica. Aguada nas cores preta e cinza. Cartucho de título escrito a tinta ferrogálica. Antiga lista da Cartografia do AHU: 44. Antiga localização: AHU\_CARTm\_013,D.RI-03

Anexo 28

Planta de um farol que serve de marco à navegação a fim de prevenir dos perigos dos baixos da Tigioca/ Cap[ita]m Gotz. 1761



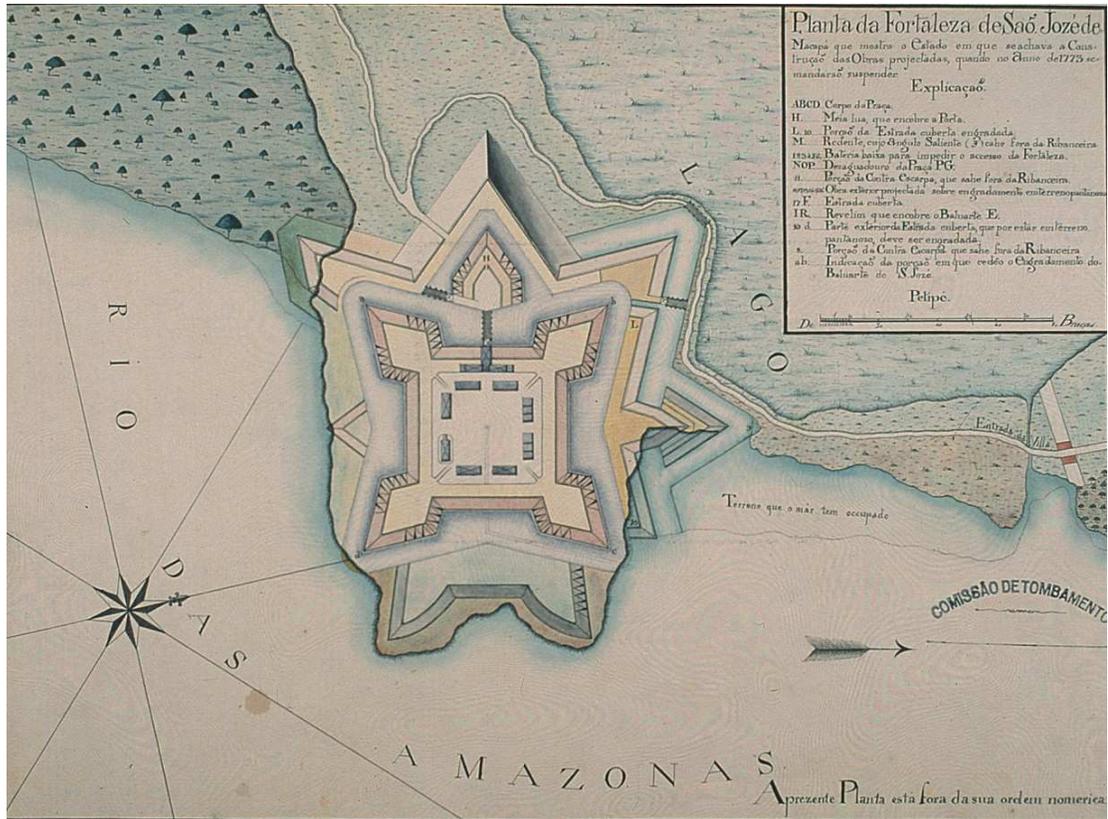
**Fonte:** AHU\_CARTm\_013, D. 0803. **Descrição física:** Escala [ca.1:70]. – 1 desenho técnico a nanquim, aquarelado na cor preta. Encarte: Planta da torre, aquarelada de vermelho e preta. Marca d'água: flor-de-lis. 36,3 x 22,9cm. em f. 37,8 x 24,4cm. Escala gráfica de 40 palmos [=12cm.].

# **Anexos**

## **5<sup>o</sup> capítulo**

## Anexo 29

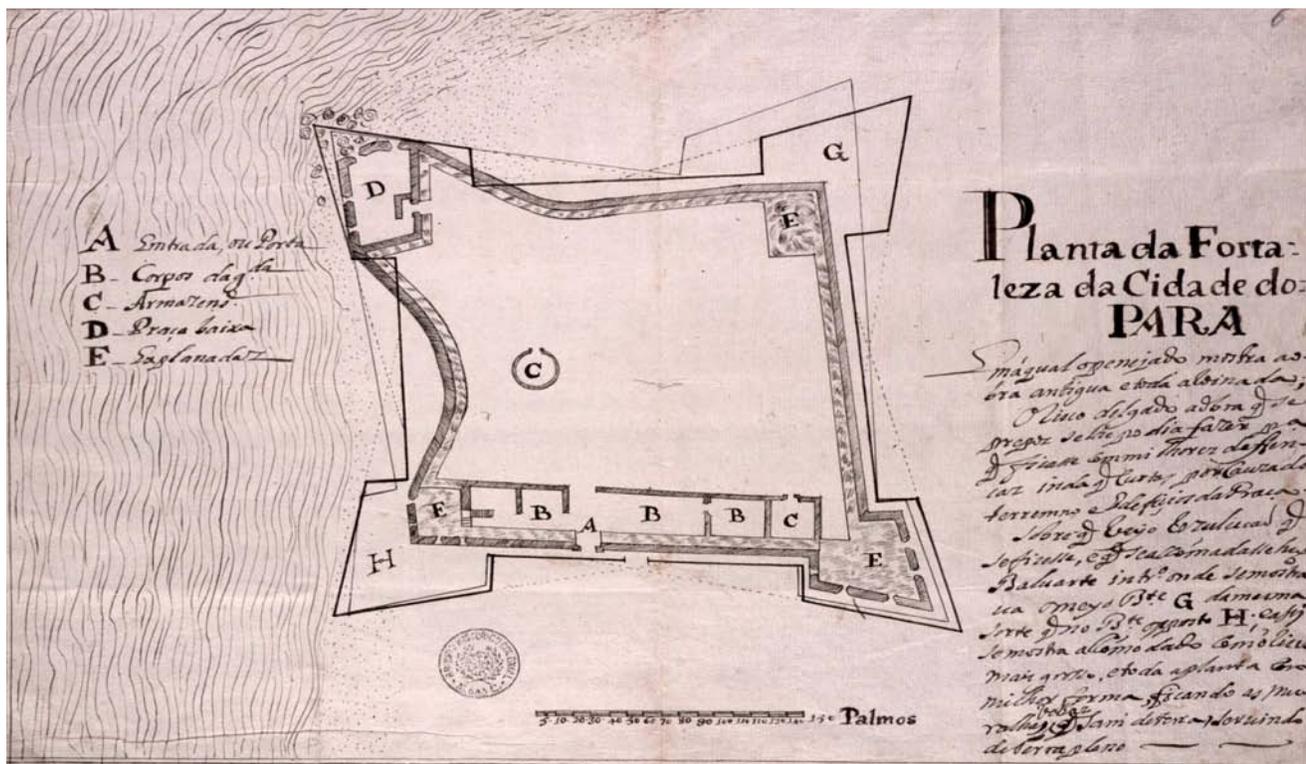
**Planta da Fortaleza de São Jozé de Macapá que mostra o estado em que se achava a construção das Obras projectadas, quando no anno de 1773 se mandarão suspender.**



**Fonte:** Arquivo Histórico do Exército, Série Pará, n. 11.01.2247.

## Anexo 30

PLANTA DA FORTALEZA DA CIDADE DO PARÁ EM A QUAL O PENEJADO MOSTRA A OBRA ANTIGUA E TODA AROINADA. O RISCO DELGADO A OBRA Q[UE] SE PROPOZ SE LHE PODIA FAZER PARA Q[UE] FICASSE COM MILHORES DEFENSAS INDA Q[UE] CURTAS POR CAUSA DO TERREMNO E EDIFICIOS DA PRAÇA SOBRE QUE VEIO REZULUÇÃO Q[UE] SE FIZESSE E QUE SE ACCOMODASSE HUM/ BALUARTE INT[EI]RO ONDE SE MOSTRA/ UA O MEIO B[ALUAR]TE G DA MESMA SORTE QUE NO B[ALUAR]TE OPPOSTO H CASI SE MOSTRA ACCOMODADO COM O RISCO/ MAIS GROSSO, E TODA A PLANTA COM/ MILHOR FORMA FICANDO AS MU/RALHAS VELHAS Q[UE] SAM DE TERRA SERVINDO DE TERRAPLANO.

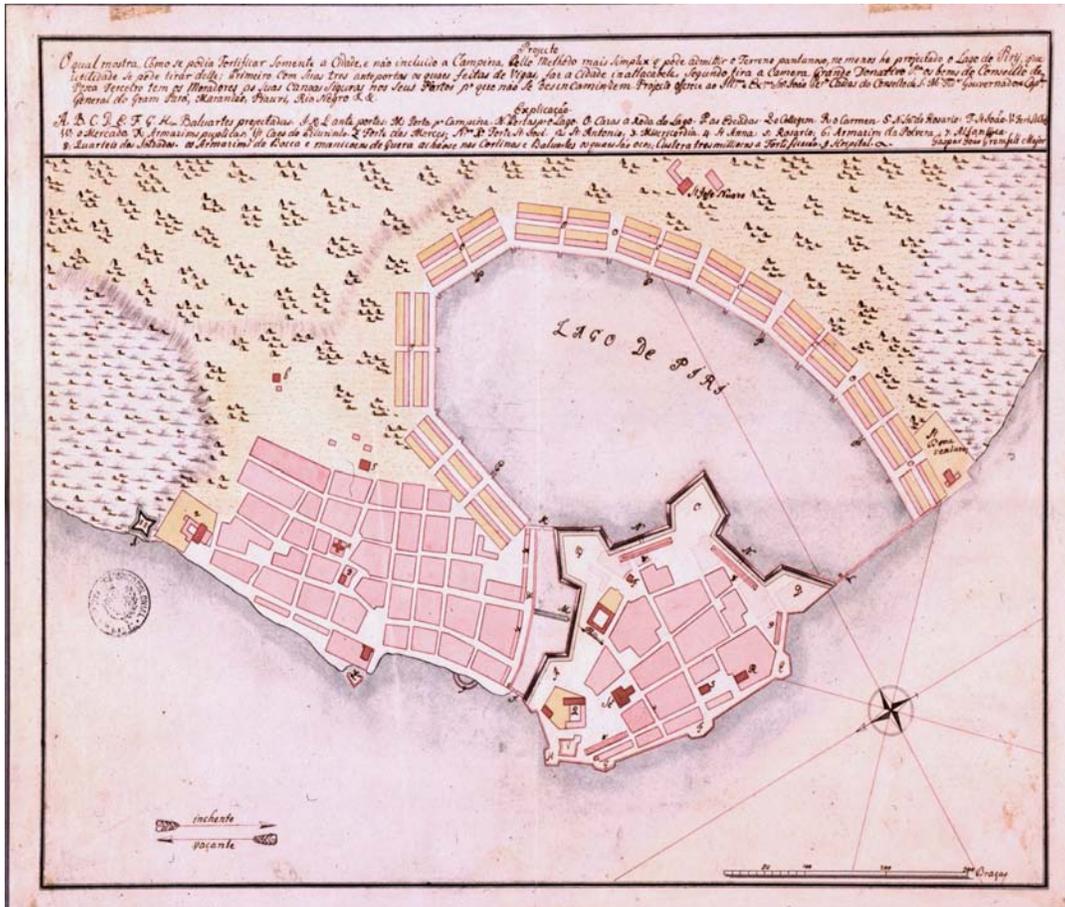


**Fonte:** Planta manuscrita da fortaleza da cidade do Pará, [ca. 1696], desenhada com tinta ferrogálica, apresenta as seguintes medidas: Escala [ca.1:400]; 28,5 x 41,5cm. em f. 29,4 x 42,1cm. Escala gráfica de 150 Palmos [=8,8cm.] Antiga lista da Cartografia do AHU: 13. Localização atual: AHU\_CARTm\_013, D. 0792.



## Anexo 32

**Planta da Cidade de Belem do Gram Pará : fortificada pelo methodo mais simplez e de menor despesa q[ue] pode admitir, a irregularidade da sua figura e irregularidade do seu terreno em parte pantanoso e em parte cheio de obstáculos e dificuldades principalmente sobre a margem do rio: projecto que offerece ao Ill[usstrissi]mo e Ex[celentissi]mo S[e]n[h]or João Pereira Caldas do Concelho S.M.F. Gov[ernad]or do Grampará, Maranhão, Piauhy/ Sargento Mor Eng<sup>o</sup>. Gaspar João Geraldo de Gronfeld. [ca. 1773]**



**Fonte:** AHU\_CARTm\_013, D. 0808

**Descrição física:** 1 planta ms. : color., desenho a nanquim vermelho e preto. Inclui rosa-dos-ventos, aquarelada nas cores vermelha, verde, cinza e preta. 31,2 x 41cm. em f. 34 x 44cm. Escala [ca. 1:17.000]. Escala gráfica de 300 braças [=9,7cm.]. Indica as marés. Vegetação representada em forma pictórica. Contém caminhos de Ss. Bovaventura, de S. José. Mostra o forte Santo Cristo e o Lago do Piri. Estão assinalados: A, B, C, D, E, F- baluartes deste novo projecto; G.H.I- m ravelims projectados, K- S<sup>a</sup> Sé., L- Collegio M<sup>o</sup> Nossa Senhora do Carmo, P- Nossa Senhora das Mercês, R- Santo Antonio, S- Nossa Senhora do Rosário, T- Alfândega, V- Quartéis dos soldados, X- Arcenaç. Y- São Jozé, ij- armazém da pólvora velho, n<sup>o</sup>1- comportas para o fosso aquático, n<sup>o</sup>2- Palácio novo. O Lago do Piri no verão chega a seccar, e nop inverno 4 palmos d'água. A execução deste projectop custará quatro milhopens e meio.

Anexo 33.1



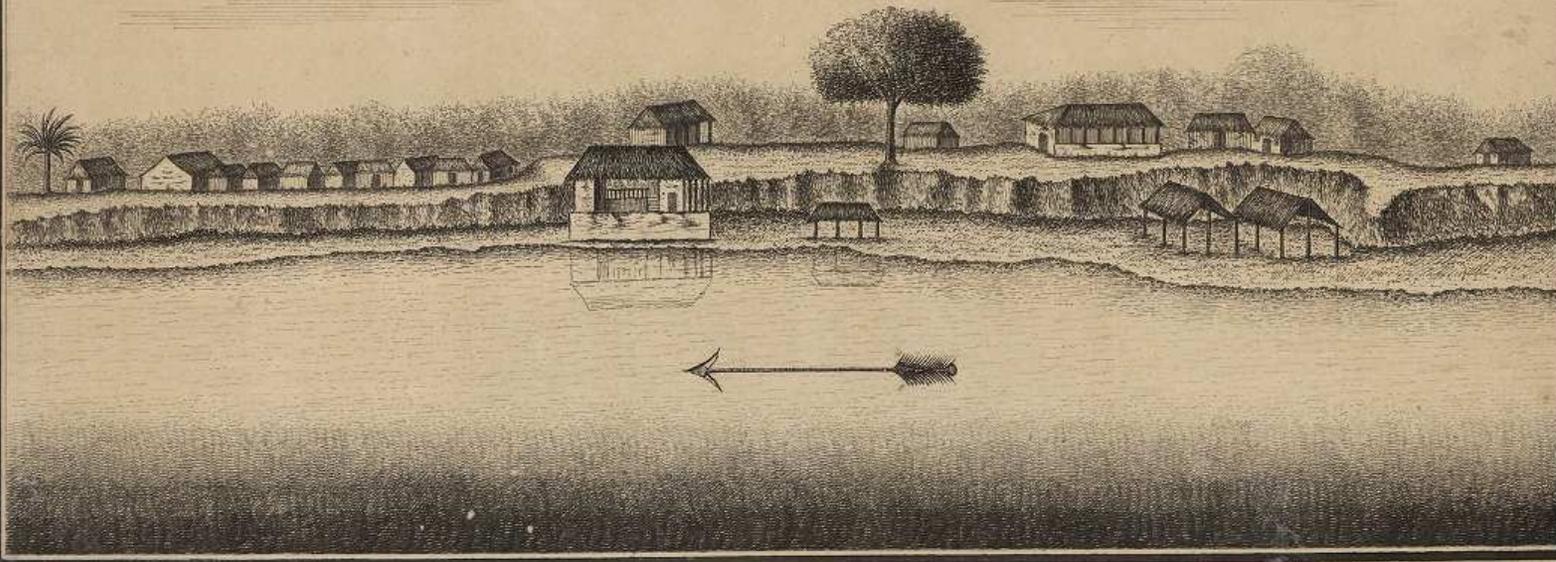
*Prospecto da Cidade de Bellem, do Estado do Gram Lara?*



*Desenhado de original por o Capitão D. João de Almeida*



*Prospecto da Ribeira  
donde se fabricam as Canoas, Sita no Rio Moju.*



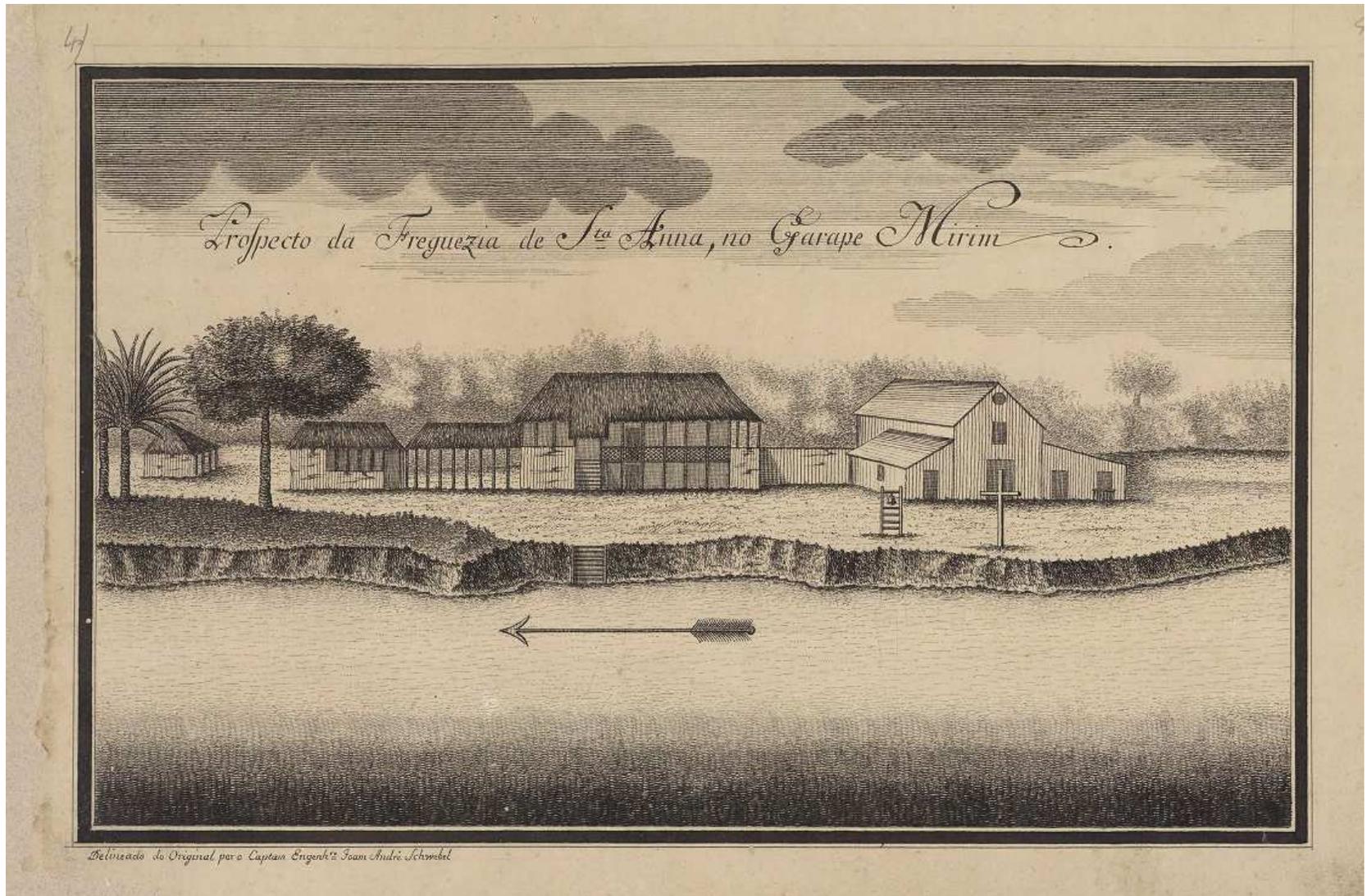
*Reprodução do Original por o Capitão Eugênio Joam André Schwobel.*

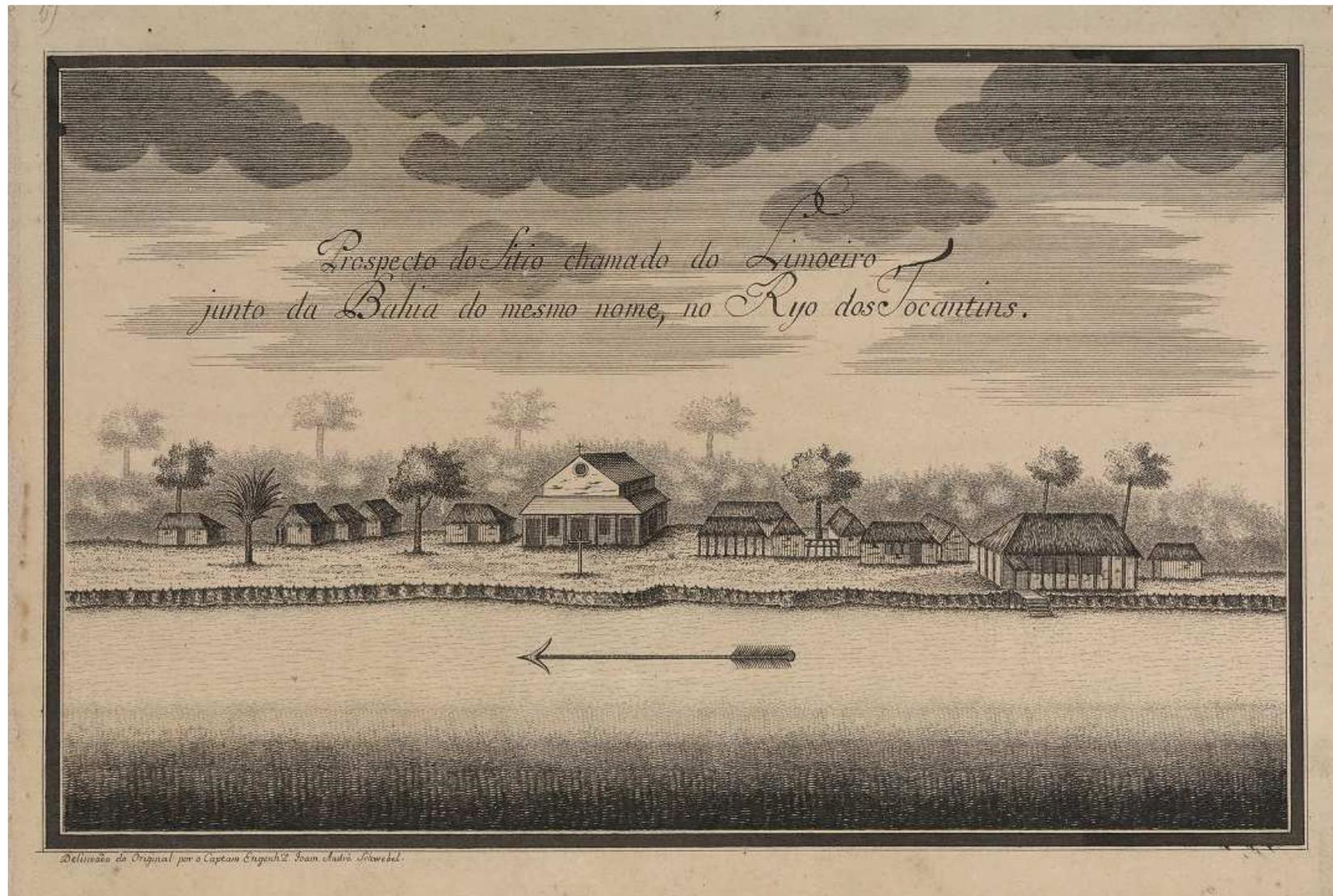
3)

*Prospecto do Sítio,  
junto do Garape Miri, que tem communicacão com o Rio Moju, e com o dos Tocantins.*



*Desenhado do Original por o Capitão Engenheiro Joun André Schwebel.*

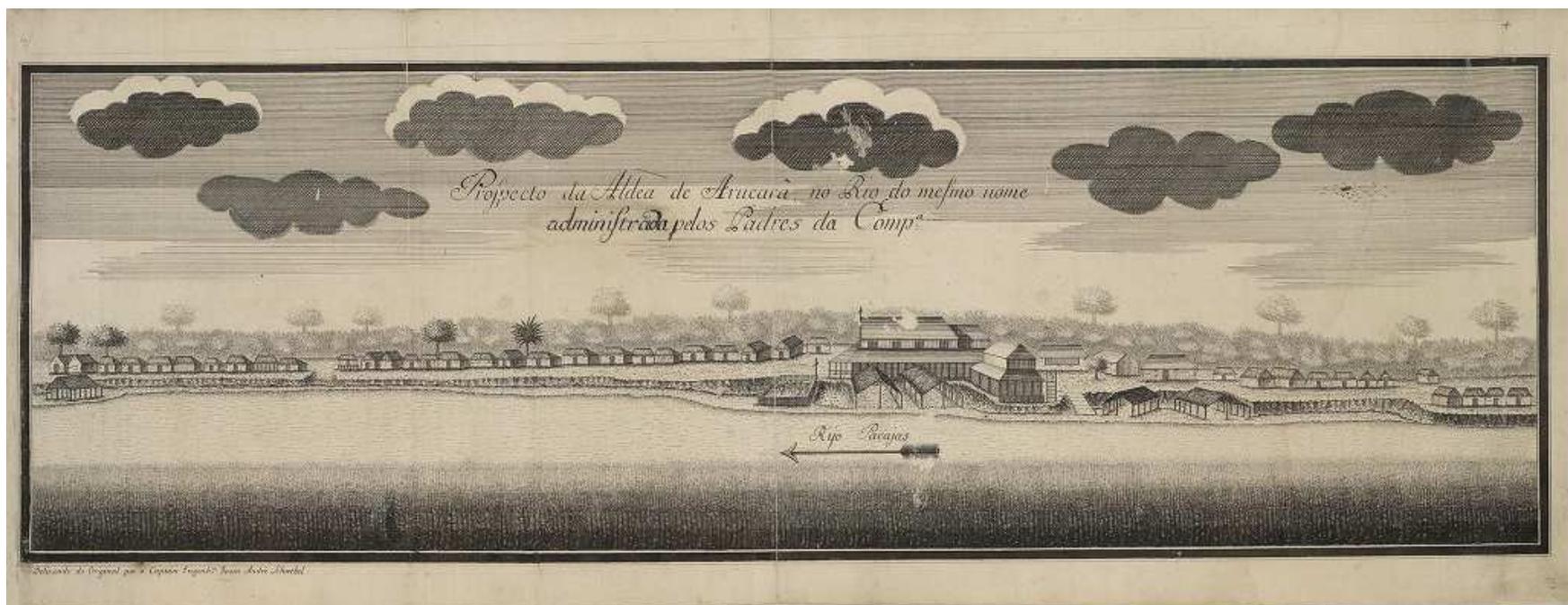






33.8

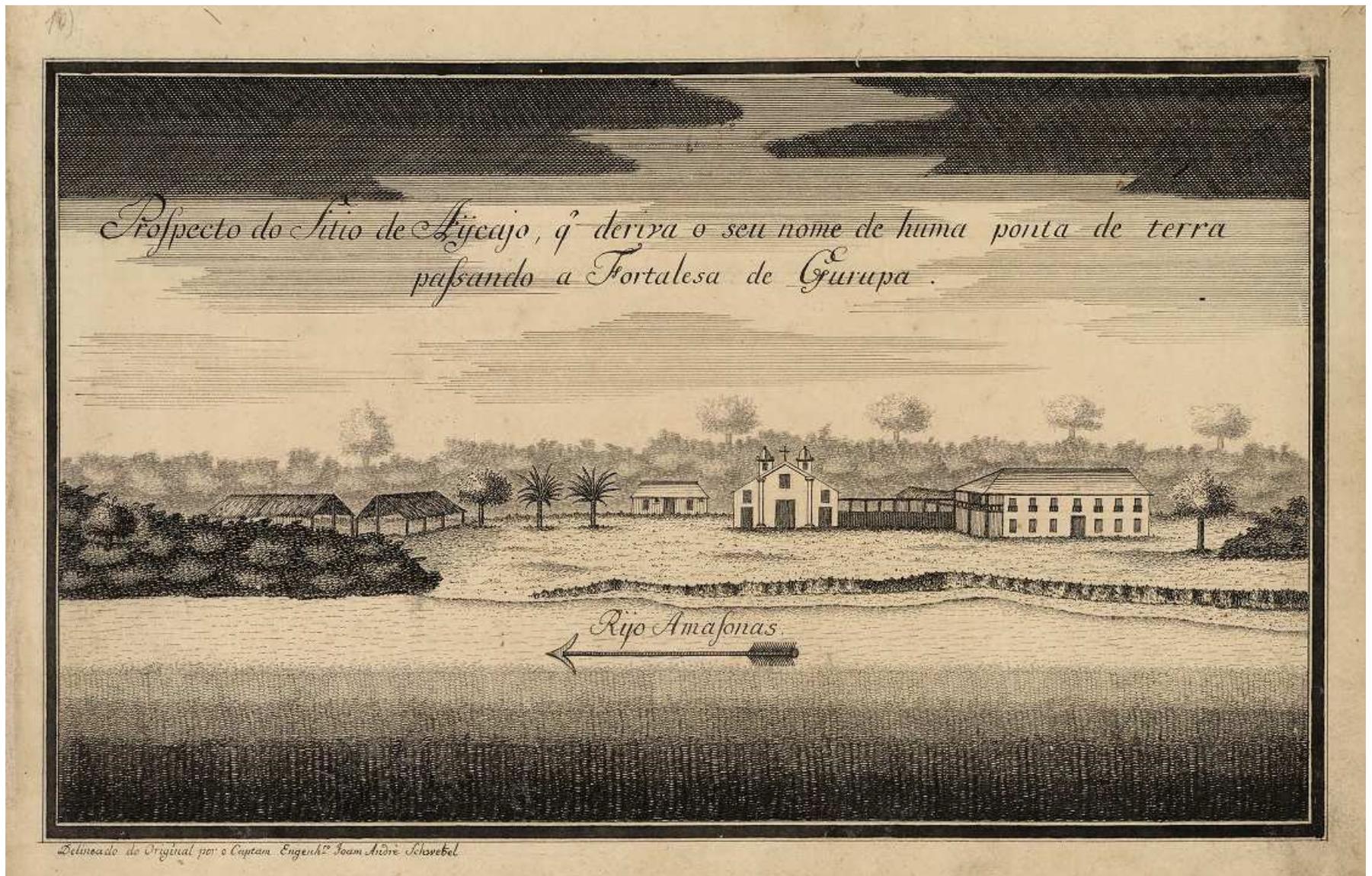




33.10

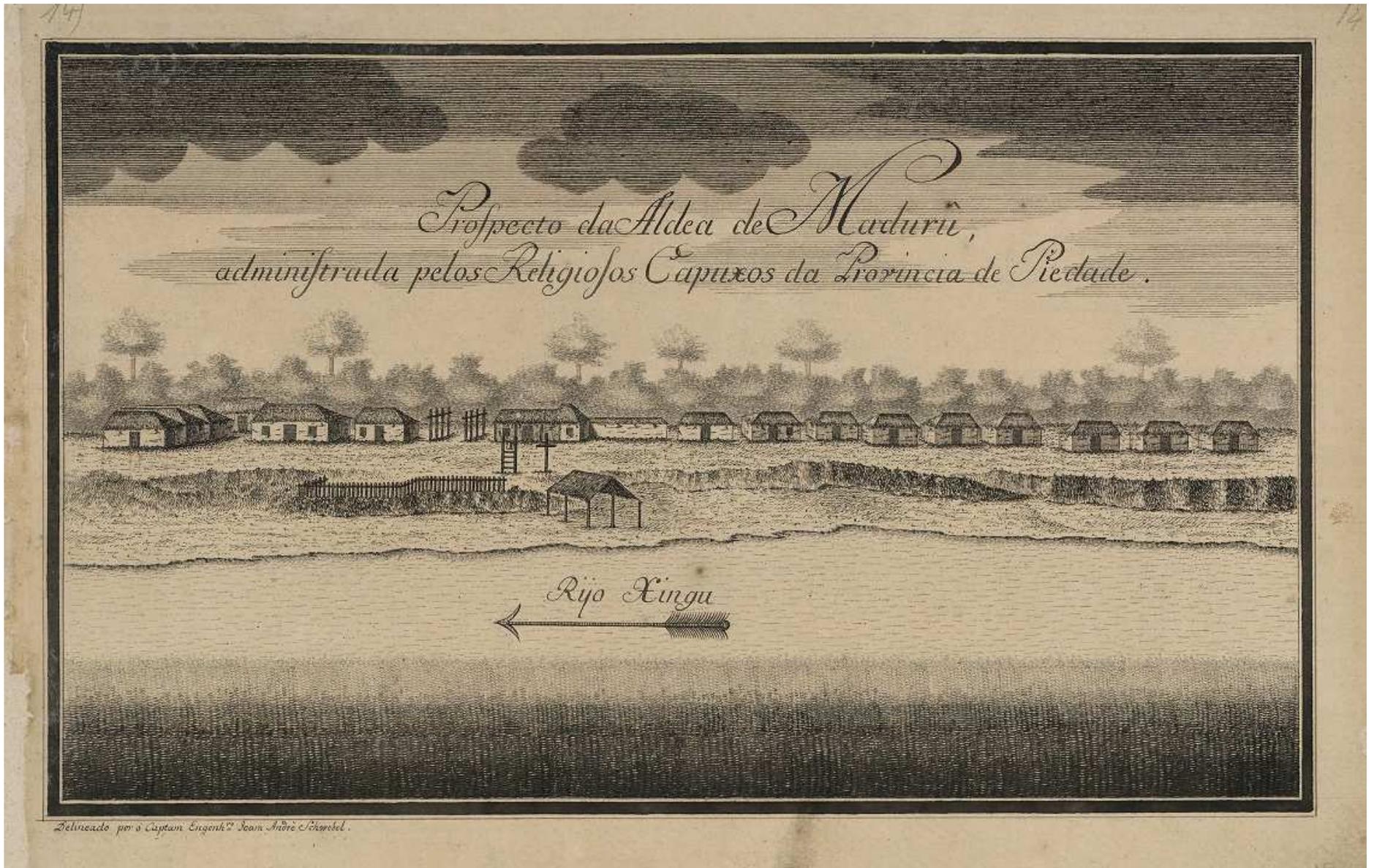








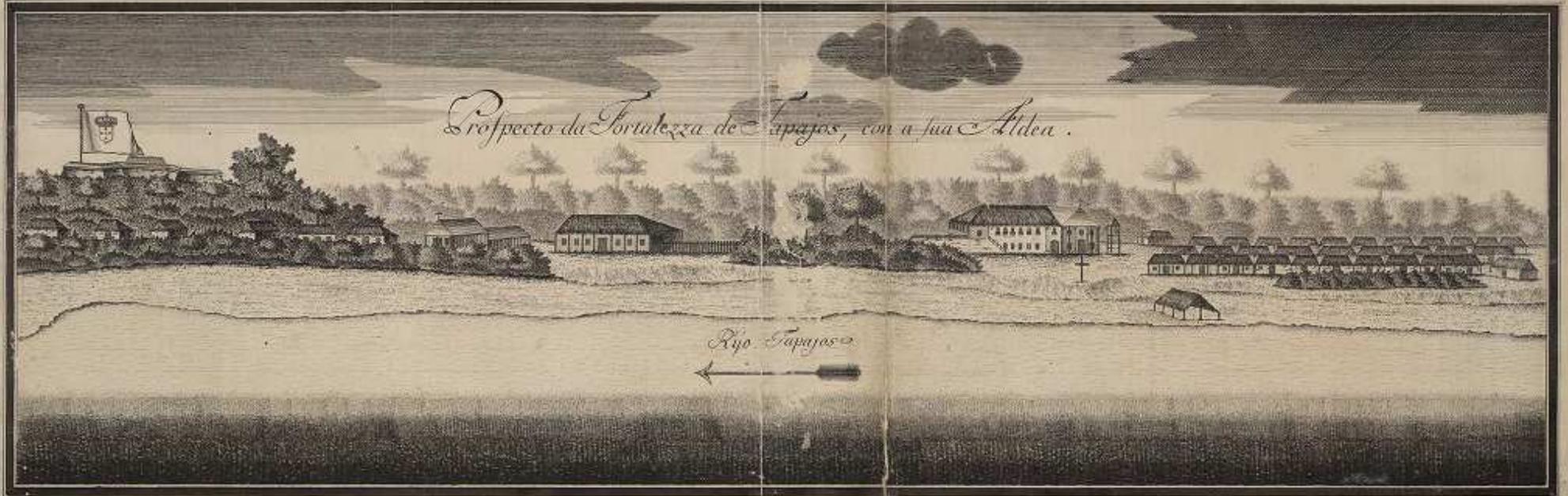






*Prospecto da Boa Vista, o pè da boca do Rio Xingu.*

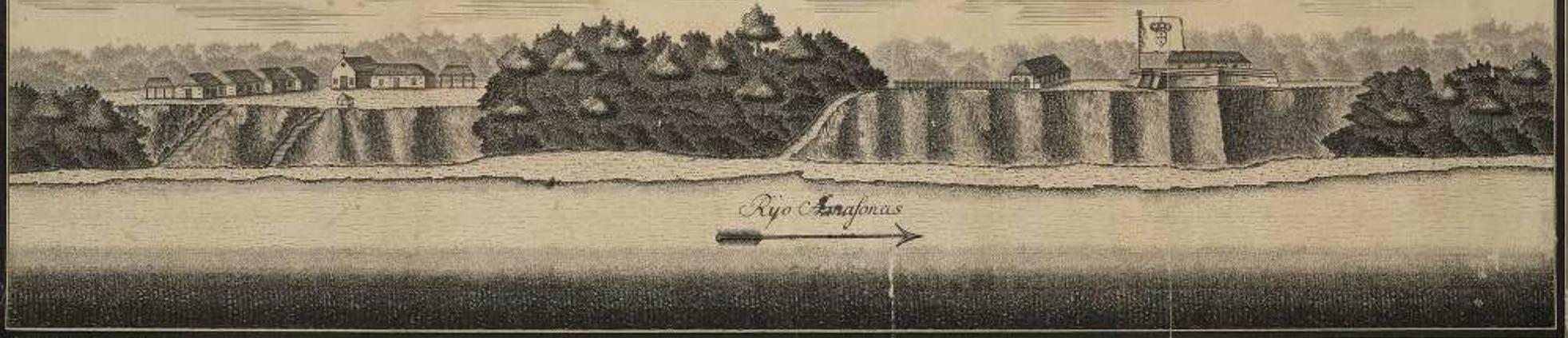
33.17



*Desenho de Manoel de Castro, gravado por Antonio B. Gomes, Tom. II. do Alameda.*

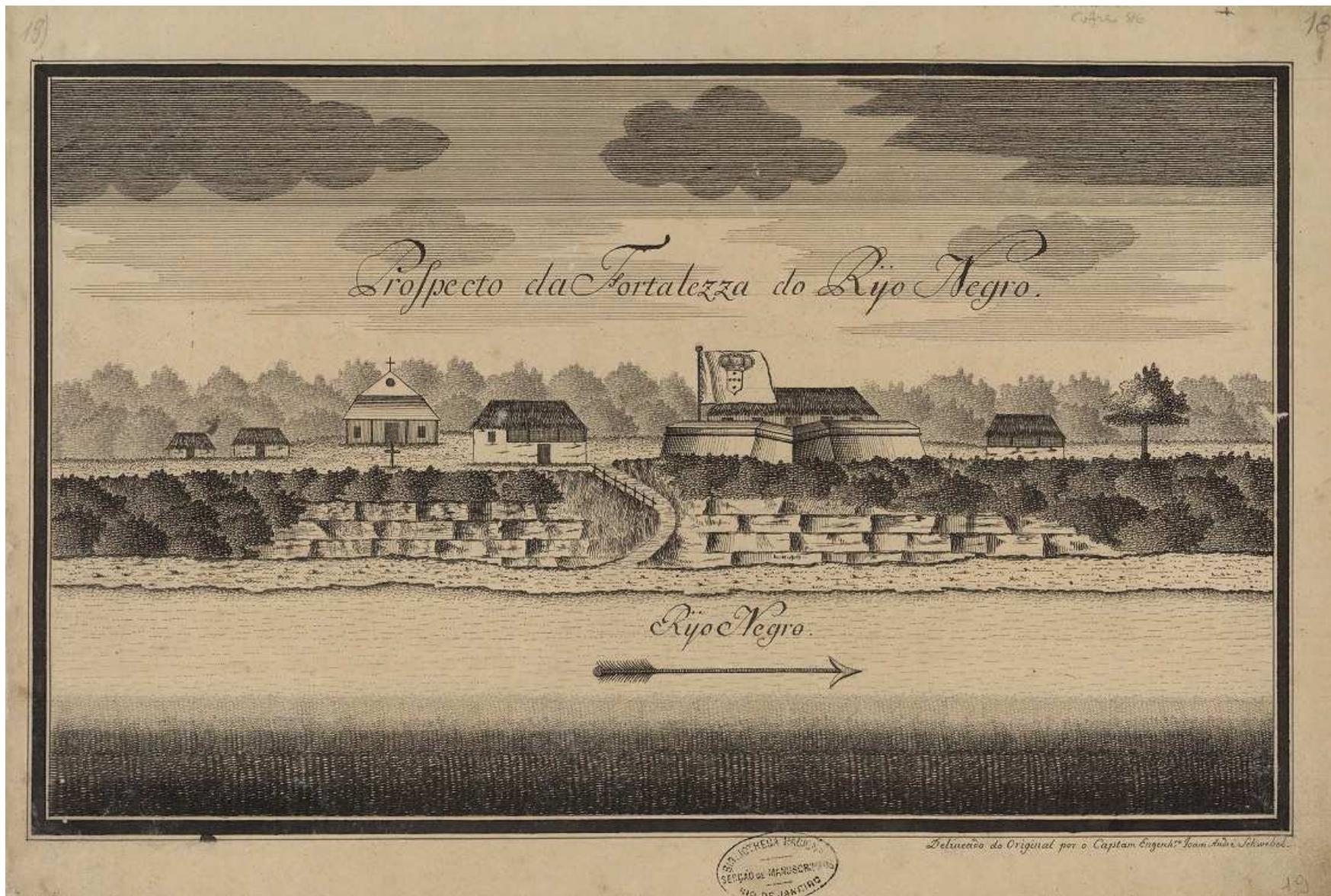
33.18

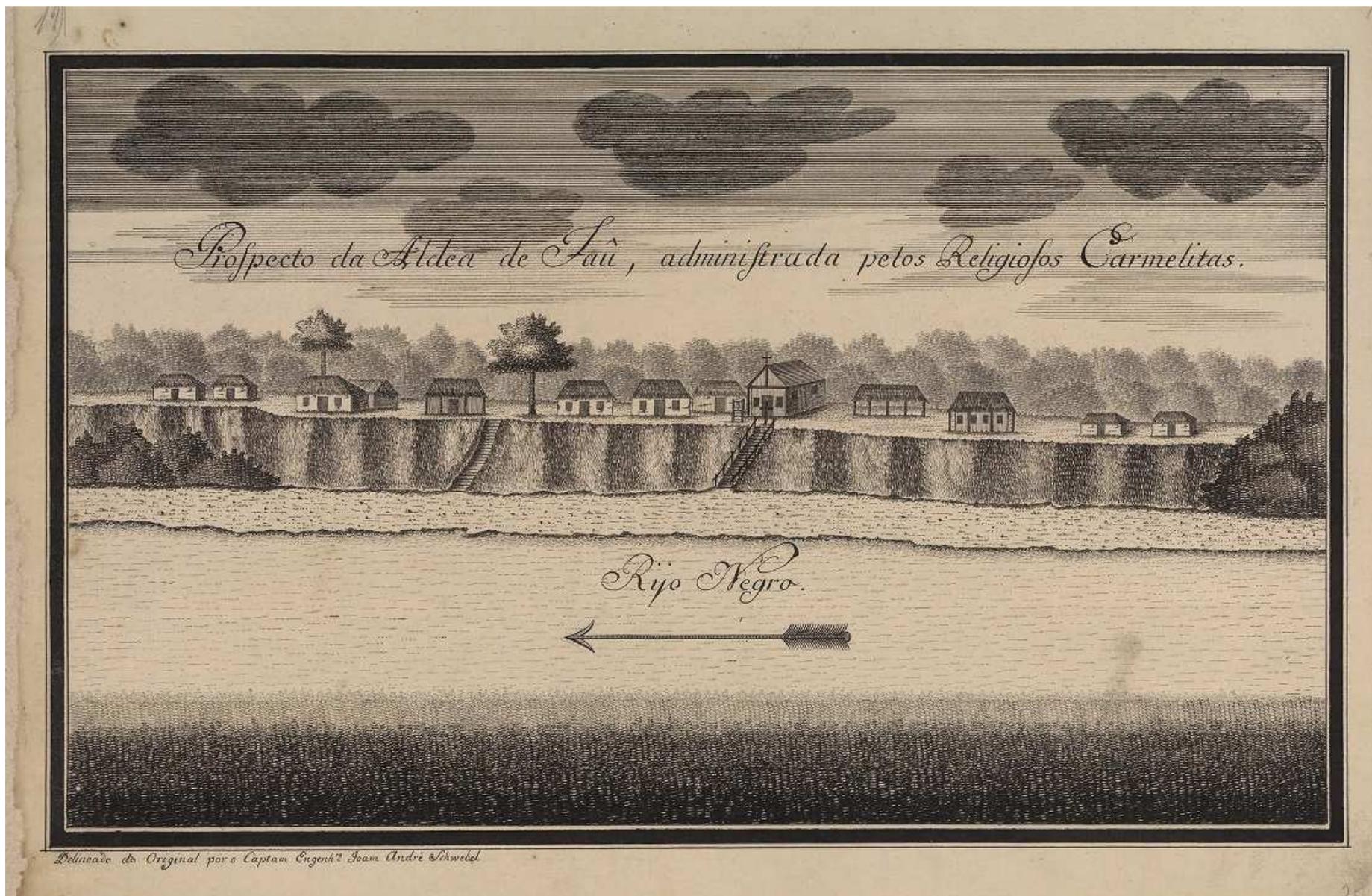
*Prospecto da Fortaleza de Loureiros*



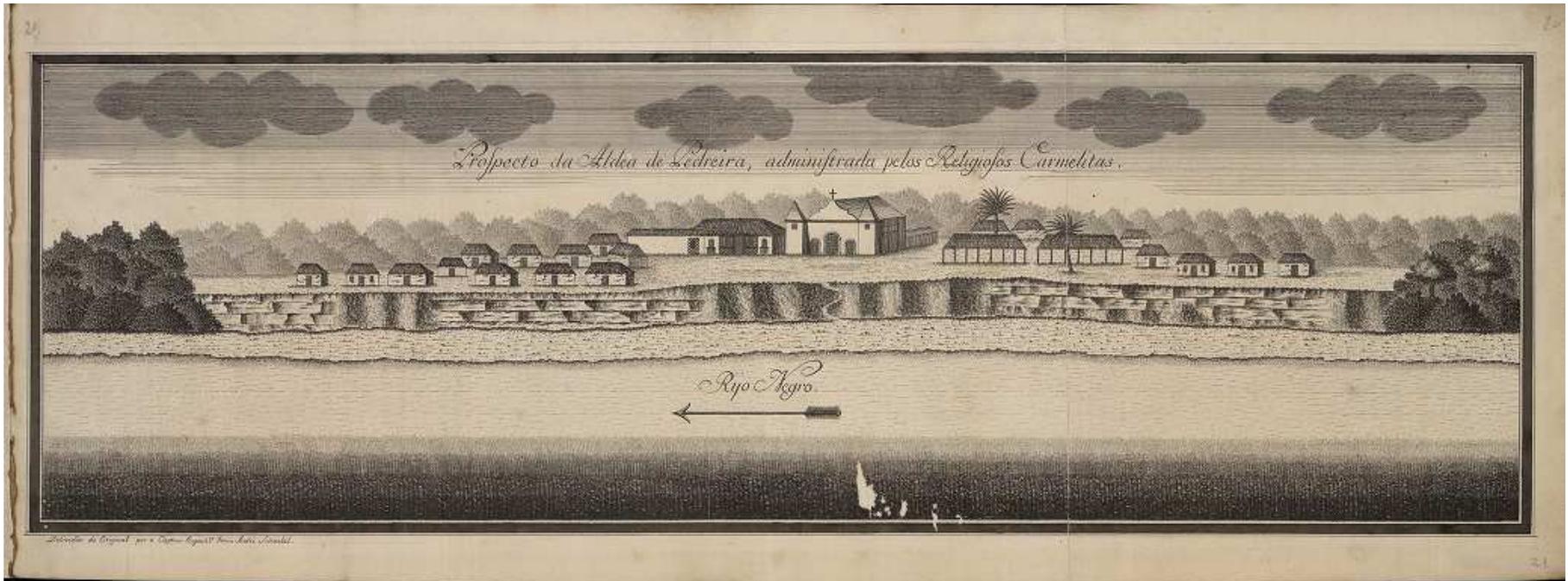
*Tab. de Loureiros por o Captao Captao Juan Antonio de Mendez*





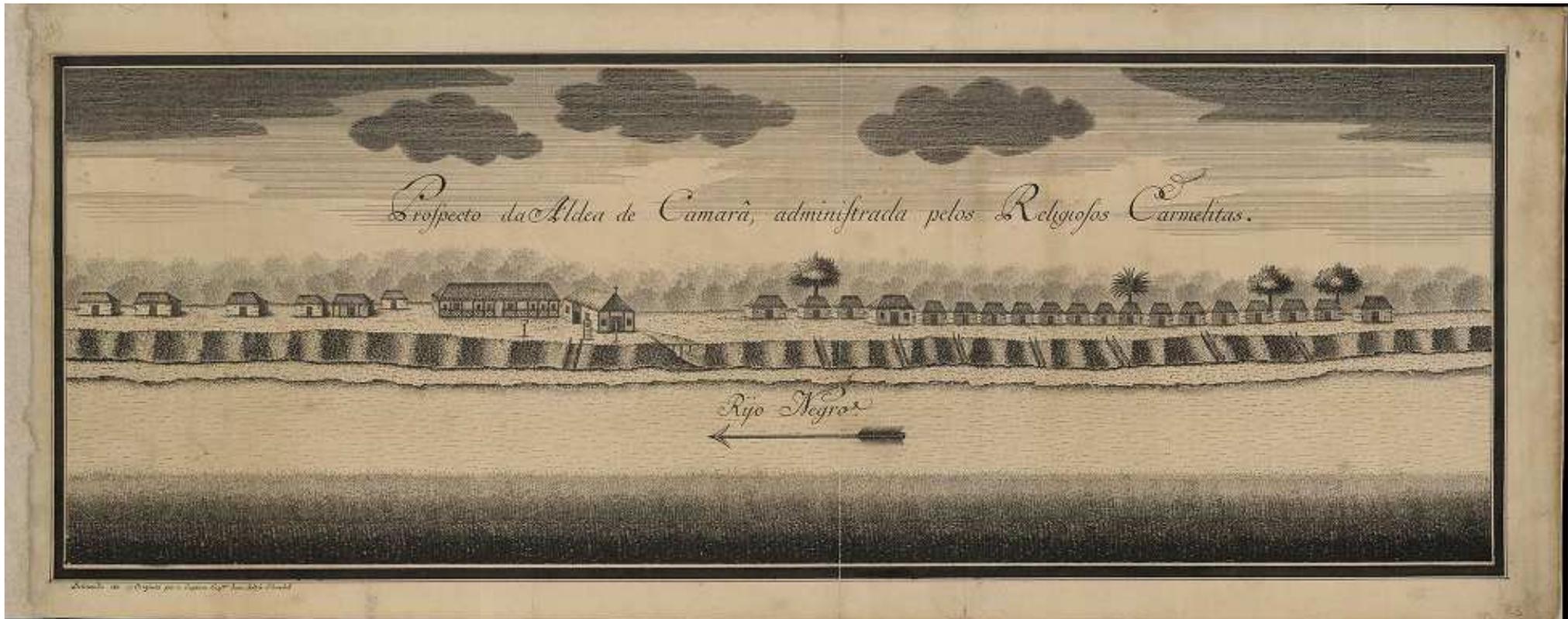


33.21



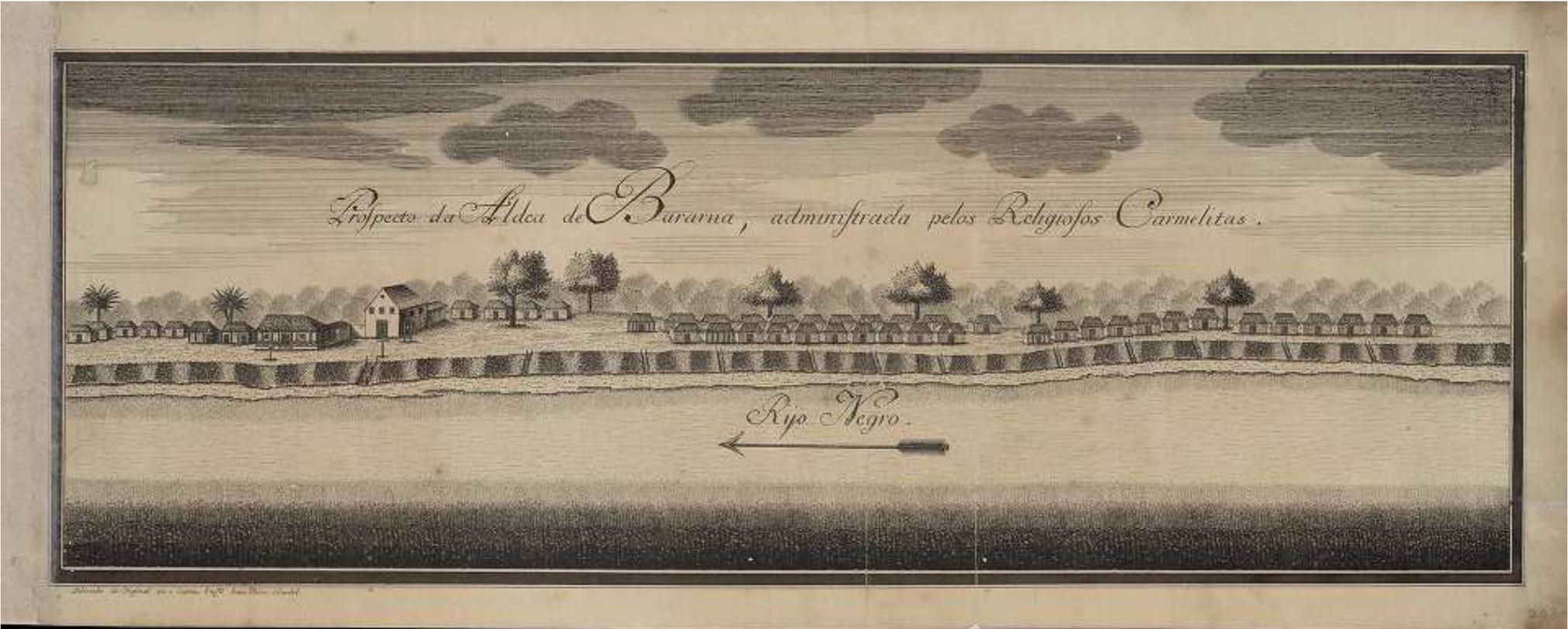
33.22



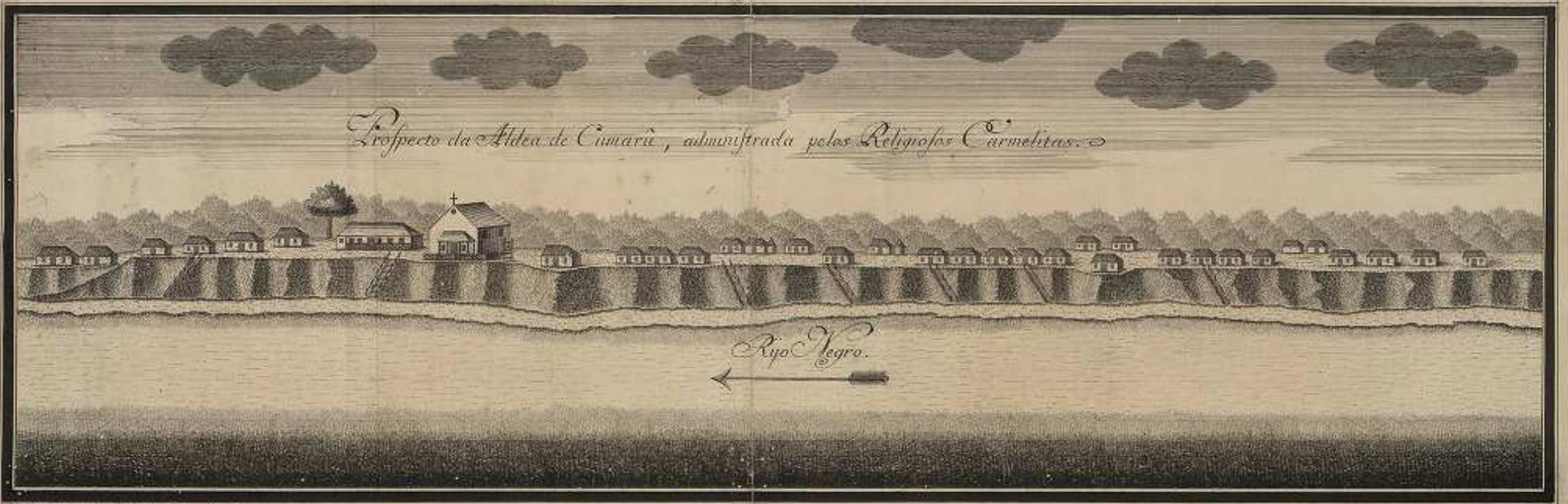


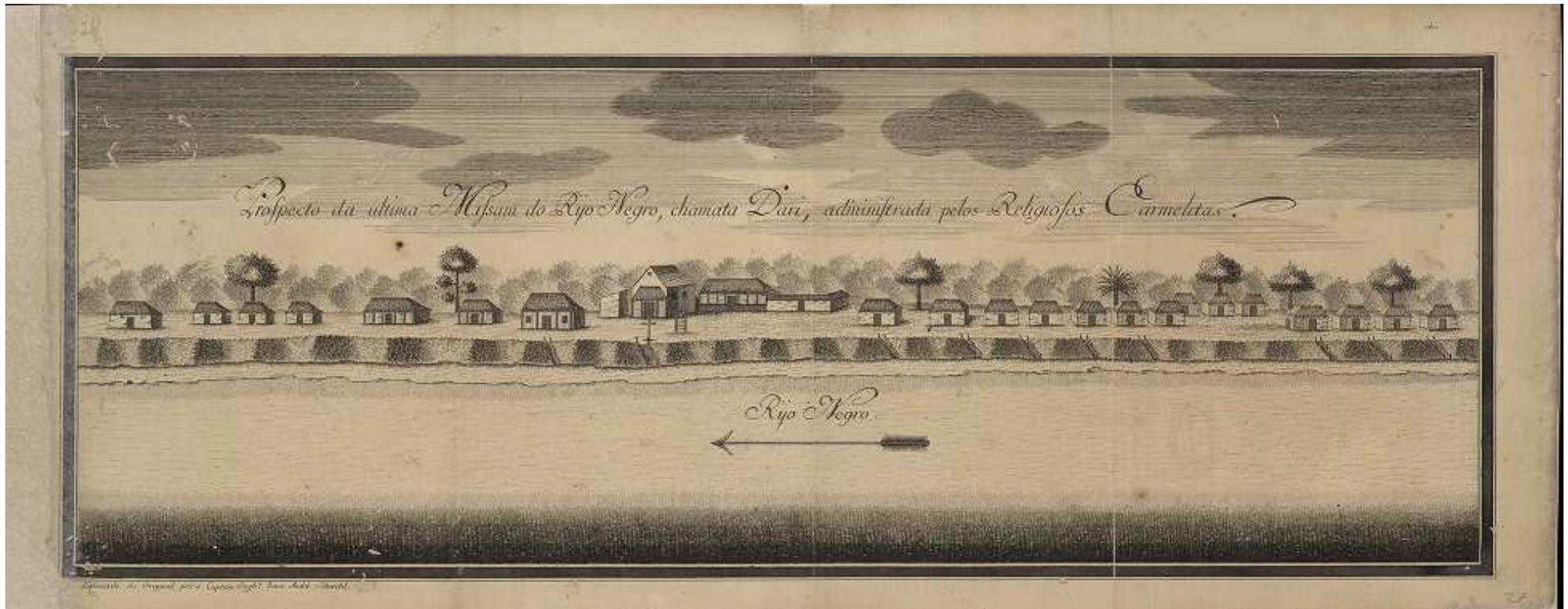
*Prospecto da Aldea de Maria, administrada pelos Religiosos Carmelitas,  
onde se acha o Arraial*

*Rio Negro*  
← →



33.26



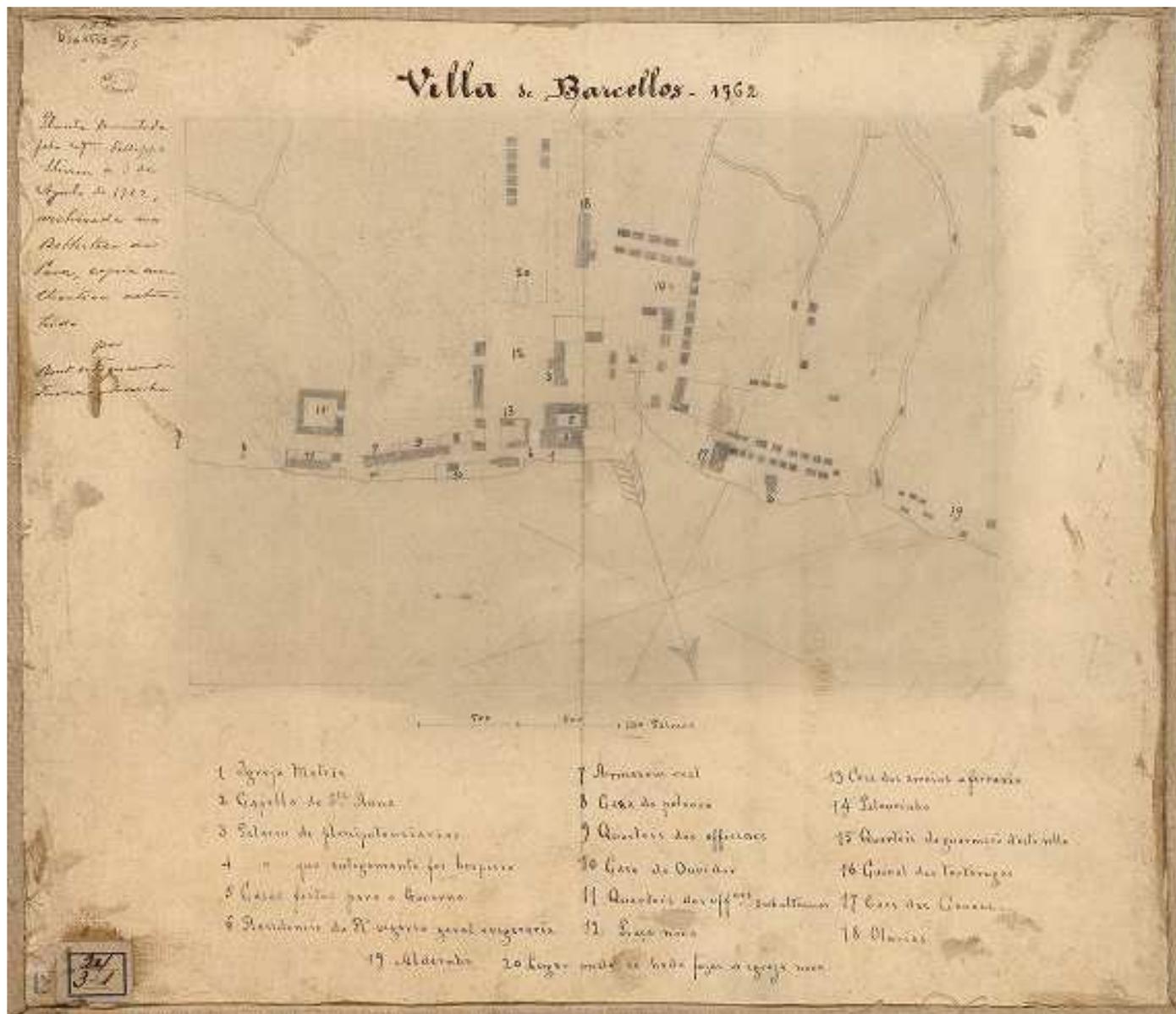


**Fonte:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil). Coleção da Real Bibliotheca – Infantado. 049,06,006 Manuscritos

**Autor:** Schwebel, João André. Collecçam dos prospectos das aldeas, e lugares mais notaveis que se acham em o mapa que tiraram os engenheiros de expediçam principiando da cidade do Pará the a aldea de Mariua no Rio-Negro, onde se acha o arrayal, alem dos prospectos de outras tres ultimas aldeas chamadas Camará, Bararuâ, Dari; situadas no mesmo rio : folha 01 feitos por ordem do illustrissimo e excellentissimo Sr. Gov.or e Cap.am Gn.al do Estado, Plenipotenciario, e primeiro Comissario das demarcações dos reaes dominios de sua magestade fidelissima da parte do norte /1756

**Descrição física:** 1 f., 26 f. de estampas : vistas panorâmicas ; 21,5 x 60cm em f. 25,5 x 74,5cm ou menores

**Anexo 34**  
**Villa de Barcelos / Planta levantada pelo Capit. Fellipe Sturm – 1762**

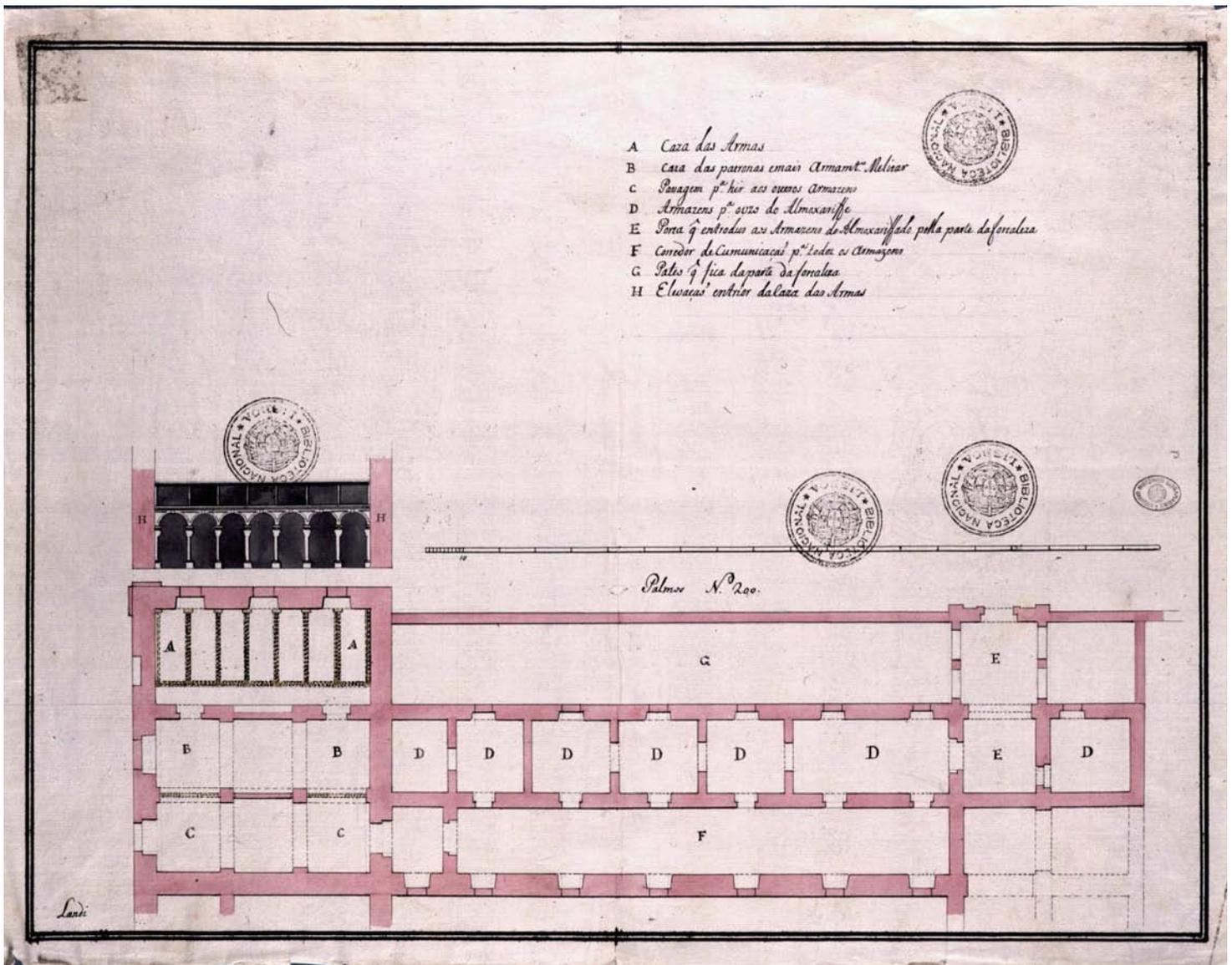


**Fonte:** Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Brasil). Cartografia ARC.024,03,001

**Autor/Criador:** Sturm, Fellipe.

**Descrição física:** 1 planta ms. : desenho a lápis ; : 33,4 x 38,3cm.

Anexo 35  
[Armazéns de Armas e mais apetrechos de Guerra pertencentes ao almoxarifado do Pará.]  
LANDI, Antônio José, 1713-1791.

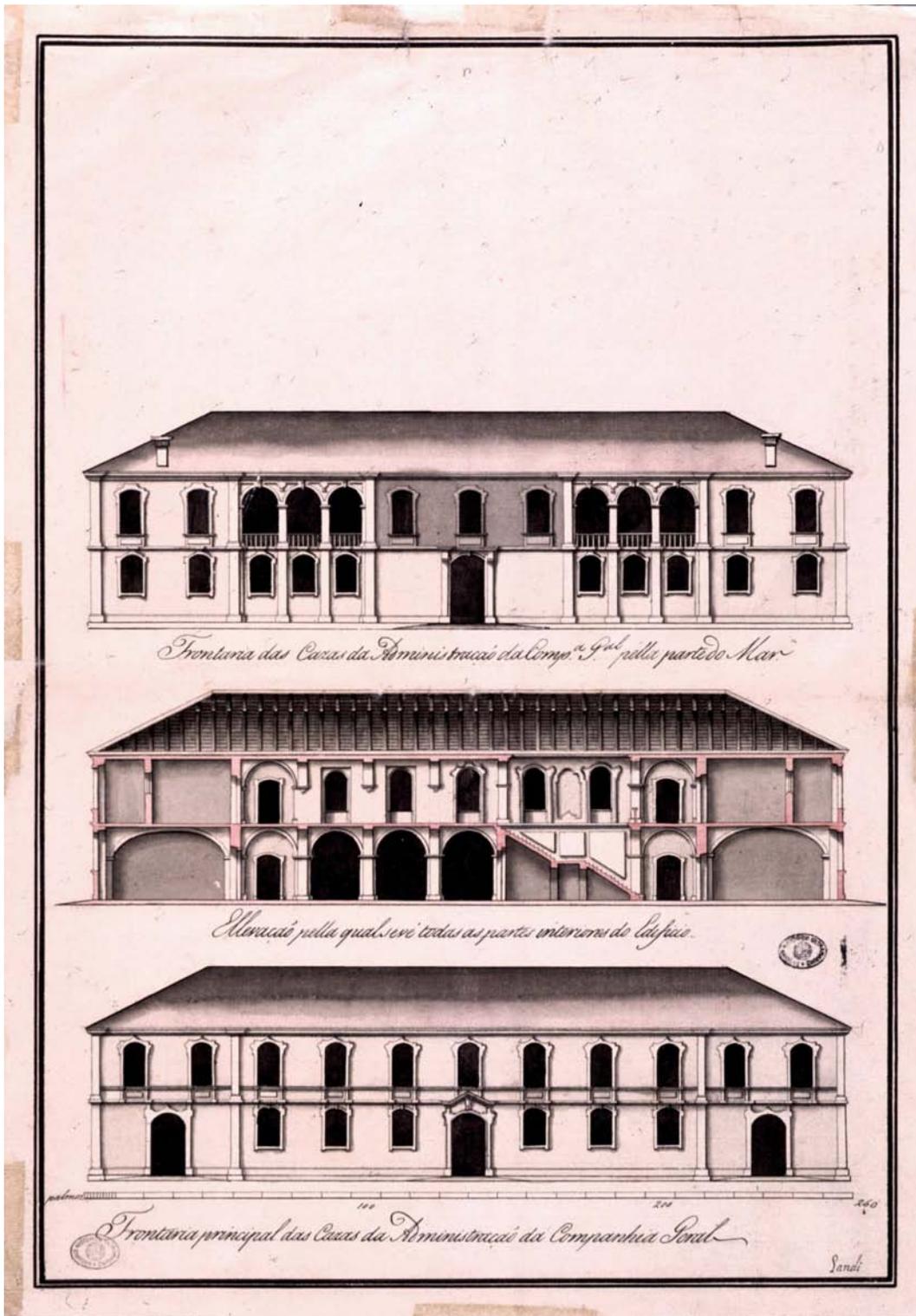


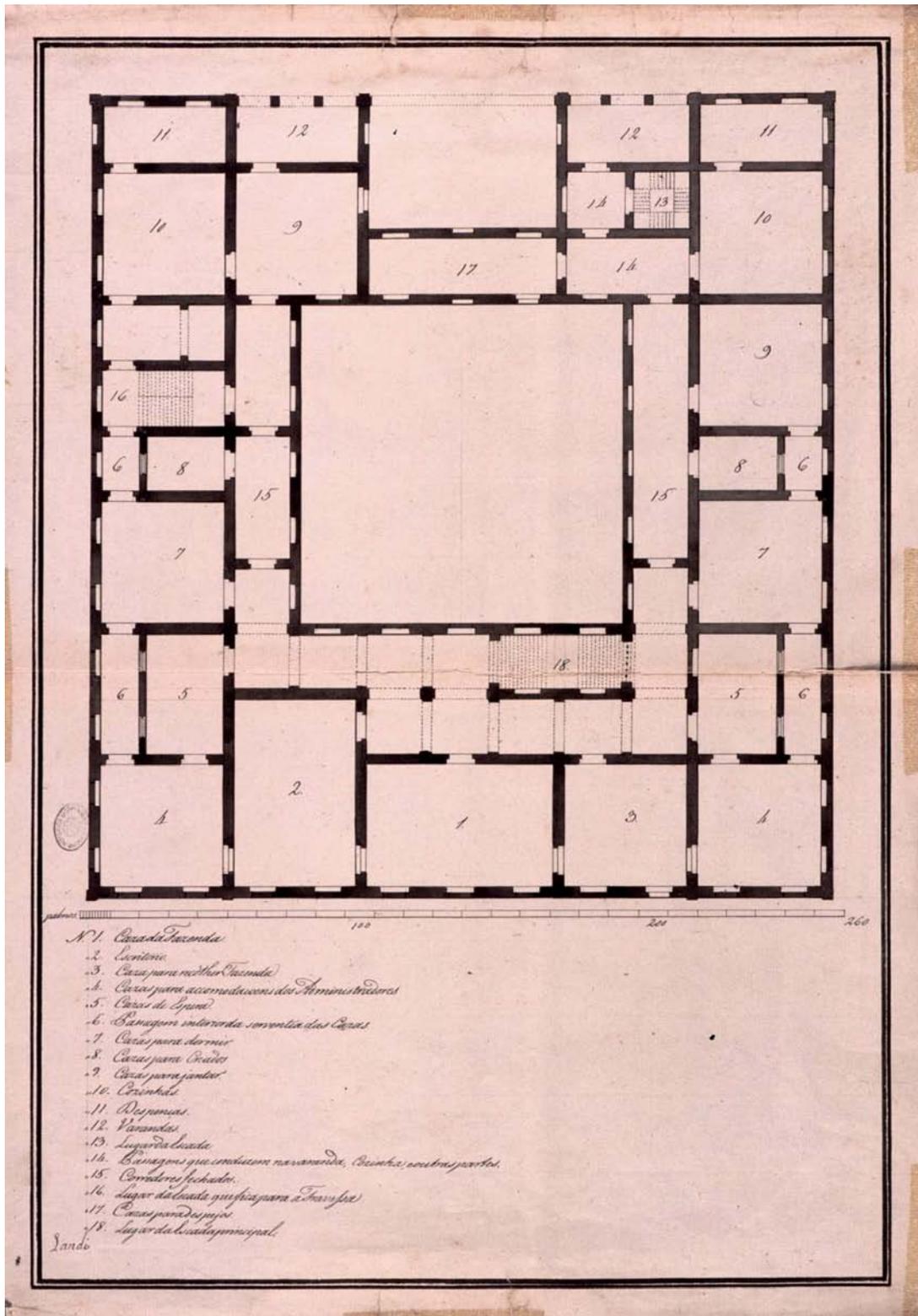
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0800

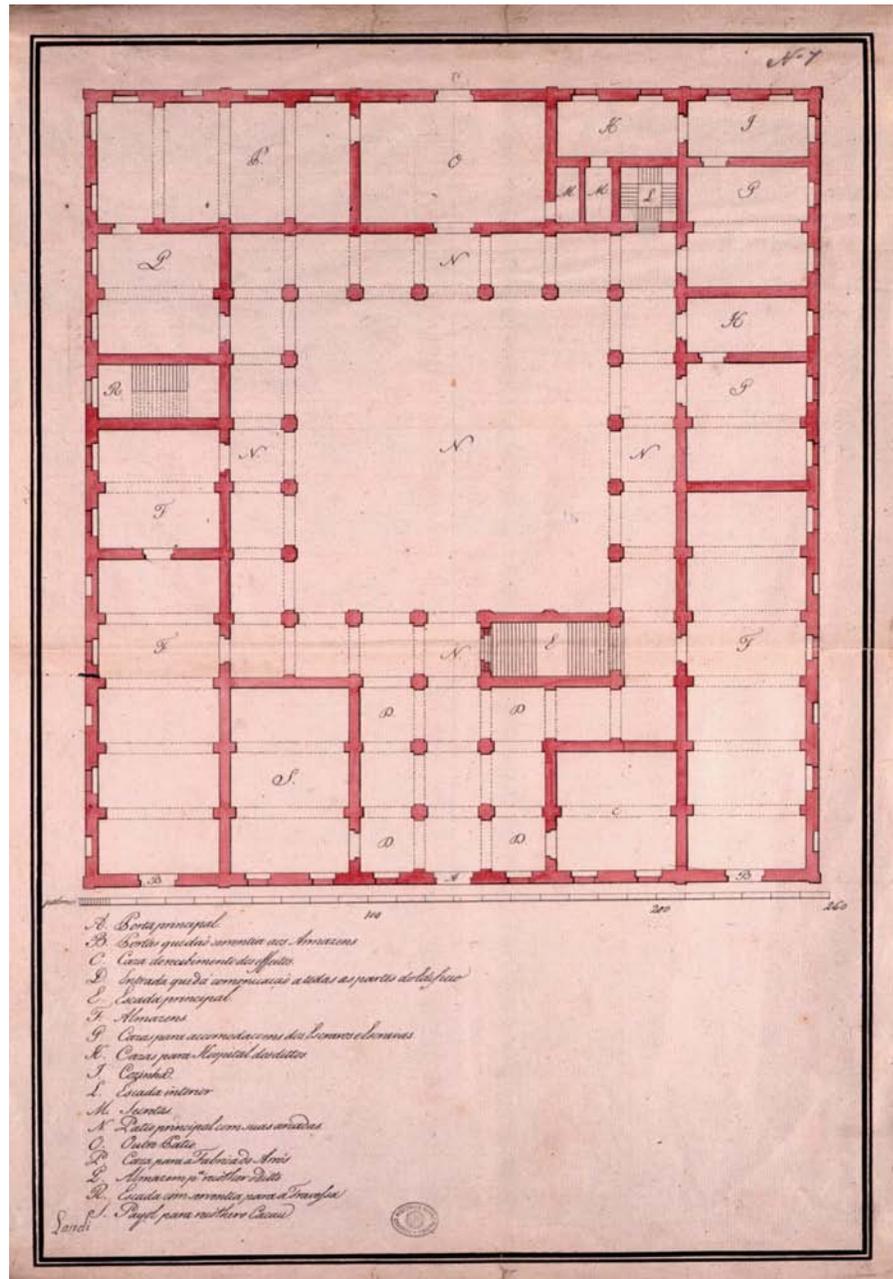
**Decrição física:** Desenho a nanquim, com alguns traços do desenho a lápis, trata-se de uma aquarelado nas cores vermelha, preta e amarela desenhado por Landi. – Escala [ca.1:2.000]. – [ca. 1761]. – 1 desenho técnico : color., desenho a nanquim ; 32,2 x 42,3cm. x 34,3 x 44,4cm. Estão assinalados: *caza das armas, caza das patronas e mais armamento militar, passagem para hir aos outros armazens, armazens para ouzo do almoxariffe, porta que entra aos armazens do almoxariffado pella parte da fortaleza, corredor de comunicação para todos os armazens, pateo que fica da parte da fortaleza, elevação entrior da caza das armas.*

Anexo 36.1

Alçado e plantas das casas de administração da Companhia Geral do Grão Pará. Landi [ca. 1773]



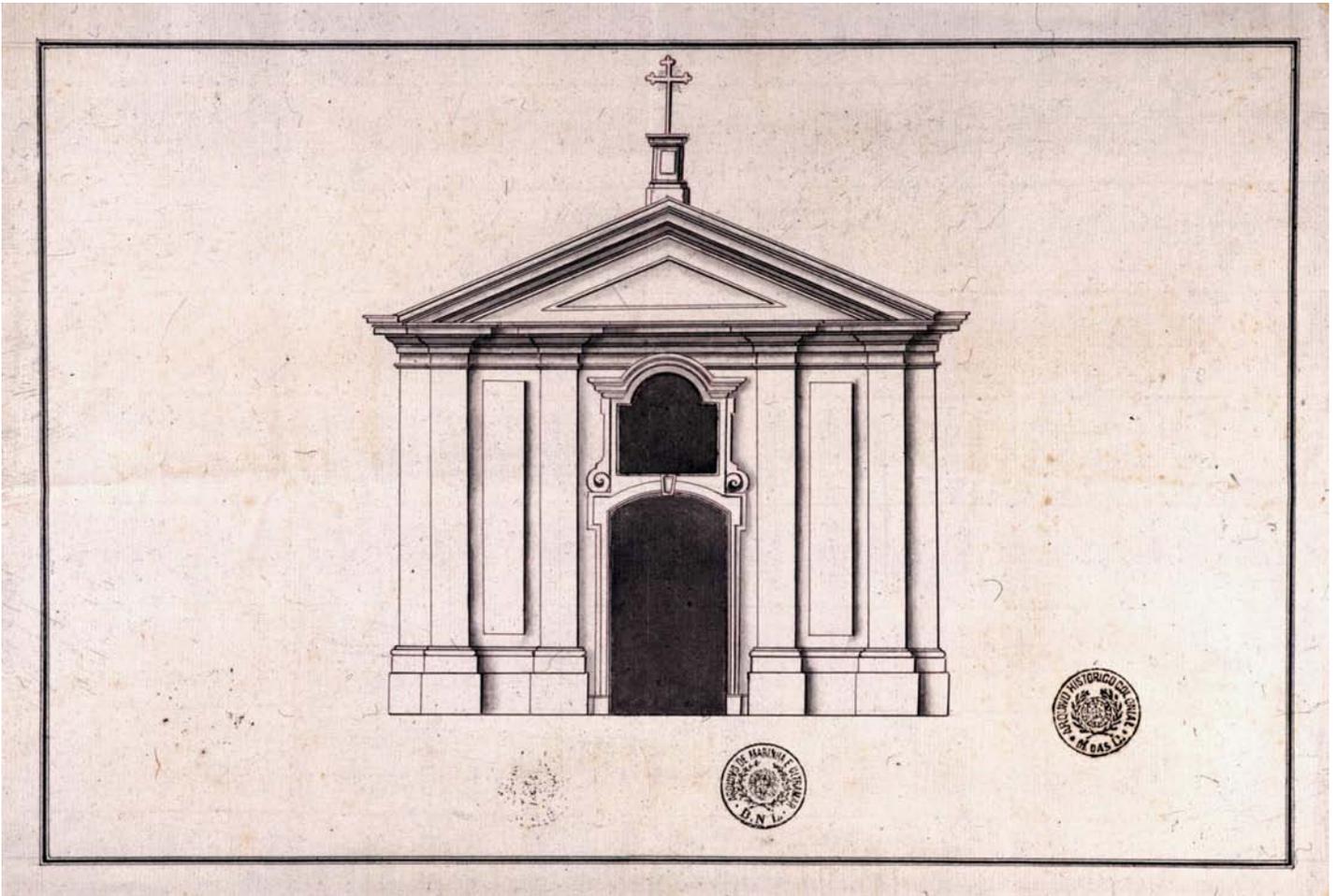




Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0812, 813, 814  
 Descrição física: 3 desenhos técnicos a nanquim preto; 44,3 x 30,3cm em f. 46,9 x 33,1cm Escala [ca.1:200]. Escala gráfica de 260 palmos [=27cm.]. O alçado é aquarelado nas cores preta e vermelha. a primeira planta é aquarelada na cor preta e a segunda na cor vermelha Estão assinalados: alçado de 3 fachadas- *frontaria das cazas da administração da Comanhia Geral pella parte do Mar, elevação pella qua se vê todas as partes interiores do edificio, frontaria principal das cazas da administração da Gompanhia Geral; primeira planta- caza da fazenda, escritório, caza para recolher fazenda, cazas para accomodações dos administradores, cazas de espera, passagem interior da serventia das cazas, cazas para dormir, cazas para criados, cazas para janta, cozinhas, depensas, varandas, lugar da escada, passagens que conduzem na varanda, cozinha e outras partes, corredores fechados, lugar da escada que fica para a travessa, cazas para despejos, lugar da escada principal; segunda planta- porta principal, portas que dão serventia aos armazéns, caza do recebimento dos efeitos, entrada que dá comonicação a todas as partes do edificio, escada principal, armazéns, cazas para accomodaçoens dos escravos e escravas, cazas para hospital dos ditos, cozinha, escada interior, secretas, pátio pincipal consuas arcadas, outro pátio, caza para fabrica do arrós, armazem para recolher o dito, escada com serventia para travessa, payol para recolher o cacau.*

## Anexo 37.1

Alçado principal de uma igreja. Landi. [ca.1761].



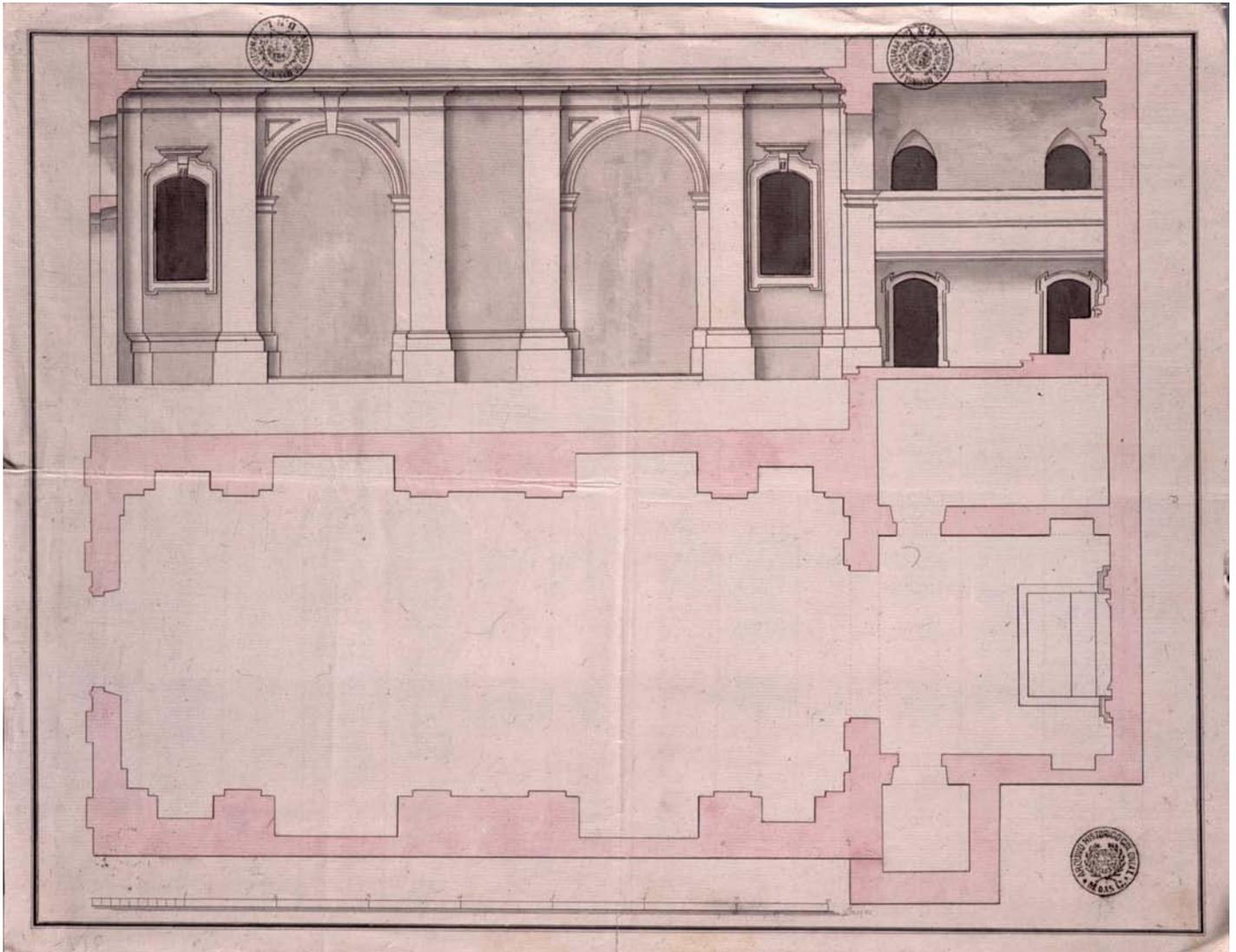
**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0824

**Descrição física:** 1 desenhos técnicos : desenho a nanquim preto e vermelho. Aquarelado de preto.; 23,1 x 36cm. Em f. 26,8 x 38,7cm.

Acondicionado com: [Planta e alçado lateral de uma igreja], vide anexo 37.2

37.2

Planta e alçado lateral de uma igreja / Landi. [ca.1761]



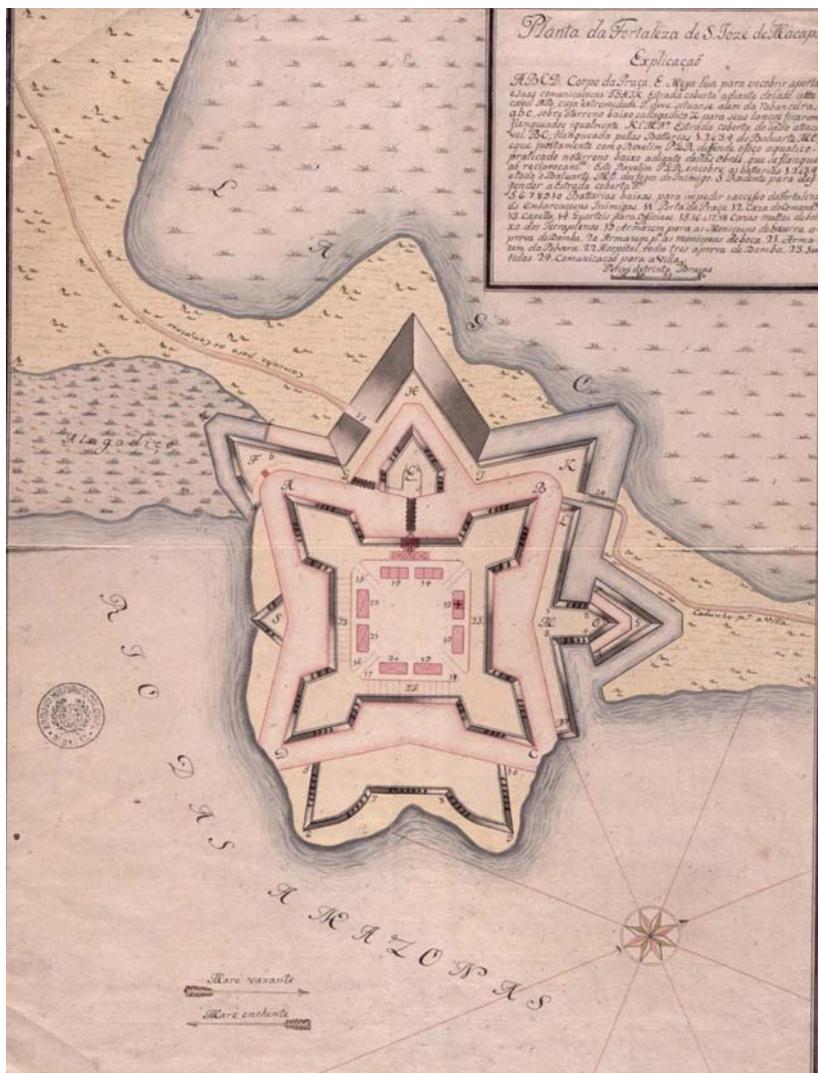
**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino AHU\_CARTm\_013, D. 0825

**Descrição física** 2 desenhos técnicos : color., desenho a nanquim. Aquarelados de vermelho e preto; 35,3 x 45,3 cm.

Escala [ca.1:70

Acondicionado com: [Alçado principal de uma igreja], vide anexo 37.1

## PLANTA DA FORTALEZA DE S. JOSÉ DE MACAPÁ 1772



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0804

Descrição física: 1 planta ms. : color., desenho a nanquim. Aquarelada nas cores vermelha, amarela, azul, verde e preta.

451,5 x 311,1cm. em f. 43,1 x 32,6cm. Escala [ca. 1:2.000]. Escala gráfica de 30 braças [=3,3cm.].

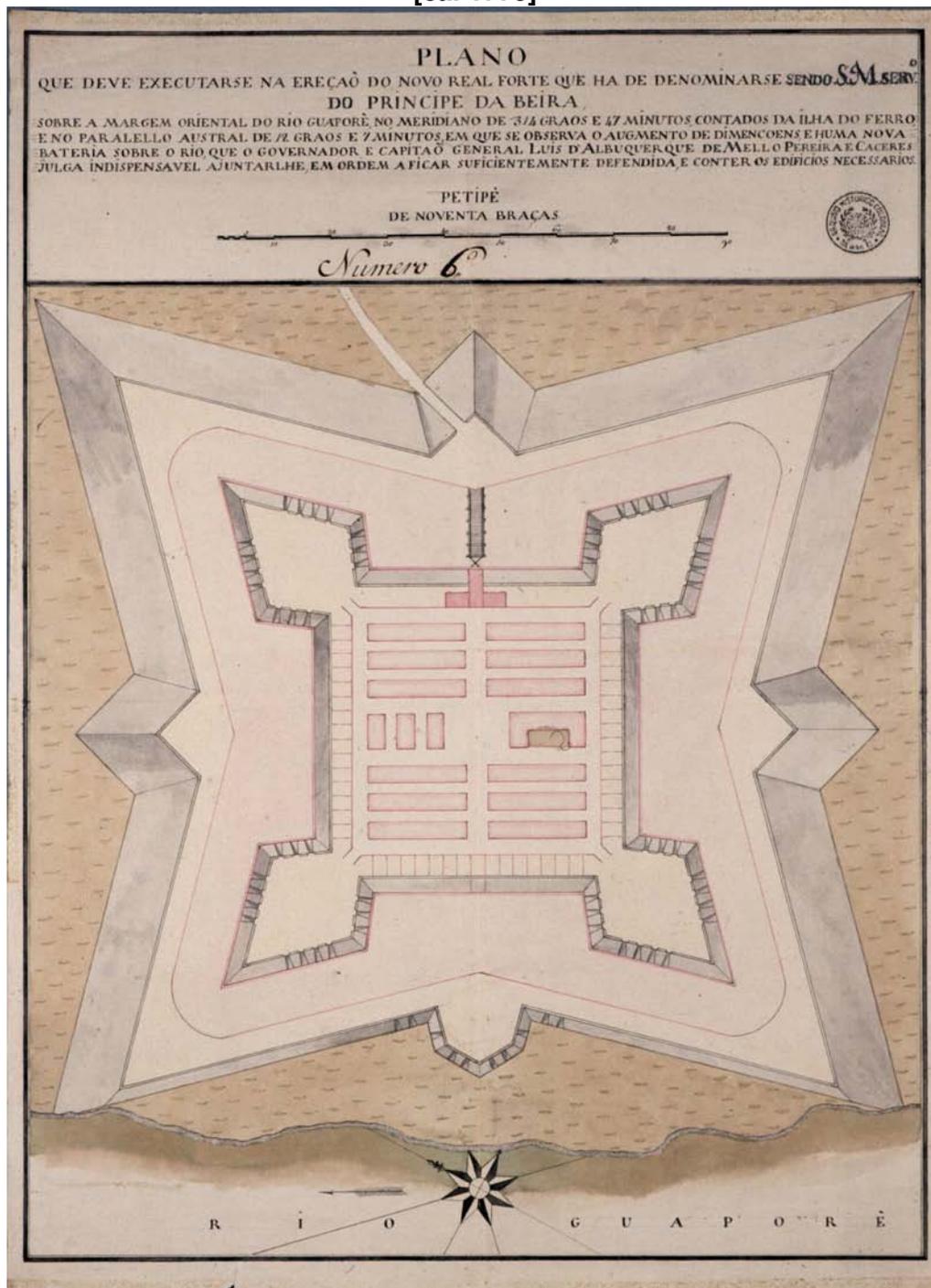
Estão assinalados: ABCD- Corpo da praça. E- meya-lua para encobrir a porta, e suas comunicações F.G.H.J.K. Estrada coberta adiante do lado atacavel AB, cuja extremidade F deve situarse alem da rabanceira, sobre o terreno baixo e allagadiço Z para seus lanços ficarem flanqueados igualmente. KLMN estrada coberta do lado atacavel B.C, flanqueados pelas batterias 1,2 e 3,4 e todo baluarte MO e que juntamente com o revelim PQR deffende o foco aquático praticado no terreno baixo adiante destas obras que se fanqueião reciprocamente: Este revelim encobre as battarias 1,2 e 3,4 e todo o baluarte MO dos fogos do inimigo. S Radente para defender a estrada coberta F. 5,6,7,8,9,10 battarioas baixas, para impedir o acesso da Fortaleza ás embarcaçoens inimigas. 11 porta da praça. 12 Casa do Comandante. 13 Capella. 14 Quarteis para officiaes. 15,1 e 17,18 cazas-mattas debaixo dos terraplano. 19 Armazem para as monçoens de guerra a provas de bomba. 20. Armazém parra as monçoens de boca. 21. Armazém da pólvora. 22 Hospital, todoosm três aprova de bomba.23. Sortidas. 24. Comunicação para a villa. Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis.

Vegetação representada em forma pictórica.

Possui indicações das marés. No verso está escrito: *Pertence à Con[...] dezembro dada pelo governador João Pereira Caldas ao Illustrissimo. Excelentissimo Martinho de Mello e Castro.* Na parte inferior, à direita, lê-se: N38B.A data aparece no verso.

### Anexo 38 b

Plano que deve executar-se na ereção do novo real forte que ha de denominarse sendo S. M. Serv<sup>o</sup> do Príncipe da Beira, sobre a margem oriental do Rio Guaporé : no meridano de 314 graos e 47 minutos, contados da Ilha de Ferro e no paraleo austral de 12 graos e 7 minutos em que se observa o augmento de dimençoens, e huma nova bateria sobre o rio, que o Governador e Capitão General Luis d'Albuquerque de Mello Pereira e Caceres julga indispensável ajuntarlhe, em ordem a ficar suficientemente defendida , e conter os edificios necessarios.  
[ca. 1775]



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_010, D. 0856

**Descrição física:** 1 planta ms : color., desenho a nanquim, aguada nas cores preta, vermelha, marrom, verde e amarela.

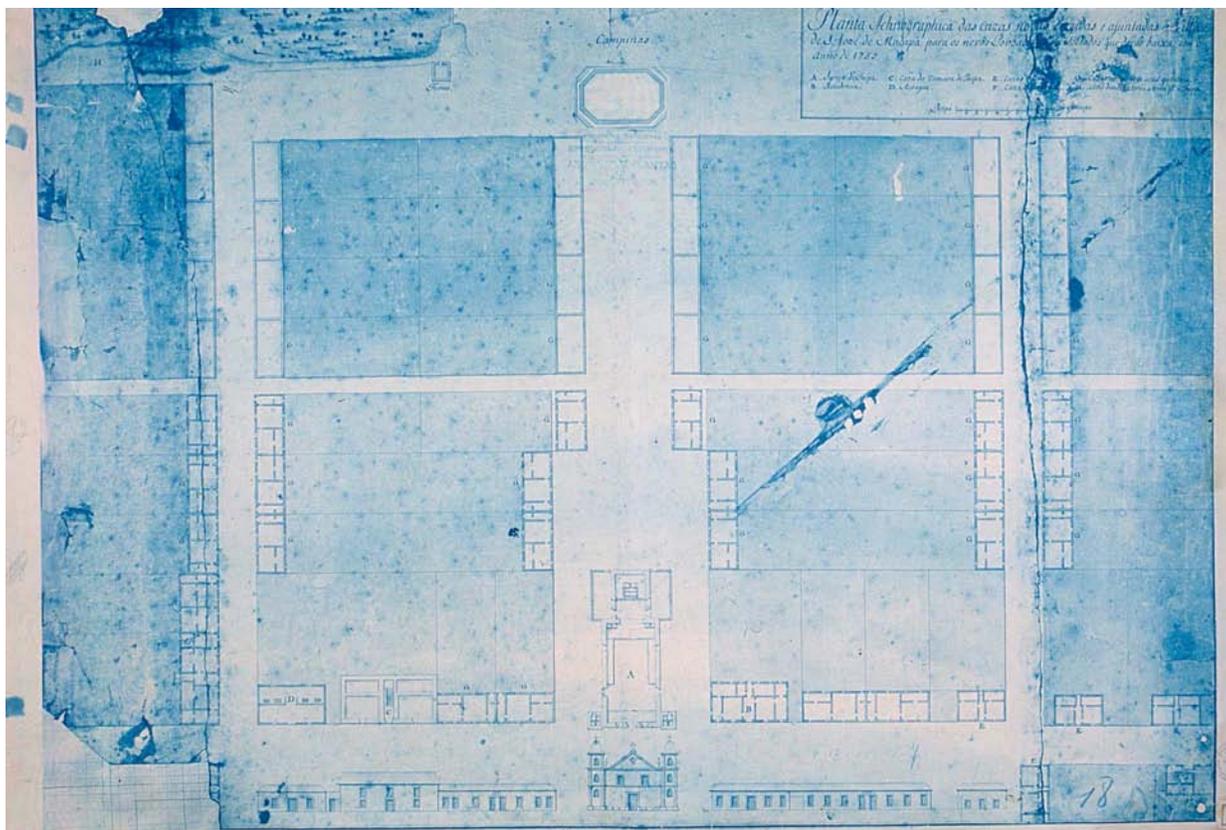
49 x 35,7 cm. em f. 36, 8 x 510 cm Escala [ca.1:1000]. Escala gráfica de 90 braças [= 22 cm.].

Inclui rosa-dos ventos com flor-de-lis. Vegetação representada em forma pictórica.

Ao alto da planta ocorre *número 6*.

Anexo 39

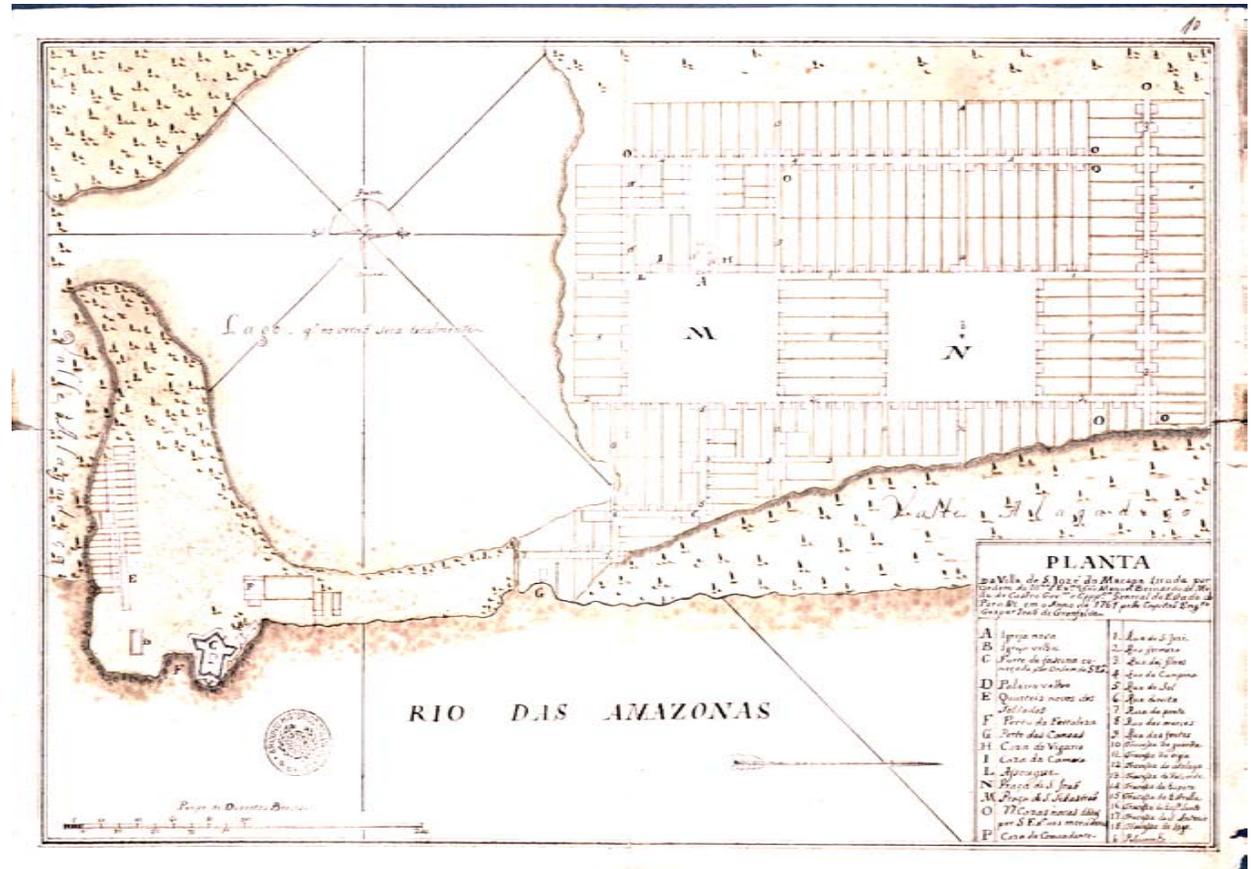
**Planta Ichnographica das cazas novas erigidas e ajuntadas á Villa de S. Jozé de Macapá para os novos Povoados dos Soldados que darão baixa em o anno de 1759.**



Fonte: Arquivo Histórico do Exército, série Norte, Série Pará, loc. 11.01.2231

## Anexo 40

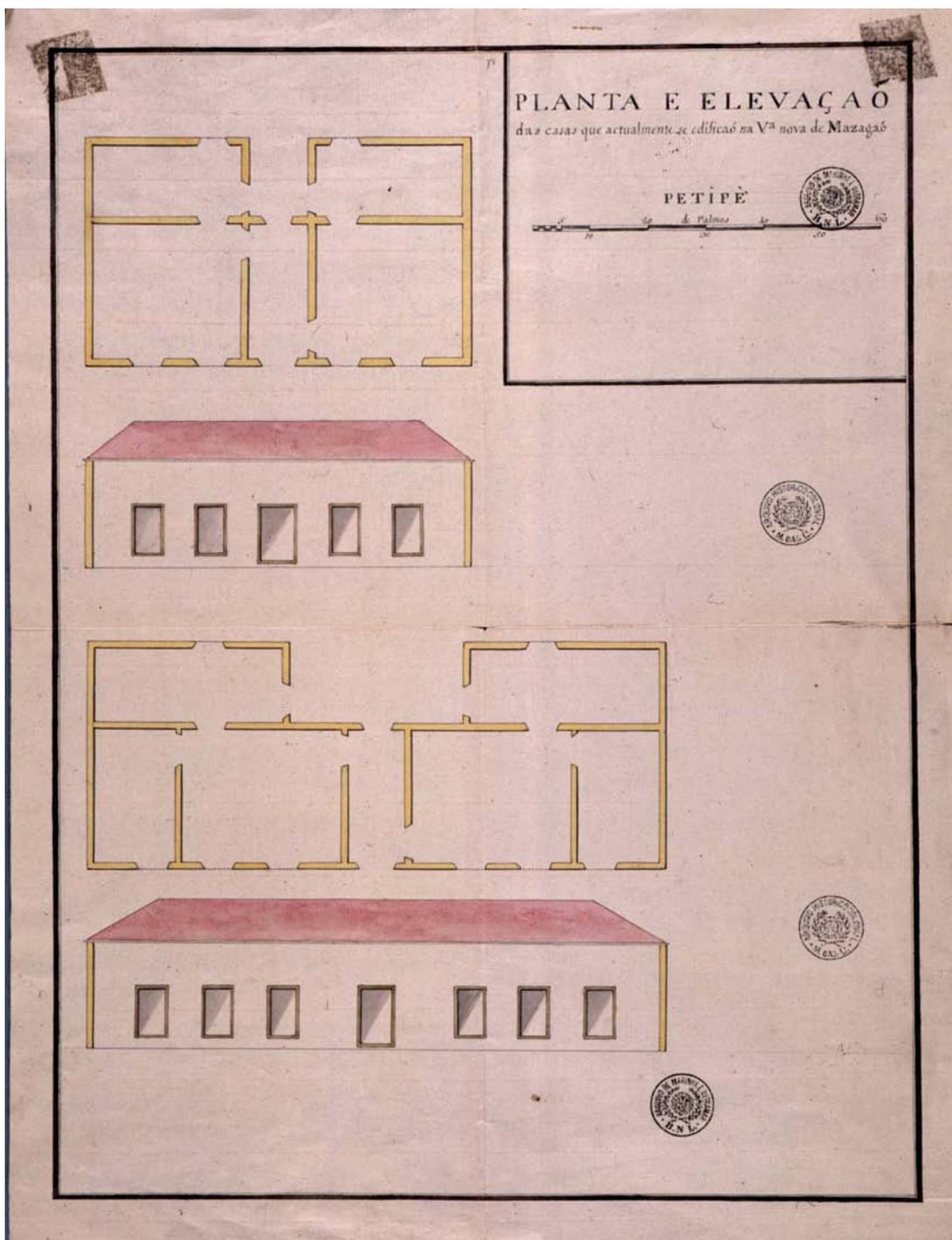
**Planta da Villa de S. Jozé do Macapá tirada por ordem do Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr. Manoel Bernardo de Melo e Castro Gov.<sup>or</sup> e Capp.<sup>am</sup> General do Estado do Pará (...) em o Anno de 1761 pello Capitão Eng. Gaspar João de Gronfeld.**



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0798

**Descrição Física:** 1 planta ms. : color., desenho a nanquim. Aguada e aquarelada nas cores vertmelha e sépia.; 30 x 34 cm. em f. 32,1 x 36, 2 cm. Petipé de Duzentas Braças. – Escala [ca.1:3.500]. Escala gráfica de 2000 braças [=13,3 cm.]. Estão assinalados: igreja nova, igreja velha, forte de fascina começado por ordem de Sua Excelência, Palácio velho, quartéis novos dos soldados, porto da Fortaleza, Porto das Canoas, casa do Vigario, casa da camara, assougue, praça de S. João, praça de São João, Praça de São Sebastião, 77 cazas novas dadas por Sua Excelência aos moradores, casa do comandante, Rua de São Jozé, Rua formosa, Rua das flores, rua, da Campina rua do sol, rua direita, rua da ponte, rua das Mercês, rua das fontes, Travessa da guarda, travessa da Vigia, travessa da atalaya, travessa de Valverde, travessa da Espera. Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis. Vegetação representada em forma. Marca d'água: brasão encimado por uma coroa.

Anexo 41  
PLANTA E ELEVAÇÃO DAS CASAS QUE ACTUALMENTE SE EDIFICAÇÃO NA V<sup>a</sup>.NOVA DE  
MAZAGÃO. [ca. 1773]



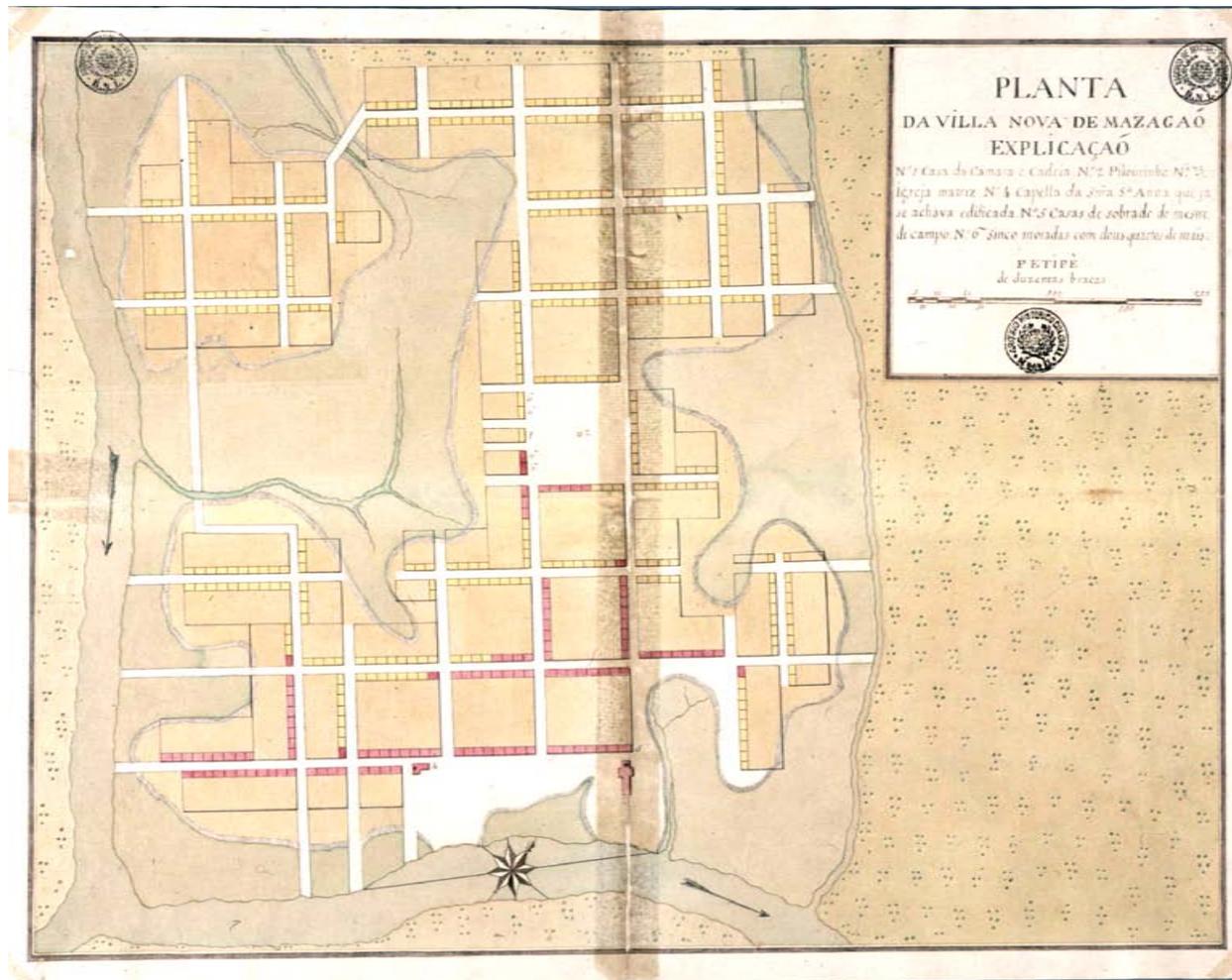
Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0807

Descrição Física: 4 desenhos técnicos a nanquim, aquarelado nas cores vermelha, amarela e cinza: em folha 37,2 x 48,6cm. Escala [ca.1:100]. Escala gráfica de 60 palmos [=13 cm.]

Marca d'água: flor-de-lis, com número e algarismo romano VI.

Doc.anexo a AHU\_ACL\_CU\_013 [ofício de 18 de Maio de 1773]

Anexo 42  
PLANTA DA VILLA NOVA DE MAZAGÃO - 1815



**Fonte:** Arquivo Histórico Ultramarino. AHU\_CARTm\_013, D. 0822

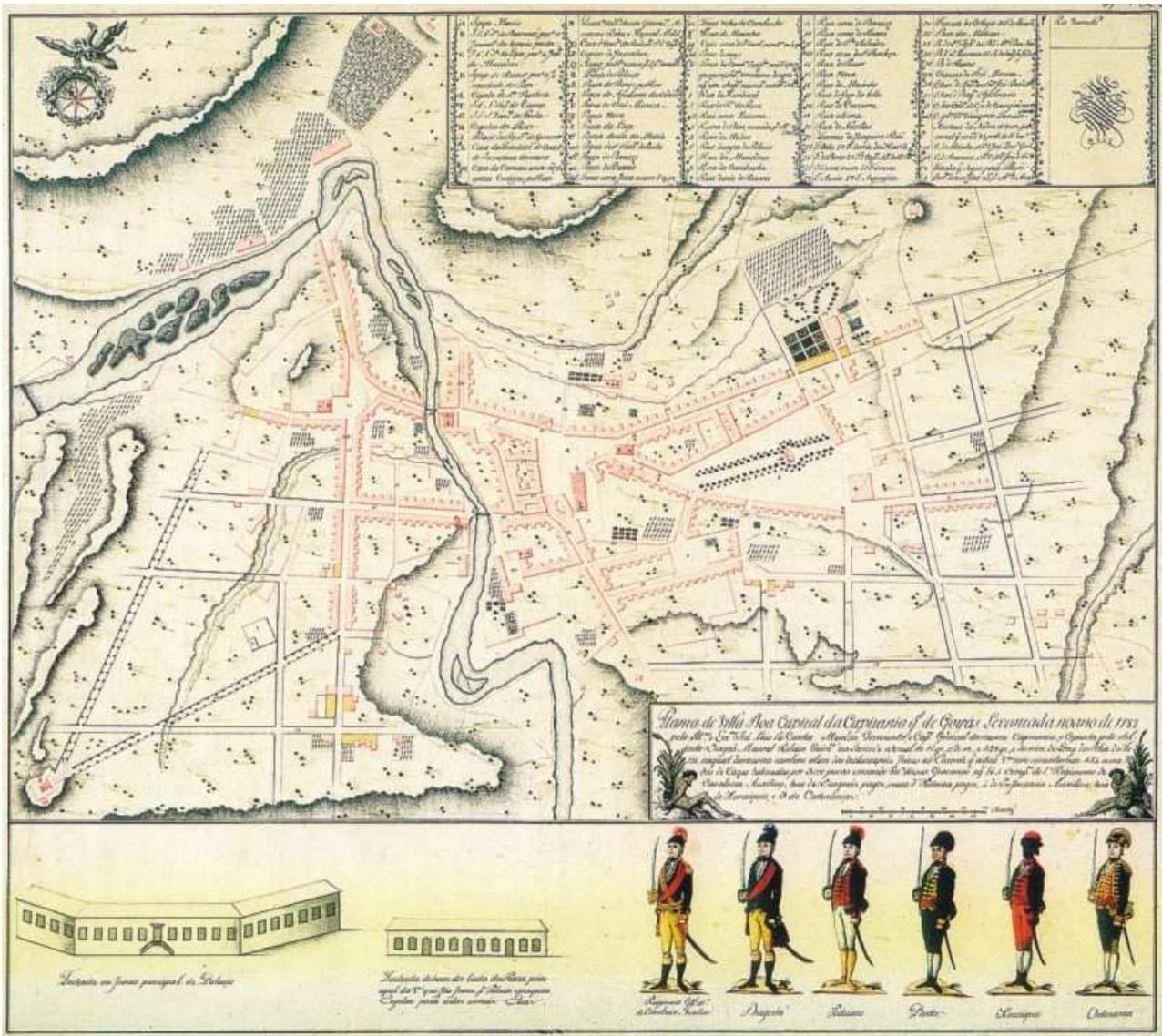
**Descrição física:** 1 planta ms., color., desenho a tinta, aquarelado nas cores verde, amarela, vermelha e preta. 35,5 x 47,1cm. em f. 37,7 x 51,2 cm. Escala [ca.1:4.000]. Escala gráfica de duzentas braças [=11,5cm.]. Inclui rosa-dos-ventos, com flor-de-lis. Vegetação representada em forma pictórica. Marca d'água: flor-de-lis, n. VI. Estão assinalados: *casa da câmara e cadeia, pilourinho, igreja matriz capella da S[e]n[ho]ra S[ant]a Anna que se achava edificadasinco moradas com dous quartos demais.*

Anexo 43  
Vista de Cuiabá



**Fonte:** *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, s.d., p. 236.

**Planta de Villa Boa Capital da capitania g.<sup>al</sup> de Goyas. Levantada no ano de 1782 pello III.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sñr, Luis da Cunha Menezes; Governador, e Cap.<sup>m</sup> General da mesma Capitania, e Copiada pelo Soldado Dragão Manoel Ribeiro Guim.<sup>es</sup> na Latitude austral de 16 gr., e 20 m. e 329 gr., e 30 min. de Long. Da Ilha do Ferro, na qual demonstra também além das declaraçoens feitas no Ranvoâ q. A dita V.<sup>a</sup> tem actualmente 554 moradas das cazas habitadas por 3000 pesoas entrando o n.<sup>o</sup> da sua Goarniçaõ, o q. he 4 Comp.<sup>as</sup> do 1<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria Auxiliar, hua de Dragoẽs pagos, outra d' Pedestres pagos, 4 de Infantaria Auxiliar, hua de Henriques, e 3 de Ordenanças.**



**Fonte:** A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índua, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimtos Portugueses, Lisboa, s.d., p.

**Plano de Vila Bela da Santíssima Trindade Capital da Capitania de Matto Grosso levantado em 1789.**



**Fonte:** *A mais dilatada vista do mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Índia*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, s.d., p. 228

